

A Alemanha de *Hitler*

*Origens,
Interpretações,
Legados*



Roderick Stackelberg



THE
NSDAP
SICHERT DIE
VOLKS-
GEMEINSCHAFT



**VOLKSGENOSSEN
BRAUCHT IHR RAT UND HILFE
SO WENDET EUCH AN DIE
ORTSGRUPPE**

Uma imperdível leitura aos amantes da história que queiram se aprofundar na história do nazismo. O livro proporciona uma visão do período de domínio nazista e os acontecimentos que levaram a isso, assim como traz a interpretação que permite encontrar algum sentido nesse extraordinário episódio da história alemã.

Roderick Stackelberg é professor de Humanidades na Universidade Gonzaga, em Spokane, estado de Washington nos Estados Unidos. Há mais de vinte anos o professor Stackelberg ministra um curso intitulado "Alemanha de Hitler" nesta Universidade, e nunca encontrou qualquer deficiência de material para um curso que aborda esse tema, pelo contrário, para ele a tarefa mais difícil era escolher entre os muitos livros eminentes que estão disponíveis.

Mesmo assim Roderick Stackelberg se sentia frustrado pela falta de um texto breve e abrangente, que cobrisse não apenas o período de 1918 a 1945, mas também os antecedentes, no século XIX e a vida depois de 1945, considerados por ele essenciais.

A sua obra preenche esta lacuna ao apresentar uma breve e acurada reconstituição da experiência nacional-socialista de 1933 a 1945, ao mesmo tempo em que situa esse período num contexto histórico mais amplo, que se estende do século XIX até quase o presente.

O livro oferece uma narrativa coerente das causas, desenvolvimento e consequências do nazismo, identificando seus antecedentes no século XIX e registra a história do impacto do nazismo e seu lugar na memória pública até o final do século XX.

O professor Stackelberg acredita que a obra será útil por se encontrar em um único volume não apenas o relato dos anos da ascensão nazista ao poder no período da República de Weimar e do Terceiro Reich, mas também uma análise do contexto mais amplo em que a história do nazismo se desenrolou.

A Alemanha de Hitler

Origens, Interpretações, Legados

RODERICK STACKELBERG

Tradução A. B. Pinheiro de Lemos

IMAGO

Título Original: *Hitlefs Gemaný*

Copyright © 1999 by Roderick Stackelberg

Todos os direitos reservados.

Tradução da língua inglesa da edição publicada por Routledge, um membro do Taylor & Francês Group

Capa.

Judith Adler Levacov

CIP-Brasil. Catalogação-na-fonte

Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ.

S773a Stackelberg, Roderick

A Alemanha de Hitler: origens, interpretações, legados / Roderick Stackelberg; tradução de A. B. Pinheiro de Lemos. Rio de Janeiro: Imago Ed., 2002.

412 pp.

Tradução de: *Hitlefs Germany* ISBN 85-312-0749-5

1. Alemanha História 1933-1945. Nazismo Filosofia.

3. Hitler, Adolf, 1889-1945. 4. Holocausto judeu (1939-1945). 5. Política cultural* Alemanha 1933-1945. I. Título.

01-0234. CDD -943. 6

CDU 943"1933/1945"

2002

IMAGO EDITORA

Tel.: (21) 2242-0627 Fax: (21) **2224-8359**

Rua da Quitanda, 5218° *andar* Centro

20011-030 Rio de Janeiro RJ

E-mail: imago@imagoeditora.com.br

www.imagoeditora.com.br

Impresso no Brasil *Printed in Brazil*

Para meus alunos na Universidade Gonzaga
no passado, presente e futuro.

Sumário

Prefácio	14
Introdução: Os problemas de escrever sobre o Nacional-socialismo	15
História é interpretação	15
História é política do passado	15
Controvérsias sobre o nacional-socialismo.....	16
O nazismo como um movimento de direita	17
Revolucionário ou contra-revolucionário?	19
O Sonderweg alemão	19
O debate da modernização	20
A historização do nacional-socialismo	22
1. Fascismo e a tradição conservadora.....	23
Ideologia fascista, eleitorado e condições para seu crescimento	23
Antecedentes históricos	23
Conservantismo monárquico	23
Liberalismo	24
Socialismo.....	24
O espectro político esquerda-direita	25
Fascismo como movimento da extrema direita	26
A relação do fascismo com o conservantismo tradicional.....	27
A relação do fascismo com o comunismo	27
O eleitorado fascista.....	28
Nacionalismo	28
Condições prévias para a ascensão do fascismo	29
2. O problema da unidade alemã - Absolutismo e particularismo.....	31
O <i>Sonderweg</i> alemão	31
Particularismo e seus efeitos.....	32
Absolutismo e seus efeitos.....	33
A Confederação Alemã.....	34
A fracassada revolução de 1848	34
A unificação da Alemanha sob a Prússia.....	35
Nacionalismo triunfa sobre liberalismo	36
O Império Alemão	36
3. O Império Alemão	37
A repressão da democracia, imperialismo social e a estrada para a guerra	37
A Política externa de Bismarck.....	37
A política interna de Bismarck	38

Repressão do Partido Democrático Social	38
Industrialização alemã	39
Guilherme II e o "Novo Curso"	40
Weltpolitik	40
Imperialismo Social	41
Nacionalismo radical	41
As origens da Primeira Guerra Mundial	42
4. Ideologia alemã - Nacionalismo, idealismo vulgarizado e antissemitismo	43
A função da ideologia	43
Ideologia alemã	44
O impacto da Revolução Francesa.....	45
A idéia alemã de liberdade.....	45
Idealismo alemão	46
Antissemitismo	47
Antissemitismo político	48
Antissemitismo racial.....	49
Ideologia <i>völkisch</i>	50
As "Idéias de 1914"	52
5. A Primeira Guerra Mundial: A crise da Alemanha imperial	52
Legado da guerra.....	52
A guerra como força unificadora	53
O Plano Schlieffen	53
Impasse na frente ocidental.....	54
Objetivos alemães na guerra	54
Guerra de submarinos irrestrita.....	55
A volta da oposição na Alemanha	56
O Tratado de Brest-Litovsk	56
A derrota alemã.....	57
Revolução	57
6. A República de Weimar e a fraqueza da democracia liberal	58
Periodização	58
O ataque à democracia liberal.....	59
O Acordo Ebert-Groener.....	59
A falta da reforma social fundamental.....	60
A divisão na esquerda	61
O Freikorps	61
A Constituição de Weimar.....	62
O Tratado de Versalhes.....	63
O mito da punhalada nas costas	64

O putsch de Kapp.....	64
Terrorismo de direita.....	65
A ocupação francesa do Ruhr, em 1923	66
A grande inflação.....	66
O "Putsch da Cervejaria" de Hitler	67
Estabilidade temporariamente restaurada	68
O Pacto de Locarno.....	69
A mudança para a direita	69
A "Revolução Conservadora"	70
7. O colapso da República de Weimar - A Grande Depressão	71
Causas da Grande Depressão	72
O governo Brüning e a eleição para o <i>Reichstag</i> em 1930	73
O programa do Partido Nazista.....	74
O papel do antissemitismo	76
A Frente Harzburg, 1931	78
8. A Consolidação Nazista No Poder.....	79
Hitler e os industriais	79
As eleições presidenciais de 1932.....	79
O golpe de Papen na Prússia.....	80
As eleições para o <i>Reichstag</i> em julho e novembro de 1932.....	81
O interlúdio de Schleicher	82
A designação de Hitler para chanceler.....	83
Renascimento nacional	85
Novas eleições	85
Repressão da esquerda	85
O incêndio do <i>Reichstag</i>	86
A Lei de Exceção	86
O "Dia de Potsdam"	87
Gleichschaltung.....	88
Coordenação dos governos estaduais.....	88
Expurgo do serviço público	89
Os sindicatos	90
Os partidos políticos	90
O sistema judiciário	92
A profissão médica	92
Cultura e ideologia.....	93
O "Putsch de Röhm "	93
A SS	96
A morte de Hindenburg	97

9. Sociedade, cultura e o estado no Terceiro Reich, 1933-39.....	97
Políticas econômicas do Terceiro Reich	98
O Plano de Quatro Anos	99
A integração do trabalho	100
Políticas nazistas de bem-estar social	102
Modernização econômica	102
Agricultura	103
O papel das mulheres	104
Políticas raciais e eugênicas.....	105
Eutanásia	106
Educação	107
Arte, arquitetura e literatura	107
Ciência	109
As Igrejas	110
O estado policrático	112
Estratégias e pressões de integração	113
Coação e consenso	114
O mito do Führer.....	115
10. Perseguição dos Judeus, 1933-39.....	115
Medidas antijudaicas depois que os nazistas alcançaram o poder	116
As Leis de Nuremberg	116
Escalada das medidas antijudaicas.....	118
A "arianização" das empresas judaicas	118
O pogrom da Reichskristallnacht.....	119
Emigração judaica.....	121
Papel das SS.....	123
11. As origens da Segunda Guerra Mundial	123
A política de apaziguamento.....	123
A Frente Popular	124
O fim das reparações.....	125
A conferência de desarmamento de Genebra.....	125
Alemanha deixa a Liga das Nações	126
A União Soviética e a segurança coletiva.....	127
Austro-fascismo	127
Retorno ao Sarre	128
Remilitarização	128
O Acordo Naval Anglo-Alemão	129
A invasão da Etiópia	129
Remilitarização da Renânia	129

A Guerra Civil na Espanha	130
Os Jogos Olímpicos	131
O Memorando Hossbach.....	132
As quedas de Blomberg e Fritsch	133
O <i>Anschluss</i> da Áustria	133
A crise da Tchecoslováquia	134
O Acordo de Munique	135
A destruição da Tchecoslováquia	136
A questão polonesa	137
Os britânicos garantem a Polônia	137
O Tratado de Não-Agressão Nazi-Soviético.....	138
O ataque alemão contra a Polônia.....	139
12. A Segunda Guerra Mundial - Da guerra européia à guerra global, 1939-41	141
A campanha polonesa	141
A "Guerra Falsa"	141
A "Guerra do Inverno"	142
A campanha escandinava	142
A queda da França	143
A Batalha da Inglaterra	144
As opções militares de Hitler	144
A invasão italiana na Grécia	145
Negociações com a União Soviética.....	145
Por que Hitler atacou a União Soviética?	146
A campanha nos Bálcãs	148
A invasão da União Soviética	149
Políticas nazistas de ocupação	150
O papel americano na guerra	151
A declaração de guerra alemã contra os Estados Unidos	151
13. A Segunda Guerra Mundial - Do triunfo à derrota, 1942-45	153
A Batalha de Moscou.....	153
Conquistas alemãs em 1942.....	153
El Alamein e a invasão Aliada na África do Norte.....	154
A Batalha de Stalingrado	154
Derrota naval alemã	155
A guerra aérea	155
A economia alemã durante a guerra.....	156
A Batalha de Kursk.....	156
A queda de Mussolini	157
O Dia D.....	157

O programa alemão de foguetes	158
A resistência militar alemã.....	158
Outra resistência a Hitler	160
Resistência na Europa ocupada.....	161
A Batalha do Bulge.....	162
A derrota da Alemanha	162
Perdas.....	163
14. O Holocausto.....	164
Interpretações intencionalistas e funcionalistas	164
Guerra e genocídio.....	165
Guetização.....	166
Planos de repovoamento	167
A gênese da "solução final"	168
Os Einsatzgruppen	169
Os campos de extermínio.....	170
A Conferência de Wannsee.....	170
"Operação Reinhardt"	171
Auschwitz	172
O quanto o povo alemão sabia?	174
Os Aliados e o Holocausto.....	175
O papel da Igreja.....	175
15. Continuidades e novos começos - As conseqüências do nacional-socialismo.....	176
Os Julgamentos de Nuremberg	177
Desnazificação	179
A Guerra Fria na Alemanha.....	181
Repressão do passado	183
Rejeição do antissemitismo.....	184
Ausländerfeindlichkeit - Hostilidade a estrangeiros	184
Partidos radicais de direita na República Federal	185
Neonazismo.....	185
16. O debate dos historiadores - O lugar do Reich na história e memória alemãs.....	187
Antifascismo na República Democrática Alemã	187
Pagamento de indenizações na República Federal	187
Historiografia na República Federal	188
A era do pós-guerra.....	188
A década de 1960.....	189
O renascimento neoconservador	191
Bitburg	192
A Historikerstreit	192

Historiografia conservadora na Alemanha reunificada.....	193
A nova direita da Alemanha	194
O debate continua	195
Notas	196
Bibliografia selecionada.....	197
Índice.....	202
Fotografias anexadas pelo Revisor:	211

Prefácio

Este livro tem dois propósitos: primeiro, proporcionar uma narrativa acurada e relativamente completa do período de domínio nazista e dos acontecimentos que levaram a isso; e, de igual importância, apresentar uma estrutura de interpretação que permita encontrar algum sentido nesse extraordinário episódio na história alemã e europeia. A literatura de estudo do nacional-socialismo alcançou imensas proporções desde a queda do Terceiro Reich, há meio século. Meu objetivo sempre foi o de fazer com que algumas descobertas e as melhores percepções se tornassem acessíveis para os leitores, sem distorcer as complexidades da causa histórica, nem excluir a contingência, a indeterminação e a indefinição de eventos como os que foram experimentados pelos contemporâneos que viveram ao longo desses tempos trágicos e turbulentos.

Cada obra de síntese histórica é essencialmente um projeto coletivo, que se baseia e é desenvolvido a partir do trabalho e inspiração dos colegas e antecessores. Tenho múltiplas dívidas intelectuais com muitos colegas historiadores (e estudiosos em outros setores) para relacionar a todos. Gostaria, no entanto, de expressar minha gratidão especial a Ann Le Bar, professora de história na Eastern Washington University e a minha esposa, Sally A. Winkle, professora de alemão e diretora de Estudos Femininos na mesma universidade. As duas leram o original e fizeram sugestões e correções da maior importância. Também quero agradecer a dois leitores da editora Routledge, Shelley Baranowski, da Akron University, e David F. Crew, da University of Texas; seus muitos comentários e críticas proveitosos propiciaram um texto bastante melhor. Quaisquer deficiências que o livro ainda possa ter são de minha responsabilidade exclusiva.

Os heróis jamais enaltecidos do empreendimento acadêmico são os assistentes administrativos, sem os quais nenhuma universidade poderia funcionar. Sou profundamente grato pelo apoio e jovial ajuda que venho recebendo, ao longo dos anos, de Nancy Masingale, Sandy Hank, Fawn Gass, Diana Lartz, Janet Cannon, Paulette Fowler e Gloria Strong. Também quero agradecer a meus alunos na Gonzaga University, cujo interesse, apreço e curiosidade intelectual criaram o incentivo para escrever este livro. A contribuição deles para a conclusão bem-sucedida deste trabalho é maior do que podem imaginar. É aos meus estudantes no passado, presente e futuro que dedico este livro, com gratidão.

Roderick Stackelberg

Spokane, Washington

Novembro de 1998

Introdução: Os problemas de escrever sobre o Nacional-socialismo

Qualquer novo livro sobre o nacional-socialismo, sobretudo se presume ilustrar uma história abrangente, deve oferecer alguma justificativa para acrescentar outro volume às centenas de milhares de obras publicadas sobre esse período da história, estudado de uma forma profundamente meticulosa. Há mais de vinte anos que ensino um curso intitulado "A Alemanha de Hitler". Apesar de não haver deficiência de material para um curso assim (ao contrário, a tarefa mais difícil é escolher entre a infinidade de obras eminentes que estão disponíveis), eu realmente me sentia frustrado pela falta de um texto breve, embora inclusivo, que cobrisse não apenas o período de 1918 a 1945, mas também os acontecimentos no século XIX e a vida depois de 1945, que considero essenciais para a plena compreensão da experiência nazista¹.

O objetivo deste livro é apresentar uma breve, mas acurada reconstituição da experiência nacional-socialista entre 1933 e 1945, ao mesmo tempo em que situa esse período num contexto histórico mais amplo, que se estende do século XIX até quase o presente. Visa oferecer uma narrativa coerente das causas, curso e conseqüências do nazismo, identificando seus antecedentes no século XIX e levando a história do impacto do nazismo e seu lugar na memória pública até o final do século XX. Creio que é útil ter em um único livro não apenas o relato dos anos da ascensão nazista ao poder (o período da República de Weimar) e do Terceiro Reich, mas também uma análise do contexto mais amplo em que a história do nazismo se desenrolou.

História é interpretação

Nenhum historiador, no entanto, pode justificar seu trabalho com base apenas no relato dos "fatos essenciais". Escrever história obriga à ação de interpretá-la. Nem mesmo a visão mais positivista e meticulosamente objetiva da história pode evitar a interpretação, no mínimo para uma seleção dos fatos considerados dignos de serem apresentados. Neste livro, apresento a interpretação que creio ser a mais apropriada para nos ajudar a compreender esse extraordinário fenômeno histórico.

Em particular, espero que meu livro contribua para uma indagação fundamental em qualquer história da Alemanha Nazista: como pôde uma cultura nacional altamente criativa produzir um barbarismo e destruição sem precedentes? As primeiras histórias do Terceiro Reich tendiam a tratar o nazismo como uma misteriosa patologia, a encarnação de uma força maligna que, em última análise, só podia ser explicada em termos metafísicos, como se o demônio efetuasse uma intervenção direta nos assuntos humanos. Em vista dos horrores sem precedentes do Holocausto e da irracionalidade das obsessões raciais nazistas, é sem dúvida compreensível a tendência para pensar no nazismo como carente de qualquer explicação racional. As condenações morais predominavam nos relatos iniciais sobre o Terceiro Reich, como se o nazismo fosse exclusivamente um problema moral, o triunfo do mal sobre o bem. Por mais justificada que a condenação moral possa ser, considerar o nazismo apenas em termos morais ou metafísicos não proporciona uma explicação coerente para seu sucesso extraordinário e popularidade excepcional.

História é política do passado

A interpretação oferecida neste livro baseia-se na pressuposição de que a política proporciona a chave para a compreensão do nacional-socialismo. Em sua definição mais sucinta, a história é a política do passado! Sou propenso a acreditar, como Hegel, que a dialética do desenvolvimento histórico lança forças umas contra as outras, cada uma se percebendo e definindo como a boa e a certa. Esse ceticismo sobre a utilidade analítica das categorias morais não visa absolutamente relativizar o mal do nazismo; pretende apenas atrair a atenção para o fato incontestável de que entre 1933 e 1945 muitas pessoas bem-intencionadas na Alemanha (e em outros lugares) acharam que o nazismo era um movimento adequado e construtivo. O historiador deve explicar por que isso aconteceu. Até a característica mais abominável do nacional-

¹ O termo "nazi", ou nazista, é formado pelas duas primeiras sílabas de nacional socialista, conforme a pronúncia em alemão. Foi usado inicialmente de um modo meio depreciativo por oponentes do nacional socialismo. Neste livro, uso os termos nazista e nacional-socialista no mesmo sentido.

socialismo, o virulento antissemitismo, que acabou levando ao Holocausto, tinha uma terrível lógica própria, que o historiador precisa explicar.

Toda interpretação está fadada a gerar alguma controvérsia, na medida em que apresenta uma perspectiva particular, que talvez nem todos partilhem. Essa perspectiva é determinada pelos valores do historiador, em particular os valores políticos, que são em geral, mas nem sempre, os valores da sociedade ou do subgrupo em que vive ou com que se identifica. Se a divergência abrange fatos básicos, pode em geral ser resolvida prontamente com mais frequência, no entanto, as divergências entre historiadores envolvem o significado e a importância desses fatos. Os mesmos fatos podem ser avaliados de maneiras muito diferentes por historiadores diferentes. E por isso que ainda surgem muitas questões históricas sobre as quais os críticos sérios discordam, embora os fatos básicos sejam conhecidos e aceitos por todos. Os historiadores em confronto estão genuinamente empenhados na avaliação objetiva dos fatos, o que é ainda mais incontestável em questões de responsabilidade histórica, especialmente porque os eventos em questão, o nacional-socialismo e o Holocausto, merecem uma condenação universal.²

Controvérsias sobre o nacional-socialismo

Apesar ou talvez por causa da condenação quase universal de Hitler e suas cortes como modelos do mal absoluto, as interpretações do nacional-socialismo continuam a gerar uma vigorosa controvérsia. Há exemplos todos os dias, nas colunas de cartas dos leitores em jornais, de esforços para desacreditar grupos ou movimentos ligados de alguma forma ao nazismo (ou ao Holocausto). Na década de 1960, estudantes radicais chamavam autoridades universitárias de "nazistas" ou "fascistas", porque recorriam à polícia para reprimir suas manifestações e o direito de livre expressão; as autoridades universitárias, por sua vez, chamavam os estudantes radicais de "nazistas" ou "fascistas" por rejeitarem o diálogo civilizado e adotarem táticas de confrontação. "nazismo ou fascismo" tornaram-se armas convenientes a serem usadas contra atitudes ou métodos políticos que se deseja desacreditar.

Quando os comunistas ligaram o fascismo³ ao capitalismo, acreditavam sinceramente que haviam determinado a fonte do problema. E assim procuravam, de forma deliberada, desacreditar o sistema capitalista. Por outro lado, o consenso ideológico ocidental no auge da Guerra Fria, na década de 1950, virtualmente comparava a União Soviética à Alemanha Nazista, em termos de totalitarismo. Era uma tentativa deliberada de desacreditar o sistema soviético, baseada na convicção sincera de que a oposição soviética e nazista à democracia liberal ocidental era a característica definidora de suas respectivas ideologias. O fato de que comunistas e fascistas tinham objetivos basicamente diferentes parecia quase irrelevante da perspectiva dos liberais, que prezavam a liberdade individual acima de tudo mais. Os motivos políticos por trás das interpretações do nazismo são ainda mais claros no caso dos nacionalistas alemães que, depois da guerra, procuraram salvaguardar seu próprio conservadorismo ao efetuarem a improvável ligação dos nazistas com o regime da democracia popular, que mais odiavam.

Este livro, porém, não se dedica às controvérsias que envolvem a natureza do nacional-socialismo. É verdade que muitas das discussões mais profundas são abordadas aqui, mas esse não é o foco principal. O propósito maior, como já ressaltai, é estabelecer um levantamento dos fatos e uma estrutura de avaliação. Há três controvérsias importantes, no entanto, que preciso destacar agora, a fim de esclarecer minha interpretação.

A primeira delas, talvez a mais fundamental, envolve a localização do nazismo no espectro político. Em minha interpretação, enunciada no Capítulo I, o nazismo é sem qualquer dúvida um movimento da

² Um enfoque sensacionalista, moralizador e fanático prejudica grande parte da literatura popular inicial sobre o nazismo. Uma exceção é o bestseller William L. Shirer, *The Rise and Fall of the Third Reich: A History of Nazi Germany*, Nova Iorque: Simon and Schuster, 1960.

³ De acordo com a prática convencional, eu uso o termo fascismo em caixa baixa quando me refiro ao conceito genérico, no qual estão incluídas várias formas nacionais de fascismo, inclusive o nacional-socialismo (ou nazismo). Uso Fascismo com maiúscula quando me refiro expressamente ao movimento italiano. O mesmo princípio aplica-se ao comunismo, que ponho em maiúscula quando me refiro a um partido específico.

direita, a extremidade conservadora do espectro. A meu ver, o nazismo é uma variante radical do fascismo, o movimento pela regeneração nacional que surgiu em muitos países para compensar a ameaça percebida do comunismo e da democracia liberal nas décadas de 1920 e 1930. Embora uns raros historiadores situem o nazismo indubitavelmente na esquerda, a extremidade progressista da esquerda, muitos consideram o fascismo como uma mistura de esquerda e direita ou um movimento que "nem é de esquerda nem de direita".⁴

Muitos desses historiadores incluem o nazismo sob a rubrica de "totalitarismo", para indicar que se encontra mais próximo do comunismo do que de outras formas menos radicais de fascismo.

Uma segunda controvérsia destacada envolve a questão do *Sonderweg* alemão, ou seja, o excepcional modo alemão. O nazismo, em última análise, deve ser atribuído às "peculiaridades da história alemã",⁵ de sua cultura ou suas causas podem ser encontradas, primariamente ou na totalidade, no conjunto peculiar de eventos na Europa depois da Primeira Guerra Mundial? Em minha opinião, relatada nos Capítulos 2 a 4, "o curso da história alemã" é essencial para compreender as origens do nazismo e sua ascensão ao poder.

Uma terceira controvérsia importante, estreitamente ligada às duas primeiras, é a determinação de se o nazismo deve ser compreendido como uma reação contra as forças da modernidade (industrialização, democratização, racionalização, urbanização, secularização,⁶ ou como uma manifestação e radicalização dessas mesmas forças. Guiava-me por trás ou pela frente ou era uma mistura ambígua das duas coisas? Tratarei de cada uma dessas controvérsias no momento apropriado, deixando bem clara minha posição.

O nazismo como um movimento de direita

A narrativa fundamental em que se baseia a história da Alemanha Nazista é o conflito entre as forças incluídas nos cabeçalhos de "esquerda política" e "direita política". Alguns leitores vão discordar do ressuscitamento de uma distinção entre esquerda e direita, que muitos pós-modernistas preferem relegar à lata de lixo da história. Numa era em que duas das mais radicais ideologias do século XX, o fascismo e o comunismo dissolveram-se na ignomínia, a distinção pode não parecer mais útil. Estamos todos agora no centro, parece ser o argumento, e quaisquer que sejam as diferenças por nós admitidas, não podem ser compreendidas de uma forma proveitosa em termos de "esquerda" e "direita" com toda certeza, alguns críticos da distinção esquerda e direita estão ativamente comprometidos com as políticas da direita. Para eles, a desvalorização da distinção entre esquerda e direita é um meio de neutralizar o desafio reformador da esquerda.

Os tempos no final do século XX não parecem propícios para essa iniciativa conservadora. A desilusão pós-moderna com o progresso moderno, para não mencionar o golpe desferido contra a esquerda pelo aparente eclipse do marxismo, ajudou a embaçar a imagem da esquerda "progressista". Mas esses termos, "esquerda" e "direita", conservam sua utilidade, não apenas como instrumentos descritivos e analíticos para os historiadores, mas também na política cotidiana. A preocupação com a preservação do meio ambiente, por exemplo, pode ser partilhada hoje por esquerda e direita, mas ainda há diferenças cruciais entre as soluções da esquerda e direita, para esse e outros problemas.

⁴ Esse é o título de um livro de Zeev Sternhell, *Neither Right nor Left: Fascist Ideology in France*, trad. para o inglês por David Maisel, Princeton, New Jersey: Princeton University Press, 1986.

⁵ Esse é o título de um livro dos principais críticos da tese do *Sonderweg*, David Blackbourn e Geoff Eley, *The Peculiarities of German History: Bourgeois Society and Politics in Nineteenth-Century Germany*, Oxford: Oxford University Press, 1984.

⁶ A secularização de uma sociedade pode ser entendida, em um sentido literal, como um processo pelo qual a religião deixa de ser o aspecto cultural agregador, transferindo para uma das outras atividades desta mesma sociedade este fator coercitivo e identificador. Ela faz com que tal objeto de análise já não esteja mais determinado diretamente pela religião.

Qual é a natureza dessas diferenças?⁷ A diferença essencial entre esquerda e direita está na atitude em relação à igualdade humana como um ideal social. Quanto mais uma pessoa julga que a igualdade absoluta entre todas as pessoas é uma condição desejável, mais para a esquerda estará situada no espectro ideológico. Quanto mais uma pessoa considera que a desigualdade é inevitável ou até desejável, mais para a direita estará situada. Nos pontos mais extremados desse espectro estão as pessoas ou movimentos capazes de qualquer coisa para alcançarem seu ideal utópico: na esquerda, a utopia igualitária, em que os fracos e os fortes partilham igualmente os benefícios de sua sociedade; na direita, o desigualitarismo e antiutopia, em que os fortes recebem os benefícios que lhes são devidos em virtude de sua superioridade natural, enquanto os fracos, por mais insidiosamente que sejam definidos, são dispensáveis, privados e excluídos.

Embora os movimentos de esquerda, historicamente, tenham defendido a emancipação do governo opressivo como meio para alcançar maior igualdade, enquanto os movimentos de direita pregam as formas hierárquicas tradicionais de autoridade, a distinção entre esquerda e direita não é equivalente à distinção entre liberdade e autoridade. De fato, a extrema esquerda favorece os meios autoritários como o caminho ideal para se criar uma sociedade igualitária. Os regimes comunistas do século XX têm demonstrado que objetivos igualitários e meios autoritários não se excluem mutuamente. Por outro lado, alguns movimentos libertários, propondo uma liberdade individual total, pertencem à direita do espectro, porque seu supremo objetivo é a sociedade em que a desigualdade é encarada como inevitável e aceita de forma calorosa.

Parte da confusão esquerda ou direita é hoje decorrente do fato de que os "conservadores" americanos se opõem ao "governo grande" (e os "liberais" de nossos dias são defendidos como defensores do governo grande). A defesa da liberdade individual pelos conservadores parece situá-los junto aos defensores da emancipação na esquerda, mas os objetivos são diferentes; e, em última análise, são os objetivos que se tornam decisivos para a localização no contínuo esquerda-direita. O objetivo dos conservadores nas sociedades liberais de hoje é restringir o poder do governo para promover uma igualdade maior, através dos programas de assistência social e outros meios. Ao procurarem limitar os poderes sociais (não os militares) do governo e defender o *laissez-faire*, os atuais conservadores americanos são na verdade liberais antiquados, mais próximos dos liberais do século XIX do que dos conservadores desse mesmo período na Europa continental, que defendiam o estado monárquico forte. É a essa última tradição conservadora que o nazismo e o fascismo são relacionados no Capítulo 1.

Nas sociedades liberais, como os Estados Unidos ou a Europa Ocidental, hoje em dia, a maioria das pessoas, inclusive muitas que se intitulam conservadoras, situam-se em algum ponto próximo do centro do espectro político. São a favor da liberdade pessoal e da igualdade social. Infelizmente, em *algum* momento, é claro, esses dois valores devem conflitar. Aqueles que optam pela igualdade se descobrem mais para a esquerda do que aqueles que optam pela liberdade à custa da igualdade. As distinções entre esquerda e direita, como não podia deixar de ser, são de modelos do tipo ideal, úteis para a análise. Não correspondem necessariamente, em todos os detalhes, a uma realidade contraditória, em que as pessoas podem defender uma posição de esquerda em uma questão e ter uma opinião de direita em outro problema.

Obviamente, a distinção esquerdo-direita é também muito diferente da distinção entre moderado e extremista. Há moderados e extremistas nos dois lados da divisória. Os extremistas são sempre autoritários, intolerantes e coletivistas, em geral propensos a fraude e violência. Essas características não são monopólios da esquerda ou da direita, mas sim marcas registradas dos dois extremos. Os extremistas não podem permitir o desvio de ou a oposição ao seu ideal desejado quer seja igualitário ou desigualitário que a liberdade individual acarretaria. E desejam impor seu ideal a todos os outros. Se não procurassem fazer isso, não seriam considerados extremistas.

O século XX tem sido um século de extremos. O comunismo na esquerda e o fascismo na direita partilham muitas características. Na teoria do totalitarismo, que readquiriu uma vida nova na década de

⁷ Para uma análise recente e correta da igualdade como o critério determinante para a distinção esquerda-direita, ver Norberto Bobbio, *Left and Right: The Significance of a Political Distinction*, trad. para o inglês por Allan Cameron, Chicago: University Chicago Press, 1996.

1990, são tratados como essencialmente iguais. Os ideais procurados, no entanto, são fundamentalmente opostos. Os comunistas, em última análise, queriam criar uma utopia igualitária que abrangesse o mundo inteiro; os fascistas procuravam uma utopia baseada na igualdade natural e desejável entre pessoas, nações e raças. Os comunistas tendiam a atrair as pessoas que tinham alguma coisa a ganhar de uma igualdade maior (daí seu apelo para os trabalhadores carentes de bens), enquanto que o fascismo tendia a atrair mais as pessoas que tinham alguma coisa a perder com a implementação rigorosa do princípio igualitário (daí seu apelo desproporcional para as classes médias, inclusive trabalhadores donos de propriedades). Em suas políticas sociais, o comunismo vitimava os ricos, os bem-sucedidos e as classes mais altas, de uma forma desproporcional; o fascismo vitimava os pobres, os "desajustados" e os que eram considerados raças "inferiores", de uma forma desproporcional. Os defensores de cada sistema encaravam os adeptos do outro sistema como seus piores inimigos, lutando contra eles com unhas e dentes.

Revolucionário ou contra-revolucionário?

Alguns leitores vão questionar o uso do termo "contra-revolucionários" (em vez de simplesmente "revolucionários") para descrever os movimentos fascistas, inclusive o nazismo. A ligação com a tradição conservadora européia continental (diferente do conservantismo em sociedades liberais, como Estados Unidos e Inglaterra) é, em minha opinião, crucial para uma compreensão do fascismo e da força do fascismo na Alemanha. Mas isso não significa que o fascismo, em particular sua variante alemã (nazista), não tivesse algumas características nitidamente anticonservadoras. Como deixo claro no Capítulo 1, essas características podem ser mais bem compreendidas como uma radicalização de métodos, muitos dos quais adotados deliberadamente das práticas do inimigo comunista (violência, propaganda, terror, técnicas de mobilização de massa, etc.). Os fascistas tomavam emprestadas técnicas da esquerda para melhor combater a esquerda. A distinção esquerdo-direita, no entanto, é definida por objetivos fundamentais, que no caso da esquerda é promover a igualdade, e pelo lado da direita é impedi-la, em parte pela negação da existência ou importância da desigualdade dentro do grupo racial ou nacional, ao mesmo tempo em que as questões da igualdade são subordinadas ao objetivo mais importante da regeneração nacional.

Classificar o nazismo a variante mais radical do fascismo como um movimento revolucionário faz sentido em termos de seus métodos, violentos e radicais, mas ofusca o fato de que os nacionais socialistas usavam esses métodos para prevenir o socialismo (a eliminação da propriedade particular nos meios de produção), em vez de promovê-lo (apesar do proposital uso *enganador* de "socialista" no nome do partido). É o motivo pelo qual prefiro o termo "contra-revolucionário", porque alude ao objetivo fascista básico de evitar uma transformação total das relações de propriedade, ao mesmo tempo em que reconhece a natureza extremista do projeto fascista e a extensão da transformação que ocorreu sob os regimes de direita.

O Sonderweg alemão

No Capítulo 1, trato de questões que os estudiosos vêm discutindo há décadas: o que é o fascismo; será o nazismo uma forma de modelo fascista, e como o fascismo (nazismo) relaciona-se com os outros grandes movimentos políticos dos últimos dois séculos? Duas outras questões também têm gerado muito debate histórico: por que uma forma particularmente radical de fascismo subiu ao poder na Alemanha, e como é possível que isso tenha ocorrido num país com uma cultura tão alta, com uma tecnologia avançada e uma longa e orgulhosa tradição histórica? Analiso essas questões nos Capítulos 2 a 5, que tratam dos antecedentes históricos da unificação alemã em 1871, os impérios bismarckiano e guilhermino, a ideologia alemã, e a Primeira Guerra Mundial.

Assim, voltando ao século XIX em busca de explicações para a ascensão e triunfo do nazismo, apóio-me na chamada tese de *Sonderweg*⁸, a noção de que o desenvolvimento antidemocrático da Alemanha foi bem diferente dos modelos do resto da Europa Ocidental, e que essa diferença ajuda a explicar muitos eventos posteriores, inclusive a Primeira Guerra Mundial e a suscetibilidade alemã à direita radical. Seus críticos negam que o desenvolvimento alemão tenha sido muito diverso do modelo britânico ou que essas

⁸ Sonderweg - caminho especial.

diferenças possam explicar o triunfo do fascismo. As críticas ao *Sonderweg* alemão vêm tanto da direita quanto da esquerda. Na direita, os conservadores alemães esperam, ao negarem qualquer "desvio" no desenvolvimento histórico, recuperar o passado pré-nazista da Alemanha, promovendo dessa forma o orgulho nacional, tão abalado pela *débâcle* nazista. Na esquerda, os historiadores britânicos, em particular, rejeitam uma interpretação que, ao procurar as raízes do nazismo apenas nas instituições "atrasadas" e na ideologia do desvio na Alemanha, subestima o potencial para o fascismo em sociedades capitalistas liberais.⁹

Os Capítulos 2 a 5 procuram explicar por que o conflito entre esquerda e direita foi tão intenso na Alemanha, e por que a direita demonstrou ser tão forte. Não é uma tentativa de escrever uma história ampla da Alemanha no século XIX, dos impérios de Bismarck ou de Guilherme ou da Primeira Guerra Mundial. De forma bastante consciente, focalizam os aspectos da história alemã que podem proporcionar indicações para a eventual ascensão e triunfo do nazismo. Isso não significa que eu acredito que a ascensão e o triunfo do nazismo eram inevitáveis ou o resultado obrigatório do desenvolvimento histórico alemão. A história é contingente e não tem conseqüências determinadas. Há sempre muitos resultados possíveis, em qualquer momento determinado. Historiadores do século XIX protestaram, com toda razão, pelo tratamento da Alemanha no século XIX como um mero estágio preliminar para a ascensão do nazismo. Escrever a história do século XIX apenas sob a perspectiva do triunfo posterior do nazismo não pode fazer justiça à contingência e complexidade dos eventos ocorridos. Mesmo assim, continuo a acreditar que o desenvolvimento histórico da Alemanha oferece percepções que podem ajudar a entender e explicar a experiência nazista. O reconhecimento de continuidades é essencial para compreender a história alemã.

O passado do século XIX, é claro, não pode oferecer qualquer coisa mais do que uma explicação parcial para o triunfo do nazismo na década de 1930. Muito mais importantes foram os acontecimentos nos anos entre as guerras, descritos nos Capítulos 6 e 7. Sob esse aspecto, estou de pleno acordo com os críticos do *Sonderweg*, que apontam a Revolução Bolchevique na Rússia, a derrota na Guerra de 1914-18, os conflitos políticos da República de Weimar e a crise do capitalismo na Grande Depressão como muito mais significativos para o triunfo do nazismo do que o precário desenvolvimento político da Alemanha. De qualquer forma, o desenvolvimento anterior da Alemanha não é com certeza irrelevante para os eventos catastróficos do século XX. É por isso que dedico tanto espaço neste livro à "pré-história" do nazismo.

O debate da modernização

Uma das questões mais discutidas na historiografia do nacional-socialismo é se o regime nazista foi um movimento antimoderno ou um movimento de modernização. Esse debate se sobrepõe em parte à controvérsia do *Sonderweg*, em que a modernidade alemã no século XIX, em relação à Europa Ocidental, foi uma questão das mais discutidas.

Mas até mesmo os proponentes do "desenvolvimento aberrante" da Alemanha nunca negaram que a economia alemã era bastante eficiente, dinâmica e avançada. Foi o fracasso da liberalização política alemã em acompanhar o ritmo da liberalização econômica que os defensores do *Sonderweg* consideraram a diferença fundamental no desenvolvimento da Alemanha em comparação com Inglaterra, França ou Estados Unidos.

Os proponentes do *Sonderweg*, que consideravam o fracasso alemão em adotar características cruciais da modernidade, por exemplo, o liberalismo político e a democracia como a falha decisiva no desenvolvimento nacional, tendiam a encarar o nazismo como a culminação lógica dessa rejeição progressista. Há muitas evidências de antimodernidade na ideologia nazista de "sangue e solo", que idealizava um estilo de vida agrário com homogeneidade racial. Isso era ameaçado pela urbanização, mobilidade social, industrialização, ascensão de um movimento trabalhista organizado e exploração comercial insidiosamente atribuída à influência judaica. Já no século XIX os políticos e publicistas da direita radical conseguem seu maior apoio de grupos como os mestres artesãos, enfrentando o declínio econômico

⁹ Para uma análise recente do *Sonderweg*, ver Reinhard Kühnl, "The German *Sonderweg* Reconsidered: Continuities and Discontinuities in Modern German History", em Reinhard Alter e Peter Monteath, eds., *Rewriting the German Past: History and Identity in the New Germany*, Atlantic Highlands, New Jersey: Humanities Press, 1997, pp. 115-28.

por causa do crescimento das grandes empresas. Os nazistas também atraíram muito os angustiados da "velha" *Mittelstand*¹⁰, a classe em situação econômica difícil dos pequenos proprietários (camponeses, artistas, modestos comerciantes), que procuravam proteção contra a concorrência das grandes empresas, idealizando um passado em que formavam o principal grupo produtor.

Essa visão do nazismo como uma reação à modernidade passou, no entanto, a sofrer uma contestação, cada vez maior, de historiadores que apontam as óbvias características modernas de um regime que desenvolveu, nos estágios iniciais da Segunda Guerra Mundial, a mais formidável força militar do mundo. Ninguém pode duvidar da qualidade moderna e eficiente dos armamentos do Terceiro Reich, inclusive sua tecnologia espacial pioneira. Mesmo assim, a rejeição nazista da "física judaica" pode ter contribuído para o fracasso do desenvolvimento de armas nucleares (ver Capítulo 9). Os nazistas também procuraram aproveitar a mais avançada tecnologia de mídia, para propagar seus objetivos ideológicos, essencialmente arcaicos. Jeffrey Herf criou a noção de modernismo reacionário para designar essa combinação peculiar de características modernas e antimodernas no nacional-socialismo.

O debate da modernização, como tantas outras controvérsias históricas, também tem implicações políticas. Durante a Guerra Fria, adeptos do modelo totalitarista descreveram o fascismo como uma "ditadura desenvolvimentista", a fim de tornar mais plausível a comparação com o comunismo. Um ataque mais formidável à noção do nazismo como antimoderno foi desfechado nas décadas de 1980 e 1990, sob a influência da desilusão pós-moderna com a exaltação da racionalidade humana pelo Iluminismo do século XVIII. As promessas exageradas de progresso formuladas pelo Iluminismo provaram ser vazias, à luz das terríveis catástrofes do século XX. Segundo os críticos pós-modernos, os efeitos homogeneizadores do racionalismo iluminista, com sua alegação de verdade universal e marginalização inevitável do "outro" não-conformista, contribuíram para a destrutividade do nazismo e o advento do Holocausto. Por essa perspectiva, proposta de forma mais persuasiva pelo historiador alemão Detlev Pukert, o nazismo não foi antimoderno tanto quanto foi a personificação das "patologias e distorções da modernidade" e o resultado da "crise da modernidade clássica".

Essa interpretação realça os aspectos tecnocráticos "modernos" do regime nazista e liga sugestivamente o Holocausto e outras atrocidades nazistas a esquemas eugênicos "científicos". Contudo, subestima demais as características nitidamente antimodernas da República de Weimar e da Alemanha Nazista. Isso talvez seja demonstrado de forma mais expressiva pela difusão do antissemitismo, que está ligado, em termos históricos, à oposição aos efeitos sociais da modernização. Embora seja importante compreender a "lógica" do racismo e antissemitismo nazista, é um exagero considerável defini-los como expressões patológicas do racionalismo iluminista e do moderno pensamento científico. Não resta a menor dúvida de que o uso da razão a serviço do poder tem sido um legado odioso e não intencional do Iluminismo; muito mais fundamental, no entanto, são os valores progressistas da liberdade e igualdade a que o Iluminismo deu origem. É na *oposição* a esses valores "modernos" e progressistas, sem minha opinião, que se devem procurar as raízes do nacional-socialismo.

Ao apontar as características modernas do programa nazista, Peukert não tencionava absolutamente oferecer razões atenuantes para os crimes nazistas. Se ele tinha algum motivo adicional, era o de advertir contra a complacência de presumir que as sociedades industriais modernas são imunes aos barbarismos, convenientemente atribuíveis a resquícios atávicos do passado (o que aconteceu com o nazismo, de forma equivocada, na opinião de Peukert). As possibilidades de desculpas relacionadas com o debate da modernização, no entanto, não passaram despercebidas dos revisionistas conservadores alemães, que nas décadas de 1980 e 1990 deliberadamente realçaram as características modernas do domínio nazista para mostrar o regime pelo seu melhor lado.

Os deploráveis esforços para promover políticas conservadoras, "normalizando" a história do nazismo e "relativizando" os crimes nazistas, levaram à chamada *Historikerstreit*, um furioso debate entre historiadores alemães, que é o assunto do Capítulo 16.

¹⁰ *Mittelstand* refere-se a pequenas e médias empresas em países de língua alemã, especialmente na Alemanha, Áustria e Suíça.

A historização do nacional-socialismo

Os revisionistas neoconservadores procuraram aproveitar uma necessidade geralmente percebida pelo que veio a ser chamado, de forma um tanto canhestra, de "historização" do nacional-socialismo. O chamado para a "historização" foi lançado pela primeira vez num artigo, citado com frequência, do historiador alemão Martin Broszat, em 1985. Broszat deplorava o fato de que os historiadores muitas vezes deixavam de examinar o passado nazista com a mesma objetividade empírica e sobriedade com que investigavam outros períodos históricos. A repulsa moral levava-os a encarar a experiência nazista como uma história à parte, o que impedia seus esforços de compreender os processos históricos a longo prazo em ação no Terceiro Reich.

Numerosos estudos regionais e locais, além de monografias especializadas, revelaram as complexidades e contradições do regime nacional socialista. Mas as análises amplas do período continuaram a sofrer uma tendência para demonizar o regime nazista de uma maneira que obscurecia a posição do período na história alemã, e pouco contribuía para a explicação histórica. Longe de procurar reabilitar o regime nazista ou atenuar a condenação moral de Hitler e suas coortes, Broszat esperava neutralizar o perigo de que as denúncias superficiais e estereotipadas se tornassem clichês vazios, sem força moral ou conteúdo histórico. Ele achava que apenas a reconstituição histórica autêntica poderia aumentar nossa sensibilidade para as implicações e lições morais da era nazista.

Esse projeto tornou-se ainda mais urgente, ainda mais impregnado de armadilhas em potencial, na esteira do movimento na Alemanha, começando com o chamado *Historikerstreit* de 1986-87, visando "normalizar" a experiência nazista e livrá-la do estigma de criminalidade extraordinária. Esse revisionismo está bastante vinculado ao historiador Ernst Nolte¹¹, cujo propósito confesso é reinterpretar o nacional-socialismo sob uma luz mais positiva. Se a estratégia tradicional dos conservadores alemães no pós-guerra foi a de minimizar o nacional-socialismo como um acidente histórico, uma aberração deplorável, mas atípica e marginal na continuidade da história alemã, a visão de Nolte representava um desvio novo e ousado do constrangimento conservador anterior. Para Nolte, o nacional-socialismo era uma reação justificada, embora excessivamente radical, à ameaça maior do comunismo soviético. O colapso do comunismo significava, para Nolte, que pelo menos a "essência racional" do nacional-socialismo fora justificada pela história. O nacional-socialismo era a única alternativa racional ao comunismo, alegou ele, um movimento que precedia o fascismo e o superava em sua intenção destrutiva. E em parte para neutralizar tal tipo de revisionismo analisado em mais detalhes no Capítulo 16 que este trabalho foi escrito. Procura combinar interpretação e análise do nazismo com uma narrativa razoavelmente completa dos eventos mais importantes do Terceiro Reich e da Segunda Guerra Mundial. A maior parte do livro, os Capítulos 8 a 14, trata dos anos de 1933 a 1945. Os dois últimos capítulos discorrem sobre as consequências do nazismo e o que os alemães chamam de *Vergangenheitsbewältigung*, a tentativa de expiar ou absorver o passado nazista.

O principal propósito deste livro é por o Terceiro Reich no contexto da história alemã, numa estrutura de interpretação que faça com que os extraordinários acontecimentos desse período se tornem compreensíveis para os não-especialistas, mas sem comprometer os padrões rigorosos do estudo histórico. Espero que ajude a proporcionar sentido a um passado em que a direita radical alemã enlouqueceu. Espero também que ajude a prevenir novos episódios de predomínio da direita radical, em circunstâncias diferentes e em lugares diferentes, com todas as consequências destrutivas que isso acarretaria.

¹¹ Dr. Ernst Nolte, professor emérito de História na renomada Universidade Livre de Berlim. Melhor conhecido por seu aclamado estudo do fenômeno do fascismo - publicado em inglês como *As Três Faces do Fascismo* - Nolte é o autor de numerosos livros e artigos acadêmicos. Sem ser estranho à controvérsia, foi o professor Nolte que provocou o debate intelectual furioso durante o final dos anos 1980 sobre o legado de Hitler e do Nacional Socialismo Alemão, conhecido como a "controvérsia dos historiadores", ou *Historikerstreit*.

1. Fascismo e a tradição conservadora

Ideologia fascista, eleitorado e condições para seu crescimento

O nacional-socialismo pode ser mais bem compreendido como uma forma radical e tipicamente alemã de fascismo, um movimento e uma ideologia que conquistaram milhões de adeptos em muitos países europeus na era das duas guerras mundiais do século XX. O termo "fascismo foi usado pela primeira vez no início de 1939 pelo ex-socialista Benito Mussolini, que deixara o Partido Socialista italiano em protesto contra sua política antiguerra, na Primeira Guerra Mundial. O nome derivava do "*fasces*", o feixe de varas e um machado que simbolizava a unidade e poder do império Romano. Mussolini transformou seu Partido Fascista Nacional numa organização nacionalista militante, que atacava a "fraqueza" da democracia liberal. Seu alvo principal, no entanto, era o movimento socialista internacional, revigorado e radicalizado pela revolução bolchevique na Rússia, ao final de 1917. Movimentos similares ao Fascismo italiano surgiram por toda a Europa nos anos subseqüentes, em particular na Alemanha, Espanha, Portugal, Romênia, Hungria e Croácia, mas também na Polônia, em outros países da Europa Ocidental, e até nos Estados Unidos, onde as idéias fascistas, porém, nunca se tornaram predominantes. Como eram inevitáveis, os movimentos fascistas diferiam uns dos outros, porque cada um se dedicava ao renascimento de sua cultura nacional específica. Assim, os fascistas italianos evocavam a glória da antiga Roma, enquanto os nazistas alemães enalteciam o esplendor do império Hohenstaufen medieval, além do passado mítico das tribos nórdicas que primeiro se instalaram no norte da Europa. Mas todos os movimentos fascistas partilhavam determinados métodos, convicções e valores políticos, assim como inimigos comuns.

Antecedentes históricos

Embora o fascismo fosse um movimento do século XX, que se desenvolveu nas circunstâncias específicas da Europa depois da Primeira Guerra Mundial, suas raízes podem ser encontradas no século XIX. Para compreender o fascismo, é importante examinar sua genealogia e antecedentes históricos. Podem ser traçados até a grande Revolução Francesa, que começou em 1789. Dessa extraordinária convulsão surgiram as três principais ideologias políticas, que consideravam a Revolução de maneiras diferentes, e competiram pelo poder e domínio em países europeus nos séculos XIX e XX. Essas ideologias, apesar de não serem absolutamente monolíticas ou inalteráveis, podem ser designadas como conservadoras (ou monarquistas), liberais e socialistas. A força de cada ideologia diferia bastante de um país para outro, assim como sua unidade interna. Em alguns países, as divergências sobre prioridades políticas específicas levaram à formação de mais de um partido político dentro de cada setor ideológico. Embora esses movimentos ideológicos e seus programas políticos mudassem ao longo do tempo (o que explica o fato de os termos "conservador", "liberal" e "socialista" causarem tanta confusão hoje em dia), cada um aderiu a certos objetivos e valores fundamentais, que o punham em conflito com as outras duas ideologias.

Conservantismo monárquico

O termo "conservador" é agora usado amiúde num sentido geral, para descrever um estilo político cauteloso. O "conservantismo" como a designação para um amplo movimento ideológico, na Europa continental do século XIX, no entanto, significa mais do que apenas uma atitude cautelosa em relação à mudança política; representa uma doutrina política substantiva e um conjunto de valores que poucos conservadores atuais partilham. Os conservadores europeus do século XIX consideravam a Revolução Francesa com aversão e desdém. Na França, os conservadores procuravam reverter as mudanças acarretadas pela Revolução e restaurar o *ancien regime* (o sistema monárquico pré-revolucionário). Em outros países, os conservadores procuravam preservar a ordem antiga contra a investida das idéias revolucionárias. Os conservadores eram favoráveis a uma forte monarquia hereditária, privilégios aristocráticos (direitos especiais para grupos de elite) e uma Igreja consolidada (isto é, apoiada pelo estado). Acreditavam numa ordem natural de desígnio divino de autoridade e subordinação. Desejavam um estado forte que moldasse o caráter e usasse a censura e a vigilância para defender padrões morais e religiosos intemporais. Ao contrário dos conservadores americanos e britânicos de hoje, que defendem uma economia de mercado livre, os conservadores europeus continentais do século XIX preferiam uma economia organizada e regulamentada

para aumentar o poder estatal. Prezavam a unidade, autoridade, ordem, hierarquia, dever e disciplina, para o que um monarca poderoso proporcionava as melhores garantias. O principal apoio para o conservantismo monárquico vinha dos aristocratas e das elites sem títulos, que se Beneficiavam ou esperavam se beneficiar de seus papéis num sistema' monárquico. Mas o conservantismo também contava com o apoio de populações rurais, desconfiadas de mudanças em práticas tradicionais ou de desafios aos costumes estabelecidos.

Liberalismo

Os liberais, por outro lado, apoiavam o clamor dos revolucionários franceses pela liberdade individual e a imposição de limitações ao poder arbitrário do estado monárquico. Em termos históricos, o liberalismo é definido por três grandes compromissos: o compromisso com as liberdades civis ou direitos humanos, inclusive a liberdade de expressão, liberdade da imprensa e liberdade de culto; compromisso com uma forma de governo constitucional & representativa (o que acarretava uma separação de poderes e um legislativo eleito); e compromisso com a propriedade particular e a livre atividade econômica. A Inglaterra desenvolveu um sistema liberal depois da derrota do absolutismo Stuart no final do século XVII. Os Estados Unidos jamais conheceram qualquer outro sistema (um dos motivos pelos quais muitos americanos tem dificuldade para compreender o conservantismo monárquico europeu e o sistema de privilégio aristocrático). Na França, as instituições liberais só surgiram depois da Revolução. Na Alemanha, o movimento liberal foi muito mais fraco. com isso, o conservantismo monárquico era mais forte do que no resto da Europa Ocidental, por motivos que serão examinados com mais detalhes no Capítulo 2.

Até mesmo na França, a luta dos liberais contra a monarquia absoluta não foi definitivamente acertada na grande Revolução, já que os conservadores tentaram salvar e restaurar tanto do sistema absolutista quanto parecia viável nas diferentes condições pós-revolucionárias. A restauração conservadora depois da derrubada de Napoleão, em 1815, prolongou a luta pelo século XIX, levando às renovadas erupções revolucionárias em 1830 e 1848. O liberalismo definia-se originalmente por sua oposição ao arrogante estado monárquico, que levava John Locke a enunciar seu famoso princípio liberal: "O melhor governo é aquele que governa menos". Para os primeiros liberais, a função exclusiva do estado era a proteção da vida, liberdade e propriedade (ou, nas palavras de Thomas Jefferson, "a busca da felicidade"). Os liberais defendiam os direitos individuais, um estado secular (não-religioso), igualdade de oportunidades para todos os cidadãos e igualdade perante a lei. Procuravam substituir o sistema absolutista de privilégios baseado no nascimento por um sistema de oportunidade baseado no talento ou mérito. Acreditavam na possibilidade do progresso mais do que isso, em sua inevitabilidade tanto social quanto tecnológico, através do uso da razão humana. O liberalismo extraía seu principal apoio da classe média em ascensão, formada pelos pequenos negociantes e profissionais especializados (*abourgeoisie*), em suma, pessoas de nascimento "comum", mas muitas vezes com uma grande riqueza e propriedades consideráveis, que se irritavam com a falta de liberdade e representação política nas monarquias absolutistas.

Socialismo

Em meados e para o final do século XIX, à medida que o progresso da industrialização levava ao rápido crescimento de uma nova classe trabalhadora industrial, muitos autoconsiderados liberais passaram a ver o socialismo e a extensão dos direitos democráticos às classes trabalhadoras como uma ameaça maior a seus interesses do que o absolutismo monárquico enfraquecido. O movimento socialista foi a terceira grande ideologia do século XIX. Suas origens modernas podem ser localizadas na fase radical da Revolução Francesa. Para os socialistas, a igualdade, ainda mais do que a liberdade, tornou-se o ideal revolucionário predominante. Foi em parte como uma reação às pressões socialistas que muitos países, inclusive os Estados Unidos, acabaram promovendo mudanças que transformaram liberdade de livre mercado no sistema liberal moderno, às vezes conhecido como "estado do bem-estar social" (um dos motivos pelos quais o termo "liberal" está hoje associado, nos Estados Unidos, ao apoio ao estado de bem-estar social, enquanto os partidários dos princípios de livre mercado do século XIX são em geral rotulados de "conservadores". No contexto das grandes ideologias européias do século XIX, no entanto, os "conservadores" americanos são apenas liberais conservadores. Como a maioria dos americanos apóia suas instituições livres (separação dos

poderes e legislativos eleitos), o debate político nos Estados Unidos é travado quase que inteiramente no campo liberal).

A característica definidora do socialismo, conforme formulada por seu principal teórico, Karl Marx, é a eliminação da propriedade privada nos meios de produção (comércio, indústria, finanças, agricultura e recursos naturais). E esse princípio fundamental que distingue o socialismo de todas as formas de liberalismo, inclusive o "estado do bem-estar social". Segundo a convicção socialista, apenas a socialização ou nacionalização (propriedade do estado) dos bens que criam riqueza pode assegurar a igualdade de condições (isto é, a igualdade econômica). Os princípios democráticos de igualdade de oportunidade e igualdade perante a lei não podem garantir, porque não impedem que o forte explore economicamente o fraco no mercado livre.

A maioria dos partidos socialistas europeus continentais no século XIX se intitulava "democrático social". De seu ponto de vista, o socialismo era o sistema mais justo, porque estendia benefícios econômicos iguais a todos os membros da sociedade. Depois da Revolução Russa em 1917, o evento cataclísmico que produziu o primeiro estado socialista na história, os socialistas de linha dura, sob o comando de Lenin, adotaram o rótulo de "comunistas", para se diferenciarem dos sociais democratas, que queriam combinar a economia socialista com uma forma democrática de governo. Os leninistas achavam que apenas uma estrutura política autoritária e o regime de partido único podiam impor e defender uma economia socialista, nas condições da Europa no início do século XX. O marxismo europeu estava então dividido entre o modelo social-democrático e o comunista soviético. Adeptos dessas duas formas de marxismo tornaram-se adversários encarniçados. Na Guerra rusa, entre o Ocidente liberal e a União Soviética socialista, depois da segunda Guerra Mundial, os sociais-democratas abandonaram seu compromisso com o socialismo (a propriedade pública dos meios de produção) em favor do processo democrático e do bem-estar social.

O espectro político esquerda-direita

Os historiadores, de um modo geral, descrevem as grandes ideologias do século XIX conservantismo, liberalismo e socialismo com o modelo conceitual que situa esses movimentos num contínuo de direita para a esquerda, de acordo com sua preferência pelo *status quo* hierárquico (a direita) ou pela reforma liberalizante e igualitária (a esquerda). Ao final do século XX, com o eclipse tanto da esquerda histórica (socialismo) quanto da direita histórica (conservantismo monárquico), as categorias de "esquerda" e "direita" não parecem mais definíveis com tanta clareza como acontecia no início do século. A distinção esquerda-direita também parece superada hoje, por causa da nova proeminência das questões ecológicas, superando em parte as questões da distribuição econômica, sobre as quais se baseava, em termos históricos. Uma pressuposição fundamental do capitalismo industrial ao século XIX e de seus críticos socialistas - a de que é possível ter uma contínua acumulação e expansão econômica - pode não prevalecer mais. Contudo, a distinção esquerda-direita conserva sua utilidade para a compreensão dos objetivos e valores fundamentais dos movimentos políticos nos séculos XIX e XX.

A terminologia esquerda-direita originou-se na Convenção Nacional da Revolução Francesa. As facções mais revolucionárias sentavam-se no lado esquerdo da cadeira da presidência, enquanto os deputados mais conservadores permaneciam no lado direito. Os deputados da esquerda eram favoráveis a reformas que levassem a mais liberdade e igualdade, enquanto os da direita preferiam os arranjos mais tradicionais e mudanças menos profundas. Na extrema esquerda estavam os movimentos que favoreciam a igualdade econômica compulsória; na extrema direita estavam os realistas, que queriam restaurar os privilégios aristocráticos e o poder absoluto da monarquia.

A igualdade era o valor fundamental que determinava a localização dos movimentos no espectro político. Quanto maior o compromisso de alcançar igualdade, mais para a esquerda o movimento se situava, na percepção dos contemporâneos. A esquerda defendia a progressão para uma sociedade mais democrática, a direita propunha a manutenção ou restauração das hierarquias e relações sociais costumeiras. Nos extremos do espectro ficavam as facções que propunham a revolução, quer para alcançar a igualdade e acabar com a hierarquia, na esquerda ou para restaurar a hierarquia e impedir a igualdade, na direita.

O que complica esse modelo conceitual, no entanto, é a contradição entre fins revolucionários e meios que surgiram na prática, depois da Revolução Russa, de 1917. Para os bolcheviques (comunistas), na extrema esquerda, o compromisso com a revolução social igualitária era tão grande que virtualmente qualquer meio violência, demagogia, terrorismo, ditadura parecia aceitável para a realização de seus fins. Essa disposição para recorrer a métodos radicais leva ao paradoxo, observado com frequência na história, de que os métodos rigorosos de revolucionários da esquerda muitas vezes abalaram seus proclamados objetivos igualitários e democráticos.

Fascismo como movimento da extrema direita

Porque os fascistas também não se detinham diante de nada na busca de seus fins, seus métodos e sua retórica revolucionária costumavam parecer (às vezes deliberadamente) com os de seus oponentes na extrema esquerda. Da perspectiva dos liberais, que prezam a liberdade individual e o processo democrático mais do que a igualdade econômica ou a hierarquia racial, as semelhanças entre os movimentos extremistas de esquerda e direita podem parecer maiores do que às diferenças. Os liberais muitas vezes juntam fascismo e comunismo sob o mesmo cabeçalho: "totalitarismo". Porque os fascistas apropriavam-se com frequência do vocabulário do socialismo a fim de aumentar sua atração para os trabalhadores industriais, muitos estudiosos optaram por descrever o programa fascista como uma mistura de "direita" e "esquerda". Em termos de objetivos fundamentais, no entanto, se queremos que a determinação crucial no espectro político, como "esquerda" ou "direita", conserve sua utilidade conceitual, devemos considerar que fascismo e comunismo pertencem a extremos opostos. É importante conceituar o fascismo como um movimento de extrema direita, não apenas porque era dedicado à destruição do marxismo e comunismo (afinal, dois movimentos de extrema esquerda, o maoísmo chinês e o comunismo soviético, podiam também ser violentamente opostos um ao outro), mas também por causa de sua oposição fundamental ao valor da igualdade.

Os fascistas consideravam o igualitarismo sob qualquer forma, mas em particular na forma de igualdade racial, como a fonte da ruína da humanidade. Era essa oposição à igualdade e democracia que tornou os fascistas tão compatíveis com as elites tradicionais de direita, de cuja ajuda dependiam para conquistar o poder. Na percepção de seus contemporâneos, o fascismo era um movimento de extrema direita.

A localização no espectro político, é claro, depende da posição do observador. Os liberais da tradição parlamentar anglo-americana e européia ocidental eram percebidos como "esquerdistas" pelos conservadores europeus continentais nos séculos XIX e XX, mas eram considerados como "direitistas" por socialistas ou comunistas. Os liberais podem de uma forma legítima, reivindicar o centro do espectro ideológico. Afinal, embora defendendo a igualdade de oportunidades e a igualdade perante a lei, duas idéias que eram um anátema para a linha dura da direita, os liberais opunham-se à violação da liberdade individual e da liberdade de opção, que o esforço da esquerda para garantir a plena igualdade social e econômica (através da abolição da propriedade privada, no caso do socialismo ou comunismo) necessariamente acarreta. Da perspectiva da extrema direita antes de 1945, no entanto, defendendo o privilégio baseado no nascimento ou raça, o liberalismo e o socialismo pareciam relacionados, por causa de seu compromisso com alguma forma de igualdade ou democracia. Não foi por coincidência que a Alemanha nazista e a Itália fascista lutaram ao mesmo tempo contra o Ocidente liberal e a União Soviética socialista, na Segunda Guerra Mundial.

Depois da destruição do fascismo europeu em 1945, as sociedades liberal e socialista mobilizaram-se uma contra a outra, como adversários mortais, numa Guerra Fria que terminou com o colapso do comunismo na década de 1990. Por causa da Guerra Fria e de suas consequências, a afinidade histórica de liberalismo e socialismo, como movimentos que emanaram do Iluminismo e das revoluções democráticas dos séculos XVIII e XIX, é menos óbvia hoje do que era para gerações anteriores. Apesar de sua diferença fundamental em relação à propriedade privada, no entanto, os dois movimentos partilhavam um compromisso com os valores "democráticos" da Revolução Francesa, embora os liberais exaltassem a liberdade pessoal, enquanto os socialistas davam precedência à igualdade social. Os liberais do século XIX não eram necessariamente

democratas, se a democracia é definida pelo sufrágio universal. Mas, com toda certeza, desejavam "democratizar" as monarquias absolutistas da Europa pré-revolucionária.

O fascismo, por outro lado, pode ser considerado como a culminação radical do movimento para resistir às correntes emancipadoras e igualitárias que emanaram da Revolução Francesa e foram aceleradas pela industrialização. Ao longo do século XIX, as elites conservadoras, nostálgicas dos privilégios sociais do *ancien regime* pré-revolucionário, travaram uma batalha de retaguarda contra a democracia, uma luta que se tornou mais radical à medida que a industrialização aumentava as pressões pela reforma e participação democrática. Contra os ideais revolucionários de liberdade e igualdade, os conservadores aristocráticos invocavam as instituições tradicionais, de uma monarquia central forte e o privilégio baseado no nascimento.

Os conservadores europeus continentais opunham-se às conseqüências sociais que a industrialização invariavelmente acarretava: a transferência da riqueza e poder da aristocracia fundiária para a classe média industrial e comercial, e o crescimento da classe trabalhadora industrial, cada vez mais consciente de seus interesses específicos. É claro que os liberais da classe média e os adeptos do socialismo na classe operária foram ficando cada vez mais em campos opostos, ao longo do século XIX e início do século XX. Mas do ponto de vista dos oponentes obstinados à tradição revolucionária francesa, os dois movimentos partilhavam uma odiosa dedicação à mudança liberalizante ou niveladora. Os fascistas, herdeiros radicais da tradição antirrevolucionária no século XX, consideravam os liberais, apesar da franca dedicação à propriedade privada, como os culpados pela abertura das comportas, de uma forma involuntária ou deliberada, para o avanço da maré vermelha.

A relação do fascismo com o conservantismo tradicional

Essa reconstituição ideal da genealogia do fascismo, em termos do conflito histórico entre direita e esquerda, não pode fazer justiça a uma realidade complexa, em que as pessoas mudam com freqüência sua fidelidade política e os movimentos políticos partilham características e objetivos superpostos. Muitos dos primeiros fascistas, inclusive Mussolini, vinham da esquerda e traziam apesar de sua desilusão com as políticas esquerdistas uma mentalidade revolucionária e simpatias populistas. E preciso tomar cuidado para não pintar o conservantismo

O século XIX com o pincel fascista, nem justificar os fascistas ao igualar eus objetivos e métodos mais radicais com os que eram usados pelos conservadores tradicionais. Os fascistas, sem dúvida, não eram conservadores, uma vez que desejavam defender instituições existentes ou um retorno ao malogrado século XIX; na verdade, trabalhavam com um fervor radical para uma mudança de curso que extirpasse as corrupções da modernidade (acima de tudo, entre elas, os movimentos da esquerda) e preparasse o terreno para a regeneração nacional e racial. Mas não se pode encontrar muito sentido no fascismo, se não se situar o movimento no contexto histórico da longa luta travada pelos conservadores europeus contra a democracia, nas variedades liberal e socialista. Num artigo no jornal do partido nazista *Völkischer Beobachter*, a 6 de junho de 1936, Hitler intitulou-se "o revolucionário mais conservador do mundo".

Os fascistas eram muito diferentes dos conservadores tradicionais em moral e temperamento, mas continuaram a campanha conservadora contra a democracia, embora de maneiras ativistas: fizeram isso da forma radical exigida para o sucesso numa época de política de massas. Não foi por acaso que os fascistas, nos países em que alcançaram o poder, contaram com o apoio indispensável das elites conservadoras. Os fascistas partilhavam com os conservadores tradicionais não apenas a oposição à democracia liberal ou social, mas também sua atração pelo autoritarismo, nacionalismo, militarismo, conceitos aristocráticos de posição, origem e direito hereditário, além das virtudes marciais de heroísmo, coragem, dever, obediência, disciplina e abnegação.

A relação do fascismo com o comunismo

Em seus objetivos e valores fundamentais, fascistas e comunistas opunham-se basicamente. Assim como o comunismo do século XX, em termos ideológicos, está ligado às tradições socialistas do século

XIX, o fascismo representa uma versão radicalizada da tradição conservadora européia. O elitismo inerente do conservantismo aristocrático tornava difícil para os conservadores obterem o tipo de apoio de massa de que precisavam para continuar exercendo o poder, numa era de governo representativo e sufrágio popular. A fim de competirem proveitosamente com os novos partidos de classe média e classe trabalhadora que surgiram na Europa no final do século XIX ou início do século XX, os grupos conservadores experimentaram cada vez mais diversas técnicas de apelo às massas, algumas lançadas com pioneirismo pelos partidos de esquerda a que se opunham. No fascismo, o experimento mais radical em mobilização de massas para fins antidemocráticos, essas técnicas foram aperfeiçoadas a um grau sem precedentes. Se tinham uma forte semelhança com as técnicas da esquerda radical, isso não chega a ser surpreendente, pois os fascistas se empenharam em combater, usando as mesmas armas usadas pelos comunistas. Para competir de maneira eficaz com socialistas e comunistas pelo apoio dos trabalhadores, os fascistas trataram de adotar *slogans* e símbolos socialistas para seus próprios fins. A mobilização fascista do povo através da propaganda, concentrações de massa, formações paramilitares e violência orquestrada, ultrapassou os padrões tradicionais de conduta política, da mesma forma que as práticas comunistas.

O eleitorado fascista

Contudo, o segmento da população do qual o fascismo obteve o máximo de apoio não foi o setor dos trabalhadores industriais (que eram mal representados tanto nos partidos fascistas quanto em seus eleitorados), mas sim os grupos da classe média inferior e numericamente grandes. Eram os empregados em escritórios e pequenos proprietários, inclusive lavradores, que temiam a perda de seus bens e posição, caso o movimento operário socialista se tornasse dominante. O eleitorado de massa fascista incluía os descontentes de todas as classes, inclusive os trabalhadores não-sindicalizados e desempregados. Mas o fascismo, primariamente, atraiu os pequenos comerciantes, os artesãos autônomos e os lavradores de subsistência, que temiam tanto o trabalho organizado quanto a concorrência das grandes empresas, numa economia não-regulamentada. Para os grupos de ocupações que estavam ameaçadas numa sociedade cada vez mais industrial, o fascismo parecia oferecer um "terceiro caminho", entre um socialismo que favorecia os trabalhadores assalariados e um capitalismo liberal que satisfazia os ricos. Embora defendessem os direitos de propriedade e uma economia competitiva, os fascistas rejeitavam o etos capitalista de valorizar o lucro particular acima do bem da nação. Não obstante, o fascismo conquistou pelo menos o apoio tácito das elites econômicas, que temiam o movimento trabalhista e a mudança social liberalizante. O fascismo atraía em particular os grupos para os quais o socialismo e o liberalismo parecia merecer apenas a perspectiva de declínio econômico e social.

Nacionalismo

Através do nacionalismo e do racismo, os fascistas procuravam neutralizar os apelos liberais e socialistas. Aqui também eles eram os herdeiros de um nacionalismo radical, atrelado à causa conservadora no final do século XIX. O nacionalismo moderno teve origem como um movimento democrático, na Revolução Francesa. Os revolucionários democráticos punham o bem-estar da nação acima dos interesses restritos da dinastia real. Mas no final do século XIX o nacionalismo se tornara j um veículo de política conservadora na Europa. O processo pelo qual o nacionalismo, tradicionalmente apoiado pelos liberais, foi explorado pelos conservadores para enfraquecer O liberalismo diferiu em cada país, mas foi particularmente acentuado na Alemanha e na Itália, onde as aspirações nacionais de unidade eram frustradas havia décadas.

O nacionalismo tornou-se prontamente disponível para a luta contra o liberalismo e o socialismo. De uma perspectiva nacionalista, esses movimentos podiam ser condenados como egoístas, materialistas e antinacionais. Os nacionalistas conservadores acusavam os liberais de dar prioridade aos motivos particulares do lucro e dos direitos individuais, em detrimento dos interesses da nação. Os socialistas, por outro lado, podiam ser condenados pela promoção egoísta dos interesses de uma v única classe, o proletariado, e por sua defesa potencialmente traiçoeira da solidariedade operária através das fronteiras nacionais. Os nacionalistas clamavam pela subordinação dos interesses individuais e de classe aos interesses da comunidade nacional.

O nacionalismo e o racismo eram particularmente apropriados para mobilizar as massas com finalidades antiliberais, porque desviavam as energias populares das exigências de reforma e mudança na estrutura social. Os nacionalistas denunciavam os defensores liberais e socialistas da reforma, por supostamente minarem a unidade da nação, lançando as pessoas umas contra as outras ou incitando a luta de classe contra classe. O nacionalismo proporcionava um meio de integrar os grupos de renda inferior numa estrutura social hierárquica, ao lhes oferecer a participação numa comunidade nacional poderosa, como compensação psicológica pela falta de melhoria material em suas vidas. Da perspectiva nacionalista, o magnata e o trabalhador assalariado, apesar das diferenças em suas condições materiais, eram membros igualmente honrados, em virtude das origens étnicas comuns, da comunidade nacional ou racial, cada um contribuindo com seus serviços específicos (embora com remunerações muito diferentes) para a causa nacional predominante. Os conflitos de distribuição de propriedade e renda, resultantes dos esforços de reforma liberal ou socialista, podiam parecer mesquinhos, egoístas e antinacionais. No fascismo, as possibilidades demagógicas do nacionalismo foram exploradas até seu potencial máximo. O fascismo gerava uma espécie de consciência igualitária, de camaradagem nacional ou racial, para compensar a falta de uma verdadeira igualdade social ou econômica.

Condições prévias para a ascensão do fascismo

As raízes sociais e econômicas do fascismo estão no século XIX, mas foram as condições específicas do século XX que possibilitaram sua ascensão e triunfo na Itália e na Alemanha. Movimentos fascistas, com força diversa, surgiram em todos os países europeus nas décadas de 1920 e 1930 (e nos Estados Unidos também, em movimentos como a Ku Klux Klan e as idéias do pregador do rádio padre Coughlin). A única exceção foi a União Soviética, que sofria, durante esse período, a terrível provação da ditadura stalinista.

Nacionalismo frustrado

Três fatores principais fomentaram o crescimento do fascismo na era posterior à "Grande Guerra". O primeiro fator foi o das aspirações nacionais frustradas. O Fascismo na Itália e o nacional-socialismo na Alemanha alimentaram-se das frustrações de nacionalistas, que deploravam o fracasso de seu país em alcançar os gloriosos objetivos pelos quais havia entrado na guerra. Em nenhum lugar a desilusão foi maior do que na Alemanha derrotada. Mas também na Itália, que lutara pelo lado vitorioso, a desilusão nacionalista com um acordo de paz, que deixou de conceder ao país os prometidos despojos territoriais nos Bálcãs, promoveu a causa de Mussolini.

Fascistas e nazistas pensavam em si mesmos como continuando a guerra em seu país até uma conclusão bem-sucedida. Os inimigos agora eram as forças internacionalistas, pacifistas e democráticas, que supostamente enfraqueciam e traíam a nação, em sua competição com outras nações. A própria guerra fora um campo de treinamento para tornar a nação numa causa unificada. O exército com seus guetos de organização fascista e veteranos desgostosos de volta da linha de frente, eram o potencial humano para os partidos fascistas e as formações paramilitares, como o *Freikorps* na Alemanha, a *Sturmabteilung* (SA) de Hitler, e os *Posei di combattimento* de Mussolini.

Uma ameaça percebida da esquerda

O segundo fator para a ascensão do fascismo sob alguns aspectos, o mais importante foi o desafio apresentado pela revolução bolchevique na Rússia, em 1917. O fascismo foi uma reação violenta contra a extraordinária ameaça que o socialismo marxista parecia representar para as instituições nacionais, que agora contava, pela primeira vez na história, como um poder nacional.

Os partidos fascistas foram fundados na esteira da guerra mundial para oferecer aos trabalhadores uma alternativa ao socialismo marxista e atraí-los para a facção nacional; sua missão proclamada era eliminar a esquerda radical, "combatendo fogo com fogo". Foi principalmente essa função antimarxista que atraiu o apoio dos conservadores tradicionais e até mesmo de alguns liberais de mentalidade conservadora, que na Itália e na Alemanha deram aos fascistas o apoio de que precisavam para conquistar o poder. \ Os

fascistas foram muito apreciados como aliados em situações em que a esquerda ameaçava tomar o poder. Também se beneficiaram da percepção popular de que liberais e conservadores tradicionais eram melindrosos e delicados demais para combater a ameaça revolucionária da esquerda. Onde as elites conservadoras estavam bem entrincheiradas, com força suficiente para suprimir a esquerda por si mesmas, como no sudeste da Europa, os fascistas eram dispensáveis. Por isso, os partidos fascistas eram fracos. Eram fracos também em países com sólidos sistemas liberais, como o oeste da Europa e os Estados Unidos, nos quais as instituições democráticas provaram ser bastante competentes para enfrentar o desafio da esquerda radical sem se renderem à direita radical.

Dificuldades econômicas

Nem o nacionalismo frustrado nem o anticomunismo militante poderiam resultar no triunfo do fascismo na Itália e na Alemanha, se não houvesse uma terceira condição prévia para o sucesso fascista: a contra-poder legalmente, se a economia na Alemanha de Weimar não estivesse gravemente enfraquecida pela Grande Depressão. Mussolini também se beneficiou da luta social que as dificuldades econômicas precipitaram na Itália depois da Primeira Guerra Mundial. Os serviços para acabar com greves de *seus squadristi* não seriam necessários num período de paz trabalhista.

Não é de surpreender que as mesmas condições de escassez e desigualdade que geraram os movimentos revolucionários de esquerda também dessem origem à contra-revolução de direita. Nada radicalizava os membros da classe média a um grau maior do que a perspectiva de contínuo declínio econômico, com a ameaça de uma revolução da classe mais humilde. Assim como a crise econômica tendeu a jogar os trabalhadores assalariados para a esquerda, as pessoas com propriedades a defender foram empurradas para a direita. O fascismo oferecia a promessa de soluções radicais mas não-marxistas para os problemas da economia capitalista, numa época em que os princípios do *laissez-faire* do liberalismo clássico pareciam oferecer cada vez menos esperança para o "homem comum". Se os comunistas propunham uma saída da crise econômica pela abolição da propriedade privada, os fascistas ofereciam uma saída através do renascimento do poder nacional.

Fascismo definido

Pode ser útil, a esta altura arriscar uma definição funcional de fascismo, sempre lembrando que as manifestações concretas invariavelmente se desviam, até certo ponto, do "tipo ideal". A ascensão do fascismo pode ser mais bem compreendida no contexto da grande transformação social produzida pelas revoluções democrática e industrial dos séculos XVIII e XIX, e que foi acelerada pela Guerra de 1914-18. O fascismo foi um movimento político (e, mais tarde, um sistema de governo) para criar apoio de massa, por meios radicais e violentos, com fins antidemocráticos e contra-revolucionários. Conquistou adeptos principalmente entre os grupos que tinham muito a perder em decorrência continuado crescimento de movimentos que identificavam o progresso não apenas com o avanço tecnológico (que os fascistas favorecem igualmente), mas também com a crescente democratização e a atribuição mais eqüitativa de bens materiais. A ideologia fascista invocava as virtudes do nacionalismo, autoritarismo e militarismo, contra os valores revolucionários de liberdade e igualdade.

Se, não obstante, houve substanciais diferenças nas várias versões nacionais de fascismo, isso se deve em grande parte ao fato de que é da natureza de todos os nacionalismos glorificar as próprias instituições e tradições herdadas. Como uma defesa radical de seus costumes e tradições étnicas contra os desafios da modernidade e a contaminação do exterior, o fascismo sempre pareceu personificar as tradições culturais do país em que se estabelecia. Assim, os fascistas italianos procuravam inspiração no passado romano imperial, enquanto os nacional-socialistas exaltavam o tribalismo germânico, e os líderes da Ku Klux Klan idealizavam a "democracia escravagista" no Sul dos Estados Unidos anterior à Guerra Civil. As lealdades nacionalistas, entre os fascistas, são tão fortes que alguns fascistas franceses se juntaram à resistência quando a Alemanha ocupou a França, em 1940.

O radicalismo dos movimentos fascistas foi muitas vezes vinculado à escala da ameaça percebida da esquerda. Uma forma de racismo e xenofobia era comum a todos os movimentos fascistas. A busca de pureza étnica levava à rejeição da miscigenação e igualdade racial. Mas o antissemitismo variava com frequência na proporção da percepção popular dos judeus como líderes e beneficiários dos movimentos progressistas, que os fascistas queriam destruir. Embora a dinâmica radical do fascismo acabasse levando à destruição das instituições tradicionais e da estrutura clássica na Segunda Guerra Mundial, esse desenlace não-tencionado não deve obscurecer as raízes do fascismo no século XIX, de oposição à democracia liberal e social. Todos os movimentos fascistas partilhavam em comum a determinação de reverter a tendência moderna para uma maior democratização. Na medida em que instituições tradicionais, como a aristocracia, demonstravam ser inadequadas ou não queriam cooperar com a tarefa, também foram sacrificadas pela contra-revolução fascista.

Por que o movimento fascista mais extremado e mais virulento surgiu na Alemanha? E por que essa variante radical do fascismo conseguiu conquistar o poder na Alemanha, enquanto os movimentos fascistas na maioria dos outros países não tinham êxito? As peculiaridades da história alemã podem ajudar a proporcionar respostas para essas indagações.

2. O problema da unidade alemã - Absolutismo e particularismo

Uma importante questão que os historiadores da Alemanha Nazista são forçados a confrontar é como um movimento tão bárbaro quanto o nazismo pôde triunfar num país de tanta criatividade e refinamento cultural. E, também, por que as forças hostis à democracia foram tão fortes num país que, no início do século XX, ficava em segundo lugar apenas para os Estados Unidos em matéria de poderio industrial? Há indicações na história que possam ajudar a explicar o triunfo da direita radical nos anos entre as duas guerras mundiais? Há fatores históricos que possam nos ajudar a compreender o expansionismo agressivo e a destrutividade da Alemanha no século XX?

O *Sonderweg* alemão

A tese do *Sonderweg*¹² pode ser enunciada de maneira concisa da seguinte forma: de uma perspectiva ocidental, o desenvolvimento político da Alemanha foi tragicamente retardado por seu fracasso em desenvolver um sistema democrático eficaz até depois da Segunda Guerra Mundial. De acordo com essa posição, até 1945 o movimento liberal na Alemanha era fraco demais para superar as forças entrincheiradas do governo monárquico, o sistema em que o poder se concentrava nas mãos do soberano e de uma elite privilegiada, dominada pela aristocracia. Em contraste com o oeste da Europa, onde o absolutismo estava defasado no início do século XIX, nunca houve uma revolução liberal vitoriosa na manhã do século XIX, a Alemanha definia sua identidade nacional em oposição às idéias progressistas (isto é, libertárias e igualitárias) da devolução Francesa. A tese do *Sonderweg* culmina numa grande acusação: a burguesia alemã não foi capaz de cumprir sua missão histórica de formar um governo parlamentar liberal. A lamentável consequência dessa omissão histórica, concluem os adeptos da tese do *Sonderweg*, foi o triunfo do nazismo no século XX.

A tese do *Sonderweg* tem sido o alvo de muitas críticas nos últimos anos. Vários historiadores ressaltaram que a burguesia alemã, apesar do fracasso da revolução liberal de 1848, dominou a economia e foi bem-sucedida na defesa de seus interesses, através das instituições políticas autoritárias da Alemanha.¹³ Atribuir culpa pelo "desvio de desenvolvimento" da Alemanha às elites aristocráticas pré-industriais, que deveriam ter sido desalojadas das posições de poder, é na verdade uma maneira sofisticada de livrar a burguesia alemã da responsabilidade pelo lamentável curso da história no século XX. Os críticos também

¹² *Sonderweg* - Desenvolvimento especial

¹³ Os críticos mais importantes da tese do *Sonderweg* alemão são David Blackbourn e Geoff Eley, *The Peculiarities of German History: Bourgeois Society and Politics in Nineteenth-Century Germany*, Oxford: Oxford University Press, 1984. Para uma análise vigorosa das diferenças nos sistemas políticos ingleses, ver Paul Kennedy, *The Rise of the Anglo-German Antagonism*, Londres Allenand Unwin, 1982. Para uma excelente introdução à discussão do *Sonderweg*, ver Charles S. Maier, *The Unmasterable Past: History, the Holocaust, and German National Identity*, Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 1988, pp. 109-15.

têm questionado a extensão em que a mobilização do apoio de massa ao nacionalismo e imperialismo alemães pode ser atribuída a manipulações conscientes das elites conservadoras entrincheiradas, como fica implícito na interpretação do *Sonderweg*. Finalmente, os críticos da tese do *Sonderweg* defendem o abandono do desenvolvimento democrático liberal do oeste da Europa como o padrão normativo contra o qual os desvios alemães devem ser medidos.

Seria errado, é claro, considerar a riqueza e a variedade da história alemã exclusivamente pelo prisma da experiência nazista ou exagerar a singularidade do desenvolvimento histórico alemão. Cada nação possui a sua própria excepcionalidade. Contudo, até mesmo os historiadores que questionam a noção de um *Sonderweg* alemão ou que criticam a pressuposição liberal de que o modelo inglês de desenvolvimento é a norma contra a qual todas as tradições nacionais devem ser medidas, não negam a importância das continuidades históricas que ligam o nazismo com o passado alemão. A questão não é determinar se o desenvolvimento histórico da Alemanha corresponde a algum padrão normativo de modernidade ou democracia liberal. O importante é que o desenvolvimento antidemocrático alemão pode nos ajudar a compreender por que a Alemanha travou duas grandes guerras com os países do oeste da Europa no século XX. Quer a sociedade burguesa e o desenvolvimento do Ocidente sejam considerados normativos ou não, o fato é que o desenvolvimento diferente da Alemanha ajuda a explicar o conflito com o Ocidente que existe por trás das duas guerras mundiais.

A maioria dos historiadores concorda que o triunfo do nazismo não foi com certeza uma consequência inevitável do desenvolvimento problemático da Alemanha, muito menos a decorrência de uma falha inerente ao "caráter nacional" alemão, mas também aceita que o fenômeno nazista não pode ser explicado apenas como o resultado de fatores de curto prazo, nem como uma aberração acidental, sem qualquer ligação com o passado alemão mais distante. Mesmo que as causas para a conquista do poder pelos nazistas devam ser procuradas principalmente nas décadas de 1920 e 1930, a constelação de forças políticas que possibilitaram a ascensão do nazismo foi em parte o produto de desenvolvimentos anteriores na história alemã. A sociedade alemã pode não ter sido basicamente diferente das sociedades européias do oeste, mas ainda precisamos explicar o fato de que só a Alemanha, entre os países industrializados, gerou uma forma peculiarmente radical de fascismo. Embora não estivesse obrigatoriamente fadada ao nazismo, e a ênfase nas "peculiaridades" da história não deva desviar os analistas das causas gerais do fascismo, há, não obstante, fatores de longo prazo que ajudam a explicar por que a Alemanha (e a Itália também) sucumbiu a uma forma de fascismo, enquanto os países europeus ocidentais resistiam com êxito à tendência da época. ..

Particularismo e seus efeitos

Talvez a maneira mais óbvia pela qual o desenvolvimento alemão e o italiano diferiram dos modelos ocidentais foi a data tardia em que se tornaram nações-estados unificadas. Foi eventualmente esquecido, na indignação pela divisão alemã depois da Segunda Guerra Mundial, que a Alemanha estivera fragmentada em numerosos estados durante a maior parte de sua história. Antes de 1990, uma nação-estado alemã, unificada e soberana, existira apenas por três gerações, de 1871 a 1945 (como a Áustria alemã foi incluída, então se pode dizer que a Alemanha só esteve unificada, sob o mesmo governo de 1938 a 1945). O particularismo, sistema que deixava cada estado alemão livre para se governar e todos os seus interesses, sem preocupação com o bem comum da nação, deixou a sua marca na história alemã. O fracasso do liberalismo e da democracia na Alemanha até 1945 tem uma relação estreita com a essa força particularista. A unificação retardada da Alemanha teve o efeito de orçar os valores e instituições autoritários e antidemocráticos.

A ameaça que as forças particularistas residuais apresentaram para a unidade alemã, mesmo depois da unificação formal, em 1870-71, pode também ajudar a explicar o radicalismo do nacionalismo alemão nos séculos XIX e XX. Embora um vago senso de consciência nacional alemã provavelmente existisse há mais de mil anos entre os povos germânicos que habitavam a Europa Central, a Alemanha nunca teve fronteiras geográficas definidas naturalmente, nem um estado que coincidissem com a área habitada por povos alemães. Desde o final da Idade Média, a soberania na Alemanha baseava-se em mais de 300 principados do Santo Império Romano, formando a nação alemã. Fundado por Carlos Magno no ano 800, o primeiro Reich (império) alemão sobreviveria no nome por mais de mil anos. O império alcançou seu maior tamanho e

força nos séculos XII e XIII, sob os imperadores Hohenstaufen, Frederico Barbarossa, Henrique VI e Frederico II, figuras que se destacariam na mitologia nacional alemã até o século XX. Mas ao contrário da Inglaterra ou França, que desenvolveram fortes monarquias nacionais no início da era moderna, o Santo Império Romano saiu da Idade Média como uma entidade fraca e fragmentada. Até mesmo os lendários imperadores Hohenstaufen foram incapazes de evitar a soberania em ascensão de príncipes territoriais e a fragmentação do Reich. O Santo Império Romano, por mais esplêndido que fosse o seu nome, era unificado apenas nominalmente. Descrito de forma apropriada por Voltaire como não sendo santo nem romano, nem um império, esse atavismo histórico já estava moribundo muito antes de sua dissolução final, na esteira das conquistas de Napoleão, em 1806.

O fruto amargo das divisões políticas e religiosas da Alemanha foi a Guerra dos Trinta Anos (1618-48), que deixou o Império como uma mera sombra do que fora e confirmou a fragmentação e atraso alemães. O que começou como uma luta civil alemã, com o Imperador Ferdinando II liderando as forças católicas contra os estados da União Protestante, logo se transformou numa guerra conduzida por potências estrangeiras em território alemão. A Alemanha precisou de mais de um século para se recuperar das devastações materiais e perdas de população dessa guerra terrível. O legado político e psicológico da guerra prolongou-se por mais tempo ainda. A Guerra dos Trinta Anos persistiu na memória popular como o grande infortúnio nacional, que serviu como uma lição objetiva sobre as consequências fatídicas da desunião e fraqueza nacional.

A falta de unidade alemã, agravada pela ausência de fronteiras naturais deixou a Alemanha exposta à intervenção estrangeira. Quase no final do século XVII, Luís XIV explorou as divisões internas alemãs para conquistar territórios na fronteira, inclusive as províncias da Alsácia e Lorena, que seriam disputadas de uma maneira encarniçada nos séculos XIX e XX. Apenas a oposição de outras potências européias, a Inglaterra em particular, impediu que a França anexasse toda a margem esquerda do Reno, pelo menos até o período napoleônico.

Absolutismo e seus efeitos

A fragmentação da Alemanha agravou as características opressivas e absurdas do absolutismo nos séculos XVII e XVIII. Enquanto na França o advento do absolutismo, na esteira das guerras religiosas, serviu para fortalecer a monarquia central, na Alemanha os beneficiários foram os soberanos dos muitos territórios separados. Exércitos permanentes e administrações de organização centralizada, legados das guerras que haviam enfraquecido ou destruído a autonomia dos Estados Gerais (como eram chamados os representantes do clero, aristocracia e patriciado urbano), agora serviam aos príncipes, como meios para consolidar seu regime à custa, não resta a menor dúvida, de qualquer senso de uma nacionalidade alemã comum, que só aflorou no século XVIII, como um ideal cultural, sem nenhuma realidade política.

O absolutismo enraizado em centenas de principados alemães teve consequências persistentes e debilitantes: fortaleceu os privilégios sociais e econômicos de uma reduzida casta aristocrática, degradou a situação dos camponeses, obstruiu a emancipação e educação política da classe média, instituiu a burocracia e o exército como os esteios do governo, e perpetuou a estratificação rígida de uma sociedade em que cada grupo tinha seu lugar determinado. Os governos absolutistas agiam não para o bem-estar de seus súditos, mas para a perpetuação de seu próprio poder e glória. Os regimes rígidos, organizados de acordo com uma concepção estática de papéis sociais de designação divina, deixavam pouca margem para a iniciativa individual ou o envolvimento popular em assuntos públicos. A proverbial subserviência alemã diante da autoridade estava firmemente arraigada na tradição absolutista, que persistiu por muito mais tempo na Alemanha do que na Europa Ocidental.

O reino da Prússia, o maior dos estados alemães, junto com a Áustria, tipificava ao mesmo tempo as forças e as fraquezas do sistema absolutista. Ao expandir seu território nos séculos XVII e XVIII, através de uma combinação de herança dinástica e conquista militar, sob sua dinâmica dinastia, os Hohenzollerns, a Prússia tornou-se uma potência bastante para desafiar o tradicional domínio da Áustria dos Habsburgos na Alemanha. Mas a glória dos feitos militares da Prússia, sob Frederico, o Grande, encobria a fraqueza básica

do absolutismo, até mesmo da variedade "iluminada": a ausência do envolvimento popular e da identificação com o estado monárquico. Na ocasião mesmo em que a revolução acabava com os privilégios baseados no nascimento na França, os privilégios da aristocracia a leste do rio Elba, eram confirmados no Código Prussiano de 1794. A Prússia e, mais tarde, a Alemanha como um todo se definiria por sua oposição aos valores democráticos da Revolução Francesa. A distância entre os governantes e os governados, simbolizada pelo costume de Frederico, o Grande, de usar o francês na corte, enquanto falava alemão apenas com seus soldados e seus cavalos, ao que se dizia, ajuda a explicar o colapso prussiano diante da ofensiva napoleônica em 1806-07.

O absolutismo prussiano, no entanto, demonstrou ser extraordinariamente impermeável às correntes emancipadoras que varreram a Europa, durante a Revolução Francesa e as Guerras Napoleônicas. As regiões da Alemanha que ficaram sob ocupação francesa foram muito afetadas, como não podia deixar de ser, pelas reformas impostas por Napoleão ou seus agentes. Em extensas áreas do oeste alemão, os princípios revolucionários da igualdade perante a lei, separação entre a religião e o estado, e carreiras baseadas no talento promoveram mudanças no governo e na sociedade. Até mesmo na Prússia, que sobreviveu como um estado independente graças à intervenção do czar Alexandre I, da Rússia, os sucessos dos exércitos de cidadãos de Napoleão virtualmente forçaram os líderes prussianos a adotar uma série de reformas destinadas a combater a apatia pública e estimular um maior envolvimento popular no destino da monarquia. O propósito das reformas prussianas, porém, era apenas fortalecer o sistema tradicional, a fim de enfrentar o desafio napoleônico. O curso reformista foi abandonado depois da derrota de Napoleão, em 1815. Não foi a última vez que o novo para reforçar o velho.

A Confederação Alemã

A vitória sobre Napoleão fortaleceu a antiga ordem na Alemanha e na Europa como um todo. O acordo de paz de 1815 baseou-se no princípio da legitimidade monárquica, restaurando no poder as casas reinantes tradicionais. Claro que as mudanças da era napoleônica deixaram suas marcas na recém-criada Confederação Alemã, reduzida agora a trinta e nove estados. Mas o particularismo triunfou mais uma vez, e a tradição absolutista continuou a prevalecer. Os desejos populares foram ignorados pelos negociadores da paz no Congresso de Viena, terminando por reprimir o nacionalismo e o liberalismo revolucionário. Estimulados pelo primeiro-ministro dos Habsburgos, Clemens von H. Metternich, os estados da Confederação Alemã adotaram medidas para suprimir o movimento liberal pela unificação nacional, sob um governo representativo.

A fracassada revolução de 1848

Tanto a força quanto as limitações do movimento liberal foram reveladas de forma inequívoca pelas revoluções de 1848-49. Nesse ano, na frase famosa de A. J. P. Taylor, "A história alemã alcançou seu momento decisivo, e não conseguiu seguir em frente". As forças do conservantismo monárquico, que nunca foram totalmente desalojadas do poder, mesmo no auge da maré revolucionária, na primavera de 1848, reafirmaram seu controle no final. Uma oportunidade histórica de lançar a Alemanha no caminho democrático foi perdida, quando Frederico Guilherme W, da Prússia, rejeitou a constituição da Assembléia de Frankfurt, para impor uma monarquia alemã limitada. O rei prussiano falou que não aceitava uma coroa "da sarjeta", ao rejeitar qualquer limitação a soberania monárquica. Em vez disso, enviou suas tropas para a cidade livre de Frankfurt, a fim de dispersar a assembléia constituinte e esmagar o movimento liberal.

Os historiadores debatem as razões para o fracasso de depois de um começo tão promissor. Entre as principais, destacam-se a falta de concordância no lado, liberal sobre a extensão das reformas democráticas e as fronteiras de uma Alemanha unida; a dependência da liderança liberal dos artesãos, que não partilhavam o objetivo liberal de uma economia livre e desregulamentada, sem proteção para os pequenos proprietários; e a cautela excessiva dos líderes liberais, deixando de depor os príncipes soberanos quando tiveram a oportunidade (se é que tiveram mesmo). A questão da inclusão da Áustria numa Alemanha unida era complicada pela composição multinacional do Império Habsburgo, do qual apenas uma parte integrava a Confederação Alemã. A competição entre a Áustria e a Prússia pelo domínio na Alemanha era um

importante obstáculo aos planos tanto por uma "grande Alemanha" (com a Áustria) quanto por uma "Alemanha menor" (sem a Áustria). Qualquer que seja o peso atribuído a causas específicas, o fato é que o legado do absolutismo e particularismo demonstrou ser tenaz demais para que o movimento liberal o pudesse superar. A proliferação de estados alemães significava que a revolução tinha de ser vitoriosa em diferentes arenas; significava também que podia ser esmagada pela reação conservadora. A persistência dos valores e instituições pré-industriais e pré-democráticos ajuda a explicar por que a base para a mudança liberal era, em última análise, pequena e desunida demais para sustentar o movimento revolucionário.

E claro que um foco exclusivo no fracasso de 1848 pode exagerar a importância da revolução política, ao mesmo tempo em que subestima as mudanças reais que ocorreram na sociedade civil ao longo do século XIX. As revoluções de 1848 indubitavelmente estimularam a introdução de mudanças econômicas (e algumas, políticas), que atendiam aos interesses da classe média e fixaram as bases para que o capitalismo liberal e industrial decolasse na Alemanha. Provavelmente é justo dizer que o fracasso da revolução de 1848 tem uma importância mais simbólica do que substantiva, como uma indicação da maneira pela qual o desenvolvimento da Alemanha diferiu do modelo constitucional ocidental. Mas havia diferenças, que tenderam a crescer em vez de declinar, nos anos subsequentes a 1848. Enquanto a liberalização econômica removia os obstáculos para a expansão industrial na Alemanha, como aconteceu em outras partes da Europa, as instituições autocráticas permaneceram firmes, em particular na Prússia. Não foi apenas na Alemanha, é claro, que membros da burguesia (ou da classe média econômica e autônoma) passaram a aceitar o regime autoritário, fazendo causa comum com os conservadores aristocráticos contra a democracia, mas em nenhum outro lugar da Europa Ocidental as forças mobilizadas contra a democracia foram tão poderosas.

A unificação da Alemanha sob a Prússia

Não é preciso entoar os clichês moralistas da "omissão" liberal ou da "abdicação" da classe média de seus verdadeiros interesses para concluir que a democracia liberal alemã era natimorta. Que assim permanecesse era o objetivo do grande estadista prussiano Otto von Bismarck, que dedicou seu talento a sustentar as instituições monárquicas prussianas contra os movimentos liberal e democrático. Talvez sua realização mais extraordinária tenha sido a obtenção da concordância de muitos antigos liberais para o sistema monárquico herdado. Ele conseguiu isso ao manipular com a maior habilidade as aspirações nacionalistas pela unificação, até atingir finalidades antiliberais.

Bismarck foi nomeado primeiro-ministro prussiano em 1862, por causa de sua posição de conservador de linha dura, que aconselhava o realismo inflexível (*Realpolitik*) para defender os interesses da monarquia prussiana. Conseguiu derrotar os esforços da maioria liberal no parlamento prussiano para tornar o governo mais responsável à sua vontade. A questão em que o parlamento tentou firmar sua posição foi a demanda do governo de apropriações para expandir o exército prussiano. Bismarck, aproveitando o fato de o governo controlar as engrenagens para levantar receitas, simplesmente ignorou a recusa do parlamento em aprovar seus pedidos orçamentários. As grandes questões da época, disse Bismarck ao comitê de orçamento parlamentar, não seriam resolvidas pelos votos da maioria. Fora esse, em sua opinião, o erro da Assembléia de Frankfurt, em 1848, mas sim resolvidas "a ferro e sangue".

Bismarck acabou conquistando o apoio da maioria dos nacionalistas liberais por sua liderança carismática, conseguindo promover, através de uma sucessão de guerras vitoriosas, a unificação nacional, que os liberais não puderam alcançar pelo voto em 1848. Depois da decisiva vitória em 1866 da Prússia sobre a Áustria, que se opunha à unificação da Alemanha sob a Prússia, uma maioria dos liberais prussianos aprovou, graças novamente ao tratamento arrogante que Bismarck dispensou à crise orçamentária em 1862-63. Intimidados pelo resultado espetacular de Bismarck nos campos de batalha, a maioria dos liberais aceitou sua política de poder, mesmo à custa do governo parlamentar. Através de sua política de unificação nacional, Bismarck conseguiu que a maioria dos liberais alemães aceitasse seu conservadorismo monárquico.

Nacionalismo triunfa sobre liberalismo

O sucesso de Bismarck foi rematado com a fundação do Império Alemão, quando a guerra contra a França aproximava-se de sua conclusão vitoriosa, em janeiro de 1871. Os liberais se viram na situação crítica de ter que optar entre a unificação nacional e um sistema constitucional, em que o governo seria da responsabilidade do parlamento. O apoio a Bismarck, cujo uso do poder prussiano possibilitara a unificação alemã, significava a aceitação do sistema monárquico prussiano, que o primeiro-ministro estava determinado a transferir para o recém-fundado Reich. Os liberais, no entanto, descobriram que era muito difícil opor-se a Bismarck sob alegações constitucionais. Afinal, isso acarretaria a rejeição de um antigo objetivo liberal, o de uma nação alemã unificada. A fidelidade à nação parecia agora exigir o abandono das demandas liberais por um legislativo forte e um processo parlamentar. Quando forçada a optar entre o apoio e a oposição a Bismarck, a maioria dos antigos liberais pôs o nacionalismo acima dos objetivos liberais e constitucionais. Os liberais que apoiavam Bismarck fundaram o Partido Liberal Nacional, cujo nome já sugeria a prioridade que o nacionalismo agora tinha.

Antes de 1848, os liberais e nacionalistas na Alemanha (e na Itália também) partilhavam um inimigo comum: os conservadores monárquicos, que se empenhavam em manter os regimes dinásticos "legítimos" dos estados alemães separados, impedindo assim o constitucionalismo e a unificação. Os liberais e nacionalistas partilhavam um objetivo comum: a destruição dos regimes absolutistas e particularistas, que bloqueavam tanto o governo representativo quanto a unificação nacional. Foi por isso que conservadores tradicionais, como Metternich, inj vestiram tanta energia na supressão dos movimentos da classe média pelo liberalismo e nacionalismo. Os liberais tendiam a ser nacionalistas e vice-versa. Afinal, haveria maneira melhor de alcançar liberais e nacionalistas do que um governo nacional, baseado no consentimento popular? Os eventos de 1848 revelaram que esse projeto seria inacessível pelo processo democrático ou, diga-se de passagem, pela revolução.

A unificação da Alemanha por Bismarck, sob a monarquia prussiana, dissolveu de forma eficaz a ligação histórica entre liberalismo e nacionalismo na Alemanha. Também ajudou a transformar o nacionalismo de um credo democrático em um veículo de política conservadora. Embora partilhasse os valores monarquistas de Metternich, Bismarck estava muito mais disposto a satisfazer o nacionalismo alemão e sacrificar as dinastias dos estados alemães separados, em favor da unificação da Alemanha. A unificação bismarckiana comprometeu a nação alemã com os valores e instituições do monarquismo prussiano. Assinalou o triunfo não do nacionalismo liberal, mas do patriotismo e particularismo prussiano. A unificação alemã não acarretou a derrota do absolutismo e particularismo, mas sim, em última análise, seu triunfo maior, numa forma diferente e modernizada.

O Império Alemão

Os historiadores às vezes se referem à unificação da Alemanha como a expansão da Prússia, não apenas porque a unificação foi conquistada pela força das armas prussianas, mas também porque grande parte do sistema monárquico prussiano foi transferido, de forma efetiva, para o segundo Reich Alemão. Bismarck permitiu a eleição para o *Reichstag*, o parlamento alemão, pelo sufrágio universal masculino (as eleições para o *Landtag* prussiano¹⁴ continuaram até 1918, a se basear num sistema devoto ponderado, que favorecia os junkers, a aristocracia rural da Prússia Oriental), em parte pela suposição de que a massa do campesinato alemão votaria pelo regime conservador. Ele não foi capaz de prever a rápida transformação da sociedade alemã como resultado da industrialização.

Ironicamente, foi a esperança de Bismarck de explorar os ressentimentos populares contra uma economia liberal desregulamentada que o levou a admitir o sufrágio universal masculino, apesar de sua oposição à democracia. Embora Bismarck viesse a lamentar essa concessão à soberania popular, isso parecia ter pouca importância, por causa de seu sucesso em restringir os poderes do legislativo. A constiutção

¹⁴ Foi criado em 1849 após a dissolução da " Assembleia Nacional da Prússia , criado na tradição do parlamento prussiano que existe desde o século XIV em várias formas e estados Teutônica da Prússia na Prússia Real e do Ducado da Prússia .

bismarckiana criou um arremedo de governo parlamentar, sem a substância. O *Reichstag* era limitado em seus poderes de propor nova legislação. Não tinha virtualmente qualquer controle sobre as finanças públicas, nomeações e assuntos militares. O *Reichstag* tinha o direito de aprovar a legislação encaminhada pelo governo. Mas não podia impor sua vontade ao governo, porque o chanceler era responsável somente perante o imperador. Estava seguro em seu cargo enquanto contasse com a confiança do Kaiser. O governo não era afetado pelo resultado das eleições para o *Reichstag*. Não havia necessidade de efetuar qualquer mudança no governo. Para acentuar a independência do governo do parlamento, a constituição proibia as autoridades governamentais de integrar o *Reichstag*. O *Reichsrat*, a câmara superior, constituído por representantes designados dos estados alemães, era controlado pela delegação prussiana, numericamente predominante. Através dele, o controle final pertencia a Bismarck, que conservava seu posto de primeiro-ministro prussiano, ao mesmo tempo em que servia como chanceler do Reich. A Prússia contava com votos suficientes na câmara superior para bloquear qualquer mudança na constituição, para o que era necessária uma maioria de dois terços.

A constituição organizava a engrenagem institucional para a repressão da democracia liberal e social. Mas os desenvolvimentos sociais e econômicos do final do século XIX criaram pressões renovadas pela democracia no Reich recém-criado. A tensão e o conflito resultantes ajudam a explicar a instabilidade e a agressividade do Império Alemão no início do século XX.

3. O Império Alemão

A repressão da democracia, imperialismo social e a estrada para a guerra

O império fundado sob a liderança de Bismarck, que durou quarenta e sete anos, desmoronou ao final da primeira das duas grandes guerras mundiais do século XX. O Kaiser foi obrigado a abdicar em novembro de 1918, encerrando uma guerra em grande parte resultado da expansão imperial exagerada. Mas o imperialismo alemão se encontrava longe de estar liquidado, apesar da derrota na Guerra de 1914-18. Seria preciso outra guerra mundial para acabar com as ambições imperiais da Alemanha.

Os historiadores continuam a debater o grau de continuidade entre os objetivos alemães nas duas grandes guerras. É claro que a Alemanha lutou na Segunda Guerra Mundial sob uma liderança muito mais radical e belicosa do que na primeira. Contudo, de uma perspectiva a longo prazo, as duas guerras mundiais fazem parte de uma campanha de trinta anos, em que a Alemanha procurou reforçar seu predomínio na Europa e adquirir a posição de potência mundial. Quais foram as fontes da agressividade alemã no século XX? Por que uma Alemanha unificada gerou tanto ímpeto expansionista? Como a permanência de Bismarck no posto de chanceler alemão, durante vinte anos, contribuiu para esse processo?

A Política externa de Bismarck

A política externa de Bismarck abriu o caminho para império alemão. Depois que a unificação foi alcançada, Bismarck renunciou a qualquer expansão adicional na Europa, para não pôr em risco a sobrevivência do Reich recém-fundado. Suas alianças militares com a Áustria-Hungria e a Rússia visavam apenas manter o novo equilíbrio de poder no continente, impedindo que a França recuperasse seu predomínio anterior, com toda certeza, seu emprego bem sucedido da força, nas lutas da unificação, parecia confirmar o axioma de que "o poder torna tudo certo". As esplêndidas vitórias pareciam validar a legitimidade do uso do poder na busca dos interesses próprios. Mas *Realpolitik* de Bismarck, apesar de todas as suas cínicas maquinações, dava maior importância à avaliação realista do poder nacional e à responsabilidade dos estadistas pelas conseqüências de seus atos. Segundo os princípios da *Realpolitik*, as políticas devem ser julgadas por seus resultados, não pelas intenções, por mais louváveis que estas possam ser. O realismo e a cautela bismarckiana foram justamente as qualidades de que a diplomacia alemã carecia nos eventos que levaram às duas guerras mundiais.

A política interna de Bismarck

Mas não se pode dizer que Bismarck não teve qualquer responsabilidade pelo fracasso da diplomacia alemã depois de seu afastamento do cargo de chanceler alemão, em 1890. Ironicamente, foi sua política interna que mais contribuiu para os defeitos estruturais e a eventual crise política do regime. O trabalho de sua vida era dedicado à preservação do sistema monárquico prussiano. Ele se opunha não apenas às iniciativas liberais para o governo parlamentar, mas também ao federalismo dos "direitos dos estados", defendido pelo recém-criado Partido do Centro Católico.

O alvo de seu ataque ao catolicismo político na década de 1870 (o que se chamou de *Kulturkampf*) não foi a doutrina da Igreja, mas sim as forças separatistas que supostamente ameaçavam a unidade do jovem Reich e o domínio da Prússia. Depois que o Partido do Centro demonstrou sua lealdade à Coroa, Bismarck encerrou a luta, que para alguns ideólogos (mas não para Bismarck) se tornara uma cruzada anticlerical. Garantido pela autonomia da Igreja, o Partido do Centro se tornaria um partidário confiável dos interesses monárquicos nas décadas subseqüentes.

Repressão do Partido Democrático Social

A maior ameaça às instituições monárquicas tradicionais não partia do Partido Liberal Nacional ou do Centro Católico, que foram mais ou menos assimilados no sistema imperial, mas sim da nascente Democracia Social. Fundado em 1875, o Partido Democrático Social (SPD) representava os interesses do crescente número de trabalhadores industriais na Alemanha. O SPD se tornaria a maior força pela democratização na Alemanha, até ser fechado pelos nazistas em 1933. Revolucionário na retórica, especialmente depois da adoção formal da análise social marxista em seu programa, em 1891, mas em grande parte reformista na prática, o SPD propunha uma economia socialista, através de meios democráticos e parlamentares. O SPD proclamava seu compromisso com a propriedade pública dos meios de produção, mas seu objetivo imediato era uma forma mais democrática de governo, através da qual os interesses dos trabalhadores pudessem ser promovidos de uma maneira mais eficaz.

A reação de Bismarck ao desafio do SPD foi a repressão. Em 1878, usando duas tentativas de assassinato contra o Kaiser como um pretexto para a ação, Bismarck conseguiu a aprovação de uma maioria de liberais nacionais no *Reichstag* para medidas restritivas das atividades de organização e divulgação do SPD. Essa violação das liberdades civis, somada à campanha do governo por tarifas protetoras, em benefício da agricultura em larga escala e da indústria, à custa dos consumidores alemães, enfraqueceu ainda mais a ala progressista do movimento liberal na Alemanha. Bismarck tornou a confrontar os liberais alemães por meio de uma opção que testava o compromisso deles com os princípios liberais. Os liberais defenderiam o direito à dissidência política e se oporiam à legislação antissocialista de Bismarck?

Uma maioria dos liberais alemães renunciou aos seus princípios, com medo do movimento trabalhista. Essa renúncia aos princípios liberais tem sido citada por alguns historiadores como a prova da "feudalização" da classe média no Império Alemão. E uma questão discutível se os membros da burguesia adotaram ou imitaram os valores e comportamentos culturais aristocráticos, metendo-se à liderança política da aristocracia. Outros historiadores insistem que a noção de "feudalização" distorce a autoconfiança que a burguesia defendia seus interesses. Alegam que a "burguesização" da nobreza é uma descrição mais acurada do alinhamento da classe média com os interesses aristocráticos. Mas ninguém contesta que houve esse alinhamento. As elites econômicas burguesas e seus representantes no Partido Liberal Nacional juntaram-se aos conservadores da elite em defesa do regime autocrático. Essa convergência de interesses também ocorreu em outros países, no final do século XIX. Na Alemanha, a aliança entre a grande indústria e a agricultura ajudou a manter o *status quo* político. A base econômica para essa aliança do "centeio com o aço" estava no interesse mútuo dos industriais e latifundiários de excluir a concorrência externa do mercado interno, através de tarifas elevadas. As classes abastadas partilhavam também um objetivo político comum: a prevenção da democracia popular.

Industrialização alemã

A repressão da democracia, sob a liderança de Bismarck, reforçou a crescente assimetria entre o desenvolvimento econômico e político da Alemanha. Depois que foram estabelecidas as condições para a decolagem industrial, com a unificação e a liberalização da economia, a Alemanha usufruiu uma expansão econômica num ritmo que só ficou atrás daquela que se registrou nos Estados Unidos. A Alemanha superou a Inglaterra na produção de ferro e aço, e se tornou a líder mundial na fabricação e exportação de produtos químicos e elétricos. "Made in Germany" tornou-se uma insígnia universalmente reconhecida de tecnologia avançada e alta qualidade.

A indústria alemã tornou-se poderosa através da ajuda ativa e do estímulo do governo, que se envolveu diretamente em numerosos setores da economia e proporcionou apoio político para a típica forma alemã de organização dos negócios, o cartel. Através da formação de cartéis, as empresas na mesma linha de produção ou comércio cooperavam entre si, fixando preços, determinando níveis de produção, e designando quotas do mercado. A forma alemã de capitalismo patrocinado pelo estado pode ter favorecido as grandes empresas, mas foi indubitavelmente eficaz e produtiva. Apesar do dinamismo de sua economia, no entanto, o desenvolvimento político da Alemanha permanecia essencialmente paralisado num estágio pré-democrático. Embora se tornando um gigante econômico, a Alemanha continuou a ser, da perspectiva democrática ocidental, um anão político.

A rapidez da expansão industrial, paradoxalmente, pode ter ajudado a impedir o ascenso da democracia liberal, pois criou as condições que esvaziavam a promessa liberal de oportunidades iguais para todas as pessoas, que poderiam assim alcançar seu desenvolvimento pessoal perfeito. A industrialização levou ao crescimento de uma classe trabalhadora industrial cada vez mais irrequieta e urbanizada. Era a base para o crescente movimento sindical e o SPD. O típico operário industrial na Europa Central, na passagem do século, não podia acalantar a esperança, mesmo depois de uma vida inteira de trabalho, de ter casa própria ou acumular riqueza suficiente para se tornar um membro da classe média. A crescente distância entre o ideal liberal do indivíduo autônomo e as realidades sociais da concentração e desigualdade econômica, a pobreza urbana, as crises econômicas recorrentes, e os conflitos de classe, faziam com que a ideologia liberal parecesse cada vez mais irrelevante para os problemas sociais da era industrial. Nessas circunstâncias, o socialismo atraía sempre mais os operários. A maioria achava que tinha mais chance de melhorar sua vida na solidariedade de classe do que na tentativa de subir sozinho para se integrar na classe média. De qualquer forma, o ethos individualista¹⁵ do liberalismo era fraco na Alemanha, por razões históricas descritas no capítulo anterior. A natureza e a forma da industrialização na Alemanha fortaleceram o movimento pela democracia social, o que por sua vez acarretou a repressão do governo, limitando ainda mais as possibilidades de uma reforma liberalizante. As forças sociais em ação na Alemanha, ao final do século XIX, produziam uma polarização maior do que em outros países europeus, funcionando contra uma evolução pacífica para a democracia.

O ritmo do desenvolvimento industrial alemão intensificou a ameaça ao monarquismo tradicional, criando pressões crescentes para a democratização. O atraso na unificação alemã significou também que a industrialização na Alemanha coincidiu com a maturidade da doutrina marxista. Isso contribuiu para que o movimento trabalhista alemão se tornasse um inimigo mais assustador e formidável do sistema existente do que ocorrera num estágio paralelo de industrialização na Inglaterra, décadas antes. Para as elites, a questão social primária era como integrar os operários na ordem social existente, sem transferir qualquer poder aos sindicatos ou ao SPD. Várias estratégias foram aventadas para se alcançar esse objetivo (refletindo em parte as diferenças entre as elites). À medida que o movimento trabalhista cresceu em números, no entanto, a repressão tornou-se menos viável e foi dando lugar a estratégias diversas de integração, inclusive a

¹⁵ Existe um termo na filosofia chamado Ethos. Esse termo, em sua concepção primária, significa basicamente que o Ethos é um espaço em permanente construção e reconstrução pelo homem. Um espaço em que o homem insere seus costumes, seus hábitos, seus princípios, suas regras de conduta e sob o qual norteia suas ações. Torna-se individualista quando os valores ligados ao bem individual são mais valorizados do que os valores ligados ao bem universal.

demagogia e uma política externa aventureira, destinada a unificar todas as classes num propósito nacional comum.

Ao final da década de 1880, estava se tornando evidente que as leis antissocialistas de Bismarck não conseguiam mais realizar seu objetivo de reprimir o movimento trabalhista. Apesar das restrições legais às atividades do partido, os candidatos democráticos sociais recebiam uma proporção de votos cada vez maior nas eleições trienais para o *Reichstag*. Nem mesmo o inovador seguro de saúde e contra acidentes, patrocinado pelo estado, e os programas de pensão na velhice, introduzidos por Bismarck na década de 1880, alcançaram os efeitos desejados de enfraquecer a fidelidade dos operários ao socialismo e de reduzir a votação nos candidatos democráticos sociais. O patente fracasso da política de repressão de Bismarck levou a uma crescente resistência à renovação da legislação antissocialista no *Reichstag*. Muitos deputados temiam que obrigar o SPD a se tornar clandestino só serviria para fortalecer o movimento, tornando ainda mais difícil a vigilância e o controle.

Guilherme II e o "Novo Curso"

A discórdia sobre a maneira de tratar o movimento dos operários foi um fator fundamental na renúncia de Bismarck em 1890. Enquanto o idoso chanceler cogitava a mudança na constituição para eliminar o sufrágio masculino universal e enfraquecer ainda mais o *Reichstag*, o jovem Kaiser Guilherme II, que subira ao trono em 1888, procurava descartar a imagem repressiva do regime. Ele preferia desenvolver a posição anterior de Bismarck, de tratar a "questão social" de uma forma paternalista, superando assim a aversão do operário. Sua ambição era a de se tornar um *Volkskaiser*, um imperador popular, cuja preocupação com seu povo garantiria a lealdade à coroa. Esperava que os operários fossem conquistados para o sistema monárquico pela melhora da legislação trabalhista e pela revogação das restrições ao SPD.

A estratégia conciliatória de Guilherme, conhecida como "Novo Curso", estava de qualquer forma condenada ao fracasso, porque ele não se sentia mais disposto do que Bismarck, em última análise, a fazer concessões concretas à democracia ou à autodeterminação dos trabalhadores.

Seja como for, a oposição da elite prussiana dos Junkers interrompeu a iniciativa reformista do sucessor de Bismarck, Leo Von Caprivi e reverteu a política. Ele ocupou diversos cargos de comando militar de grande relevo, ocupou os cargos de Reichskaizer (Chanceler do Império Alemão) de 1890 até 1894 e de Primeiro-Ministro da Prússia de 1890 a 1892. Na frente doméstica, desenvolveu esforços no sentido de obter uma conciliação com as exigências dos social-democratas. Na política externa procurou uma linha mais pró-britânica e apaziguadora com as potências ocidentais, exemplificada pela assinatura do Tratado de Helgoland-Zanzibar de Julho de 1890, pelo qual os britânicos cederam a ilha de Helgoland ao Império Alemão em troca do controle de Zanzibar. Em 1894, sob pressão dos conservadores, o governo reverteu a posição mais inflexível em relação à democracia social e ao liberalismo. A técnica bismarckiana de "integração negativa", pela qual uma maioria "leal" era mobilizada contra uma minoria de supostos "inimigos do Reich", a fim de criar uma união maior, foi ressuscitada. Ao final da década, como o apoio eleitoral ao SPD continuava a crescer, o Kaiser Guilherme referia-se aos líderes do partido ressuscitado como traidores da pátria.

Weltpolitik

As políticas adotadas durante o reinado de Guilherme foram, em última análise, mais perniciosas que as políticas de Bismarck, porque vinculavam o repúdio ao liberalismo e à democracia social a uma política externa mais dinâmica e agressiva, cujos objetivos concretos nunca foram totalmente claros ou coerentes. Renunciando à concepção mais estática do equilíbrio do poder de Bismarck, a *Weltpolitik* ("política do mundo") Guilhermina procurava a consolidação do predomínio alemão no continente, a conquista de colônias na África e Ásia, e a consecução da paridade com a Inglaterra como uma potência mundial. A *Weltpolitik* promoveu uma grande escalada na corrida armamentista, aumentando o perigo de uma guerra. A inépcia da diplomacia alemã, em parte como uma decorrência das intervenções pessoais de Guilherme,

contribuiu para a instabilidade na Europa, à medida que os oponentes potenciais da Alemanha tentavam adivinhar seus propósitos e intenções.

Imperialismo Social

Os objetivos diplomáticos alemães já eram muitas vezes duvidosos e imprevisíveis, durante a era Guilhermina, em decorrência de divergências na burocracia governante e de mudanças nas circunstâncias internacionais e também estavam sujeitos a crescentes pressões internas por políticas imperialistas mais vigorosas. As políticas externas agressivas eram úteis como um meio de promover a união interna: quando não se defronta com um desafio ou ameaça externa, o primeiro impulso para o povo é se unir em torno da bandeira. Uma política externa agressiva pode aliviar de maneira eficaz as exigências de reforma interna. Quando estão em jogo o interesse ou a segurança nacional, a agitação por uma distribuição mais eqüitativa do poder, propriedade ou riqueza pode parecer deliberadamente dispersiva, equivalente à traição. A doutrina da segurança nacional é uma poderosa força integradora.

A busca da Alemanha por "um lugar ao sol", o eufemismo criado pelo ministro do Exterior (e mais tarde chanceler) Bernhard Von Bülow, em 1898, para a aquisição de um império colonial, foi concebido em parte como um estratagema para desviar a energia popular da reforma interna e concentrá-la na expansão por outros mares. Era sem dúvida uma política que tinha grande apoio popular na classe média. O imperialismo trazia a promessa de enriquecimento nacional e despojos, o que aumentaria o padrão de vida das classes inferiores e reduziria os conflitos pela distribuição da riqueza e propriedade. Podia assim servir como um meio conveniente de exportar o "problema social" para a área externa. O imperialismo social, como um meio de desarmar as pressões populares por mais benefícios materiais e direitos políticos, não se limitou à Alemanha, é claro. Mas na Alemanha encontramos uma versão intensificada dos processos sociais e políticos característicos da Era do Imperialismo na Europa. A *Weltpolitik* serviu de maneira bastante eficaz à campanha para atrelar as forças populares aos interesses monárquicos. Ao final da década de 1890, os líderes alemães falavam abertamente da necessidade de uma *Sammlungspolitik*, uma política para reunir os grupos de interesses diversos num movimento nacional coerente para protelar o desafio democrático.

Nacionalismo radical

Seria simplista, no entanto, considerar a expansão do nacionalismo e do apoio popular ao imperialismo e militarismo, na década de 1890, como o resultado exclusivo de manipulação pela elite dominante. As conseqüências sociais e econômicas da industrialização continuada criaram pressões populares para uma democracia maior, ao mesmo tempo geravam também reações populares contra essas pressões. A insatisfação dos trabalhadores acarretava um crescimento rápido e incessante do SPD. Entre outras classes e grupos econômicos, no entanto, os ressentimentos econômicos eram muitas vezes expressos no clamor pela união e pela expansão nacional. Além dos trabalhadores não-especializados ou não-sindicalizados, eram os grupos sociais tradicionais, especialmente o *Mittelstand* dos artesãos autônomos, pequenos comerciantes e lavradores independentes, que experimentavam de maneira mais adversa os transtornos provocados pela industrialização, urbanização, concentração econômica e oscilações cíclicas da economia.

A sobrevivência desses grupos sociais "pré-industriais", em números desproporcionais, um resultado do atraso e rapidez da industrialização alemã, criou uma configuração sociológica bastante instável na Alemanha, ao final do século XIX e início do século XX. Espremidos entre as grandes empresas e um crescente movimento trabalhista, esses grupos de classe média inferior constituíam um reservatório de descontentamento econômico disseminado, que podia ser prontamente mobilizado para propósitos políticos. O descontentamento do *Mittelstand*, no entanto, com freqüência servia para fortalecer o conservadorismo social e o nacionalismo, em vez de liberalismo ou democracia. Afinal, o capitalismo do *laissez-faire* associado com o liberalismo deixava os comerciantes independentes e os pequenos produtores desprotegidos contra a concorrência das grandes fábricas, enquanto a democracia social parecia oferecer à classe média inferior apenas a perspectiva de proletarianização e o nivelamento de propriedade, renda e posição.

A década de 1890, portanto, destaca-se como um período de transição crucial, com a diplomacia bismarckiana dando lugar às ilusões guilherminas do poder mundial alemão, em meio às tensões de um conflito social cada vez mais polarizado. Foi uma década em que grandes segmentos da classe trabalhadora industrial organizavam-se em sindicatos e aderiam ao SPD, enquanto segmentos ainda maiores das classes médias juntavam-se aos grupos de pressão da direita, que exerciam uma crescente influência sobre a orientação política. A Liga Agrária, dominada pelos latifundiários aristocráticos, mobilizava camponeses contra o liberalismo econômico e a democracia social. A Liga Colonial defendia a expansão para outros continentes, enquanto a Liga Naval pregava o apoio ao programa de construção naval do governo e à corrida armamentista com a Inglaterra. A Liga Pan-Germânica¹⁶, com objetivos antidemocráticos, antissemitas e imperialistas, pressagiava o programa NALSTA. Crescentes tendências demagógicas nos principais partidos políticos também refletiam essas pressões populares. O venerável Partido Conservador, pilar do estabelecimento monárquico, procurava desviar o desafio dos partidos radicais contra os judeus com a adoção de disputas semitas em seu programa de 1892. O Partido do Centro em reagia a pressões de seus partidários com uma grande diversificação social, oferecendo uma plataforma de mobilização contra a esquerda.

A percebida ameaça do SPD promovia o crescimento de uma "oposição nacional" da direita, que criticava a monarquia por não impor medidas bastante rigorosas para reprimir as tendências democratizantes. Nas décadas de 1890 e 1900, os extremistas nacionalistas recordavam com nostalgia as táticas repressoras de Bismarck. Na crescente extremidade da direita, o governo era cada vez mais percebido como demasiadamente fraco para resolver a "questão social" e conter a ameaça democrática. Os líderes governamentais que assumiram o lugar de Bismarck não tinham uma tarefa fácil na mediação das tensões e conflitos na sociedade alemã, ao mesmo tempo em que se mantinham firmes contra a democracia. Sem dúvida alguma, o que parece ser pura incompetência política, na era pós-Bismarck, pode ser atribuído aos problemas extraordinários enfrentados por um governo empenhado em manter o *status quo* social e político, numa época de mudanças aceleradas. A crescente polarização da sociedade alemã produziu na política uma crise que o governo, em última análise, foi incapaz de resolver.

As origens da Primeira Guerra Mundial

É uma das ironias da história que o pesadelo de Bismarck, de a Alemanha ter de enfrentar uma coalizão hostil de potências européias, tenha se tornado realidade apenas uma geração depois de sua saída do cenário diplomático. Mas as restrições que ele impôs à evolução de uma constituição democrática e um governo parlamentar na Alemanha ajudaram a abalar o sistema de aliança defensiva que construíra com tanto cuidado, a fim de evitar o isolamento alemão. A campanha contra a democracia criou um ímpeto próprio, levando à crescente militarização da política alemã. A *Weltpolitik* e o programa alemão de construção naval levaram a Inglaterra a formar a *Entente Cordiale* com a França em 1904 e a juntar a França e a Rússia na *Tripla Entente*, em 1907. As toscas tentativas da liderança alemã de promover uma separação entre a França e seus aliados, por meio de ameaças militares, nas crises diplomáticas que precederam a Primeira Guerra Mundial, serviram apenas para consolidar a aliança contra a Alemanha.

Seria um erro, é claro, apresentar a Alemanha como a responsável exclusiva pela deflagração da Primeira Guerra de 1914-18. Todos os participantes devem partilhar a culpa pelo fracasso em evitar a guerra. Em todos os países, o medo do "regime das massas" e da ameaça à propriedade contribuiu para o imperialismo, num grau maior ou menor. A crise de confiança nos valores liberais e o conflito social resultante da contínua industrialização não se confinaram à Alemanha. Nem os alemães foram os únicos que adotaram a noção social darwinista de que a vida é uma luta incessante entre indivíduos, nações e raças. A experiência alemã não foi exclusiva, sendo mais uma versão intensificada do que ocorreu também no resto da Europa. A Alemanha oferece um exemplo extraordinário de uma reação nacionalista extremada a pressões internas para a reforma. A constituição alemã demonstrou ser muito rígida e arcaica para

¹⁶ O nacionalismo do segundo Reich ajudou a proliferar as idéias em clubes patrióticos, sociedades militaristas, destacando-se a Liga Pan Germânica que além da unificação alemã, buscava a expansão alemã nas colônias e na Europa.

possibilitar uma solução pacífica da crise social. Em nenhum país da Europa Ocidental a resistência à democracia levou a uma política externa tão agressiva.

A militarização da política alemã foi um processo complexo e dialético, é claro, não somente uma reação de reflexo à democracia. Nacionalismo, imperialismo e militarismo desenvolveram seu próprio impulso. A diplomacia sempre reage a ameaças externas, não apenas a estímulos internos. As percepções mudam as condições que as originaram, criando novas realidades e gerando mais percepções equivocadas. Muitos líderes alemães convenceram-se do perigo do cerco estrangeiro, mesmo que fosse uma consequência das ações da própria Alemanha; ou, como alguns estudiosos têm insistido, uma fantasia da paranóia alemã; ou uma projeção das ambições excessivas da Alemanha. A Alemanha pode ter enfrentado inimigos de fato, mas sua ambição e sua belicosidade estavam enraizadas em problemas internos, por mais que essas raízes tenham sido obscurecidas pela retórica nacionalista ou por mais invisíveis que possam ser para observadores que focalizam apenas os conflitos diplomáticos.

A primazia da política externa, o princípio de que os assuntos externos devem ter prioridade sobre as preocupações internas, permitiu que os conservadores suprimissem as liberdades civis e evitassem as regras sociais, sob a alegação de que punham em risco a segurança do estado. Em retrospectiva, não parece mera coincidência que a guerra tenha irrompido apenas dois anos depois que o SPD, que descartara sua imagem revolucionária e defendia a mudança democrática, se tornara o maior partido nas eleições para o *Reichstag* em 1912. Para as elites alemãs e os grandes segmentos da população que aceitavam o consenso de uma guerra curta e vitoriosa seria a fórmula ideal para curar as divisões sociais da nação e arrefecer o clamor por mudanças democráticas. A guerra poderia proporcionar um argumento irrefutável por união, ordem, disciplina e autoridade hierárquica. A vitória consolidaria o predomínio alemão na Europa e reforçaria o sistema que prevalecia na Alemanha.

Muitos líderes alemães, inclusive oficiais de altas patentes, achavam que estava se esgotando o tempo para a Alemanha realizar suas ambições. Se a guerra era necessária para a nação sobreviver em seu estado atual, seria melhor lutar mais cedo do que adiar até que os inimigos da Alemanha, em particular a Rússia, com seus enormes recursos potenciais, se tornassem muito fortes. A guerra oferecia uma saída tanto para o cerco hostil quanto para a crise interna. Havia riscos, é verdade, mas o prêmio no final a estabilização do regime monárquico fazia com que o jogo valesse a pena.

A convicção de que a guerra fortaleceria o regime orientou as ações dos líderes alemães nos dias fatídicos que se seguiram ao assassinato do herdeiro do trono austríaco por nacionalistas sérvios, em junho de 1914. Plenamente conscientes de que suas atitudes poderiam precipitar uma guerra europeia, os líderes da Alemanha encorajaram a Áustria a aproveitar a oportunidade para destruir a ameaça servia. Predisposta a favorecer a aplicação da força, a liderança alemã rejeitou uma solução pacífica para a crise, a não ser que fosse em seus próprios termos.

Superestimando a capacidade militar alemã, os líderes da Alemanha tornaram-se vítimas de suas próprias ilusões sobre o poderio do país. Amplos setores do público alemão partilhavam essas ilusões. Visando compreender as razões para isso, precisamos examinar mais a fundo a ideologia alemã.

4. Ideologia alemã - Nacionalismo, idealismo vulgarizado e antissemitismo

A função da ideologia

A ideologia, o sistema de idéias, valores e convicções que moldam a perspectiva de uma pessoa, um grupo ou uma sociedade, é uma maneira de ver o mundo que proporciona conforto e satisfação a seus adeptos. A ideologia explica as condições e eventos, dando sentido às experiências e aspirações de uma pessoa ou de um povo. A ideologia é um componente essencial do senso de identidade de uma nação. Como auto-explicação e autojustificativa de um povo, sua ideologia dominante reflete a realidade social e racionaliza-se, com isso, reforça os relacionamentos sociais existentes. Se não fosse assim, não haveria consenso dominante em favor de disposições existentes; e essas disposições dariam lugar a alternativas que

desfrutassem de maior legitimidade pública ou as idéias mudariam para ficar mais de acordo com os interesses dos grupos dominantes. Ideologia e sociedade se reforçam mutuamente. Há um condicionamento recíproco e uma inter-relação tão profunda entre realidade social e ideologia. A realidade e interesses reais criando ideologia, recriando realidade social e reforçando interesses reais que muitas vezes é impossível separar causa de efeito. A definição da identidade nacional ocorre num terreno contestado por varias facções da esquerda e da direita. Facções dedicadas a visões muito diferentes do propósito nacional alegam ou pretendem falar pela facção predominante (...). Portanto, as discussões da identidade nacional em deixar de generalizar da ideologia ou autoconceito da facção predominante para a ideologia ou autoconceito da nação como um todo.

A ideologia justifica padrões de domínio e subordinação, mas isso não significa necessariamente que as ideologias predominantes são esforços conscientemente hipócritas dos grupos dominantes para iludir as massas, com explicações que seus autores sabem ser falsas. A ideologia só pode conciliar o povo com disposições que favorecem os grupos dominantes, se for considerada uma interpretação verídica do mundo e das forças que nele atuam. Apenas se a fé em sua versão for genuína é que a ideologia pode exercer influência sobre as mentes das pessoas. Nem mesmo os apologistas de disposições sociais injustas estão conscientemente tentando distorcer a realidade e enganar as pessoas. A falácia dos ideólogos está no fracasso em perceber ou reconhecer que uma ideologia é um sistema de convicções, muitas vezes condicionadas pelas premissas políticas e sociais de uma determinada ordem social. Os ideólogos são hipócritas mesmo quando não mentem deliberadamente (na verdade, de um modo geral, estão até convencidos de que dizem a verdade), se negam, ocultam ou deixam de analisar as premissas de interesse próprio em que suas idéias se baseiam.

A tarefa do historiador é mostrar como as ideologias dominantes do passado conseguiram distorcer a realidade no interesse de determinados grupos. O historiador deve transmitir a plausibilidade e a lógica intrínseca de uma ideologia, e ao mesmo tempo expor interesses não reconhecidos a que essa ideologia serviu. Para o historiador do imperialismo, por exemplo, é evidente que o desejo expresso com sinceridade de espalhar os benefícios da civilização e do cristianismo para os ignorantes nativos serviu como ativa racionalização para a magnitude do poder europeu e a exploração dos recursos coloniais. Contudo, a ideologia do "fardo do homem branco" foi sinceramente propagada por escritores inconscientes dos interesses egocêntricos que ajudavam a promover. A noção de que os colonizadores serviam a um propósito altruísta tornou-se parte da consciência pública na Europa. Hoje, essas mesmas idéias parecem absurdas e até mesmo insidiosas para muitas pessoas. À medida que as vítimas do imperialismo, tanto nas colônias quanto no país colonialista, tornaram-se cada vez mais capazes de defender seus interesses, o consenso público mudou radicalmente. Idéias como o "fardo do homem branco" perderam por completo sua antiga capacidade de persuasão.

Ideologia alemã

Também a ideologia alemã, a virulenta combinação de nacionalismo, racismo e moralismo que forma parte do sistema secular de convicções dominante na Alemanha, no final do século XIX e início do século XX, está completamente desacreditada hoje. Contudo, inspirou uma ampla fidelidade nas condições diferentes do passado. Suas origens e criadores não podem ser determinados com precisão, pois se desenvolveu de forma orgânica, ao longo do tempo, assimilando ecleticamente idéias de muitas fontes. Nem todos os alemães, em particular os de esquerda, assumiam essa ideologia, é claro, mas havia um amplo apoio entre as classes dominantes.

O fato de que a ideologia alemã (em particular na sua variante radical *völkisch*) acabou racionalizando e promovendo a agressão não caracteriza automaticamente seus elementos constitutivos ou antecedentes históricos como errados ou perniciosos. Idéias e convicções podem servir a muitos propósitos. Afinal, o nacionalismo, não apenas o maior componente da ideologia alemã, mas também da ideologia das classes médias européias, pode ser um credo democrático. Foi assim que se originou, na Revolução Francesa. Sendo o sistema de convicção das classes mais baixas, o nacionalismo surgiu na Revolução Francesa como uma ideologia emancipadora, visando à destruição do regime dinástico. Na Alemanha, no

entanto, ainda mais do que em outros países europeus, o nacionalismo se tornaria, ao final do século XIX, uma ideologia que integrava as pessoas num sistema dominado pelas elites privilegiadas.

O impacto da Revolução Francesa

A ideologia alemã refletiu, racionalizou e reforçou a falta de democracia na Alemanha. Ao longo do século XIX, a maioria dos principais escritores e pensadores da Alemanha definiu a identidade e os ideais de sua nação em contradição com o Iluminismo e a Revolução Francesa de 1789. Por causa do terror dos excessos na França e do imperialismo napoleônico, mas também porque não havia condições para uma revolução democrática na Alemanha, até mesmo os alemães de mentalidade reformista, como os grandes clássicos Goethe e Schiller, rejeitavam o modelo da Revolução Francesa como inadequado para a real melhora da sociedade. Em vez disso, eles clamavam pelo único tipo de mudança que era possível, pelo menos em termos teóricos, nas condições de absolutismo e particularismo: a perfeição moral ou uma regeneração moral, dentro de cada indivíduo.

Na ausência de qualquer possibilidade de revolução externa na Alemanha, a única alternativa parecia ser a regeneração interior. Pela perspectiva alemã, os franceses haviam seguido na direção errada; queriam alcançar uma sociedade melhor através da ação política e mudança institucional, quando na verdade o caráter humano teria primeiro de ser melhorado, antes que as instituições e a sociedade pudessem ser reformadas.

À medida que os estados alemães, em particular a Prússia e a Áustria, tornaram-se cada vez mais envolvidos na guerra contra a França revolucionária e napoleônica, até mesmo o liberalismo alemão adquiriu um matiz antirrevolucionário. Escritores alemães, como Johann Gottlieb Fichte, em seu famoso *Discurso à nação alemã* (1807-08), atribuíram o esquema errado dos franceses a seu materialismo. Na preocupação com a busca da felicidade e a melhora material de suas vidas, os franceses teriam negligenciado a dimensão espiritual da vida. A missão da Alemanha era regenerar o mundo através do espírito. O propósito digno da vida não era a busca da felicidade material, mas a perfeição da mente e da alma. Até mesmo um estudioso tão sóbrio quanto o historiador Leopold von Ranke saudou a Restauração de 1815 como a reação do mundo nórdico-germânico contra a revolução latina.

A idéia alemã de liberdade

Os pensadores alemães exaltavam a noção da liberdade moral como muito superior à definição francesa de liberdade em termos meramente políticos. A idéia alemã de liberdade era a de se livrar das fraquezas animalistas e materialistas da natureza humana, enquanto os franceses apenas procuravam conquistar a liberdade do estado opressivo. Ser realmente livre, no sentido alemão, significava ser liberado dos vínculos interiores que impediam o pleno desenvolvimento do caráter moral.

Essa concepção idealista e apolítica de liberdade, tão característica do pensamento alemão, era na verdade o único tipo de liberdade compatível com os sistemas absolutista e hierárquico que prevaleciam na maioria dos estados alemães. Um estado forte pode até ser compatível com essa concepção de liberdade, pois o autoritarismo impõe a disciplina e permite às pessoas alcançarem a liberdade do desejo e tentação materialista. Se a liberdade de pisar na grama, por exemplo, ilustra a concepção ocidental de liberdade dos regulamentos e controles do governo, então *não querer* pisar na grama resumia a noção alemã do que significa ser realmente livre. Essa noção de liberdade derivava em grande parte das tradições luterana e devocionista, expressa no famoso pronunciamento de Lutero: "A carne não terá liberdade."

A liberdade definida apenas em termos de consciência espiritual é o tipo de liberdade que pode ser desfrutada até mesmo ou talvez especialmente por trás dos muros de uma prisão. As noções luteranas de liberdade interior e submissão à lei moral (ou submissão auto-induzida à lei externa) complementam a exigência luterana de obediência absoluta à autoridade secular. Há inegavelmente uma qualidade heróica nessa concepção de liberdade como interiorização da lei, o que ajuda a explicar a grande criatividade da cultura alemã. A equação de autodisciplina heróica com a forma mais elevada de liberdade proporcionava o

meio ideológico em que podiam florescer tanto uma cultura extraordinária quanto uma destrutividade militante.

Idealismo alemão

A grande era do idealismo alemão, a era de Goethe e Schiller, Kant e Hegel, deu à Alemanha não apenas uma herança de grande literatura e filosofia, mas também um legado de atitudes políticas contidas, refletindo a subserviência à autoridade e a inutilidade da ação política para efetuar uma reforma racional. Na tradição alemã, o idealismo passou a significar mais do que o uso convencional de busca de um sonho, uma visão elevada ou um padrão de perfeição. Englobava tanto a doutrina filosófica platônica da existência anterior e separada de idéias, num reino além da realidade temporal (além do mundo das aparências), quanto ao compromisso de pôr em prática no mundo as idéias morais.

Os pensadores alemães exaltavam a noção de liberdade moral como muito superior à definição francesa de liberdade em termos meramente políticos. Ser realmente livre, no sentido alemão, significava ser libertado dos vínculos interiores que impediam o pleno desenvolvimento do caráter moral. Esta concepção idealista e apolítica de liberdade era o único tipo de liberdade compatível com os sistemas absolutista e hierárquico que prevaleciam na maioria dos estados alemães. Há inegavelmente uma qualidade heróica nesta concepção de liberdade como interiorização da lei, o que ajuda a explicar a grande criatividade da cultura alemã. A equação de autodisciplina heróica com a forma mais elevada de liberdade proporcionava o meio ideológico em que podiam florescer tanto uma cultura extraordinária quanto uma destrutividade militante. Na tradição alemã, o uso do idealismo significava mais do que o uso convencional da busca de um sonho, uma visão elevada ou um padrão de perfeição. Incluía tanto esta realidade quanto o compromisso de pôr no mundo, em prática, as idéias morais intemporais, que são os ideais. A realidade temporal corrompida seria assim moralmente redimida e regenerada. As formas populares de idealismo apolítico impregnaram a consciência pública alemã ao longo do século XIX, servindo para desencorajar e desacreditar a reforma social e política. Num nível popular, o idealismo degenerou para o antiintelectualismo e para o irracionalismo. A maioria dos alemães instruídos adotou o idealismo como a alternativa, essencialmente alemã, para o materialismo, utilitarismo, racionalismo e egoísmo ocidental. O idealismo - a renúncia ao egoísmo - parecia proporcionar um código de conduta heróica superior ao comercialismo orientado para o lucro do liberalismo e o nivelamento ressentido do socialismo. O liberalismo e o socialismo estavam condenados, como doutrinas que cultivavam os desprezíveis instintos aquisitivos e egocêntricos da humanidade. No idealismo vulgarizado (*Vulgaridealismus*), a ausência de democracia na Alemanha era interpretada como uma marca da superioridade alemã. O idealismo, como o nacionalismo, tornou-se uma arma poderosa no arsenal dos conservadores políticos, que procuravam desacreditar os esforços para introduzir reformas democráticas no país. Tanto o nacionalismo quanto o idealismo celebravam a coragem e o sacrifício pessoal. Nos anos anteriores à Primeira Guerra Mundial, muitos grupos pregavam um renascimento do idealismo, para fortalecer a fibra moral da nação.

O idealismo, portanto, refletia tanto o descontentamento com a absurda realidade social e política na Alemanha quanto a impotência em fazer qualquer coisa a respeito, no reino das questões políticas. Num nível político, pelo menos, o pensamento idealista pode ser interpretado como um esforço para harmonizar e superar os problemas e conflitos sociais que eram imunes a uma solução através da ação no mundo real. O idealismo hegeliano, é claro, pôde inspirar um ativismo social e político. Foi o caso de Karl Marx, que alegou, ao aplicar a dialética de Hegel à realidade social, estar pondo Hegel "de pé outra vez". O efeito predominante das atitudes idealistas na Alemanha, no entanto, foi o de não mobilizar energias para a reforma social ou institucional, mas em vez disso canalizá-las para uma automelhoria quiescente.

Idealismo vulgarizado (*Vulgaridealismus*)

As formas populares de idealismo apolítico impregnaram a consciência pública alemã no transcorrer do século XIX, servindo para desencorajar e desacreditar a reforma social e política. Num nível popular, o idealismo degenerou com frequência para o antiintelectualismo e o irracionalismo. A maioria dos alemães instruídos adotou o idealismo como a alternativa essencialmente alemã para o materialismo, utilitarismo,

racionalismo e egoísmo ocidental. Os autocognominados idealistas orgulhavam-se de sua oposição ao materialismo, quer isso fosse entendido como uma interpretação positivista do mundo em termos de matéria (uma visão que envolvia a rejeição do reino ideal ou espiritual como uma realidade anterior ou "superior") ou então, num nível mais mundano, como cobiça, ganância ou sensualidade. Um influente comentarista político, Paul de Lagarde (1827-91), escreveu em 1880: "O idealismo está presente sempre que um homem age de acordo com suas necessidades interiores, contra a própria vantagem, contra o próprio conforto, contra o mundo ao redor."³ Essa definição refutava o foco liberal (e socialista) na benignidade do interesse pessoal racional, como era o caso da definição de Richard Wagner (1813-83) do idealismo alemão, como fazendo uma coisa por si mesma, não por prazer ou recompensa.

O idealismo a renúncia ao egoísmo parecia proporcionar um A ' de conduta heróica superior ao comercialismo orientado para o do liberalismo e o nivelamento ressentido do socialismo. O liberalismo e o socialismo estavam condenados, como doutrinas que especulavam os desprezíveis instintos aquisitivos e egocêntricos da humanidade. Em seus objetivos materialistas, o liberalismo e o socialismo pareciam estreitamente relacionados, embora as duas doutrinas pregassem modelos bastante diferentes de organização social. Afinal, ambas as doutrinas tinham a pretensão de alcançar uma sociedade melhor, basicamente promovendo e regulamentando a produção e a distribuição de riqueza e bens materiais. De uma perspectiva idealista, as idéias de progresso social e justiça social apenas mascaravam a degeneração de uma era na servidão aos valores materialistas.

No idealismo vulgarizado, a ausência de democracia na Alemanha era interpretada como uma marca da superioridade alemã. O idealismo, como o nacionalismo, tornou-se uma arma poderosa no arsenal dos conservadores políticos, que procuravam desacreditar os esforços para introduzir reformas democráticas no país. Os motivos dos reformadores, que defendiam a melhoria das condições materiais das classes inferiores, podiam ser criticados como desprezivelmente materialistas. Era fácil alcançar uma simbiose entre nacionalismo e idealismo, porque as duas doutrinas exigiam a subordinação dos interesses pessoais e interesses de classe ao bem de uma entidade superior, a nação ou a autoridade moral idealizada do estado. Tanto o nacionalismo quanto o idealismo celebravam a coragem e o sacrifício pessoal. Nos anos anteriores à Primeira Guerra Mundial, muitos grupos pregavam um renascimento do idealismo, para fortalecer a fibra moral da nação. Na ideologia do movimento juvenil, por exemplo, uma revolta da juventude de classe média contra a vida urbana materialista, no início da década de 1900, combinava os valores do nacionalismo, idealismo e autoritarismo.

Antissemitismo

O antissemitismo acompanhava com freqüência a visão idealista do mundo na sua forma vulgarizada, quanto mais não fosse porque o idealismo vulgarizado herdou o antigo preconceito cristão de que o judaísmo era uma religião materialista e os judeus, um povo materialista. As raízes históricas de antissemitismo quer seja religioso, econômico, político ou racial, é a identificação do judaísmo com materialismo e imoralidade. Durante séculos os judeus foram considerados imorais porque se recusavam a aceitar os ensinamentos "superiores" de Cristo. Os judeus, supostamente, rejeitaram o caminho cristão para a salvação, através da renúncia ao mundo, a fim de permanecerem livres para buscar os ganhos materiais com finalidades egoístas. Segundo cristãos e antissemitas, os judeus recusaram-se a abjurar ao poder e bens materiais, em favor do "reino interior" e do "outro mundo". Sem serem estorvados pela proibição cristã à usura, os agiotas judeus enriqueceram através de práticas que os cristãos repudiavam como pecaminosas.

Assim, o judaísmo passou a representar o mundanismo, egoísmo, astúcia intelectual e ausência de comedimento ou abnegação cristã. A própria mentalidade idealista reforçava estes estereótipos, pois a "idéia" do judaísmo era considerada mais real e significativa do que as evidências da realidade empírica. Muitos autodenominados idealistas (como Richard "Wagner e seu Círculo de Bayreuth) não viam contradição entre o antissemitismo professado e a amizade ou tolerância com judeus individuais. Para estes antissemitas "por princípio", o perigo a se evitar era a corrupção alemã pelo "espírito judeu". O antissemitismo idealista parecia uma marca de virtude e respeitabilidade, pois significava a rejeição das características egoístas e orientadas para o lucro que o judaísmo supostamente representava. Assim, o

judaísmo passou a representar mundanismo, egoísmo, astúcia intelectual e ausência de comedimento ou abnegação cristã.

O antissemitismo idealista parecia uma marca de virtude e respeitabilidade, pois significava a rejeição das características egoístas e orientadas para o lucro que o judaísmo supostamente representava. Usado pela primeira vez por um jornalista alemão, Wilhelm Marr (1819-1904), num livro intitulado *A vitória do judaísmo sobre a Alemanha*, o termo "antissemitismo" tinha para seus adeptos uma conotação nitidamente positiva. Por mais paradoxal que possa parecer, o antissemitismo ideológico no século XIX era com frequência expressa como um símbolo de virtude, falta de comercialismo, e altruísmo.

O antissemitismo, é claro, espalhava-se por europeus de todas as classes, no século XIX. Nenhum país de predominância cristã estava totalmente livre do sentimento de que os judeus não se integravam. Mas em países com um sistema político liberal, o antissemitismo não podia ser mobilizado em termos políticos, como aconteceu nos impérios russo, austríaco e alemão. O antissemitismo era bastante suscetível à exploração e manipulação política na Alemanha. Ali, era muito acentuada a tendência para definir a identidade nacional contra uma concepção ideal de judaísmo. Onde a consciência nacional é fraca ou insegura, tem havido uma tendência histórica para compensar pela definição do cara nacional em contraste com algum grupo externo, real ou mítico. No século XIX, os judeus deslocaram os franceses como o principal contraste da auto definição da Alemanha. Ser um alemão autêntico envolvia o compromisso com o idealismo e a rejeição do materialismo "judaico".

Antissemitismo político

A emancipação dos judeus na Europa Central, na esteira das revoluções democráticas de 1789 a 1848, acarretou formas mais radicais de antissemitismo, na segunda metade do século XIX, à medida que os judeus eram cada vez mais culpados por crises econômicas e outros problemas de uma era em rápida modernização. A plena emancipação legal dos judeus na Alemanha só ocorreu em 1869, na véspera da unificação. A 3 de julho de 1869 foram revogadas incapacidades civis decorrentes de filiação religiosa. Apenas quatro anos depois, a primeira grande crise financeira do novo Reich provocou uma explosão de antissemitismo virulento. O antissemitismo econômico, político e racial suplantou o antissemitismo religioso, como parte da tendência do século XIX para a secularização, o que também foi atribuído por muitos à influência judaica. A radicalização do antissemitismo, ao final do século XIX, talvez tenha sido o mais extraordinário indicador das crescentes contradições e tensões sociais e políticas na Alemanha. A disposição para adotar o antissemitismo refletia o desespero cada vez maior dos conservadores, diante das crescentes pressões para uma distribuição mais democrática da riqueza e poder, numa sociedade em rápido processo de industrialização. Através de um antissemitismo popular, os conservadores procuravam atrair o apoio de massa, que parecia essencial para manter o poder numa época de política de massa.

Os judeus eram considerados culpados pela ascensão das doutrinas "materialistas" do liberalismo e socialismo, sistemas que supostamente permitiam que eles conquistassem o poder econômico e político.

O judaísmo liberal, não o ortodoxo ou o sionismo de alvo ao antissemitismo conservador. É que os judeus liberais, pareciam ameaçar tanto a religião quanto a nacionalidade, os princípios em que se baseava a ordem social alemã. O antissemitismo era politicamente útil para os conservadores, porque lhes permitia atribuir desenvolvimentos sociais naturais, como o crescimento dos movimentos liberal e trabalhista, a uma conspiração judaica (nos Estados Unidos, a KKK atribuiu aos judeus a culpa pelo movimento dos direitos civis). As teorias de conspiração evitavam a necessidade de tratar dos problemas genuínos de uma economia em rápida transformação, num estado resistente à mudança. Também havia necessidade de uma teoria de conspiração, se os antissemitas, queriam oferecer uma explicação plausível para o fato de que os judeus, supostamente inferiores, podiam alcançar tanto sucesso econômico e profissional.

Como os judeus, obviamente, beneficiaram-se dos movimentos emancipadores que revogaram as restrições que lhes eram impostas, havia certa lógica distorcida na afirmação de que eles solapavam a ordem tradicional em seu favor. Como era de esperar, a comunidade judaica na Alemanha (aumentada pela

imigração acelerada de fugitivos judeus do leste europeu, escapando da repressão e da falta de oportunidades no Império Russo, ao final do século XIX) apoiava de forma esmagadora as mudanças liberais, que possibilitaram o fim de séculos de restrições legais aos judeus. Na Alemanha e na Áustria, judeus desempenharam papéis importantes nos partidos liberal e democrático social.

O apoio da maioria dos judeus aos partidos da esquerda proporcionava uma plausibilidade superficial à asserção dos antissemitas, de que eles (impunham mudanças liberais à sociedade por motivos egoístas ou favoreciam o socialismo para conquistar o controle das massas trabalhadoras. Também não há a menor dúvida de que a maioria dos judeus se opôs às formas militantes de nacionalismo que se desenvolveram em países europeus, durante o século XIX. Ao se aproximar o novo século, o nacionalismo já era parte integrante da ideologia conservadora alemã. O nacionalismo romântico, que definia a nacionalidade pela participação num grupo étnico orgânico, com raízes no passado tribal, representava um obstáculo óbvio ao desejo judeu de se integrar na sociedade dominante, sem renunciar à sua identidade separada.

A crescente visibilidade em carreiras que antes não podiam assumir fazia com que os judeus se tornassem um alvo natural para aqueles que, se sentiam vítimas da rápida industrialização. Numa época em que os líderes políticos não podiam mais ignorar as aspirações e queixas das massas, se queriam conquistar ou manter o poder, o antissemitismo era irresistível para os inescrupulosos, como um instrumento eficaz para agitar as massas, desviando as insatisfações populares para canais conservadores. O antissemitismo demonstrou ser uma maneira efetiva de desviar o descontentamento econômico do sistema capitalista, atribuindo tudo aos judeus, que foram responsabilizados pelas oscilações econômicas e crises cíclicas do final do século XIX. As teorias antissemitas de conspiração proporcionavam explicações de uma simplicidade sedutora para os problemas econômicos da classe média rural inferior. Na década de 1880, o Partido Social Cristão, do capelão da corte Adolf Stöcker (1835-1909), procurou mobilizar o apoio dos trabalhadores para o monarquismo, através de apelos antissemitas e antiliberais. As audiências que ele atraía, no entanto, eram em grande parte da classe média inferior. Até mesmo o prestigioso Partido Conservador, da elite dominante, adotou dispositivos antissemitas em 1892, a fim de atrair eleitores contrariados e fortalecer sua base nas massas.

Antissemitismo racial

O antissemitismo proporcionava assim, ao mesmo tempo, um programa substantivo e uma arma tática para a direita política. O crescimento do antissemitismo racial, ao final do século XIX, refletia não apenas a voga das teorias eugênicas, que surgiram depois da revolução darwiniana na biologia; também refletia o crescente desespero dos oponentes do liberalismo e da democracia. Antes mesmo de a revolução darwiniana focalizar a atenção popular para a importância da seleção hereditária, um teórico racial francês, o conde Arthur de Gobineau (1816-82), deprimido pelo declínio do poder da aristocracia francesa, atribuía a expansão da democracia aos casamentos inter-raciais, que corrompiam a pureza original da raça "ariana" superior. As idéias raciais de Gobineau encontraram mais adeptos na Alemanha do que na França. Richard Wagner, Wilhelm Marr, Eugen Dühring (1833-1921), o expatriado inglês Houston Stewart Chamberlain (1855-1927) e um punhado de intelectuais de menor expressão popularizaram o antissemitismo racial na Alemanha.

No passado, os judeus haviam sido capazes, pelo menos em teoria, de escapar à perseguição através do batismo, conversão e assimilação. O antissemitismo racial foi projetado para fechar essa saída que possibilitava respeitabilidade e aceitação pública. O darwinismo e a tendência positivista do pensamento europeu no século XIX concederam uma credibilidade pseudocientífica à pressuposição racista de que as características culturais e psicológicas, incorporadas na noção de "caráter nacional", eram transmitidas de forma genética e racial. O antissemitismo racial, que se presumia baseado na "ciência" biológica, podia ser divulgado como se nada tivesse a ver com o antiquado fanatismo religioso. O antissemitismo argumentava que as atitudes materialistas eram uma função da constituição física e genética dos judeus; sendo assim, não eram atitudes que podiam ser erradicadas através da conversão voluntária ou forçada ao cristianismo.

Não se deve exagerar a importância dessa distinção entre antissemitismo religioso e racial. Na prática, essas formas de antissemitismo se sobrepunham com frequência. Os antissemitas que se consideravam cristãos não tinham muita dificuldade para incorporar o discurso racial do final do século XIX. Os antissemitas religiosos e raciais na Alemanha diferiam principalmente na compreensão da fonte da malignidade judaica, não em sua concepção fundamental dos judeus como destruidores da ordem moral.¹⁷ Os antissemitas religiosos e raciais definiam a "questão judaica" como decorrente da singularidade dos judeus como um grupo, por causa de sua diferente identificação religiosa e/ou diferente origem étnica. Muitos antissemitas radicais, no entanto, achavam que as Igrejas cristãs haviam se tornado corrompidas demais para resistirem de maneira eficaz à "judaização" da sociedade alemã.

Essa visão dos judeus como forasteiros além da redenção visava prevenir a crescente assimilação judaica no império bismarckiano e guilhermino. A extensão do antissemitismo racial era um sintoma da transição ideológica do conservantismo tradicional para o mais radical, uma transição que não seria concluída até a era nazista. O antissemitismo racial permaneceu em grande parte confinado à extrema direita radical na Alemanha e na Áustria, até depois da Primeira Guerra Mundial. Os antissemitas mais conservadores, como o influente historiador Heinrich von Treitschke (1834-96), que cunhou a frase "Os judeus são nossa desgraça", continuaram a clamar pela assimilação. Cada vez mais, no entanto, a linha entre aqueles que pregavam a exclusão racial e os que clamavam pela assimilação se tornava indistinta. Afinal, os defensores da assimilação também insistiam que os judeus renunciassem à sua identidade separada. Treitschke exortava os judeus a descartarem suas peculiaridades, adotando as maneiras e a ideologia da sociedade geral. Cada vez mais, vozes na direita política advertiam que o prosseguimento da assimilação promovia, em vez de neutralizar, a influência dos judeus na cultura e sociedade alemãs. Autores racistas, como Houston Stewart Chamberlain, que publicou em 1899 um livro muito lido¹⁸, exigiam a exclusão de todos os judeus como a única estratégia compatível com a ameaça da esquerda. Chamberlain também compartilhava o anticatolicismo de muitos nacionalistas alemães, que consideravam a Igreja como inimiga da ideia nacional. Na Áustria católica, onde Chamberlain viveu de 1889 a 1909, o movimento antissemita foi dividido em facções católica e não-católica. Talvez em decorrência do crescente desafio das minorias nacionais ao domínio da elite governante alemã no Império Habsburgo, o nacionalismo pan-germânico e o antissemitismo racial foram bastante fortes na Áustria, onde Adolf Hitler nasceu, em 1889.

Ideologia *völkisch*

O antissemitismo racial era a característica principal do que passou a ser chamado de movimento *völkisch* (popular), no final do século XIX. Seu nome deriva da palavra alemã para povo, *Volk*. Incluído nesse movimento político amplo e nunca formalmente unificado (antes de 1933), havia diversos grupos nacionalistas e antissemitas radicais da extrema direita, que procuravam conquistar o apoio de massa para a causa conservadora, através de apelos quase populistas à solidariedade racial e nacional. O racismo, como o nacionalismo, adotava tal demagogia, porque oferecia às pessoas comuns, até mesmo aos que nada tinham na sociedade alemã, a participação pelo nascimento numa comunidade superior e exclusiva, definida como germânica, nórdica ou ariana, em graus crescentes de vagueza. Como o nacionalismo, o racismo dedicava-se à luta contra a esquerda, porque valorizava mais a unidade e concordância mais do que os direitos individuais ou a distribuição equitativa dos benefícios sociais.

Comum a todo o pensamento *völkisch*, havia a noção de uma ligação de sangue mística entre os membros da mesma comunidade nacional ou étnica. A ideologia popular tornou-se cada vez mais intolerante no contexto da rápida industrialização, flutuação econômica e desagregação, com crescentes pressões para a democratização, ao final do século XIX. Os ideólogos *völkisch* queriam a criação de um "Terceiro Reich" regenerado. Atribuíam à Alemanha a missão de liderar a renovação espiritual do mundo. A maioria dos

¹⁷ Richard S. Levy argumenta que a distinção essencial não é entre antissemitismo religioso e racial, mas entre o que ele chama de antissemitas "convencionais" e "revolucionários". Os antissemitas convencionais queriam uma legislação discriminatória, através de meios parlamentares, enquanto os antissemitas revolucionários achavam que não havia possibilidade de construir suas utopias raciais através das instituições imperiais existentes. Alfred A. Knopf, 1996, aplica a designação "antissemitismo eliminacionista" para as variedades religiosa e racial.

¹⁸ Foundations of the Nineteenth Century

autores *völkisch* seguia Wagner, Lagarde e Chamberlain, pregando uma fé cristã germanizada. Outros seguiam Dühring, rejeitando a religião cristã como uma superstição oriental. Muitos idealizavam os camponeses como os verdadeiros guardiões do solo nacional, valores tradicionais, pureza do sangue, e cultura popular autêntica, tudo o que era agora ameaçado pela industrialização, urbanização e influência estrangeira. Comparavam o idealismo alemão com o materialismo judaico, a cultura alemã com a civilização ocidental, e a pureza racial nórdica com o caos da miscigenação. Muitos autores *völkisch* desejavam uma guerra redentora, para ressuscitar as qualidades heróicas do povo alemão. Rejeitavam as idéias de 1789 liberdade e igualdade em favor da unidade, ordem, autoridade, e dos valores marciais prussiano-germânicos da coragem, lealdade, obediência, disciplina e sacrifício pessoal.

Os ideólogos *völkisch* interpretavam o darwinismo social em termos de uma luta entre raças, não entre indivíduos. Acreditavam na superioridade nórdica ou germânica, e favoreciam as políticas que assegurassem a pureza racial e a predominância nórdica na Alemanha. Adotavam a eugenia (chamada de "higiene racial" na Alemanha), a ciência de melhorar uma raça ou grupo populacional através de práticas seletivas de reprodução. Na era do imperialismo, o darwinismo social e a eugenia não eram idéias exclusivas da direita, mas se encaixavam com perfeição nos propósitos direitistas. Os darwinistas sociais realçavam a necessidade de deixar que a luta pela existência seguisse seu curso, sem qualquer interferência em favor dos pobres. Os eugenistas deploravam a tendência dos proletários de ter mais filhos do que os membros das classes instruídas. Através da melhoria racial, os eugenistas alemães esperavam neutralizar os efeitos degenerativos ou "contra-seletivos" da expansão das idéias e práticas humanitárias e democráticas. A Sociedade Alemã para a Higiene Racial foi fundada pelo ex-socialista Alfred Plötz (1860-1940) em 1905. Era dedicada à criação de condições ideais para a manutenção e desenvolvimento da "raça" alemã, em competição com outros povos. Os adeptos da ideologia *völkisch* de higiene racial impregnaram o movimento com o antissemitismo.

Os propagadores mais influentes da ideologia *völkisch* eram os publicistas e ativistas da oposição nacionalista às políticas interna e externa da monarquia guilhermina, consideradas moderadas demais. A "oposição nacional", como o líder dos pangermânicos, Heinrich Class (1868-1953), chamava esse movimento em 1912, só criticava a monarquia porque queria um monarca mais forte do que Guilherme II. O regime imperial era brando demais com a democracia, alegavam eles, em adotar medidas radicais, como privar os judeus dos direitos civis, o que deteria a onda liberal e democrática social. A oposição *völkisch* exigia a supressão do Partido Democrático Social e uma política externa agressiva e expansionista. Os ideólogos populares, antecipando muitos elementos da visão nazista do mundo, rejeitavam o humanitarismo e o individualismo, o socialismo e o liberalismo. Queriam sacrifícios maiores no interesse da comunidade nacional. Clamavam por um líder forte e carismático, que exercesse a autoridade em nome do *Volk*, e regenerasse uma cultura supostamente corrompida pelo materialismo, parlamentarismo e democracia. Os propagandistas *völkisch* denunciavam a presença judaica como a suprema causa da suposta degeneração da cultura política guilhermina. Os publicistas e políticos *völkisch* invocavam a memória de Bismarck para pressionar o Kaiser a assumir uma ação mais rigorosa contra o SPD.

Na medida em que o regime partilhava os objetivos antidemocráticos de seus críticos da direita e isso de fato acontecia, num grau bastante elevado, as denúncias populares de uma política de acomodação e concessão com a esquerda estavam fadadas a adquirir uma legitimidade cada vez maior aos olhos do público de classe média. Não obstante, na véspera da Grande Guerra, os conservadores tradicionais permaneciam firmes na sela, em parte, sem qualquer sombra de dúvida, por adotarem algumas técnicas e políticas de seus críticos *völkisch*. Em consequência, os partidos agitadores, antissemitas, que haviam surgido no clima demagógico da década de 1890, perderam grande parte de seu eleitorado para a opção conservadora, dez anos depois. Tanto os conservadores tradicionais quanto os radicais aclamaram a deflagração da guerra em 1914, como uma oportunidade para unificar a nação e eliminar a dissidência democrática. Só depois da guerra, quando a derrota da Alemanha enfraqueceu e desacreditou o conservantismo tradicional, a falange *völkisch* radical assumiu o primeiro plano.

As "Idéias de 1914"

Com o início da guerra, a principal ideologia alemã e elementos do extremismo *völkisch* fundiram-se nas chamadas "Idéias de 1914". () O nacionalismo radical contribuíra para a deflagração da guerra; agora, a luta era radicalizada ainda mais pelo nacionalismo alemão. Essa é uma tendência inerente à guerra. Quanto mais ela se torna (ou é percebida como tal) uma luta pela sobrevivência, um sentimento captado nas alternativas inflexíveis de "vitória ou morte", mais extremadas provavelmente se tornam suas manifestações ideológicas. Quanto mais desesperada a campanha, mais desesperados os esforços para justificá-la. Na vasta literatura de propaganda gerada pela guerra, os publicistas alemães comparavam o idealismo germânico com o materialismo de 1789. Rejeitavam os valores revolucionários franceses de liberdade, igualdade e democracia, em favor dos ideais germânicos de lealdade, dever e regeneração espiritual. Nas paixões da guerra, a ideologia alemã evoluiu para um culto messiânico.

Enquanto a guerra contra a Rússia era amplamente apresentada em termos raciais, como uma batalha contra as hordas eslavas, "mongolizadas" e "tartarizadas", a guerra contra o Ocidente era descrita em termos ideológicos grandiosos, como uma luta para determinar os rumos culturais da humanidade e o desenvolvimento futuro da natureza humana. Os propagandistas do tempo da guerra proclamavam a missão da cultura idealista alemã de salvar o mundo da mentalidade mercantil da Inglaterra e do racionalismo superficial da França. Até mesmo um conservador moderado como o escritor Thomas Mann celebrou a superioridade da cultura alemã sobre a civilização ocidental em seu livro escrito durante a guerra *Reflexões de um homem apolítico*, uma obra que ele mais tarde repudiou. Se para os americanos a guerra seria feita, nas palavras de Woodrow Wilson, a fim de tornar o mundo seguro para a democracia, para muitos alemães tornou-se uma guerra que iria salvar o mundo da mentalidade democrática e materialista da era moderna. Na titânica luta entre as forças da luz e das trevas, o bem e o mal, o espírito e as riquezas, a salvação do mundo estava supostamente nas mãos da raça alemã.

5. A Primeira Guerra Mundial: A crise da Alemanha imperial

A 1º de agosto de 1914, as tensões da sociedade européia explodiram numa guerra. A Primeira Guerra Mundial foi a maior vertente do século XX, de onde fluíram todos os principais desenvolvimentos subseqüentes na Europa. A ascensão do fascismo e nazismo está diretamente relacionada com a experiência da guerra e a revolução bolchevique, que foi o grande legado da guerra na Rússia. E claro que nem o fascismo nem o comunismo foram uma consequência exclusiva da Guerra de 1914-18. Mas o conflito teve o efeito de acelerar e intensificar as grandes tendências das décadas anteriores.

Legado da guerra

Uma dessas tendências foi o crescente chauvinismo e irracionalismo gerados pelas rivalidades nacionais da Era Imperialista, que acabaram culminando no fascismo. A Primeira Guerra Mundial proporcionou a experiência que converteu muitas pessoas ao fascismo, forneceu o modelo de organização social que os fascistas emularam, e criou as condições que possibilitaram a ascensão desse regime. Pelo menos no início, a guerra foi amplamente considerada como um veículo de regeneração e reJuvenscimento nacional. No coração do fascismo estava o esforço Para restabelecer o entusiasmo e dedicação que a Grande Guerra originalmente inspirara.

A contenda confirmou para muitos o axioma de que a suprema lei qualquer estado é a auto-afirmação, assim legitimando o recurso à força para alcançar finalidades políticas. Talvez o principal legado da guerra tenha sido a tendência para definir a política como *Kampf* (luta) uma predisposição para o uso da força em vez do discurso argumentada para resolver as divergências sociais, econômicas ou políticas. O hábito mental de se opor contribuiu para a política de confrontação depois da guerra. Além disso, a guerra também proporcionou um modelo para organizar um estado central forte, a fim de mobilizar o povo para propósitos militares. Os fascistas mantiveram esse modelo mesmo em tempos de paz. A guerra fortaleceu as técnicas de vigilância do estado e sua capacidade de influenciar e controlar a população. medo e o ódio contra o detestado inimigo induziam o tipo de conformidade ideológica e unanimidade de propósito que os

fascistas tentariam retomar durante a paz. Os fascistas queriam moldar a sociedade num exército treinado e leal, que agiria sob ordens, para realizar os objetivos comuns, baseados no instinto induzido pela guerra para a ordem, propósito e disciplina. A guerra reforçou a antiga tendência prussiano-germânica para considerar o exército como "a escola da nação".

A guerra também proporcionou o treinamento para a violência que endureceu as pessoas para a brutalidade e o terror. Como a primeira matança em massa industrializada do século XX, a guerra acostumou as pessoas à morte de seres humanos em grandes quantidades. A maioria dos principais líderes nazistas, inclusive Hitler, vinha de uma geração mais jovem, profundamente afetada pela Primeira Guerra Mundial. Os primeiros recrutados para as formações paramilitares fascistas foram os veteranos de guerra que voltavam para as frentes de combate. O conceito de tropas de assalto, soldados de elite treinados para investir como um raio contra as linhas inimigas e forçar uma abertura por onde passaria a infantaria regular, originou-se nessa guerra. O princípio da liderança fascista, um legado da tradição monárquica, foi bastante reforçado pela experiência de combate. O mito da experiência na frente de batalha teve uma repercussão ainda maior entre aqueles que eram jovens demais para participar da guerra. Os que alcançaram a maturidade durante ou no final da guerra foram os que mais se alistaram depois nas forças paramilitares. Desalojados do grupo de trabalho civil pelos veteranos de volta, os homens dessa faixa de idade tornaram-se uma espécie de geração supérflua, nunca plenamente integrados na estrutura social. Muitos procuraram uma vazão para suas frustrações nos movimentos políticos da extrema direita.

A guerra glorificou o etos militar da camaradagem, união, heroísmo e sacrifício pessoal, que se tornaria fundamental para o sistema fascista de valores. Teve também um efeito nivelador nas classes sociais, unindo homens das mais diversas origens e ocupações para partilharem a provação comum das trincheiras. O colapso parcial das distinções de classe na guerra demonstrou como o etos da camaradagem podia facilitar a integração dos trabalhadores descontentes na comunidade nacional. A sobrevivência em combate exigia um trabalho de equipe e fazia com que as diferenças em rendimento e posição social se tornassem em grande parte irrelevantes. A tendência da guerra para moldar massas incoerentes em coortes padronizadas foi simbolizada pelos vastos cemitérios militares, em que cada sepultura, até onde a vista podia alcançar, era assinada por uma simples cruz branca de madeira. ’

A guerra como força unificadora

A deflagração da guerra gerou um ímpeto de patriotismo em todas as nações combatentes. Todos os segmentos da sociedade alemã, exceto um punhado de dissidentes da extrema esquerda do SPD, saudaram a guerra com entusiasmo. Até mesmo membros do movimento dos trabalhadores, que não haviam aceitado a ideologia da luta racial, consideraram a guerra como uma defesa necessária contra o atrasado Império Russo, onde os trabalhadores tinham menos direitos do que na Alemanha. Em Munique, um imigrante recente da Áustria, o jovem candidato a pintor Adolf Hitler, juntava-se às multidões que aplaudiam as notícias da guerra.

Os líderes e a maior parte do público alemão esperavam confiantes por uma rápida vitória. Desde os tempos de Bismarck que o regime não contava com tanto apoio popular. A mobilização patriótica parecia prevalecer sobre todas as diferenças partidárias. O governo aproveitou a emergência nacional para invocar uma moratória sobre todo o debate político. "Não conheço mais nenhum partido", declarou Guilherme II a nação. "Agora, conheço apenas alemães."³ Para os conservadores, a paz interna era o corolário gratificante da guerra externa. O perigo que a nação corria impunha um fim para os conflitos internos e as divisões sociais. A guerra, finalmente, criava a união e o consenso patriótico que os conservadores tentavam em vão alcançar há décadas. Um resultado rápido e favorável garantiria com mais segurança a proteção da propriedade e o poder contra o desafio da esquerda.

O Plano Schlieffen

O Plano Schlieffen, o único plano militar de emergência da Alemanha no caso de uma guerra contra a Rússia e a França ao mesmo tempo, foi projetado para ganhar rapidamente uma guerra em duas frentes.

Elaborado pelo estado-maior das forças armadas, sob seu chefe Alfred von Schlieffen, em 1905, o plano previa uma ofensiva maciça para oeste, a fim de destruir as forças francesas, no prazo de seis semanas, o tempo em que se esperava que os aliados russos, castigados por uma infra-estrutura atrasada e inepja e morariam para alcançar a mobilização. Uma vitória rápida no oeste permitiria a transferência de tropas alemãs para o leste, a tempo de derrotar o exército russo, que tinha uma grande inferioridade tecnológica.

O Plano Schlieffen era insensato em termos políticos e ambicioso demais em termos militares. Os defeitos políticos demonstravam a excessiva influência do estado-maior alemão na elaboração da política, pela constituição imperial. Também refletia a superavaliação da capacidade do país pela liderança alemã. Como o momento oportuno era essencial para seu sucesso, o Plano Schlieffen tornou praticamente impossível uma solução pacífica da crise nos últimos dias de julho de 1914. Depois que a Rússia iniciou a mobilização, a fim de resistir a uma invasão austríaca da Sérvia, os generais alemães podiam argumentar que qualquer atraso na implementação do plano acarretava um risco de derrota nos campos de batalha. Não restava tempo para evitar a guerra através de negociações que o Kaiser e o chanceler alemão Theobald von Bethmann Hollweg (1856-1921) esperavam agora realizar.

O Plano Schlieffen ofereceu um exemplo de incrível cegueira para as consequências políticas das ações militares. Previa a invasão da França através da Bélgica e de Luxemburgo, embora a Alemanha fosse signatária de um tratado internacional, firmado em 1839, garantindo a neutralidade belga. A violação da neutralidade belga uniu a opinião pública britânica por trás da decisão do governo de se juntar à guerra contra a Alemanha. Essa decisão seria tomada de qualquer maneira, mas o Plano Schlieffen permitiu que o governo britânico adotasse essa medida potencialmente impopular com pleno apoio público.

Impasse na frente ocidental

O Plano Schlieffen quase deu certo nas primeiras semanas da guerra. O governo francês já se transferira de Paris para Bordeaux quando as forças francesas e britânicas detiveram a ofensiva alemã, na Batalha do Marne, em setembro de 1914. A guerra na frente ocidental transformou-se num impasse virtual durante os três anos e meio seguintes, com ambos os lados abrigados em trincheiras fortificadas, de frente umas para as outras, separadas por algumas centenas de metros de terra de ninguém. Os esforços dos dois lados para romper o impasse resultaram em centenas de milhares de baixas. O aperfeiçoamento da metralhadora proporcionou à defesa uma vantagem sem precedentes. Lançou na obsolescência táticas militares tradicionais, como as cargas de cavalaria e as colunas concentradas de infantaria avançada para combate em marcha. A Batalha de Verdun, que se prolongou por quase dez meses em 1916, causou perto de um milhão de baixas, nos dois lados. Os britânicos sofreram cerca de 600 baixas no primeiro dia da batalha do Somme, em junho daquele ano. Aproximadamente 12 milhões de soldados perderam a vida nas várias frentes de combate nessa brutal luta de atrito.

Objetivos alemães na guerra

No leste, as tropas alemãs foram mais bem-sucedidas, derrotando os mal equipados russos nas batalhas de Tannenberg e dos Lagos Masurian¹⁹, na Prússia Oriental, ao final do verão de 1914. Os comandantes das vitoriosas tropas alemãs, general Paul von Hindenburg e seu chefe do estado-maior, Erich Ludendorff, assumiram o comando de todo o exército em 1916. Durante os dois últimos anos da guerra, controlaram a Alemanha como virtuais ditadores. A designação de Hindenburg e Ludendorff é uma importante linha de demarcação, além de constituir o elo entre o Segundo Império e o Terceiro Reich. Ambos eram a favor da expansão alemã e de uma paz vitoriosa, com a anexação de novos territórios. Depois da guerra, desempenhariam papéis importantes na ascensão dos nazistas ao poder.

¹⁹ A Primeira Batalha dos Lagos Masurianos foi uma batalha na frente oriental durante as fases iniciais da Primeira Guerra Mundial. Esta batalha empurrou de volta o 1º Exército Russo em toda a frente, expulsando-o da Prússia Oriental em completa desordem. Os progressos subsequentes foram prejudicados pela chegada do 10º Exército russo no flanco esquerdo do 8º Exército Alemão. Apesar de não ser tão devastadora quanto a Batalha de Tannenberg (1914), que ocorreu uma semana antes desta batalha, foi suficiente para atrapalhar os planos da Rússia para a primavera de 1915.

À medida que a luta em terra continuava, com os custos e as baixas dos dois lados aumentando sem cessar, nem os alemães nem os Aliados estavam dispostos a aceitar o tipo de paz de concessões mútuas que poderia evitar a ascensão do totalitarismo e uma nova guerra mundial. Do ponto de vista das elites dominantes, uma paz de compromisso só servia aos custos da guerra. Só os despojos da vitória ofereciam a perspectiva de manter a paz social. Os objetivos expansionistas dos líderes alemães aumentaram durante a guerra. Quando a invasão alemã da França parecia à beira do sucesso, em setembro de 1914, o governo alemão elaborou o chamado "Programa de Setembro", que previa substanciais anexações de territórios da Rússia, França e Bélgica. A discussão sobre os objetivos expansionistas do conflito foi realizada em segredo, no entanto, a fim de garantir a continuação do apoio do SPD à guerra. Um plano de paz que previa o domínio econômico alemão na Bélgica foi rejeitado pelos Aliados em 1916. Os líderes militares alemães procuravam aquisições para garantir fronteiras e queriam incorporar todos os grupos étnicos alemães num império expandido para o leste; os industriais alemães exigiam maior acesso a recursos naturais. Os partidários de um império alemão em outros continentes tendiam a encarar os britânicos como o maior inimigo; os partidários de um imperialismo continental viam a Rússia como o principal inimigo. As tendências expansionistas alemãs se juntaram na visão amplamente partilhada da *Mitteleuropa*²⁰, uma federação de estados centrais europeus dominada pelo Reich alemão.

Guerra de submarinos irrestrita

A dependência da Alemanha da guerra de submarinos fez com que se tornassem cada vez mais difíceis as relações com os Estados Unidos, que haviam proclamado sua neutralidade no início da guerra. Ambos os lados determinaram um bloqueio naval, que afetava de maneira adversa o comércio dos Estados Unidos, mas apenas a Inglaterra, com sua superioridade em embarcações de superfície, era capaz de impô-lo de uma maneira sistemática. Como desejavam bloquear as Ilhas Britânicas, os alemães quase não tinham opção exceto recorrer aos submarinos, uma forma de guerra por certo desumana, porque os submarinos tinham de atacar sempre de um modo furtivo. Não podiam deter os navios neutros e revistá-los, à procura de contrabando, precisavam atacar sempre sem qualquer aviso, e não podiam permanecer na área para salvar os sobreviventes. Se os submarinos eram localizados, tornavam-se alvos fáceis para as embarcações de superfície, mais rápidas. A superioridade naval britânica fez com que o comércio alemão-americano praticamente desaparecesse, enquanto aumentava o comércio entre a Grã-Bretanha e os Estados Unidos. Em maio de 1915 um submarino alemão afundou um navio de passageiros britânico, o *Lusitânia*, ao largo da costa da Irlanda, com a perda de mais de mil vidas, inclusive 114 americanos. Esse ataque indignou o público americano, sobretudo porque as autoridades dos Estados Unidos haviam se certificado anteriormente de que o *Lusitânia* não transportava suprimentos militares. Se havia ou não uma carga militar secreta, no entanto, é uma questão que ainda não foi esclarecida. Os protestos americanos persuadiram os alemães a limitar sua campanha submarina, a fim de não provocar a entrada dos Estados Unidos na guerra.

Em janeiro de 1917, porém, o alto comando alemão decidiu suspender todas as restrições à guerra de submarinos, num esforço desesperado para romper o impasse militar. Fizeram isso com o pleno conhecimento de que tal decisão atrairia os Estados Unidos para o conflito. Apesar disso, o alto comando acalentava a ilusória esperança de que um bloqueio total da Inglaterra persuadiria os Aliados a aceitarem a paz nas condições alemãs, antes que a presença de tropas americanas pudesse ser sentida nos campos de batalha na França. A 2 de abril de 1917, depois da perda de vários navios, os Estados Unidos declararam guerra à Alemanha.

A declaração de guerra americana tornou-se mais fácil com a derrubada do regime czarista na Rússia, um mês antes. A alegação do presidente Woodrow Wilson de que era uma guerra pela democracia teria carecido de credibilidade, se a guerra fosse travada em aliança com o autocrático regime russo com a entrada dos americanos na campanha e um governo liberal temporariamente no poder na Rússia, iniciou-se a fase revolucionária da guerra. Para a Alemanha e a Áustria, a própria sobrevivência do sistema monárquico estava agora em jogo.

²⁰ Mitteleuropa é um termo alemão que se refere à Europa Central que, embora descreva essa localização geográfica, denota um conceito político da união dessa região, buscada durante a Primeira Guerra Mundial, para que fosse dominada pela Alemanha.

A volta da oposição na Alemanha

À medida que a guerra se arrastava, as perspectivas de vitória diminuam, apesar do otimismo do alto comando alemão. E à medida que aumentava a percepção pública sobre o empenho do alto comando pela vitória a qualquer custo, a oposição interna às políticas do governo ressurgiu.

As críticas à política oficial acabaram com a *Burgfrieden* (paz dentro do castelo), um eufemismo para evitar debates partidários, que havia caracterizado os anos de guerra. Sinais de descontentamento apareceram em vários setores da sociedade alemã. Notícias da Revolução de Março na Rússia provocaram agitações esporádicas na Alemanha. Algumas unidades navais amotinaram-se no verão de 1917. Greves recorrentes levaram operários de fábricas a paralisarem as atividades e a mais graves em janeiro de 1918. As autoridades alemãs reagiram com a promessa de concessões táticas ao movimento trabalhista. Contudo, ainda nesta data, com quase quatro anos de guerra, os conservadores no *Landtag* prussiano rejeitaram, em maio de 1918, um projeto para revogar o sistema de sufrágio em três classes.

O SPD, que apoiara os créditos para a guerra no *Reichstag*, em agosto de 1914 com umas poucas exceções, dividiu-se sobre a questão do final da guerra. A facção contra a guerra formou um novo partido militante de oposição, os Democratas Sociais Independentes (USPD), em abril de 1917. Em sua extremidade radical, os membros da informal "Liga Spartacus" pregavam a desobediência civil para acabar com a luta. A pressão da esquerda contribuiu para a aprovação da "resolução de paz" no *Reichstag*, em julho de 1917, com o apoio do SPD, do Centro Católico e dos partidos liberais. A resolução final determinava que o governo negociasse uma paz sem anexações ou reparações.

No lado direito do espectro político, os nacionalistas da Liga Pangermânica reagiram, fundando o Partido da Pátria Alemã, em setembro de 1917, para promover uma paz anexionista. O objetivo do novo partido, financiado pelo exército e pela indústria, era criar uma base popular para a ditadura do alto comando do exército. O Partido da Pátria registrou um milhão de membros, antes de ser dissolvido, em dezembro de 1918. A campanha do partido contra o pacifismo e a democracia foi a base para a contra-revolução *völkisch* depois da guerra. Até mesmo o antissemitismo, abafado em nome da união nacional nos primeiros anos da guerra, agora voltou na violenta reação ao movimento antiguerra. Mesmo antes do final da luta, começou a busca a inimigos internos que teriam minado a vitória alemã. Embora 120 judeus alemães morressem na guerra, as acusações de sub-representação judaica nas frentes de combate levaram a um inquérito oficial, em 1916. Seus resultados, porém, nunca foram revelados. A guerra que deveria unificar o país e eliminar o conflito interno acarretava agora uma crescente radicalização e polarização.

O Tratado de Brest-Litovsk

Embora fosse aprovada a resolução de paz²¹, que procurava limitar o governo a movimentos bélicos exclusivamente defensivos, a política militar alemã continuou a ser a de busca da vitória e expansão. Na verdade, o único efeito da resolução de paz foi o de impelir Hindenburg e Ludendorff de retirarem o apoio a Bethmann Hollweg²², que se opusera ineficazmente à resolução, e aumentarem seus esforços para reprimir a influência do *Reichstag*. A conquista do poder na Rússia pelos bolcheviques, em novembro de 1917, possibilitada em parte pelo livre trânsito através da Alemanha de Lenin e outros eminentes revolucionários, proporcionou ao alto comando a oportunidade de arrancar concessões territoriais do novo regime comunista. O sonho de muitos séculos da Alemanha, para um *Drang nach Osten* (Saída para o Leste), parecia prestes a se realizar. O Tratado de Brest-Litovsk, assinado sob pressão pelo novo governo russo, em março de 1918, desligava a Polônia, Finlândia, os estados bálticos, partes da Bielorrússia (hoje Belarus) e toda a Ucrânia do antigo Império Russo. Os termos duros desse acordo, a que o USPD se opôs no *Reichstag*, revelavam a extensão das ambições expansionistas alemãs no leste. Era também uma advertência sobre o

²¹ Tratado de Brest-Litovsk (ou de Brest-Litovsk) foi um tratado de paz assinado entre o governo bolchevique russo e as Potências Centrais (Império Alemão, Império Austro-Húngaro, Bulgária e Império Otomano) em 3 de março de 1918, em Brest (Brest-Litovsk), na atual Bielorrússia, pelo qual acontecia a saída russa da Primeira Guerra Mundial.

²² Theobald von Bethmann-Hollweg (29 de Novembro de 1856 - 1 de Janeiro de 1921) foi um político alemão. Ocupou o cargo de Reichskanzler (Chanceler do Império Alemão) de 7 de Julho de 1909 até 13 de Julho de 1917.

que os aliados ocidentais poderiam esperar se a Alemanha vencesse a guerra. Em última análise, os termos do Tratado de Brest-Litovsk foram prejudiciais aos interesses alemães, por reterem ali um milhão de soldados, incumbidos de policiar as novas aquisições territoriais. Um acordo mais brando poderia liberar mais tropas para a ofensiva final a oeste.

A derrota alemã

A ofensiva na primavera de 1918 foi a manobra final do alto comando para conquistar a vitória. Contudo, o comprometimento excessivo de suprimentos e tropas de reserva só serviu para apressar a derrota alemã. No outono de 1918, mais de um milhão de soldados americanos haviam entrado na guerra no continente. As forças alemãs chegaram ao limite de seus recursos e resistência. A 8 de agosto, uma data que o general Ludendorff chamaria de "o dia negro do exército alemão", forças Aliadas romperam as linhas alemãs. Fracassava o último esforço alemão para vencer a guerra a qualquer custo. Ao longo de toda a frente ocidental, o exército alemão foi obrigado a recuar.

Ao contrário do mito no pós-guerra, de que políticos esquerdistas haviam apunhalado o exército pelas costas, foi o próprio alto comando que instruiu o governo a procurar um armistício imediato, no outono de 1918. Ludendorff sugeriu que a base do governo fosse ampliada, a fim de se obter dos Aliados condições de paz mais favoráveis. Uma revolução controlada de cima também ajudaria a evitar uma revolução mais radical de baixo. Formou-se um novo governo, com participação liberal e democrática social, sob o príncipe Max von Baden²³, a 3 de outubro. Seu primeiro ato foi apelar por um armistício para Woodrow Wilson. A declaração do presidente americano sobre os objetivos de guerra dos Aliados, em janeiro de 1918, os Quatorze Pontos, oferecia aos alemães a melhor esperança de uma paz generosa. Mas Wilson deixou claro que a democratização não fora suficiente para satisfazer as exigências aliadas. O Kaiser teria de abdicar, se os alemães quisessem o armistício. Pressionado pelas potências da Entente e pelos oponentes americanos de uma paz negociada, Wilson também impôs condições que deixariam a Alemanha incapaz de retomar as hostilidades depois do armistício.

Essa ameaça letal à monarquia e aos militares, junto com a relativa estabilização das linhas alemãs depois de semanas de retirada, levou Ludendorff se opor a novas negociações. Sua renúncia ao cargo de chefe do estado-maior, a 26 de outubro de 1918, armaria o cenário para o mito da punhalada nas costas, espalhado por oficiais do exército e políticos *völkisch* depois da guerra. Mas foi o colapso do exército que precipitou a revolução, não o contrário. O ímpeto para acabar com as hostilidades não poderia mais ser contido.

Revolução

Na primeira semana de novembro, ocorreram greves e motins por todo o país. O Império Austro-Húngaro já desmoronara, com a divisão pelas nacionalidades que o formavam; o Império Alemão ingressava agora no estágio final de dissolução. Milhares de marinheiros, resistindo às ordens para uma batalha final de confrontação com a marinha britânica, capturaram a cidade portuária de Kiel, a 3 de novembro. Trataram de criar conselhos de operários e marinheiros, no modelo soviético. A 5 de novembro, todos os navios em Kiel hasteavam a bandeira vermelha. Conselhos de operários e soldados também foram formados em outras cidades. O advogado e escritor judeu Kurt Eisner, líder do USPD da Bavária, proclamou uma república bávara em Munique, a 8 de novembro. Assustados com a perspectiva de revolução, o novo governo e o alto comando conseguiram finalmente persuadir o relutante Kaiser a abdicar, a 9 de novembro. Dois dias depois, emissários alemães assinaram o armistício, em Compiègne, encerrando as hostilidades.

²³ O príncipe Maximiliano Alexandre Frederico Guilherme Príncipe de Baden (em alemão: Maximilian Alexander Friedrich Wilhelm Prinz von Baden), mais conhecido como Max von Baden (Baden-Baden, 10 de julho de 1867 — Salem, 6 de novembro de 1929), foi um político alemão. Herdeiro da família grã-ducal de Baden (era primo-irmão de Frederico II de Baden), Maximiliano ocupou o cargo de Reichskanzler (chanceler do Império Alemão), em 3 de outubro de 1918, após a derrota alemã na Primeira Guerra Mundial. Ele ofereceu paz ao presidente norte-americano Thomas Woodrow Wilson. Contudo, derrotado pelo movimento revolucionário, Maximiliano foi obrigado a renunciar, em 9 de novembro do mesmo ano.

O chanceler Max von Baden anunciou a abdicação do Kaiser para evitar o caos em Berlim, uma cidade assolada por greves. Ao mesmo tempo, ele apresentou sua renúncia, entregando o governo a membros do SPD. Da sacada da chancelaria, Philipp Scheidemann, deputado do SPD, proclamou a formação de uma república alemã. Friedrich Ebert, líder do SPD, mais tarde o primeiro presidente da República de Weimar, encabeçava um conselho de governo de três membros, os outros dois representando o SPD e o USPD. Os párias da política alemã, os membros do Partido Democrático Social, proscrito por Bismarck, agora assumiam o poder.

Assim, a democracia foi implantada na Alemanha através de uma guerra que foi perdida, mas que não destruiu as forças antidemocráticas. As origens da democracia alemã não foram auspiciosas: a liberalização fora exigida pelo alto comando, a fim de se evitar as piores consequências das derrotas militares nos campos de batalha; apesar disso, eminentes oficiais logo culpariam a democracia pela derrota alemã. Os membros do novo governo seriam chamados de "os criminosos de novembro", que supostamente apunhalaram pelas costas um exército que não fora vencido.

Muitos conservadores consideravam o governo democrático como um mero expediente para apaziguar os Aliados até que a monarquia pudesse ser restaurada e os objetivos expansionistas retomados. Torciam para que uma contra-revolução revertesse as consequências da guerra e liquidasse as conquistas democráticas. Enquanto isso, se podia fazer com que os políticos democráticos assumissem a responsabilidade pela aceitação dos termos da derrota.

O pêndulo político deslocara-se no momento para a esquerda, mas as forças democráticas divididas na Alemanha enfrentavam uma tarefa quase impossível. Precisavam restabelecer a ordem, aceitar as condições impostas pelas potências vitoriosas e desenvolver um sistema democrático viável, contra a oposição das poderosas elites. O imperialismo alemão fora enfraquecido, mas não destruído. Na política polarizada do pós-guerra, voltaria de uma forma militante e radical.

6. A República de Weimar e a fraqueza da democracia liberal

A vitória dos Aliados na Primeira Guerra Mundial parecia anunciar o triunfo da democracia liberal na Europa. Na Alemanha, a queda da monarquia levou ao poder os democratas sociais (SPD), o maior partido de oposição da era imperial. Uma nova constituição, elaborada na cidade de Weimar, em 1919, englobava os princípios liberais e democráticos. Mas vinte anos depois do armistício, firmado em novembro de 1918, não restaria uma única democracia na Europa Central e Oriental. Os fascistas de Mussolini tomaram o poder na Itália em 1922 e consolidaram sua ditadura em 1925-26. A República de Weimar sobreviveu, pelo menos em termos formais, até 1933, embora o processo parlamentar normal tenha virtualmente cessado em 1930. O colapso da democracia de Weimar abriu o caminho para a tomada do poder pelos nazistas em janeiro de 1933.

Periodização

A história da república pode ser dividida em três períodos principais. Graves perturbações econômicas e políticas, e lutas civis caracterizaram a primeira parte, de 1919 a 1924. O governo com freqüentes mudanças de gabinetes e coalizões de partidos descobriu-se assediado por levantes revolucionários da esquerda, tentativas contra-revolucionárias de *putsch* (golpe) e uma campanha de assassinatos terroristas da direita, movimentos separatistas na Baviera e Renânia, e os esforços das potências vitoriosas, especialmente da França, para exigir o pagamento das reparações, nos termos estipulados pelo Tratado de Versalhes.

Esse período de agitação política, inflação e conflito com o Ocidente teve um final indeciso com a derrota da primeira tentativa de Hitler para tomar o poder, o "Putsch da Cervejaria", ao final de 1923, a reformulação dos pagamentos das reparações pelo Plano Dawes, em 1924, e a assinatura do Pacto de Locarno, em 1925. A recuperação econômica proporcionou um período de relativa estabilidade, de 1925 a 1929, mas a força da república, em última análise, era uma impostura. Havia inimigos demais mobilizados

contra ela, esperando pela oportunidade de instituir um regime mais autoritário. A terceira e última fase da república durou do início da Grande Depressão, em 1930, até a designação de Hitler para chanceler, em janeiro de 1933.

O ataque à democracia liberal

Por que o sistema democrático instituído na Alemanha em 1918-19 era tão fraco? Como os nazistas se tornaram fortes o bastante para tomar e conservar o poder em 1933-34? São questões superpostas, mas não idênticas. Depois do início da Grande Depressão, em 1930, a extinção da democracia na Alemanha era um resultado quase inevitável, mas o mesmo não se pode dizer do triunfo dos nacional-socialistas. A ascensão dos nazistas foi tanto um sintoma quanto uma causa do fracasso da democracia alemã.

Sob alguns aspectos, a fraqueza da República de Weimar apenas exemplificou a crise geral da democracia liberal na Europa, no intervalo entre as guerras. Por toda parte, as democracias liberais enfrentavam desafios, da esquerda e da direita, no clima político irrequieto e polarizado depois da Primeira Guerra Mundial e da Revolução Russa. Na desaceleração econômica que começou na década de 1920 e alcançou o nível pior na década de 1930, o capitalismo liberal parecia liquidado em toda a Europa. O declínio do liberalismo do *laissez-faire* começara no século XIX, mas alcançou o ponto crítico no período entre as guerras. As instituições liberais não mais pareciam capazes de lidar com os crescentes problemas da sociedade industrial. Tais problemas incluíam oscilações econômicas aparentemente incontroláveis, desemprego cada vez maior, e encarniçados conflitos distributivos entre classes e grupos de interesse, competindo por um bolo cada vez menor.

Depois da Grande Guerra (e a revolução que precipitou na Rússia), um tipo diferente de guerra foi travado dentro da Europa. Foi uma luta entre esquerda e direita, uma guerra civil européia, travada de maneiras diferentes e com diferentes resultados, em cada país. A questão predominante nesse conflito era a maneira como os benefícios e ônus da moderna sociedade industrial seriam distribuídos. A vítima principal do conflito, na Europa Central, foi a democracia liberal. A crescente militância dos partidos trabalhistas, atizados pelas novas facções comunistas na Europa, empurrou a classe média proprietária ainda mais para a direita. Quantidades cada vez maiores de pessoas se mostravam dispostas a apoiar as soluções autoritárias para os problemas sociais e políticos, à medida que minguava a confiança na democracia liberal.

Até mesmo em países como a Inglaterra e França, em que a tradição liberal era forte, o consenso liberal era ameaçado pela esquerda e pela direita. Mas havia fatores peculiares na Alemanha que explicam a virulência específica do sentimento antidemocrático naquele país e o extremismo do movimento nacional-socialista. Na Alemanha, em que o liberalismo era historicamente fraco, a República de Weimar não podia sobreviver à polarização social e política, bastante intensificada pela Grande Depressão. Porque surgia na esteira de uma guerra perdida, a república liberal enfrentou diversos obstáculos adicionais desde o início. Weimar se associava na mente do povo a Versalhes, a democracia era vinculada à derrota. Para muitos alemães, a democracia liberal parecia um sistema estranho, imposto pelos conquistadores Aliados para manter a Alemanha fraca e desunida.

O Acordo Ebert-Groener

Um dia antes da assinatura do armistício, a 11 de novembro de 1918, foi firmado um acordo fatídico entre o chefe temporário do novo governo, Friedrich Ebert (1871-1925), e o general Wilhelm Groener (1867-1939), que substituíra Ludendorff como chefe do estado-maior do exército. O pacto Ebert-Groener ajudou a garantir que a transição para a democracia não acabaria com a independência do exército, nem com o poder tradicional das elites. Groener assegurou a cooperação e apoio do exército ao novo governo do SPD, sob a condição de que não haveria qualquer mudança na organização interna do exército ou nas prerrogativas do corpo de oficiais. O governo, por sua vez, prometeu uma ação vigorosa no combate à "ameaça bolchevique".

O acordo Ebert-Groener ajudou a manter a posição privilegiada do exército, virtualmente como um "estado autônomo dentro do estado". Ebert achava que o apoio do exército era essencial para reprimir a desordem e preservar o novo governo. Ele não previa que o próprio exército poderia se tornar uma ameaça à democracia. Ansioso em cortejar o exército para a causa republicana, Ebert saudou publicamente as tropas em Berlim por terem voltado invictas dos campos de batalha. Assim, ele dispensou um apoio involuntário ao mito da punhalada pelas costas, disseminado pelos inimigos da nova república.

Enquanto a liderança do exército participava com entusiasmo da repressão à subversão da esquerda, não oferecia, de uma forma ostensiva, o mesmo tipo de proteção contra as tentativas da direita para derrubar o governo. O governo descobriu-se na posição pouco invejável de confiar em líderes militares que só tinham uma lealdade condicional à forma republicana de governo, mas eram capazes de exercer uma enorme influência sobre a política governamental. Sempre que o Alto Comando tinha objeções a uma medida do governo, anunciava que não podia ser "responsável" por sua execução. Em consequência, o governo era geralmente obrigado a atender aos desejos do Alto Comando.

A falta da reforma social fundamental

Assim que assumiu o poder, em novembro de 1918, o governo provisório, sob a liderança de Ebert, procurou reprimir as revoltas populares que haviam irrompido em várias partes do país. De uma forma bastante compreensível, considerando-se a anarquia que acompanhara o colapso do regime imperial, a maioria dos democratas sociais deu preferência à restauração da lei e da ordem, em vez da implementação da reforma social. Mesmo antes da guerra, o SPD já não se empenhava ativamente pela socialização da economia, apesar de seu compromisso formal com esse objetivo. O próprio Ebert parece que preferia uma monarquia constitucional a uma república, a fim de preservar a continuidade e estabilidade alemãs. Confrontados com a crise econômica, a agitação revolucionária, o persistente bloqueio e o perigo de invasão pelos Aliados, os líderes do SPD não se sentiam propensos a apoiar mudanças mais profundas, como uma reforma agrária, a socialização da indústria, a criação de uma milícia popular para substituir o *Reickswehr* (o exército), a democratização do poder judiciário ou a dispensa de servidores civis hostis à democracia.

Essas mudanças sociais de longo alcance poderiam permitir que a democracia liberal fincasse raízes mais profundas na sociedade alemã e resistisse à crise da Grande Depressão. Pelo que se fez, no entanto, a estrutura social da Alemanha Imperial permaneceu firme como antes, e as principais instituições da república continuaram a ser dominadas pelas elites hostis à democracia. A melhor constituição só tem um valor limitado se falta a consciência democrática. Os historiadores, de forma apropriada, descreveram o regime de Weimar como "uma república sem republicanos" e como "a ordem social imperial em roupagem republicana". Até mesmo os convertidos do monarquismo, que apoiavam a república, assumiam sua atitude por prudência (para evitar a intervenção dos Aliados), não por convicção.

A necessidade de garantir a cooperação dos trabalhadores, num período de agitação revolucionária, persuadiu os industriais a aceitarem práticas trabalhistas liberais, ao final da guerra. Contra as objeções da indústria pesada, o governo já havia fortalecido os direitos dos sindicatos, em 1916, a fim de manter o apoio dos trabalhadores em favor da guerra. A 15 de novembro de 1918, o industrial Hugo Stinnes (1870-1924) e o líder sindical independente Gari Legien (1861-1924) concordaram em criar uma comunidade operária central, a fim de estabilizar a economia, no período difícil da desmobilização. O chamado Acordo Stinnes-Legien reconhecia os direitos sindicais para a negociação coletiva e aceitava o dia de trabalho de oito horas. Apenas quatro anos mais tarde, depois que o acordo sindical servira a seu propósito, Stinnes tratou de repudiá-lo e empenhou-se em revogar o dia de oito horas de trabalho. Embora os industriais se beneficiassem da cooperação sindical, as esperanças dos sindicatos por uma participação maior na tomada de decisões econômicas permaneceram insatisfeitas.

A natureza limitada das reformas sociais e a repressão dos movimentos revolucionários significavam que a república liberal também Passaria a sofrer um ataque persistente da extrema esquerda. O exemplo da Revolução Russa foi crucial para o destino da República de Weimar, não apenas porque o medo da revolução social e do comunismo aumentava a atração do fascismo para a classe média, mas também porque

a Revolução Russa levou a uma divisão permanente no movimento socialista, entre os adeptos do sistema ao estilo soviético e aqueles que rejeitavam o modelo soviético. A luta encarniçada pelo apoio da classe operária, entre os comunistas e os democratas sociais, reduziu ainda mais a base social do regime de Weimar. Nestas circunstâncias, o fracasso da democracia de Weimar talvez seja menos surpreendente do que o fato de ter durado tanto tempo.

A divisão na esquerda

A relutância do SPD em interferir nas instituições tradicionais e sua disposição em empregar as forças armadas para reprimir o movimento revolucionário levaram a um amargo conflito com os democratas sociais independentes (USPD), que tentaram em vão formar um exército de cidadãos, independentemente do Alto Comando. Os membros do USPD deixaram a coalizão governamental em protesto contra a utilização de tropas do exército para sufocar um levante de marinheiros e soldados revolucionários em Berlim, em dezembro de 1918. À esquerda do USPD, a Liga Spartacus era favorável a um governo baseado em conselhos de trabalhadores, embora sem a ditadura partidária que afluía na Rússia Soviética. Os líderes spartacistas Rosa de Luxemburg (1870-1919) e Karl Liebknecht (1871-1919), ambos aprisionados durante a guerra, criaram o Partido Comunista Alemão (KPD) a 30 de dezembro de 1918.

O movimento revolucionário alcançou um momento de confrontação na "Revolta Spartacus", ocorrida em Berlim, em janeiro de 1919. Não chegou a ser uma revolta. Foi mais uma ação preventiva do governo de Ebert contra os spartacistas, depois de uma enorme concentração, a 6 de janeiro, em protesto contra o afastamento do chefe de polícia de Berlim, que pertencia ao USPD. O governo chamou o exército para esmagar os baluartes spartacistas na cidade. Nas unidades militares, alguns soldados relutaram em participar da ação contra o movimento revolucionário foram complementadas por unidades do Freikorps, uma força militar de voluntários criada por sugestão do Alto Comando, sob a liderança de oficiais do exército. Integradas por soldados dispensados do exército nos termos do acordo de armistício, essas unidades haveriam de se tornar as tropas de choque da contra-revolução e a "vanguarda do nazismo".¹

O Freikorps

Por toda a Alemanha, oficiais nacionalistas formaram unidades de voluntários para combater o movimento revolucionário que irrompera em muitas partes do país, nas semanas subsequentes ao armistício. Para os soldados do Freikorps, a guerra ainda não acabara; o inimigo na frente de batalha apenas fora trocado pelo "inimigo interno". Unidades do Freikorps tiveram um papel de destaque na repressão da revolta spartacista em janeiro. Também participaram do esmagamento dos renovados levantes em Berlim, em março de 1919. Ajudaram ainda na derrubada de governos de esquerda em numerosas cidades alemãs e na Renânia, Saxônia e Baviera, na primavera de 1919. No processo, desencadearam uma campanha de "terror branco" contra a esquerda. Rosa de Luxemburgo e Liebknecht foram fuzilados no cativeiro em Berlim, a 15 de janeiro de 1919, antes mesmo que a revolta spartacista de curta duração tivesse terminado. Cerca de 600 pessoas foram mortas nos dois primeiros dias da derrubada da "República do Conselho de Trabalhadores" em Munique, em abril de 1919.

Embora pagos pelo governo e organizados com a sua bênção, os voluntários do Freikorps não tinham qualquer lealdade à república. Seu supremo objetivo era "aniquilar as quadrilhas republicanas", como ressaltou um líder do Freikorps. Depois de lutarem contra o liberalismo e a democracia ocidental nas frentes de combate, durante a guerra, os veteranos que ingressaram no Freikorps não podiam aceitar um sistema liberal e democrático em seu país. A ideologia do Freikorps era essencialmente a mesma de centenas de grupos e partidos de direita (inclusive o pequeno Partido Nacional socialista dos Trabalhadores, baseado em Munique) gerados pelo desapontamento com a derrota. Ao empregar unidades do Freikorps contra a esquerda revolucionária, o governo dirigido pelo SPD, no fundo, contratou seus próprios inimigos para se salvar do "perigo vermelho".

Unidades do Freikorps também entraram em ação para defender ou adquirir territórios disputados nas fronteiras orientais. Na esperança de salvar pelo menos partes do vasto império oriental obtido em Brest-

Litovsk, o Alto Comando usou unidades do Freikorps para tentar anexar as nações bálticas Letônia e Estônia, que integravam o Império Russo até 1918. Unidades do Freikorps, sob o comando do conde Von dei Goltz²⁴, ocuparam Riga, a capital da Letônia, antes que os Aliados exigissem sua retirada, no verão de 1919. Muitos veteranos do Freikorps permaneceram ali, para lutar com o Exército Branco contra os bolcheviques na Guerra Civil russa. Depois que o Tratado de Versalhes entrou em vigor, em junho de 1919, o movimento do Freikorps serviria aos líderes do exército e do governo como um meio de contornar o limite de 1000 homens imposto ao *Reichswehr* pelos Aliados. Antes de ser dispersado, por pressão dos Aliados, em 1921, o Freikorps mobilizava várias centenas de milhares de homens, numa perigosa força contra-revolucionária.

Portanto, a república foi formada mais como uma reação à revolução do que pela própria revolução. A repressão do movimento revolucionário deixou um legado de amargura proletária contra o SPD e a república. Também criou um abismo irreconciliável entre os moderados e os radicais na esquerda. Alinha dura do governo contra a esquerda revolucionária fez o jogo de seus inimigos na direita, que apenas aguardavam uma oportunidade favorável para derrubar a república.

A Constituição de Weimar

A revolução estava "paralisada" e as forças da democracia popular na defensiva antes mesmo que a recém-eleita Assembléia Nacional se reunisse na cidade de Weimar, em fevereiro de 1919, a fim de elaborar uma constituição para a nova república. A cidade de Weimar foi escolhida para a sede da convenção constitucional, a fim de escapar aos distúrbios em Berlim, capital do país. Berlim, no entanto, continuou a ser a capital durante toda a era de Weimar. Alguns adeptos da democracia também esperavam que a escolha de Weimar, onde haviam vivido os maiores escritores alemães Goethe e Schiller, vinculasse a nova república à tradição humanista da Alemanha.

Nas eleições para a Assembléia Nacional, em janeiro de 1919, com a participação de 83 por cento do eleitorado, os democratas sociais (SPD) conquistaram uma pluralidade substancial de 38 por cento (uma porcentagem superior à obtida pelos nazistas para vencerem a última eleição livre, em 1932). O SPD foi o principal beneficiário da repulsa pública contra os horrores da guerra e os fracassos da democracia. Contudo, enquanto o radical USPD (os democratas sociais independentes) recebia apenas 7,6 por cento dos votos, os partidos das classes trabalhadoras ficaram muito aquém da maioria que muitos líderes trabalhistas esperavam. O SPD, o Partido do Centro Católico e o Partido Democrático Alemão (sucessor da ala progressista do "movimento liberal no Império Alemão") formaram a "coalizão de Weimar", com um total combinado de mais de 75 por cento dos votos, apoiando uma nova constituição liberal.

Concluída em junho de 1919, a constituição instituía um autêntico governo parlamentar. Como chefe do governo, o cargo de chanceler era mais poderoso que o de presidente, que servia como chefe de estado. Pela primeira vez na história alemã, o chanceler, equivalente ao primeiro-ministro nos sistemas parlamentares da Inglaterra ou França, tornava-se responsável perante o *Reichstag*, a câmara inferior do parlamento. Tinha de manter uma maioria parlamentar para permanecer no cargo. Ironicamente, no entanto, os poderes de emergência concedidos ao cargo de presidente (afora isso, em grande parte apenas uma figura cerimonial), pelo artigo 48, proporcionariam um meio de suspender esse princípio básico do governo parlamentar. O artigo 48 dava ao presidente a autoridade para governar por decreto no caso de uma crise que ameaçasse a república. Destinado a proteger a república em situações de emergência. O artigo 48 se tornaria um dos instrumentos pelos quais os inimigos da república destruíram o processo parlamentar, depois de 1930.

Outro dispositivo destinado a fortalecer a democracia também ajudou a miná-la, em última análise. A representação proporcional (que forneceu até mesmo aos menores partidos uma representação no *Reichstag*,

²⁴ Conde Gustav Adolf Joachim Rüdiger von der Goltz (8 de dezembro de 1865 – 4 de novembro de 1946) foi um general do exército alemão durante a Primeira Guerra Mundial. Após a Primeira Guerra Mundial, ele foi o comandante da Baltische Landeswehr alemã, que teve um papel fundamental na derrota dos bolcheviques russos e seus aliados locais na Finlândia (1918) e Letônia (1919), mas eventualmente não obtiveram sucesso em manter controle alemão sobre os países bálticos.

na proporção direta de sua votação nacional) levou a uma proliferação de partidos e prejudicou o processo parlamentar, tornando mais difícil formar maiorias para governar (Os elaboradores da constituição da Alemanha Ocidental no pós-guerra, em 1949, aprenderam com a experiência de Weimar, instituindo um mínimo de cinco por cento dos votos para ter representação no *Reichstag*.). O presidente e os membros do *Reichstag* foram eleitos pelo sufrágio universal. O governo de Weimar era mais centralizado do que o Reich bismarckiano, mas os estados mantinham jurisdições importantes, em particular sobre a polícia e a educação. A escolha das cores de 1848 preto, dourado e vermelho para a bandeira da república simbolizava o triunfo tardio dos princípios liberais.

Nem mesmo uma constituição exemplar pode garantir o sucesso da democracia quando falta o consenso democrático. O caráter liberal fez com que a constituição fosse inaceitável para as elites, que lamentavam o fim da autoridade monárquica. Tanto o Partido Nacionalista Alemão (DNVP), sucessor dos conservadores no período anterior à guerra, quanto o Partido do Povo Alemão (DVP), sucessor dos liberais nacionalistas, votaram contra a nova constituição. Na esquerda, o USPD opôs-se à constituição porque não promovia uma reforma mais radical. A maioria de seus membros se juntaria aos comunistas (KPD) quando o USPD foi dissolvido, em 1922.

O Tratado de Versalhes

O pior golpe para o prestígio e popularidade da Assembléia de Weimar e para a nova forma de governo foi sua aceitação, sob pressão, do Tratado de Versalhes. No que muitos alemães consideravam uma violação do primeiro dos Quatorze Pontos de Woodrow Wilson, que garantia "acordos negociados abertamente", o tratado fora elaborado pelos Aliados sem a participação alemã. Apesar disso, as condições apresentadas aos alemães eram menos rigorosas do que as exigências máximas francesas, que incluíam a criação de um estado separado na Renânia. O tratado era um meio termo entre o princípio de autodeterminação nacional de Woodrow Wilson e a insistência francesa em enfraquecer a capacidade econômica da Alemanha e sua posição como grande potência. A Alemanha perdeu cerca de 13 por cento de seu território antes da guerra, a maior parte no leste, onde a nação polonesa foi reconstituída, pela primeira vez desde 1815. Uma faixa de terra separando a Prússia Oriental do resto da Alemanha proporcionava à Polônia uma saída para o mar. Os esforços da Alemanha para recuperar o controle desse "corredor polonês" e a cidade livre de Danzig (hoje Gdansk) ofereceriam a causa imediata para a deflagração da Segunda Guerra Mundial.

A Alsácia e a Lorena foram devolvidas à França, enquanto partes da Silésia eram concedidas à Polônia. A rica região de mineração do Saar foi posta sob controle francês por quinze anos, depois do que seu destino final seria decidido por plebiscito. A Renânia seria desmilitarizada em caráter permanente, depois de uma ocupação aliada por quinze anos. Pelo Tratado de Saint-Germain, que confirmou a divisão do Império Habsburgo pelas nações que o formavam, a parte de etnia alemã da Áustria foi proibida de se unir com a Alemanha. Os alemães foram obrigados a renunciar tanto à sua marinha de guerra quanto à frota mercante; oficiais navais afundaram seus navios em Scapa Flow, em junho de 1919, para não ter de entregá-los aos Aliados. Um máximo de 1000 homens foi determinado como o efetivo do outrora poderoso exército alemão. O mais oneroso de tudo, para o público alemão, foi a obrigação de pagar reparações dos danos causados pela guerra. Como não houvera combates em território britânico, a Inglaterra exigia que as reparações incluíssem pensões e indenizações, para os soldados aliados desmobilizados e para as famílias dos soldados mortos na guerra. O valor total da dívida alemã seria determinado por uma comissão especial.

A fim de justificar as reparações, o tratado exigia que a Alemanha aceitasse a responsabilidade por todos os danos causados pela guerra. Mais do que qualquer outro dispositivo, a "cláusula da culpa da guerra" uniu o público alemão em oposição ao tratado. Os Aliados rejeitaram os pedidos alemães de alterações no tratado. Ameaçaram manter o bloqueio econômico se o governo alemão não assinasse. Philipp Scheidemann (1865-1939), que se tornara chanceler depois que Ebert fora eleito para a presidência, em fevereiro de 1919, renunciou em protesto contra os termos do tratado. Mas a maioria na Assembléia de Weimar temia que a falta de aprovação só servisse para acarretar represálias dos Aliados. A 28 de junho de 1919, emissários alemães assinaram o que seria conhecido como o "*Diktat* de Versalhes".

Os Aliados poderiam atender melhor a seus próprios interesses, se não sobrecarregassem a incipiente democracia alemã com condições tão impopulares. Num texto publicado em 1920, *The Economic Consequences of the Peace*, o economista britânico John Maynard Keynes previu que o tratado levaria a uma nova guerra, no prazo de vinte anos. Versalhes proporcionou um tremendo impulso ao crescimento da direita radical. Embora os líderes do governo também denunciassem o tratado como injusto, não podiam competir por serem os signatários com a fúria dos grupos nacionalistas sem se incriminarem. As denúncias do tratado por partidários da república só contribuía para aumentar a legitimidade dos ataques da direita ao governo. Os nacionalistas de direita tornaram-se os principais beneficiários da repulsa pública contra Versalhes.

O mito da punhalada nas costas

Dois mitos adquiriram ampla aceitação entre o povo alemão e estimularam a ascensão da direita radical. Um foi a convicção de que a guerra havia sido desencadeada pelos inimigos da Alemanha. O governo alemão patrocinou uma comissão histórica para provar que a Alemanha não era responsável pela provocação da guerra. O segundo mito, ainda mais perigoso, foi a convicção de que a humilhação alemã fora causada por traidores da esquerda. A maioria dos alemães achava que os Aliados haviam conseguido através do tratado o que não foram capazes de conquistar no campo de batalha. Em termos psicológicos, pelo menos, a maioria dos alemães não estava disposta a admitir que seu exército fora derrotado, com exceção das batalhas na Prússia Oriental, em 1914, não houvera combates em território alemão. Na ocasião do armistício, as tropas alemãs ainda estavam entrincheiradas na França e na Bélgica, ocupavam a Polônia, o Báltico e a Ucrânia. Por isso, muitos alemães preferiam acreditar na acusação da direita radical, de que o final humilhante da guerra era uma consequência não da derrota militar, mas do derrotismo civil. Uma conspiração de judeus e socialistas supostamente minara a moral na frente interna, apunhalando o bravo exército alemão pelas costas.

O putsch de Kapp

Em março de 1920, as mesmas unidades do Freikorps usadas pelo governo de Ebert para reprimir a Revolta Spartacus e o regime do conselho de trabalhadores, em Munique, desfecharam um ataque contra o próprio governo. O *putsch* Kapp-Lüttwitz foi liderado por Wolfgang Kapp (1858-1922), um funcionário do serviço público prussiano e ex-líder do Partido da Pátria, criado durante a guerra, e o general Walther von Lüttwitz (1859-1942), comandante das unidades do Freikorps em Berlim e nos arredores. O propósito imediato do *putsch* era revogar a ordem do governo para desmobilizar determinadas unidades do Freikorps, de acordo com dispositivos do Tratado de Versalhes. Seu propósito mais amplo era derrubar os "criminosos de novembro" e restaurar um regime autoritário. Na manhã de 13 de março, soldados da Brigada Ehrhardt,²⁵ uma unidade de elite, com suásticas em seus capacetes, marcharam para Berlim e ocuparam prédios do governo. Ironicamente, essa mesma unidade fora chamada a Berlim pelo governo, ao final de 1919, para ajudar a reprimir as revoltas dos trabalhadores.²⁶ Agora, atacava o governo que deveria defender.

A situação crítica do governo pode ser constatada pela reação dos líderes do *Reichswehr* ao pedido governamental de apoio contra o Freikorps. O chefe do estado-maior, Hans von Seeckt (1866-1936), anunciou a neutralidade do exército com uma máxima: "Soldados não atiram em soldados". Ele justificou a decisão, alegando que a intervenção militar contra o Freikorps encorajaria as forças revolucionárias da esquerda. Seus soldados não hesitavam em disparar contra os antigos companheiros que haviam se juntado a organizações revolucionárias.

O exército também não hesitou em atirar contra trabalhadores em greve na Turíngia e no Ruhr, ao final desse mesmo ano. O presidente Ebert, o chanceler Gustav Bauer e outros ministros do governo foram

²⁵ A Marinebrigade Ehrhardt era um grupo Freikorps de por volta de 6,000 homens formada pelo Capitão (Korvettenkapitän) Hermann Ehrhardt, logo após a Primeira Guerra Mundial. Também eram conhecidos por II Brigada da Marinha ou por Brigada Ehrhardt. A Brigada tomou parte na luta por cidades da Alemanha central e também pelos portos do Noroeste alemão. Além disso, participaram eles do Putsch de Kapp.

²⁶ Fotografia 1 (Nota do Revisor)

obrigados a deixar Berlim, por medida de segurança. Foram para Stuttgart, onde o comandante local do *Rekhswehr* permanecia leal ao governo. Apesar do significativo apoio industrial e agrário ao esforço de Kapp para instituir uma "ditadura nacional", o *putsch* logo fracassou, por causa da oposição conjunta dos trabalhadores e da inépcia política dos líderes golpistas. Uma greve geral convocada pelos membros do SPD no ministério paralisou a capital, bloqueando as tentativas dos golpistas de governarem. "Tudo poderia acabar dando certo", recordou mais tarde um dos oficiais da Brigada Ehrhardt, "se tivéssemos fuzilado mais pessoas." Relutantes em aprovar o massacre em larga escala de civis, e incapazes de obter a cooperação dos ministérios e do Banco Central, Kapp e Lüttwitz foram forçados a desistir de seus esforços, quatro dias depois do início do *putsch*.

A força persistente dos sentimentos antidemocráticos no sistema judiciário alemão, em que quase todos os membros eram remanescentes do império guilhermino, foi revelada pelo padrão duplo que os tribunais aplicavam no julgamento de dissidentes da direita e da esquerda, com exceção do chefe de polícia de Berlim, que recebeu uma sentença de cinco anos de prisão honrosa (ele cumpriu apenas três), nenhum dos membros da conspiração de Kapp foi punido por seus esforços para derrubar o governo. Lüttwitz e Kapp foram absolvidos. Em contraste, os adeptos do governo socialista bávaro de 1919 receberam sentenças de prisão totalizando mais de 600 anos.

Era de se esperar que a derrota do *putsch* de Kapp oferecesse um momento oportuno para acabar com o antirrepublicano Freikorps, subordinar o exército ao governo e introduzir os tipos de reformas como a criação de uma milícia popular ou a dispensa dos funcionários do governo antidemocráticos que fortaleceriam o regime republicano. Em vez disso, o governo foi obrigado a chamar unidades do exército e do Freikorps para reprimir um levante de operários industriais no Ruhr. O levante foi precipitado por uma ação do próprio governo ao convocar uma greve geral no primeiro dia do *putsch* de Kapp. Os líderes do USPD e do KPD no Ruhr, apoiados pelo Comintern soviético, esperavam aproveitar essa oportunidade para pressionar por uma revolução socialista em larga escala, o que não haviam conseguido no ano anterior.

Terrorismo de direita

Por medo da revolução social, o governo reabilitou assim as próprias forças que haviam tentado recentemente derrubá-lo. Seeckt foi promovido a supremo-comandante do *Reichswehr* e a Brigada Ehrhardt foi enviada para o Ruhr, onde se distinguiu pela violência da vendeta contra os Vermelhos. A renovação tácita pelo governo do pacto com o exército afastou ainda mais os trabalhadores do regime.

Autoridades do governo fecharam os olhos aos excessos do Freikorps, porque as formações paramilitares pareciam necessárias para reprimir a insurreição de esquerda e defender as fronteiras orientais contra os nacionalistas poloneses. Como os Aliados recusavam-se a permitir que o *Reichswehr* atuasse na Silésia, unidades do Freikorps patrulhavam esse território, na esteira do plebiscito de março de 1921, que culminou numa divisão patrocinada pela Liga das Nações. Mesmo depois da dissolução oficial pelo governo, por insistência dos Aliados, em maio de 1921, unidades do Freikorps que não foram absorvidas pelo *Reichswehr* continuaram a operar, disfarçadas como batalhões de trabalhadores, guardas-civis ou até mesmo clubes esportivos. Veteranos do Freikorps foram recrutados como líderes das tropas de assalto de Hitler, as *Sturm Abteilung* (SA), fundadas como a "Divisão de Ginástica e Esportes" do Partido Nacional socialista, em julho de 1921.

Os contra-revolucionários mais brutais, inclusive o próprio capitão Hermann Ehrhardt (1881-1971), formaram bandos de vigilantes e criaram "tribunais do povo" (os *notórios Femegerichte*), para aplicar a "justiça *vijlkisch*" a pessoas que consideravam traidoras da pátria. Um dos seus objetivos era provocar um levante da esquerda que pudesse então ser reprimido através da força das armas, tornando-se o pretexto para acabar com a constituição de Weimar. Entre as vítimas proeminentes de sua onda de assassinatos estava Matthias Erzberger (1875-1921), ministro das Finanças e deputado do Partido do Centro, que patrocinara a "resolução de paz" no *Reichstag*, em 1917, e assinara o armistício, em novembro de 1918. Erzberger foi morto a tiros em agosto de 1921. Walther Rathenau (1867-1922), ministro do Exterior, um industrial judeu

que comandara a mobilização econômica da Alemanha na Primeira Guerra Mundial, mas agora defendia uma política de cumprimento das condições impostas pelos Aliados, foi assassinado em junho de 1922.

Nesse mesmo mês, terroristas de direita feriram gravemente o ex-primeiro-ministro Philipp Scheidemann, jogando ácido sulfúrico em seu rosto. Para os mais de 350 assassinatos comprovados, cometidos pelos assassinos *Feme* em 1921-22, os tribunais aplicaram castigos apenas simbólicos.

A ocupação francesa do Ruhr, em 1923

Os primeiros esforços contra-revolucionários para derrubar o governo alcançaram o clímax com o malogrado "Putsch da Cervejaria" de Hitler, em novembro de 1923. A crise desse ano revelou mais uma vez o dilema essencial do governo, na medida em que seus esforços para satisfazer as demandas nacionalistas de uma política de resistência aos termos de Versalhes só contribuíam para aumentar a legitimidade dos oponentes na direita radical. A agitação social, nos anos imediatamente posteriores à guerra, ocorreram no contexto da insistência Aliada no pleno cumprimento das cláusulas de Versalhes. Essas condições visavam em parte prevenir um ressurgimento do poderio alemão. Os franceses, em particular, tinham uma noção amarga do potencial da Alemanha para o renascimento.

A questão das reparações tornou-se um teste de força e vontade entre os dois governos. A Conferência de Londres, em fevereiro-março de 1921, fixara a obrigação alemã em 132 bilhões de marcos (cerca de 32 bilhões de dólares, pelo valor do dólar em 1921). Historiadores ainda debatem se a freqüente inadimplência alemã e os pedidos de adiamento dos pagamentos eram mais o resultado de incapacidade ou de relutância em pagar. Apesar da incessante inflação no pós-guerra, a economia alemã, em particular a indústria pesada, desfrutou de uma crescente vantagem sobre a francesa, entre 1920 e 1923. Embora o governo concordasse formalmente em cumprir os termos dos Aliados o apoio de Rathenau a uma política de cumprimento do tratado foi um dos motivos alegados pelos extremistas de direito para seu assassinato -, não havia uma vontade política fundamental para efetuar os pagamentos das reparações. O medo da revolução social também agia contra as medidas de austeridade que poderiam permitir que o governo cumprisse suas obrigações com as potências vitoriosas, ao mesmo tempo em que continha a inflação.

O problema alcançou o ponto crítico em janeiro de 1923, quando tropas francesas e belgas ocuparam o Ruhr, a fim de impor a submissão da Alemanha. As suspeitas francesas sobre as intenções alemãs foram aumentadas pelo Tratado de Rapallo, entre a Alemanha e a União Soviética, em abril de 1922. Para consternação dos Aliados ocidentais, as duas nações párias concordaram em manter relações diplomáticas e promover a cooperação econômica. A ocupação do Ruhr não foi a primeira tentativa francesa de impor sanções à Alemanha. Em 1920, os franceses haviam ocupado três cidades, inclusive Frankfurt, para protestar contra a incursão de tropas alemãs na Renânia desmilitarizada, a fim de reprimir a revolta dos trabalhadores do Ruhr. De novo em 1921, os franceses ocuparam cidades no Ruhr, a fim de pressionar os alemães ao pagamento das reparações. Em 1923, no entanto, foi diferente. Não apenas era uma operação numa escala muito maior do que antes, mas desta vez os franceses agiram sem o apoio dos britânicos, que desconfiavam que os líderes franceses queriam por a indústria alemã sob o permanente controle da França.

A grande inflação

O governo alemão conclamou o povo a uma resistência passiva contra as forças francesas de ocupação. Os empregados do governo, inclusive os ferroviários, foram instruídos a parar de trabalhar. Para financiar essa operação e forçar os franceses a se retirarem, o governo alemão recorreu à impressão de dinheiro extra, uma política que levou ao mais traumático episódio de inflação na Europa do século XX. Em agosto de 1923, o valor do marco alemão em relação ao dólar baixou para cinco milhões por um. Em novembro, o dólar estava cotado a mais de quatro trilhões de marcos. No auge da inflação, era preciso um carrinho de mão para transportar as notas necessárias para a compra de um simples pão. A grande inflação alienou ainda mais a classe média do regime republicano. As contas de poupança, que já haviam sofrido uma redução de seu valor na economia inflacionária do pós-guerra, foram liquidadas no verão de 1923. Ironicamente, a lembrança pública dessa inflação traumática contribuiria para a decisão dos líderes do

governo de insistir em políticas deflacionárias no início da década de 1930, prolongando assim a Grande Depressão.

Na crise do Ruhr, o governo descobriu-se mais uma vez na situação paradoxal de mobilizar seus inimigos da direita, para se precaver de uma ameaça externa. Unidades de sabotagem do Freikorps operaram clandestinamente no Ruhr, com a aprovação tácita do governo. Além disso, o governo concordou também com os planos do *Reichswehr* para criar um exército secreto, contrariando os termos de Versalhes. Muitos antigos veteranos do Freikorps foram recrutados para o chamado "*Reichswehr* Negro". Um voluntário do Freikorps no Ruhr, Leo Schlageter, tornou-se um herói nacional depois que foi executado pelos franceses, em maio de 1923.

Ao final do verão de 1923, a estratégia de confrontação do governo alemão contra os franceses parecia ter fracassado. A economia estava arruinada, a autoridade do governo em risco. Movimentos separatistas surgiam na Renânia, estimulados pelos franceses. Os comunistas também se beneficiavam da agitação, aumentando seu apoio popular. Encorajado pelo Comintern, o KPD esperava ser capaz de explorar as condições em deterioração, para finalmente promover a sonhada revolução comunista na Alemanha. Preocupados com a crescente instabilidade alemã, os britânicos exigiram o fim da política oficial de resistência passiva, propondo uma solução negociada para a crise. No dia 26 de setembro, o novo chanceler alemão, Gustav Stresemann (1878-1929), determinou a suspensão da resistência passiva.

O "Putsch da Cervejaria" de Hitler

A "rendição" de Stresemann no Ruhr levou a direita radical a renovar seus esforços para destruir o sistema de "Weimar e Versalhes". Alguns líderes do Freikorps e militantes da direita estavam mais interessados em derrubar o governo do que em repelir os franceses. As organizações de direita conspirando contra o governo eram particularmente ativas na Baviera, onde contavam com a proteção do autoritário governo estadual, dirigido pelo monarquista Gustav von Kahr (1862-1934). Kahr se tornara o virtual ditador da Baviera em 1920, na própria ocasião em que Kapp tentava derrubar o governo em Berlim. Entre os muitos conspiradores de direita que se aproveitavam da hostilidade do governo bávaro ao governo de Weimar estava o homem destinado a unir todo o movimento *völkisch* sob o seu comando. Nessa ocasião, no entanto, Adolf Hitler era apenas um entre os inúmeros aspirantes a esse papel.

Um antigo cabo do exército, ferido e condecorado na guerra, Hitler era um entre milhares de soldados amargurados pelo final humilhante da guerra. Também era imbuído de um virulento antissemitismo, adquirido como um jovem pintor em potencial em Viena, na década anterior à Primeira Guerra Mundial, e intensificado pelo desapontamento da derrota. Envolvido pelas fantasias de conspiração da direita radical, ele se convenceu de que os judeus haviam iniciado a guerra e fomentado a revolução para enfraquecer o Império Russo antissemita. Atingido esse objetivo, empenharam-se em disseminar o "marxismo democrático", a fim de garantir também a derrota do Império Alemão (supostamente porque os impérios russo e alemão representavam os principais obstáculos ao plano judaico de dominação do mundo). Tudo aquilo por que Hitler e seus companheiros haviam lutado parecia ter sido perdido em decorrência do que ele considerava como a covardia dos políticos liberais. Em vez de ingressar no Freikorps, no entanto, Hitler assumiu um pequeno partido político, recém-fundado. O Partido dos Trabalhadores Alemães era um dos muitos grupos fundados no período revolucionário posterior à guerra, a fim de atrair trabalhadores para a causa nacionalista. O exército encorajava as atividades desses grupos, a fim de combater o perigo do socialismo. Em setembro de 1919, Hitler foi designado pelo exército para monitorar as atividades do partido. Ingressou no grupo como seu quinquagésimo quinto membro e logo se tornou o líder. Em fevereiro de 1920, mudou o nome para Partido Nacional socialista dos Trabalhadores Alemães (NSDAP).²⁷

O treinamento de Hitler como instrutor político do exército, ao final da guerra, e sua capacidade de liderança, o senso de missão, a capacidade de articular ressentimentos e objetivos nacionalistas, e sua dedicação à busca do poder permitiram-lhe atrair seguidores e aumentar a participação no partido. Ao

²⁷ Em alemão *Nationalsozialistische Deutsche Arbeiterpartei*.

contrário de monarquistas irredutíveis, como Wolfgang Kapp, Hitler, aos 34 anos, era hábil no uso do vocabulário do socialismo para atrair adeptos em massa. Como os *fasci di combattimento* de Mussolini, as tropas de choque de Hitler recebiam armas e suprimentos de oficiais do exército simpatizantes, inclusive o capitão Ernst Röhm (1887-1934), que mais tarde se tornaria o comandante das SA. Em 1923, o sucesso organizacional proporcionava a Hitler uma considerável influência política junto aos líderes do governo bávaro, que se recusavam a cumprir a proibição determinada pelo governo de Berlim para as atividades subversivas da direita radical. O aparente fracasso da política do governo de Berlim em relação aos franceses no Ruhr armou o palco para a tentativa de *putsch* de Hitler. Seu principal companheiro na conspiração era ninguém menos que o General Ludendorff, um forte partidário do *putsch* de Kapp, em Berlim em 1920, e um dos primeiros membros do partido de Hitler. Hitler seria o chanceler e Ludendorff o supremo-comandante do exército no novo governo que os golpistas tencionavam formar. Autoridades conservadoras do governo bávaro, há muito em conflito com o governo liberal de Berlim, também teriam postos ministeriais. B Na noite de 8 de novembro, Hitler interrompeu uma concentração nacionalista, promovida por Kahr, e proclamou a instituição de um novo governo nacional. Seu modelo era a "Marcha sobre Roma", no ano anterior, quando Mussolini conseguira blefar para tomar o poder, porque contava com o apoio pelo menos tácito do exército e dos líderes conservadores. O esforço de Hitler para fazer uma revolução, com a cooperação e permissão das autoridades, não foi tão bem-sucedido. Seu partido ainda não atraía os milhões de seguidores que o tornariam tão indispensável para os conservadores dez anos mais tarde. Kahr e outras autoridades bávaras mudaram de idéia sobre sua aliança com o jovem e impetuoso ex-cabo. O *Reichswehr*, sob o comando de Seeckt, também retirou seu apoio. A "Marcha sobre Berlim" foi abortada no dia seguinte, na frente do *Feldherrnhalle* (Memorial dos Soldados), em Munique. Uma coluna de golpistas, sob a liderança de Hitler e Ludendorff, recusou-se a cumprir as ordens da polícia para se dispersar. No tiroteio subsequente, dezesseis nazistas e três policiais morreram.

No julgamento, os juízes permitiram que Hitler usasse o tribunal como um palanque para divulgar sua causa. Ele se apresentou como o patriota altruísta que tentava apenas livrar seu país das garras dos marxistas e traidores. Por seu ato de alta traição, Hitler recebeu apenas a pena mínima de cinco anos, e só permaneceu preso por oito meses. Seu companheiro de conspiração, Ludendorff, seguro no nimbo de herói da guerra, foi absolvido de todas as acusações. Hitler aproveitou seu tempo na confortável cela na fortaleza de Landsberg para ditar seu livro *Mein Kampf* (*Minha luta*) para o secretário particular, Rudolf Hess (1894-1983), que mais tarde se tornaria o vice-líder do Partido Nazista. A lição que Hitler aprendeu com o fracasso de seu *putsch* foi a de não tentar tomar o poder outra vez sem ter certeza do apoio do exército.

Dali por diante, ele seguiria o curso legal e constitucional para o poder. Em 1923, o exército permaneceu condicionalmente leal ao regime, porque o governo não demonstrava qualquer relutância em reprimir a esquerda. Um levante liderado pelos comunistas na cidade portuária de Hamburgo, no norte da Alemanha, foi esmagado em outubro de 1923. Nesse mesmo mês, o governo autorizou a derrubada dos governos democraticamente eleitos de coalizão SPD-comunistas nos estados da Saxônia e Turíngia. Os líderes do exército também temiam a intervenção aliada se a república fosse destruída pela força.

Estabilidade temporariamente restaurada

A sucessão de tentativas de derrubar o regime de Weimar chegou a um fim preliminar. Quase que milagrosamente, ao que parecia, o governo sobrevivera aos turbulentos anos do pós-guerra. Um fator crucial para a melhoria da situação foi a solução favorável da crise do Ruhr. Sob a orientação do mago das finanças Hjalmar Schacht (1877-1970), o futuro presidente do banco central da Alemanha e mais tarde ministro da Economia de Hitler, a moeda alemã foi estabilizada até o final do ano.

A política de cumprimento das obrigações de Stresemann trouxe dividendos inesperados. A França descobriu-se cada vez mais isolada depois da suspensão da resistência passiva alemã. Além disso, a economia francesa enfrentava dificuldades crescentes, em consequência da política agressiva do governo francês no Ruhr. Os esforços franceses para separar a Renânia da Alemanha foram frustrados pela oposição britânica e americana, assim como pela falta de um apoio popular substancial para um estado à parte. A Inglaterra e os Estados Unidos consideraram que uma economia alemã estável era vital para seus interesses

comerciais. Nessas circunstâncias, os franceses tiveram que concordar com um plano britânico-americano para reformular a dívida alemã das reparações. O Plano Dawes, assim chamado pelo banqueiro americano que liderou a comissão de especialistas, entrou em vigor em abril de 1924. Os pagamentos das reparações foram estendidos por um período de várias décadas. Prevvia também um empréstimo americano para que os alemães pudessem retornar ao padrão-ouro. O Plano Dawes instituiu a base para o crescimento econômico e a prosperidade na Alemanha no final da década de 1920.

O Pacto de Locarno

A diplomacia de Stresemann, que serviu como ministro do Exterior de 1924 até sua morte, em 1929, também fortaleceu o regime de Weimar. Em outubro de 1925, a Alemanha acompanhou os países da Europa Ocidental na assinatura do Pacto de Locarno, garantindo as fronteiras comuns. Contudo, não havia qualquer referência às fronteiras da Alemanha no leste, portanto tinha toda liberdade para eventuais revisões das fronteiras ali. Ele se beneficiou da relutância britânica em apoiar as exigências francesas para uma garantia alemã também das fronteiras orientais. Nenhum político alemão poderia se dar ao luxo de renunciar às perdas territoriais da Alemanha a leste, na Primeira Guerra Mundial. Um dos principais motivos para que Stresemann se empenhasse em manter boas relações com o Ocidente era a perspectiva de obter certa liberdade de ação a leste. Em abril de 1926, Stresemann assinou o Tratado de Berlim com a União Soviética, continuando o relacionamento especial criado com o Tratado de Rapallo, em 1922. Uma base desse relacionamento era o interesse comum dos dois países na revisão de suas fronteiras com a Polônia.

Stresemann considerava o Pacto de Locarno como apenas o primeiro passo na eventual revisão de Versalhes. Locarno protegeria a Alemanha de sanções francesas unilaterais, como a ocupação do Ruhr em 1923. Em Locarno, a França concordou com a retirada antecipada das tropas de ocupação aliadas na Renânia, cujo propósito fora de garantir o cumprimento dos termos de Versalhes. O ingresso alemão na Liga das Nações, com direito a veto e assento permanente no Conselho da Liga, em setembro de 1926, assinalou o ponto alto da reabilitação alemã no pós-guerra.

A política de Stresemann, embora visasse a uma eventual revisão de Versalhes, enfureceu os nacionalistas radicais, que o acusaram de traição por renunciar às reivindicações alemãs sobre a Alsácia e a Lorena. Os nacionalistas (DNVP) e os partidos radicais de direita votaram contra Locarno no *Reichstag*, da mesma forma que o KPD (refletindo os receios soviéticos de que Locarno pudesse levar a uma aliança ocidental com a Alemanha contra a União Soviética). Mas não havia como contestar o sucesso da estratégia de Stresemann. Locarno ajudou a Alemanha a atrair investimentos americanos. A república entrou em sua fase mais estável e próspera.

A mudança para a direita

Apesar dos fracassos da contra-revolução, no início da década de 1920 a corrente política básica deslocara-se de maneira significativa para a direita, desde os dias da Assembleia Nacional. Indubitavelmente isso aconteceu em grande parte por causa das reações populares ao Tratado de Versalhes, ao ônus das reparações e à força do KPD, que aumentou seu apoio popular para 3,7 milhões de votos em 1924. Nunca mais os partidos da Coalizão de Weimar (SPD, Centro e Democrata Alemão) teriam a maioria dos votos numa eleição nacional.

Na primeira eleição para o *Reichstag*, em junho de 1920, o SPD perdeu quase a metade dos votos que obtivera na eleição para a Assembleia de Weimar, em janeiro de 1919. Muitos dos eleitores do SPD transferiram o voto para o USPD mais militante, refletindo a crescente divisão da esquerda, na esteira das medidas repressivas do governo em 1919. A ala bávara do Partido do Centro desligou-se para formar um partido independente, mais hostil à república. Os maiores perdedores, no entanto, foram os democratas, cujos eleitores se transferiram para o Partido do Povo (DVP) e para os nacionalistas (DNVP). As eleições de maio e dezembro de 1924 confirmaram essa tendência, com o DNVP obtendo cerca de 20 por cento dos votos, para se tornar o segundo maior partido no *Reichstag*. O SPD, com 26 por cento dos votos em dezembro, conquistou mais cadeiras na eleição de 1924.

Talvez a indicação mais dramática do deslocamento para a direita tenha sido a eleição do general Hindenburg, aos 78 anos, para a presidência da Alemanha, depois da morte de Ebert, em 28 de fevereiro de 1925. Hindenburg, candidato do Partido do Povo e dos nacionalistas, apoiado também por militantes da direita, como Hitler, estava disposto a apoiar a república apenas como uma conveniência temporária, até que a dinastia Hohenzollern²⁸ pudesse ser restaurada. A eleição de uma monarquia declarada para o mais alto cargo da república confirmava a força persistente do conservantismo alemão.

O sentimento antirrepublicano continua a ser muito difundido e toda a sociedade alemã. Eminentes autoridades do serviço público civil remanescente da burocracia imperial, não tinham muitos amigos no governo, cujas decisões que administravam deveriam cumprir. O judiciário continuava a aplicar apenas punições simbólicas aos que atacavam a república da direita. Os latifundiários e a Junkers & Co. sentiam uma nostalgia compreensível pelo império, em "haviam desfrutado de tanto poder e influência. Mas até mesmo os industriais, em particular os representantes da indústria pesada, eram hostis à república, em grande parte porque a democracia liberal aumentou o poder de negociações dos trabalhadores, enquanto as políticas fiscais e os programas sociais ameaçavam reduzir os lucros das grandes empresas.

As instituições educacionais, das escolas primárias aos cursos superiores, disseminavam as opiniões antirrepublicanas. Até mesmo as igrejas eram, na melhor das hipóteses, indiferentes à república. A Igreja Unida Protestante Prussiana tinha um motivo óbvio para ser contra a república: a perda de sua posição privilegiada como Igreja da Prússia, sob seu *summus episcopus*.²⁹ Mas os líderes católicos também eram favoráveis a um regime mais autoritário, não tanto por razões políticas, mas porque o estado liberal não estava mais disposto a agir como o censor moral da sociedade. A introdução das liberdades civis trouxe a total liberdade de estilo de vida e expressão artística. Padrões de moralidade pareciam ter se desvanecido no fermento criativo das experiências artísticas de Weimar, que os conservadores condenavam como "bolchevismo cultural".

A "Revolução Conservadora"

Apesar da inovação e criatividade nas artes, pelo que a era de Weimar é, com justiça, célebre, o clima político predominante era conservador e republicano.

Face à derrota na I Guerra Mundial e à crise social e política que se seguiu, surge um grupo de intelectuais identificado como a "Revolução Conservadora" (Moeller van den Bruck, Ernst Junger, Edgar Jung, Oswald Spengler, etc.), radicalmente oposta ao novo regime parlamentar-liberal e ao Tratado de Versalhes e defendendo uma síntese entre o conservadorismo e o socialismo - um "socialismo alemão" que, ao contrário do marxista, não se basearia no materialismo e na luta de classes, mas sim na solidariedade entre as classes e nas tradições prussianas de disciplina e autoridade (aliás, já antes Bismark havia tentado conciliar o conservadorismo com as reivindicações sociais, com políticas que deram início ao Estado de Bem-Estar). Os escritores e intelectuais conservadores, como Thomas Mann que relutantemente apoiavam a república, enquanto o historiador Oswald Spengler eram um dos mais representativos intelectuais da chamada "Revolução Conservadora" que clamavam pelo renascimento num "Terceiro Reich", o eufemismo para um reino sem conflitos partidários e do qual seriam expurgados os interesses egoístas (leia-se liberalismo e socialismo).

A derrota alemã na Primeira Guerra Mundial de 1914-18 deu atualidade e urgência à doutrina da regeneração racial, que prometia a restauração do poder alemão. A ideologia *völkisch* também entrou no movimento político, através do Partido Nacionalista Alemão (DNVP), grupos de veteranos como o *Stahlhelm* (Capacete de Aço), uma grande variedade de organizações patrióticas locais e regionais, e publicações como o respeitável jornal conservador *Die Tat*. As idéias *völkisch* alcançaram uma grande

²⁸ A Casa von Hohenzollern (em alemão: Haus von Hohenzollern) é uma importante família nobre da Europa e foi a dinastia soberana da Prússia e do Império Alemão até o fim da Primeira Guerra Mundial (1918).

²⁹ O governo soberano da Igreja chegou ao fim com as disposições da Constituição de Weimar no artigo 137 para o direito de autodeterminação da Igreja. A liderança da igreja foi para os sínodos mais, o consistório eram puramente autoridades eclesiásticas.

audiência através das obras de escritores respeitados, como Hans Grimm (1875-1959), autor do livro de sucesso *Volk ohne Raum* (*Um povo sem espaço*), e Ernst Jünger (1895-1998), autor de numerosas obras exaltando o estado militar.

O apoio substancial para a democracia liberal, ironicamente, vinha apenas das fileiras do SPD, nominalmente marxista. Contudo, a identificação da democracia de Weimar com o SPD e os interesses sindicais, na mente do público, tendia a enfraquecer o apoio da classe média à república. Aos olhos de muitos alemães com alguma propriedade o SPD permanecia o partido pária, que fora proscrito no tempo de Bismarck e aceitara o Tratado de Versalhes. Muitos desconfiavam que o SPD subvertera a monarquia ao final da guerra. O firme apoio que o SPD e a comunidade judaica concediam à república parecia confirmar a validade da asserção da direita, de que o sistema de Weimar era antialemão.

Os sucessivos gabinetes de Weimar refletiam, inevitavelmente, o ânimo nacionalista e a repulsa pública contra Versalhes. Se Versalhes era de fato um tratado injusto como o consenso público considerava então uma política de atendimento de seus termos só podia ser, na melhor das hipóteses, uma medida temporária. Até mesmo Stresemann, um ex-liberal nacional e agora líder do Partido do Povo, aprovava o rearmamento clandestino e esperava que a Alemanha recuperasse um dia os territórios perdidos no leste, se necessário pela força. Em particular, ele referia-se a Locarno (e ao Plano Dawes) como apenas um "armistício.

A república também continuou a sofrer ataques da esquerda radical por seu fracasso em implantar a plena democracia social. Até mesmo republicanos leais achavam difícil apoiar um governo que autorizava rearmamento clandestino, encarcerava políticos dissidentes de esquerda e parecia incapaz ou relutante em reprimir a influência da direita. Intelectuais de esquerda, muitos deles judeus, criticavam o governo por permitir a persistência do militarismo. Ironicamente, os partidários república só podiam lutar pelos princípios democráticos, atacavam os detentores do poder. Suas críticas mordazes aos abusos de poder do regime de Weimar deixaram-nos expostos à acusação posterior de terem contribuído para a destruição da república.

Os direitistas acusavam o sistema liberal de ser fraco demais para enfrentar os Aliados e defender os legítimos interesses alemães. Os críticos da esquerda, por outro lado, desprezavam um sistema liberal que era tão exposto à influência e controle das elites nacionalistas e autoritárias. Parecia que o sistema democrático liberal só sobreviveria enquanto servisse aos propósitos econômicos das elites dominantes. O fim acabou vindo mais cedo do que esperavam os críticos do governo ao final da década de 1920. A Grande Depressão proporcionaria a oportunidade para a reversão a um regime autoritário.

7. O colapso da República de Weimar - A Grande Depressão

A Grande Depressão, a mais grave crise na história do capitalismo industrial, acelerou a queda da República de Weimar e possibilitou o triunfo dos nazistas. Na Alemanha, as consequências da depressão foram muito mais profundas do que nos Estados Unidos, pois não apenas levaram a mudanças no sistema de mercado livre, muitas das quais não foram diferentes do New Deal americano, mas também acarretaram a destruição do liberalismo político. A depressão não criou os nazistas, é claro, nem as dificuldades econômicas por si só podem explicar seu impressionante aumento de popularidade. Mas ao minar as fundações econômicas da estabilidade de Weimar, a depressão criou as condições em que os inimigos da democracia puderam destruir a república.

A depressão acabou com o crescimento econômico e a prosperidade do final da década de 1920, que em 1928 haviam elevado o padrão de vida na Alemanha para o nível anterior à guerra. Depois que o Plano Dawes entrou em vigor, em 1924, cerca de 25 bilhões de marcos foram injetados na Alemanha, sob a forma de aquisição de títulos mobiliários e empréstimos para a indústria. A brusca queda das cotações na Bolsa de Valores de Nova Iorque em outubro de 1929 eliminou essa fonte de crédito, com efeitos desastrosos para a economia alemã.

Antes mesmo do craque, os empréstimos americanos de curto prazo para empresas alemãs já começavam a ser cobrados, em parte porque os investidores eram atraídos para os lucros maiores no movimentado Mercado de ações em Nova Iorque. Depois do craque americano, os investidores tiraram da Alemanha grande parte do capital que ainda lhes restava. A queda na demanda americana de produtos importados precipitou uma baixa nos preços internacionais e uma redução das atividades comerciais. No auge da crise, em 1931-32, o comércio internacional ficou praticamente paralisado. A produção industrial alemã diminuiu 39 por cento entre 1929 e 1932, enquanto o número registrado de desempregados alcançava um nível superior a seis milhões. Até mesmo essa cifra representava apenas uma fração das pessoas tanto operários quanto aqueles que ocupavam cargos administrativos cujo padrão de vida sofreu uma drástica redução.

A depressão acabou com qualquer confiança no liberalismo econômico e político que ainda pudesse existir entre os alemães de classe média. Serviu também para polarizar o eleitorado. Apenas medidas radicais pareciam oferecer uma saída para a crise econômica. Enquanto quantidades crescentes de trabalhadores transferiam sua fidelidade para o Partido Comunista (KPD), números ainda maiores de alemães de classe média davam seus votos para os nazistas, pela primeira vez. Mais e mais pessoas de todas as classes esperavam pela salvação nacional através da direita radical.

Muitos eleitores presumiam que um governo onerado com Versalhes era fraco demais para obter uma compensação pelas injustiças cometidas contra a Alemanha, o que possibilitaria a solução dos problemas econômicos. Essa explicação da crise atendia aos interesses das elites econômicas alemãs. Para muitos líderes industriais e financeiros alemães, a crise oferecia uma oportunidade bem-vinda de reduzir o poder do trabalho, além de cortar impostos e programas sociais do governo. Também permitia o tipo de reestruturação governamental que impediria a ressurreição das reformas sociais no futuro. A crise teria um aspecto benéfico se pudesse ser usada para acabar com o poder do SPD e minar a legitimidade das instituições parlamentares. r

Causas da Grande Depressão

Embora o craque no mercado de ações de Nova Iorque, depois de anos de especulação frenética e sem qualquer regulamentação, possa ter servido para desencadear a depressão, somente isso não pode explicar a severidade e duração da crise. A causa fundamental do fracasso das economias ocidentais do Ocidente, na década de 1930, foi a distribuição desigual do poder de compra, um problema que, o New Deal acabaria corrigindo nos Estados Unidos. Segmentos substanciais da população careciam dos meios para comprar as mercadorias produzidas pelas indústrias em permanente expansão na década de 1920. Uma porcentagem desproporcionalmente baixa dos lucros da produção industrial aumentada, na década de 1920, ia para os camponeses e trabalhadores, os consumidores em potencial dos bens industriais de produção em massa. Os pequenos lavradores, nos Estados Unidos e Europa, sofreram com baixos preços agrícolas e rendimentos inadequados ao longo da década de 1920.

Os estoques industriais, empilhados nos depósitos muito antes do craque no mercado de ações em Nova Iorque, devastaram os mercados financeiros do mundo. A super expansão industrial e o excesso de produção (ou deficiência de consumo) levaram à dispensa de trabalhadores, assim reduzindo ainda mais o poder de compra das massas e a demanda de produtos industriais. Empresas que haviam se expandido à base do crédito, durante os anos de prosperidade da década de 1920, tiveram de fechar, muitas vezes levando seus credores à falência no processo. Os depositantes iniciaram uma corrida aos bancos, já enfraquecidos pela inadimplência em muitos de seus empréstimos. O resultado desse círculo vicioso de falência de empresas, desemprego crescente e pânico financeiro foi a penúria generalizada, insegurança psicológica e um crescente clamor por uma solução política para a crise.

Em meados e no final da década de 1930, medidas para ampliar o poder de compra, através da criação de empregos, projetos de obras públicas, expansão do sistema de seguridade social e do seguro de desemprego, subsídios agrícolas, taxaço progressiva e legislação para fortalecer os sindicatos já haviam melhorado os piores efeitos da depressão nos Estados Unidos. Medidas similares ao New Deal de Roosevelt

acabaram sendo adotadas, em grau maior ou menor, pela maioria dos países europeus. Tiveram uma argumentação teórica com às obras de John Maynard Keynes. O aumento dos gastos do governo com obras públicas e o rearmamento, sob os nazistas, ajudaram a tirar a Alemanha da depressão. No início da década de 1930, no entanto, os cortes de gastos, adotados tanto pela administração Hoover nos Estados Unidos quanto pelo governo de Heinrich Brüning (1885-1970) na Alemanha, apenas agravaram a tendência deflacionária.

O governo de Brüning³⁰ cortou salários e benefícios dos funcionários públicos, num esforço para equilibrar o orçamento, numa época de rendimentos em declínio. Ele esperava usar a depressão econômica para obter uma redução adicional nos pagamentos das reparações. Suas políticas deflacionárias foram apoiadas pelos industriais, que queriam reduzir os custos sociais e trabalhistas. O fracasso de Brüning em resolver a crise econômica foi um dos fatores que levaram à sua substituição em 1932.

As lembranças da inflação desenfreada de 1923 serviram como um ímpeto adicional para a redução dos gastos do governo na Alemanha. As medidas deflacionárias também atenderam aos interesses dos exportadores alemães (ao manterem seus preços competitivos). Refletiam a sabedoria econômica da época. Diante da crise no comércio mundial, a maioria dos economistas considerava que o bem-estar interno era menos importante do que a estabilidade monetária internacional. Reduzir os custos de produção através do corte de salários era um meio aceitável de permanecer competitivo no mercado mundial. Infelizmente, à medida que a depressão se aprofundava, nenhum país podia se dar ao luxo de comprar. Medidas para desencorajar as importações, através de tarifas alfandegárias e controle de câmbio, diminuíram ainda mais o comércio mundial e a demanda global, intensificando assim o colapso da economia no mundo inteiro.

O governo Brüning e a eleição para o *Reichstag* em 1930

A crise econômica promoveu a tendência para o autoritarismo político como um meio para transcender o crescente conflito sobre a distribuição dos recursos cada vez mais escassos. Os conservadores na Alemanha esperavam usar a crise para forçar o SPD a deixar o governo de coalizão, formado sob o democrata social Hermann Müller (1876-1931) em 1928. A oportunidade surgiu em março de 1930, numa controvérsia sobre os programas sociais do governo. A coalizão de Müller desmoronou em consequência da recusa do SPD em aceitar cortes nos benefícios sociais e no seguro-desemprego. Além disso, o Partido do Povo também se recusava a aceitar aumentos nas contribuições dos empregadores para o fundo de seguro-desemprego.

Heinrich Brüning, o líder conservador do Partido do Centro Católico, sucedeu Müller como chanceler, ao final de março. Sua designação assinalou um estágio importante no declínio da democracia parlamentar. O principal objetivo de Brüning não era a defesa da democracia de Weimar, mas sim a restauração da Alemanha como a potência dominante na Europa. Era um objetivo que ele partilhava com o Presidente Hindenburg e com a maioria dos líderes militares, industriais e agrários. Incapaz de obter a aprovação parlamentar para os cortes nos serviços sociais, Brüning persuadiu Hindenburg a promulgar o novo orçamento por decreto, nos termos do artigo 48 da constituição de Weimar. À medida que o governo recorria cada vez mais aos poderes de emergência, nos meses subsequentes, o processo parlamentar na Alemanha tornou-se virtualmente extinto. De 1930 a 1932, apenas cinco projetos de leis foram aprovados por votação majoritária no *Reichstag*, enquanto no mesmo período o governo promulgava sessenta decretos de emergência.

Na esperança de conquistar uma maioria no *Reichstag* para seu programa legislativo, Brüning convocou uma eleição especial para setembro de 1930, dois anos antes do ciclo normal de quatro anos. Sua decisão provou ser um erro, já que os nazistas emergiram como os maiores ganhadores, aumentando sua representação parlamentar de 12 para 107 cadeiras. Esse espetacular triunfo eleitoral frustrou os esforços de Brüning para governar pelo procedimento parlamentar normal. Brüning subestimara a extensão da

³⁰ Heinrich Brüning foi chanceler alemão durante a República de Weimar. Filiado ao Partido de Centro, de forte presença católica, foi sucedido por Franz von Papen em 1933.

impaciência pública com o governo. Os nazistas tornaram-se o segundo maior partido no *Reichstag*, enquanto o SPD mal conseguia manter a pluralidade que tinha desde o início da era de Weimar.

Muitos dos mais de 5,5 milhões de votos que os nazistas obtiveram desde a eleição anterior, em junho de 1928, foram à custa dos nacionalistas conservadores (DNVP) e do economicamente conservador Partido do Povo (DVP). O DVP estava privado de uma liderança eficiente desde a morte de Stresemann, em 1929. Os eleitores que votavam pela primeira vez também apoiavam os nazistas, muitos dos quais indubitavelmente para registrar seu protesto contra as austeras políticas econômicas do governo. A afluência total de eleitores aumentou de 74 para 81 Por cento do eleitorado com direito a votar. Os novos eleitores incluíam não apenas os jovens que podiam votar pela primeira vez, mas também um segmento da população apolítico, pessoas que antes não votavam, facilmente seduzidas pela pregação dos nazistas, apontando marxistas e judeus como bodes expiatórios e prometendo soluções rápidas e eficazes. Na esquerda, o processo de radicalização ocorreu numa escala um pouco menor. Os comunistas aumentaram seu número de deputados de 54 para 77, enquanto o SPD perdia 10 cadeiras.

O programa do Partido Nazista

Os espetaculares ganhos eleitorais dos nazistas confirmaram a estratégia de Hitler de procurar o poder através de meios legítimos e eleitorais. Ele aprendera com o fracasso do "Putsch da Cervejaria". Sua malograda experiência de revolução pela força, baseada no modelo de Mussolini, persuadira-o a tentar a conquista do poder, em vez disso, por meios legais. A pregação ostensiva pela derrubada violenta do governo só teria prolongado a proibição de falar em público que lhe fora imposta na maioria dos estados alemães. O objetivo de Hitler ao refundar o Partido Nacional socialista dos Trabalhadores Alemães (NSDAP), em fevereiro de 1925, foi o de criar um partido que pudesse ter um amplo apelo popular, ao mesmo tempo em que permanecia incondicionalmente sujeito ao seu controle pessoal. Para isso, Hitler exigiu um programa que atraísse uma grande variedade de grupos sociais, inclusive trabalhadores industriais, mas que não restringisse sua liberdade de ação, nem o comprometesse com reformas sociais específicas.

O Programa de Vinte e Cinco Pontos original do partido, elaborado em 1920 por Gottfried Feder (1883-1941), que favorecia, como outros ideólogos do partido, um programa social e econômico específico, não conseguira alcançar uma influência mais profunda no partido. O programa nazista continha disposições restringindo os direitos dos judeus, previa a criação do Grande Reich Alemão, exigia a censura da imprensa e enfatizava a necessidade de situar o interesse comum acima do interesse individual. O programa também prometia defender o "cristianismo positivo" e os interesses dos pequenos comerciantes e produtores.

Grande parte do programa nazista parecia com o programa dos nacionalistas alemães (DNVP), o partido dos conservadores "respeitáveis", que também clamava por um fim da "predominância dos judeus no governo e na vida pública". O programa nazista, no entanto, diferia ao propor algumas mudanças econômicas radicais. Através de um texto bastante vago para admitir diversas interpretações, certas disposições possuíam um teor nitidamente anticapitalista, destinadas a atrair trabalhadores, no clima revolucionário dos primeiros anos do pós-guerra. Uma disposição exigia abolir a "servidão dos juros", enquanto outra determinava o "confisco sistemático dos lucros de guerra". O programa também previa a nacionalização dos fundos de investimentos, a introdução da participação nos lucros e o arrendamento das lojas de departamentos para pequenos comerciantes. O artigo 17 até propunha o "confisco sem indenização de terras para propósitos comunitários". No clima político mais conservador de 1928, Hitler distribuiu uma declaração negando que esse artigo representava uma ameaça para a propriedade privada. Referia-se apenas à "criação de meios legais de confiscar, quando necessário, terras ilegalmente adquiridas ou não administradas de acordo com o bem-estar nacional"; visava, "em primeiro lugar, às empresas judaicas que especulavam com terras".

Para Hitler, o programa visava atrair vários grupos sociais descontentes, ao mesmo tempo que exercia um amplo apelo emocional. Alguns líderes partidários, no entanto, levavam a sério o compromisso proclamado pelo partido com a reforma econômica, para grande frustração de Hitler. No outono de 1925,

Gregor Strasser (1892-1934), um dos mais capazes e populares jovens nazistas, escolhido por Hitler para dirigir o Departamento de Propaganda do partido, circulou entre os membros do partido um esboço preliminar de um programa amplo. Descrevia o tipo de estado que alguns idealistas imaginavam, sob o conceito de socialismo nacional ou alemão.

Seria um estado corporativista (*körperschaftsteuer*), sob os poderes quase ditatoriais de um presidente eleito por um Conselho Nacional (formado pelos presidentes dos vários estados) e uma Câmara dos Estados (*Reichsstände Kammer*). Esta seria composta por representantes de grupos ocupacionais, organizados em cinco Câmaras Vocacionais agricultura, indústria e comércio, força de trabalho, serviço público civil e empregados assalariados (em escritórios), e profissões autônomas além de representantes de instituições nacionais, como igrejas e universidades. A Câmara dos Estados não seria uma instituição parlamentar, no entanto, já que o chanceler e os ministros seriam responsáveis apenas perante o presidente, uma disposição não muito diferente do império sob Bismarck.

Esse esboço de programa, parecido com as propostas corporativistas apresentadas pelos fascistas italianos e por teóricos alemães da "Revolução Conservadora", como Arthur Möller van den Bruck, Oswald Spengler e o corporativista austríaco Othmar Spann, visava impedir que as classes inferiores e o movimento trabalhista exercessem um poder eleitoral proporcional a seus números, como tinha o potencial para beneficiar-se do sistema democrático de "uma pessoa, um voto". Na medida em que o programa de Strasser também restringia um pouco o poder dos industriais e dos aristocratas latifundiários, refletia a hostilidade de muitos nacional-socialistas "genuínos" tanto ao capitalismo em larga escala quanto ao movimento trabalhista organizado. Seu objetivo predominante e esse era o componente ideológico do nacional-socialismo era criar uma comunidade nacional da qual seriam eliminados o conflito de classes marxista e o individualismo liberal.

As disposições antissemitas e as plataformas de política externa eram parecidas com o Programa de Vinte e Cinco Pontos, de 1920. Apesar disso, o esboço de Strasser foi criticado pela linha dura do partido por seu "conceito judaico-liberal-democrático-marxista-humanitário" de direito de voto igual (já que os representantes das várias câmaras do estado corporativista seriam, no final das contas, designados pelos vários eleitorados). Como Hitler considerava o programa do partido apenas um meio de atrair apoio popular e impor uma conformidade ideológica dentro do partido, tratou de se opor ao esforço de Strasser para comprometer os nazistas com políticas sociais específicas.

Quando Strasser, em janeiro de 1926, reuniu-se com líderes do partido no norte do país, a fim de discutir suas propostas revisadas e aprovar uma resolução a favor da expropriação de antigas casas reais dos estados alemães (uma medida que foi derrotada nesse mesmo ano por um referendo popular nacional), Hitler decidiu entrar em ação. Revogou a resolução de Strasser sobre a expropriação das propriedades reais, sob a alegação de que todo alemão leal devia ter permissão para conservar o que lhe pertencia por direito. "Para nós, não há príncipes, apenas alemães", declarou ele. O direito à propriedade não podia ser afetado.

Reiterando o argumento que apresentara em *Mein Kampf*, de que o público era mais facilmente influenciado por dogmas curtos, simples, compreensíveis e, acima de tudo, imutáveis, Hitler recusou-se a permitir qualquer revisão do Programa de Vinte e Cinco Pontos original. Uma proibição de compromissos específicos com reformas sociais era útil para a estratégia de procurar apoio nas grandes empresas, mas também tinha a vantagem de acabar com os debates políticos dentro do partido, o que garantia sua liberdade de ação e autoridade final.

"O NSDAP", anunciou Hitler para os seguidores leais do partido, em 1930,

"...enquanto eu for seu líder, nunca se tornará um clube de debates para intelectuais sem raízes ou bolcheviques caóticos de sala de visitas. Haverá de permanecer o que é hoje, uma organização de disciplina, que não foi criada para a insensatez doutrinária de políticos diletantes, mas sim para a batalha por uma nova Alemanha do futuro, em que os conceitos de classes serão destruídos e um novo povo alemão determinará seu próprio destino!"

Para Hitler, a tática necessária para conquistar e manter o poder sempre teria prioridade sobre os princípios de reforma social ou econômica.

Hitler instituiu assim a supremacia do *Führerprinzip* (princípio da liderança) em questões de política e conseguiu identificar o partido e o programa com sua pessoa. A saudação "Heil Hitler" tornou-se compulsória para os membros do partido em 1926. Um fator na ascensão de Hitler foi a deserção de Joseph Goebbels (1897-1945), que começara no partido como secretário particular de Strasser. Goebbels foi conquistado para o lado de Hitler, não por vantagens pessoais ou razões ideológicas, ao que tudo indica, mas por achar, como tantos outros no partido, que a personalidade poderosa de Hitler era a mais apropriada para levar os nazistas ao poder. A conquista do poder, em última análise, foi muito mais importante para a maioria dos líderes nazistas do que a transformação da sociedade de acordo com os modelos corporativistas do "socialismo alemão".

Em outubro de 1926, Hitler designou Goebbels para *Gauleiter* (líder regional) da "Berlim Vermelha", o baluarte do SPD e dos comunistas, onde o futuro ministro da Propaganda poderia pôr em prática seus talentos demagógicos e sua retórica pseudo-social, para levar ao rebanho nazista os membros da maior concentração de operários industriais da capital alemã. Gregor Strasser agora aceitou o culto à personalidade que Hitler impingiu ao partido. Seu irmão Otto, no entanto, assim como outros membros do partido que não concordavam com a política oportunista de Hitler, foi expulso do partido em julho de 1930.

O papel do antissemitismo

No final da década de 1920, Hitler conduziu o partido para mais longe ainda de uma posição anticapitalista, talvez sentindo que encontraria com isso as fontes de apoio mais promissoras. Hitler não se preocupava com as questões econômicas e sociais; suas preocupações predominantes eram com raça, poder nacional e expansão nacional. Não tinha visão de uma nova ordem econômica para acompanhar o estado corporativista dos Strassers ou de outros teóricos de uma "revolução conservadora". Sob o comando de Hitler, o partido deu preferência a uma estratégia de amplos apelos emocionais e psicológicos, em detrimento da concepção de Strasser de um programa de planos positivos.

O antissemitismo virulento servia para desviar as queixas econômicas das reformas estruturais e do anticapitalismo. O antissemitismo era também útil como um meio de enfatizar a primazia da política como o único meio eficaz de enfrentar a ameaça putativa judaico-democrático-marxista.

Diversas teorias psicológicas já foram propostas para explicar o virulento antissemitismo de Hitler, inclusive a sugestão de que ele culpava o médico judeu de sua mãe por ela não conseguir se recuperar do câncer. As explicações psicológicas podem ressaltar a suscetibilidade de Hitler ao ódio e preconceito, mas crucial para qualquer explicação do antissemitismo de Hitler é o fato de que o antissemitismo estava fracamente disponível, como uma expressão aparentemente aceitável de descontentamentos pessoais e sociais. A mórbida hostilidade de Hitler aos judeus pode ter sido exacerbada por ressentimentos pessoais, como a amargura decorrente de sua rejeição pela Academia de Artes de Viena. Ainda mais importante, no entanto, é o fato de que o antissemitismo tornou-se um componente destacado da ideologia da direita radical nos impérios Habsburgo e Hohenzollern, no início do século XX. Em Viena, Hitler teve muitas oportunidades de observar como agressivos políticos de direita, inclusive o prefeito populista de Viena, Karl Lueger (1844-1910), usavam o antissemitismo para desacreditar o liberalismo e afastar os trabalhadores do socialismo internacional. Ele pode ter sido influenciado pelo líder dos pangermânicos austríacos, Georg von Schönerer³¹ (1842-1921), que introduziu o uso da saudação "Heil" entre seus seguidores. Ou talvez tenha

³¹ Georg Ritter von Schönerer (17 de Julho de 1842- 14 de Agosto de 1921) foi um extremista austríaco, um antissemita e um político ativo nos finais do século XIX e princípios do século XX, cujas ideias influenciaram, entre muitos outros austríacos, Adolf Hitler. Ainda jovem tornou-se um ativista político, tendo sido eleito para o parlamento da Áustria (Reichsrat) em 1873. Inicialmente um liberal, Schönerer tornou-se cada vez mais conservador à medida que a sua carreira progrediu, e no auge da sua carreira tinha-se já transformado num extremista de direita. Schönerer desenvolveu uma filosofia política que continha elementos de um violento antissemitismo, antieslavismo, autoritarismo, nacionalismo, e pangermanismo

lido os ubíquos panfletos racistas de sectários *völkisch* como Guido von List (1848-1919) ou Jörg Lanz von Liebenfels (1874-1955), que usavam a suástica como símbolo de seus esotéricos cultos alemães.

A derrota traumática na Primeira Guerra Mundial foi a experiência crucial na decisão de Hitler de entrar na política e procurar o poder, com base num programa cujas disposições antissemitas pareciam com as teses da direita radical antes da guerra e da corrente principal da direita depois da guerra. Como tantos outros nacionalistas alemães, Hitler atribuía a culpa pela derrota do império à suposta deslealdade e pacifismo de marxistas e judeus. Para Hitler, recuperando-se de um ataque de gás pouco antes do armistício, as revoluções de esquerda que irromperam por toda a Alemanha pareciam confirmar a tese de que o exército alemão fora apunhalado pelas costas. O antissemitismo estava estreitamente vinculado ao antimarxismo e antiliberalismo na ideologia *völkisch* que animava o movimento contra-revolucionário nos anos do pós-guerra.

A ideologia *völkisch* apresentada em *Mein Kampf* não era original nem exclusiva de Hitler, mas foi o fato de ter expressado esses preconceitos, que eram muito difundidos na sociedade alemã, que a faz única. Típico da direita radical foi o tom cínico e ameaçador da famosa sugestão de Hitler, de que a guerra poderia ter sido vencida se algumas centenas de judeus fossem submetidas a um gás venenoso no momento certo. Mas *Mein Kampf* pouco ia além da literatura convencional de direita, no entanto, ao combinar invectiva ideológica com um programa político prático para a consecução dos objetivos *völkisch*, tornava-se referência.

O Programa de Vinte e Cinco Pontos dos nazistas, de 1920, repetia a exigência pangermânica anterior à guerra para que os judeus fossem privados de todos os direitos civis. Além de uma promessa geral de combater "o espírito materialista judaico dentro de nós e ao nosso redor", o programa nazista continha várias disposições orientadas expressamente para os judeus. Estipulavam que apenas alguém com sangue alemão, independentemente da denominação religiosa, podia ser cidadão alemão. Apenas os cidadãos podiam ocupar cargos públicos. Os não-cidadãos deveriam ser regidos por uma lei para estrangeiros; e se o estado não fosse capaz de prover a subsistência para todos os seus habitantes, os não-cidadãos seriam expulsos da Alemanha. Todos os não-cidadãos que haviam entrado na Alemanha depois do início da guerra, a 2 de agosto de 1914, seriam expulsos; e toda a imigração para a Alemanha dali por diante seria suspensa.

Numa reunião secreta do partido, presidida por Gregor Strasser, no *Bürgerbräukeller*, em Munique, em julho de 1927, Hitler expôs a linha antissemita que queria que o partido seguisse. Atribuiu o ônus da exploração capitalista a "o judeu", quase sempre referido no singular, para evitar qualquer noção de diferenciação entre o povo judaico. O judeu, argumentou Hitler, procurava acima de tudo adquirir o controle dos meios de produção. Os meios políticos eram os únicos que podiam afastar os judeus do controle dos meios de produção, insistiu Hitler; a concorrência econômica era inviável, pois ela era uma idéia do judeu, que naturalmente se destacava nisso.

O segredo do sucesso judeu, continuou Hitler, era a invenção do capitalismo financeiro e da especulação com ações. A democracia e o Parlamentarismo haviam apenas facilitado o esforço judeu para alcançar o poder econômico e o político. Em termos históricos, os judeus nunca haviam sido contidos, a não ser quando o melhor instinto de uma raça prevalecia. Por causa da ameaça que a crescente consciência racial representava para os interesses judaicos, no século XX, os judeus não mais confiavam na democracia; em vez disso, procuravam manter o poder através da manipulação das massas, na ditadura do proletariado.

Os judeus haviam introduzido o bolchevismo (o termo preferido por Hitler para se referir ao "comunismo", que parecia menos nefando, nos anos entre as guerras) para substituir a maioria incerta de um regime democrático pela maioria absoluta, garantida com o controle da classe trabalhadora. O propósito do bolchevismo era eliminar a oposição nacionalista. Era verdade que o bolchevismo socializava os meios de produção, mas "o judeu" se destacava como o administrador num sistema bolchevique. A propriedade era despersonalizada para que pudesse ser transferida para os judeus. A democracia tornava as pessoas covardes e estúpidas assim como o marxismo. Era esse o maior perigo na Alemanha de hoje, assegurou Hitler, pois o

SPD, apesar das aparências, não estava interessado em defender a república, mas apenas em proporcionar as tropas de choque para a tomada do poder pelos vermelhos.

Para Hitler, o antissemitismo servia assim como um veículo tanto para legitimar (embora parecesse atacar) o sistema econômico existente (atribuindo suas falhas aos judeus), quanto para difamar a democracia e o socialismo (ao denunciá-los como conspirações dos judeus). Através do antissemitismo, os nazistas podiam oferecer a seus seguidores medidas positivas a eliminação dos judeus da vida alemã sem efetuar qualquer mudança que ameaçasse os interesses das elites. A solução para os problemas da Alemanha, Hitler insistia, não estava na reforma social, mas sim no renascimento do poder nacional:

Se apenas anunciarmos um programa social e fecharmos os olhos ao declínio de nosso *Volk*, então seremos mais, digamos assim, do que um marxismo revisado. Na verdade, não seremos capazes de salvar nosso *Volk*. Não imaginem que seremos capazes de dar liberdade ao trabalhador alemão se a nação alemã afundar acorrentada ou que seremos capazes de dar pão ao trabalhador alemão, se nos tornarmos mais e mais escravos internacionais. w

O caminho para recuperar o poder nacional, Hitler insistia, era erradicação da influência dos judeus.

A Frente Harzburg, 1931

O conservantismo social de Hitler e a proposta de renascimento do poder nacional ganhou para o seu partido o apoio de uma parcela considerável da classe média alemã, na eleição em setembro de 1930. Um "Manifesto de Adolf Hitler ao Povo Alemão", lançado na véspera da eleição, dizia em um trecho: "Providenciaremos para que a reforma de nosso preparo militar e da política externa seja situada à frente de todas as reformas." Essa política também lhe valeu o apoio de conservadores não nazistas, muitos dos quais, no entanto, estavam preocupados com o potencial radicalismo econômico dos partidários de Hitler.

Os nazistas e os nacionalistas do DNVP já haviam cooperado num esforço perdedor para derrotar o Plano Young (reprogramação da dívida de reparações da Alemanha, ao longo de um período de 59 anos), num referendo popular em 1929. Agora, os sucessos eleitorais de Hitler tornaram-no um parceiro atraente para os nacionalistas, cujo monarquismo e conservantismo aristocrático limitavam seu apelo para as massas. Os nacionalistas haviam se tornado cada vez mais céticos em relação ao chanceler Brüning, entre outras coisas porque ele contava com o apoio tácito do SPD e relutava em recrutar os nazistas como aliados, no esforço dos conservadores para substituir o sistema de Weimar por um regime autoritário. Em vez disso, Brüning governava por decreto presidencial, nos termos do artigo 48 da constituição, ao mesmo tempo em que contava com o apoio do SPD para evitar as votações de desconfiança no *Reichstag*. O SPD preferia tolerar as medidas de Brüning, inclusive os cortes nos gastos sociais, a correr o risco do colapso de seu governo e a possível substituição por um regime fascista.

O líder do Partido Nacionalista (DNVP) era o industrial Alfred Hugenberg (1865-1951), um ex-diretor das indústrias Krupp, proprietário de um grande jornal e de um cartel do cinema, mais tarde ministro da Economia no primeiro ministério de Hitler. Hugenberg estava bastante ansioso em unificar a "oposição nacional" ao governo de Brüning e o sistema parlamentar de Weimar. Cada vez mais, ele usava seu império de comunicações para proporcionar uma publicidade favorável aos nacional-socialistas. Em outubro de 1931, organizou uma gigantesca concentração em Bad Harzburg, na região central da Alemanha, para demonstrar a força e a união da direita. A liderança do DNVP teve a companhia de representantes de outros partidos conservadores, inclusive o Partido do Povo Alemão (DVP), além de grupos de direita, como os pangermânicos e a grande organização de veteranos, a *Stahlhelm*, que era ligada ao DNVP. Membros eminentes da indústria, agricultura e finanças, inclusive Hjalmar Schacht, presidente do *Reichsbank* e ministro da Economia de Hitler de 1934 a 1937, participaram da concentração, junto com vários líderes militares, como os generais von Seeckt, von der Goltz e von Lüttwitz.

Os conservadores exultaram quando Hitler concordou em participar da concentração da Frente de Harzburg. Hitler, no entanto, cuidou para que seu movimento não fosse percebido como dependente da elite conservadora. Tratou os potentados reunidos com um desdém deliberado. De qualquer forma, era inevitável alguma rivalidade entre os nacionalistas e os nazistas, já que ambos os partidos disputavam a liderança da

direita. Os líderes nazistas sabiam muito bem que sua capacidade, de atrair as massas para a causa nacionalista fazia agora com que se tornassem parceiros desejáveis para os conservadores tradicionais, que antes os desprezavam como inferiores sociais e arrivistas políticos. Parte da atração dos nazistas para as pessoas comuns era sua imagem juvenil e dinâmica, não maculada pelos fracassos das elites "reacionárias" do velho império.

Além disso, os nazistas eram percebidos em grande parte como defensores dos interesses da *Mittelstand* contra as grandes empresas. Hitler precisou recorrer a toda a sua excepcional habilidade demagógica e política para manter essa imagem populista, ao mesmo tempo em que assegurava o apoio das elites econômicas, de cuja ajuda, tanto financeira quanto política, ele precisaria para conquistar o poder. Não podia se alinhar muito abertamente com os "reacionários", com medo de perder sua base das massas. Contudo, precisava garantir às elites econômicas que seus interesses seriam salvaguardados sob um governo nazista.

8. A Consolidação Nazista No Poder

Hitler e os industriais

Em suas aberturas para os industriais e grandes empresários, Hitler abrandava o antissemitismo, um dos temas proeminentes em seus discursos para os fiéis do partido nos comícios. Em vez disso, ele ressaltava a missão nazista de destruir o comunismo e a democracia social na Alemanha. "Se o avanço do bolchevismo não for interrompido", declarou Hitler ao prestigioso *Industrieklub*, em Düsseldorf, em janeiro de 1932, "vai transformar por completo o mundo inteiro, assim como no passado. Se o Partido Nazista não existisse, a questão do bolchevismo ou não-bolchevismo na Alemanha há muito que já estaria resolvida, em favor dos Vermelhos. "Tomamos a decisão inexorável de destruir o marxismo na Alemanha até sua última raiz", declarou ele.

Hitler disse aos líderes empresariais que a paz social interna e a expansão econômica no exterior só podiam ser alcançadas através de um estado autoritário poderoso. Três fatores determinam a vida política de um povo, argumentou ele: o valor racial interno, a estima por personalidades superiores e a determinação de ter êxito na luta. Não era absurdo basear o sistema econômico na personalidade e desempenho e ao mesmo tempo em que se tolera um sistema político baseado nos princípios niveladores da democracia? O princípio da liderança, que era tão essencial para uma economia produtiva, devia prevalecer na política também.

A comunidade empresarial, como era de esperar, mostrou-se receptiva ao antimarxismo de Hitler. Alguns empresários, no entanto, permaneceram céticos sobre a capacidade de Hitler de controlar a massa indisciplinada mobilizada por sua oratória demagógica. O dilema que os nazistas enfrentavam era a contradição entre seus objetivos básicos o programa de conservantismo social e expansão externa, que coincidia em grande parte com os objetivos das elites tradicionais da Alemanha e os apelos de propaganda necessários para manter e aumentar o apoio das massas. A fim de atrair o apoio dos trabalhadores, lemas anticapitalistas prevaleciam nas táticas eleitorais nazistas em áreas urbanas industriais. O aprofundamento da crise econômica levou a uma radicalização da retórica nazista, a fim de desviar os ganhos possíveis da esquerda. Os conservadores apreciavam a capacidade de Hitler de conquistar votos, mas temiam que ele pudesse se tornar prisioneiro de sua própria propaganda populista. Falar demais em socialismo e revolução era perigoso, mesmo que não houvesse nenhuma intenção séria. Hitler era obrigado a realizar um difícil ato de equilíbrio entre as elites dominantes e as massas que formavam seu eleitorado. Vínculos muito estreitos e muito óbvios com os conservadores tradicionais podiam alienar o apoio popular aos nazistas, mas a boa vontade das elites era essencial para a conquista legal do poder.

As eleições presidenciais de 1932

Houve cinco eleições nacionais de 1932. A eleição presidencial em março e a disputa adicional entre os candidatos mais votados em abril foram seguidas pelas eleições parlamentares estaduais, também em abril, e as eleições para o *Reichstag* em julho e novembro. Nesse clima altamente politizado, de campanha

quase incessante, os nazistas se consolidaram como o principal partido da Alemanha. Os membros do Partido Nazista cresceram de pouco mais de 100 mil em 1928 para acima de um milhão em 1932. Mesmo assim, ainda não foi possível obter a maioria no *Reichstag* e, com isso, o cargo de chanceler.³²

Hitler relutou a princípio em enfrentar o idoso, mas popular herói da guerra, presidente Hindenburg, cuja eleição ele apoiara em 1925. Mas porque Hindenburg se tornara agora o candidato de Brüning e dos partidários da república, inclusive o SPD, Hitler sentiu-se compelido a desafiar sua reeleição. Também decidiu concorrer ao cargo de presidente, em grande parte simbolicamente, porque não via possibilidade de se tornar chanceler, em seus próprios termos, num futuro imediato. O fato de que até mesmo o SPD apoiava agora Hindenburg, um monarquista confesso, dá alguma indicação sobre a maneira como o clima político da República de Weimar continuara a se deslocar para a direita, desde a eleição de 1925.

O idoso general, já com mais de 80 anos, era também um candidato relutante, para outro mandato de seis anos. Ressentia-se por depender do apoio do SPD, cujas posições políticas detestava. Brüning precisava recorrer a todo o seu poder de persuasão para convencê-lo de que sua candidatura era necessária para preservar a ordem pública e evitar um governo presidencial de Hitler. O plano anterior de Brüning, para uma emenda constitucional tornando Hindenburg o presidente perpétuo, fora rejeitado por Hitler e Hugenberg, porque fortaleceria o governo do atual chanceler. A atitude de Hindenburg em relação a Hitler era de desdém aristocrático, em vez de oposição por princípios. Considerava um homem com as origens humildes de Hitler como desqualificado para governar a nação. Além disso, desprezava as indisciplinadas massas nazistas. É uma ironia que sua atitude elitista o induzisse, pelo menos nesse estágio, a defender a república contra o desafio de Hitler.

Hindenburg não conseguiu obter a maioria absoluta no primeiro turno. No segundo, alcançou 53 por cento dos votos, enquanto Hitler ficava com 37 por cento e o candidato comunista Ernst Thälmann recebia 10 por cento. Mas Brüning não colheu qualquer gratidão por seu incessante trabalho na campanha de Hindenburg ou por sua tentativa de controlar os nazistas, proibindo manifestações públicas das SA em abril de 1932. A 30 de maio de 1932 ele foi afastado do cargo, por pressão dos oficiais e latifundiários aristocráticos que serviam como assessores do presidente. A política de Brüning de combater a violência nas ruas através de restrições às coortes paramilitares ia de encontro aos esforços nacionalistas de cortejar o apoio nazista para um governo liderado pelos nacionalistas.

O ministro da Guerra de Brüning, general Wilhelm Groener, já fora forçado a sair do ar de «vpe defender a pfeibiçãeTdf governo às atividades das SA. Os nacionalistas ressentiam-se do factóide que Brüning, em vez de cortejar os nazistas, aparentemente estava disposto a continuar se baseando no apoio da SPD. Por sua vez, a SPD tolerava Brüning como a única alternativa viável a um regime ainda mais autoritário. Para os assessores Junkers de Hindenburg, inclusive seu filho Oskar, a gota d'água final parece ter sido a decisão de Brüning de investigar o mau uso dos subsídios do governo para financiar propriedades rurais aristocráticas em dificuldades e para realizar uma redistribuição limitada de terras das propriedades falidas.

O golpe de Papen na Prússia

Brüning foi substituído por um latifundiário católico da Renânia, Franz von Papen (1879-1969) cujo "ministério dos barões", irremediavelmente não-representativo, podia contar apenas com o apoio do Partido Nacionalista. Conscientes de seu limitado apelo popular, os nacionalistas esperavam atrair o movimento de Hitler para uma aliança de governo. É claro que os nacionalistas contavam que teriam o domínio. Achavam que controlariam os nazistas ao incluí-los no governo em postos ministeriais subordinados. Para obter a cooperação nazista, Papen revogou a proibição às formações paramilitares nazistas. Hitler, no entanto, seguindo o exemplo de Mussolini na Itália, em 1922, recusou-se a participar do poder, exigindo para si mesmo o cargo de chanceler.

³² O comparecimento no segundo turno foi de 83,5%, ligeiramente inferior ao do primeiro turno. A eleição terminou com uma vitória de Hindenburg. Este ganhou 53% dos votos. E Hitler 36,8% dos votos, contra 10,2% de Thalmann. Hitler ganhou mais de 2 milhões de votos. Thalmann perdeu 1,3 milhões de votos e Hindenburg ganhou cerca de 700 mil votos.

A 20 de julho de 1932, o governo de Papen desferiu um golpe contra a república, cuja importância não se pode deixar de ressaltar. Usando como pretexto os renovados distúrbios de ruas acarretados por sua revogação da proibição de atividades das SA, Papen depôs o governo de coalizão liderado pelo SPD na Prússia, declarou-se *Reichskommissar* do estado prussiano e decretou a lei marcial em Berlim (que era também a capital prussiana, além de alemã). Ao adotar essas medidas extremadas, o governo de Papen abandonou a farsa anterior de que aderiria à constituição de Weimar. O SPD governara a Prússia, o maior estado da Alemanha, ao longo de toda a era de Weimar. Permanecera no poder mesmo depois das eleições parlamentares estaduais de abril, embora os nazistas conquistassem uma pluralidade de 36 por cento dos votos. Agora o último baluarte do republicanismo na Alemanha fora rompido, através de uma aplicação juridicamente duvidosa dos poderes presidenciais de emergência, de acordo com o artigo 48.

Por que não houve resistência ativa ao golpe do governo de Papen? A resposta a essa pergunta pode ajudar a explicar o fato de ocorrer tão pouca resistência à subida de Hitler ao poder, seis meses depois. O SPD havia muito que adotara uma estratégia estritamente revolucionária. Sua dedicação à legalidade fazia com que procurasse reparação não através da confrontação armada, mas pelo processo judicial. Os líderes do governo prussiano entraram com uma ação judicial para revogar a ação de Papen no Supremo Tribunal do Reich; a decisão saiu alguns meses depois, e lhes foi desfavorável, como era de esperar. De qualquer forma, é duvidoso que a polícia prussiana, já infiltrada pelos nazistas, tenha atendido a uma convocação para defender o governo do SPD contra a intervenção de Papen. Afinal, Papen podia recorrer ao *Rewhwehr* para impor a autoridade do governo nacional. Além disso, o *Reichsbanner*, a formação paramilitar do SPD, não estava preparada para reagir pela força a esse tipo de golpe quase legal. Pronto para reagir a um *putsch* armado dos nazistas, o *Reichsbanner* era psicologicamente indefeso contra um ataque não violento à constituição de "Weimar".

Os líderes sindicais também aconselharam o SPD a confiar nos tribunais e tentar reverter o golpe através de um processo judicial. Os dias do *putsch* de Kapp, quando uma greve geral podia mobilizar partidários da república e paralisar o governo, pertenciam a um passado distante. com mais de seis milhões de desempregados, não era provável que uma greve tivesse êxito. O fatalismo disseminado enfraqueceu a determinação dos defensores da república.

A classe trabalhadora estava irremediavelmente dividida pelo conflito entre o SPD e os comunistas, que grassava desde a divisão do movimento socialista mundial, depois da Revolução Russa. A divisão da esquerda decorria da percepção soviética de que os líderes democráticos sociais eram os principais responsáveis pela repressão de revoluções que pareciam vitais para a sobrevivência do nascente estado soviético, no período imediatamente posterior à guerra. O reformismo do SPD parecia ser a principal barreira para a revolução e a instalação de um regime pró-soviético. Desde 1928 que o Partido Comunista da Alemanha seguira a estratégia do Comintern de atacar os democratas sociais (que eles tratavam com menosprezo como "fascistas sociais"), alegando que preparavam o terreno para o fascismo (assim, ironicamente, arremedando o ataque nazista ao SPD, como a guarda avançada do comunismo). O Comintern considerava o nazismo como o mero braço terrorista de um sistema capitalista, cuja base de massas era proporcionada pelo eleitorado do SPD. Ao subestimarem a ameaça e a capacidade de permanência no poder dos nazistas, os comunistas deram prioridade a derrotar os rivais do SPD na conquista do apoio das classes trabalhadoras. Embora os comunistas tivessem uma participação mais ativa na luta com os nazistas nas ruas, sua liderança na verdade fez causa comum com os nazistas para desacreditar o SPD e minar a democracia parlamentar.

As eleições para o *Reichstag* em julho e novembro de 1932

Surgiram novas oportunidades para os nazistas e comunistas obstruírem o processo parlamentar depois da eleição para o *Reichstag*, ao final de julho de 1932. Para os líderes do SPD que esperavam que a eleição demonstrasse a indignação popular pela ditatorial derrubada de seu governo na Prússia, os resultados foram um amargo desapontamento. Os nazistas tinham agora o maior partido no *Reichstag*, com 13. 50 votos ou 37,4 por cento do total. Foi a sua maior pluralidade em qualquer eleição nacional antes que Hitler

se tornasse chanceler, em 1933. Os comunistas aumentaram sua participação para 14 por cento dos votos, em grande parte, ao que parecia, à custa do SPD, que caiu para 21,6 por cento.

Os nazistas ganharam a maior parte dos seus votos à custa das organizações da classe média. Os democratas (cujo partido agora se tornou virtualmente extinto), o Partido do Povo e dois partidos de pequenos proprietários agrícolas conservadores (o *Wirtschaftspartei* e o *Christlich-Nationalen Bauern und Landvolk*) perderam aproximadamente um milhão de votos cada. Esses partidos haviam se deslocado para a direita, numa tentativa de se salvarem, durante a crise econômica. Isso, no entanto apenas estimulou seus seguidores a fazerem a mesma coisa, com a consequência lógica de a maioria transferir seus votos para os nazistas. Ao contrário dos partidos restritos a interesses específicos, cujos eleitores absorveram, os nazistas desenvolveram-se num "partido do povo" moderno, bem organizado, com uma base ampla, atraindo eleitores desgostosos de todas as classes. Os nazistas obtinham apoio de eleitores de todos os setores que não estivessem vinculados por lealdade ao marxismo ou catolicismo. Não se saíram bem nas grandes cidades (exceto nos bairros mais prósperos), nas áreas industriais, e no sul e oeste católicos, onde o Partido do Centro Católico e seu coligado bávaro continuaram firmes com 15 por cento dos votos. Os eleitores da classe alta e da classe média superior apoiaram os nazistas em números desproporcionais, assim como os habitantes rurais e de pequenas cidades, nas áreas protestantes da Alemanha. Uma proporção significativa de trabalhadores habilitados e não-sindicalizados também respondeu ao apelo nazista.

Os resultados da eleição de julho aumentaram ainda mais a estatura de Hitler na direita e diminuíram a de Papen. O objetivo de um governo autoritário viável, sob o controle conservador, agora parecia inconcebível sem a cooperação dos líderes nazistas. Uma grande nação industrial moderna não podia ser governada a longo prazo por um pequeno círculo de oficiais, industriais e aristocratas, com um insignificante apoio de massa.

Mas Hitler insistia em sua estratégia de tudo ou nada, exigindo o poder total. Apesar das ofertas de Papen e Hindenburg de posições ministeriais à sua escolha, Hitler declarava que o único cargo que podia aceitar era o de chanceler. Papen dissolveu o *Reichstag* para evitar um voto de desconfiança. Convocou outra eleição para novembro, na esperança de aumentar seu apoio parlamentar. Os primeiros sinais de melhora na economia, depois da moratória decidida por Herbert Hoover sobre reparações e dívidas de guerra, em 1931, aumentou a esperança de Papen de reduzir os votos nazistas.

Nessa última eleição nacional antes de Hitler subir ao poder, os nazistas de fato sofreram uma perda desconcertante de mais de dois milhões de votos. Esse resultado podia ser interpretado como uma repulsa popular à política maximalista de Hitler de insistir no poder total. Mas com 33,1 por cento dos votos, os nazistas continuavam sendo o maior partido no *Reichstag*, por uma grande margem. O SPD permaneceu em segundo lugar, com 20,4 por cento, enquanto os comunistas continuavam a crescer, à custa do SPD. Eles chegaram perto agora dos seis milhões de votos ou 16,4 por cento do total. Os nacionalistas tiveram apenas um ganho mínimo, recebendo menos de três milhões de votos ou 8,8 por cento. O comparecimento às urnas diminuiu em quase 1,5 milhão de votos, um sinal da insatisfação dos eleitores com o impasse na política nacional. Mesmo assim, a participação dos eleitores permaneceu elevada, chegando a quase 80 por cento.

O interlúdio de Schleicher

Apesar das perdas nazistas, a posição de Papen era ainda mais insustentável depois da eleição do que antes. Sua falta de popularidade era tão evidente que os líderes militares não queriam garantir a capacidade de manter a ordem, se Papen permanecesse no poder. Nessas circunstâncias, Hindenburg rejeitou o pedido de Papen para poderes de emergência para suspender a vigência da constituição e estabelecer uma ditadura ostensiva. Hindenburg também relutava em confiar o pleno poder a Hitler. Nesse impasse, o general Kurt von Schleicher (1882-1934), ministro da Guerra no gabinete de Papen, concebeu o plano pouco promissor de formar um governo baseado no apoio da ala direita do SPD, sob o líder sindical Theodor Leipart, e a ala esquerda dos nazistas, liderada por Gregor Strasser. No dia 2 de dezembro, Schleicher tornou-se o último chanceler antes da era de Hitler.

As perdas nazistas na eleição de novembro pareciam favorecer o plano de Schleicher de atrair Strasser para o governo. Sabia-se que Strasser era cético em relação à política de Hitler de exigir o poder total. Convencido de que os nazistas haviam alcançado o limite de seu apoio popular, Strasser desesperava-se com a possibilidade de o partido jamais alcançar o poder com sua atual estratégia de tudo ou nada. Hitler, no entanto, continuava a se opor a todas as negociações para um governo de coalizão, sob qualquer outro chanceler que não fosse ele próprio. Numa amarga confrontação com Strasser, Hitler prevaleceu. Strasser renunciou a seu cargo no partido e retirou-se para sua casa na Baviera. No expurgo sangrento de junho de 1934, Strasser e Schleicher se tornariam vítimas da vingança de Hitler³³.

Incapaz de obter uma maioria para governar pela divisão do Partido Nazista, Schleicher solicitou agora poderes de emergência para dissolver o *Reichstag*, suspender a constituição, banir os partidos nazista e comunista e instalar uma ditadura militar. Mas como recentemente negara um pedido similar de Papen, em parte a conselho do próprio Schleicher, e talvez temendo uma guerra civil, Hindenburg recusou a solicitação de seu chanceler. É provável também que Hindenburg temesse a propensão de Schleicher para experiências "socialistas" (ele era conhecido como o "general social", por sua defesa das obras públicas). Os industriais não gostavam da cooperação de Schleicher com os sindicatos, e o círculo de Hindenburg receava a volta dos planos para redistribuir as terras das grandes propriedades falidas da Prússia Oriental.

A designação de Hitler para chanceler

O fracasso de Schleicher deu a oportunidade a Papen de mudar sua posição a favor do homem que pouco antes ajudara a derrubá-lo do cargo. No dia 4 de janeiro de 1933, ele se encontrou com Hitler na casa de Kurt von Schröder (1889-1965), um banqueiro de Düsseldorf. Como muitos outros líderes empresariais, Schröder se convencera de que apenas a inclusão de Hitler no governo poderia restaurar a ordem política e evitar um deslocamento do impulso político para a esquerda, onde os comunistas continuavam a obter mais e mais votos. O expurgo de Strasser apaziguara as preocupações persistentes da comunidade empresarial com o sentimento anticapitalista nas fileiras nazistas. Papen não desapontou as esperanças de Schröder. Concordou em ingressar num gabinete de Hitler como vice-chanceler. Ofereceu-se para obter a concordância de Hindenburg para um governo Hitler-Papen. Persuadido por Papen e seu círculo de que Hitler poderia ser seguramente recrutado para a causa conservadora, Hindenburg superou suas apreensões anteriores sobre o "cabo boêmio". No dia 30 de janeiro, ele designou Hitler como chanceler de um governo de minoria, que continuaria a governar pela autoridade presidencial, nos termos do artigo 48.

Os conservadores esperavam que a predominância de não nazistas no ministério impediria que Hitler seguisse o curso de sua preferência. Dos treze membros do gabinete, apenas dois, além de Hitler, eram do Partido Nazista: Wilhelm Frick (1877-1946) tornou-se ministro do Interior, enquanto Hermann Goering (1893-1946) adquiria *umstatus* ministerial como vice-comissário para a Prússia e ministro do Interior prussiano (no comando da polícia prussiana). A designação de Hugenberg para ministro da Economia e Agricultura dissipava os temores dos conservadores de medidas sociais radicais. Além disso, Papen, como vice-chanceler, reservara-se o direito de estar presente sempre que Hitler se reunisse com Hindenburg. O gabinete ainda incluía vários remanescentes dos governos de Papen e Schleicher: Constantin von Neurath (1873-1956) como ministro do Exterior (até 1938); Lutz Schwerin von Krosigk (1887-1952), como ministro das Finanças (até o final da guerra); e Franz Gürtner (1881-1941), que era ministro da justiça bávaro na ocasião do "Putsch da Cervejaria" de Hitler, como ministro da justiça (até sua morte, em 1941).

A designação para chanceler coroou a estratégia de Hitler de alcançar o poder através de meios legais e eleitorais. Seria um grande erro, no entanto, concluir que ele foi guindado ao cargo com um enorme apoio popular ou que Hindenburg não teve opção senão aceitá-lo como chanceler. Os nazistas nunca obtiveram mais de 37,4 por cento dos votos numa eleição nacional, muito aquém da maioria. A perda de votos em novembro não apenas acabou com o efeito de movimento popular avassalador, criado pelo rápido crescimento nazista, mas também significava provavelmente que os nazistas haviam alcançado os limites de sua popularidade, sem perspectivas de alcançar o poder nos termos que Hitler desejava. A saída de Strasser

³³ Foi vítima da Noite das Facas Longas, expurgo liderado por Hitler contra adversários políticos, em 30 de junho de 1934.

da política demonstrava as dissidências em potencial no partido, se Hitler persistisse em sua estratégia de tudo ou nada.

É verdade que os nazistas se recuperaram com extremo vigor em eleições locais no estado de Lippe-Detmold, a 15 de janeiro de 1933. Mas era um estado mínimo, com menos de 1000 eleitores, pouco representativo da Alemanha como um todo.

- Por quanto tempo Hitler seria capaz de conservar o apoio de um terço do eleitorado alemão, se os nazistas permanecessem fora do poder?

- O movimento de Hitler não seria efetivamente bloqueado, se Papen e os outros conservadores não se submetessem às exigências dele?

Ironicamente, o medo de que o Partido Nazista pudesse continuar a perder votos, se Hitler permanecesse excluído do poder, pode ter ajudado a dissipar as apreensões de muitos conservadores sobre a chancelaria de Hitler.

- Em quem o eleitorado nazista provavelmente votaria, se o movimento de Hitler se dissolvesse?

- Muitos desses eleitores desgostosos não poderiam se transferir para os candidatos comunistas, que continuaram a ganhar na eleição em Lippe-Detmold (e pareciam não ter esgotado ainda sua força eleitoral)?

Não havia uma afinidade potencial entre nazistas e comunistas, apesar de suas brigas nas ruas, demonstrada pela cooperação na greve dos trabalhadores nos transportes de Berlim ao final de 1932 (por razões táticas, os nazistas decidiram apoiar a greve iniciada pelos comunistas)?

No mínimo, a dissolução do eleitorado nazista ameaçava fortalecer a esquerda. Para os preocupados conservadores, a desintegração do NSDAP pressagiava até mesmo um possível retorno ao governo parlamentar, sob o detestado SPD.

Essas dúvidas e previsões levaram os conservadores em torno de Hindenburg a conceder o poder a Hitler, numa ocasião em que os nazistas enfrentavam problemas que poderiam ser difíceis de superar. O modelo positivo do regime de Mussolini na Itália contribuiu para a disposição de Hindenburg, do *Reichswehr*, e da elite conservadora em aceitar o governo de Hitler. A oportuna intervenção dos líderes conservadores permitiu que Hitler conquistasse o cargo pelo qual se empenhava havia tanto tempo. A liderança do governo foi-lhe confiada apesar de seus pronunciamentos públicos de que "cabeças rolariam" assim que alcançasse o poder. Como era diferente a situação atual daquela de há dez anos, quando os líderes conservadores menosprezaram as pretensões de Hitler de assumir a liderança nacional. Agora, a situação mudara por completo. Eram os conservadores que recorriam a Hitler para liderar a causa nacional.

Hitler chegara ao poder legalmente, embora não de forma democrática, como o chanceler de um governo administrando por decretos presidenciais, nos termos do artigo 48 da constituição de Weimar. Para muitos observadores na ocasião, na verdade, o "Gabinete de Concentração Nacional" de Hitler parecia com qualquer outro dos governos conservadores temporários que dirigiram a Alemanha desde 1930 embora com maior apoio popular. Muitos de seus partidários viam o novo governo não como um regime radical para eles, Weimar era "radical", mas um meio termo entre democracia e o tipo de regime autoritário antiquado a que Papen e Brüning haviam querido voltar. Os líderes comunistas e do SPD, por outro lado, consideravam os nacionalistas como os verdadeiros vitoriosos de 30 de janeiro. As autoridades francesas e polonesas ficaram menos preocupadas com a designação de Hitler do que com a de Hugenberg, cujo imperialismo econômico parecia representar a maior ameaça para o *status quo* naquele momento.

Os nacional-socialistas, no entanto, não tinham a menor intenção de deixar o poder. Como Mussolini na Itália, na década de 1920, Hitler usou os poderes de seu cargo para instituir uma ditadura de um só partido. A tarefa com que se defrontava era a de consolidar o poder absoluto, ao mesmo tempo em que mantinha a boa vontade e a cooperação dos profissionais liberais, líderes empresariais, servidores

públicos civis e elites militares, de cujo apoio continuaria a precisar para alcançar seu objetivo de expansão nacional. Por isso, ele tinha de agir com alguma circunspeção, a fim de não alienar seus parceiros na coalizão, os nacionalistas, e outros aliados conservadores.

Renascimento nacional

O clima de renascimento nacional que acompanhou a ascensão dos nazistas ao poder facilitou bastante o trabalho de Hitler. Seus seguidores celebraram sua designação para chanceler com uma espetacular marcha das tochas, diante da sede do partido, que se prolongou pela madrugada. Em seu apelo ao povo alemão, a 1 de fevereiro de 1933, o novo chanceler abordou um tema de renascimento típico dos conservadores:

O governo nacional considera que sua primeira e principal tarefa é a restauração da união do espírito e vontade de nosso povo. Vai preservar e proteger os fundamentos em que se baseia a torça de nossa nação. Vai preservar e proteger o cristianismo, que é a base de nosso sistema de moral, e a família, que é a célula germinal do povo e do estado. Vai ignorar as divisões e classes sociais, a fim de restaurar em nosso povo a consciência da união nacional e política, com as responsabilidades que isso acarreta. Vai usar a reverência por nosso grande e glorioso passado e o orgulho por nossas antigas tradições como a base para a educação da juventude alemã. Por isso, vai declarar uma guerra implacável ao niilismo espiritual, político e cultural. A Alemanha não quer e não vai afundar no comunismo anárquico.

Eram sentimentos que todos os conservadores podiam endossar com o maior entusiasmo.

Novas eleições

A estratégia de Hitler para alcançar o poder absoluto por meios legais envolvia a dissolução do *Reichstag* e a convocação de novas eleições com os recursos do governo agora à sua disposição, os nazistas podiam esperar a obtenção da maioria de dois terços necessários para mudar a constituição legalmente. Isso traria também a vantagem de acabar com a dependência dos poderes presidenciais de Hindenburg. Ironicamente, Hitler propôs um caminho mais constitucional para a ditadura do que Hugenberg, o líder nacionalista, que queria evitar novas eleições com medo de uma maioria nazista. Hugenberg preferia um gabinete não-parlamentar, baseado no poder presidencial. Opôs-se a qualquer iniciativa de Hitler para negociar uma maioria parlamentar com o Partido do Centro. Em vez disso, Hugenberg propôs expandir a pluralidade da coalizão do governo pela proscrição do Partido Comunista. O curso mais moderado de Hitler prevaleceu. Embora relutante, o presidente Hindenburg concordou com a exigência de Hitler para uma nova eleição, sob a condição de que seria a última.

Hitler dissolveu o *Reichstag* a 1 de fevereiro, dois dias depois de sua designação para chanceler. Marcou a eleição para 5 de março, enquanto continuava a governar por decreto presidencial. A necessidade de restaurar a autoridade do estado contra a ameaça marxista tornou-se o tema central da campanha eleitoral dos nazistas. A 20 de fevereiro, Hitler reuniu-se com os líderes empresariais para determinar, em segredo absoluto, os planos para o rearmamento, o fim do sistema parlamentar e a eliminação dos marxistas de todos os setores da vida pública. Os industriais reagiram com entusiasmo ao apelo de Hitler, contribuindo com cerca de três milhões de marcos para os cofres do partido.

Repressão da esquerda

Na perseguição aos esquerdistas, os nazistas não precisavam demonstrar muito comedimento, pois nesse ponto contavam com o pleno apoio dos conservadores. Os ativistas democráticos sociais e comunistas, muitos deles judeus, tornaram-se os primeiros alvos do terror sancionado oficialmente sob o novo regime. Hermann Goering, como ministro do Interior da Prússia e chefe da polícia prussiana, autorizou que membros da SA e SS agissem como representantes da autoridade pública. Foram eles que tomaram a iniciativa no assédio e prisão de funcionários, ativistas e publicistas da esquerda. A SA criou seus próprios campos de prisioneiros, inclusive um em Oranienburg, perto de Berlim, o local do campo de concentração de Sachsenhausen, aberto formalmente em 1936. Um decreto de emergência, "para a proteção do povo alemão", assinado por Hitler a 4 de fevereiro, ostensivamente como uma reação à convocação pelos comunistas de uma greve geral a 31 de janeiro (que não aconteceu), concedeu ao governo autoridade para censurar a imprensa democrática social e comunista, além de restringir o direito de reunião. Os nazistas

usaram várias vezes esse decreto para proscrever publicações de esquerda, proibir comícios eleitorais e perseguir candidatos esquerdistas. O efeito do decreto não foi apenas o de eliminar a imprensa de esquerda, mas também o de induzir os jornais centristas (ou seja, liberais e republicanos) a praticarem a autocensura, abrandando as críticas ao governo.

O incêndio do *Reichstag*

Os nazistas aumentaram o terror contra a esquerda na esteira do incêndio espetacular que destruiu o prédio do *Reichstag* em Berlim, a 27 de fevereiro. Nunca se apurou de maneira conclusiva se foram os próprios nazistas que atearam o incêndio, como se desconfiou na ocasião. O responsável direto foi um jovem ex-comunista holandês, Marianus van der Lubbe, que pode ter agido por conta própria. Há algumas indicações, no entanto, de que o incendiário recebeu apoio nazista. Sem qualquer dúvida, os nazistas foram os principais beneficiários do ataque. O incêndio destruiu o odiado símbolo do parlamentarismo na Alemanha, ao mesmo tempo em que proporcionava um pretexto conveniente para suprimir o Partido Comunista e suspender as liberdades civis nos estágios finais da campanha eleitoral. Van der Lubbe acabou sendo executado por atear o incêndio, mas num julgamento muito divulgado o governo não conseguiu condenar Georgi Dimitrov, o chefe búlgaro do Comintern, de envolvimento no crime.

Sob a alegação de que o incêndio era um sinal para um levante comunista, Hitler assinou um "Decreto para a Proteção do Povo e do Estado" no dia seguinte. O decreto proclamava um estado de emergência e suspendia a proteção constitucional das liberdades civis, inclusive liberdade de imprensa, o direito de reunião, o direito de associação, a privacidade das comunicações postais, telegráficas e telefônicas, e permitia a busca das residências sem mandato judicial. O decreto também concedia ao governo do Reich a autoridade para interferir nos assuntos dos estados individuais, ostensivamente para manter a lei e a ordem. O Decreto do Incêndio do *Reichstag* provocou uma onda de prisões, que logo superlotou o sistema penitenciário. Em março de 1933, o governo criou o primeiro campo de concentração oficial, em Dachau, perto de Munique, para alojar e "reeducar" os presos políticos e outros elementos "antissociais".

O Decreto do Incêndio do *Reichstag* criou também a base legal para o estado policial nazista. Nunca foi revogado. Os tribunais, um domínio dos nacionalistas da direita muito antes de os nazistas subirem ao poder, citavam esse decreto como a base para sua recusa em restringir o uso arbitrário do poder policial. A ameaça da subversão comunista foi usada como um pretexto para reprimir qualquer atividade que pudesse ser interpretada como divisor em termos políticos. A "destruição do marxismo" tornou-se a justificativa padrão para o terror legal.

A violência contra a esquerda era agora perpetrada com plena cobertura jurídica. Segundo o depoimento depois da guerra de Rudolf Diels (1900-57), chefe de 1930 em diante da polícia política prussiana, a agência que em 1933 se tornaria o núcleo da Gestapo (a polícia secreta do estado), em torno de 500 a 700 oponentes políticos foram mortos na onda de terror que dominou a Alemanha durante os seis meses subseqüentes. Os deputados e candidatos comunistas foram presos antes do dia da eleição. O Partido Comunista não foi oficialmente dissolvido até depois da eleição, a fim de evitar a possibilidade de que os eleitores comunistas transferissem seu apoio para o SPD. A prisão dos candidatos comunistas (oitenta e um dos quais foram eleitos, mesmo assim) contribuiu para tornar possível a maioria de dois terços no *Reichstag*, de que Hitler precisava para ter poderes ditatoriais.

A Lei de Exceção

Apesar das vantagens de ser o governo, contando inclusive com o apoio financeiro da indústria, a repressão oficial dos adversários políticos, e o pleno uso dos recursos do estado, os nazistas não conseguiram mais do que 43,9 por cento dos votos nas eleições realizadas seis dias depois do incêndio do Reichstag. Em Berlim, baluarte da esquerda, os nazistas só tiveram menos de um terço dos votos com seus parceiros na coalizão, os nacionalistas, que receberam oito por cento dos votos, tinham o suficiente apenas para uma maioria simples. Seria suficiente para um governo parlamentar normal, mas nem Hitler nem seus parceiros nacionalistas tinham a menor intenção de voltar ao regime parlamentar. Foi o Partido do Centro

Católico que proporcionou a margem crucial necessária para a maioria de dois terços para a mudança da constituição. A 23 de março de 1933, o Reichstäg aprovou a Lei de Exceção (chamada, num eufemismo, "Lei de Supressão do Sofrimento do Povo e do Reich"), por 444 votos a favor e 94 contra com os comunistas impedidos de ocuparem suas cadeiras, apenas os deputados do Partido Democrático Social (SPD) votaram contra a lei. A Lei de Exceção proporcionava a base legal para a ditadura de Hitler, ao conceder plenos poderes legislativos e executivos ao chanceler por um período de quatro anos. Depois de cumprir seu propósito, o *Reichstag* foi dissolvido mais uma vez. Em novembro de 1933, uma eleição sem adversários designou uma sólida chapa nazista. O que passou a ser um *Reichstag* apenas decorativo, aprovando tudo sem contestação, preservou a ilusão de legalidade ao prolongar a Lei de Exceção por mais quatro anos, em 1937, e outra vez em 1941.

Por que o Partido do Centro, um baluarte do sistema de Weimar na década de 1920 apoiou a transição quase legal para a ditadura? A designação de Hitler para chanceler criou um efeito de movimento popular irreversível. A "oposição nacional" conquistara legalmente o poder como um governo de "redenção nacional", num momento de aparente impasse parlamentar interminável. A convocação comunista para uma greve geral fracassou. A esquerda estava muito dividida e desmoralizada para oferecer uma resistência efetiva ao novo regime. Muitos críticos do regime tratavam de se manter comedidos, a fim de não provocar o governo a violar a constituição. De qualquer forma, os partidos de esquerda, embora mantendo sua força eleitoral de maioria dos votos, nas eleições de março, representavam apenas uma minoria da população alemã. Para os dois terços da população que não se identificavam com a esquerda política, o momento parecia oportuno para sepultar as pequenas divergências e juntar esforços para restaurar a união, orgulho e força nacional. Até mesmo os que detestavam pessoalmente ou desconfiavam de Hitler estavam dispostos a lhe conceder uma oportunidade de liderar o renascimento nacional e acabar com as encarniçadas divisões partidárias, pelo que a maioria dos alemães de classe média atribuía a culpa à esquerda marxista e a um sistema parlamentar que parecia fomentar a política de interesses corporativistas, baseados em classes.

O Partido do Centro, que se deslocara cada vez mais para a direita, sob a liderança de monsenhor Ludwig Kaas (1881-1952), no final da década de 1920 e princípio da década de 1930, não se manteve indiferente ao ânimo público dominante. Um segmento significativo do eleitorado católico favorecia alguma espécie de acordo com o novo regime. A ala bávara conservadora do Centro, o Partido do Povo Bávaro, nunca tivera qualquer compromisso firme com o governo democrático. Em última análise, a hostilidade do Centro à esquerda "sem Deus" superava em muito a desconfiança de Hitler, que prometia respeitar a independência da Igreja na Alemanha e preservar seu papel na educação. Muitos deputados do Partido do Centro foram também tranqüilizados por um dispositivo da Lei de Exceção, segundo o qual não seriam afetados os direitos do presidente e a permanente existência do *Reichstag* como uma instituição.

O "Dia de Potsdam"

Os nazistas moldaram com todo cuidado o ânimo público e procuraram dar a impressão de respeitabilidade. O novo *Reichstag* reuniu-se na histórica cidade de Potsdam, durante séculos a residência dos reis prussianos. A 21 de março, o primeiro dia da primavera, uma requintada cerimônia de sessão inaugural foi organizada, na venerável Igreja da Guarnição, a fim de demonstrar a união do antigo e do novo com o altar como pano de fundo, Hitler se curvou deferente para Hindenburg, quando o jovem chanceler e o idoso presidente trocaram um aperto de mão, na frente do assento vazio, tradicionalmente ocupado pelo Kaiser. O ex-cabo ao lado do aristocrático marechal-de-campo, na frente do túmulo de Frederico, o Grande: poderia haver um símbolo mais comovente da reconciliação de classes e a continuação da venerável tradição militar prussiana sob o novo regime?

A cerimônia foi realizada com plena pompa militar, destinada a despertar as emoções de patriotismo, orgulho marcial e renovação nacional. Os monarquistas, inclusive o príncipe herdeiro, membro do Partido Nazista desde 1930, acolheram os novos governos na intensa expectativa de que Hitler abrisse o caminho para uma restauração da dinastia Hohenzollern. O "Dia de Potsdam" reforçou a impressão de que o regime de Hitler traria a união, solidariedade e rejuvenescimento nacional, um novo começo para as aspirações de

grandeza nacional, frustradas de maneira tão angustiosa pela derrota na Primeira Guerra Mundial e pelos amargos conflitos internos dos anos de Weimar.

Gleichschaltung

O anseio por união e uma comunidade nacional mais purificada, mais coesa e mais poderosa, expurgada de seus elementos perturbadores e divisores, favoreceu em muito o esforço nacional-socialista de conquistar o monopólio do poder, pondo todas as instituições da sociedade alemã sob o seu controle. O nome oficial dado a esse processo de sincronização, coordenação e subordinação foi *Gleichschaltung*³⁴, cujo significado literal é "mudar na mesma direção, linha ou corrente". O objetivo expresso da *Gleichschaltung* era o de produzir uma *Volksgemeinschaft*³⁵ uniforme, harmoniosa e militante, uma comunidade nacional baseada na afinidade cultural e "racial" e na busca do objetivo comum de construção nacional.

A grande promessa da "Comunidade do Povo" era um fim para o debilitante conflito de classes e a polarização política. Sua grande vantagem para os conservadores era o fato de que não exigia mudanças nas disparidades existentes em propriedade ou riqueza. Como William Sheridan Allen destacou, em seu excelente estudo sobre a conquista do poder pelos nazistas na cidade de Northeim, no norte da Alemanha, os burgueses alemães "foram virtualmente mobilizados pela esperança de criar uma comunidade Volk, sem qualquer sacrifício dos privilégios de sua classe". O ideal da *Volksgemeinschaft* foi provavelmente o aspecto isolado do nacional-socialismo que mais atraiu o apoio popular. Seu apelo ajuda a explicar a extraordinária disposição de segmentos substanciais de participar da dissolução de instituições e organizações não nazistas. Muitos alemães também passaram a acreditar que a melhor maneira de influenciar o movimento nacional-socialista era juntar-se a ele, em vez de se opor.

Na prática, a *Gleichschaltung* significava a eliminação da sociedade alemã de toda a diversidade e dissidência. Judeus e marxistas tornaram-se os alvos especiais e as vítimas primárias da *Gleichschaltung*. Excluídos por princípio da *Volksgemeinschaft*, os judeus foram submetidos a uma perseguição oficial e extra-oficial, tanto como indivíduos quanto como um grupo (ver Capítulo 10). A única restrição às medidas antijudaicas era o medo do governo de que a violência excessiva pudesse afetar a ordem pública e prejudicar a imagem da Alemanha no exterior. Um boicote de empresas de judeus, patrocinado pelo Partido Nazista, a 1º de abril, foi suspenso um dia depois, para evitar problemas na economia e a retaliação contra as exportações alemãs. Mas a exclusão total dos judeus da sociedade alemã era apenas uma questão de tempo.

Coordenação dos governos estaduais

O termo *Gleichschaltung* foi primeiro aplicado às leis, promulgadas a 31 de março e 7 de abril de 1933, privando os governos estaduais eleitos de sua autoridade e substituindo-os por governadores (*Reichsstatthalter*) designados por Hindenburg, sob recomendação de Hitler. Foi o prelúdio para a abolição dos parlamentos estaduais e a transferência de toda autoridade para o Ministério do Interior do Reich. A reorganização administrativa da Alemanha foi formalmente convertida em lei a 30 de janeiro de 1934, o aniversário da designação de Hitler para chanceler. Os governos estaduais, para todos os efeitos, tornaram-se meras subdivisões administrativas do governo central.

A organização administrativa centralizada do próprio Partido Nazista datava de meados da década de 1920. Cada distrito administrativo (chamado *Gau*, um termo arcaico, originalmente designando uma antiga região germânica) era dirigido por um *Gauleiter* (líder de distrito), que exercia o poder absoluto em sua área, de acordo com o princípio de liderança dos nazistas. A Alemanha era dividida em trinta e dois distritos. Outros foram acrescentados, à medida que cada território nacional era anexado ao Reich. Cada *Gau* era subdividido em unidades regionais e locais. Como a linha divisória entre governo e partido nunca foi definida com clareza, o aparelho do governo se resumia, para todos os efeitos, em um órgão executivo do

³⁴ Gleichschaltung foi um termo usado pelo Partido Nazista para estabelecer com sucesso o sistema totalitarista sobre as pessoas, assim como um estreito controle pela igualdade de todos na sociedade e no comércio. O objetivo desta política foi fundir um tipo específico de pensamento e doutrina para todos, eliminando o individualismo.

³⁵ Comunidade nacional

Partido Nazista. No nível local, no entanto, a *Gleichschaltung* às vezes era mais lenta. Por uma lei promulgada em janeiro de 1935, os prefeitos locais foram submetidos ao controle das autoridades do partido, cuja aprovação era necessária para todas as medidas importantes.

Expurgo do serviço público

A *Gleichschaltung* envolveu um expurgo maciço de pessoal de posições de influência no estado e sociedade. Judeus, ex-comunistas, democratas sociais e outros suspeitos de uma atitude negativa em relação ao nacional-socialismo foram sumariamente afastados de seus postos. A "Lei de Restauração do Serviço Público Profissional", de 7 de abril de 1933, baseava-se num esboço preparado pelo Ministério do Interior da Prússia, antes de os nazistas subirem ao poder. As autoridades justificavam o expurgo como uma medida necessária para restaurar o profissionalismo de um serviço público politizado por esquerdistas e liberais, durante a era de Weimar. Determinava a dispensa de todos os adeptos da esquerda e de pessoas de "origem não-ariana", até mesmo, depois de junho de 1933, todas as pessoas casadas com "não-arianos". Como uma concessão ao presidente Hindenburg, o expurgo não se aplicava a veteranos de combate, pessoas que haviam perdido parentes próximos na guerra e funcionários que estavam no serviço público desde o início da Primeira Guerra Mundial. Essa exceção para os judeus de uma categoria especial visava a garantir o apoio conservador para o expurgo; seria revogada um ano depois da morte de Hindenburg, em agosto de 1934.

Como instituições públicas, as escolas e universidades alemãs foram profundamente afetadas pela *Gleichschaltung* do serviço público. Ironicamente, a necessidade de "despolitizar" o sistema educacional tornou-se a principal justificativa para o expurgo. O afastamento de acadêmicos marxistas e outros dissidentes foi apresentado como uma defesa da liberdade de investigação e expressão, não como uma violação. O expurgo precipitou um grande êxodo de cientistas e estudiosos judeus e "politicamente inconfiáveis". Muitos foram para os Estados Unidos, enriquecendo a vida intelectual do país. Albert Einstein, cuja carta para o presidente Franklin Roosevelt em 1939 levou à criação do Projeto Manhattan e ao desenvolvimento de armas nucleares, foi apenas um dos mais proeminentes entre centenas de acadêmicos exilados da Alemanha na esteira da conquista do poder pelos nazistas.

As universidades, expurgadas de seus professores judeus, não demoraram a se enquadrar. Joseph Goebbels, o ministro da propaganda, compareceu à Opemplatz, em Berlim, no dia 10 de maio, para uma cerimônia planejada com o maior cuidado e encenada de forma meticulosa queima de livros, destinada a demonstrar a rejeição da nova Alemanha à cultura intelectual "subversiva" e "degenerada" da era de Weimar. Considerada como uma "ação contra o espírito antialemão", a cerimônia foi organizada e dirigida pela Associação Nacional dos Estudantes, dominada pelos nazistas, com aprovação e estímulo de Goebbels. Uma multidão calculada em 400 pessoas aplaudiu essa simbólica purificação da cultura alemã. Os estudantes nazistas lançavam livros de autores judeus e esquerdistas numa imensa fogueira, sob o acompanhamento de canções patrióticas, marchas e aplausos.

Manifestações similares foram realizadas em cidades universitárias por todo o Reich. A maior parte dos livros lançados nas chamas era das bibliotecas das universidades, mas muitos cidadãos particulares também levaram seus exemplares para a fogueira. Marcada para a destruição estava:

(...) "qualquer coisa que atue de forma subversiva sobre a vida familiar, a vida ou o amor conjugal ou sobre a ética de nossa juventude ou sobre nosso futuro ou que conteste as raízes do pensamento alemão, a terra alemã ou as forças propulsoras de nosso povo; qualquer obra daqueles que subordinariam a alma ao material; qualquer coisa que sirva ao propósito de mentiras.

As obras de Marx e Freud encabeçavam a lista de livros a serem destruídos. A maior parte dos livros proibidos era de autores judeus, mas em Berlim a lista também incluiu obras tão diversas como *How I Became a Socialist*, de Helen Keller, *Sem novidades no front*, de Erich Maria Remarque, e os romances de Upton Sinclair e Heinrich e Thomas Mann.

Os sindicatos

Pela *Gleichschaltung*, as associações civis, organizações profissionais e outros grupos independentes seriam eventualmente substituídos por uma única organização ampla, controlada pelos nazistas, em todas as áreas da vida social, incluindo política, cultura, educação, vida profissional e economia. Surpreendentemente, houve pouca resistência a esse processo de coordenação política e ideológica. A participação em muitas organizações nazistas, como a Juventude Hitlerista, não se tornou compulsória até 1935, quando grandes segmentos do público já haviam sido conquistados pela propaganda e persuasão. Como a maioria dos alemães apoiava o objetivo nazista de restauração da união e poder nacional, a participação voluntária na *Gleichschaltung* foi a regra, em vez de exceção. Muito dessa disposição em se conformar com as normas estabelecidas pelos novos governantes vinha do efeito de movimento popular irresistível, explorado com a maior habilidade pelos nazistas, através da cooptação, propaganda e repressão.

A *Gleichschaltung* do movimento trabalhista oferece um exemplo instrutivo da técnica da cenoura pendurada numa vara, utilizada pelos nazistas. Os nacional-socialistas promoveram uma enorme concentração de trabalhadores a primeiro de maio, a data tradicional em quase todos os países para a comemoração do Dia do Trabalho. Os sindicatos dificilmente poderiam se recusar a participar sem alienar seus associados e parecer desleal à causa dos trabalhadores. O Primeiro de Maio, que os socialistas festejam no mundo inteiro, permaneceria como um importante feriado, o "dia do trabalho nacional", ao longo de toda a era nazista. Muitos trabalhadores acreditavam sinceramente que os nazistas defendiam seus interesses quando clamavam por uma plena integração das classes trabalhadoras na comunidade nacional. Os sindicatos esperavam que, cooperando com o regime e limitando suas negociações a salários e benefícios, teriam permissão para continuar a funcionar, em defesa dos interesses dos trabalhadores.

No dia seguinte, porém, 2 de maio de 1933, a polícia e homens da SA atacaram as sedes dos sindicatos independentes, levando seus líderes sob "custódia protetora", um pretexto favorito para a prisão de adversários políticos que não haviam cometido qualquer crime. Não houve quase protestos de trabalhadores contra essa ação ditatorial. Uma semana depois foi criada a Frente Nacional do Trabalho, sob o controle do partido, não dos trabalhadores, a fim de substituir os sindicatos proibidos. Uma "Lei da Reorganização do Trabalho Nacional", promulgada a 20 de janeiro de 1934, proibia a formação de sindicatos concorrentes.

A função da Frente Nacional do Trabalho, dirigida por Robert Ley (1890-1945), era a de apaziguar uma força de trabalho potencialmente agitada, divulgar a ideologia nazista e preservar a paz no trabalho, em vez de representar as queixas dos trabalhadores. No estatuto de sua fundação, a Frente Nacional do Trabalho renunciava a "todos os pensamentos de conflito de classes".

A repressão era temperada com incentivos para atrair os operários industriais à fidelidade ao regime. Sob o lema de *Kraft durch Freude*³⁶ (Força através da Alegria), a Frente Nacional do Trabalho oferecia uma ampla variedade de programas culturais e recreativos, excursões de férias, e diversão para elevar a moral dos trabalhadores, além de programas para embelezar o local de trabalho e, com isso, aumentar a produtividade. A fim de simbolizar a reconciliação das classes, a participação na Frente Nacional do Trabalho também estava aberta a industriais e outros empregadores.

Os partidos políticos

A eliminação do *Reichstag* do processo legislativo inevitavelmente significou que os partidos políticos se tornariam supérfluos. Seu final veio em junho e julho de 1933. Os partidos foram suprimidos por lei, sob a alegação de traição, como no caso dos partidos marxistas, o comunista e o democrata social ou se dissolveram por sua própria iniciativa, sob a pressão do governo e da opinião pública, como no caso do

³⁶ Kraft durch Freude (KdF), em português - Força pela Alegria - foi uma organização política da Alemanha Nazista com o objetivo de organizar, controlar e sincronizar as atividades de lazer da população alemã. Criada em 1933, a Kraft durch Freude fazia parte da Deutsche Arbeiterfront (DAF), em português Frente Alemã de Trabalho, uma organização de massa alemã dos empregados e empregadores, e tornou-se a maior operadora de viagens do mundo.

Partido Nacionalista (DNVP), Partido Democrata (DDP), Partido do Povo Alemão (DVP) e Partido do Centro Católico.

O DNVP e outros grupos de direita não nazista, como o *Stahlhelm*, a organização de veteranos que foi extinta em 1935, tornaram-se vítimas de suas próprias denúncias da política sectária e de suas exortações por um estado nacional forte e autoritário, em que os partidos e facções parlamentares se tornariam obsoletos. Ironicamente, os nazistas beneficiaram-se do clima antipolítico e antissectário, apresentando-se como um movimento que representava o povo como um todo, em vez de alguma classe isolada ou interesses específicos. Ao agirem com tanto vigor contra a esquerda, os nazistas já haviam dissipado os temores conservadores de suas supostas tendências "socialistas". Muitos membros proeminentes do DNVP, ansiosos em apoiar a causa nacional da maneira mais efetiva possível, transferiram sua associação para o NSDAP, mais forte, mais popular e aparentemente mais orientado para o futuro, na primavera de 1933. Franz Seldte, fundador do *Stahlhelm* e ministro do Trabalho no gabinete de Hitler, ingressou no NSDAP a 26 de abril e ofereceu a liderança do *Stahlhelm* a Hitler. '

Contagiados pelo entusiasmo da renovação nacional e ansiosos em situar a causa comum à frente do partido, muitos membros do DNVP passaram a considerar seu próprio partido como supérfluo. O líder nacionalista Alfred Hugenberg, que servia no gabinete de Hitler como ministro da economia e agricultura, não era a favor da dissolução, mas não podia evitá-la, assim como também não foi capaz de impedir o fluxo de desertores para o NSDAP. Ao tentar superar os nazistas em nacionalismo radical, uma tática que usara também em anos anteriores, ele simplesmente se entregou nas mãos dos nazistas.

O extremismo de Hugenberg levou-o a ficar numa situação difícil também no gabinete. Sua defesa de um programa radical de autosuficiência econômica e tarifas protetoras na Conferência Econômica Mundial, realizada em Londres, em junho de 1933, contrariava o plano tático de Hitler de apresentar aos outros países uma fachada de moderação. Além disso, muitos industriais receavam a retaliação estrangeira se fosse adotado o programa de Hugenberg, de nacionalismo econômico extremo. Em choque com o ministro do Exterior, von Neurath, e com o ministro das Finanças, Hjalmar Schacht, e irritado com as restrições à sua esfera de ação, Hugenberg renunciou ao gabinete no final de junho. Fez isso apesar das objeções de Hitler, que temia que a renúncia de Hugenberg pudesse ser percebida pelo público como uma iniciativa para formar uma oposição nacional ao regime nacional-socialista. Foi em parte para dissipar esses receios que a comissão executiva do DNVP votou pela dissolução do partido, depois que Hugenberg se afastou do governo.

O Partido do Centro também se dissolveu, mas só depois de uma pressão muito maior, como também aconteceu com o Partido do Povo Bávaro. Foi o preço que os católicos alemães se viram obrigados a pagar em troca da garantia de independência administrativa da Igreja Católica, na Alemanha. Numa Concordata assinada entre a Santa Sé e o governo alemão, a 20 de julho de 1933, a Igreja assumiu o compromisso de se abster de toda e qualquer atividade política na Alemanha. Em troca, tinha permissão para exercer suas funções paroquiais tradicionais e seus direitos religiosos. Um ano depois, o presidente do Partido do Centro, o ex-chanceler Heinrich Brüning, deixou a Alemanha para o exílio nos Estados Unidos.

A "Lei sobre a Formação de Novos Partidos", de 14 de julho, instituiu oficialmente o NSDAP como o único partido político. O estado unipartidário era agora uma realidade na Alemanha. Modelado nos fascistas de Mussolini, supostamente representava a vanguarda da sociedade. Em teoria, a participação era aberta a todas as pessoas qualificadas para exercer liderança, no sentido nacional-socialista. O sucesso dos nazistas, no entanto, precipitou uma corrida impetuosa de alemães ambiciosos para ingressar no partido, na primavera de 1933. O crescimento exponencial do Partido Nazista tornou muito mais fácil a *Gleichschaltung* dos outros partidos. Oportunismo e ambição pessoal foram provavelmente os motivos mais frequentes para o ingresso no NSDAP, em vez da convicção política. Professores, funcionários públicos e trabalhadores em escritório, em particular, achavam que sua subsistência seria mais segura se ingressassem no NSDAP. O fluxo de novos membros na primavera de 1933 foi tão grande que o partido impôs uma moratória a novos associados por vários anos. Somente em janeiro de 1937 todas as autoridades públicas puderam pertencer ao partido.

O sistema judiciário

A *Gleichschaltung* do sistema judiciário provou ser fácil, embora a ficção de um judiciário independente fosse oficialmente mantida. Muito antes de Hitler subir ao poder, a Federação dos Juizes Alemães já era dominada por intransigentes nacionalistas e conservadores, que temiam a democracia social mais do que tudo. A Federação dos Juizes foi uma das primeiras organizações profissionais a assegurar sua lealdade ao novo regime. A 19 de março de 1933, o conselho da Federação distribuiu uma declaração em que expressava seu apoio à "vontade do novo governo de acabar com o imenso sofrimento do povo alemão", e oferecia sua cooperação na "tarefa de reconstrução nacional".

A 1º de abril, todos os negócios pertencentes a judeus foram submetidos a um boicote nacional oficial de um dia. Nessa mesma data, muito antes de a Lei do Serviço Público entrar em vigor, os ministérios da Justiça estaduais suspenderam todos os juizes, procuradores públicos e promotores judeus. Pouco depois, as federações nacionais e regionais de juizes, promotores e advogados fundiram-se voluntariamente na Federação dos Juristas Nacional socialista s. Cerca de dez mil advogados prestaram um juramento de fidelidade a Hitler na primeira convenção nacional de juristas, em Leipzig, em outubro de 1933.

A cooperação do judiciário de direita significou que podiam se dar ao luxo de deixar o sistema judiciário essencialmente inalterado. Mas o aumento de processos resultante da criminalização da oposição política exigia alguma inovação. Foram criados tribunais especiais em março de 1933, com jurisdição sobre todos os crimes relacionados no Decreto do Incêndio do *Reichstag*. As penas por crimes políticos foram aumentadas, enquanto os nacionalistas que haviam cometido crimes durante a "revolução nacional" eram anistiados. Em abril de 1934, foi instituído um Tribunal do Povo (*Volksgerichtshof*), os cargos preenchidos por juristas profissionais, para dispensar uma justiça sumária, sem chance de apelação, em casos de traição definidos de maneira ampla como qualquer oposição ao regime. Esse tribunal converteu em escárnio o devido processo e tornou-se um instrumento de assassinato contra adversários políticos e críticos do regime. Durante a guerra, aplicou sentenças de morte a pessoas acusadas de sedição por acreditarem que a guerra era errada. O Tribunal do Povo acabou condenando à morte mais de cinco mil pessoas.

A profissão médica

A profissão médica ofereceu outro exemplo de autocoordenação rápida e sem qualquer coação. Pouco depois que Hitler subiu ao poder, o diretor da Liga Alemã de Associações Médicas enviou-lhe a seguinte mensagem:

"As principais associações médicas da Alemanha... acolhem com a maior alegria «'determinação da governo de reconstrução nacional do Reich para criar uma comunidade Volk de todos os níveis, profissões e classes. com a maior satisfação, nós nos colocamos a serviço dessa grande tarefa de nossa pátria, com a promessa de cumprir fielmente nosso dever como servidores da saúde do povo."

Embora a vasta maioria dos médicos, sendo particulares, não tivesse qualquer obrigação de ingressar no partido, quase 50 por cento acabaram se associando, uma proporção muito maior que a da população em geral. As associações médicas regionais tomaram a iniciativa de expurgar de seus quadros os médicos judeus e comunistas.

A 22 de abril de 1933, o Ministério do Trabalho anunciou que não seriam mais efetuados os pagamentos do seguro-saúde para a prestação de serviços aos médicos de "descendência não-ariana" ou que tivessem sido ativos pela "causa comunista". Os médicos judeus estavam limitados a tratar de pacientes judeus. O diretor da Liga de Médicos Nacional socialista s, fundada em 1929, recebeu o novo título de Líder Médico do Reich (Associação dos Médicos do Reich), como organizações similares em outras profissões, operava como um meio de impor a uniformidade e excluir os judeus e dissidentes políticos.

Cultura e ideologia

Em nenhuma outra área a *Gleichschaltung* foi mais evidente do que no reino da cultura e ideologia. Aqui, o chefe de propaganda do partido e *Gauleiter* de Berlim, Joseph Goebbels, que tinha um PhD da Universidade de Heidelberg desempenhou um papel fundamental no desenvolvimento e imposição da linha do partido. Escolhido por Hitler para assumir o recém-criado Ministério do Esclarecimento Público e Propaganda, em março de 1933, Goebbels exercia um controle total sobre a imprensa, indústria cinematográfica, música popular e teatro e artes. A censura da imprensa, um dispositivo do Programa de Vinte e Cinco Pontos original, começou no início de fevereiro.

Como nas profissões, o próprio policiamento e a autocensura facilitaram o trabalho do governo na *Gleichschaltung* nas artes. As organizações culturais e profissionais competiram em sua disposição para se livrarem dos membros judeus e esquerdistas. Diretores de museus em várias localidades começaram a remover as obras de arte "degeneradas" muito antes que isso se tornasse obrigatório. Sob a direção de Goebbels, uma nova Câmara de Cultura do Reich, com subsidiárias para literatura, música, teatro, rádio, belas-artes, imprensa e cinema, foi fundada a 22 de setembro de 1933, como um instrumento de controle nacional-socialista. O jornal do Partido tornou-se o órgão oficial da Câmara de Cultura em 1934. A participação na Câmara de Cultura do Reich era uma condição prévia para o direito de praticar qualquer vocação artística ou literária. Uma linhagem "ariana" e a conformidade ideológica eram os requisitos para quem quisesse se associar.

A *Gleichschaltung* do exército quase não era necessária, por causa da identidade de interesses entre o *Reichswehr* e o governo nazista. No dia em que assumiu seu novo cargo como chefe de gabinete do ministro da Guerra, Werner von Blomberg (1878-1946), o coronel (e mais tarde marechal-de-campo) Walter von Reichenau (1884-1942) comentou que nunca antes houvera uma maior identidade de interesses entre o exército e o estado. As lideranças do exército e do Partido Nazista formavam uma coalizão em busca de objetivos comuns. Tanto o exército quanto o partido queriam a restauração da força militar alemã, a restauração do apoio público ao treinamento militar universal, e o renascimento da "vontade de lutar" (*Wehrwillen*) da Alemanha. O exército não mais se considerava como apolítico ou não-partidário. A 11 de abril de 1933, Blomberg emitiu uma ordem determinando que o *Reichswehr* devia demonstrar, por sua conduta, que era parte do "movimento nacional". Numa conferência militar a 1 de junho de 1933, Blomberg apoiou abertamente a reivindicação de Hitler de poder total. Declarou a seus principais generais que a tarefa do *Reichswehr* era "servir ao movimento nacional com absoluta dedicação". A liderança do exército apoiou plenamente o expurgo da esquerda do governo, em 1933. Blomberg tomou a iniciativa, em 1934, de afastar todos os judeus praticantes do exército. Hitler reconheceu as contribuições do exército à "causa nacional", no aniversário da subida ao poder dos nazistas, em janeiro de 1934, quando declarou que o "estado novo" era apoiado por duas colunas, "em termos políticos, pela comunidade do povo, organizado pelo movimento nacional-socialista, e em termos militares, pelo exército".

Contudo, a própria identidade de interesses com os nazistas permitiu ao exército conservar relativa independência de interferência externa. Foi somente em 1938 que Hitler conseguiu obter controle direto suficiente da Wehrmacht para anular a influência do exército na formulação política. Em 1934, Hitler ainda era um pouco dependente da boa vontade dos líderes militares. Conservar essa boa vontade foi um dos seus motivos para reprimir a expansão da SA, em junho de 1934.

O "Putsch de Röhm "

A *Gleichschaltung* visava assegurar a total conformidade ideológica e eliminar toda resistência concreta e potencial ao monopólio do regime nazista. Mas nem todos os associados do partido estavam satisfeitos com o que consideravam um ritmo excessivamente lento da mudança. Muitos membros da SA, em particular, ressentiam-se da necessidade de cooperar com os conservadores tradicionais que ainda ocupavam posições de poder. Pediam uma "segunda revolução", um eufemismo para a redistribuição de cargos e privilégios para os homens da SA. Alguns queriam a transformação da SA num exército popular nazista, que eventualmente substituiria ou absorveria o *Reichswehr*, passando a ser a força militar da nação.

Em meados de 1934, a SA havia se expandido para mais de quatro milhões de homens, apenas um quarto dos quais eram membros do partido (já que a SA continuara a crescer depois da proibição do ingresso de novas pessoas no partido, em maio de 1933). O fluxo das massas para a SA teve um efeito radical. A SA abrigava muitos desempregados ou trabalhadores insatisfeitos (alguns eram até ex-comunistas), além de "velhos combatente" desgostosos, imbuídos da mentalidade de confrontação dos longos anos de luta pelo poder. Muitos integrantes das tropas de choque lamentavam que os nazistas não tivessem tomado o poder pela força. Esperavam partilhar os despojos da vitória nazista e achavam difícil aceitar que as autoridades constituídas não devam mais ser tratadas como inimigas. Muitos arruaceiros da SA haviam se acostumado a fazer a lei com as próprias mãos.

Ernst Röhm, o líder da SA, parecia muito disposto a aproveitar essa mentalidade de "vigilantes" para aumentar seu poder e independência de ação. Seu fracasso em reprimir as conversas sobre uma "segunda revolução" deu margem a suspeitas sobre seus motivos, dentro e fora do partido. Líderes do partido lembraram que numa ocasião anterior, em abril de 1931, o líder da SA em Berlim, Walter Stennes, comandara uma malograda revolta contra a liderança partidária, à qual acusara de trair as aspirações revolucionárias das massas com concessões ao sistema "burguês". Röhm estaria planejando uma revolta similar?

Hitler tinha pleno conhecimento do descontentamento nas fileiras da SA. Em parte como uma resposta às pressões da linha dura da SA, Hitler autorizara o boicote de comerciantes judeus, em abril de 1933. Mas ativistas da SA continuaram a fazer piquetes e a bloquear o acesso às lojas de judeus, mesmo depois que Hitler suspendeu o boicote, por causa do efeito prejudicial que poderia ter sobre as exportações da Alemanha. Na primavera de 1933, a SA desempenhara um papel no terror contra a esquerda. Mas agora que a esquerda fora efetivamente eliminada, o vandalismo da SA ameaçava a lei e a ordem, além de alienar a opinião conservadora.

Para Hitler e a liderança do partido, o descontentamento e a falta de disciplina na SA representavam um problema, embora nunca se questionasse a lealdade da liderança da organização, nem houvesse qualquer prova de uma conspiração de Röhm. A SA não chegava a ser uma ameaça para o comando de Hitler, mas sua insubordinação e falta de comedimento ameaçavam virar o público em geral, as elites conservadoras, e acima de tudo a liderança do exército contra o regime. Os líderes militares receavam que Röhm quisesse promover a SA a uma força de combate oficial, que acabaria suplantando o *Reichswehr*. Também se suspeitava de que Röhm queria o cargo de ministro da Guerra, ocupado por um oficial de carreira pró-nazista, general von Blomberg. A planejada instituição da conscrição militar universal na primeira oportunidade possível, uma decisão tomada em dezembro de 1933, fazia com que a SA fosse dispensável, na visão do comando do *Reichswehr*.

Os conservadores temiam as atitudes violentas e antissistema dos arruaceiros das tropas de choque. Hugenberg disse a Hitler em junho de 1933 que não voltaria ao serviço do governo até que os nacional socialistas controlassem sua "ala esquerda". Embora ficasse feliz por se livrar de Hugenberg, Hitler tinha de lidar com a crescente hostilidade conservadora a esses aspectos do regime nazista que ameaçavam os interesses das elites tradicionais. Hitler também sabia que muitos conservadores continuavam a acalentar a esperança de uma restauração da monarquia. O rápido declínio físico do presidente Hindenburg, no verão de 1934, tornou urgente para Hitler agir logo, se queria manter o apoio do exército, para sua planejada consolidação do poder, depois da morte do presidente.

Os ressentimentos acumulados dos conservadores, que no final das contas esperavam usar os nazistas para consolidar seu próprio poder, mas agora se descobriam cada vez mais em segundo plano, foram publicamente expressos num discurso do vice-chanceler Papen na Universidade de Marburg, a 17 de junho de 1934. O discurso de Marburg revelou o dilema dos conservadores, que partilhavam os objetivos nazistas, mas rejeitavam seus métodos. As críticas de Papen foram numa linguagem que a todo instante enfatizava a legitimidade, a conveniência, e até a necessidade do regime de Hitler:

Um soldado desconhecido da Guerra Mundial, que conquistou os corações de seus compatriotas, com uma energia conflagrante e uma fé inabalável, libertou a alma alemã. Junto com seu marechal-de-campo, ele se colocou na vanguarda de uma nação em ordem, a fim de virar uma nova página no livro do destino alemão e restaurar nossa união mental. Testemunhamos esse encontro de mentes no espetáculo inebriante de milhares de pessoas, revelado nas bandeiras e festivais de uma nação que se redescobriu.

Embora tomasse o cuidado de não implicar o próprio Hitler, Papen passou a atacar os elementos revolucionários, anti-intelectuais e terroristas do nacional-socialismo, que muitas pessoas identificavam com a SA. "O movimento precisa parar em algum momento", declarou ele. "Passamos por uma revolução antimarxista para realizar agora um programa marxista?" Ele pedia maior liberdade política, menos propaganda e coação, mais confiança no julgamento do público alemão, e um retorno aos princípios cristãos tradicionais.

Instado por Goering e Himmler, que consideravam Röhm como um perigoso rival na luta pelo poder no partido, Hitler concebeu um meio de asseverar sua autoridade sobre a turbulenta SA e também sobre a oposição latente dos conservadores. Que melhor meio de privar os conservadores de seus argumentos contra os nazistas do que pôr a SA sob seu controle firme e absoluto? Na noite de 30 de junho de 1934, mais tarde conhecida como "a noite das facas longas", destacamentos da SS entraram em ação por todo o país, prendendo e executando líderes da SA por traição. Hitler estava presente quando Röhm e vários dirigentes da SA foram arrancados de suas camas (alguns na companhia de outros homens) na cidade Bad Wiessee, na Baviera. Quase todos tiveram uma execução sumária. Foi concedida a Röhm a chance de cometer suicídio, numa cela de prisão em Munique. Quando ele se recusou a fazer isso, exigindo que o levassem à presença do Führer, foi metralhado na cela por um pelotão da SS.

Goering³⁷ e Himmler aproveitaram a oportunidade para um acerto de contas com oponentes conservadores do regime, inclusive o ex-chanceler e comandante do *Reichswehr*, general von Schleicher, fuzilado junto com a esposa em sua casa, como vingança por ter se oposto à entrega da chancelaria a Hitler em 1932. Outras vítimas do "expurgo sangrento" incluíram o antigo rival de Hitler no partido, Gregor Strasser, o presidente bávaro, Gustav von Kahr, que rejeitara Hitler em 1923, o ativista católico Heinrich Klausener, e o publicista conservador Edgar Jung, autor do discurso feito por Papen em Marburg. Mais de 120 pessoas perderam a vida no expurgo. O próprio Papen foi posto sob prisão domiciliar temporária. A 3 de julho, três dias depois da "noite das facas longas", ele perdeu seu posto como vice-chanceler. Continuará a servir ao regime nazista, no entanto, como embaixador na Áustria (onde preparou as condições para o *Anschluss*, em 1938), na Turquia (de 1939 a 1944), e como enviado especial ao Vaticano.

Na manhã seguinte ao expurgo, o governo divulgou um comunicado em que assegurava que houvera necessidade de medidas drásticas e imediatas para cortar no nascedouro uma conspiração que envolvia Schleicher e Röhm. A declaração do governo referia-se de forma incisiva ao homossexualismo de alguns líderes da SA. Assim, com pleno sucesso, Hitler assumiu o papel de guardião da ordem e moral, disposto a sacrificar o conforto pessoal para proteger a Alemanha da traição e subversão moral, enquanto o país dormia na mais completa inocência. Depois de designar um novo líder para a SA, Hitler emitiu uma ordem exigindo absoluta lealdade, obediência e disciplina de suas tropas de choque. Em termos específicos, proibiu todas as práticas, como o uso de limusines, refeições dispendiosas ou viagens desnecessárias, que pudessem levar o público a presumir que os líderes da SA tinham acesso a privilégios especiais. Num discurso dramático para o *Reichstag*, Hitler proclamou que não haveria mais revoluções na Alemanha por mil anos.

A reação pública ao expurgo de Röhm foi surpreendentemente favorável a Hitler. A maioria dos alemães de classe média desaprovava o comportamento agressivo dos arruaceiros da SA. As informações sobre os planos da SA para um *putsch* foram aceitas como genuínas por quase todos, na ocasião. Hitler foi considerado um líder heróico que prevenira um banho de sangue, embora o tivesse cometido.

³⁷ Tanto o comandante da Gestapo, Rudolf Diels, quanto o comandante do estado maior do exército, Franz Halder, implicaram Goering no Incêndio do Reichstag, em depoimentos prestados nos Julgamentos de Nuremberg, depois da guerra. Ver William M. Shirer, *The Rise and Fall of the Third Reich: A History of Nazi Germany*, Nova Iorque: Simon and Schuster, 1960, pp. 192-3.

Apesar do brutal assassinato do general von Schleicher e de sua esposa, os líderes conservadores e os oficiais do exército ficaram aliviados com a ação implacável de Hitler contra Röhm, que consideravam um rival potencialmente perigoso. Os líderes do exército distribuíram uma declaração em que davam parabéns ao Führer com uma determinação militar e uma coragem exemplar contra "traidores e amotinados". Agora, a SA não representaria mais uma ameaça para o exército e os interesses conservadores. O ministro da Justiça de Hitler, Franz Gürtner, um remanescente dos gabinetes de Papen e Schleicher, preparou um decreto retroativo, legalizando as execuções sumárias. Um eminente professor de direito alemão, Carl Schmitt, providenciou a justificativa legal para o expurgo, num ensaio intitulado "O Führer como Guardião da Justiça".

O presidente Hindenburg enviou um telegrama a Hitler, congratulando-o por sua "brava intervenção pessoal", a fim de liquidar com a traição logo no início. "Você salvou o povo alemão de um grande perigo. Por isso, apresento meus profundos agradecimentos e meu sincero reconhecimento". Hindenburg também enviou um telegrama de parabéns a Goering. Franz Seldte, ministro do Trabalho no gabinete de Hitler e líder do *Stahlhelm*, emitiu uma ordem para os membros de sua organização, determinando a lealdade absoluta ao regime. "O bem-estar do estado sempre será para nós a lei suprema".

A SS

Mas os maiores beneficiários do colapso da SA foram Himmler e os outros líderes da SS, que acabariam vendo sua organização se transformar na mais poderosa instituição na Alemanha. Os camisas-negras da SS (abreviatura de *Schutzstaffel* ou Pelotão de Proteção) evoluíram da guarda pessoal de Hitler, formada em 1922 e mais tarde ampliada para os cinquenta homens do poderoso pelotão de assalto de Hitler. Esses pelotões, cuja função era proteger os líderes do partido, foram oficialmente designados como SS em 1925. A 6 de janeiro de 1929, Hitler indicou Heinrich Himmler, técnico agrícola e ex-criador de galinhas, para comandar a SS, com o título de *Reichsführer SS*. Sob o comando de Himmler, a SS desenvolveu-se numa força de elite no partido, contando com a confiança total de Hitler.

Depois da malograda revolta da SA em Berlim, em abril de 1931, a SS adotou o lema "A lealdade é tua honra". Ao final de 1932, a SS tinha 520 integrantes; em 1934, já passavam de 2000. Os candidatos a membros da SS eram submetidos a um rigoroso teste racial. A partir de 1935, os candidatos a postos de oficiais na SS tinham de traçar suas origens "arianas" até 1750 (para a liderança secundária, a exigência era a prova de origem "ariana" até 1800). Mas em 1934 a SS ainda estava nominalmente subordinada ao líder da SA. O expurgo de Röhm acabou com essa subordinação nominal e abriu o caminho para o rápido crescimento da SS e a maciça acumulação de poder nas mãos de Himmler e de outros líderes da SS.

Designado para o comando da polícia política (bávara em 1933 e subchefe da Gestapo prussiana em 1934, Himmler conseguiu alcançar o controle de todo o sistema de segurança do estado em 1936. Em junho desse ano, o *Reichsführer SS* também se tornou o chefe da polícia alemã no Ministério do Interior. Em setembro de 1939, depois do início da guerra, todos os serviços de segurança do governo foram incorporados à SS, com a criação do Centro de Segurança do Reich (*Reichssicherheitshauptamt* ou RSHA), o órgão encarregado da execução das medidas do terror nazista, inclusive a "solução final da questão judaica" (ver Capítulo 14). A SA, por outro lado, declinou em importância depois do expurgo. Em 1940, seu efetivo era de menos de um milhão de homens. Continuou, no entanto, a proporcionar uma vazão institucional controlada para os marginais atraídos ao partido pela oportunidade de agressão contra judeus e adversários políticos. Sua principal função seria a de fornecer pessoal para as ações do partido, sendo a mais notória de todas o pogrom³⁸ de 9 de novembro de 1938, conhecido como *Reichskristallnacht*, a Noite dos Cristais.

³⁸ Pogrom é um ataque violento e maciço a pessoas, com a destruição simultânea do seu ambiente (casas, negócios, centros religiosos). Historicamente, o termo tem sido usado para denominar atos em massa de violência, espontânea ou premeditada, contra judeus, protestantes, escravos e outras minorias étnicas da Europa, porém é aplicável a outros casos, a envolver países e povos do mundo inteiro.

A morte de Hindenburg

Quando o presidente Hindenburg morreu, no dia 2 de agosto, Hitler colheu o benefício de sua política de cultivar a boa vontade dos líderes do exército. Não houve oposição ao decreto de Hitler assumindo a autoridade da presidência e fundindo os cargos de presidente e chanceler. Com isso, Hitler herdou o título de supremo comandante do *Reichswehr*, que em breve passaria a ter o nome de *Wehrmacht*. Seus líderes eram colaboradores dedicados do novo regime. Os oficiais de carreira consideravam Hitler com gratidão e admiração por seu sucesso na restauração do exército. Foram eles que criaram a nova exigência de que todos os membros das forças armadas prestassem um juramento pessoal de lealdade ao Führer. Um juramento de lealdade similar passou a ser exigido de todos os ocupantes de cargos públicos a partir de 20 de agosto. Um dia antes os novos poderes de Hitler haviam sido ratificados por um plebiscito, a forma de referendo público preferida pelo novo regime. O esmagador resultado afirmativo foi virtualmente assegurado pela maneira como a resolução formulada, pela ausência de qualquer alternativa explícita e pela total mobilização das pressões sociais para votar "sim". Os plebiscitos desse tipo eram úteis como demonstrações públicas de concordância entre o governo e o povo.

O testamento político do presidente Hindenburg, publicado no *Völkischer Beobachter*, a 16 de agosto de 1934, oferece uma documentação reveladora da simbiose entre o velho e o novo conservantismo, no primeiro ano e meio do novo regime. O venerável Junker prussiano, que outrora desdenhara Hitler por causa de suas origens humildes e maneiras rudes, agora elogiava o Führer e seu movimento por superar a luta de classes e restaurar a união interna da nação alemã "um passo decisivo, de importância histórica". Hindenburg citou bastante de uma mensagem que escrevera nos dias sinistros de 1919, exortando o povo a manter sua fé na "missão histórica mundial da Alemanha" e manifestando sua esperança na eventual restauração do império. Em seu testamento, ele também condenou a constituição de Weimar, pela qual fora eleito presidente duas vezes, com a missão de defendê-la, por não corresponder às "necessidades e características do povo alemão". "Durante muito tempo", escreveu ele, "o mundo não foi capaz de compreender que a Alemanha deve viver não apenas para o seu próprio bem, mas também pela Europa Ocidental e pela defesa dos valores da civilização ocidental". Embora se abstivesse de indicar expressamente Hitler como seu sucessor, ele encerrava com um agradecimento à Providência por lhe permitir, no crepúsculo de sua vida, ser uma testemunha do renascimento da Alemanha.

Os eventos do verão de 1934 assinalaram o fim da primeira fase do regime de Hitler. Ele conseguira consolidar seu poder, ao mesmo tempo em que mantinha a lealdade e o apoio da maioria das elites conservadoras e disciplinava os elementos com um potencial desagregador em suas próprias fileiras. As maiores instituições da sociedade alemã estavam alinhadas com a causa nacional-socialista. A oposição esquerdista fora brutalmente reprimida. A constituição de Weimar fora substituída por um novo regime autoritário, destinado a restaurar o orgulho alemão e promover o interesse nacional. Em 1935, a suástica do Partido Nazista tornou-se a bandeira oficial alemã.

A popularidade de Hitler continuava a crescer. Era difícil, até mesmo para os céticos, não ser contagiado pelo entusiasmo que o regime gerava. Muitos alemães estavam sinceramente convencidos de que chegara a hora do renascimento nacional. Hitler também se beneficiou da reviravolta para melhor na economia que acompanhou sua consolidação do poder. Afinal, a recuperação econômica era a condição prévia para uma política externa ativa e para a manutenção do apoio popular. Enquanto a economia alemã prosperasse, o poder de Hitler permaneceria seguro.

9. Sociedade, cultura e o estado no Terceiro Reich, 1933-39

Uma grande fonte da popularidade de Hitler, além de sua defesa dos interesses alemães contra os Aliados, foi a melhora da economia alemã. Os nazistas beneficiaram-se, até certo ponto, das tendências cíclicas da economia mundial, que mais uma vez reabriram os mercados de exportação para os produtos alemães. A Grande Depressão chegou a seu ponto mais baixo em 1932. Já começara uma recuperação gradativa quando Hitler se tornou chanceler. Mas os nazistas também introduziram os investimentos deficitários antes e numa escala maior do que outros países europeus. Colheram o crédito pelo declínio no

desemprego, de mais de 6 milhões em 1932 para pouco mais de 1,5 milhão em 1935. De 1936 em diante, o rearmamento acelerado ajudou a criar quase que o pleno emprego, levando a uma escassez de mão-de-obra na indústria pesada em 1939.

Políticas econômicas do Terceiro Reich

As políticas econômicas nazistas baseavam-se numa longa tradição alemã de desenvolvimento econômico orientado pelo estado, cujas raízes podem ser traçadas até a era absolutista e o império bismarckiano. Na Alemanha, a noção liberal de regular a economia apenas pelos mecanismos de mercado nunca se consolidou. O sistema econômico do Terceiro Reich era uma forma de capitalismo em que o estado controlava, organizava e dirigia a produção, consumo e distribuição dos rendimentos. Apesar da retórica do "socialismo alemão" e da extensa regulamentação do mercado livre pelo governo, no entanto, o regime nunca se intrometeu na propriedade capitalista. Ao contrário dos comunistas na União Soviética, os nazistas jamais instituíram uma autoridade central de planejamento (pelo menos não até que Albert Speer assumiu o Ministério da Produção de Armamentos e Munições, no auge da guerra, em 1942). Também não manifestaram a intenção de abolir o incentivo do lucro do capitalismo ou a propriedade privada dos meios de produção.

As grandes empresas desfrutavam de uma posição relativamente privilegiada, com lucros elevados e um grau considerável de independência no Terceiro Reich. Mas havia uma condição: a de que atendessem aos objetivos políticos estabelecidos pela liderança nazista. A "primazia da política" era o princípio orientador da teoria e prática econômica nazista. Como na era pré-liberal, os interesses econômicos privados eram considerados como subordinados aos interesses do estado. Contudo, os interesses das grandes empresas em geral coincidiam com os interesses do partido e do estado. O fato é que os interesses econômicos, sem a menor sombra de dúvida, contribuíram para o impulso expansionista do regime.

O sucesso nos negócios era em grande parte dependente da disposição de se submeter aos controles do governo e de contribuir para as prioridades políticas do regime. Essas prioridades eram as de aumentar o poder nacional e garantir o máximo de estabilidade social, a fim de prevalecer, em última análise, no que os nazistas consideravam como uma luta inevitável entre raças, povos e estados. Os nazistas adotaram políticas econômicas pragmáticas, que promovessem e não prejudicassem seus objetivos políticos a longo prazo. O lucro individual (o objetivo do capitalismo liberal) ou o bem-estar social (o objetivo do marxismo) nunca foram fim por si mesmos, mas apenas meios para a finalidade mais importante de fortalecer a nação e o estado.

Embora a extensão da intervenção do estado aumentasse de forma acentuada, não houve nenhuma grande mudança estrutural na economia alemã sob o novo regime. Os nazistas não fizeram qualquer tentativa de reorganizar a economia nos termos do modelo corporativista proposto por alguns dos primeiros teóricos do partido (ver Capítulo 7), com receio de inibir a produtividade. As inovações como a lei para impedir a dissolução das fazendas familiares ou o programa para os trabalhadores "Força Através da Alegria", foram projetadas para evitar as mudanças sociais radicais, não para promovê-las.

O governo, no entanto, desempenhava um papel ativo de supervisão da economia. O Ministério do Trabalho do Reich interferia na economia para determinar novos índices salariais, controlar e prevenir as dispensas em massa, e supervisionar os regulamentos no local de trabalho. Sob alguns aspectos, as medidas econômicas adotadas na Alemanha para superar a depressão e estabilizar o sistema capitalista foram comparáveis ao esquema "keynesiano" do New Deal de Franklin Delano Roosevelt, embora o espírito dos dois regimes fosse muito diferente, é claro. Um dos objetivos fundamentais das medidas nazistas de recuperação foi o de estimular a demanda através de investimentos públicos e gastos do governo. Continuando um programa de criação de obras, já introduzido pelo governo de Schleicher, ao final de 1932, o governo de Hitler lançou inúmeros projetos de obras públicas, inclusive a construção da *Autobahn*, uma rede de estradas modernas, em que trabalharam 700 operários. A lei autorizando o projeto da *Autobahn* foi assinada em junho de 1933. O governo também lançou projetos de conjuntos habitacionais, programas para

a restauração de prédios públicos, melhora do sistema ferroviário e projetos de mineração. Também ofereceu subsídios e incentivos fiscais para o setor privado, especialmente em novas construções e na agricultura.

As considerações militares desempenharam um papel proeminente na maneira como o regime de Hitler tratou do problema do desemprego. O governo reservou uma parcela significativa dos recursos para os projetos de rearmamento, que permaneceram em grande parte clandestinos, até que Hitler desafiou abertamente a proscrição militar imposta pelos Aliados, em 1935. A introdução de um serviço de trabalho quase militar para os jovens entre 18 e 25 anos, compulsório depois da instituição da conscrição universal em 1935, ajudou a proporcionar empregados com baixos salários para o setor público. O tempo de serviço foi fixado em seis meses. O dever de todos os cidadãos fisicamente aptos de trabalhar constava do Programa de Vinte e Cinco Pontos, a plataforma original dos nazistas. Havia também a garantia de um emprego para todos os cidadãos. As publicações nazistas aclamaram o Serviço de Trabalho do Reich como um esplêndido exemplo de "socialismo alemão". O serviço de trabalho compulsório para as mulheres, principalmente em tarefas domésticas e agrícolas, foi instituído em 1939.

Hjalmar Schacht (1877-1970) voltou ao comando do Banco Central (até 1939), um posto que ocupara desde 1923 até sua renúncia como protesto contra a adoção do Plano Young (a reformulação dos pagamentos de reparações), em 1930. Schacht, cuja política ajudara a estabilizar o marco depois da hiperinflação de 1923, também tornou-se o ministro da economia de Hitler, de 1935 a 1937. Foi sucedido por Walther Funk (1890-1960), antigo chefe do Centro de Política Econômica do partido. Um firme crente na iniciativa privada e na economia de mercado impulsionada pela exportação, Schacht negociou acordos comerciais favoráveis com muitos países europeus. com isso, as exportações alemãs aumentaram, ao mesmo tempo em que países vizinhos menores, em particular no sul da Europa, tornavam-se mais dependentes do mercado alemão.

O Plano de Quatro Anos

A atitude conservadora de Schacht em relação aos gastos do governo e financiamento do déficit levou a um crescente conflito com a liderança nazista, à medida que se intensificavam os preparativos para a guerra. Na reunião anual do partido, em Nuremberg, em novembro de 1936, Hitler anunciou um Plano de Quatro Anos, visando tornar a Alemanha autossuficiente em matérias-primas e produtos industriais. A *autarky* (autosuficiência econômica) tornaria a Alemanha imune ao tipo de bloqueio econômico que fora tão eficaz na Grande Guerra. O gigantesco cartel químico I.G. Farben proporcionou a competência técnica e a administração do plano. Os controles administrativos sobre preços, salários e mobilidade da mão-de-obra se tornaram mais rígidos, à medida que a economia era cada vez mais subordinada ao objetivo de preparar a Alemanha para a guerra. O Plano de Quatro Anos baseava-se na pressuposição tácita de que a conquista e a expansão acabariam resolvendo o problema da crescente dívida nacional e reduziriam os sacrifícios que os consumidores alemães teriam de fazer.

O Plano de Quatro Anos não condizia com o objetivo de Schacht, de restaurar e manter a prosperidade econômica através da produção para o consumo e a exportação. Em 1937, Schacht renunciou ao cargo de ministro da economia, porque receava os efeitos inflacionários do Plano de Quatro Anos. A implementação do plano foi entregue a Hermann Goering, que dirigia os preparativos econômicos para a guerra. O plano focalizava em particular a produção de substitutos para matérias essenciais, como borracha, combustível e fibras têxteis. Goering também criou um novo empreendimento, de propriedade do estado, para desenvolver o minério alemão de baixa qualidade, que a indústria siderúrgica do país relutava em usar, por causa de sua pouca rentabilidade. A *Reichswerke-Hermann Goering*, fundada em 1937, tornou-se uma empresa gigantesca, produzindo uma extensa variedade de produtos relacionados com a guerra. As empresas siderúrgicas privadas, no entanto, não sofreram com a nova concorrência, porque os elevados custos de produzir aço com minério inferior e o aumento da demanda, em decorrência do rearmamento, tendiam a manter os preços altos. De qualquer forma, as novas empresas estatais visavam complementar a indústria privada, não a suplantá-la.

Como a preparação para a guerra substituiu a restauração da prosperidade interna como o principal objetivo econômico do regime, as medidas intervencionistas e reguladoras do governo aumentaram. Preços, salários, aluguéis e taxas de juros estavam sujeitos à regulamentação. O governo mantinha um firme controle sobre a política de crédito, importações, exportações e câmbio. As atividades bancárias e o sistema creditício estavam especialmente sujeitos ao controle do governo, embora não houvesse qualquer esforço para nacionalizar os bancos particulares. O governo também emitia diretivas para a indústria sobre produção e investimentos. Os industriais tinham de reinvestir uma parcela de seus lucros na expansão da fábrica e em títulos do governo. Embora o Reich assumisse algumas características de economia de planejamento centralizado, não houve nenhum esforço para nacionalizar a indústria ou interferir por qualquer outro meio nos direitos de propriedade privada, exceto os direitos dos judeus. O império industrial Krupp ficou isento, por lei especial, do imposto de transmissão, revertendo de uma corporação pública para uma *holding* de família em 1943. A expropriação das empresas de propriedade de judeus, por outro lado, foi acelerada depois da adoção do Plano de Quatro Anos.

Os industriais trabalhavam em estreita ligação com o regime e exerciam uma influência considerável sobre a política econômica. Gustav Krupp von Bohlen und Halbach (1870-1950) manteve sua posição de liderança na Associação da Indústria Alemã. Foi ele quem comandou o *Adolf-Hitler-Spende*, um fundo industrial especial para o Partido Nazista. A maioria dos industriais apoiava o rearmamento e a expansão, o que oferecia a perspectiva de aumento da demanda para seus produtos, além de um acesso mais fácil às matérias-primas. A autoridade e interesses dos proprietários e executivos foram ampliados pela introdução do princípio da liderança em todas as empresas, por lei, em 1934. Os empresários assumiram o título de *Betriebsführer* (líderes de empresa) e passaram a ter mais poder em sua própria empresa do que jamais haviam tido durante a República de Weimar. Sob o princípio da liderança, os executivos eram responsáveis apenas perante seus superiores, não para qualquer pessoa abaixo na hierarquia. Em última análise, toda a autoridade cabia ao homem lá no alto.

Livres das pressões sindicais e estimulados pelo governo a formar cartéis monopolistas, a fim de eliminar a instabilidade do mercado, os industriais viram seus lucros crescerem num ritmo ainda maior do que a produtividade, que também aumentou, sob a implacável disciplina da nova ética de trabalho. Em 1939, os lucros gerais das companhias de responsabilidade limitada eram quatro vezes maiores do que haviam sido em 1928. Os lucros da indústria superaram em muito os aumentos de salário e a alta geral do padrão de vida. Enquanto os salários aumentaram em 49 por cento entre 1933 e 1937 (e os rendimentos da agricultura em 33 por cento), os lucros no comércio e indústria elevaram-se em 88 por cento.

A integração do trabalho

Embora o comando da economia nazista favorecesse os empregadores, a força de trabalho, privada de sua liderança e independência organizacional, manteve-se de um modo geral passiva. A maioria dos trabalhadores não podia deixar de sentir que a disponibilidade de trabalho representava um grande progresso sobre as terríveis incertezas do período de 1930 a 1933. Como tantos alemães de classe média, a maioria dos trabalhadores também estava disposta a trocar a liberdade pessoal por segurança e ordem. A eliminação dos sindicatos independentes permitiu que o regime mantivesse os salários baixos. Dentro do mecanismo de tomada de decisão dos nazistas, no entanto, a Frente Alemã do Trabalho (DAF) exercia alguma pressão pelo aumento do padrão de vida dos trabalhadores. Os líderes da DAF argumentavam que o governo não poderia esperar o nível de sacrifício e esforço que seria exigido para a vitória na guerra, a menos que os trabalhadores fossem compensados com benefícios materiais equivalentes. A fim de manter a moral do trabalhador alemão e evitar as paralisações do trabalho e conflitos políticos que prejudicaram o esforço de guerra na Primeira Guerra Mundial, os funcionários da DAF propuseram generosos planos de pensão e de seguro de saúde, em escala nacional, no auge dos combates em 1941-42. Essas medidas não entraram em vigor nos poucos anos restantes do Terceiro Reich, mas anteciparam uma parte da legislação social da República Federal da Alemanha, depois da guerra. .

Em parte como resultado das pressões da DAF, os salários reais subiram entre 1933 e 1939, embora não no mesmo ritmo da produtividade ou dos lucros. A DAF também promoveu numerosos programas para

e elevar a moral do trabalhador e estimular a produtividade. Em cooperação com a Liderança da Juventude do Reich (*Rekhsjugendführung*), o órgão do partido que supervisionava a juventude Hitlerista e outras organizações nazistas para os jovens, a DAF lançou uma competição vocacional anual, que em 1938 envolveu 2,2 milhões de concorrentes, em 10 categorias vocacionais. A competição visava aumentar e recompensar o desejo dos trabalhadores jovens de se superarem no desempenho de suas funções. A DAF também patrocinou programas habitacionais para os trabalhadores e melhoramentos nas condições de trabalho, inclusive programas de prevenção de acidentes, embelezamento do local de atividade e apresentações de concertos durante as folgas no trabalho. Através de seu programa *Kraft durch Freude* (KdF), a DAF oferecia férias baratas, diversões recreativas, competições atléticas e eventos culturais, para preencher as horas de lazer dos trabalhadores. A DAF até emitia certificados de poupança no valor de 5 marcos por semana, para a aquisição de um novo carro do povo (*Volkswagen*), a ser produzido numa fábrica fundada pela própria DAF, em Wolfsburg. Projetado por Ferdinand Porsche e originalmente conhecido como "carro-KdF", o *Volkswagen* deveria fazer com que o carro se tornasse disponível para a grande massa da população. Os protótipos já estavam prontos em 1936, mas mais de 3000 participantes no programa de poupança da DAF ficaram desapontados quando a fábrica foi convertida para a produção de veículos militares, no momento em que os preparativos para a guerra foram intensificados. O VW só ficou disponível para o uso civil depois da guerra. Na década de 1950, tornou-se um dos maiores produtos de exportação da Alemanha Ocidental.

A propaganda também desempenhou um papel fundamental na integração da força de trabalho e na manutenção da paz social. Através de símbolos, rituais e lemas, como "Honra do Trabalho" (*Ehre der Arbeit*), os nazistas enalteciam a dignidade do trabalho manual. Nunca se cansavam de propagar a ficção de uma nova sociedade sem classes; em que os "trabalhadores do punho" e os "trabalhadores do cérebro" desfrutavam de posições iguais. Os pequenos industriais, os pequenos comerciantes e os artesãos também pertenciam à Frente Alemã do Trabalho, junto com seus empregados, assim simbolizando o fim da guerra de classes. Assegurava-se aos trabalhadores assalariados que as diferenças entre empregador e empregado eram apenas de função, não de categoria. Apesar das tremendas diferenças nos rendimentos, o magnata da indústria e o operário eram encorajados a se considerarem como contribuintes iguais para o bem-estar da nação.

Os nazistas usaram apelos da propaganda, não políticas econômicas, para combater o sistema de classes. Através de sua campanha publicitária para a *Volksgemeinschaft* (comunidade nacional), os nazistas procuravam criar a consciência de uma sociedade sem classes. Como seu Programa de Vinte e Cinco Pontos determinava, os interesses egoístas de indivíduos, grupos e classes deveriam ser subordinados ao bem comum. A raiz do problema, na visão dos nazistas, não era a desigualdade econômica (que eles consideravam como uma condição natural), mas sim a ênfase distorcida do marxismo na importância da classe. Se as pessoas parassem de pensar em termos de classe ou posição econômica, os problemas da diferenciação de classes deixariam de existir. O verdadeiro problema não era a desigualdade econômica, como os marxistas alegavam, mas a tendência a pensar em termos materialistas, uma característica "judaica" comum para marxistas e capitalistas.

Em sua luta pelo poder, os nazistas haviam usado com frequência o adjetivo "burguês" (*bürgerlich*), como uma designação desdenhosa, de uma maneira que parecia alinhá-los com os críticos marxistas da burguesia. Por "burguês", no entanto, os nazistas não se referiam a uma posição econômica ou social, mas sim a atitudes materialistas, orientadas para o consumo e o conforto, que impediam a mobilização política dos "burgueses" _ normais, os habitantes das cidades ou burgos que integravam a classe média mais próspera. Apesar de sua retórica antiburguesa, na superfície tão parecida com a esquerda os nazistas não queriam redistribuir a renda ou mudar a estrutura social e econômica, por qualquer forma que pudesse inibir a produção plena e eficiente. Insistiam que seu regime era um capitalismo brando e produtivo, diferente das "plutocracias" do Ocidente, materialistas e exploradoras, nas quais o dinheiro predominava.

Políticas nazistas de bem-estar social

Antes de subirem ao poder, em 1933, as políticas sociais nazistas refletiam as contradições entre seus eleitorados de massa e de um lado, eles procuravam explorar o descontentamento dos trabalhadores, alienados por cortes nos serviços sociais do governo; por outro, cortejavam o apoio das grandes empresas, propondo uma redução dos gastos sociais do governo e um ponto final nos gastos excessivos com assistência social. As políticas conservadoras, orientadas para a recuperação econômica e o rearmamento, tenderam a predominar depois da conquista do poder. A caridade, não os programas sociais do governo, tornou-se o meio preferido de aliviar a pobreza. A campanha anual de caridade patrocinada pelo partido, a *Winterhilfe* (socorro do inverno), ajudava a perpetuar a ilusão de que o egoísmo da consciência de classe dera lugar a uma ética de responsabilidade e sacrifício mútuo pelo bem comum. A Agência de Socorro do Inverno, remanescente da era pré-nazista, introduziu o costume da refeição de um prato só (*Eintopf*), em domingos determinados, a fim de poupar alimentos e dinheiro para os necessitados. A diferença entre a *Eintopf* e a refeição habitual do domingo deveria ir para a Agência de Socorro do Inverno. A propaganda nazista mostrava os ricos participando junto com os indigentes das "refeições de um prato só".

A organização Bem-Estar Nacional socialista do Povo (*Nationalsozialistische Volkswohlfahrt* ou NSV), criada originalmente para prestar ajuda aos membros do partido na depressão, foi posta no comando de todas as atividades de caridade e assistência social, em maio de 1933. Financiada em parte por verbas da Agência de Socorro do Inverno (que tinha autoridade para deduzir contribuições compulsórias dos salários), a NSV não visava tanto ajudar as pessoas em necessidade, mas sim a garantir a força e saúde do *Volk* alemão. Apenas os que correspondiam aos padrões políticos, biológicos e raciais tinham direito à ajuda. Os exames médicos e dentários para os saudáveis tinham prioridade sobre os cuidados com os deficientes. Os judeus foram excluídos desde o início e tiveram de criar sua própria agência de assistência social. No curso da *Gleichschaltung*, a NSV acabou absorvendo ou controlando todas as agências independentes de assistência social, inclusive as organizações de caridade das igrejas e a Cruz Vermelha Alemã.

Modernização econômica

As políticas econômicas e sociais pragmáticas dos nazistas destinadas a garantir uma produção plena e eficiente, muitas vezes contradiziam seus objetivos e princípios expressos. Seu "socialismo dos pequenos comerciantes" atraía o apoio dos grupos ameaçados pelo crescimento das grandes empresas e do movimento trabalhista, como as fazendas familiares e os donos de pequenas empresas (*Mittelstand*). Os nazistas suprimiram o movimento trabalhista independente, mas por razões práticas não tomaram qualquer providência para reduzir o poder econômico das grandes empresas. Haviam assumido o compromisso de reverter os efeitos sociais perturbadores da Revolução Industrial, restaurando um modo de vida agrário, mais tradicional. Contudo, as mudanças sociais ocorridas de fato afastaram a Alemanha ainda mais da utopia *völkisch* de sangue e solo.

Os nacional-socialistas foram apanhados na contradição entre os fins e os meios. A restauração do poder alemão, a revogação do Tratado de Versalhes e a conquista de espaço vital no leste, para a realização da utopia agrária, exigiam a criação de um exército moderno. Para alcançar seus objetivos, os nazistas tinham de militarizar a sociedade alemã e promover a indústria pesada e a tecnologia avançada. Não podiam alcançar sua visão social reacionária sem a tecnologia moderna. A fim de superar a contradição entre sua ideologia antimodernista e as necessidades de tecnologia moderna, os nazistas alegaram que, ao contrário do Ocidente mercenário, com sua racionalidade árida, os alemães incutiam alma e espírito na tecnologia. Esse "modernismo reacionário", a conciliação entre o irracionalismo e a tecnologia, acarretou algumas das mudanças sociais que os nazistas haviam prometido impedir.

Os nazistas romantizavam um estilo de vida rural, agrário, e condenavam as conseqüências insidiosas da industrialização e urbanização, cada vez maiores. Na prática, porém, a industrialização e urbanização cresceram num ritmo ainda maior do que antes. A tendência inevitável na Alemanha Nazista era para a redução das dimensões do setor agrícola. Mais pessoas do que antes trabalhavam nas indústrias em larga escala, enquanto o número de pequenas e médias empresas diminuía. Os membros da antiga

Mittelstand, de artesãos, artífices e pequenos comerciantes, que esperavam uma proteção especial sob os nazistas, continuaram a experimentar dificuldades econômicas. As grandes lojas de departamentos não foram fechadas (para preservar os empregos), e a quantidade de pequenos comerciantes continuou a declinar. Os rendimentos agrícolas não acompanhavam o ritmo da renda nacional, e continuou a migração dos campos para os centros urbanos. Calcula-se que mais de um milhão de alemães transferiram-se de fazendas para as grandes cidades, entre 1933 e 1939. A legislação destinada a evitar o colapso das fazendas familiares (como a Lei da Fazenda Hereditária, de setembro de 1933) permaneceu ineficaz. Apesar das proclamações do ideal de fincar raízes na terra, a mobilidade ocupacional aumentou. Para superar os males putativos da atualização econômica, os nazistas precisavam se modernizar. O resultado foi uma revolução social de um tipo muito diferente daquele que os nazistas propunham. Sem a menor intenção, eles contribuíram para as tendências modernizadoras que sempre haviam deplorado. Muitas mudanças ocorridas na Alemanha de Hitler antecipavam (e contribuíram para o seu sucesso) a "americanização" da sociedade da Alemanha Ocidental, depois da guerra.

Agricultura

A ideologia e a prática tiveram sua confrontação mais óbvia no desenvolvimento da agricultura na Alemanha de Hitler. Os nazistas continuaram a idealizar um estilo de vida agrário, enquanto a industrialização era acelerada. Como no caso dos operários, no entanto, os nazistas ofereceram aos camponeses, os lavradores europeus de subsistência, mais compensação psicológica do que benefícios materiais. Os nazistas tentaram conceder uma elevada condição social ao título ocupacional de *Baiter* (camponês); em 3 de outubro era celebrado o Dia do Camponês; os camponeses foram declarados a fonte vital do povo e os progenitores do mais puro sangue alemão. A ideologia e a propaganda nazista enfatizavam o romantismo rural e a mística do sangue e terra, que haviam surgido como uma reação à rápida industrialização e urbanização no final do século XIX, especialmente entre os interesses agrários prejudicados pela mudança modernizadora. As virtudes rurais tradicionais da lealdade, devoção, honradez, moralidade e pureza racial, que vinham de gerações de endogamia regional, deveriam ser as garantias de uma comunidade estável e hierárquica, em que todos conheciam seus lugares determinados. Os nazistas favoreciam as animosidades rurais tradicionais, como a desconfiança contra estrangeiros, a hostilidade aos estilos de vida experimentais, diversidade étnica e políticas progressistas das grandes cidades cosmopolitas, especialmente Berlim. Os gostos rurais tradicionais em arte e diversão tornaram-se os padrões oficiais nazistas. Estes idealizavam o camponês-guerreiro simples como o antípoda virtuoso do intelectual judeu, urbano e sofisticado. A defesa nazista do mito agrário também teve um lado prático: a recuperação da produtividade agrícola era essencial para a realização da autosuficiência. Além disso, os camponeses leais sempre dão bons soldados.

Eminentes nazistas defendiam a ideologia do camponês-guerreiro, inclusive Heinrich Himmler, que tinha entre seus muitos cargos o de presidente da Associação dos Agricultores Alemães do Reich (*RekhsverbanddeutscherDiplomwirté*). Seu protegido, Walther Darré (1895-1953), chefe do Escritório Central de Raça e Repovoamento da SS, autor de um livro intitulado *O campesinato como fonte vital da raça nórdica*, publicado em 1929, foi nomeado *Reichsbauernführer* (líder camponês do Reich) em abril de 1933. Em junho do mesmo ano, ele substituiu Hugenberg como ministro da Alimentação e Agricultura. A organização agrícola liderada por Darré, a *Reichsnährstand* (Produção de Alimentos do Reich), era na verdade apenas uma fachada para o controle direto do governo sobre a agricultura, com o objetivo básico de aumentar a produção.

O objetivo proclamado de Darré, de aumentar o número de fazendas pequenas e independentes, a fim de formar uma nova "aristocracia germânica do solo", nunca foi realizado. A Lei da Fazenda Hereditária (*Rekhserbhofgesetz*), de setembro de 1933, foi sua principal tentativa de pôr em prática a ideologia agrária nazista, estabilizando a propriedade da terra. Todas as fazendas entre 7,5 e 125 hectares foram declaradas indivisíveis, invendáveis e não sujeitas a hipotecas. Só os donos dessas propriedades teriam direito no futuro ao título de *Bauer*. Os outros fazendeiros seriam chamados de *Landwirte* (agricultores). Somente alguém de sangue alemão ou relacionado tinha o direito de se tornar um *Bauer*, uma posição que seria documentada por um certificado de descendência, remontando até 1800.

Embora a Lei da Fazenda Hereditária fosse oficialmente anunciada como a realização do socialismo alemão, na prática apenas 35 por cento das fazendas foram afetadas. Oferecia algumas vantagens aos fazendeiros empobrecidos pela depressão (perdoava suas dívidas e os protegia de uma execução de hipoteca), mas tendia a se tornar uma desvantagem depois da recuperação, já que os fazendeiros não podiam dispor livremente de suas terras, nem podiam obter créditos, a não ser empréstimos pessoais. Não teve qualquer efeito para reduzir as grandes propriedades de Junkers, a leste do rio Elba.

Apesar da Lei da Fazenda Hereditária, a tendência na Alemanha Nazista era para a criação de unidades agrícolas maiores, a fim de se alcançar a autosuficiência na produção de alimentos. O ponto 17 do programa nazista previa a redistribuição da terra, a fim de aumentar o número de pequenos proprietários rurais. Na realidade, porém, o número de pequenas propriedades rurais sob os nazistas foi reduzido à metade daquele que existia na época da República de Weimar. A maioria das novas pequenas propriedades foi criada de terras já pertencentes ao governo, não das vastas propriedades dos Junkers. Eles continuaram a ser os maiores beneficiários dos subsídios governamentais. Embora o governo sustentasse os preços da carne, laticínios e cereais (alguns subsídios já haviam sido introduzidos por Brüning), os pequenos proprietários rurais não tinham uma situação melhor sob os nazistas do que desfrutavam antes. Em 1933, a renda agrícola correspondia a 8,7 por cento da renda nacional; em 1937, a participação caiu para 8,3 por cento.

O padrão de vida dos camponeses, na realidade, era muito mais baixo que o da população geral. As propriedades maiores tinham uma situação relativamente melhor que as pequenas propriedades, cada vez mais oneradas por dívidas. Em 1938, um Decreto do Bem-Estar da População Rural melhorou as condições de trabalho para os trabalhadores do campo, oferecendo créditos para habitação e empréstimos para casamento. As novas moradias construídas por fazendeiros para seus empregados estavam isentas de impostos. Mas o programa discriminava os fazendeiros pequenos e médios, tornando ainda mais difícil a manutenção de seus empregados na concorrência com as grandes propriedades. A perda da mão-de-obra rural ocorria na proporção inversa do tamanho da propriedade. Durante a guerra, é claro, o problema seria resolvido pelo uso do trabalho-escravo de países conquistados pelos alemães.

O papel das mulheres

O papel das mulheres na sociedade alemã oferece outro exemplo da contradição entre ideologia e prática. Segundo a ideologia nazista, a estabilidade do estado baseava-se na unidade familiar, a esfera especial reservada às mulheres pela natureza e pela providência. Como outros grupos conservadores, os nazistas procuravam ressuscitar e fortalecer a noção tradicional de que o lugar das mulheres era em casa. *Kinder, Kirche und Küche* (crianças, igreja e cozinha) representavam os limites tradicionais dos domínios da mulher. A esfera pública da política e das profissões era reservada aos homens. Os nazistas consideravam que a emancipação política das mulheres era um erro. Não havia mulheres ocupando posições de liderança no governo ou no partido, exceto em organizações destinadas especialmente às mulheres, como a União das Mulheres Nacional socialistas (*Nationalsozialistische Frauenschaft*) ou a Liga das Jovens Alemãs (*Bund deutscherMadel*).

Gerar crianças e dispensar cuidados maternos eram consideradas as funções naturais das mulheres, recompensadas com medalhas e a estima social. O propósito primário da Liga das Jovens Alemãs era educar as moças a se tornarem donas-de-casa e mães. O casamento e a maternidade eram apresentados não apenas como os fundamentos para a felicidade e a realização, mas também como obrigações para o *Volk*. As políticas pró-natalidade dos nazistas estavam ligadas aos objetivos expansionistas. Pouco depois de subirem ao poder, os nazistas fizeram uma mobilização para uma "guerra do nascimento" (*Geburtenkrieg*), a fim de inverter o índice de natalidade decrescente e tornar a população da Alemanha maior que a de seus inimigos em potencial. Incentivos fiscais e suplementos para crianças foram instituídos para estimular as pessoas a terem famílias grandes. Depois de 1938, as mães de quatro ou mais crianças recebiam a Cruz de Mãe, uma medalha que copiava propositalmente a mais alta condecoração militar para os homens, a Cruz de Perro. As mães de quatro ou cinco crianças recebiam uma cruz de bronze, as mães de seis ou sete crianças, uma cruz de prata, e as mães de oito ou mais crianças, uma cruz de ouro.

Os nazistas ofereciam generosos benefícios para as mães, dos quais, no entanto, eram excluídas as mães consideradas "hereditariamente inferiores" (como as que tinham um parente com doença mental). Uma subagência da NSV, chamada *Hilfswerk "Mutter und Kind"*, proporcionava conselhos e apoio de todos os tipos para ajudar as mães a criarem seus filhos. Segundo as estatísticas oficiais da NSV havia cerca de 150 centros de assistência infantil no país em 1941. O Dia das Mães era oficialmente celebrado como um meio de acentuar a vida familiar saudável. Eventualmente, até mesmo as mulheres solteiras, em particular as que pertenciam à União das Mulheres Nacional socialistas, foram encorajadas a terem filhos, através da *Lebensborn* (bem de vida), uma agência da SS para cuidar das mães solteiras, criada em 1935. O divórcio era facilitado para as pessoas em casamentos sem filhos. A decisão de não ter filhos era reconhecida como um motivo válido para o divórcio. Os nazistas também desfecharam uma campanha contra o controle da natalidade e os métodos anticoncepcionais. O aborto, já restrito na fase de Weimar, era agora ainda mais limitado. Só uma mulher cuja vida corresse perigo, o que tinha de ser certificado por médicos, tinha a permissão legal para fazer um aborto. A punição para os médicos que faziam abortos ilegais tornou-se muito mais severa. O controle da natalidade foi oficialmente condenado, exceto para os judeus.

Os nazistas culpavam o movimento feminista pelo declínio do índice de natalidade na Alemanha no século XX. A fim de desencorajar as mulheres a se tornarem profissionais, foi introduzida um *numerusclausus* em dezembro de 1933, reduzindo a proporção de mulheres admitidas em universidades para 10 por cento. As mulheres só tinham permissão para ingressar no serviço público depois de 35 anos de idade. Para estimular as mulheres a ficarem em casa, o governo oferecia um empréstimo de casamento para todas aquelas dispostas a renunciar a seu emprego. Esses empréstimos podiam ser pagos com o nascimento de crianças.

Os índices de casamento e natalidade subiram de forma acentuada no Terceiro Reich. Mas os objetivos agressivos e expansionistas do regime trabalhavam contra o desejo dos nazistas de confinar as mulheres à esfera doméstica. A proporção de mulheres na força de trabalho declinou de 37 por cento em 1933 para 31 por cento em 1937, mas o número total de mulheres em atividade aumentou, à medida que cresceu a necessidade de mão-de-obra nas indústrias relacionadas com a guerra e as mulheres com filhos precisaram trabalhar para aumentar o rendimento familiar. A proibição de emprego para mulheres que recebiam empréstimos de casamento foi revogada em 1937, quando a escassez de mão-de-obra se tornou mais premente. Em 1939, havia 7 milhões de mulheres trabalhando em fábricas e escritórios. A escassez de mão-de-obra contribuiu para a decisão em 1939 de exigir um tempo de serviço de seis meses para todas as moças que já não estivessem empregadas. Durante a guerra, o número de mulheres trabalhando na indústria aumentou para cerca de 14,5 milhões, em 1944. Embora em 1944 as mulheres alemãs constituíssem três quintos da força de trabalho interna, a mobilização das mulheres para o esforço de guerra foi menos eficaz ou completa do que nas democracias ocidentais. Mesmo assim, ao final da guerra havia uma proporção maior de mulheres empregadas do que em 1933.

Políticas raciais e eugênicas

As exigências práticas muitas vezes levaram os nazistas a concessões em suas predileções ideológicas, especialmente nas políticas relacionadas com a *Mittelstand*, a agricultura e o papel das mulheres na sociedade. Contudo, a ideologia e a política se uniram de forma violenta em questões relacionadas com eugenia e raça. Os nazistas conseguiram desenvolver um forte movimento de "higiene racial" na Alemanha. Há muito que o país se preocupava com a melhora da "raça" alemã. A derrota da Alemanha na Primeira Guerra Mundial não resultou apenas na intensificação do antissemitismo político; também levou a um crescente interesse até mesmo uma obsessão pela eugenia, como um meio de regenerar o povo alemão e restaurar a força nacional. Três eminentes antropólogos foram os autores do texto clássico alemão sobre a ciência da raça, publicado em 1921, *Perspectiva da genética humana e higiene racial*. Hitler incorporou idéias desse livro em *Mein Kampf*.

A obsessão pela higiene racial (a aplicação das políticas de eugenia para o progresso da raça) impregnou toda a política pública no Terceiro Reich, inclusive, como já ressaltamos, as políticas relacionadas com trabalhadores, camponeses e mulheres. Essa obsessão com a pureza da raça alemã ficou

mais evidente na legislação discriminatória contra os judeus (ver Capítulo 10). Mesmo aqui, no entanto, considerações práticas inibiram medidas mais rigorosas, até certo ponto. O boicote oficial às lojas de judeus foi limitado a um dia, 1 de abril de 1933, por causa da oposição de industriais, que receavam os maus efeitos sobre a produção e distribuição dos produtos. A exclusão dos judeus da vida econômica prosseguiu de forma mais gradativa, pelo menos até 1938, do que sua exclusão do serviço público, vida cultural ou profissões liberais.

A política racial nazista expressava de forma extremada a determinação do novo regime de aplicar princípios biológicos na solução de questões sociais. Os nazistas reverteram totalmente a ênfase comunista nos fatores ambientais como a fonte de vários problemas sociais, como o crime, alcoolismo, pobreza, doença ou desagregação familiar. Do ponto de vista nazista, esses problemas tinham uma origem essencialmente genética. Só poderiam ser eliminados através de medidas para purificar o conjunto genético (ou "sangue") da nação. O regime promulgou inúmeras leis eugênicas, ostensivamente para melhorar a qualidade da "raça" alemã. Uma das mais importantes foi a Lei de Prevenção da Prole com Enfermidade Genética, de 14 de julho de 1933, o mesmo dia em que foi proibida a formação de partidos políticos. Essa lei, baseada em legislação proposta para a esterilização voluntária, apresentada pelo Conselho de Saúde da Prússia em 1932, tornava a esterilização obrigatória para pessoas com doenças hereditárias, criminosos contumazes, pessoas com retardo mental e pessoas com doenças mentais. Foram criadas centenas dos chamados Tribunais de Saúde Genética para determinar quem deveria ser esterilizado. Esse esforço para evitar a reprodução de indesejáveis representava o reverso da medalha das políticas pró-natalidade, destinadas a fazer com que os portadores de "sangue puro" tivessem mais filhos. As melhores estimativas situam o número de pessoas esterilizadas na Alemanha, entre 1933 e 1945, em cerca de 4000. A maioria dessas esterilizações compulsórias foi realizada antes da guerra.

A esterilização de pessoas dependentes da caridade ou assistência social do governo foi declarada necessária, a fim de reduzir os custos inaceitáveis dos que eram sustentados pelo estado. O Ministério do Interior elaborou tabelas rebuscadas para demonstrar que o estado não podia se dar ao luxo de permitir que os "associais"-pessoas consideradas incapazes de ganhar o próprio sustento se reproduzissem. A mendicância e a vagabundagem uma *prova prima fade* de ascendência racial inferior foram rigorosamente proibidas. Uma "Lei de Proteção da Saúde Hereditária", de 1935, determinava o registro das pessoas consideradas de "valor racial inferior". Também proibiu o casamento entre pessoas que sofriam de "enfermidades genéticas".

Os institutos de pesquisa racial proliferavam, à medida que as disciplinas científicas e acadêmicas eram atreladas ao serviço do regime. Um Centro de Pesquisa de Parentesco, do Ministério do Interior, emitia provas de genealogia, obrigatórias para as pessoas que desejavam ingressar no partido. A agência da SS *Ahnenerbe* (herança ancestral), criada em 1935, promovia pesquisas históricas e arqueológicas para comprovar o valor do sangue "ariano". Novos cursos de biologia racial foram criados na maioria das universidades, as cátedras ocupadas por propagandistas confiáveis da visão racial do mundo e da supremacia nórdica. Alguns eram muito influentes, como Hans F.K. Günther (1891-1968), autor de livros de sucesso sobre raça, e Fritz Lenz (1887-1976), co-autor do livro didático mais importante sobre genética no tempo da República de Weimar.

Eutanásia

O regime também tentou obter a aceitação pública da eutanásia, a "morte misericordiosa" de pessoas com deficiências ou doenças incuráveis. Os pedidos de eutanásia voluntária aumentaram de maneira acentuada na era nazista. Um filme feito sob a égide do Centro de Política Racial do Partido Nazista, intitulado *Erbkmmk* (Doente Hereditário), foi lançado em 1936, a fim de justificar a eutanásia e a esterilização compulsória da "vida indigna da vida". A eutanásia involuntária era havia muito tempo uma questão de discussão pública na Alemanha, intensificada pela necessidade de fazer opções difíceis sobre recursos escassos, na Primeira Guerra Mundial. Durante a guerra, pessoas com graves deficiências e doenças mentais, internadas em asilos, haviam passado fome, à medida que suas rações eram diminuídas, para que houvesse mais alimentos disponíveis para os trabalhadores na indústria bélica e para os soldados no front.

Em 1920, uma autoridade em direito constitucional, Karl Binding, e um professor de psiquiatria, Alfred Hoche, juntaram-se para escrever um influente tratado, intitulado *Permissão para a destruição da vida indigna de vida*, defendendo a eutanásia involuntária de pessoas com graves deficiências, no interesse da comunidade geral. No Terceiro Reich, essas idéias passaram a contar com apoio oficial. O argumento a favor da eliminação dos doentes e fracos, em termos físicos e mentais, adquiriu uma legitimidade crescente, à medida que a Alemanha outra vez se encaminhava para a guerra, no final da década de 1930.

Um pedido dos pais de uma criança deformada para que sua morte fosse provocada, no inverno de 1939, desencadeou a execução de um programa secreto de eutanásia, com o codinome de "Aktion T-4", o endereço do prédio em Berlim, Tiergartenstrasse, 4, de onde o programa era dirigido. Na verdade, o programa teve origem na chancelaria do Führer, mas foi transferido para evitar qualquer conhecimento público de suas origens e vínculos administrativos. Hitler autorizou o início do programa para coincidir com o começo da guerra. Cerca de 2000 pessoas com deficiências físicas e doenças mentais podem ter sido mortas de uma maneira sistemática, sob os auspícios desse programa, até o final da guerra.

O programa T-4 foi o que primeiro usou gás venenoso, neste caso o monóxido de carbono. Muitos dos funcionários do T-4 mais tarde participaram ativamente da instalação e operação das câmaras de gás nos campos de extermínio do Holocausto (ver Capítulo 14). Apesar da natureza secreta do programa de eutanásia, o conhecimento do que vinha ocorrendo começou a vazear, à medida que mais e mais parentes de vítimas recebiam a notícia da morte súbita de seus entes amados, sem qualquer causa visível. Os protestos resultantes, em particular de representantes do clero, podem ter persuadido Hitler a determinar a interrupção oficial do programa, em agosto de 1941, mais ou menos na ocasião em que estavam sendo construídas, na Polônia ocupada, as câmaras de gás para a "Solução Final da Questão Judaica". Mas apesar do cancelamento oficial do programa, as mortes por eutanásia, em particular de crianças, continuaram ao longo da guerra.

Educação

A biologia racial e a eugenia, junto com a história alemã comemorativa e a literatura idealista alemã, constituíam a essência dos currículos nas instituições educacionais, em todos os níveis. Órgãos do partido e do estado mantinham os materiais pedagógicos sob rigorosa vigilância, providenciando para que os estudantes recebessem a doutrinação certa. A grande maioria dos professores logo se ajustou ao novo regime. A organização profissional de professores secundários alemães sempre movera uma oposição ativa à República de Weimar. Por volta de 1936, 97 por cento dos professores secundários do país eram membros da Associação dos Professores Nacional socialista s, enquanto quase um terço ingressara no Partido Jslazista.

Os nazistas valorizavam o desenvolvimento do caráter e a educação física mais do que o conhecimento ou intelecto. Um corpo saudável era considerado mais importante do que uma mente brilhante. Eles condenavam o culto do individualismo liberal, que supostamente levava a uma especialização exagerada e ao desenvolvimento de uma *Gehirnmensch* (pessoa cérebro) de visão unilateral, sem qualquer ligação real com a comunidade. O nacional-socialismo, baseado na experiência de solidariedade no front durante a Grande Guerra, traria a necessária reorientação de valores.

O nacional-socialismo não reconhecia qualquer esfera particular separada para membros da comunidade nacional. O desenvolvimento do talento individual devia ser para o bem da nação, não para um ganho egoísta. O verdadeiro propósito da educação era incutir um senso de disciplina, dever, obediência, coragem e serviço à causa nacional. A tarefa do educador era ajudar a fortalecer a alma e o espírito, e neutralizar os efeitos supostamente desmoralizantes do individualismo, racionalismo e intelectualismo liberal.

Arte, arquitetura e literatura

O antiintelectualismo caracterizava a atitude do novo regime também em relação às artes plásticas e à literatura. Os nazistas rejeitavam o princípio da "arte pela arte". Todos os aspectos da cultura estética

deveriam servir à causa nacional. Os nazistas, no entanto, não pensavam nessa subordinação da arte ao propósito nacional como uma politização da arte; em vez disso, achavam que assim libertavam a arte do uso como instrumento político pela esquerda. O que procuravam não era uma politização da arte o artista empenhado no debate político, mas sim a estetização da cultura, que era a eliminação do debate político em favor de moldar a sociedade de acordo com critérios estéticos de ordem, forma e "beleza". Assim, a arte tinha uma importante função no Terceiro Reich. A maior prioridade era a tarefa de reverter o declínio dos padrões tradicionais, que os conservadores da era de Weimar já criticavam como "niilismo" e "bolchevismo cultural". Só uma arte "saudável", positiva, idealista, estimulante, moralmente gloriosa e patriótica seria permitida, dali por diante. A essa distorção conservadora generalizada, os nazistas acrescentaram sua ênfase especial na raça. A arte autêntica não era determinada pelas condições de uma época determinada ou pelas mudanças na moda; era a expressão eterna do caráter mais profundo de um determinado povo. A verdadeira arte, entoaram os sábios nazistas, emana da alma do povo e expressa seus eternos ideais.

Os nazistas menosprezavam a "visão distorcida" da arte moderna, com todas as suas formas inovadoras e experimentais. Em vez disso, enalteciam a "clareza" e o realismo da "arte alemã". Rejeitavam a noção individualista de expressão pessoal e exigiam que a arte se conformasse ao gosto das massas. Na inauguração da Casa da Arte Alemã, em Munique, em 1937, Hitler declarou: "Daqui por diante não serão mais impingidas ao povo alemão as obras de arte que não puderem ser compreendidas!" Se os artistas não-objetivos fossem sinceros em sua visão deformada do mundo, deveriam ser declarados mentalmente incompetentes, não tendo permissão para se reproduzirem; se, por outro lado, estivessem deliberadamente enganando o público, para autopromoção, deveriam ser jogados na cadeia!

Pouco depois da inauguração da Casa da Arte Alemã, os nazistas montaram uma exposição de "arte degenerada", que ironicamente recebeu muito mais visitantes do que as várias exposições da arte alemã aprovada. O termo alemão para degenerado é *entartet*, um termo que insinua um desvio da *Art*, a palavra alemã para espécie. O significado literal do termo parecia confirmar a posição nazista de que a fonte da degeneração na arte e em outras áreas da vida era a impureza racial e o desvio da saudável linhagem nórdica.

Os artistas judeus, em particular, eram culpados por subverterem a saúde mental do público, por sua preocupação com a doença e a deformidade. No lugar de uma arte de crítica social, os nazistas exigiam a afirmação e entusiasmada concordância com os sagrados valores e instituições do Terceiro Reich. As virtudes militares eram particularmente sacrossantas. A arte que minava a religião, a moral e o patriotismo devia ser erradicada, da mesma maneira como os portadores de doenças deviam ser removidos da sociedade. Os museus foram expurgados da arte "degenerada", substituída por obras que celebravam a perfeição racial nórdica, o heroísmo masculino, a camaradagem e a disposição para o combate; e *Kinder, Kirche und Küche* para as mulheres. O expurgo da arte degenerada acompanhava a purificação da arte através da eugenia. Milhares de obras proibidas foram eventualmente destruídas.

O programa cultural nazista tinha um apelo considerável para amplos setores do público, o que não era de surpreender, já que os gostos artísticos nazistas, ogmo seus valores políticos, refletiam preconceitos populares profundamente arraigados. Assim como na esfera política o movimento nazista representava uma violenta reação contra os valores liberais e progressistas, na esfera cultural os nazistas podiam contar com a desconfiança e o ressentimento popular contra a *avant-garde* modernista. O nazismo não era apenas uma reação contra o modernismo, é claro, com a proposta de um retorno à tradição. Na verdade, os nazistas ofereciam sua versão vitalista de modernidade, expurgada de todos os sintomas de degeneração e decadência. Seu objetivo, no final das contas, não era um retorno ao passado, mas sim a revitalização e regeneração do *Volk*. Nesse projeto nacional orientado para o futuro, todas as artes teriam um papel significativo. Os nazistas, no entanto, ajudaram a dar proeminência a uma tradição conservadora mais antiga, de representação literal, que parecia ter sido relegada pelas complexidades inovadoras da arte moderna. Os artistas que se destacaram no Terceiro Reich não eram apenas propagandistas. Numerosos artistas de talento limitado e perspectiva conservadora alinharam-se de bom grado com o programa nazista de realismo antiquado, heroísmo idealizado e renovação moral. Para muitas pessoas, deve ter parecido que a arte se tornava de novo acessível, compreensível, despolitizada e útil para o homem comum.

A arquitetura do Terceiro Reich também ressuscitou formas tradicionais, mas mesmo assim procurou alcançar a funcionalidade e dinamismo da arquitetura moderna. A Casa da Arte Alemã, com suas fileiras de colunas maciças, era um excepcional exemplo da predileção dos nazistas pelo monumentalismo, simplicidade e simetria dos estilos clássicos. Em seu esforço para criar uma arquitetura digna do "Reich de Mil Anos", Hitler autorizou seu arquiteto preferido, Albert Speer (1905-81), a elaborar os projetos e criar os modelos arquitetônicos para a transformação de Berlim na futura capital do mundo, Germania. A guerra evitou a realização desse projeto megalomaniaco, que teria ofuscado por completo todos os exemplos anteriores de arquitetura municipal. Em janeiro de 1939, Speer terminou a Chancelaria do Novo Reich, que serviria para demonstrar todo o seu poderio. Os visitantes só poderiam ter acesso ao gabinete de 120 metros quadrados de Hitler através de uma imponente galeria de mármore de 150 metros de comprimento. O prédio foi ornamentado com esculturas heróicas do "partido" e do "exército", feitas pelo escultor predileto de Hitler, Arno Breker (n. 1900). Por baixo da Chancelaria ficava o requintado *Führer bunker*, em que Hitler se mataria seis anos depois da inauguração do prédio.

Também na literatura o novo regime apoiou uma reação contra as escolas modernas e de crítica social, como o naturalismo ou o expressionismo. Escritores judeus e escritores com simpatias esquerdistas foram expulsos da Alemanha. Mas até mesmo escritores que simpatizavam com o nazismo, por algum tempo, como o inovador poeta Gottfried Benn (1886-1956), foram obrigados a restringir suas experiências literárias. O gênero preferido dos nazistas, além da literatura de combate e dos romances históricos exaltando o passado alemão, era a *Heimatliteratur* (literatura regional), uma celebração das inabaláveis virtudes rurais em comparação com a cultura de "asfalto" da moderna vida urbana. Aqui também os nazistas podiam explorar uma longa tradição nativista de romantismo agrário sentimental e reação populista contra o aparente negativismo e amoralismo da *avant-garde* literária.

A revolução cultural conservadora lançada pelos nazistas agradava aos gostos e sensibilidades de vastos setores do público alemão. Na verdade, muito da popularidade dos nazistas provavelmente derivou da percepção generalizada de que os gostos e os instintos saudáveis da "maioria moral" podiam agora se afirmar, contra os padrões degradados e as perspectivas niilistas de uma elite intelectual e estética. Os nazistas pareciam defender o familiar e o tradicional, contra as novidades e distorções do modernismo. Sua arte realista parecia reforçar o orgulho e o autorespeito, neutralizando assim a corrosiva autocrítica e autodesprezo da arte politizada da esquerda. Também parecia defender os valores espirituais fundamentais da moral e religião, contra os abusos do materialismo, racionalismo e comercialismo. Essas deploráveis tendências modernas eram atribuídas ao indevido crescimento da influência judaica sobre a cultura e a sociedade alemãs.

Ciência

Até mesmo nas ciências físicas os nazistas fizeram distinções entre formas arianas e judaicas. Defendiam um método de *born senso*, que dignificava o familiar e desdenhava o abstrato e o abstruso. Enquanto a ciência germânica era supostamente baseada no respeito aos fatos, observação exata e experimentação, a ciência judaica era acusada de misturar fatos com opiniões de uma maneira ilegítima. Essa acusação ecoava a tradicional desconfiança anti-iluminismo da teoria e razão, como sintomas da arrogância do intelecto humano. O erro essencial da "físicajudaica", alegavam os defensores de uma ciência "alemã", era negar e ignorar o reino espiritual das verdades eternas, presumindo que toda realidade podia ser explicada em termos de teorias materiais e ciência natural. Carecia da necessária dimensão metafísica, em cuja ausência a ciência inevitavelmente ultrapassa seus limites apropriados.

Os cientistas nazistas denunciavam a teoria da relatividade de Einstein como uma doutrina materialista, que tentava explicar toda a realidade em termos do relacionamento da matéria com a matéria. Os nazistas alegavam que a teoria da relatividade (como a música atonal, a arte alienada ou a literatura de crítica social) só podia vicejar no solo do marxismo materialista. Para os cientistas germânicos, o tempo e o espaço eram conceitos absolutos, enraizados na intuição, não conceitos relativos, dependentes da perspectiva pela qual eram considerados.

A utilidade das verdades incontestáveis para os conservadores era o fato de que não tinham de ser submetidas à análise racional. Um rígido sistema de verdades inabaláveis *a priori* proporcionava a base indiscutível para a política autoritária.

A campanha da "física ariana" foi liderada pelos físicos empíricos Philipp Lenard (1862-1947) e Johannes Stark (1874-1951), ganhadores do Prêmio Nobel de física em 1905 e 1919, respectivamente. Ambos haviam aderido ao movimento nazista antes de 1933. Já polemizavam contra a física teórica e a teoria da relatividade de Einstein muito antes de Hitler subir ao poder. Depois de 1933, eles tentaram expulsar de posições de autoridades os judeus e os físicos que discordavam de suas opiniões. Em 1935, cerca de um quinto de todos os cientistas e um quarto de todos os físicos da Alemanha haviam sido forçados a deixar seus cargos pelos nazistas. Stark chefiou a *Deutsche Forschungsgemeinschaft* (a agência estatal de financiamento da pesquisa científica) até 1936, mas perdeu a influência depois disso, já que, com a aproximação da guerra, o pragmatismo prevaleceu sobre a ideologia. A maioria dos físicos alemães, inclusive Max von Laue (1879-1960), Max Planck (1858-1947) e Werner Heisenberg (1901-76), ganhadores do Prêmio Nobel em 1914, 1919 e 1932, respectivamente, uniu-se em defesa dos princípios científicos tradicionais. Persuadidos pelos físicos profissionais de que a ciência convencional era indispensável para o esforço de guerra, as autoridades nazistas desistiram de seu apoio à "física ariana". Mesmo assim, a prevenção das autoridades contra os "físicos judeus" pode muito bem ter influenciado a relativa negligência do governo com a física nuclear e o programa alemão de armas nucleares, durante a guerra.

As Igrejas

Muitos alemães esperavam que a revolução nacional-socialista levasse a um renascimento da religião. A participação e frequência nas igrejas chegou até a aumentar nos primeiros anos do regime nazista. As Igrejas, deve-se recordar, partilhavam a hostilidade nazista contra o socialismo e o liberalismo secular, e aprovavam sua afirmação de autoridade, hierarquia, moral e fé. Os nazistas haviam prometido o apoio a um "cristianismo positivo" em seu programa; tradicionalmente, iniciavam suas reuniões e comícios com uma oração; e eminentes nazistas costumavam invocar Deus e a providência divina em seus discursos. As normas das SS proibiam expressamente que seus membros se descrevessem como ateus, já que isso supostamente indicava uma descrença perniciosa nos propósitos superiores da vida. Até mesmo Hitler alegou em *Mein Kampf* que estava realizando a obra do Senhor.

Apesar de todas as proclamações de importância da religião, o renascimento espiritual pregado pelos nacional-socialistas tinha pouco a ver com as Igrejas Católica ou Luterana. A ênfase nazista sobre nação, raça, mito e ritual nórdico, além das críticas ao indevido humanitarismo cristão, com sua defesa dos fracos e dos pobres, inevitavelmente criaria atritos com as Igrejas. A separação aumentou quando os nazistas tentaram introduzir as "Celebrações da Vida", com cerimônias de casamento, nascimento e funeral organizadas pelo partido, em competição com as práticas tradicionais, sancionadas pelas Igrejas. As novas cerimônias, no entanto, só obtiveram um apoio público mínimo. Durante a década de 1930, 95 por cento da população alemã permaneceu membro batizado de uma das Igrejas Cristãs. Embora os nazistas procurassem conscientemente absorver tanto a ala cristã quanto a anticristã do movimento *völkisch*, parece provável que eles tentariam suplantá-la com seu culto *völkisch* neopagão, se vencessem a guerra. A religião "deve apodrecer como um braço gangrenado", Hitler teria dito numa de suas "conversas à mesa", no quartel-general militar na Prússia Oriental, em dezembro de 1941.

Nestas circunstâncias, porém, os líderes nazistas foram obrigados a agir com moderação, para não antagonizarem os seguidores das duas principais denominações cristãs na Alemanha. Militantes anticatólicos, como o publicista Artur Dinter (1876-1948), antigo GIM/rôder da Turíngia e autor de vários panfletos racistas, foram afastados do partido muito antes de Hitler subir ao poder. Erich Ludendorff, o cúmplice de Hitler no *putsch* de Munique, também deixou o partido, em 1928, em parte porque achava que os nazistas subestimavam o perigo para a Alemanha representado pela Igreja Católica Romana. A Concordata que Hitler assinou com a Santa Sé, em julho de 1933, foi projetada para manter a lealdade de milhões de católicos alemães, pela garantia de sua liberdade religiosa. O regime de Hitler fez maiores concessões ao Vaticano do que qualquer governo de Weimar se mostrara disposto a fazer. Estavam incluídas

a educação religiosa em escolas públicas, a expansão das escolas dirigidas pela Igreja Católica, a proteção das propriedades da Igreja, a manutenção das faculdades católicas de teologia nas instituições públicas de ensino superior, e o direito de divulgar encíclicas ao público na Alemanha.

A Igreja Católica, por sua vez, renunciava a toda atividade política. Assumia o compromisso de dissolver todas as suas organizações políticas. Ao assinar a Concordata, Hitler ganhou não apenas a fidelidade de milhões de católicos na Alemanha, mas também prestígio internacional e o fim do catolicismo político.

Os esforços nazistas para fundir a religião com a raça tornaram-se a maior fonte de conflito entre a Igreja e o estado. Os nazistas desdenhavam em particular a solicitude cristã com os fracos e desfavorecidos. Não admitiam a noção humanitária cristã de que todas as pessoas eram iguais aos olhos de Deus. Ressentiam-se da preocupação católica com a salvação de todos os membros da Igreja, independentemente da raça. Os nazistas fracassaram em sua tentativa de forçar a Igreja a expulsar os convertidos judeus. O governo também não conseguiu persuadir a Igreja a anular os casamentos alemães-judaicos.

O conflito entre a Igreja Católica Romana e o estado chegou a um ponto crítico em março de 1937, com a divulgação da encíclica papal "Sobre as Condições da Igreja na Alemanha", mais conhecida por suas três primeiras palavras, "*Mií brennender Sorge*" ("com profunda preocupação"). O Papa Pio XI acusava o governo alemão de não respeitar o dispositivo da Concordata que garantia a independência da Igreja. Defendia a integridade da doutrina católica tradicional e condenava os esforços para substituí-la por "certas 'revelações' arbitrárias que oradores de hoje desejam extrair do mito de sangue e raça". Reiterava a divindade de Cristo e criticava as doutrinas panteístas, que identificavam Deus com o mundo ou procuravam deificar qualquer raça, estado, povo ou líder. O Papa condenou ainda todas as tentativas de substituir um Deus pessoal por uma força impessoal, como o destino. Também protestou contra a dissolução dos grupos juvenis e outras organizações católicas. Exigiu o fim das pressões para que os fiéis deixassem a Igreja.

Em consonância com a Concordata, no entanto, o Papa não criticou a legislação discriminatória dos nazistas contra os judeus (que não foram mencionados na encíclica), os campos de concentração ou quaisquer políticas que não afetassem diretamente a Igreja. Por outro lado, a Igreja apoiava ativamente as políticas antibolcheviques do estado. Apenas cinco dias depois de *Mií brennender Sorge*, o Papa lançou a encíclica *Divini Redemptoris*, celebrando a missão comum da Igreja Católica e do nacional-socialismo de combater o comunismo ateu. Mesmo assim, o regime reagiu a *Mií brennender Sorge* com uma perseguição a padres e restrições à instrução religiosa nas escolas. A "Luta da Igreja", como passou a ser chamada, continuou com bastante cautela dos dois lados, ao longo de toda a era de Hitler. Os nazistas evitavam intervenções mais decididas, com receio de alienar os católicos alemães. A Igreja, por sua vez, abria mão da oposição política ostensiva, a fim de salvaguardar sua sobrevivência institucional.

A Igreja Evangélica da Alemanha, há muito um braço virtual do estado monárquico na Prússia, demonstrou ser mais dócil à interferência e manipulação do governo. A suscetibilidade de muitos protestantes alemães à ideologia nacionalista ajudou os nazistas em suas tentativas de controlar a Igreja Evangélica. Muitos nacionalistas acreditavam que a união de propósitos a condição prévia para a expansão poderia ser mais bem alcançada pelo desenvolvimento de uma religião nacional especificamente alemã. Várias seitas do final do século XIX e início do século XX haviam procurado harmonizar a crença em Cristo com a ideologia *völkisch*. Talvez o mais importante desses esforços tenha sido o Partido Social Cristão dos Trabalhadores, fundado em 1878 pelo pastor da corte de Guilherme II, Adolf Stoecker (1835-1909), que tentou em vão usar apelos antissemitas e a religião *völkisch* para atrair trabalhadores para as fileiras nacionalistas.

O antissemitismo e o autoritarismo podiam ser traçados até os últimos e virulentos textos de Lutero, que foram republicados e divulgados pelos nazistas. A maioria dos teólogos protestantes da Alemanha sempre criticara o secularismo da República de Weimar, apoiando uma restauração da monarquia ou alguma outra espécie de governo autoritário. Os nacionalistas na Igreja Evangélica, conhecidos como Cristãos Alemães, também se beneficiaram do apoio amplo à unificação das várias igrejas evangélicas regionais,

numa igreja centralizada, a *Reichskirche*. Os Cristãos Alemães conquistaram um terço dos votos nas eleições da Igreja Prussiana, em novembro de 1932. Num sínodo nacional, em julho de 1933, conseguiram eleger Ludwig Müller, o plenipotenciário de Hitler para assuntos da Igreja Evangélica, para o novo posto de Bispo do Reich. Os esforços dos nazistas para controlar a Igreja Evangélica pareciam ter dado certo.

Desde o início, no entanto, Müller se confrontou com um forte movimento de oposição aos esforços dos Cristãos Alemães para impor princípios racistas à Igreja Luterana. Liderada pelos teólogos Martin Niemöller (1892-1984) e Otto Dibelius (1880-1967), a Igreja Confessional, como esse grupo de oposição se chamava, defendia a doutrina luterana tradicional contra a violação nacionalista. A oportunidade imediata para a formação dessa oposição foi o acréscimo pelos Cristãos Alemães do "parágrafo ariano" da Lei do Serviço Público na Igreja Prussiana, em setembro de 1935. Isso foi seguido pela tentativa dos Cristãos Alemães de repudiar o Antigo Testamento judaico e excluir os "não arianos" do comparecimento aos serviços religiosos, em novembro de 1933. Niemöller fundou a Liga de Emergência dos Pastores (*Pfarrernotbund*), uma associação de clérigos protestantes que se opunham à aplicação do "parágrafo ariano" na Igreja. Em maio de 1934, mais de 70 membros da Liga se uniram para formar a Igreja Confessional, que contava com o apoio da maioria dos fiéis protestantes.

A Igreja Confessional foi um movimento religioso para preservar a fé luterana, não um movimento político de oposição ao estado nazista. A maioria de seus membros apoiava o regime de Hitler com todo entusiasmo. Na verdade, o próprio Niemöller ingressara no Partido Nacional socialista, em 1933. Tanto ele quanto Dibelius sempre haviam criticado a República de Weimar. Embora negassem autoridade aos nazistas para expulsar judeus convertidos da Igreja Evangélica, os dois teólogos eram ambivalentes, na melhor das hipóteses, em relação à campanha nazista para expulsar os judeus de todas as posições de influência na Alemanha. Sua oposição à interferência nazista nos assuntos da Igreja era inspirada na separação luterana dos reinos secular e espiritual. Ao mesmo tempo em que estavam dispostos a defender os tradicionais valores luteranos de lealdade e obediência ao estado, eles negavam a esse mesmo estado o direito de determinar o conteúdo da fé religiosa.

Os nazistas não deixariam que esse desafio à sua autoridade ficasse impune. Niemöller foi preso em 1937. Depois de cumprir uma breve sentença de prisão, passou a maior parte dos anos da guerra sob "custódia protetora", em vários campos de concentração, assim proporcionando um importante símbolo de resistência. Dibelius foi absolvido por um tribunal especial da acusação de atividades de traição, mas seu raio de ação foi bastante limitado. A influência e autoridade de Müller, no entanto, também se desvaneceram, e os nazistas jamais conseguiram exercer um controle absoluto sobre a Igreja Evangélica. Diante do amplo apoio popular à Igreja Confessional, eles foram obrigados a adiar para depois da guerra qualquer ação radical para transformar as crenças e as práticas religiosas tradicionais. Em decorrência dessa moderação, ditada por motivos práticos, a "Luta da Igreja" foi muito menos prejudicial à popularidade de Hitler do que, se fosse mais rigorosa, poderia ter acontecido.

O estado policrático

O difícil relacionamento do regime com as Igrejas sugere os limites dos poderes de Hitler. A imagem convencional da Alemanha Nazista como um monolito totalitário, em que todos os aspectos da vida eram totalmente controlados do alto, é ilusória em vários pontos. Por um lado, insinua que o domínio nazista era mantido exclusivamente pela coação, não pelo consenso popular, que era o que acontecia na maioria das circunstâncias. Nada na Alemanha Nazista pode ser explicado de maneira adequada sem referência à disposição de amplos setores do público para colaborar com o regime, por convicção ou por conveniência. É preciso lembrar que muito do que ocorreu naqueles dias não foi nitidamente nazista. O modelo de um monolito totalitário também não reconhece da maneira devida as restrições impostas aos objetivos e planos nazistas pelos interesses institucionais ou diversidade regional. As instituições locais e regionais tinham mais independência do que se costuma presumir. Talvez ainda mais importante, o modelo de monolito deixa de levar em consideração a persistência de conflitos e divergências dentro e entre governo, partido e instituições sociais, apesar de suas estruturas de comando hierárquico.

A autoridade superposta de escritórios do partido e do estado gerava conflito entre dirigentes partidários e do governo. Rivalidades pessoais entre nazistas eminentes aumentavam a confusão administrativa do Reich. O sistema nazista oferecia abundantes oportunidades para homens arrogantes exercerem o poder e dominarem outros. Havia disputas sobre jurisdição, competência e decisões políticas, enquanto funcionários do governo e do partido manobravam em busca de poder, procurando expandir os impérios burocráticos sob seu controle. Historiadores criaram o termo "policracia" para descrever o emaranhado administrativo de jurisdições superpostas, escritórios proliferando, e autoridades competindo.

Um caso pertinente foi o atrito entre a Câmara de Cultura (*Reichskulturkammer*), do Ministério da Propaganda de Goebbels, e a Associação Cultural do Partido Nacional socialista, sob o comando de Alfred Rosenberg (1893-1946), em questões de jurisdição e política cultural. Aqui, como em outras áreas, os órgãos do governo tendiam a assumir posições mais realistas do que os órgãos do partido, mais fanáticos e inflexíveis em termos ideológicos. Rosenberg, autor de um pomposo panfleto ideológico, *O mito do século XX* (1930), queria reformular a espiritualidade alemã de acordo com a ideologia racial nazista; Goebbels, o realista pragmático, estava mais interessado em alcançar objetivos políticos imediatos e projetar um programa cultural que alcançasse o maior número de pessoas.

Rosenberg também chefiava a Divisão de Política Externa do partido. Nesse cargo, teve vários atritos com o assessor para questões de política externa de Hitler, o arrogante e ambicioso Joachim von Ribbentrop (1893-1946), que por sua vez esnobava e ignorava o pessoal do Ministério das Relações Exteriores, ao conduzir algumas das iniciativas diplomáticas do Führer, em meados da década de 1930. Promovido a ministro do Exterior em 1938, Ribbentrop também teve atritos com Goebbels na questão das notícias e propaganda no exterior. A rivalidade entre diplomatas de carreira no Ministério do Exterior e os homens do partido levados por Ribbentrop também era evidente. Schacht e Goering tinham conflitos freqüentes por questões econômicas. Como Comissário do Plano de Quatro Anos, Goering interferia nas atividades dos Ministérios da Economia, Agricultura, Trabalho e Transporte. Como ministro da Aviação e comandante da Luftwaffe, ele teve conflitos com o Almirante Erich Raeder (1876-1960), comandante da marinha. Depois da guerra, Otto Dietrich, que tinha o cargo de Chefe de Imprensa do Reich (e se envolveu em disputas de jurisdição com Max Amann, diretor da Câmara de Imprensa do Reich, e com as autoridades da Divisão de Imprensa do Ministério do Exterior), alegou que Hitler deliberadamente cultivava a rivalidade entre seus subordinados, a fim de concentrar todo o poder em suas mãos.

O caos administrativo, no entanto, era menos um produto de uma estratégia deliberada de "dividir para controlar", e mais um resultado do princípio da liderança personalizada nazista, que tendia a fazer com que os detentores de cargos fossem poderosos e independentes, e da indiferença de Hitler ao processo formal ou detalhe administrativo. O uso de decretos secretos do Führer e o recurso aos *Sonderbeauftragte* (representantes especiais) e organizações *ad hoc* para formular e projetar políticas determinadas minavam a legislação e a administração ordenada. De um modo geral, no entanto, esboços das leis eram encaminhados aos órgãos e ministérios envolvidos, todas as divergências sendo superadas antes que Hitler tomasse a decisão final. A prática de deixar os rivais brigarem, para conhecer o vencedor, era compatível com os princípios do darwinismo que prevaleciam no partido. De qualquer forma, a burocracia do governo foi perdendo importância, à medida que aumentava o poder do partido e da S S. O ministério não tornou a se reunir depois de 1937. Durante a guerra, o poder se acumulou nas mãos de Heinrich Himmler, chefe da SS, e de Martin Bormann (1900-45), que era chefe da chancelaria do partido e controlava o acesso direto a Hitler.

Estratégias e pressões de integração

O partido oferecia um caminho para o poder e a riqueza aos homens ambiciosos. Ao proporcionar oportunidades para um rápido progresso, independentemente da origem social, o regime nazista criou uma nova espécie de meritocracia, em que a força do compromisso com o partido e sua ideologia era a condição prévia mais importante para a participação na nova elite. Foram criadas escolas especiais para treinar os futuros líderes do partido. As de maior prestígio eram as *Ordensburgen*, quatro academias militares

localizadas em castelos medievais e operadas pela Frente Alemã do Trabalho. Os jovens aspirantes a líderes eram conhecidos como *Junkers*, o termo tradicional para os jovens aristocratas.

As SS também desfrutavam de um prestígio crescente como um veículo para o poder e o sucesso. Ofereciam a jovens das classes inferiores, com as qualificações físicas e de temperamento, a oportunidade de conviver com aristocratas e obter o tipo de prerrogativas da elite que antes só eram acessíveis aos bem-nascidos. Os oficiais das SS eram preparados na *Junkerschule*, em Bad Tölz, na Baviera. Ao criar uma nova elite, aberta a todos os alemães de "sangue puro", com base nos dotes genéticos e convicções nacionalistas, os nazistas pareciam cumprir a promessa de acabar com a comunidade nacional de privilégio e preconceito baseada nas classes.

O dinamismo e energia dos nazistas pareciam contagiosos, criando um efeito de arrastão, que se somava às pressões para fazer com que todos se conformassem. A propaganda insistente, através do rádio, cinema e imprensa, fazia sua parte para superar as resistências latentes na população. Através de filmes inovadores, como *Triunfo da vontade*, de Leni Riefenstahl (n. 1902), um documentário da reunião do Partido Nazista em 1934, os nazistas projetavam a imagem de um movimento poderoso, coeso e emocionante, dedicado à renovação do *Volk*. A participação sem muito ânimo na euforia da reconstrução nacional tornou-se mais e mais suspeita. Embora a "saudação alemã" *Heil Hitler* fosse obrigatória por lei apenas para os membros do partido e funcionários do estado, o fato de não usá-la em público marcava a pessoa como uma tião-confirmista política, sujeitando-a a perseguições e menosprezo. Um crime ainda mais grave era o de não oferecer a saudação de Hitler (o braço estendido) quando era tocado o hino nacional ou o hino nazista, *Die Fahne Hoch* (A Bandeira no Alto). Essa resistência simbólica sem dúvida ocorria, mas era preciso muita coragem, no contexto do entusiasmo e intolerância gerados pelo "despertar nacional". E preciso também lembrar que toda a iniquidade do; nazismo só se tornou evidente pouco a pouco. Apesar das advertências de vozes da esquerda, poucos alemães esperavam que a revolução nacional culminasse em guerra e genocídio. Apenas em retrospectiva é que se torna evidente que, como disse o historiador Alan Beyerchen, "a única reação honrosa ao nacional-socialismo era um desafio sem concessões".

Coação e consenso

A mobilização da sociedade alemã foi o resultado de coação e consenso. Não se deve subestimar nem o poder coercitivo dos nazistas nem o apoio popular. A Gestapo (o nome deriva das primeiras sílabas de *Geheime Staatspolizei*, a polícia secreta do estado) era a instituição incumbida de investigar a oposição política e impor as leis raciais alemãs, que passaram a incluir, depois das Leis de Nuremberg, de 1935, uma proibição às relações sexuais entre alemães e judeus. Durante a guerra, as relações sexuais entre alemães e trabalhadores estrangeiros também se tornaram ilegais. O sistema de vigilância era muito extenso e se pensava que a Gestapo tinha agentes e informantes pagos por toda parte. Na verdade, porém, sua equipe e recursos eram insuficientes para realizar a tarefa que lhe fora confiada sem a cooperação voluntária de amplos setores da população. Por causa da Gestapo e de outras instituições repressivas, operando no contexto de um amplo consenso público, não havia necessidade do uso em larga escala de força ou coação para impor controles totalitários.

As denúncias apresentadas voluntariamente por representantes do público foram a base da eficiência do sistema de vigilância. Embora decretos promulgados em 1933 e 1934 tornassem ilegais as críticas "maldosas" contra o governo e o partido, e uma lei de agosto de 1938 considerasse crime qualquer declaração que enfraquecesse a vontade do povo de lutar contra seus inimigos, nenhuma lei jamais exigiu que os cidadãos denunciassem uns aos outros. Contudo, centenas de regulamentos, como a proibição durante a guerra de escutar transmissões de rádio do exterior, só poderiam ser cumpridas se os cidadãos estivessem dispostos a denunciar. Contudo, os motivos principais para as denúncias não eram o fanatismo ideológico, nem o medo de represálias da Gestapo, mas sim o oportunismo, conformismo, rivalidades profissionais, ressentimentos pessoais e brigas entre vizinhos. Características humanas, muito humanas, ajudaram a garantir a integração voluntária da maioria dos alemães na sociedade totalitária.

O mito do Führer

O mito do Führer, de um líder sábio e onisciente, que sabia o que era melhor para a Alemanha, também serviu como um poderoso instrumento de integração. Suas principais funções eram a de gerar entusiasmo pelo regime e ocultar as contradições sociais latentes. Hitler era considerado como a personificação da "comunidade nacional", o líder que transcendia aos interesses regionais e à política cotidiana, para se tornar a garantia da união nacional. Creditava-se a ele a recuperação econômica e a restauração do prestígio da Alemanha na área internacional. Ironicamente, ele era percebido como um "moderado", que defendia a ordem e a moral contra os fanáticos em seu próprio partido.

O "mito de Hitler" não foi apenas um produto de distorção e manipulação. Um dos motivos para o sucesso da propaganda nazista foi a habilidade com que manipulou necessidades, valores e atitudes já existentes na população em geral. O culto à personalidade de Hitler derivava de décadas de anseio popular por uma liderança carismática que superasse as divisões na sociedade alemã e levasse a nação unificada para a grandeza que merecia e que outrora conhecera. O culto do Führer beneficiou-se da repulsa popular contra a política sectária e de interesses especiais dos anos de Weimar, a fraqueza da democracia "sem liderança", e a irresponsabilidade de burocratas anônimos. A salvação nacional só parecia possível, como Ian Kershaw escreveu, "com um líder que possuísse poder pessoal e estivesse disposto a assumir responsabilidade pessoal... parecendo impor seu poder pessoal à própria força da história".

Mas a vontade do Führer só podia efetuar mudanças que também fossem motivadas pelos medos e aspirações da sociedade alemã. A autoridade de Hitler baseava-se na premissa pseudodemocrática de que ele representava e manifestava a vontade do povo. A maioria de seus partidários percebia o Führer não como um ditador, mas como o executor da vontade nacional. A propaganda nazista apresentava-o como um homem do povo que se distinguira por bravura no front durante a guerra. Ele era reverenciado como chanceler realmente populista, que tinha no coração os interesses das "pessoas comuns". As ambições pessoais do Führer pareciam completamente ofuscadas por sua dedicação inflexível à causa alemã. Enquanto os chefes do partido nos escalões inferiores eram com frequência o alvo de ressentimentos populares, continuava a crescer a popularidade de Hitler. Boa parte de sua popularidade era decorrente da recuperação econômica, que até 1939 melhorou as condições de vida da maioria dos alemães, apesar da tensão entre produção para consumo e produção para a guerra, e da contradição básica entre a arcaica ideologia dos nazistas e suas políticas econômicas pragmáticas. A outra grande fonte da popularidade do Führer foi seu fantástico sucesso na esfera externa. Uma improvável sucessão de triunfos diplomáticos e militares proporcionou-lhe uma aura de infalibilidade que não desapareceu nem mesmo nos estágios finais da guerra.

Uma explicação para o sucesso da propaganda nazista é a de que expressava um consenso ideológico já consolidado de oposição ao marxismo, democracia, as injustiças de Versalhes, e a suposta subversão dos judeus. A demonização e perseguição dos judeus funcionou como um método negativo de integração da comunidade alemã no *Volk*. Embora o antissemitismo não fosse a fonte principal da popularidade de Hitler, sua campanha brutal para remover os judeus da sociedade alemã não diminuiu nem um pouco seu apelo para a grande massa da comunidade. Muitos alemães aproveitaram com a maior desfaçatez as novas oportunidades, criadas pela eliminação da concorrência judaica na economia nas atividades profissionais. "

10. Perseguição dos Judeus, 1933-39

Os judeus tornaram-se as vítimas primárias da perseguição nazista no Terceiro Reich. Cerca de 5000 judeus viviam na Alemanha na ocasião em que Hitler subiu ao poder. Representavam apenas três quartos de um por cento da população alemã de 67 milhões de habitantes. Os nazistas usaram a representação desproporcional de judeus em determinados setores da economia, as profissões liberais e a indústria de diversões para dar credibilidade à teoria da conspiração, segundo a qual os judeus controlavam a economia, a sociedade e a cultura alemãs, sob o "sistema de Weimar". O antissemitismo nazista explorava os sentimentos de inveja, especialmente na depressão e entre a classe média, que formava o grosso do eleitorado.

Medidas antijudaicas depois que os nazistas alcançaram o poder

Depois de obterem plenos poderes legislativos, através da Lei de Exceção, em março de 1933, os nazistas cumpriram sua promessa de remover os judeus da vida pública. Em contraste com as disposições para a reforma social e econômica, que foram ignoradas na prática, as disposições antissemitas do programa nazista foram convertidas em lei. A legislação antissemita pode ter sido usada para desviar a atenção pública da ausência de uma verdadeira reforma social e econômica. A Lei do Serviço Público, de 7 de abril de 1933, afastou dos órgãos do governo todas as pessoas que não tinham "descendência ariana", definidas como pessoas que tinham um ou mais pais ou avós judeus. Esse chamado "parágrafo ariano" da Lei do Serviço Público passou a ser bastante aplicado pelas organizações profissionais, antes mesmo que os judeus fossem legalmente excluídos das atividades. No curso da *Gleichschaltung*, em 1933-34, os judeus foram excluídos do trabalho na educação, indústria de diversões, artes, jornalismo e mercado financeiro. Médicos e dentistas judeus foram afastados dos convênios de seguro de saúde e perderam o direito de tratar seus clientes pelo sistema nacional de saúde. A prova de "descendência ariana" acabou sendo exigida por lei até mesmo para a participação em clubes atléticos. Um decreto de fevereiro de 1934 fez com que a descendência ariana fosse um requisito prévio para o serviço na Wehrmacht (depois das Leis de Nuremberg, de 1935, homens de descendência mista tiveram permissão para servir como soldados alistados). Os judeus foram proibidos de possuir terras agrícolas e de negociar com gado. Em abril de 1933, foi restringida a matrícula de judeus nas escolas secundárias e universidades alemãs. O número de judeus matriculados não deveria exceder a proporção de judeus no total da população. As medidas para vedar o acesso dos judeus às universidades foram logo ampliadas. Depois de julho de 1934, os estudantes de direito judeus não podiam mais fazer o exame de qualificação para o exercício da advocacia. Um decreto similar contra os estudantes de medicina judeus foi promulgado em fevereiro de 1935.

As Leis de Nuremberg

A campanha legislativa para excluir os judeus da sociedade alemã alcançou um clímax preliminar com as duas Leis de Nuremberg, anunciadas na reunião anual do Partido Nazista, em setembro de 1935, e aprovadas pelo *Reichstag* por aclamação. A Lei de Cidadania do Reich reduziu os judeus à situação de súditos estrangeiros, sem qualquer direito político. Os judeus não tinham mais permissão para se intitular alemães. A Representação dos Judeus Alemães no Reich (*Reichsvertretung der deutschenjuden*), a organização judaica fundada em 1933, sob a liderança de Leo Baeck (1873-1956) para combater o antissemitismo nazista, foi obrigada a mudar de nome, para Representação dos Judeus da Alemanha no Reich. Um Certificado de Descendência, popularmente chamado de *Ariernachweis* (certificado ariano), era uma condição prévia de cidadania alemã. Os judeus também foram proibidos de hastear a bandeira alemã, oferecer a saudação de Hitler ou exibir qualquer outra manifestação de participação na comunidade alemã.

A segunda Lei de Nuremberg, conhecida como "Lei para a Proteção do Sangue e Honra Alemães", proibia o casamento e relações sexuais entre judeus e alemães étnicos. Havia uma sentença de prisão compulsória para os homens envolvidos nas violações. Os medos sexuais que abasteciam o racismo e o antissemitismo ficaram evidentes no dispositivo que proibia os judeus de contratarem empregadas domésticas de descendência alemã com menos de 45 anos de idade. Em novembro de 1935, um decreto complementar à "Lei para a Proteção do Sangue Alemão" estendeu a proibição de casamento e relações sexuais a outras pessoas de "sangue estrangeiro", com a indicação expressa de "ciganos, negros e seus bastardos".

Como definir um judeu tornou-se o tema de discussões burocráticas, resultando em regulamentos de uma complicação ridícula. O "parágrafo ariano" da Lei do Serviço Público, de abril de 1933, não fazia distinção entre ancestrais judeus plenos e parciais. Mas funcionários do governo e do partido não conseguiam concordar se era o "sangue" ariano ou o judeu que predominava em pessoas de ancestrais mistos. Algumas autoridades do partido queriam que pessoas de descendência judaica parcial ficassem sujeitas às mesmas leis que os judeus totais (como na Lei do Serviço Público), enquanto algumas autoridades do Ministério do Interior defendiam um tratamento mais favorável para as pessoas em que o "sangue" alemão predominava. Em novembro de 1935, o Ministério do Interior emitiu um corolário para as

Leis Raciais de Nuremberg, definindo um judeu como qualquer pessoa que descendesse de pelo menos três avós judeus (em contraste com a Lei do Serviço Público, que definia "não-arianos" como aqueles que descendiam de um ou mais avós judeus). Pessoas com apenas dois avós judeus eram classificadas também como judeus, como se pertencessem à comunidade religiosa judaica ou fossem casados com judeus. Apesar de todos os esforços para desenvolver os critérios "raciais" para determinar quem era judeu, até mesmo alguém cujos quatro avós não fossem judeus era considerado judeu, se integrava a comunidade religiosa judaica. Isso era coerente com a noção há muito cultivada pelos antissemitas de que, em casos de dúvida, a ideologia proporcionava um teste confiável de "sangue judeu".

Foram criadas duas categorias para pessoas de origem mista. A primeira categoria, "*Mischling* do primeiro grau", incluía qualquer pessoa com dois avós judeus que não pertencia à religião judaica e não tinha cônjuge judaico. Uma pessoa com um só avô judeu era considerada *Mischling* do segundo grau". Foram formulados regulamentos separados de casamento para cada categoria. Um "*Mischling* do primeiro grau" precisava do consentimento oficial para casar com um alemão ou um "*Mischling* do segundo grau". O casamento com outro "*Mischling* do primeiro grau era permitido", assim como o casamento com um judeu, mas neste caso o *Mischling* passaria a ser classificado como um judeu. Um "*Mischling* do segundo grau", por outro lado, não precisava de permissão especial para casar com um alemão, mas estava proibido de casar com um judeu ou outro "*Mischling* do segundo grau"; e precisava de permissão especial para casar com um "*Mischling* do primeiro grau". As pessoas das categorias mistas continuavam excluídas do serviço público: do partido, e só podiam servir no exército como soldados comuns.

As Leis de Nuremberg legalizaram um sistema de segregação e para todos os efeitos, reduziram os judeus que permaneceram na Alemanha à situação legal da era pré-emancipação. As Leis de Nuremberg também acarretaram uma ampla variedade de regulamentos discriminatórios, em nível local e regional. Posturas municipais e distritais proibiram os judeus de frequentar cinemas ou usar piscinas públicas, parques e outras instalações recreativas. Pequenas cidades e vilas afixaram cartazes que anunciavam "Judeus Não São Bem-vindos Aqui". Embora o boicote nacional aos comerciantes judeus fosse suspenso depois de um dia, a pedido das autoridades econômicas do Reich, os boicotes muitas vezes continuaram em nível local. Funcionários públicos, membros do partido e membros das SA eram proibidos de entrar em lojas de judeus. As medidas punitivas atingiam até mesmo alemães que tinham muitos amigos judeus. Os contratos e obras públicas, por exemplo, eram vedados aos empreiteiros que faziam negócios com judeus. O fluxo incessante de propaganda e legislação teve um efeito inevitável nas relações sociais informais. Em termos diários, por incontáveis maneiras, os judeus se defrontavam com agressões à sua auto-estima. Os judeus foram condenados a uma espécie de "morte social". Até mesmo as pessoas que não se sentiam predispostas contra os judeus abandonavam todo e qualquer contato social, com medo do ostracismo e do repúdio público. Embora os casamentos existentes não fossem afetados pelas Leis de Nuremberg, muitos alemães optaram por se divorciar de cônjuges judeus.

Se, apesar de tudo isso, alguns membros da comunidade judaica encararam as Leis de Nuremberg com um certo senso de alívio, foi porque pareciam proporcionar uma base legal para a continuação da existência dos judeus na Alemanha, mesmo que apenas como uma minoria em instituições segregadas. A comunidade judaica continuava tendo permissão para operar suas escolas, jornais, serviços de saúde, e instituições culturais. Recursos públicos ainda eram usados para pagar os salários dos professores. Embora não lhes fosse permitido exibir a suástica, os judeus podiam exibir a estrela-de-davi. Embora poucos judeus alemães ainda achessem a esperança de que o regime nazista seria de curta duração, muitos esperavam que as Leis de Nuremberg, apesar de suas disposições discriminatórias, acabassem com a violência fortuita, intermitente e extralegal que os membros do partido e das SA desfechavam contra os judeus, desde que Hitler subisse ao poder. As autoridades, muitos esperavam, passariam a controlar as indignidades cometidas pelos baixos escalões. Por algum tempo, a violência física contra os judeus até declinou, em parte como resultado dos esforços do regime para projetar uma imagem de normalidade para o mundo, durante os Jogos Olímpicos de 1936, em Garmisch-Partenkirchen e Berlim. Em deferência ao fluxo esperado de visitantes estrangeiros, as demonstrações antissemitas públicas foram proibidas em janeiro de 1936.

Escalada das medidas antijudaicas

Mesmo no ano olímpico, porém, continuou o fluxo de decretos e regulamentos antissemitas, totalizando mais de 20 no curso da era nazista. Em março de 1936, foi suspensa a ajuda de custo familiar para famílias judias com mais de um filho. Em outubro de 1936, os professores judeus foram proibidos de dar aulas a alunos não-judeus, mesmo em caráter particular. Depois dos Jogos Olímpicos, os nazistas tornaram a intensificar sua campanha contra os judeus. A 15 de abril de 1937 os judeus foram proibidos de se formar nas universidades alemãs, em qualquer área. Um decreto secreto de 12 de junho de 1937 estipulava que os judeus condenados pela violação da lei contra as relações sexuais com alemães seriam internados num campo de concentração, depois de cumprirem a sentença de prisão.

O ano de 1938 trouxe uma nova onda de legislação antissemita, visando forçar os judeus a deixarem a Alemanha e a identificar e segregar os que permanecessem. A intensificação da campanha antijudaica podia estar ligada aos preparativos para a guerra. Convencidos de que os judeus haviam minado o esforço de guerra alemão na Primeira Guerra Mundial, eminentes nazistas queriam ter certeza de que a Alemanha não enfrentaria uma oposição interna no caso de reinício das hostilidades. Os sucessos da política externa alemã e a crescente autosuficiência econômica também faziam com que a Alemanha se tornasse menos vulnerável a uma retaliação estrangeira. Em julho de 1938, médicos e advogados judeus foram obrigados a fechar seus consultórios e escritórios. Apenas uma minoria de médicos e advogados pôde continuar na profissão, e mesmo assim atendendo exclusivamente clientes judeus. A fim de impedir que pudessem passar por alemães, os judeus foram proibidos de assumir "nomes alemães", enquanto pais de descendência ariana eram proibidos de dar a uma criança um nome que parecesse judeu. O Ministério do Interior elaborou uma lista de nomes permitidos e proibidos. Em agosto de 1938, o Ministério do Interior ordenou que todos os judeus que não tivessem um prenome tipicamente judeu acrescentassem a ele "Sara" ou "Israel". Os judeus eram obrigados a andar com um cartão especial de identificação e a mostrá-lo em lugares oficiais, mesmo que não fosse pedido. Em outubro de 1938, as autoridades alemãs passaram a carimbar a letra J nos passaportes de judeus alemães. Essa medida foi adotada por causa da ameaça do governo suíço de não reconhecer mais os vistos de saída alemães, a menos que os refugiados judeus fossem identificados.

A "arianização" das empresas judaicas

Em 1938, os nazistas também aumentaram seus esforços para eliminar os judeus da economia alemã. Em 1933, cerca de 60 por cento dos judeus alemães ganhavam a vida através de empresas comerciais e atividades financeiras. Os judeus nessa área (ao contrário dos profissionais liberais) foram menos afetados pela *Gleichschaltung*, nos primeiros anos do regime nazista, por causa das consequências potencialmente prejudiciais para a economia. A expulsão imediata de todos os judeus da vida econômica alemã teria arruinado os esforços para reduzir o desemprego e causaria a maior confusão na produção e distribuição de bens e serviços. Algumas empresas relutavam em afastar os judeus de cargos em que suas habilidades e qualificações eram necessárias. Não houve qualquer decreto oficial determinando que as empresas despedissem os empregados judeus, até 1938. As lojas pertencentes a judeus desempenhavam um papel vital na economia de varejo. Por isso, os nazistas optaram por uma transferência gradativa de empreendimentos judeus para as mãos de alemães. Esse processo de "arianização", a venda de empresas judaicas para compradores não-judeus, permaneceu nominalmente voluntária até o pogrom da *Reichskristallnacht*, em novembro de 1938. Mas muito antes que a arianização se tornasse compulsória, a pressão sobre os empresários judeus se tornara tão grande que eles eram obrigados a vender.

As pressões partiam de órgãos do partido, autoridades municipais e empresários oportunistas, interessados em adquirir propriedades de judeus a um custo mínimo. Através de ameaças, chantagem e violência ostensiva, os judeus eram obrigados a vender suas empresas, casas, bens valiosos e automóveis, por uma fração do verdadeiro valor de mercado. Os bancos alemães obtinham grandes lucros com as comissões dessas transações, além dos juros de empréstimos para os compradores. Um passo significativo para a arianização compulsória foi o decreto de abril de 1938 exigindo que os judeus registrassem todos os seus bens que valessem mais de 50 marcos. Em julho de 1938, os judeus foram proibidos de participar de

inúmeras atividades comerciais, inclusive corretoras de imóveis, agências de referências creditícias, firmas de investimentos, agências matrimoniais e empresas construtoras.

O pogrom da Reichskristallnacht

A crescente radicalização da política antijudaica em 1938 culminou no pogrom conhecido como *Kristallnacht* (Noite de Cristal), em 9-10 de novembro. O termo deriva dos cacos de vidro que se espalharam pelas ruas na frente das casas, lojas e sinagogas atacadas, nas cidades grandes e pequenas, por todo o país, na madrugada de 10 de novembro. Esse pogrom com patrocínio oficial foi o momento decisivo na política alemã em relação aos judeus. Exultante com seu triunfo na crise da Tchecoslováquia (ver Capítulo 11), e talvez encorajada pela relativa ausência de reação da opinião mundial à legislação antijudaica até aquele momento, a liderança nazista aparentemente concluiu que não havia mais qualquer necessidade de comedimento ou mesmo de manter a aparência de legalidade no tratamento dispensado aos judeus na Alemanha.

Os judeus foram privados das últimas proteções legais e se tornaram lukeitos à violência física das turbas organizadas pelos nazistas. Essa re:áida no barbarismo, com o mais destrutivo pogrom na Europa Central desde o séculoXV, assinalou a transição para a violência física legalizada : renunciou a aniquilação iminente. Os acontecimentos que levaram ao pogrom de novembro foram o resultado de políticas antijudaicas anteriores na Alemanha e na Polônia. Depois que os Acordos de Munique resolveram a crise tcheca, com van:agem para a Alemanha, em outubro de 1938, o governo polonês, temendo o retorno à Polônia de cerca de 500 judeus poloneses que viriam na Alemanha e na Áustria, promulgou um decreto em que revogara seus passaportes poloneses, a partir de 31 de outubro. O governo alemão decidiu então expulsar todos os judeus poloneses, antes do prazo de 31 de outubro. No dia 26 de outubro, as SS transportaram os judeus em trens até a fronteira, obrigando-os a seguirem a pé para o território polonês. As autoridades polonesas, no entanto, recusaram-se a aceitar os deportados, retaliando com medidas repressivas contra os alemães que viviam na Polônia. Por isso, as SS suspenderam novas deportações, a 29 de outubro. A maioria dos 170 deportados se encontrava numa terra de ninguém, incapaz de entrar na Polônia ou de voltar à Alemanha.

Entre os deportados agora sem casa e sem país, na área da fronteira polonesa, estava a família Grynszpan, que emigrara para a Alemanha em 1911. Suas duas filhas haviam nascido na Alemanha. No dia 3 de novembro, o filho de 17 anos dos Grynszpans, Hershel, que vivia em Paris, sem um passaporte válido e sem visto para o regresso à Alemanha, soube por um cartão-postal da situação crítica da família. A 7 de novembro, desesperado com o sofrimento de sua família e de seu povo, ele comprou um revólver e munição. Foi até a embaixada alemã e pediu para falar com o embaixador. Foi encaminhado ao terceiro-secretário da legação, Ernst vom Rath. Grynszpan disparou cinco tiros no diplomata alemão. Vom Rath morreu dos ferimentos na noite de 9 de novembro.

Os nazistas apressaram-se no mesmo instante a explorar o assassinato. Os jornais apresentaram-no como um ataque do "judaísmo internacional" contra o Reich. O pogrom iniciado por volta de meia-noite de 9 de novembro foi orquestrado por Goebbels, o ministro da propaganda. Já no dia 7 de novembro os editores dos jornais alemães receberam a instrução de dispensar o máximo de publicidade ao atentado.

As notícias e editoriais deveriam responsabilizar a "camarilha de emigrantes judeus" pelo acontecimento, cujas conseqüências seriam suportadas pelos judeus na Alemanha.

O dia 9 de novembro era o 15º aniversário da malograda tentativa de *putsch* de Hitler em 1923. A reunião anual dos "velhos guerreiros" em Munique, nessa data, proporcionou a Goebbels a oportunidade de acionar o pogrom, ao mesmo tempo em que mantinha a ficção de que as ações antijudaicas eram manifestações espontâneas da ira popular. Goebbels aproveitou a ocasião para uma frenética tirada antissemita. Disse aos membros do partido reunidos que o povo alemão exigia vingança. O partido, ressaltou ele, não podia preparar nem organizar demonstrações contra os judeus, mas nada faria para impedi-las, se por acaso ocorressem. Uma investigação interna do partido sobre os acontecimentos de 9-10 de novembro

confirmou mais tarde que os presentes entenderam que deveriam promover o pogrom, mas sem aparecerem publicamente como seus organizadores.

A notícia espalhou para os órgãos do partido e das SS por todo o país, desencadeando uma orgia de sadismo e destruição. Trinta e cinco judeus foram mortos durante a noite. Muitos outros cometeram suicídio ou morreram mais tarde, em consequência dos ferimentos. Sinagogas, lojas e casas de judeus foram saqueadas, incendiadas e depredadas; 177 sinagogas e cerca de 70 lojas (inclusive inúmeras que não pertenciam mais a judeus, mas haviam mantido seus nomes, anteriores) foram destruídas. A polícia recebeu ordens para não interferir, exceto para prevenir a pilhagem e evitar ataques contra propriedades de não-judeus. Os saques ocorreram mesmo assim. Mais tarde, a polícia realizou batidas contra membros suspeitos do partido, a fim de tentar recuperar os bens desaparecidos. Por ordens de Reinhard Heydrich (1904-42), chefe do Serviço de Segurança (SD) das SS, arquivos valiosos de judeus foram confiscados e milhares de homens judeus levados para uma "custódia protetora", em campos de concentração. Cerca de 300 judeus presos depois de 9 de novembro foram internados em Dachau, Sachsenhausen e Buchenwald, um campo construído perto de Weimar, no verão de 1937. A libertação só seria obtida se a família de cada um tomasse medidas para emigrar.

Por instrução de Goebbels, a imprensa justificou o pogrom como uma explosão atrasada da indignação popular contra a perfídia dos judeus. A maior parte da população alemã, no entanto, desaprovou o pogrom, pelo menos por causa do rompimento da lei e da ordem e dos extensos danos à propriedade. Alguns líderes do partido também ficaram preocupados com a escalada da destruição e seu impacto sobre a economia. No dia 10 de novembro, o *Völkischer Beobachter*, o jornal oficial do partido, exortou o povo a renunciar a ações adicionais, prometendo que as reparações pela morte de Vom Rath seriam agora alcançadas por via legislativa. Dois dias depois, a 12 de novembro, Hermann Goering, como chefe do Plano de Quatro Anos, convocou uma reunião de autoridades do partido e do governo para avaliar os resultados do pogrom. "Não you admitir uma situação erh que as companhias seguradoras (alemãs) é que vão sofrer", declarou ele. Goering também anunciou que o Führer lhe pedira para resolver a questão judaica de uma vez por todas, através de uma ação decidida coordenada. O objetivo deveria ser a total eliminação dos judeus da economia, o mais depressa possível, para que não houvesse mais necessidade de manifestações que causavam danos a propriedades.

A arianização tornou-se agora compulsória por lei. De cerca de 1000 empresas pertencentes a judeus na Alemanha em 1933, em torno de 400 ainda existiam na ocasião do pogrom de novembro. A partir de 1 de janeiro de 1939, os judeus foram oficialmente proibidos de ter seus próprios negócios. A arianização das grandes empresas ficou a cargo do Ministério da Economia; as menores foram postas sob a jurisdição de órgãos governamentais locais e regionais. Goering queria que os lucros da arianização fossem para o estado, não para o partido, como Goebbels preferia. O estado também confiscou os fundos dos seguros que eram devidos às vítimas do pogrom. A comunidade judaica foi considerada responsável não apenas pelos danos sofridos, mas também recebeu uma multa coletiva de um bilhão de marcos.

Na esteira do pogrom da *Kristallnacht*, foram adotadas várias medidas, numa enxurrada de decretos, para separar os judeus em todos os setores da vida pública. Medidas restritivas antes vigentes apenas em termos locais e regionais se tornaram nacionais por lei. Os judeus foram proibidos de entrar nos parques alemães, florestas, teatros, concertos ou exposições de artes plásticas. A 15 de novembro, proibiram-lhes cursar escolas alemãs. Em dezembro de 1938, os judeus foram proibidos de ter um automóvel. A emigração forçada tornou-se agora uma política oficial do Reich. Os judeus não seriam mais tolerados como uma minoria isolada na Alemanha; deveriam ser completamente removidos. Em 1939, os nazistas acabaram com os últimos vestígios de independência da comunidade judaica para conduzir suas atividades culturais, educacionais e sociais. As publicações judaicas foram proibidas e suas organizações passaram a ter um controle direto da Gestapo. A vida dos judeus na Alemanha deveria ser eliminada.

Emigração judaica

O objetivo geral da política nazista, na década de 1930, era pressionar os judeus a deixarem a Alemanha. Mas não havia unanimidade no partido sobre a maneira como isso deveria ser realizado. Uma facção, concentrada em grande parte nas SA e tipificada pelo fanático *Gauleiter* de Nuremberg, Julius Streicher (1885-1946), editor do tablóide bissemanal antisemita *Der Stürmer*, insistia em métodos violentos para expulsar os judeus da sociedade alemã. Quase imediatamente depois que Hitler se tornou chanceler, começou o terror nas ruas e o vandalismo patrocinados pelas SA, tendo os judeus como alvos primários. Foi em grande parte para apaziguar os contrariados militantes das SA que Hitler autorizou o boicote nacional contra lojas pertencentes a judeus, bem como advogados e médicos judeus, em abril de 1933. Streicher foi designado por Hitler para dirigir o comitê de planejamento do boicote nacional. O propósito anunciado era o de retaliação contra boicotes de produtos alemães no exterior, promovidos por judeus. Depois do fim do boicote, continuaram as agressões físicas contra judeus isolados e as depredações de estabelecimentos judeus, em termos esporádicos, sem sanção oficial. Os responsáveis, no entanto, geralmente escapavam da prisão ou de um processo.

Alguns nazistas criticavam a campanha de violência física das SA, não por motivos humanitários, com certeza, mas porque isso prejudicava a disciplina e a ordem, causava danos à propriedade, acarretava acusações ocidentais de abusos contra os direitos humanos, convidava a medidas retaliatórias, e parecia uma maneira ineficaz e contraproducente de livrar a Alemanha de sua população judaica. Hjalmar Schacht e mais tarde Hermann Goering, na condição de chefe do Plano de Quatro Anos, deploraram o impacto adverso sobre a economia alemã do vandalismo contra lojas e outros estabelecimentos judeus. Alguns líderes das SS também consideraram que as atividades terroristas das SA e de arruaceiros do partido eram toscas e ineficientes. Orgulhavam-se de seu profissionalismo superior e se empenhavam em promover a emigração numa base mais racional e sistemática.

Os maiores obstáculos para a emigração dos judeus da Alemanha eram as dificuldades para obter vistos de entrada em outros países, assim como as rigorosas limitações sobre moeda alemã, moedas estrangeiras, e pertences pessoais que podiam ser levados para fora do país. Muitas nações européias haviam instituído barreiras de imigração e restrições de moeda como uma forma de reagir à Grande Depressão. Uma taxa de fuga já fora instituída pelo chanceler Brüning na Alemanha, pó auge da crise econômica, para estancar a saída de moeda alemã. Os nazistas aumentaram ainda mais as restrições, o que limitava as oportunidades para judeus dispostos a emigrar e reforçava a relutância de outros países em aceitar os refugiados. Até mesmo países sem quotas de imigração antijudaica relutavam em aceitar refugiados judeus indigentes, com medo de que seu sustento pudesse se tornar uma responsabilidade pública. O Paraguai, por exemplo, só aceitava refugiados que estivessem dispostos a comprar terras. As leis francesas e belgas tornavam muito difícil para os estrangeiros ganhar a vida no país. Isso servia muito bem aos propósitos nazistas. Esperavam exportar o antisemitismo, cuidando para que os refugiados judeus fossem considerados um problema social nos países em que fossem recebidos. O governo suíço apresentou o pedido que levou as autoridades alemãs a estampar uma marca de identificação nos passaportes de judeus alemães, em 1938. Mesmo que pudessem pagar a passagem de navio, apenas judeus com prova de emprego ou garantia de apoio financeiro poderiam entrar em países como os Estados Unidos e a Austrália, que tradicionalmente acolhiam bem os estrangeiros imigrantes.

As práticas restritivas americanas na emissão de vistos significaram que menos da metade da quota anual de 260 imigrantes da Alemanha foram admitidos nos Estados Unidos nos anos de 1933 a 1938. O fracasso em conseguir ingresso e as condições inóspitas em países de destino forçaram ou persuadiram cerca de 160 dos 530 judeus que deixaram a Alemanha na primeira onda de emigração, em 1933-34, a voltarem ao Terceiro Reich.

Sob pressão de seus partidários liberais, o presidente Franklin Roosevelt pediu em 1938 uma conferência internacional para tratar do problema dos refugiados judeus. Contudo, além da criação de um Comitê Intergovernamental de Refugiados, para negociar termos de emigração mais favoráveis com os nazistas, a conferência, realizada no balneário francês de Evian-les-Bains, à beira do lago de Genebra, em

julho de 1938, teve resultados mínimos. As autoridades justificaram a inação com a alegação de que não queriam oferecer aos alemães um motivo para aumentar a pressão sobre os judeus para deixarem o país. Os Estados Unidos recusaram-se a incluir na agenda da conferência a questão de suas quotas de imigração, enquanto a Inglaterra recusava-se a discutir a questão da Palestina. Os franceses, por sua vez, estavam mais interessados em encontrar um refúgio para seus próprios refugiados do que em oferecer um refúgio para os judeus alemães. A Alemanha, que apoiava a emigração judaica para a Palestina, mas se opunha à criação de um estado judaico, não participou da conferência. A evidente relutância dos estados em aceitar esses refugiados pode ter estimulado os nazistas a intensificarem as perseguições contra os judeus.

Administrada pela Inglaterra, sob um mandato da Liga das Nações, a Palestina era o principal destino dos refugiados judeus da Alemanha, antes que os britânicos, sob pressão árabe, restringissem a imigração judaica, em 1937. Os britânicos invertiam assim seu apoio anterior ao sionismo, o movimento para criar um estado judeu na antiga terra bíblica de Israel. A comunidade judaica na Alemanha estava dividida entre uma minoria de sionistas e uma maioria de assimilacionistas, judeus que continuavam a se considerar, pelo menos até 1935, como alemães de fé judaica. Ao definir o judaísmo em termos confessionais, a Associação Central de Cidadãos Alemães de Fé Judaica (*Centralverein deutscher Staatsbürger jüdischen Glaubens*), a principal organização de judeus alemães, fundada em 1893, esperava invalidar os argumentos dos racistas, que asseveravam que as diferenças étnicas impediam a completa assimilação judaica na sociedade alemã. Os judeus assimilacionistas achavam que poderiam negociar com o regime para garantir sua continuada existência legal na Alemanha. Os judeus que não haviam sido ativos na esquerda pensavam que poderiam se manter a salvo do terror nazista. A Associação Federal de Soldados Judeus no Front (*Rekhsbundjüdischer Frontsoldaten*) ressaltava que 120 judeus alemães haviam perdido a vida lutando pela Alemanha, na Primeira Guerra Mundial. Até 1938, alguns judeus acreditavam na assimilação e ainda esperavam que poderia haver uma comunidade judaica viável na Alemanha, embora segregada.

Os nazistas, no entanto, favoreciam os sionistas, porque partilhavam sua pressuposição básica de que os judeus constituíam um grupo nacional e étnico separado. As autoridades alemãs permitiam as atividades sionistas na comunidade judaica, na esperança de que os judeus fossem persuadidos a emigrar para a Palestina, em vez de seguirem para um dos países vizinhos da Europa. Até 1935, porém, a Organização Sionista, que operava o Escritório da Palestina, na Alemanha, aceitava para imigração apenas judeus mais jovens, com os tipos de habilidades que seriam necessárias nas colônias judaicas.

A fim de promover a emigração judaica, ao mesmo tempo em que restringia o fluxo de capital judeu, o Ministério da Economia da Alemanha assinou o Acordo de *Ha'ava*, com a Agência Judaica da Palestina, em agosto de 1933. Os judeus alemães emigrantes tinham permissão para usar uma parcela de seus bens na aquisição de produtos alemães, que seriam exportados para a Palestina. Esse acordo estimulou as exportações alemãs e ofereceu a vantagem adicional de neutralizar os esforços para organizar um boicote internacional aos produtos alemães, em protesto contra as perseguições aos judeus. Um acordo similar com os britânicos, em março de 1936, permitiu que os imigrantes judeus aplicassem uma parte de seus recursos na contratação de exportações alemãs para a Inglaterra. As SS também apoiavam os esforços dos líderes sionistas de aumentar a imigração ilegal na Palestina. Cerca de 470 judeus encontraram refúgio na Palestina, legalmente, entre 1933 e 1941, enquanto milhares de outros seguiam para lá ilegalmente.

Depois as restrições para a entrada nos Estados Unidos foram atenuadas. Mas à medida que a guerra se aproximava, o medo crescente da infiltração de espiões nazistas acrescentou outro obstáculo à imigração da Alemanha. Em última análise, no entanto, os Estados Unidos tornaram-se o país mais importante para os refugiados, aceitando mais de 1300 judeus alemães e austríacos. A Inglaterra foi o país da Europa que aceitou a maior quantidade de judeus alemães, mais de 500, no início da guerra. Os britânicos também organizaram um serviço especial de transporte de crianças, a fim de salvar crianças judaicas, depois da *Kristallnacht*.

Papel das SS

As SS empenhavam-se cada vez mais em aumentar o ritmo da emigração judaica. Acabaram tirando o comando do programa do Ministério do Interior. A 24 de janeiro de 1939, Goering assinou uma ordem incumbindo Reinhard Heydrich da tarefa de resolver "a questão judaica pela emigração e evacuação, da maneira mais favorável possível, nas atuais condições". Do final de 1934 em diante, o principal especialista na "Questão Judaica", no Serviço de Segurança (SD) das SS, foi um burocrata insípido chamado Adolf Eichmann (1906-62), que crescera na Áustria, como Hitler. Em 1937 ele viajou para a Palestina, a fim de estudar as possibilidades de aumento da imigração judaica. Sua grande oportunidade veio depois da anexação da Áustria, em 1938. Em agosto desse ano, ele assumiu a direção do recém-criado Escritório Central de Emigração do Reich, em Viena, baseado em seus planos de uma organização centralizada implacável e eficiente para acelerar o processo de emigração. Através de coletas entre os judeus mais ricos e solicitações a organizações judaicas estrangeiras, ele instituiu um fundo que ajudaria os judeus mais pobres, sem condições de pagar os custos de transporte. Ele também usou a ameaça de prisão contra judeus que relutavam em emigrar. Em novembro de 1938, cerca de 500 judeus (de uma comunidade judaica austríaca de 2000) haviam deixado o país, sob pressão. Centros similares de emigração forçada foram abertos em Berlim e na capital tcheca, Praga, depois de sua ocupação pelos alemães, em março de 1939.

Mas as políticas de confisco e as restrições rigorosas que os nazistas impunham ao que as pessoas podiam levar prejudicavam o objetivo de acelerar a emigração. No início de 1939, supostamente para prevenir a violação das restrições aos emigrantes, os judeus foram obrigados a entregar todas as jóias e objetos que tivessem ouro, prata, platina ou pedras preciosas aos escritórios de compra do Ministério da Economia, que só pagavam uma fração do valor real. Taxas cada vez mais punitivas também reduziam os recursos disponíveis para a viagem. Mesmo assim, quase 800 judeus ainda conseguiram deixar a Alemanha, Áustria e a Tchecoslováquia ocupada pelos alemães (onde cerca de 50 judeus alemães haviam procurado refúgio antes) em 1939. No início da guerra, a 1 de setembro de 1939, cerca de metade da população judaica na Alemanha e Áustria já emigrara, muitos para países vizinhos, onde em breve tornariam a cair sob o controle alemão.

11. As origens da Segunda Guerra Mundial

Hitler estava determinado, desde o início de seu governo, a alcançar vários objetivos importantes na política externa: revogação do Tratado de Versalhes, criação de um Grande Reich, com todos os povos que falassem alemão, conquista de *Lebensraum* a leste, e estabelecimento de uma nova ordem na Europa, dominada pela "raça germânica". Ele anunciara esses objetivos com toda franqueza nos dois volumes de *Mein Kampf*. Muitos contavam com um apoio total da elite militar e econômica. Esses objetivos, no entanto, só podiam ser alcançados por estágios, e mesmo assim só se os inimigos potenciais da Alemanha deixassem de tomar providências para impedir o rearmamento e a agressão alemã. Por diversas razões, os líderes das nações vitoriosas na Primeira Guerra Mundial não adotaram essas medidas, enquanto ainda havia uma possibilidade de evitar a guerra. Eles achavam que as responsabilidades do poder haveriam de moderar os objetivos radicais dos nazistas. Estavam convencidos de que a melhor maneira de garantir a paz e a estabilidade na Europa era através de uma política de concessões e apaziguamento.

A política de apaziguamento

"Apaziguamento" é um exemplo interessante de uma palavra cujo significado mudou em decorrência da experiência histórica. As conotações positivas de fazer a paz e acertar as divergências foram obscurecidas pela conotação de fazer concessões para um agressor em potencial. Contudo, a política de apaziguamento adotada pelos líderes britânicos e franceses na década de 1930 não foi uma política de covardia ou passividade diante das ameaças. Era uma política ativa de prevenção da guerra, baseada na premissa de que a Europa não poderia sobreviver a outro banho de sangue, do tipo que ocorrera de 1914 a 1918. As lembranças da Grande Guerra ainda eram muito intensas na década de 1930. Apaziguamento era, pelo menos em parte, o resultado de uma lição da história muito bem aprendida. Ao final da década de 1920, a maioria das pessoas instruídas endossava a opinião de que a Grande Guerra fora um acidente trágico, que poderia ter

sido evitado se as grandes potências não interrompessem o processo diplomático, com um prematuro recurso às armas. Por trás do apaziguamento, havia a convicção de que as divergências entre as nações podiam e deviam ser resolvidas pela negociação, em vez do uso da força. Esse princípio foi incorporado no pacto da Liga das Nações, que comprometia as nações membros a não irem para a guerra antes de submeterem suas divergências à arbitragem.

Um segundo motivo para o apaziguamento foi a crescente desilusão com o Tratado de Versalhes na Inglaterra e, num grau menor, na França. Por volta de 1933, era em geral reconhecido que algumas das queixas da Alemanha eram válidas. Ao final da década de 1920, até mesmo historiadores não-alemães diziam que a culpa pela Grande Guerra não podia ser atribuída somente aos alemães. Alguns líderes britânicos passaram a considerar Versalhes como um instrumento das ambições francesas. Opunham-se à intervenção militar francesa para obrigar os alemães à submissão, com receio de provocarem assim uma nova onda de combates.

Mais importante ainda, Versalhes passou a ser encarado como a causa primária da ascensão dos nazistas. Se o nazismo era uma doença resultante de Versalhes, a modificação de seus termos não acarretaria uma remissão? Os defensores do apaziguamento presumiam que o nacionalismo radical dos alemães diminuiria depois que as legítimas queixas e aspirações nacionais fossem atendidas. Por essa perspectiva, parecia prudente evitar quaisquer ações inclusive o rearmamento-que pudessem provocar uma reação alemã hostil.

Mas o apaziguamento não teria ido muito longe se não fosse por um terceiro motivo importante: o medo do comunismo. O apaziguamento foi a política dos conservadores britânicos e franceses que temiam o comunismo mais do que o fascismo. Sua orientação básica está registrada num lema que chegou a ser usado numa campanha eleitoral britânica: "Melhor Hitler do que Stalin". Nas eleições parlamentares franceses em 1936, os oponentes de direita do candidato socialista Leon Blum até usaram o lema: "Melhor Hitler do que Blum". Por mais que pudessem desprezar o fascismo como um sistema político em seus próprios países, os conservadores britânicos e franceses reconheciam seu valor como um baluarte contra o comunismo na Europa Central. A Alemanha nacional-socialista e a Itália fascista fortes pareciam ser a melhor garantia contra a expansão da influência soviética. Em última análise, os apaziguadores esperavam integrar a Alemanha Nazista numa ordem européia estável, que manteria a ameaça soviética à distância. O apaziguamento não foi uma relutância generalizada em lutar contra a ditadura. Foi uma relutância específica em lutar contra o autoritarismo de direita, com medo de que isso pudesse estimular a propagação do comunismo.

O Partido Conservador, sob o primeiro-ministro Stanley Baldwin (1867-1947) e, de 1937 a 1949, Neville Chamberlain (1869-1940), dominou a política britânica na década de 1930. A conciliação contava com um grande apoio público na Inglaterra. Chamberlain foi aclamado ao voltar de seu encontro com Hitler na Conferência de Munique, em outubro de 1938, como um herói que garantira "a paz para o nosso tempo". Os franceses estavam bastante divididos na questão da eficácia do apaziguamento, mas as realidades do poder obrigaram-nos a seguir a orientação britânica nas relações diplomáticas com a Alemanha.

A Frente Popular

Havia uma alternativa de esquerda para o apaziguamento, mas contava com um apoio público limitado na França e quase nenhum na Inglaterra. Era a estratégia de unir todas as facções políticas do centro para a esquerda numa frente antifascista. A estratégia da "Frente Popular" teve origem no Partido Comunista da França e foi posteriormente adotada como a política oficial do Comintern. A fim de tornar a cooperação mais aceitável para os aliados em potencial na esquerda, os comunistas assumiam o compromisso de renunciar aos objetivos revolucionários pela duração da luta contra o fascismo.

As coalizões eleitorais da Frente Popular ganharam eleições na França e na Espanha em 1936, mas na Inglaterra os comunistas eram fracos demais para desempenhar um papel de destaque nos assuntos públicos. As ligações comunistas faziam com que a Frente Popular virasse um anátema não apenas para os

conservadores, mas também para muitos liberais e social-democratas. A definição oficial de fascismo adotada pelo Comintern, como "a ditadura abertamente terrorista dos elementos mais reacionários do capitalismo financeiro", não era apropriada para atrair muito apoio no Ocidente. Os socialistas ocidentais, comprometidos com a paz e o desarmamento, desconfiavam que os comunistas queriam precipitar uma guerra contra a Alemanha, enquanto os trotskistas acusavam os stalinistas de virarem as costas à revolução social. As críticas ao apaziguamento das fileiras do Partido Trabalhista Britânico foram abafadas por fortes correntes de pacifismo e de oposição a quaisquer preparativos para a guerra. Talvez o mais franco crítico do apaziguamento fosse um conservador independente e defensor dos interesses imperiais britânicos, Winston Churchill. Mas até mesmo Churchill, um firme nacionalista britânico, admirava a liderança de Hitler na restauração do orgulho nacional alemão, depois da humilhação da Primeira Guerra Mundial.

O fim das reparações

Muito antes de Hitler chegar ao poder, os vitoriosos da Primeira Guerra Mundial já haviam feito algumas importantes concessões aos perdedores. Os Aliados encerraram a ocupação da Renânia em 1930, cinco anos antes da data fixada pelo Tratado de Versalhes. Em 1931, o presidente americano Herbert Hoover anunciou uma moratória de um ano para as reparações e dívidas de guerra, como uma medida para revitalizar a economia internacional. Os pagamentos nunca foram retomados. A Alemanha pagara menos de um quinto de sua dívida original. Assim, Hitler teve a vantagem de chegar ao poder num momento em que era forte o impulso para a conciliação com uma Alemanha pacífica.

No primeiro ano de seu regime, Hitler fez o melhor que podia para apresentar uma fachada branda e razoável ao mundo. É certo que não louve muito esforço para ocultar a campanha interna de terror contra a esquerda. Mas o antimarxismo virulento podia ser interpretado, no fundo das contas, como uma prova da natureza essencialmente conservadora e construtiva do regime. A perseguição aos judeus também foi realizada sob o disfarce de combater a subversão e a deslealdade política. Nos primeiros anos, os judeus eram presos primariamente sob o pretexto de salvaguardar a lei e a ordem. É claro que o regime não podia se dar ao luxo de ignorar por completo a reação potencialmente adversa de governos estrangeiros à repressão na Alemanha. Foi por isso que o boicote às lojas pertencentes a judeus acabou depois de apenas um dia, embora Goebbels ameaçasse prolongá-lo, se fossem tomadas medidas retaliatórias para boicotar os produtos alemães no exterior.

A conferência de desarmamento de Genebra

Uma indagação que se faz com frequência é a seguinte: por que os Aliados não impediram o rearmamento alemão quando tinham o poder para fazê-lo? O controle de armamentos foi a questão internacional mais importante nos anos de 1932 e 1933. A carta da Liga das Nações, na qual a Alemanha ingressara, depois de assinar o Pacto de Locarno, em 1925, determinava o desarmamento mútuo de todas as nações. Na conferência internacional de desarmamento, convocada para Genebra, em 1º de fevereiro de 1932, o governo Brüning exigiu que todas as nações reduzissem seus armamentos ao nível imposto à Alemanha por Versalhes. Ao pedir uma redução das tropas francesas ao nível alemão, o governo alemão podia alegar que tinha um compromisso mais genuíno com o desarmamento do que os países ocidentais.

Em dezembro de 1932, a conferência aceitou o direito da Alemanha à paridade militar, com a condição de sua submissão a um sistema de segurança coletiva. Os esforços de Hitler para livrar a Alemanha das restrições armamentistas, portanto, não representavam um grande desvio da política alemã anterior. Além disso, esses esforços não foram necessariamente percebidos como contraditórios às suas declarações de intenções pacíficas. Afinal, os alemães podiam defender a paridade, com base no princípio do direito de igualdade de todas as nações de garantir sua segurança. A ameaça do comunismo soviético também servia como um argumento verossímil para uma forte capacidade de defesa dos alemães.

Em março de 1933, dois meses depois da ascensão de Hitler ao poder, o governo britânico, dominado pelos conservadores da União Nacional, sob o ex-líder trabalhista Ramsay MacDonald, apresentou um plano para a limitação dos efetivos militares na França e na Alemanha, fixado em 2000

homens. Isso dobraria o teto para os efetivos alemães, ao mesmo tempo em que reduziria as forças franceses em dois terços (embora fosse permitido aos franceses ter mais 2000 soldados nas colônias). Foi a última manifestação de uma tendência britânica, datando da ocupação francesa do Ruhr, em 1923, para considerar as ambições francesas como uma ameaça potencialmente maior paratí estabilidade continental do que as demandas revisionistas da Alemanha. Os líderes britânicos achavam que a segurança coletiva só poderia dar certo se as nações derrotadas na Primeira Guerra Mundial fossem integradas no sistema internacional, em termos de igualdade. Ironicamente, as nações vitoriosas pareciam agora dispostas a conceder a Hitler a paridade que haviam negado a seus antecessores. Em junho de 1933, por iniciativa de Mussolini, Itália, Alemanha, Inglaterra e França assinaram um pacto das quatro potências em Roma.

Alemanha deixa a Liga das Nações

À medida que a brutalidade e agressividade do regime nazista tornavam-se mais evidentes, no entanto, o governo britânico começou a se afastar do Plano MacDonald. Nas negociações em Genebra, não foi possível chegar a um acordo sobre o papel das forças paramilitares das SA, que mais e mais pareciam com um exército extra-oficial. O recém introduzido Serviço de Trabalho, embora ainda voluntário, era também reconhecido por britânicos e franceses como uma forma disfarçada de treinamento militar. As informações sobre rearmamento clandestino, inclusive a fabricação de aviões, que ocorria havia anos, levantavam a questão da credibilidade das alegações de intenções pacíficas do regime. Em outubro de 1933, os britânicos apresentaram uma versão mais restritiva do Plano MacDonald. Elevava o teto dos efetivos alemães para 2000 homens, mas as restrições de Versalhes aos armamentos pesados permaneceriam em vigor. Além disso, França e Inglaterra teriam permissão para manter sua superioridade militar por um período de oito anos. Depois desse prazo, se a Alemanha cumprisse o acordo, as outras nações reduziriam suas tropas na Europa para o máximo de 2000 homens e também destruiriam os armamentos pesados.

Os alemães aproveitaram a oportunidade proporcionada por esse endurecimento das condições britânicas para interromper por completo as negociações. Reagiram com um movimento dramático, que fora preparado com bastante antecedência. A14 de outubro de 1933, com a aprovação de Hindenburg e o total apoio da liderança do *Reichswehr*, absolutamente empenhado no rearmamento, a Alemanha retirou-se da Conferência do Desarmamento e da Liga das Nações. Seguiu assim o exemplo do Japão, que deixara a Liga em março de 1933, em reação às críticas por sua agressão na Manchúria. Ao mesmo tempo, Hitler tornou a proclamar as intenções pacíficas da Alemanha e prometeu que o país promoveria um desarmamento total, se as outras nações fizessem a mesma coisa. Atribuiu a culpa pelo colapso das conversações de desarmamento à resistência em conceder plena igualdade à Alemanha.* com isso, ele banuiu o espectro do desarmamento, ao mesmo tempo em que se mantinha numa posição moral elevada, como o defensor da paridade e da justiça.

Os britânicos acalentaram a esperança de salvar as negociações pelo reconhecimento de que sua proposta estava liquidada. John Simon, o ministro do Exterior, admitiu publicamente que acordos internacionais duráveis não poderiam ser alcançados contra a vontade de uma nação tão importante quanto o Reich Alemão. Os franceses poderiam estar dispostos a uma ação militar contra o rearmamento cada vez mais ostensivo, agora que o Reich deixara a Liga e se desligara de todos os esforços de desarmamento. Mas não queriam tomar essa iniciativa sem o apoio britânico, inclusive por causa das lembranças da fracassada intervenção no Ruhr, em 1923.

Hitler usou esse golpe de política externa para obter apoio para o regime nazista na Alemanha. Fortaleceu sua posição nas relações com as elites militares e industriais, à medida que se tornavam cada vez mais dependentes do governo nacional-socialista para garantir as condições do rápido rearmamento alçmão. Também assegurou o financiamento para a fabricação de armamentos e sua legitimidade aos olhos do público alemão. A maioria dos alemães aceitava plenamente a opinião do governo de que a Liga das Nações servia como um instrumento dos interesses britânicos e franceses. Os alemães regozijaram-se com o fato de que seu governo, pela primeira vez, resistira com êxito às potências vitoriosas e acabara levando vantagem. Num plebiscito a 12 de novembro de 1933,96 por cento dos eleitores registrados foram às urnas e 95,1 por centos deles aprovaram a decisão de deixar a Liga. Uma chapa sem adversários de candidatos nazistas foi

"eleita" para o novo *Reichstag* pela mesma maioria esmagadora. Daí por diante, o *Reichstag* "coordenado" serviria apenas como um conveniente fórum público para discursos e pronunciamentos oficiais.

A União Soviética e a segurança coletiva

Um tratado de não-agressão com a Polônia, válido por deratíos, assinaioem janeiro de 1934, parecia confirmar as intenções pacíficas de Hitler. O objetivo primário, porém, foi o de enfraquecer as ligações polonesas com a França, a fim de evitar medidas preventivas contra o rearmamento alemão. Baseava-se também na hostilidade mútua à Rússia Soviética. Alguns meses antes, Hitlejr suspendera o arranjo especial, que vigorava desde 1926, pelo qual o *Rkichswehr* oferecia um treinamento especial ao Exército Vermelho, em troca da oportunidade de testar armas novas e proibidas nas vastas e distantes estepes russas.

No início, os soviéticos consideraram a ascensão de Hitler ao poder [com alguma ambivalência. Embora ele fosse inimigo declarado"do coJ munismo, sua intransigente oposição a Versalhes parecia oferecer a perspectiva de dividir o campo capitalista. Por instruções do Comintern, os comunistas alemães muitas vezes apoiaram os ataques dos nazistas ao sistema parlamentar de Weimar. Os ideólogos soviéticos recusavam-se a acreditar que Hitler pudesse permanecer no poder por muito tempo sem o apoio das classes trabalhadoras. Mas pouco tempo levou para que Stalin repudiasse essa noção. A rápida consolidação dej Hitler no poder e a virulência da hostilidade da Alemanha Nazista ao comunismo convenceram a liderança soviética da necessidade de romper seu isolamento internacional.

A saída da Alemanha da Liga das Nações abriu o caminho para o ingresso soviético, em setembro de 1934. Por vários anos subseqüentes os soviéticos tentariam formar uma frente antifascista com as potências ocidentais, um desafio direto à política de apaziguamento. Sob a orientação de Maxim Litvinov (1876-1951), seu ministro do Exterior, os soviéticos propuseram uma segurança coletiva contra a ameaça fascista. [Seus esforços, no entanto, não tiveram muito êxito, já que as potências [ocidentais procuravam evitar qualquer ação que pudesse provocar uma [, militância ainda maior da Alemanha. A desconfiança ocidental da P v União Soviética e a perda de fé no Tratado de Versalhes foram instrumentos usados com habilidade por Hitler. Os alemães podiam racionalizar sua necessidade de armamentos em decorrência da crescente ameaça bolchevique.

Austro-fascismo

Os alemães podiam também apontar uma contradição básica nos acordos do pós-guerra: baseavam-se ostensivamente na autodeterminação nacional, mas deixavam de conceder autodeterminação aos alemães étnicos fora do Reich. Para muitos alemães, o *Anschluss* (união) com a Áustria era uma alta prioridade. O próprio Hitler nascera na Áustria, e o movimento pangermânico da Áustria ajudara a formar sua visão do mundo. Depois do colapso do Império Habsburgo, os austríacos alemães haviam votado pela união com a Alemanha em março de 1919. Privado de seus territórios anexos, o pequeno estado austríaco alemão, com sua grande capital, Viena, não mais parecia economicamente viável. Os Aliados, no entanto, recusaram-se a permitir uma iniciativa que fortaleceria a nação alemã derrotada. O Tratado de Saint-Germain, em agosto de 1919, obrigou os austríacos a manter sua independência. Os franceses também bloquearam a proposta do governo Brüning para uma união alfandegária entre Áustria e Alemanha, em março de 1931, uma medida para promover a recuperação econômica alemã, no auge da Grande Depressão. O sucesso dos nazistas na Alemanha, porém, acarretou o crescimento do Partido Nazista na Áustria e renovou as pressões para a união com o Reich alemão.

Embora a maioria dos austríacos fosse favorável à união com a Alemanha em princípio, apenas uma minoria estava disposta a se tornar parte de um estado alemão nacional-socialista . Opunham-se aos nazistas não apenas os social-democratas austríacos, que antes haviam apoiado o *Anschluss* com uma Alemanha democrática, mas também o Partido Social Cristão, de base católica, sob o chanceler Engelbert Dollfuss (1892-1934). A fim de neutralizar a pressão nazista para o *Anschluss*, Dollfuss recorreu a Mussolini, que o aconselhou a esmagar o Partido Social Democrático, privando Hitler de qualquer pretexto de intervenção para salvar a Áustria do "bolchevismo". Em fevereiro de 1934, o exército austríaco usou a agitação

trabalhista como um pretexto para atacar os social-democratas. Disparando a artilharia pesada contra os prédios de apartamentos para operários, construídos pelo governo social-democrata de Viena depois da guerra, o exército dizimou os baluartes social-democratas, com a perda de centenas de vidas.

Dollfuss instituiu um regime autoritário, quase fascista, em que foram proibidos os partidos dos social-democratas e dos nacional-socialistas. Lançados na clandestinidade, mas contando com o apoio do governo alemão, os nazistas austríacos efetuaram uma tentativa armada de conquistar o poder, em julho de 1934. Dollfuss foi baleado e ficou mortalmente ferido quando os nazistas austríacos tentaram capturar a chancelaria, em Viena. Mas o golpe fracassou, pois o exército austríaco permaneceu leal ao governo. Mussolini deslocou várias divisões italianas para a fronteira austríaca, a fim de dissuadir Hitler de interferir. O monarquista Kurt von Schuschnigg (1897-1977), ministro da Justiça no gabinete de Dollfuss, tornou-se seu sucessor e conseguiu estabilizar o regime austríaco.

Frustrado por essa primeira tentativa de tomar o poder na Áustria, Hitler foi obrigado a adotar um jogo de espera. Não queria permitir que a questão da Áustria prejudicasse as boas relações com a Itália Fascista, de cujo apoio precisaria para reforçar suas reivindicações contra as democracias ocidentais. Na sua primeira reunião depois disso em Veneza, em junho de 1934, Hitler assegurou a Mussolini que a Áustria não seria anexada. Foi só depois que Mussolini se envolveu com a Etiópia, ao final de 1935, que as perspectivas para o *Anschluss* tornaram a aumentar.

Retorno ao Sarre

O Sarre era um território pequeno, rico em carvão, posto sob controle francês por um período de quinze anos, depois da Primeira Guerra Mundial. Sua situação final seria decidida por um plebiscito. Esse plebiscito, realizado em janeiro de 1935, resultou numa votação de 90,8 por cento a favor da reincorporação ao Reich Alemão. O resultado não chegava a ser surpreendente, já que a população do Sarre era toda alemã. Mesmo assim, demonstrou para o mundo a popularidade do regime de Hitler. O Führer teve uma recepção entusiasmada quando viajou até Saarbrücken, no dia de sua transferência do controle francês para o alemão.

Remilitarização

Animado por esse triunfo e com uma posição interna muito firme, Hitler decidiu que era o momento apropriado para revogar abertamente as cláusulas militares restritivas do Tratado de Versalhes, que de qualquer forma já eram violadas na prática havia muito tempo. O rearmamento fora a causa que consolidara a aliança entre Hitler e a liderança militar. Em março de 1935, antecipando-se a um plano de armamentos britânico que visava induzir os alemães a voltarem à Liga, Hitler anunciou que a Alemanha retomaria o treinamento militar universal e aumentaria a Wehrmacht para uma força de 36 divisões, mais do que três vezes o número permitido pelo Tratado de Versalhes. A decisão para o rearmamento fora tomada muito antes; apenas sua implementação ostensiva fora protelada até que as condições se tornassem mais favoráveis. A criação de uma força aérea (a Luftwaffe), desenvolvida em segredo há anos, foi agora abertamente reconhecida. Hitler racionalizou o rearmamento com a alegação de que os Aliados não haviam se desarmado, como estava previsto no Tratado de Versalhes. Além disso, a Alemanha devia se preparar para enfrentar o crescente exército soviético, que tinha quase um milhão de homens.

Hitler previra corretamente que o governo francês não empreenderia qualquer ação militar para impedir o rearmamento alemão. Em outubro de 1934, Louis Barthou, o decidido ministro do exterior francês, fora assassinado pela Ustase, uma organização fascista croata, quando acompanhava o rei da Iugoslávia numa visita oficial à França. Barthou foi substituído por Pierre Laval (1883-1945), mais propenso ao apaziguamento, e que se tornaria depois o principal líder político francês a colaborar com os nazistas, durante a guerra. Naquela ocasião, no entanto, Laval estava mais interessado em apaziguar Mussolini para conquistar seu apoio contra Hitler. Os franceses convocaram uma conferência com líderes britânicos e italianos para deliberar sobre as medidas que deveriam ser adotadas contra a nova agressividade da Alemanha. As três nações, reunidas no balneário italiano de Stresa, em abril de 1935, reafirmaram seu apoio ao Pacto de Locarno de 1925 e condenaram qualquer violação unilateral das obrigações do tratado. Mas as

intenções agressivas da Itália na Etiópia (naquele tempo ainda conhecida como Abissínia) levariam em breve a um rompimento da frente comum. Em maio de 1935, o governo francês também negociou pactos de ajuda mútua com a União Soviética e a Tchecoslováquia.

O Acordo Naval Anglo-Alemão

Uma resolução da Liga das Nações condenou o rearmamento alemão, mas os pedidos franceses de sanções contra a Alemanha foram em vão, na ausência do pleno apoio britânico. Para consternação dos franceses, os britânicos preferiram negociar com a Alemanha um novo acordo de limitações de armas navais, que reconhecia implicitamente o eclipse de Versalhes. Assinado em junho de 1935, sem consulta prévia à França, esse acordo permitia que a Alemanha desenvolvesse sua esquadra até 35 por cento do tamanho da marinha britânica. Também proporcionava à Alemanha total paridade com os britânicos na tonelagem de submarinos.

O Acordo Naval Anglo-Alemão parecia banir a ameaça de outra corrida armamentista naval, do tipo que envenenara as relações entre britânicos e alemães no período que levava à Grande Guerra (a proporção de 35 por cento era na verdade o que a Inglaterra tentara sem sucesso conseguir, antes da Primeira Guerra Mundial). Mas a força da marinha permitia que a Alemanha, nos termos do acordo, superasse de forma substancial os textos fixados pelo Tratado de Versalhes. O acordo apenas fixava limites para a tonelagem, não para os tipos de navios permitidos. Nada podia demonstrar de forma mais evidente a perda da determinação britânica de impor os acordos do pós-guerra. Contudo, o acordo foi comemorado na Inglaterra como a garantia do predomínio naval britânico. Também reforçou a confiança dos líderes britânicos de que as negociações com o regime de Hitler eram possíveis e podiam levar a resultados positivos.

A invasão da Etiópia

Mussolini aproveitou a divergência entre franceses e britânicos para desfechar um ataque total contra a Etiópia, em outubro de 1935. A reação britânica e francesa seguiu um padrão familiar de apaziguamento. As duas potências européias ocidentais condenaram o ataque e votaram a favor de sanções da Liga contra a Itália, mas não acompanharam isso com qualquer ação efetiva. O embargo sobre o petróleo nunca foi posto em prática, e nenhuma das duas nações estava disposta a efetuar uma intervenção militar para defender a carta da Liga. Os antigos aliados do tempo da guerra tinham um interesse maior em manter a Itália como integrante da "frente de Stresa", contra os esforços renovados da Alemanha para anexar a Áustria ou promover outras mudanças territoriais na Europa. Na verdade, a decisão de continuar a fornecer petróleo para a Itália, que era vital para a campanha italiana na Etiópia, foi tomada na esperança de obter o apoio italiano contra a manobra de Hitler na Renânia, em março de 1936.

Alguns políticos britânicos e franceses, inclusive Pierre Laval, estavam dispostos a sacrificar a Etiópia. Mas a opinião pública nos dois países, indignada com as atrocidades italianas, obrigou-os a oferecer pelo menos uma condenação simbólica da agressão italiana e protelar o reconhecimento da conquista italiana até 1938. O governo alemão não tinha essas restrições e concedeu um apoio total a Mussolini. O benefício mais imediato para os alemães foi o de ter mais liberdade para intervenção nos assuntos austríacos. Mussolini saiu da Frente de Stresa em janeiro de 1936, renunciando à sua garantia da independência austríaca em troca do apoio alemão à sua política na Etiópia. A inepta diplomacia britânica e francesa na crise etíope levou ao pior resultado possível: alienou a Itália sem evitar a conquista da Etiópia, que foi formalmente anexada em maio de 1936. A ineficácia da Liga das Nações, que votou pela revogação das sanções contra a Itália, depois da queda da Etiópia, ficou agora claramente comprovada. A Liga teria um papel insignificante nos eventos subsequentes.

Remilitarização da Renânia

A dissensão causada pela aventura etíope de Mussolini entre os signatários do Pacto de Locarno permitiu agora que Hitler realizasse seu objetivo de reocupar a Renânia mais cedo do que inicialmente previra. A 7 de março de 1936, ele enviou uma força de cerca de 200 homens através do Reno, para

restabelecer a plena soberania alemã sobre a margem esquerda. Era mais do que uma violação do Tratado de Versalhes; violava também o Pacto de Locarno, que determinava uma zona desmilitarizada entre a Alemanha e a França. Hitler racionalizou a ação com a alegação de que o Pacto de Segurança Franco-Soviético, finalmente aprovado pelo parlamento francês ao final de fevereiro, depois de longos e veementes debates, violava o espírito de Locarno e mudava o equilíbrio do poder na Europa, em detrimento da Alemanha. Hitler assegurou aos governos ocidentais que a Alemanha estava apenas se defendendo contra a ameaça soviética à paz. Propôs negociar novas zonas desmilitarizadas nos dois lados da fronteira com a França. Até propôs retornar à Ligadas ilações, depois que fosse devidamente reformulada.

Os líderes do exército alemão tinham dúvidas sobre a sensatez da ação de Hitler na Renânia, já que a força militar da Alemanha ainda era muito inferior à francesa. Mas a intuição de Hitler-prgyou estar correta. Os franceses não interferiram. Havia vários motivos para isso. Ao final de janeiro, o governo de Pierre Laval caíra, em consequência da crise etíope. A França se encontrava no meio de uma encarniçada campanha eleitoral, que culminaria com a vitória em maio da Frente Popular, sob a liderança do socialista Leon Blum. O pacto de ajuda mútua com os soviéticos, que proporcionou a Hitler o pretexto para enviar tropas à Renânia, era impopular entre os conservadores e os militares franceses. Assediado pela desunião, o governo interino francês não estava em condições de agir de uma forma decidida, i

Talvez o fator mais importante na ausência de intervenção da França tenha sido a falta de confiança na alta liderança militar francesa. Predominava uma mentalidade defensiva, simbolizada pela construção, de 1929 a 1934, da Linha Maginot, imóvel e imobilizante. O chefe do estado-maior, general Maurice-Gustave Gamelin (1872-1958), superestimava a força dos alemães. Não seria a última vez que os líderes ocidentais se deixariam enganar pelos exageros e jactâncias de Hitler. Gamelin fez com que uma operação militar bem-sucedida na Renânia dependesse do apoio britânico. O que não ocorreria. Os britânicos estavam determinados a evitar uma confrontação militar por uma questão que não consideravam vital. Ao final, até evitaram as sanções econômicas, embora a Liga aprovasse uma resolução condenando a violação do tratado pelos alemães. A opinião pública na Inglaterra favorecia mais os alemães do que os franceses. Tudo o que os alemães haviam feito, dizia-se, fora reivindicar o que lhes pertencia por direito e fortalecer suas defesas na fronteira.

Em retrospectiva, é evidente que a remilitarização da Renânia foi um marco importante no caminho para a guerra. Alguns historiadores até sugerem que marcou a última vez em que a agressão alemã poderia ter sido detida sem uma guerra. Mesmo nessa ocasião, a intervenção provavelmente levaria a alguma forma de confronto armado. Hitler ordenara às suas tropas que efetuassem uma retirada lutando, se os franceses interferissem. Mas, como aconteceu, os alemães conquistaram uma importante vitória sem disparar um único tiro. Em termos políticos e psicológicos, o equilíbrio do poder agora se alterava em favor da Alemanha. Os aliados dos franceses reconsideraram seus interesses à luz da nova situação. Os belgas deslocaram-se para uma postura de neutralidade, abandonando sua intenção anterior de estender a Linha Maginot ao longo de sua fronteira com a Alemanha. Para Hitler, esse golpe bem-sucedido contra os acordos do pós-guerra significaram um tremendo aumento de seu prestígio e popularidade interna. O povo alemão concedeu-lhe um apoio de 99 por cento no plebiscito realizado depois do golpe na Renânia.

A Guerra Civil na Espanha

O apaziguamento também proporcionou às potências fascistas a oportunidade de interferir na Guerra Civil Espanhola, deflagrada quando unidades do exército espanhol, inclusive o exército colonial da África do Norte, sob o comando do general Francisco Franco, revoltaram-se contra o governo democraticamente eleito da Frente Popular, em Madri, em julho de 1936. O pretexto para essa revolta de direita foi a suposta incapacidade do governo de manter a lei e a ordem no país politicamente dividido. Na realidade, porém, a Guerra Civil Espanhola foi uma guerra de classe entre direita e esquerda, ricos e pobres, os que tinham e os que não tinham. As potências fascistas apoiaram a rebelião da direita. Para Mussolini, exultante do recente triunfo na Etiópia, a guerra oferecia uma oportunidade de expandir seu poder no Mediterrâneo. Cerca de 500 soldados italianos acabaram sendo despachados para combater do lado das forças de Franco.

A Alemanha não enviou tropas terrestres para a Espanha, mas mesmo assim suas contribuições foram de extrema importância para a causa de Franco. A aviação da Alemanha ajudou a transportar as tropas de Franco do Marrocos para o continente europeu, no início da guerra. Para a Wehrmacht, a Espanha oferecia um campo de testes ideal para modernas armas de guerra. Bombardeiros alemães da notória Legião Condor testaram os efeitos de ataques aéreos contra populações civis. Um ataque brutal contra uma pequena cidade no norte da Espanha, Guernica, em abril de 1937, inspirou um dos mais famosos quadros de Picasso, e passou a simbolizar o barbarismo da guerra aérea. Além disso, submarinos alemães participaram clandestinamente de ataques a navios do governo espanhol no Mediterrâneo.

As potências ocidentais pediram uma suspensão de toda a intervenção externa. A política de não-intervenção da Inglaterra e França, aparentemente imparcial, inclinou a balança a favor do lado fascista. Deixou o governo espanhol incapaz de obter armas das nações ocidentais para se defender. O governo Blum, na França, tinha razões de sobra para não oferecer um apoio ostensivo ao governo da Frente Popular na Espanha. A comunidade francesa estava tão polarizada que qualquer intervenção na Espanha acarretava o risco de estender a guerra civil à França. Unidades de voluntários do Ocidente, inclusive os americanos da Brigada Abraham Lincoln, ajudaram a protelar por algum tempo a derrota do governo espanhol. A União Soviética tornou-se a principal fonte de apoio dos legalistas do governo. A consequência foi o fato de que os funcionários comunistas logo passaram a dominar o lado legalista. O efeito desse predomínio comunista, no entanto, foi o de arrefecer o idealismo revolucionário dos defensores da frente popular.

Os vínculos do governo espanhol com a União Soviética permitiram que Hitler continuasse a posar como o defensor da civilização européia contra a ameaça bolchevique. A guerra era tão útil para seus propósitos que ele não queria que terminasse muito depressa. Servia para distrair os governos ocidentais, deixando-o livre para tratar de sua maior ambição, a expansão territorial para o leste. Também aprofundou o abismo entre a Itália e o Ocidente, assim empurrando Mussolini ainda mais para os braços de Hitler.

Um resultado do relacionamento cada vez mais cordial entre Itália e Alemanha foi o anúncio oficial, feito por Mussolini, do "eixo Berlim-Roma", em novembro de 1936. Antes mesmo disso, Hitler já obtivera uma importante concessão na Áustria. Em julho de 1936, com a aquiescência de Mussolini, ele assinou um acordo com Schuschnigg, levando a Áustria para um alinhamento ainda mais estreito com a Alemanha. Em troca do compromisso alemão de não-intervenção, o chanceler austríaco prometeu adotar uma política "baseada sempre no princípio de que a Áustria se reconhece como um estado alemão". Schuschnigg também prometeu conceder uma participação maior nos assuntos austríacos à "oposição nacional", que para todos os efeitos indicava aqueles que eram favoráveis ao *Anschluss* com a Alemanha.

Os Jogos Olímpicos

A mentalidade de apaziguamento manifestou-se também de maneiras menos formais. Não houve qualquer iniciativa, por exemplo, para boicotar os Jogos Olímpicos de Berlim, em agosto de 1936, apesar das políticas ostensivamente antissemitas do governo. Algumas delegações, inclusive a americana, mantiveram os atletas judeus fora de determinadas competições, aparentemente numa deferência aos preconceitos raciais dos anfitriões alemães. É claro que os nazistas retiraram as placas e cartazes antissemitas de Berlim durante os jogos, a fim de projetar uma imagem melhor para o exterior. Os jogos se transformaram num triunfo de relações públicas para os alemães, que acabaram ganhando mais medalhas do que qualquer outra nação. Nem mesmo as quatro medalhas de ouro do corredor americano Jesse Owens prejudicaram a impressão de grandes proezas atléticas da Alemanha. Hitler compareceu às cerimônias de abertura e encerramento, assim como a algumas competições. Mas saiu mais cedo no dia das vitórias de Owens, assim evitando o aperto de mão congratulatório que oferecera aos vencedores de outras provas. Houve especulações de que Hitler não queria reconhecer a superioridade de um atleta afro-americano.

Diversos dignitários estrangeiros visitaram a Alemanha e partiram com uma impressão favorável das realizações do regime nazista. Entre eles estava Lloyd George, o primeiro-ministro britânico durante a Grande Guerra, que visitou Hitler em seu refúgio alpino, em Berchtesgaden. O duque e a duquesa de Windsor visitaram a Alemanha em 1937 e expressaram sua efusiva admiração pela nova ordem. O Pacto

Anti Comintern, que a Alemanha assinara com o Japão em novembro de 1936, era bastante tranquilizador para os que consideravam o fascismo como um mal menor do que o comunismo. A nova respeitabilidade da Alemanha no exterior também serviu para aumentar a popularidade interna de Hitler.

Chamberlain substituiu Baldwin como primeiro-ministro britânico em maio de 1937, com o compromisso de preservar a paz na Europa. Defensores do apaziguamento desempenhavam um papel de destaque em sua administração. Em novembro de 1937, o ministro da guerra, lorde Halifax (1881-1959), visitou Hitler, em nome de Chamberlain, com uma mensagem conciliatória. Halifax assegurou a Hitler que a Inglaterra não se oporia a algumas retificações de fronteiras no centro-leste da Europa (mencionou especificamente a Áustria, Tchecoslováquia e Polônia), sob a condição de que todas as mudanças fossem efetuadas por meios pacíficos. O ministro do Exterior da França, Yvon Delbos, conhecido por sua aversão ao Pacto Franco-Soviético, também indicou que a França não teria objeções a uma fusão ainda maior de instituições internas alemãs e austríacas.

O Memorando Hossbach

O que os defensores do apaziguamento não levavam em consideração era o fato de que Hitler tinha objetivos muito mais extensos do que apenas restaurar as fronteiras alemãs de 1914 ou absorver todas as pessoas de etnia alemã no Reich. Ele nunca perdeu de vista seu supremo objetivo, a conquista de *Lebensraum*, espaço vital. Numa reunião com seus altos assessores militares e diplomáticos, no dia 5 de novembro de 1937, o Führer descreveu seus objetivos com uma extraordinária franqueza. As minutas da reunião sobreviveram, sob a forma do Memorando Hossbach, o nome do ajudante-de-ordens de Hitler, coronel Friedrich Hossbach (1894-1980), que escreveu as anotações. Os outros participantes da reunião, todos fazendo o juramento de sigilo, foram o ministro da Guerra, Von Blomberg; os chefes das três forças da Wehrmacht, General Werner von Fritsch (1880-1939), almirante Erich Raeder (1876-1960), e *Reichsmarschall* Goering; e o ministro do Exterior, Konstantin von Neurath (1873-1956).

Hitler declarou a seus líderes reunidos que a única solução para os problemas a longo prazo da Alemanha, econômicos, de segurança e população, estavam na expansão do espaço vital alemão, o que só poderia ser alcançado pela força. Uma solução tinha de ser encontrada por volta dos anos de 1943 a 1945; se a Alemanha não fosse capaz de agir até essa época, seus poderes relativos, em comparação com outras grandes potências, começariam a declinar. Qualquer protelação além desse período acarretaria o perigo de os modernos armamentos alemães se tornarem obsoletos, tendo de ser substituídos. Além disso, Hitler temia que o dinamismo do movimento nazista acabaria diminuindo, à medida que sua atual liderança envelhecesse. Estava convencido de que só ele possuía a vontade e a determinação de levar a Alemanha à realização de sua missão no mundo.

Hitler reconhecia que a França e a Inglaterra opunham-se a seus planos de expansão no leste, mas achava que a ameaça do Ocidente poderia ser enfrentada pelo desenvolvimento de uma posição de força inabalável. Seus objetivos imediatos eram fortalecer a posição estratégica da Alemanha, através da anexação da Áustria e da destruição da Tchecoslováquia, um estado com consideráveis recursos econômicos, potencial militar e vínculos estreitos com a França e a União Soviética. Em sua opinião, os governos da França e Inglaterra já haviam concordado tacitamente com o desaparecimento dos estados austríaco e tcheco.

Uma oportunidade de liquidar a Tchecoslováquia poderia surgir ainda em 1938, asseverou ele, se a França se tornasse incapacitada pela luta interna ou se a Inglaterra e/ou França se envolvessem numa guerra com a Itália. Por isso, Hitler favorecia o prolongamento da guerra na Espanha, a fim de manter as tensões no Mediterrâneo.

Embora nenhum dos líderes militares protestasse contra a planejada destruição da Tchecoslováquia, Blomberg e Fritsch manifestaram suas apreensões com uma política que pudesse levar à guerra com Inglaterra e França, antes que a Alemanha estivesse devidamente preparada. Também chamaram a atenção de Hitler para a força das fortificações tchecas, que talvez não fossem tão fáceis de superar quanto o Führer

parecia pensar. Neurath acrescentou a restrição de que não havia qualquer indicação de um iminente conflito anglo-franco-italiano. Mas Hitler descartou as objeções, reiterando sua convicção de que a Inglaterra e a França não iam interferir para salvar a Tchecoslováquia. Nesse ponto, ele provaria ser mais perspicaz do que seus generais.

As quedas de Blomberg e Fritsch

Os generais de Hitler não tinham objeções fundamentais a uma política de expansão territorial no leste. Mas sua cautela poderia estorvar ou retardar a consecução de seus objetivos. Foi provavelmente esse o motivo pelo qual Hitler resolveu fortalecer seu controle da Wehrmacht. A iniciativa de expurgar o alto comando, no entanto, partiu de Goering, comandante da Luftwaffe, e de Himmler, comandante das SS. Os dois ressentiam-se da elite do exército por bloquear a expansão de seus respectivos feudos. Em fevereiro de 1938, eles aproveitaram o casamento de Blomberg com uma ex-prostituta para forçá-lo a se aposentar. Seu cargo, de ministro da Guerra, foi abolido. O próprio Hitler absorveu as funções de ministro da Guerra e assumiu o título de Comandante Supremo. Um novo estafe militar foi criado pelo Führer, o Alto Comando da Wehrmacht (OKW), sob a chefia do subserviente Wilhelm Keitel (1882-1946), com Alfredjodl (1890-1946) como chefe de operações, de 1939 em diante. Os dois conservariam seus postos até o final da guerra. Fritsch também foi descartado, sob a acusação fabricada de homossexualismo, sendo substituído por Walther von Brauchitsch (1881-1948), mais dócil. Sessenta generais acabaram passando para a reserva, no que equívaleu à culminação da *Gleichschaltung* do exército, iniciada em 1933-34. Os céticos e indecisos foram substituídos por subordinados confiáveis, dispostos a colaborar com os planos de expansão e conquista de Hitler.

Mudanças paralelas ocorreram no Ministério do Exterior, onde o vaidoso e sicofanta Joachim Ribbentrop substituiu o diplomata da velha guarda Konstantin von Neurath (que não havia ingressado no Partido Nazista até 1937). Como chefe do Departamento de Assuntos Estrangeiros do partido, Ribbentrop havia muito funcionava como um ministro do Exterior paralelo. Ajudou a negociar o Tratado Naval com a Inglaterra e o Pacto AntiComintern com o Japão, mais tarde ampliado para o Eixo Berlim-Roma-Tóquio. De 1936 até sua designação para ministro do Exterior em 1938, Ribbentrop foi embaixador na Inglaterra. Passou a considerar os britânicos com aquela mistura de ressentimento e desdém tão típica dos alemães, que não podiam entender por que um povo obviamente nórdico rejeitava a associação com a Alemanha para a partilha dos despojos do mundo.

O *Anschluss* da Áustria

Ribbentrop ajudou a persuadir Hitler de que a Inglaterra podia se manter hostil à expansão alemã na Europa Oriental, mas não iria à guerra para impedi-la. A substituição de Anthony Eden (1897-1977) como ministro do Exterior por lorde Halifax, em fevereiro de 1938, parecia confirmar essa impressão. Afinal, Eden era um oponente do apaziguamento. Assumira o cargo em 1936, em decorrência do fracasso do governo na crise etíope. Nada, ao que parecia, interpunha-se agora no caminho para o *Anschluss*, exceto a oposição do governo austríaco. A 12 de fevereiro de 1938, Hitler convocou Schuschnigg para ir a Berchtesgaden. Ali, censurou-o por não cumprir os termos do acordo de 1936. Na esperança de obter o reconhecimento alemão para a independência austríaca, Schuschnigg concordou com a exigência de Hitler para uma representação nazista maior no governo austríaco. Também anistiou centenas de presos nazistas na Áustria, legalizou o partido, e a 16 de fevereiro designou Arthur Seyss-Inquart (1892-1946) para ministro do Interior, com um controle total da polícia e segurança interna.

Armado com esses poderes, Seyss-Inquart preparou o ambiente para a tomada do poder pelos nazistas. Ocorreu mais cedo do que até mesmo Hitler esperava. À medida que manifestações e distúrbios inspirados pelos nazistas espalhavam-se pela Áustria, Schuschnigg fez um derradeiro esforço para conter o impulso na direção do *Anschluss*. Num desafio aos nazistas, ele convocou um plebiscito popular sobre a independência da Áustria. O referendo seria formulado de maneira a garantir um resultado positivo. A maioria dos austríacos acharia difícil votar contra uma proposição que pedia "uma Áustria alemã e livre, uma Áustria independente e social, uma Áustria cristã e unida".

Para prevenir um referendo que provavelmente perderia, Hitler decidiu interferir. Usando um pedido formal de Seyss-Inquart de ajuda alemã como cobertura legal, tropas alemãs cruzaram a fronteira austríaca a 12 de março, sendo recebidas por multidões entusiasmadas. O esmagamento dos social-democratas e da esquerda liberal em 1934 deixara o regime "austro-fascista" de Schuschnigg sem uma base popular para se opor à intervenção alemã. Dois dias depois, a 14 de março, o próprio Hitler fez uma entrada triunfal em Viena, a cidade que deixara como um pintor indigente, um quarto de século antes. Diante de centenas de milhares de pessoas na praça principal da cidade, ele proclamou a formação do Grande Reich Alemão. Muitos alemães acolheram o *Anschluss* como a conclusão atrasada da unificação alemã. O que Bismarck não conseguira realizar em 1871, Hitler alcançou sem disparar um único tiro. Sua popularidade atingiu novos picos. Um plebiscito realizado em todo o Grande Reich aprovou o *Anschluss* com 99 por cento dos votos. Embora essa votação fosse obviamente distorcida pelas pressões do governo e ausência de sigilo real, não pode haver a menor dúvida de que o *Anschluss* contava com um esmagador apoio popular.

A crise da Tchecoslováquia

Uma onda de fervor nacionalista varreu agora a minoria alemã na vizinha Tchecoslováquia. Cerca de três milhões de alemães étnicos viviam na região da fronteira, conhecida como Sudetolândia. Apesar da intensa população alemã, a Sudetolândia foi incluída no novo estado da Tchecoslováquia nos acordos do pós-guerra, porque sempre fora parte do Império Habsburgo, do qual a Tchecoslováquia fora formada. As cordilheiras que assinalavam as fronteiras do antigo império também proporcionavam à Tchecoslováquia fronteiras relativamente defensáveis. Mas os alemães tinham a vantagem de poder invocar o princípio da autodeterminação nacional, o principal argumento para a criação de novos estados, nos acordos de paz que se seguiram à Primeira Guerra Mundial. As evidências estatísticas também pareciam confirmar a alegação de que a minoria de sudetos alemães tinha consideravelmente menos oportunidades de emprego e progresso do que a maioria tcheca.

O líder do Partido Sudeto Alemão, financiado pelos nazistas, Konrad E-Heinlein (1898-1945), acusou o estado tcheco de discriminação. Exigiu um governo próprio e a eventual autonomia para a região de população alemã. Hitler encorajou essas exigências, como um meio para a destruição final do estado tcheco, um objetivo que já anunciara para os líderes da Wehrmacht, em novembro de 1937. A cessão do território de fronteira bem fortificado deixaria a Tchecoslováquia indefesa. As exigências alemãs foram deliberadamente aumentadas para frustrar qualquer possibilidade de que concessões parciais tchecas pudessem desarmar a crise. Os tchecos, no entanto, mantiveram-se firmes, não querendo conceder plena autonomia aos sudetos alemães. Como demonstração de sua disposição para se defenderem, os tchecos mobilizaram suas forças, a 20 de março. Isso provocou o mais grave alarme de guerra na Europa desde a ascensão de Hitler ao poder.

Sem saber se os franceses cumpririam suas obrigações pelo tratado com os tchecos, o que também acionaria a intervenção dos soviéticos (que por seu tratado só teriam de defender a Tchecoslováquia se a França tomasse essa iniciativa), Hitler ainda não se sentia disposto a arriscar uma confrontação militar, em maio de 1938. Mas a posição desafiadora dos tchecos serviu apenas para reforçar sua determinação de recorrer a uma ação militar na primeira oportunidade favorável. A 30 de maio, Hitler comunicou a seus líderes militares sua "decisão inalterável de esmagar a Tchecoslováquia por ação militar em futuro próximo". Ordenou-lhes que preparassem os planos necessários para o ataque.

Um firme compromisso ocidental de apoiar a Tchecoslováquia poderia evitar um ataque em futuro previsível, ainda mais porque a União Soviética parecia disposta a cumprir suas obrigações por tratado com a Tchecoslováquia, se a França tomasse a iniciativa. Hitler era bastante pragmático para querer evitar uma repetição da guerra em duas frentes que exigira um esforço excessivo das forças alemãs na Grande Guerra. Mas uma mudança de governo na França, em abril de 1938, levou ao poder um regime mais conservador, menos disposto a cooperar com a União Soviética do que o governo da Frente Popular de Leon Blum. O novo primeiro-ministro, Edouard Daladier (1884-1970), e seu ministro do Exterior, Georges Bonnet, aderiram à política de apaziguamento, que agora se tornara predominante na Inglaterra.

Com receio de que as obrigações francesas com a Tchecoslováquia pudessem levar a uma guerra, na qual a Inglaterra não poderia ficar de lado, o governo de Chamberlain estava determinado a encontrar uma solução pacífica para a crise tcheca. Os britânicos exortaram os tchecos a assumir uma posição conciliatória com os sudetos alemães. Hitler tratou de aproveitar o inequívoco desejo das potências ocidentais de evitar a guerra. Em setembro de 1938, depois que Heinlein suspendeu as negociações com o governo tcheco, por instruções dos alemães, e irromperam distúrbios na Sudetolândia, Hitler usou a reunião anual do Partido Nazista, em Nuremberg, como um fórum para anunciar que estava próxima a solução final da crise.

A ameaça de guerra iminente levou Chamberlain a entrar em ação. Num exemplo extraordinário de diplomacia pessoal nos mais altos níveis, Chamberlain voou para a Alemanha três vezes, em duas semanas, para se encontrar com Hitler e tentar resolver o problema. Em Berchtesgaden, a 15 de setembro, ele concordou com a cessão da Sudetolândia em princípio, mas reservou uma decisão final até consultar seu gabinete e o governo francês. Sob pressão da Inglaterra e da França, o governo tcheco foi persuadido a aceitar uma proposta para a cessão imediata de todos os territórios com uma população alemã de mais de 50 por cento.

Mas quando Chamberlain voltou à Alemanha, uma semana depois, para confirmar essa concessão, descobriu que Hitler aumentara suas exigências. Agora, ele insistia na imediata ocupação militar de todos os territórios designados pelo governo alemão, o que seria seguido por um plebiscito para determinar a nova fronteira tcheco-alemã. Essa manobra óbvia para privar a Tchecoslováquia de todo o seu território de fronteira estratégica era inaceitável para os tchecos, que alegaram, com toda razão, que isso equivalia a uma rendição da independência da nação.

O Acordo de Munique

Os tchecos tornaram a mobilizar suas forças armadas. Mais uma vez, as manchetes por toda a Europa proclamavam a perspectiva iminente de guerra. Mas Chamberlain recusou-se a desistir de sua busca pela paz.

Informou aos alemães que a rejeição tcheca não era a última palavra. Depois, apelou a Mussolini para persuadir Hitler a aceitar uma nova rodada de negociações. Hitler foi forçado a concordar com uma nova reunião, a fim de que não se tornasse óbvio demais que seu objetivo não era a solução da questão dos sudetos, mas sim a destruição da Tchecoslováquia. Além disso, o ânimo público na Alemanha era de evidente ausência de entusiasmo pela guerra.

Chamberlain e Daladier reuniram-se com Hitler e Mussolini em Munique, a 29 de setembro. Concordaram com todas as exigências de Hitler. A única concessão de Hitler foi a de prolongar para 10 de outubro o prazo para consumir a ocupação da Sudetolândia. O governo tcheco, que não foi representado em Munique, não tinha opção além de aceitar essas condições draconianas com a perda de território, os tchecos perderam também as fortificações da fronteira, importantes recursos econômicos, e mais de um milhão de habitantes de origem tcheca ou eslava. Também passaram a enfrentar reivindicações territoriais da Hungria e da Polônia, além de movimentos de independência, que em poucas semanas levariam à autonomia virtual da Eslováquia e da província rutena de Cárpatos-Ucrânia. Os prometidos plebiscitos na Sudetolândia nunca foram realizados. O estado tcheco foi reduzido a uma posição de virtual satélite, muito antes de as tropas alemãs entrarem em Praga, a 15 de março de 1939.

Em Munique, Chamberlain também persuadiu Hitler a assinar uma declaração de amizade anglo-alemã, como um símbolo do "desejo de nossos dois povos de nunca mais entrarem em guerra um contra o outro". A declaração incluía um dispositivo para consultas mútuas em questões de preocupação para os dois países. Foi essa declaração que levou Chamberlain a assegurar ao público britânico, quando voltou, que garantira a "paz para o nosso tempo". Os franceses assinaram um pacto similar com a Alemanha em dezembro de 1938. Ao mesmo tempo, porém, o rearmamento foi acelerado tanto na Inglaterra quanto na França. As conversações entre os líderes militares dos dois países começaram a 1 de fevereiro de 1939.

Os defensores de Munique argumentariam mais tarde que a solução pacífica da crise tcheca pelo menos ganhara tempo para que o Ocidente melhorasse seu preparo militar. Os críticos, no entanto, ressaltariam que a capacidade militar dos tchecos e o provável envolvimento da União Soviética faziam com que a constelação de forças agrupadas contra a Alemanha fosse mais forte em 1938 do que seria em 1939. Contudo, há algumas evidências de que Hitler não considerou o Acordo de Munique como um sucesso irrestrito. Ele pode ter se preocupado com a possibilidade de que outro resultado de Munique, a redução das tensões entre Itália e Inglaterra no Mediterrâneo, inibisse seus planos predatórios no leste. Mais importante ainda, porém, é o fato de que ele não queria ser limitado por qualquer acordo. A disposição ocidental em atender às queixas genuínas da Alemanha tornava mais difícil encontrar um pretexto aceitável para uma guerra de conquista. No ano seguinte, Hitler cuidaria para que nenhuma oferta de mediação de última hora pudesse privá-lo de desfechar a guerra contra a Polônia.

O apaziguamento alcançou o auge em Munique. Em anos posteriores, "Munique" se tornaria um sinônimo virtual de rendição abjeta a exigências ditatoriais. Suas conseqüências estiveram a um curto passo de serem desastrosas. A última democracia sobrevivente no centro-leste da Europa passou para a esfera alemã. A França teve de aceitar a desintegração de seu sistema de alianças na Europa Oriental. A Pequena Entente da Tchecoslováquia, Romênia e Iugoslávia foi liquidada. Os dois outros países foram atraídos cada vez mais para a órbita alemã. Todos os fundamentos para uma possível revolta militar na Alemanha contra o curso temerário de Hitler para a guerra foram removidos, de uma maneira efetiva.

Munique reforçou a reputação de infalibilidade de Hitler e ao seu próprio senso de que era infalível. O ânimo triunfalista pós-Munique também contribuiu para a reescalada da campanha interna contra os judeus, que culminou com o terrível pogrom *da Kristallnacht*, em novembro de 1938. O mais significativo de tudo tanto os ditadores fascistas quanto Joseph Stalin concluíram, pelo Acordo de Munique, que o Ocidente não era sério em sua intenção de combater o fascismo. Munique alimentou o medo maior de Stalin - não de todo irracional - de que o Ocidente estava disposto a conceder liberdade à Alemanha para lançar sua máquina militar contra o leste. Os soviéticos temiam que o acordo Hitler-Chamberlain, para consultas mútuas, pudesse levar à criação de uma frente antissoviética. Em última análise, convenceu Stalin de que a União Soviética precisava chegar a algum acordo com a Alemanha Nazista para evitar uma guerra, em que os soviéticos teriam de lutar sozinhos contra os alemães.

A destruição da Tchecoslováquia

Hitler considerou o Acordo de Munique como um trampolim para a liquidação do estado tcheco. Em outubro de 1938, ele deu ordens para que a Wehrmacht preparasse planos para a invasão do resto da Tchecoslováquia, caso os tchecos insistissem em suas políticas "antialemãs". Os planos foram preparados na suposição de que os tchecos não ofereceriam qualquer resistência. A estratégia de Hitler era fomentar a desordem na Tchecoslováquia, o que lhe permitiria ocupar o resto do país, sob o pretexto de restabelecer a ordem. Ele encontrou instrumentos dispostos a fazer seu jogo entre os nacionalistas da província autônoma da Eslováquia, sob a liderança de monsenhor Josef Tiso (1887-1947), um sacerdote católico romano e líder do Partido do Povo Eslovaco, uma organização fascista.

Sob estímulo alemão, o governo de Tiso proclamou sua independência total de Praga, a 14 de março de 1939. Tropas alemãs ocuparam a fronteira tchecoslovaca, a fim de evitar quaisquer movimentos militares tchecos. Emil Hacha (1874-1945), o presidente tcheco, pediu uma audiência pessoal com Hitler, em Berlim. Foi um grave erro, pois permitiu que Hitler desse uma aparência de legalidade à destruição final do estado tcheco. Hitler apresentou duas alternativas a Hacha: ou solicitar a intervenção alemã e desfrutar de autonomia limitada, sob a proteção benigna da Alemanha ou enfrentar uma invasão militar em escala total, com a subsequente perda de todos os vestígios de autonomia para o povo tcheco. A fim de poupar seu povo do segundo destino, Hacha cedeu e aceitou as condições alemãs.

Na manhã seguinte, tropas alemãs entraram em Praga. Hitler chegou em Praga mais tarde, nesse mesmo dia, para reivindicar as antigas províncias do Império Habsburgo, Boêmia e Morávia, para o Reich Alemão. Hacha permaneceu como presidente nominal do novo protetorado do Reich, ao longo da guerra. A

Eslováquia manteve sua independência nominal, sob Tiso, como um estado-satélite alemão. Enquanto isso, a Hungria, que só recentemente aderira ao Pacto AntiComintem, capturou a província Cárpatos-Ucrânia, com as bênçãos alemãs.

A questão polonesa

Por que Hitler deliberadamente escarneceu dos Acordos de Munique, solapando a política de apaziguamento, de que tanto se beneficiara? Se em vez de capturar Praga ele tivesse iniciado logo em seguida as negociações para retomar os territórios alemães perdidos para a Polônia, é bem possível que continuasse a contar com os esforços de apaziguamento de britânicos e franceses. Provavelmente ele não esperava a veemência da reação ocidental à ocupação de Praga. Pode ter concluído que o Ocidente já concordara implicitamente em Munique com a perda da independência da Tchecoslováquia, desde que ocorresse sem guerra. O pedido de Hacha para a intervenção alemã, embora obtido sob pressão, oferecia pelo menos a aparência de legalidade.

A explicação mais provável para Hitler não demonstrar mais paciência, no entanto, é a de que eleja tinha tomado a decisão de desfechar uma guerra de conquista no leste em futuro próximo, aproveitando a vantagem da Alemanha no rearmamento e a fraqueza da atual liderança da Inglaterra e era antes a vantagem relativa da Alemanha em tecnologia militar. A liquidação da Tchecoslováquia era uma condição prévia para uma campanha militar bem-sucedida a leste. Afinal, fortalecia os recursos econômicos e militares da Alemanha, ao mesmo tempo em que eliminava um adversário que abrigava muitos emigrados alemães e cultivava vínculos estreitos com a União Soviética.

Os britânicos garantem a Polônia

Menos de uma semana depois da ocupação de Praga, Ribbentrop apresentou a exigência alemã de Hevolução de Danzig, uma cidade livre, administrada por um Alto Comissário, nomeado pela Liga das Nações. Os alemães também exigiam uma estrada extraterritorial através do Corredor Polonês, a fim de ligar o Reich à Prússia Oriental. Em troca, os alemães ofereciam a garantia da independência da Polônia. Num certo sentido, essas exigências eram menos irracionais do que a reivindicação anterior à Sudetolândia, que não era parte da Alemanha antes da Primeira Guerra Mundial. Além disso, os lituanos haviam oferecido um precedente para retificações de fronteira negociadas, ao devolverem a cidade de Memel à Alemanha, a 23 de março, em troca da garantia de sua independência nacional. Sob pressão britânica, a Lituânia já entregara a direção dos assuntos locais em Memel aos alemães étnicos, mas para os poloneses, temerosos de partilhar o destino da Tchecoslováquia (embora tivessem participado da divisão dos despejos), a devolução dos territórios adquiridos da Alemanha depois da Primeira Guerra Mundial não era negociável. Embora Danzig (hoje a cidade polonesa de Gdansk) tivesse uma predominância alemã, suas instalações portuárias eram importantes para a economia polonesa e a segurança do país. Líderes britânicos e franceses, sob pressão da indignação pública pela entrega da Tchecoslováquia, estavam agora determinados a não repetir o erro de Munique; ou, diga-se 'de passagem, de julho de 1914, quando os britânicos não foram bastante claros e rápidos na declaração de que tinham a intenção de lutar. No dia 31 de março de 1939, eles ofereceram uma garantia de apoio militar incondicional, se a Polônia fosse obrigada a entrar em guerra para defender sua independência.

O efeito dessa garantia incondicional, estendida à Romênia e Grécia depois que Mussolini atacou a Albânia, a 7 de abril, foi o de reforçar a recusa polonesa de negociar revisões territoriais com a Alemanha. Os alemães reagiram à garantia incondicional com a declaração de que o Acordo Naval Anglo-Alemão não tinha mais validade e com a revogação do pacto de não-agressão com a Polônia, assinado em 1934. A 11 de abril, Hitler ordenou que o exército preparasse planos para atacar a Polônia. A data marcada para o início da operação foi 26 de agosto. A 22 de maio, Alemanha e Itália firmaram uma aliança militar, conhecida como Pacto de Aço.

É uma questão em aberto se alguma coisa poderia dissuadir Hitler de usar a força contra a Polônia, desse momento em diante. Os críticos da abrupta reviravolta britânica em março de 1939 têm ressaltado que

a Polônia, que não era uma democracia, era menos defensável do que a democrática Tchecoslováquia, no ano anterior. A Inglaterra e a França não foram capazes de acrescentar à garantia oferecida à Polônia um apoio militar concreto. Ainda mais crítico, os dois países deixaram de seguir a única opção que poderia impedir um ataque alemão: uma aliança com a União Soviética.

O Tratado de Não-Agressão Nazi-Soviético

A política soviética em relação ao Ocidente passara por uma importante mudança em 1934, quando a União Soviética, alarmada com a consolidação do poder nacional-socialista na Alemanha, ingressara na Liga das Nações, saindo de seu isolamento internacional. Por vários anos, ao que tudo indica, os soviéticos foram bastante sinceros na busca de uma aliança militar com o Ocidente, proporcionando alguma segurança contra a ameaça alemã. Sob a orientação de Maxim Litvinov, seu ministro do Exterior, os soviéticos defendiam a segurança coletiva contra o fascismo, ao mesmo tempo em que apoiavam a política da Frente Popular dos comunistas ocidentais, em colaboração com os social-democratas e liberais. Numa reunião da Internacional Comunista, em julho de 1935, a União Soviética prometeu apoiar as democracias ocidentais contra o fascismo. Sob a influência da mentalidade de conciliação, no entanto, os líderes ocidentais repeliram as aberturas soviéticas, com medo de provocar os soberanos fascistas. Os franceses assinaram um pacto defensivo com a União Soviética em 1935, em reação ao rearmamento alemão, mas protelaram as providências para implementação das disposições de cooperação militar. Depois do Acordo de Munique, em 1938, esse pacto não tinha mais sentido.

Munique deve ter abalado qualquer confiança que Stalin ainda pudesse ter numa política de segurança coletiva. Mesmo assim, ele renovou sua proposta de uma aliança militar com o Ocidente, na esteira da ocupação nazista de Praga. Ao mesmo tempo, porém, os soviéticos lançaram crescentes insinuações para os alemães de que estavam dispostos a considerar um reatamento de relações. As críticas ao fascismo foram atenuadas nos discursos oficiais. O sinal mais evidente para os alemães foi a substituição de Litvinov, que era judeu e tinha uma profunda identificação com a política de segurança coletiva, por Vyacheslav Molotov (1890-1986), no cargo de ministro do Exterior, a 3 de maio.

É bem possível que Stalin estivesse esperando por um acordo com a Alemanha há algum tempo, apesar da insistente e implacável hostilidade do regime nazista. Os Grandes Expurgos de 1936-38, inclusive o expurgo no alto comando militar soviético, talvez tenham sido motivados pelo desejo de Stalin de eliminar os críticos e oponentes da esquerda mais radical, que poderiam atrapalhar o estabelecimento de relações mais estreitas com a Alemanha. A suspensão da ajuda soviética aos legalistas espanhóis, que levou ao triunfo de Franco na primavera de 1939, removeu um obstáculo adicional para um acordo com a Alemanha. Por outro lado, também removeu um obstáculo para as negociações com as potências ocidentais, que sempre haviam criticado a intervenção soviética na Espanha.

Mas o governo de Chamberlain relutava visivelmente em celebrar um tratado militar com a União Soviética. Foi somente em 23 de julho que a Inglaterra entrou em negociações militares. A delegação britânica, que seguiu de navio para a Rússia pelo caminho mais demorado, era constituída por oficiais de patente inferior, sem poderes plenipotenciários. Só estavam autorizados a falar sobre princípios gerais, não sobre acordos militares específicos. Talvez confiantes de que a União Soviética nunca seria capaz de superar suas divergências com a Alemanha, os britânicos não atribuíam muita urgência às negociações.

A repulsa ideológica contra qualquer forma de cooperação com os "bolcheviques" teve uma certa influência na relutância britânica em formar uma aliança com os soviéticos. Mas havia também outros fatores que tornavam a ligação pouco atraente. Os líderes militares britânicos não tinham em alta conta a capacidade militar do Exército Vermelho, ainda mais enfraquecido pelo recente expurgo em seu corpo de oficiais. Achavam que não havia muita vantagem numa ligação com um aliado que provavelmente mais precisaria de ajuda do que poderia oferecer. Do ponto de vista britânico, a pior possibilidade era ser arrastado para uma guerra contra a Alemanha para salvar a União Soviética.

Havia também dificuldades práticas. Os beneficiários das garantias de apoio britânico, Polônia e Romênia, eram intransigentes na recusa de permissão para que tropas soviéticas atravessassem seu território, como teriam de fazer para a defesa contra um ataque alemão. Afinal, a União Soviética não tinha fronteira comum com a Alemanha. O medo de poloneses e romenos de uma invasão soviética era no mínimo tão grande quanto o medo de um ataque alemão. Além disso, os britânicos não estavam dispostos a consignar os estados bálticos, Estônia, Letônia e Lituânia, à esfera soviética. Isso não apenas violaria o princípio da autodeterminação nacional, mas também eliminaria o *cordon sanitaire* que servia como um pára-choque contra a expansão da influência comunista na Europa.

Alguns historiadores têm especulado que o principal motivo de Stalin para entrar em negociações com a Inglaterra foi o de atrair Hitler para um acordo. Stalin, por sua vez, desconfiava que os britânicos usavam as conversações para levar Hitler a negociar com eles. Tanto britânicos quanto soviéticos temiam ser forçados a entrar numa guerra contra a Alemanha. Na verdade, para a União Soviética, um pacto de nãoagressão com a Alemanha oferecia mais vantagens do que uma aliança com a Inglaterra. Garantiria seu flanco europeu, numa ocasião em que os soviéticos estavam ativamente empenhados em escaramuças militares com o Japão, na fronteira da Manchúria. Conflitos entre tropas soviéticas e japonesas já haviam ocorrido, em julho e agosto de 1938. Um acordo com a Alemanha manteria os soviéticos fora de uma guerra européia, pelo menos por algum tempo, ao passo que uma aliança com a Inglaterra e a França, se não fosse capaz de dissuadir Hitler, envolveria imediatamente os soviéticos na guerra. Um acordo com a Alemanha não apenas ganharia tempo para os soviéticos, mas também espaço, já que Hitler não partilharia os escrúpulos britânicos sobre a independência dos estados bálticos. Ou seja, um tratado com os nazistas parecia o meio ideal para garantir a segurança soviética a curto prazo. A perspectiva de dividir o campo capitalista proporcionava aos soviéticos um incentivo adicional para negociar com Hitler.

Talvez alarmado pela possibilidade de que uma aliança franco-britânico-soviética pudesse frustrar seu plano de atacar a Polônia, Hitler decidiu, ao final do verão de 1939, explorar as insinuações soviéticas para uma melhoria das relações entre os dois países. Para Hitler, um pacto de não-agressão com a União Soviética lhe proporcionaria liberdade para agir na Polônia. A supressão da independência polonesa e a divisão do território polonês proporcionavam uma base histórica para a aliança entre russos e alemães desde o século XVIII. Hitler não podia acreditar que a Inglaterra e a França, depois de se esquivarem a lutar por uma Tchecoslováquia democrática e com força militar um ano antes, apesar da garantia de ajuda soviética, pudessem agora lutar para salvar uma Polônia antidemocrática e militarmente fraca, e, além disso, sem a perspectiva de ajuda soviética.

A 21 de agosto, Ribbentrop voou para Moscou, a fim de acertar os detalhes. A 23 de agosto, o Pacto Nazi-Soviético foi anunciado para um mundo perplexo. Determinava que cada nação permaneceria neutra no caso de a outra se envolver numa guerra, não importava quem iniciasse essa guerra. Acordos comerciais de benefício mútuo também foram negociados. A Alemanha enviaria produtos mecânicos para a União Soviética, em troca de matérias-primas e alimentos. Um protocolo secreto previa a divisão da Europa Oriental entre esferas de interesse alemã e soviética. Letônia e Estônia, a Bessarábia e a parte leste da Polônia, conquistada pelos poloneses durante a Guerra Civil Russa, em 1920, povoada em grande parte por bielo-russos e ucranianos, ficariam na esfera soviética. Ao concordar com a divisão da Polônia, Hitler pode ter presumido erroneamente que a garantia britânica para a integridade territorial polonesa incluiria também a União Soviética. com isso, seria impossível uma aliança entre Inglaterra e União Soviética. De qualquer forma, é indubitável que Hitler considerava as concessões territoriais à União Soviética como apenas temporárias, tendo em vista seus planos a longo prazo para a conquista de *Lebensraum* no leste.

O ataque alemão contra a Polônia

O Pacto de Não-Agressão Nazi-Soviético armou o palco para a invasão alemã da Polônia. As condições pareciam ideais para reverter o mais molesto legado de Versalhes, a perda dos territórios orientais. A 22 de agosto, um dia antes da assinatura do pacto, Hitler disse aos chefes militares, reunidos em seu refúgio alpino, em Berchtesgaden, que a guerra com a Polônia era iminente. Sabia que os generais não faziam objeções à conquista da Polônia. Eles temiam apenas uma confrontação prematura com as potências

ocidentais. Por isso, Hitler procurou tranquilizá-los, dizendo que não precisavam recear uma intervenção britânica ou francesa. "Nossos inimigos são pequenos vermes", declarou ele. "Eu os vi em Munique".

A expectativa de neutralidade de britânicos e franceses foi um dos motivos para que Hitler estivesse determinado a forçar a questão naquele momento. De qualquer forma, disse ele aos generais, era preciso assumir o risco de guerra com o Ocidente. Só que as condições para a guerra contra o Ocidente eram muito mais favoráveis do que na Primeira Guerra Mundial, porque o Pacto Nazi-Soviético tornava impossível o bloqueio econômico. Hitler estava com pressa, porque considerava que sua liderança pessoal era indispensável para o sucesso. Completara 50 anos em abril de 1939, e sentia-se agora atormentado por premonições de morte prematura. Os problemas potenciais de uma economia voltada para os preparativos de guerra, não para a elevação do padrão de vida do povo, podem também ter influenciado a decisão de Hitler de desfechar a guerra mais cedo, sem demora.

Hitler hesitou apenas por um instante quando britânicos e franceses deixaram claro que cumpririam seu compromisso com a Polônia, apesar do Pacto Nazi-Soviético, e quando Mussolini informou-o de que a Itália não estava pronta para a guerra. A invasão da Polônia, marcada originalmente para 26 de agosto, foi adiada para, 1 de setembro. Através da mediação de Birger Dahlerus, um homem de negócios sueco e amigo pessoal de Goering, Hitler ainda tentou provocar uma divisão entre Polônia e Inglaterra, a fim de manter os britânicos fora da guerra. Ele propôs formar uma aliança com a Inglaterra, depois que a questão polonesa fosse resolvida de forma satisfatória. As condições oferecidas aos poloneses eram relativamente brandas a devolução de Danzig e um plebiscito para decidir o destino do Corredor -, mas ele exigia que um emissário polonês, com plenos poderes, estivesse em Berlim antes da meia-noite de 30 de agosto, para aceitá-las. Os britânicos exortaram os poloneses a aceitar as exigências de Hitler, mas prometeram apoiar a Polônia se Hitler recorresse à força. Os poloneses declararam que estavam dispostos a negociar, mas recusavam submeter-se a um ultimato alemão. Se Hitler fosse paciente, ainda poderia ganhar mais concessões sem precisar entrar em guerra. Mas a liberdade de ação que ele queria na Polônia só poderia ser alcançada através da força. Pouco depois de meio-dia de 31 de agosto, ele deu a ordem final para o ataque. Ainda inseguro sobre a reação de Inglaterra e França, ele ordenou que a Wehrmacht se abstinhasse de atacar primeiro tropas dos dois países.

Um ataque encenado por homens das SS vestindo uniformes poloneses, contra uma estação de rádio alemã numa pequena cidade da fronteira, Gleiwitz, visava criar a impressão de que os poloneses é que haviam iniciado a luta. O cadáver de um criminoso condenado, vestido como empregado da estação de rádio, foi deixado para trás, a fim de dar credibilidade ao incidente para o público alemão. Hitler compareceu ao *Reichstag* em uniforme militar, na manhã de 1 de setembro, e anunciou cinicamente que desde o início daquela manhã os alemães estavam "respondendo ao fogo". Os antecedentes de apaziguamento aparentemente convenciam-no de que não precisava temer uma ação militar resoluta dos países ocidentais, mesmo que declarassem guerra. Na verdade, Chamberlain e Halifax ainda esperavam por uma solução negociada para a crise. Mas o parlamento e a opinião pública forçaram o governo britânico a apresentar um ultimato aos alemães, para interromperem seu avanço na Polônia. Quando se esgotou o prazo do ultimato, a 3 de setembro, sem uma resposta alemã, os britânicos e franceses estavam em guerra.

Historiadores têm debatido o grau de culpa soviética por permitir que Hitler iniciasse a guerra em condições tão favoráveis. Foi sem dúvida irônico que a União Soviética se esforçasse em apaziguar Hitler no momento mesmo em que as potências ocidentais renunciavam à política de apaziguamento. A obsessão por segurança levava os soviéticos à conclusão de que não poderiam contar com o apoio do Ocidente. Essa percepção não era de todo infundada. Até mesmo um anticomunista tão inflexível quanto Winston Churchill descreveu o Pacto de Não Agressão Nazi-Soviético como "o fracasso culminante da política externa e da diplomacia dos britânicos e franceses". As atitudes políticas de Chamberlain haviam levado à guerra em circunstâncias muito menos favoráveis para a Inglaterra do que teria ocorrido um ano antes. A relutância dos Aliados para lutar em 1938 pode ser em parte explicada como a relutância de liberais e conservadores em lutarem ao lado dos soviéticos contra o Reich Alemão. Depois do Pacto Nazi-Soviético, no entanto, essa restrição foi removida. A alegação nazista, de que a Alemanha representava um baluarte contra o comunismo, não tinha mais qualquer credibilidade. Sob esse aspecto, pelo menos, o Pacto Nazi-Soviético,

com o qual Hitler esperava impedir que Inglaterra e França entrassem em guerra, pode, ironicamente, ter facilitado essa decisão.

12. A Segunda Guerra Mundial - Da guerra européia à guerra global, 1939-41

O que começou como uma guerra que a Alemanha esperava manter localizada na Polônia acabou como a mais extensa e destrutiva guerra de todos os tempos. A luta pode ser dividida em três fases principais. De 1939 a 1941, desenrolou-se a fase européia. Em 1941, o ataque alemão à União Soviética e o ataque japonês aos Estados Unidos espalharam a guerra para o mundo inteiro, levando ao período de maior ascendência do Eixo, no verão de 1942. Durante vários meses, a guerra pendeu na balança. A maré virou ao final de 1942 e início de 1943, com as vitórias Aliadas na Rússia, África do Norte e Pacífico, iniciando a fase final do conflito. Mas outros dois anos de combates encarniçados foram necessários antes que alemães e japoneses fossem derrotados, em 1945.

A campanha polonesa

De 1939 a 1941, o exército alemão parecia invencível. A campanha polonesa foi um exemplo didático da nova doutrina militar alemã de *Blitzkrieg* (guerra-relâmpago). A tecnologia militar alemã era muito superior à dos poloneses. com o apoio da artilharia pesada e de bombardeiros de mergulho, as colunas blindadas e motorizadas alemãs penetraram rapidamente pelas linhas polonesas e cercaram as forças inimigas. Mais tarde, os alemães também faziam um uso inovador de pára-quedistas lançados por trás das linhas inimigas. A infantaria ia atrás, para executar as operações de limpeza dos focos de resistência. Cerca de sessenta divisões alemãs participaram da invasão. Tropas alemãs alcançaram Varsóvia a 9 de setembro. No dia a capital polonesa estava cercada. A 17 de setembro o exército soviético cruzou as fronteiras orientais da Polônia para reivindicar sua parcela do território polonês concedida pelo Pacto Nazi-Soviético. Varsóvia rendeu-se em 27 de setembro, depois de intenso bombardeio alemão. A 5 de outubro cessou toda e qualquer resistência polonesa.

A "Guerra Falsa"

Na frente de oeste, por outro lado, a guerra assumiu a forma do que os alemães chamaram de *Sitzkrieg* (guerra sentada), enquanto no Ocidente era conhecida como "Guerra Falsa". Os franceses não se arriscaram a sair de suas posições defensivas na Linha Maginot, apesar da considerável superioridade embora temporária em número e material. A experiência da Primeira Guerra Mundial convenceram os líderes militares franceses de que a defesa era mais importante que a ofensiva. A relutância em lançar um ataque foi também uma decorrência da persistente ilusão de que os combates ainda poderiam ser evitados, se os alemães não fossem provocados. O medo da retaliação aérea contra alvos civis foi outro elemento dissuasivo, assim como a bem fortificada Muralha do Oeste (também chamada de Linha Siegfried), com 650 quilômetros, construída pelos alemães antes do início da guerra, da fronteira suíça até o norte da cidade de Aachen. Os Aliados achavam que o tempo estava do seu lado, que um bloqueio bastaria para acarretar o colapso alemão.

Depois da conclusão vitoriosa da campanha polonesa, Hitler propôs a paz, em troca à aquiescência Aliada para a ocupação alemã da Polônia. Ao oferecer ao mesmo tempo sua garantia de manutenção do Império Britânico, Hitler esperava fincar uma cunha entre a Inglaterra e a França. Quando sua oferta foi rejeitada, Hitler optou por desfechar uma ofensiva imediata na frente ocidental. Várias considerações persuadiram-no da necessidade de procurar uma solução rápida da guerra no Ocidente. A neutralidade soviética e americana talvez não durasse, a Itália podia vacilar em sua lealdade, e os países ocidentais provavelmente adquiririam mais poderio militar. As condições do tempo, no entanto, assim como a perda acidental dos planos de batalha alemães na Bélgica, em janeiro, forçaram um adiamento do ataque até a primavera seguinte.

A "Guerra do Inverno"

Enquanto isso, a União Soviética apressava-se em reforçar sua presença militar nas áreas que lhe haviam sido cedidas pelo Pacto Nazi-Soviético. Os países bálticos, Estônia, Letônia e Lituânia, foram pressionados a assinar tratados de amizade e cooperação, em setembro e outubro de

1939, inclusive permitindo que tropas da União Soviética ficassem estacionadas em seu território. A Finlândia, no entanto, resistiu às exigências soviéticas de concessões territoriais no istmo da Carélia, que serviriam para reforçar as defesas soviéticas em torno de Leningrado. Isso levou à deflagração da chamada Guerra do Inverno, a 30 de novembro, quando a União Soviética tentou tomar o território reivindicado, usando a força. Por esse ato de agressão, a União Soviética foi expulsa da Liga das Nações, a 14 de dezembro. Os Aliados ocidentais prometeram ajudar os finlandeses, mas no final houve pouquíssima ajuda. Mesmo assim, os finlandeses se defenderam com uma força inesperada, infligindo pesadas perdas ao Exército Vermelho, que tinha grande superioridade numérica. Na paz assinada a 13 de março de 1940, os soviéticos obtiveram apenas uma parte de seu objetivo. Suas baixas, com cerca de 2000 mortos, superaram as perdas finlandesas na média de oito para um. O medíocre desempenho do Exército Vermelho na Guerra do Inverno ajudou a persuadir Hitler e os líderes militares alemães de que a União Soviética não poderia resistir a um ataque alemão.

A campanha escandinava

A Guerra do Inverno transferiu o foco dos planejadores militares para a Escandinávia. A Noruega serviu como o canal para a ajuda francesa e britânica aos finlandeses na Guerra do Inverno. E verdade, diga-se de passagem, que bem pouca ajuda de fato alcançou os finlandeses. Os alemães temiam, não sem razão, que os Aliados planejassem abrir uma segunda frente contra a Alemanha na Escandinávia. A 9 de abril de 1940, tropas alemãs invadiram a Dinamarca e a Noruega, a fim de impedir que os britânicos ocupassem esses países e interrompessem o fluxo de minério de ferro da neutra Suécia, que era vital para a economia de guerra da Alemanha. A Dinamarca caiu em doze horas, mas o exército norueguês lutou com a maior tenacidade, com o apoio dos Aliados, por várias semanas. A resistência final só terminou a 10 de junho, quando a campanha alemã contra a França já fora desfechada. Na Noruega, os alemães instalaram um regime subordinado, tendo no comando um ex-ministro da Defesa norueguês, Vidkun Quisling (1887-1945), cujo nome se tornaria um símbolo de abjeta colaboração.

A campanha no Ocidente

A 10 de maio de 1940, as forças alemãs Desfecharam um ataque em larga escala na Holanda, Bélgica, Luxemburgo e França, com a mesma eficiência implacável que demonstrara antes na Polônia. Os alemães proclamaram que a invasão dos Países Baixos era necessária para prevenir um ataque Aliado que se acreditava iminente. O verdadeiro motivo, porém, era atrair tropas francesas e britânicas para o norte, a fim de enfraquecer o flanco Aliado. O ataque alemão decisivo ocorreu contra tropas francesas, na floresta de Ardenas, um terreno considerado impróprio para a guerra mecanizada. A 13 de maio, o exército alemão cruzou o rio Meuse, perto de Sedan, e se encaminhou para os portos do Canal da Mancha, ao norte, cercando as tropas francesas e britânicas na Bélgica e norte da França.

O avanço alemão nos Países Baixos foi facilitado pela relutância anterior da Holanda e da Bélgica em coordenar suas defesas com a França e a Inglaterra, pelo medo de comprometer sua neutralidade. A Holanda rendeu-se a 15 de maio, depois do maciço bombardeio de Roterdã. Bruxelas caiu a 17 de maio. Os belgas renderam-se a 28 de maio, pondo em perigo as forças francesas e britânicas que haviam se deslocado para o norte, a fim de enfrentarem o avanço alemão.

Por algum tempo, tudo indicava que a força expedicionária britânica, acuada perto da pequena cidade costeira francesa de Dunquerque, não poderia escapar à destruição. Mas uma suspensão temporária do avanço alemão, a 24 de maio, proporcionou aos britânicos tempo suficiente para organizar suas defesas e promover uma enorme operação de retirada pelo mar. Quando Dunquerque finalmente foi capturada pelos

alemães, a 4 de junho, mais de 3380 soldados britânicos, franceses e belgas haviam sido transportados através do Canal da Mancha, em embarcações disponíveis de todos os tipos. Essa espetacular operação de resgate transformou uma grande derrota em algo que se poderia chamar de triunfo moral.

Dunquerque deu margem a especulações posteriores de que Hitler podia ter permitido deliberadamente que o exército britânico escapasse, a fim de deixar uma porta aberta para negociações de paz. Houve razões práticas mais plausíveis, no entanto, para o fracasso alemão em persistir no ataque até o fim. O avanço muito rápido estendera demais as linhas alemãs de suprimentos. Assim, com suprimentos escassos, um ataque adicional de veículos blindados por território inóspito poderia expor as tropas a riscos desnecessários. A decisão sobre o avanço foi entregue ao comandante do Grupo de Exércitos, general Gerd von Rundstedt (promovido a marechal-de-campo em julho de 1940), que temia um ataque francês pelo flanco. Além do mais, os tanques eram agora necessários para a ofensiva contra os principais exércitos franceses, concentrados em torno de Paris, ao sul. Hitler não tinha motivos para duvidar da garantia de Goering de que a Luftwaffe era capaz de liquidar as tropas aliadas em Dunquerque. Mas o céu nublado e a corajosa resistência dos caças da Royal Air Force (RAF) fizeram com que a Luftwaffe se tornasse incapaz de cumprir a jactância de Goering. A maior parte da força expedicionária britânica foi transportada através do Canal da Mancha para a segurança, mas teve de deixar para trás todos os seus meios de transporte e equipamentos pesados. A RAF perdeu 177 aviões nos nove dias da evacuação; a marinha perdeu vários contratorpedeiros.

A queda da França

As tropas alemãs perseguiram agora as forças francesas em retirada para o sul. Ansioso em participar dos despejos, Mussolini declarou guerra à França e Inglaterra, a 10 de junho. Paris caiu em poder dos alemães a 13 de junho. A 17 de junho o primeiro-ministro francês, Paul Reynaud (1878-1966), que queria continuar a guerra na África do Norte, foi substituído pelo idoso herói da batalha de Verdun, na Primeira Guerra Mundial, marechal Henri-Philippe Pétain (1856-1951). com firmes posições conservadoras, Pétain tinha menos relutância em negociar com os nazistas. Estava convencido de que a derrota de seu país era consequência dos efeitos desmoralizantes das idéias marxistas e esquerdistas pregadas nos últimos vinte anos.

O armistício franco-alemão foi assinado a 22 de junho, no mesmo vagão ferroviário, na clareira perto de Compiègne, em que os alemães haviam assinado o armistício que encerrara a Primeira Guerra Mundial. As regiões norte e oeste da França foram ocupadas por tropas alemãs, que tinham seu quartel-general em Paris. O resto da França, cerca de dois quintos do território, permaneceria independente, sob um novo governo autoritário, com a capital temporária na cidade provincial de Vichy. Pétain tornou-se o presidente desse regime colaboracionista, que substituiu o lema revolucionário de liberdade, igualdade e fraternidade pela tríade conservadora de trabalho, família e pátria. Sob o primeiro-ministro Pierre Laval (1883-1945), que orientou as políticas de Vichy de junho a dezembro de 1940 e de abril de 1942 até a libertação da França, em 1944, o regime formou uma parceria ativa com a Alemanha Nazista, dirigida basicamente contra o comunismo e a União Soviética.

Na esperança de impedir que as colônias francesas se juntassem aos britânicos, os alemães permitiram que os franceses conservassem sua esquadra. Mas os britânicos não estavam dispostos a correr o risco de que a poderosa esquadra, a quarta maior do mundo, pudesse cair em poder dos alemães. Depois que fracassaram as negociações com o comandante francês, uma esquadra britânica atacou e destruiu grande parte dos navios franceses, na base naval argelina de Mers-el-Kébir, a 3 de julho de 1940. O incidente custou mais de 10 vidas francesas e levou a um rompimento das relações diplomáticas entre a França de Vichy e a Inglaterra, a 8 de julho. Também exacerbou as relações entre o regime de Vichy e o movimento da França Livre, sob a liderança do general Charles de Gaulle (1890-1970), que tentava mobilizar os franceses de seu quartel-general em Londres para continuar a luta ao lado britânico.

Para Hitler, a rendição francesa representou o maior triunfo de sua vida. A maioria dos alemães partilhou seu senso de exultação. Os nazistas promoveram imponentes desfiles militares em Berlim e Paris

para celebrar a vitória. A humilhação de 11 de novembro de 1918 foi apagada. A Alsácia e partes da Lorena foram devolvidas ao Reich. A Inglaterra, o último inimigo restante, fora expulsa do território continental. A paz nas condições alemãs parecia de fácil alcance. com toda esperança de vitória agora aparentemente dissipada e sua própria ilha em perigo mortal, era inconcebível que os britânicos quisessem continuar a guerra.

A Batalha da Inglaterra

A 19 de julho, Hitler convidou os britânicos a encerrarem a luta, com base numa partilha do mundo. A Inglaterra conservaria suas possessões imperiais, em troca de conceder a supremacia continental à Alemanha. A única exigência territorial de Hitler fora da Europa era a recuperação das colônias perdidas na Primeira Guerra Mundial. Mas a ascensão de Winston Churchill como primeiro-ministro da Inglaterra, a 10 de maio de 1940, marcou o fim de todas as ilusões remanescentes de que ainda seria possível evitar uma guerra total. Num discurso memorável, Churchill ofereceu a seus compatriotas apenas "sangue, suor e lágrimas", exortando-os a resistirem com firmeza e determinação à maré alemã. A Batalha da Inglaterra começara. A 16 de julho, Hitler deu ordens para a preparação da "Operação Leão do Mar", a projetada invasão da Inglaterra, com a data marcada para 15 de setembro. Ao longo do verão de 1940, essa operação recebeu a mais alta prioridade de recursos materiais e pessoais.

Uma condição prévia necessária para o sucesso, no entanto, era o controle do ar sobre o Canal da Mancha e as Ilhas Britânicas. No início de agosto, a Luftwaffe lançou maciços ataques aéreos contra bases navais e aéreas britânicas, além de outros alvos estratégicos. A RAF reagiu com a maior determinação, contando com a ajuda de seu sistema de radar, recém-inventado. Mas os ataques alemães às bases da RAF cobraram um tributo devastador. Durante semanas, a batalha pela supremacia aérea ficou em suspenso.

No início de setembro, talvez como retaliação por um inesperado ataque aéreo da RAF a Berlim em 25 de agosto, os alemães desfecharam uma *blitz* total contra áreas residenciais de Londres e outras cidades grandes. Embora a *blitz* custasse cerca de 600 vidas britânicas, esse deslocamento de alvos militares para civis acabou sendo um erro. Em vez de minar a moral britânica, reforçou a determinação do país de resistir. A *blitz* justificaria mais tarde o bombardeio muito mais destrutivo de cidades alemãs, ao mesmo tempo em que mobilizou a opinião pública mundial para o lado britânico.

O desvio dos ataques da Luftwaffe de alvos militares para civis permitiu que a RAF conservasse o domínio dos céus. A RAF infligiu pesadas perdas às esquadrilhas alemãs de bombardeiro. Na guerra aérea sobre a Inglaterra, os alemães perderam duas vezes mais aviões do que os britânicos. Tornou-se cada vez mais evidente que não seria possível criar as condições ideais para a execução da Operação Leão do Mar. No início de outubro, depois de vários adiamentos da data prevista, a invasão foi suspensa até a primavera seguinte. A essa altura, a Operação Leão do Mar serviria basicamente como uma camuflagem para a iminente guerra contra a Rússia Soviética. A Operação Leão do Mar, no entanto, não seria oficialmente cancelada até fevereiro de 1942.

As opções militares de Hitler

Sem o domínio do ar, a invasão da Inglaterra representava um risco grande demais para os alemães. A destruição de uma força invasora poderia fazer o esforço de guerra alemão retroagir dez anos, e estimular a intervenção russa e/ou americana. O Führer defrontava-se agora com um dilema: como derrotar os britânicos ou pelo menos persuadi-los a terminar a guerra. Uma opção era eliminar a Rússia como o último aliado continental em potencial da Inglaterra. Hitler acreditava que os britânicos se recusariam a chegar a um acordo enquanto pudessem esperar pela intervenção soviética. A 22 de julho de 1940, o mesmo dia em que os britânicos rejeitaram sua exigência de terminar a guerra, Hitler ordenou que a Wehrmacht preparasse os planos para a invasão da Rússia. Na ocasião, ele ainda imaginava que poderia conquistar a Inglaterra antes de desfechar um ataque contra a União Soviética. A 31 de julho, quando a invasão da Inglaterra ainda estava sendo planejada, Hitler disse a seus generais que se preparassem para um ataque à União Soviética na primavera de 1941.

A guerra contra a União Soviética não foi a única opção que Hitler considerou depois que a Batalha da Inglaterra se encerrou, sem uma decisão definitiva, no outono de 1940. Outra possibilidade era atacar a Inglaterra através de uma campanha no Mediterrâneo, com o objetivo de capturar Gibraltar, o canal de Suez e as possessões britânicas no Oriente Médio. Essa estratégia tinha o apoio do almirante Erich Raeder (1876-1960), o comandante da marinha alemã até 1943. Ele insistia que era necessário derrotar a Inglaterra antes de desfechar um ataque contra a União Soviética. Uma alta prioridade, em qualquer caso, era manter os Estados Unidos na neutralidade. A 27 de setembro de 1940, Hitler assinou o Pacto Tripartite com o Japão e a Itália, visando principalmente dissuadir a entrada dos americanos na guerra. Os signatários comprometiam-se a ajudar uns aos outros em caso de ataque de uma potência que não estivesse naquele momento envolvida nos conflitos, a europeia e a sino-japonesa. Os satélites anticomunistas da Alemanha no leste da Europa, incluindo Hungria, Romênia, Bulgária, Eslováquia e mais tarde a Croácia, também assinaram o pacto.

Ao final de outubro, Hitler viajou para o sul da França, a fim de manter conversações separadas com Pétain e Franco, na esperança de persuadi-los a cooperar mais ativamente na guerra contra a Inglaterra. Um obstáculo para essa cooperação, no entanto, eram as reivindicações coloniais conflitantes da Itália, Espanha e França de Vichy na África do Norte. A participação ativa da Espanha era particularmente crucial para uma campanha vitoriosa contra a Inglaterra no Mediterrâneo. No auge do sucesso militar da Alemanha na França, em junho, Franco mudara a posição oficial da Espanha de neutralidade para não-beligerância, no lado dos patronos fascistas. Mas Franco, infeliz com o Pacto Nazi-Soviético, recusava-se a comprometer a Espanha num papel mais ativo na guerra, até que diversas condições fossem atendidas. Para contrabalançar as perdas sofridas na Guerra Civil Espanhola, Franco apresentou uma lista de pedidos militares e industriais, tão longa que virtualmente impedia seu cumprimento. Nem mesmo a diplomacia pessoal de Hitler pôde superar a atitude cautelosa de Franco, de esperar para ver.

A invasão italiana na Grécia

A escalada do envolvimento alemão no Mediterrâneo acabou sendo necessária por causa das derrotas sofridas pelos aliados italianos na Líbia, em janeiro de 1941, além de um ato de agressão italiana anterior, que Hitler não desejava nem previra. A 28 de outubro de 1940, as forças de Mussolini de suas bases na Albânia ocupada, sem qualquer aviso, invadiram a Grécia. Ao que tudo indica, Mussolini queria uma vitória nos Bálcãs para conter a constante expansão da influência alemã na Romênia. Antes, a Romênia tinha fortes vínculos com o Ocidente, mas pouco a pouco gravitara para a órbita alemã, sob o impacto dos sucessos militares da Alemanha e o medo da União Soviética.

Do ponto de vista alemão, a abertura de uma nova frente nos Bálcãs era um erro crasso, e não apenas porque os gregos resistiram com sucesso ao avanço italiano. A violação da neutralidade grega poderia afetar de maneira adversa os esforços alemães para atrair os outros estados balcânicos, em particular a Iugoslávia (contra a qual a Itália também tinha pretensões territoriais) e a Bulgária, para a órbita alemã, em preparativo para a iminente campanha contra a União Soviética. O efeito mais lamentável da invasão italiana, do ponto de vista alemão, foi o de levar a Inglaterra a se envolver nos Bálcãs, como garantidora da independência grega. De bases na Grécia, a Inglaterra poderia ameaçar os campos petrolíferos romenos, a mais importante fonte de petróleo para a Wehrmacht.

Negociações com a União Soviética

Outra ameaça potencial aos campos petrolíferos vinha da União Soviética, que em junho de 1940 ocupara não apenas o território romeno da Bessarábia, que lhe fora concedido pelo protocolo secreto do Pacto Nazi-Soviético, mas também Bukovina, no norte, uma área que não fora mencionada no pacto, nem no subsequente Tratado de Amizade e Demarcação, de setembro de 1939. Em junho de 1940, no auge da campanha alemã na França, os soviéticos também enviaram tropas para Lituânia, Letônia e Estônia. Os estados bálticos foram formalmente anexados pela União Soviética em agosto de 1940. Os alemães não esperavam que os soviéticos agissem de maneira tão precipitada, para consolidar o controle das áreas que haviam sido designadas como sua esfera de influência. Ainda assim, com exceção de Bukovina, todos os

movimentos soviéticos estavam de acordo com o Pacto Nazi-Soviético e o subsequente tratado de demarcação, que Stalin fazia questão de respeitar. No outono de 1940, Hitler até considerou, ao que parece, uma colaboração mais estreita com os soviéticos, como uma opção adicional, em seus esforços para persuadir os britânicos a aceitarem um acordo de paz. Talvez até fosse possível persuadir a União Soviética a ter uma participação mais ativa na guerra contra a Inglaterra.

Molotov foi a Berlim em novembro de 1940, sendo submetido à pressão e adulação dos alemães. Hitler tentou os soviéticos com ofertas de possessões britânicas no Oriente Médio e no Extremo Oriente, inclusive Irã e Afeganistão. Esse esforço para incitar a União Soviética a se expandir, à custa do Império Britânico, visava envolver os soviéticos na guerra contra a Inglaterra. Traria as vantagens adicionais de desviar as ambições soviéticas de objetivos territoriais na Europa e de enganá-los sobre os supremos objetivos expansionistas de Hitler no leste. E bastante improvável que Hitler imaginasse a colaboração com a União Soviética como qualquer outra coisa além de uma manobra temporária para derrotar a Inglaterra.

Hitler e Ribbentrop convidaram os soviéticos a ingressar no Pacto Tripartite, que reafirmara expressamente o relacionamento especial instituído pelo Pacto Nazi-Soviético. A possibilidade de a adesão soviética ao Pacto Tripartite a aliança entre alemães, japoneses e italianos, que começara com o Pacto AntiComintern, de 1936-virar um tema de discussões sérias demonstra como o Pacto Nazi-Soviético alterara as relações entre a Alemanha e a União Soviética. Mas os soviéticos não estavam dispostos a ser manipulados para uma guerra contra a Inglaterra, nem a ser desviados do que consideravam como seus interesses essenciais na Europa. Na verdade, eles exigiam uma extensão de sua esfera de influência européia, para incluir a Bulgária, Finlândia, o Bósforo, e o mar Báltico. A posição de Molotov pode ter sido reforçada pelo fato de que, em determinado momento, foi preciso suspender as negociações, com a ida de todos para um abrigo antiaéreo no porão, por causa de um ataque britânico. "Não é um pouco cedo para dividir o Império Britânico?", teria indagado Molotov. As conversas terminaram sem qualquer acordo, confirmando as dúvidas de Hitler sobre os benefícios de manter a parceria antinatural com a União Soviética. A 18 de dezembro, Hitler tomou sua decisão. Deu ordem para pôr em prática o plano de invasão da Rússia, agora com o codinome de "Operação Barbarossa", antes mesmo de terminar a guerra contra a Inglaterra.

Por que Hitler atacou a União Soviética?

A decisão de atacar a União Soviética foi um desses eventos históricos super determinados, cujas diversas razões podem ser indicadas, e cada uma das quais teria sido causa suficiente. Um elemento básico na decisão foram as pressuposições ideológicas, raciais e geopolíticas, que se reforçavam mutuamente. Havia sido anunciadas *em Mein Kampf*. Hitler escrevera: "Mas se falamos de novo solo e território na Europa de hoje, temos de pensar primariamente apenas na Rússia e nos estados satélites ao redor". Hitler também prometera destruir o marxismo na Europa. O pacto tático de não-agressão com a União Soviética não diminuía absolutamente a oposição fundamental dos nazistas ao comunismo. E haveria melhor maneira de alcançar a destruição do comunismo do que atacar sua fonte na União Soviética?

O fato de o comunismo ter fincado raízes na União Soviética não era coincidência, na opinião dos supremacistas alemães. Afinal, só um povo de inferioridade racial adotaria um sistema social que favorecia os fracos e inferiores, à custa dos saudáveis e fortes. E qual poderia ser um objetivo mais apropriado para satisfazer a necessidade de *Lebensraum* da raça alemã superior do que as vastas estepes abertas, povoadas pelos "subumanos" eslavos, que concediam sua lealdade a uma ideologia que ameaçava destruir toda a criatividade e iniciativa humanas? O antissemitismo era estreitamente vinculado ao anticomunismo. Segundo o dogma nazista, o comunismo era um sistema internacional inventado pelos judeus para destruir as elites de liderança nacional e controlar e manipular as massas trabalhadoras de todas as nações. Os nazistas, assim como os conservadores tradicionais, consideravam o "bolchevismo judeu" como a maior ameaça à cultura e civilização européias.

Para Hitler, o ataque à União Soviética era a missão de sua vida. Desde o final da Primeira Guerra Mundial que ele expressara com frequência sua convicção na inevitabilidade de uma violenta confrontação com o bolchevismo, a culminância niais radical, em sua opinião, do movimento de sedição política que

começara com a Revolução Francesa. Numa carta anunciando o início da Operação Barbarossa para Mussolini, que não fora informado com antecedência sobre os planos alemães, Hitler declarava o seu alívio por poder finalmente cancelar sua aliança oportunista com os soviéticos. "Depois de me empenhar ao máximo para chegar a essa decisão", escreveu ele, "eu me sinto outra vez espiritualmente livre".

Hitler jamais considerou o Pacto Nazi-Soviético como algo mais do que uma manobra temporária. A guerra contra a União Soviética era parte de seu grande desígnio. Mas a escolha do momento do ataque foi uma decorrência de considerações práticas, tanto quanto da ideologia. A principal era a expectativa de que a derrota da União Soviética extinguisse por completo todas as esperanças britânicas de vitória, o que os induziria a aceitar um acordo de paz. Não havia qualquer indicação de que a Inglaterra faria a paz enquanto a União Soviética permanecesse independente, mesmo que houvesse um aumento considerável de suprimentos russos remetidos para a Alemanha com a Inglaterra no momento inexpugnável em sua ilha-fortaleza, mas incapaz de qualquer ação ofensiva, e os Estados Unidos ainda numa neutralidade precária, o momento para a Operação Bárbaros parecia apropriado. A conquista da Rússia faria com que o continente europeu se tornasse inexpugnável. Também permitiria que a Alemanha mobilizasse todas as suas forças para o eventual confronto com as potências anglo-americanas. O ataque à União Soviética visava impedir uma guerra em duas frentes, não provocá-la.

A Operação Barbarossa oferecia a perspectiva de neutralizar os Estados Unidos por outra forma. Os alemães esperavam que a derrota da União Soviética liberasse o Japão para atacar os interesses americanos e britânicos na Ásia, assim evitando a intervenção dos Estados Unidos na Europa. Houve também considerações econômicas. Embora os soviéticos proporcionassem recursos consideráveis aos alemães, respeitando escrupulosamente os acordos comerciais nazi-soviéticos, exigiam em troca pagamento imediato, em materiais de guerra e produtos manufaturados. Estavam em condições de suspender as remessas a qualquer momento. A escassez de cobre e alumínio fazia com que a entrega dos produtos manufaturados fosse bastante difícil para os alemães. A conquista da Rússia acabaria com esse estado de dependência e presumivelmente deixaria seus recursos disponíveis para a Alemanha numa escala muito maior. Finalmente, uma campanha militar contra a União Soviética ajudaria a combater o descontentamento em países como a Itália e a Espanha, em que o pacto de não-agressão com os soviéticos era considerado como uma traição à causa fascista.

O governo nazista mais tarde justificou a violação do tratado de não-agressão para o povo alemão com a alegação de que a União Soviética, em conluio com os britânicos, planejava atacar a Alemanha. Uma guerra preventiva era supostamente necessária para salvar a Europa do flagelo bolchevique. Os alemães, não resta a menor dúvida, sentiam-se nervosos com a potencial ameaça militar soviética aos campos petrolíferos da Romênia. Afinal, tropas soviéticas vinham se concentrando nas províncias ocidentais do país, e a União Soviética recusara-se a abandonar suas ambições territoriais (ou preocupações de segurança) na Europa Oriental, em troca da perspectiva de partilhar a divisão do Império Britânico. Os soviéticos, é claro, apenas tentavam concentrar suas forças em preparativos para a eventualidade de uma guerra. Também é verdade que os planos soviéticos previam uma ofensiva no caso de guerra, mas isso porque eles aderiam à doutrina (que provou ser falha) de que um rápido avanço pela Europa Central oferecia a melhor chance de defender a pátria em caso de "guerra. Mas os soviéticos careciam da disposição política para uma guerra de agressão. Stalin rejeitou categoricamente as recomendações dos líderes militares, inclusive os marechais Georgi Zhukov (1896-1974) e Semyon Timoshenko (1895-1970), que propunham uma guerra preventiva contra Hitler. Seu ânimo predominante era de cautela, com a manutenção de uma posição defensiva. Estava tão ansioso em evitar uma guerra com a Alemanha que até ignorou as informações militares secretas sobre uma iminente invasão alemã. Stalin podia considerar que a guerra com a Alemanha era inevitável a longo prazo, mas estava determinado a evitar uma confrontação militar no verão de 1941.

Um elemento fundamental para a decisão alemã de atacar foi a pressuposição da fraqueza soviética. O expurgo maciço da liderança do Exército Vermelho, em 1938, e seu lamentável desempenho na Guerra do Inverno, contra a Finlândia, pareciam confirmar essa convicção. Documentos de arquivos revelam que o serviço secreto alemão considerava o Exército Vermelho incapaz de uma guerra ofensiva. Um primeiro esboço (a 5 de agosto de 1940) do plano de ataque alemão baseava-se na premissa de que "os russos não vão

fazer o favor de nos atacar". A 7 de abril de 1941, o adido naval alemão em Moscou informou que o exército soviético não era bastante forte para iniciar uma guerra contra a Alemanha. A 9 de abril de 1941, o general Franz Halder (1884-1972), chefe do estado-maior do exército entre 1938 e 1942, emitiu um relatório de situação secreto, garantindo que a concentração de tropas soviéticas nas áreas de fronteira era "puramente defensiva".

A Alemanha derrotara os exércitos russos na Primeira Guerra Mundial apesar da terrível guerra de desgaste na frente ocidental. Havia alguma razão para pensar que a poderosa Wehrmacht, com toda a sua mobilidade, livre de combates na frente da França, seria incapaz de ser pelo menos tão eficaz, contra um regime enfraquecido pela dissidência interna, depois de mais de vinte anos de regime comunista? Como o comunismo, uma ideologia de e para os fracos, poderia incutir força para o combate? Os comunistas é que haviam sido os pacifistas na Primeira Guerra Mundial. Os alemães esperavam que o sistema comunista sofresse um rápido colapso, sob as pressões da guerra. Hitler achava que, em comparação com a campanha na França, a *Blitzkrieg* contra a União Soviética seria uma "brincadeira numa caixa de areia". Seus generais concordavam que o Exército Vermelho poderia ser esmagado com um golpe decisivo. O comandante do exército, Walther von Brauchitsch (1881-1948), calculou que a campanha levaria de quatro a seis semanas. Hitler era mais realista e achava que poderia durar de quatro a seis meses. Não parecia possível que a Alemanha pudesse ser derrotada. Uma campanha russa parecia menos arriscada do que uma tentativa de invadir as Ilhas Britânicas. A vitória no leste era considerada líquida e certa.

A campanha nos Bálcãs

Antes que o ataque à União Soviética pudesse começar, porém, os alemães precisavam garantir sua posição no sudeste da Europa. Em meados de novembro de 1940, já era evidente que os italianos precisariam da ajuda alemã para subjugar a Grécia. Era uma necessidade absoluta, se os alemães queriam impedir que a Inglaterra, que já ocupara Creta, adquirisse uma cabeça-de-ponte no Bálcãs. Os regimes militares na Hungria, membro do Pacto AntiComintern desde fevereiro de 1939, e Romênia, que aderira ao Pacto Tripartite em novembro de 1940, estavam firmemente comprometidos do lado alemão. Bulgária e Iugoslávia, sob intensa pressão alemã, aceitaram o Pacto Tripartite em março de 1941.

Na Iugoslávia, no entanto, uma revolta de oficiais do exército, que temiam a divisão do país, derrubou o governo pró-alemão, a 27 de março de 1941. O novo governo iniciou conversações com os soviéticos para um pacto de segurança. Os alemães reagiram com o lançamento de invasões simultâneas da Iugoslávia e Grécia, no dia 6 de abril, partindo de bases na Hungria, Romênia e Bulgária. Explorando o conflito de nacionalidades na Iugoslávia, através da promessa de autonomia croata, os alemães esmagaram o exército iugoslavo em onze dias. Uma semana depois também terminou a resistência do exército grego. Um ataque espetacular, com tropas transportadas pelo ar, ao final de maio, expulsou o governo grego e a força expedicionária britânica da ilha de Creta. Os Bálcãs se encontravam agora sob firme controle alemão.

A pacificação nos Bálcãs, no entanto, pode ter protelado o ataque contra a União Soviética por várias semanas. Esse atraso provaria ser bastante dispendioso quando o início do tempo de inverno retardou o avanço alemão, no outono de 1941. ASO de abril, Hitler marcou o dia 22 de junho como a data para a invasão alemã. A maciça concentração de forças alemãs, nas semanas que antecederam o ataque, não pode ter passado despercebida. Mas os alemães asseguraram aos soviéticos que os movimentos de tropas no leste eram um engodo para a iminente invasão da Inglaterra. A disposição de tropas em áreas tão distantes quanto a Escandinávia e os Bálcãs podia ser explicada como necessária ao esforço de guerra contra os britânicos.

Stalin não acreditava que os alemães se arriscassem a abrir uma segunda frente antes do final da guerra a oeste. Achava que o crescente número de vôos de reconhecimento alemães sobre o território soviético eram tentativas dos alemães de pressioná-lo a fazer mais concessões comerciais. Furioso, ele acusou seu serviço secreto de ter se deixado enganar pela campanha alemã de desinformação. Também deixou de dar crédito às reiteradas advertências britânicas e americanas de um iminente ataque alemão. Os britânicos já haviam se enganado uma vez, quando previram uma invasão alemã em maio, pouco antes do ataque alemão à ilha de Creta.

Stalin temia que as potências ocidentais estivessem tentando provocar uma guerra entre russos e alemães. Provavelmente pensou que a suspeita estava confirmada com o misterioso vôo para a Escócia do segundo homem de Hitler, Rudolf Hess, realizado a 10 de maio de 1941, sem autorização do Führer. O objetivo aparente da missão era persuadir os britânicos a aceitarem um tratado de paz, antes que os alemães atacassem a União Soviética. Ao que tudo indica, Hess achava que podia aproveitar seus bons contatos com figuras políticas aristocráticas da Inglaterra, que haviam sido favoráveis à política de apaziguamento, antes da guerra. Embora Hess fosse preso pelos britânicos, e o governo alemão forçado a se dissociar do esforço fracassado o declarasse insano, o estranho incidente renovou as suspeitas soviéticas de um conluio anglo-alemão, com a possibilidade de um novo acordo, ao estilo de Munique. Três dias depois de Hess aterrissar na Bretanha, os soviéticos deslocaram mais tropas para suas fronteiras ocidentais.

O governo de Churchill nunca teve qualquer intenção de negociar com Hess, mas estava disposto a aproveitar seu vôo para encorajar as suspeitas soviéticas, e minar as relações de cooperação entre Stalin e Hitler. Talvez a deserção de Hess pudesse ser usada para atrair os soviéticos para o lado britânico. Ao manter um silêncio absoluto sobre as negociações com Hess, o governo britânico esperava pressionar Stalin a aceitar as ofertas britânicas de uma cooperação mais estreita, em preparativo para um iminente ataque alemão. Mas o efeito sobre os soviéticos do silêncio calculado da Inglaterra parece ter sido muito diferente do que os líderes britânicos esperavam. Stalin, ao que tudo indica, concluiu que os britânicos ainda não haviam decidido se aceitavam os termos oferecidos por Hess. Enquanto não houvesse mudança no governo britânico, para indicar que fora fechado o acordo com os nazistas, os soviéticos podiam se sentir relativamente seguros de que não haveria um ataque alemão. Seja com o for, Stalin estava determinado a não ser pressionado para entrar em guerra. As tropas soviéticas receberam instruções para evitar todas as provocações. Mesmo quando já se encontravam sob ataque, na manhã de 22 de junho, algumas unidades da linha de frente ainda esperaram, obedientes, pela permissão para abrir fogo.

A invasão da União Soviética

Sem uma declaração de guerra, a Alemanha iniciou a invasão ao longo de uma frente de mais de três mil quilômetros, com uma força de mais de 3,5 milhões de homens, 20 aviões e 30 tanques. Hitler declarou que era "a maior batalha da história do mundo". Romênia, Hungria e Finlândia, além dos estados da Eslováquia e Croácia, patrocinados pelos nazistas, juntaram-se à guerra contra a União Soviética. A Itália enviou unidades de elite, e a Espanha mandaria cerca de 470 voluntários, a "Divisão Azul", para lutar na frente oriental. A Bulgária, um país eslavo, declarou guerra à Inglaterra (protetora da Grécia), mas não participou da guerra contra a União Soviética.

O exército alemão obteve vitórias espetaculares nas primeiras semanas da guerra. Exércitos soviéticos inteiros foram cercados, com rápidos movimentos de pinça, sendo capturadas centenas de milhares de prisioneiros. A disposição de tropas da União Soviética, com grandes unidades perto da fronteira, tornou-se agora favorável aos alemães. As fortificações soviéticas ao longo da fronteira ainda não haviam sido concluídas por ocasião do ataque. Ao final do ano, mais de três milhões de prisioneiros haviam caído nas mãos dos alemães. A maioria estava condenada a morrer de inanição deliberada, em campos de prisioneiros do exército ou das SS. Dos 5,7 milhões de soldados soviéticos capturados durante a guerra, 3,5 milhões morreram em campos alemães.

Hitler instruíra seus generais a lutarem a guerra sem qualquer consideração pelas regras de combate aceitas no mundo inteiro. Ao contrário da guerra no ocidente, aquela seria uma guerra racial e ideológica, com a mais brutal selvageria. Os nazistas lutavam não para libertar as pessoas do jugo stalinista, mas para adquirir territórios e destruir a possibilidade de criar uma sociedade comunista bem-sucedida. As cidades de Moscou e Leningrado seriam arrasadas. Numa diretiva secreta, datada de 6 de junho de 1941 e assinada pelo marechal-de-campo Keitel, Hitler ordenou a imediata execução de todos os comissários do povo capturados; eram os oficiais comunistas responsáveis pela doutrinação política das unidades soviéticas. A Wehrmacht recebeu instruções para colaborar com as unidades da força-tarefa especial das SS, os infames *Einsatzgruppen* (pelotões de extermínio móveis), cuja missão era reunir e matar judeus e oficiais comunistas nas áreas conquistadas, sob o pretexto de combater guerrilheiros (ver Capítulo 14). Em novembro de 1941,

quando entrou em vigor a "Solução Final da Questão Judaica", talvez cerca de 6000 judeus já haviam sido assassinados pelos *Einsatzgruppen*.

Políticas nazistas de ocupação

Nos países bálticos, incorporados pela força à União Soviética um ano antes, os soldados alemães foram recebidos por muitos como libertadores, merecendo um amplo apoio popular. O mesmo pode ter ocorrido na Ucrânia, onde os nacionalistas acolheram com satisfação a oportunidade de derrubar o regime soviético. Números consideráveis de pessoas colaboraram com os conquistadores. Voluntários ucranianos até foram recrutados para unidades das SS, que acabaram guarnecendo algumas das posições defensivas na costa do norte da França. Mas as práticas predatórias da Wehrmacht e as políticas draconianas de ocupação, sob o *Reichskommissar* nazista Erich Koch (1896-1986), ajudaram a voltar a maior parte da população contra os alemães.

Alfred Rosenberg, promovido a ministro dos territórios orientais ocupados, em novembro de 1941, procurou recrutar minorias nacionalistas para a cruzada anticomunista. Mas Hitler rejeitou sua proposta de criar estados independentes no leste. Vastas extensões de território oriental, inclusive os estados bálticos, foram reservadas para eventual anexação ao Reich. Para os nazistas, todos os povos eslavos eram "subumanos", servindo apenas para atender às necessidades da superior raça alemã. Como na Polônia, as escolas na Ucrânia foram fechadas, sob a pressuposição de que a educação era um luxo desnecessário para um povo cuja principal função era proporcionar trabalhos braçais. Centenas de milhares de pessoas foram levadas para a servidão forçada na Alemanha. Nos dois anos e meio seguintes, cerca de 2,5 milhões de soviéticos foram transportados para a Alemanha, onde trabalharam na indústria e agricultura... uma média de 200 por semana.

As áreas conquistadas eram exploradas por todos os meios, em benefício da economia alemã. A dependência da Wehrmacht de produtos agrícolas das áreas ocupadas condenou milhões de civis locais à fome. Os nazistas planejavam remover mais tarde, à força, os russos e ucranianos das vastas extensões de terra, a fim de deixá-las disponíveis para a colonização alemã. O chamado Plano Geral do Leste (*Generalplan Ost*), elaborado em 1941 por Heinrich Himmler, como Comissário do Reich para o Fortalecimento do Volk Alemão, previa a remoção de mais de 30 milhões de habitantes da Polónia, região báltica e territórios ocidentais da União Soviética, a fim de dar lugar/para colonos do Reich e de outros países não-eslavos. Só os bálticos e ucranianos "regermanizáveis" teriam permissão para participar da germanização do leste.

Mas, em última análise, as políticas repressivas dos nazistas foram contraproducentes, já que os obrigaram a lidar com uma quantidade crescente de guerrilheiros, sabotando o esforço de guerra alemão por trás das linhas. Por causa da resistência ativa e passiva, além da destruição da guerra, os alemães nem sequer foram capazes de extrair tantos cereais das áreas ocupadas quanto recebiam antes da União Soviética, nos termos do Pacto Nazi-Soviético. As áreas ocupadas da União Soviética renderam apenas 10 por cento de sua produção industrial antes da guerra, e apenas a metade das colheitas agrícolas.

No final do verão e outono de 1941, no entanto, parecia que a vitória alemã era iminente. Os alemães capturaram Smolensk, a apenas 320 quilômetros de Moscou, em agosto. Completaram o cerco de Leningrado em meados de setembro. Planejavam fazer a cidade passar fome até a rendição. A capital ucraniana, Kiev, caiu a 19 de setembro, e Kharkov a 24 de outubro. Em meados de outubro, tropas alemãs se encontravam a apenas 100 quilômetros de Moscou. O governo soviético abandonou a capital, embora Stalin lá permanecesse. O colapso da União Soviética parecia iminente.

Até mesmo os observadores americanos, favoráveis aos russos, não esperavam que o Exército Vermelho resistisse por muito mais tempo. Alguns membros do Departamento de Estado chegaram a argumentar contra a ajuda americana aos soviéticos, sob a alegação de que era uma causa perdida. Até o final de 1944, autoridades americanas e britânicas estariam mais preocupadas com um colapso soviético do que com a possibilidade da sua expansão. O chefe do serviço de imprensa nazista, Otto Dietrich, proclamou

a derrota final dos russos em outubro de 1941. Os alemães sentiam-se tão confiantes na vitória, no outono de 1941, que Hitler deu uma ordem para transferir a produção industrial do material necessário na guerra em terra firme para armas navais e antiaéreas, na expectativa da iminente confrontação com as potências anglo-americanas.

O papel americano na guerra

Desde a deflagração da guerra, sobretudo depois da vitória alemã na França no verão de 1940, que os Estados Unidos se encaminhavam firmemente para um envolvimento maior ao lado dos britânicos. Em setembro de 1939, o presidente Franklin D. Roosevelt fez uma declaração de neutralidade, mas recusou-se, ao contrário de Woodrow Wilson em 1914, a pedir aos americanos que permanecessem neutros também em pensamento. O embargo americano às vendas de armas para as nações beligerantes foi levantado a 4 de novembro de 1939. Em junho de 1940, os Estados Unidos estavam enviando seus excedentes de armamentos para os britânicos. *

Depois de ganhar a reeleição para um terceiro mandato, em novembro de 1940, Roosevelt convocou! os Estados Unidos a se tornarem o "arsenal da democracia". A Lei de Empréstimo e Arrendamento, de março de 1941, deu poderes ao presidente para fornecer suprimentos de guerra sem pagamento a qualquer nação cuja sobrevivência fosse considerada vital para os interesses dos Estados Unidos. A 10 de abril, os Estados Unidos assumiram o controle da Groenlândia, no-í minalmente uma possessão da Dinamarca, ocupada pelos alemães, a fim de usá-la como uma base para entregar suprimentos à Inglaterra. Os alemães reagiram a essas medidas pela expansão da área de atividades de seus submarinos. Os conflitos entre submarinos alemães e embarcações de patrulha americanas no Atlântico tornaram-se mais frequentes.

A 29 de maio de 1941, Roosevelt declarou uma emergência nacional ilimitada, diante da guerra de submarinos da Alemanha. Em junho todos os consulados alemães nos Estados Unidos foram fechados e os bens alemães confiscados. No dia 24 desse mês, dois dias depois de iniciada a "Operação Barbarossa", os Estados Unidos prometeram toda ajuda possível à União Soviética. A 7 de julho, forças americanas substituíram os britânicos na Islândia, a fim de prevenir sua ocupação pelos alemães. A 14 de agosto, reunidos no cruzador americano *Augusta*, ao largo da costa da Terra Nova, Roosevelt e Churchill assinaram a Carta do Atlântico, uma declaração de objetivos que incluía a "destruição final da tirania nazista". Essa Carta se tornaria a base da Declaração das Nações Unidas, assinada por China, Inglaterra, União Soviética e Estados Unidos, a 1 de janeiro de 1942. Uma escalada adicional da guerra alemã de submarinos, ao final do verão de 1941, foi seguida pelo afundamento de mais navios americanos. Ali de setembro, navios e aviões americanos foram autorizados a disparar contra os navios de guerra do Eixo que encontrassem. Para todos os propósitos práticos, Alemanha e Estados Unidos já estavam em guerra no Atlântico muito antes do ataque japonês a Pearl Harbor, a 7 de dezembro.

A declaração de guerra alemã contra os Estados Unidos

Que papel a Alemanha desempenhou no ataque a Pearl Harbor? E por que Hitler declarou formalmente guerra aos Estados Unidos a 11 de dezembro? A guerra poderia ter assumido um curso totalmente diferente se, em vez disso, os japoneses aderissem ao ataque contra a União Soviética. Os alemães, no entanto, não informaram os japoneses, com antecedência, sobre seus planos de invasão. Não pensavam que precisariam da ajuda japonesa para derrotar o Exército Vermelho. Do ponto de vista alemão, a função mais importante do Japão era dissuadir e prevenir o envolvimento americano na guerra na Europa. Era esse o grande propósito do Pacto Tripartite, de setembro de 1940. Em vez de coordenar a "Operação Barbarossa" com os japoneses, na primavera de 1941, o que poderia acarretar um risco para o sigilo, a Alemanha exortou os japoneses a atacarem as bases britânicas no Extremo Oriente. Isso teria o efeito de imobilizar as forças britânicas, além de desviar a atenção dos Estados Unidos da Europa para o Pacífico. O sucesso da "Operação Barbarossa" também liberaria o Japão para atacar os Estados Unidos.

Quando diminuiu o ímpeto da invasão da União Soviética, no outono de 1941, os alemães tardiamente tentaram mobilizar o apoio japonês para a guerra russa. É bem provável que um ataque japonês

pelo leste teria representado a derrota da União Soviética. Impediria o lançamento de tropas soviéticas do Extremo Oriente na vitoriosa defesa de Moscou, em dezembro de 1941. Mas um ataque à União Soviética, nessa ocasião, não tinha muita atração para os líderes japoneses, que haviam seguido o exemplo, alemão, assinando seu próprio pacto de não-agressão com a União Soviética, em abril de 1941. Eram os Estados Unidos, não a União Soviética, que ajudavam a China, bloqueando o acesso japonês às matérias-primas do Sudeste Asiático. Uma guerra na Sibéria, num território vasto e inóspito, poderia ocupar mais tropas japoneses do que o contingente que naquele momento lutava na China, sem qualquer progresso significativo para os objetivos imperialistas do Japão. Além disso, um ataque japonês contra a União Soviética, interferindo com as remessas de armas americanas para Vladivostok, provavelmente provocaria a intervenção dos Estados Unidos, tanto quanto um avanço japonês para os campos petrolíferos do Sudeste Asiático. Os japoneses também podem ter ficado cautelosos com uma dependência da Alemanha, uma possibilidade indesejável, caso os alemães conquistassem uma vitória rápida demais na União Soviética. Foi a aparente iminência do colapso soviético que determinou o momento do ataque japonês contra os Estados Unidos.

O fracasso dos esforços de Ribbentrop para persuadir o Japão a entrar na guerra contra a União Soviética tornava ainda mais imperativo, sob a perspectiva alemã, o envolvimento dos japoneses numa guerra com os Estados Unidos. A única eventualidade que tinha de ser evitada a qualquer custo era uma reaproximação de japoneses e americanos. Os alemães temiam que o Japão pudesse usar sua saída do Pacto Tripartite como um instrumento de negociação, a fim de suspender a ajuda americana à China. Uma conclusão pacífica das negociações entre japoneses e americanos, no verão e outono de 1941, liberaria os Estados Unidos para devotarem todos os seus esforços no fornecimento de ajuda militar à Inglaterra e União Soviética. Por esse motivo, Ribbentrop procurou frustrar as negociações, encorajando o Japão a ignorar a oposição americana à expansão japonesa na China e Sudeste Asiático. Ele assegurou que a falta de preparo militar dos americanos era muito grande, e que prevalecia no país o sentimento isolacionista. Exortou os japoneses a aproveitarem a suposta fraqueza e indecisão dos Estados Unidos. Na verdade, os nazistas estavam convencidos de que a força de combate americana se achava fatalmente comprometida pelo governo democrático, pelos valores humanitários e, acima de tudo, pela mistura racial. A 28 de novembro, Ribbentrop prometeu uma participação alemã imediata em caso de guerra entre Japão e Estados Unidos. Nessa altura, a força-tarefa japonesa já deixara sua base, para atacar Pearl Harbor.

Quatro dias depois do ataque a Pearl Harbor, os alemães cumpriram seu compromisso com o Japão, declarando guerra aos Estados Unidos, apesar de não serem tecnicamente obrigados a fazê-lo, pelos termos do Pacto Tripartite, que só exigia a ajuda militar se a guerra fosse iniciada por uma potência externa. Embora, em retrospectiva, a declaração de guerra aos Estados Unidos possa parecer o maior erro de Hitler, na ocasião parecia acentuar o sucesso de sua estratégia, de usar o Japão como um contrapeso para os americanos. O ataque a Pearl Harbor elevou a moral alemã, num momento em que a ofensiva para capturar Moscou fora inesperadamente contida, nos arredores da cidade. Os alemães não se haviam preparado de maneira adequada para o severo inverno, que agora favorecia a defesa russa. Para os alemães, no entanto, a boa notícia do Extremo Oriente parecia mais do que compensar as más notícias da frente russa. A entrada dos japoneses na guerra parecia providencial. Com toda certeza, os Estados Unidos se tornariam agora incapazes de interferir na Europa, e não poderiam continuar a prestar ajuda à Inglaterra e União Soviética. O Japão manteria os americanos ocupados na Ásia. E que melhor maneira de encorajar a decisão japonesa de entrar em guerra do que prometer o apoio total da Alemanha? Ao declarar guerra aos Estados Unidos, Hitler poderia partilhar o crédito pelas esperadas vitórias do Japão. Na verdade, por fatores de moral pública, Hitler estava ansioso para declarar guerra, antes que os Estados Unidos tomassem a iniciativa.

De qualquer forma, uma declaração de guerra apenas formalizava um estado de guerra já existente em alto-mar. A 9 de dezembro, a frota de submarinos alemães recebeu ordens para desfechar um ataque total a todos os navios americanos. Os líderes navais alemães, em particular, eram favoráveis a uma declaração de guerra formal, na expectativa de obter agora uma participação mais ampla nos recursos militares, a maior parte empenhada na guerra contra a Rússia. Já era tempo, argumentavam eles, de a marinha receber o reconhecimento merecido por seu heróico papel na guerra não declarada no Atlântico. Evitar uma

declaração de guerra não diminuiria os tremendos sacrifícios que as tripulações dos submarinos alemães necessitavam fazer, mas poderia afetar de maneira adversa a moral de combate.

Nos Estados Unidos, não havia qualquer ilusão sobre o fato de que a guerra contra o Japão significava a guerra também contra seus parceiros do Eixo. Mas seria difícil aprovar uma declaração de guerra no Congresso, se a Alemanha (e a Itália, que logo seguiu o exemplo) não tivesse tomado a iniciativa. E poderia ser ainda mais difícil convencer o público americano da necessidade de enviar tropas para a Europa, em vez de concentrar todos os esforços na derrota do Japão. Ao final, o governo americano decidiu dar prioridade ao teatro de guerra europeu. Isso foi em parte uma decorrência da influência de Churchill, que chegou a Washington a 22 de dezembro de 1941 para amplas conversações com Roosevelt. Mas outros fatores também pesaram na decisão. Considerava-se que a Alemanha possuía uma capacidade tecnológica maior de produzir novas armas. O medo do colapso soviético e o perigo de que pudessem ser forçados pelas derrotas militares a fazer uma paz em separado também contribuíram para a decisão de conceder alta prioridade à derrota da Alemanha.

13. A Segunda Guerra Mundial - Do triunfo à derrota, 1942-45

Pearl Harbor acabou beneficiando os russos mais do que os alemães. Aliviou os russos da ameaça no Extremo Oriente, ao mesmo tempo que atraía um novo e poderoso aliado para a guerra. Dezembro de 1914; um momento decisivo, não apenas por causa da entrada dos americanos na guerra, mas também por causa do fracasso da *Blitzkrieg* em proporcionar a vitória na Rússia.

A Batalha de Moscou

Informados por seu agente secreto na embaixada da Alemanha em Tóquio, o comunista Richard Sorge, de que não haveria um ataque japonês à União Soviética, os soviéticos puderam concentrar mais de três milhões de homens para a defesa de Moscou, em dezembro de 1941. A 5 de dezembro, dois dias antes de Pearl Harbor, eles partiram para o ataque. com grande parte de seu equipamento imobilizado pelo frio intenso, os alemães foram obrigados a recuar de suas posições avançadas nos arredores de Moscou, antes de conseguirem se estabilizar, cerca de 150 quilômetros a oeste da cidade, em janeiro de 1942. Era agora patente que a guerra na Rússia seria muito mais prolongada do que os planejadores alemães haviam previsto.

Hitler atribuiu o recuo em Moscou a uma falta de determinação de seus principais generais. A 19 de dezembro, ele afastou Brauchitsch do supremo comando do exército e assumiu pessoalmente o comando operacional da Wehrmacht. Do *Wolfsschanze* (covil do lobo), seu quartel-general secreto e bem fortificado numa floresta na Prússia Oriental de junho de 1941 à novembro de 1944, ele decidia não apenas a estratégia global, mas também, com bastante frequência, as táticas do dia-a-dia. Havia fé quase mítica de que a força de vontade podia superar a inferioridade material ou numérica, assim como a determinação de evitar a retirada, mesmo diante da iminente destruição princípios que poderiam ter ajudado a estabilizar as linhas alemãs nos arredores de Moscou, no inverno de 1941-42-levaram-no a crescentes conflitos com seus generais, cujo julgamento ele sempre ignorava, com resultados desastrosos.

Conquistas alemãs em 1942

Em 1942, a iniciativa ainda foi das potências do Eixo. O Afrika Korps, do general Erwin Rommel (1891-1944), enviado inicialmente para salvar os italianos, em fevereiro de 1941, retomou sua ofensiva contra os britânicos na África do Norte, no início de 1942. Embora com menos homens e menos armamentos do que os britânicos, os alemães supercompensavam essas deficiências com agressividade e brilhantes manobras táticas. O sucesso da campanha na África do Norte valeu para Rommel a reputação de "raposa do deserto", com uma promoção a marechal-de-campo. Em junho de 1942, o Afrika Korps capturou Tobruk, pressionando os britânicos de volta ao Egito. No início de julho, os alemães chegaram a El Alamein, a apenas 100 quilômetros de Alexandria e do delta do Nilo, bem perto do canal de Suez. Ali, no entanto, o avanço de Rommel foi detido pela falta de reforços e suprimentos. Os homens e materiais que poderiam

proporcionar a vitória na África do Norte eram necessários na batalha pela Rússia, que para os alemães tinha uma prioridade militar muito superior à campanha na frente do Mediterrâneo.

Na primavera de 1942, os alemães retomaram a ofensiva na Rússia. Em vez de tentarem capturar a cidade de Moscou, com suas defesas muito reforçadas, os alemães se desviaram para o sul, através das férteis planícies meridionais, na direção das cidades industriais ao longo dos rios Don e Volga e dos campos petrolíferos do Cáucaso. Concluíram a conquista da Criméia em julho, atravessaram o rio Don em agosto e alcançaram os arredores de Stalingrado, à margem do Volga, no início de setembro. Havia agora avançado mais de 10 quilômetros desde a fronteira polonesa-soviética, em 1941. Ao final de 1942, 40 por cento da população soviética antes da guerra e 75 por cento de sua capacidade produtiva estavam sob ocupação alemã. O avanço alemão assinalou o ponto alto do sucesso militar nazista na frente oriental.

A guerra dos submarinos alemães também alcançou sua maior eficácia no verão de 1942, afundando navios aliados na média de um-a cada quatro horas. Os Aliados perderam cerca de cinco milhões de toneladas de navios só em 1942. No Extremo Oriente, os japoneses, apesar da perda de iniciativa no mar, depois da batalha de Midway, em junho, capturaram as Filipinas, Indonésia e Malaia. Ameaçavam atacar a Índia, através da Birmânia e da China. A guerra pendia na balança, com os movimentos em pinça alemães na África do Norte e no Cáucaso ameaçando alcançar o Oriente Médio controlado pelos britânicos, as duas colunas militares se encontrando na Síria ou Iraque. Em seus monólogos à mesa do jantar, no quartel-general de campanha, Hitler entregava-se a fantasias de fazer junção com as forças japonesas na Índia.

El Alamein e a invasão Aliada na África do Norte

A maré começou a virar no final de outubro e em novembro de 1942. A 23 de outubro, o exército britânico, sob o comando do general Bernard Montgomery (1887-1976), contra-atacou em El Alamein, e fez o Afrika Korps bater em retirada. A 8 de novembro, forças americanas e britânicas, sob o comando do general Dwight D. Eisenhower (1890-1969), desembarcaram na costa norte-africana, em Casablanca, Oran e Argel. A resistência das tropas francesas de Vichy, no Marrocos e na Argélia, foi mínima, apesar da ordem de Pétain para combater a invasão aliada. O bem-sucedido desembarque aliado induziu os líderes franceses na África do Norte a trocarem de lado. O almirante Jean François Darlan (1881-1942), comandante das forças de Vichy na parte francesa da África do Norte e ex-primeiro-ministro da França de Vichy, conclamou agora os franceses a lutarem no lado dos Aliados.

Os alemães reagiram com a ocupação da França de Vichy e o envio de reforços para a África, mas já era tarde demais. O Afrika Korps foi expulso do Egito em novembro e da Líbia em janeiro de 1943. Assediados pelos britânicos do leste e pelos americanos do oeste, os alemães ofereceram a resistência final na Tunísia. Rommel havia voltado para a Alemanha em março. Hitler recusou-se a aceitar seu conselho de retirar da África do Norte o resto das forças alemãs. Cerca de 2500 soldados do Eixo renderam-se aos Aliados em Túnis, no início de maio.

A Batalha de Stalingrado

O maior de todos os golpes para o esforço de guerra alemão foi a destruição do VI Exército alemão em Stalingrado. Ao final de novembro de 1942, depois de semanas de encarniçados combates de casa em casa pelo controle da cidade, os soviéticos inesperadamente lançaram ataques em grande escala ao norte e ao sul de Stalingrado. Logo romperam um setor das linhas do Eixo, defendido por tropas romenas. A 25 de novembro, cerca de 3000 soldados alemães, sob o comando do general Friedrich von Paulus, foram cercados na cidade em ruínas. Falharam os esforços para socorrer as tropas sitiadas através do ar e de terra. Mesmo assim, Hitler negou o pedido urgente de Paulus de permissão para tentar escapar do cerco, através de uma abertura na retaguarda das linhas soviéticas. De qualquer forma, a falta de combustível, munição e transporte faziam que a fuga fosse bastante problemática. Os combates intensos em Stalingrado prolongaram-se por mais algumas semanas, com os soviéticos sempre apertando o cerco. A fim de evitar a rendição do VI Exército, Hitler promoveu Paulus ao posto de marechal-de-campo, a 31 de janeiro de 1943. Nenhum marechal-de-campo alemão jamais se rendera em batalha. Dois dias depois, Paulus tornou-se o primeiro na

história a fazer isso. O VI Exército ficara total« mente sem munição e sem mantimentos. Dois terços do VI Exército morreram em batalha, muitos de inanição ou congelando até a morte. Menos de 1000 sobreviventes marcharam para o cativeiro soviético. Apenas uma pequena fração tornaria a ver sua terra.

Derrota naval alemã

A reviravolta da guerra no Atlântico também ocorreu no início de 1943. À medida que melhorava a tecnologia antissubmarinos dos Aliados, os 3 submarinos alemães eram destruídos em quantidades crescentes. Porque carecia de reconhecimento aéreo, já que a Luftwaffe estava ocupada demais na Rússia e no Mediterrâneo, a frota de submarinos alemães não podia mais se defender de maneira adequada contra o crescente número de navios e aviões aliados. Nos cinco primeiros meses de 1943, os alemães perderam mais submarinos do que em todo o ano de 1942; ao longo do ano, foram destruídos 242 submarinos, com a perda de mais de 100 tripulantes. Só em maio de 1943 os alemães perderam 42 submarinos, enquanto afundavam 44 navios aliados, uma proporção quase de um para um. Ao final de maio, o almirante Karl Dönitz (1891-1980), que substituíra Raeder como supremo-comandante da marinha em janeiro de 1943, tirou a frota de submarinos do Atlântico Norte, a fim de reduzir as perdas. A produção, que alcançara o ponto máximo de novos submarinos por mês em 1942, não podia mais acompanhar o ritmo das perdas. Mesmo assim, submarinos continuaram a ser enviados em missões virtualmente suicidas, pelo resto da guerra. As tripulações ouviam exortações de que contribuíam dessa maneira para a vitória, desviando as forças aéreas dos Aliados dos principais teatros da guerra.

A guerra aérea

A intensificação da guerra aérea dos Aliados sobre a Alemanha contribuía para aumentar ainda mais a crise. Já em fevereiro de 1942, o comando de bombardeiros da RAF, sob o general Arthur Harris, recebera autorização para efetuar bombardeios de saturação de área, destinados a minar a moral da população civil e estimular uma revolta popular contra o regime nazista. O ataque de área era a alternativa mais fácil para o bombardeio de precisão de alvos industriais, a preferência original da força aérea americana. O bombardeio de área (também conhecido como bombardeio de tapete) era menos arriscado do que o de precisão, porque podia ser realizado à noite. O bombardeio de área foi concebido em parte como retaliação pela *blitz* contra cidades inglesas, inclusive um "ataque devastador a Coventry, em novembro de 1940, e os chamados "reides Baedeker" (nome de um popular guia turístico) contra centros turísticos ingleses, em março e abril de 1942. Os "reides Baedeker" foram realizados em retaliação pelos ataques da RAF contra as pitorescas cidades de Lübeck e Rostock, no norte da Alemanha, no início de 1942.

Em 1943, quando os alemães precisavam de suas esquadrilhas de caças cada vez menores para apoiar as tropas na Rússia, os Aliados puderam aumentar à vontade seus reides à luz do dia contra a Alemanha. Um ataque a Berlim, durante o dia, a 30 de janeiro de 1943, interrompeu as comemorações do décimo aniversário do regime de Hitler. Os reides noturnos da RAF era coordenados com os reides à luz do dia da força aérea americana, com resultados cada vez mais devastadores. A guerra aérea alcançou um clímax preliminar com um maciço ataque incendiário contra Hamburgo, no final de julho de 1943. Mais de 420 civis morreram nos incêndios subseqüentes, o maior número de baixas para uma única série de bombardeios, até a destruição de Dresden, em fevereiro de 1945. Mais de meio milhão de civis morreram na campanha aliada de bombardeio da Alemanha durante a guerra. Os bombardeios afetaram a produção industrial e desviaram recursos alemães, mas falharam no objetivo de minar a determinação popular de continuar a guerra. Contudo, criaram uma espécie de solidariedade desafiadora, à medida que as pessoas se ajudavam na terrível provação. Além disso, geraram as condições que permitiram ao Partido Nazista consolidar seu controle sobre todos os aspectos do governo e serviços municipais. Os membros do partido assumiram um papel destacado no resgate de sobreviventes, organizavam as medidas de socorro e mantinham a ordem. Em Hamburgo, prisioneiros dos campos de concentração foram usados para remover os escombros das ruas. Os bombardeios também não conseguiram interromper a produção militar ou industrial. As instalações vitais eram rapidamente reconstruídas. Os centros de produção tornaram-se subterrâneos ou ficavam em *bunkers* reforçados. A produção militar alemã alcançou o ponto máximo em agosto de 1944. Em março de 1945, a Alemanha ainda produzia mais tanques do que no primeiro ano da guerra.

A economia alemã durante a guerra

Somente em 1943, supõe-se, a economia alemã foi convertida para a plena produção militar. Os líderes nazistas sempre estiveram conscientes de que a maior parte da população alemã entrara na guerra sem nada parecido com o entusiasmo patriótico que acompanhara o início da Primeira Guerra Mundial. O entusiasmo aumentou com os sucessos militares, é claro. No verão de 1940, Hitler era aclamado na Alemanha como "o maior comandante militar (*Feldherr*) de todos os tempos". Mas Hitler relutava em exigir muitos sacrifícios econômicos, para não provocar a insatisfação pública. Embora o racionamento tivesse sido introduzido em 1939, a capacidade industrial existente não foi ampliada de maneira significativa. A produção de bens de consumo continuou por boa parte da guerra. Enquanto a *Blitzkrieg* fosse bem-sucedida, o povo alemão podia continuar a desfrutar os despojos econômicos das conquistas. A política de "canhões e manteiga" podia ser mantida. Mas a Alemanha estava despreparada para uma guerra prolongada.

O fracasso da *Blitzkrieg* na Rússia e a entrada dos Estados Unidos na guerra fizeram com que o aumento da produção militar se tornasse compulsório. Em fevereiro de 1942, Hitler designou Albert Speer (1905-81), seu arquiteto preferido, para o Ministério dos Armamentos e Munições do Reich (mais tarde Ministério dos Armamentos e Produção de Guerra). Speer herdou de seu antecessor, Fritz Todt (1892-1942), que morreu num desastre de avião, a chamada Organização Todt, com quase um milhão e meio de operários, a maioria formada, àquela altura, por trabalhadores forçados e prisioneiros de guerra. Sob a direção de Speer, a produção de armamentos triplicou, de 1942 a 1944.

Outra figura poderosa que surgiu durante a guerra foi Fritz Sauckel (1894-1946), que Hitler pôs no comando da mobilização de trabalho escravo, em março de 1942. Sauckel recrutou 5,3 milhões de trabalhadores dos países ocupados. Se os prisioneiros de guerra forem incluídos, cerca de 7,8 milhões de trabalhadores estrangeiros, um quinto de toda a força de trabalho, foram utilizados na agricultura e indústria alemãs, no verão de 1944. As SS de Heinrich Himmler também desempenharam um papel cada vez mais ativo na economia, à medida que punham à disposição da indústria os prisioneiros de guerra nos campos de concentração. Contudo, as obsessões raciais das SS, que davam a maior prioridade à aniquilação dos judeus (ver Capítulo 4), prejudicavam as políticas econômicas de Speer, mais racionais e orientadas para a produção.

Em janeiro de 1943, Hitler finalmente autorizou a mobilização de mulheres para o trabalho nas fábricas, mas essa política nunca foi implementada de maneira eficaz. Um esforço adicional para mobilizar a população civil para o esforço de guerra veio na esteira da derrota em Stalingrado. A decisão aliada na Conferência de Casablanca, em janeiro de 1943, de exigir a "rendição incondicional" da Alemanha, pode ter facilitado, ironicamente, a tarefa dos nazistas de promover um maior envolvimento do público na guerra. Diante de uma grande audiência de membros do partido, no Sportpalast, o maior estádio esportivo fechado de Berlim, a 18 de fevereiro de 1943, o ministro da Propaganda, Josef Goebbels, perguntou à audiência, com um floreio retórico: "Vocês querem uma guerra total?" A resposta, é claro, foi um "Sim" retumbante.

A Batalha de Kursk

Apesar da desastrosa derrota em Stalingrado e do subsequente recuo do Grupo de Exércitos do Sul, sob o comando do marechal Erich von Manstein (1887-1973), os alemães conseguiram estabilizar a frente de combate, retomaram Kharkov e concentraram uma reserva de tanques e infantaria para outra grande ofensiva, na primavera de 1943. O fracasso dessa ofensiva, em julho de 1943, confirmou que a iniciativa militar no leste passara a ser, de forma permanente, dos exércitos soviéticos. Alertados pelos decifradores de códigos britânicos sobre os planos alemães para atacar a vanguarda de suas forças em Kursk, 720 quilômetros ao sul de Moscou, os soviéticos estavam bem preparados quando os alemães avançaram. A derrota alemã na Batalha de Kursk, a maior batalha de tanques da história, representou o fim da capacidade ofensiva da Wehrmacht. Dali por diante, o exército alemão foi obrigado a assumir uma postura cada vez mais defensiva. Os novos tanques alemães, Panther e Tiger, eram mais difíceis de manobrar do que os equivalentes soviéticos menores. As forças de tanques alemãs também estavam agora em grande inferioridade numérica. A produção aumentara nas fábricas além dos Urais, junto com um fluxo constante

de suprimentos americanos, o que permitia aos russos substituir suas perdas num ritmo muito mais rápido do que os alemães. Ao final de 1943, os russos já haviam recuperado dois terços do território perdido para os alemães na guerra. O Exército Vermelho retomou Smolensk a 25 de setembro, e Kiev a 6 de novembro. A 27 de janeiro de 1944, os russos conseguiram levantar o cerco de Leningrado, depois de 865 dias.

A queda de Mussolini

Na frente do Mediterrâneo, os Aliados também conquistaram importantes vitórias em julho de 1943. A iminente invasão do território continental da Itália e a ameaça de destruição em larga escala finalmente arruinaram o regime de Mussolini. A 10 de julho, os Aliados desembarcaram na Sicília. Duas semanas depois entraram na cidade de Palermo. A cidade de Roma foi bombardeada pela primeira vez na guerra. A ameaça aliada à Itália forçou Hitler a retirar algumas unidades de elite das SS da frente russa. A 25 de julho, o Grande Conselho Fascista e o rei Vítor Emanuel derrubaram Mussolini, pondo em seu lugar o marechal Pietro Badoglio, que iniciou negociações secretas com os Aliados sobre as condições para a rendição da Itália. Os italianos assinaram um armistício a 3 de setembro, o mesmo dia em que tropas aliadas desembarcaram na extremidade meridional do território continental da Itália. A 13 de outubro de 1943, o governo italiano trocou de lado e declarou guerra à Alemanha.

A deserção da Itália não pegou os alemães desprevenidos. Eles puseram em ação imediatamente seu plano de emergência para desarmar o exército italiano e ocupar o país. Mussolini foi libertado do cativeiro italiano numa ousada manobra de comandos das SS, a 12 de setembro. Os alemães o reintegraram como ditador de uma república fascista no norte da Itália, com a capital em Saio, no lago Garda. Ali ele terminou seus dias como chefe de um estado precário, inteiramente dependente do apoio alemão. Foi capturado e fuzilado por guerrilheiros italianos a 28 de abril de 1945, dois dias antes da morte do próprio Hitler no *bunker* da chancelaria, em Berlim.

O avanço militar aliado na Itália foi custoso e lento, enquanto tropas e reforços eram desviados para a Inglaterra, em preparativos para a invasão da Normandia. Embora Nápoles caísse a 1 de outubro de 1943, Roma só foi libertada a 4 de junho de 1944, dois dias antes do desembarque na Normandia. Ao final da guerra, o exército aliado ainda não avançara além do vale do Pô, no norte da Itália. Mas ao imobilizar cerca de vinte e cinco divisões alemãs, a difícil campanha italiana ajudou a garantir o sucesso da invasão em 1944, na travessia do Canal da Mancha.

O Dia D

A invasão há muito esperada, no Dia D, no norte da França, ocorreu ao amanhecer de 6 de junho de 1944; com o codinome de "Operação Overlord", foi a maior operação anfíbia da história. Contudo, tanto a ocasião quanto o local pegaram os alemães de surpresa. As condições meteorológicas desfavoráveis faziam com que o dia fosse impróprio para um desembarque em larga escala. Os alemães esperavam que a invasão ocorresse em Calais, o ponto em que era mais curta a distância entre a Inglaterra e o continente... e menor o caminho para o centro industrial alemão. Em vez disso, o desembarque foi na costa da Normandia, onde as defesas alemãs eram mais fracas. Mais de 1500 soldados aliados desembarcaram no primeiro dia do ataque. Deparam-se com um fogo cerrado em "Omaha Beach", mas relativamente pouca resistência em outros pontos. Os alemães hesitaram em enviar reforços de outros pontos ao longo da costa, com receio de que a invasão na Normandia fosse apenas uma manobra diversionária. Por vários dias, os comandantes alemães continuaram a esperar pelo ataque principal, no Pás de Calais, de onde os alemães haviam planejado lançar a "Operação Leão do Mar", cerca de quatro anos antes.

A superioridade aérea virtualmente incontestada permitiu que as forças anglo-americanas expandissem suas cabeças-de-ponte contra a obstinada resistência alemã, nos dias e semanas subseqüentes. A 27 de junho, Cherbourg tornou-se a primeira grande cidade portuária a cair em poder dos Aliados. Mas o progresso Aliado era mais lento do que o previsto. Caen, que deveria ser capturada no próprio Dia D, de acordo com os planos alados, só caiu a 10 de julho; e St Lo, a 18 de julho. A abertura decisiva na Normandia

só veio ao final de julho e início de agosto, com a conquista de Avranches pelos americanos, e o cerco das forças alemãs no bolsão de Falaise. Agora, a estrada para o leste estava livre.

A 15 de agosto os Aliados lançaram uma ofensiva, no sul da França, encontrando pouca resistência alemã. O general Pétain, que se recusara a deixar Vichy mesmo com o avanço aliado, foi evacuado à força por tropas das SS. As forças da resistência francesa agora participavam abertamente das atividades de libertação de seu país. Paris foi libertada antes mesmo da chegada das tropas aliadas. Ao contrário das ordens de Hitler, os ocupantes alemães retiraram-se sem destruir a cidade. A 25 de agosto, o general de Gaulle fez sua entrada triunfante na capital francesa.

Na frente leste, onde os soviéticos retomaram a ofensiva a 22 de junho, três anos depois da invasão alemã, a situação também ia de mal a pior para os alemães. A capital bielo-russa de Minsk foi libertada a 4 de julho. O Exército Vermelho alcançou os arredores de Varsóvia no final do mês. A 18 de agosto, os soviéticos chegaram à fronteira da Prússia Oriental. A Romênia assinou um armistício com os soviéticos e declarou guerra aos alemães, a 25 de agosto. A 31 de agosto, os soviéticos capturaram Bucareste e isolaram os alemães dos vitais campos petrolíferos de Ploesti. A Finlândia, que assumira uma posição exclusivamente defensiva depois de recuperar o território perdido na Guerra do Inverno, concluiu um armistício com os soviéticos a 19 de setembro.

O programa alemão de foguetes

Hitler, que visitou a frente ocidental apenas uma vez, onze dias depois da invasão da Normandia, recusou-se a reconhecer a realidade da derrota iminente. Rejeitou o conselho de seus generais de recuar para linhas defensáveis, ao longo do Sena, e mais uma vez acusou-os de falta de determinação. Afastou temporariamente seu comandante na frente ocidental, Gerd von Rundstedt (1875-1953), a 3 de julho, e seu sucessor, Hans von Kluge (1882-1944), a 17 de agosto, sem conseguir qualquer melhoria na situação militar. Mais e mais ele concentrava suas esperanças no desenvolvimento de armas novas e milagrosas. A 12 de junho, a primeira das bombas-foguetes V-1, com autopropulsão (o V representava *Vergeltungswaffe* arma de represália), foi lançada contra a cidade de Londres, de locais ao longo da costa francesa. Em setembro, no entanto, todas as bases de lançamento haviam sido capturadas ou destruídas por bombardeios. De cerca de 90 mísseis V-1 lançados, apenas uma 2 alcançaram o alvo.

O míssil V-2, que entrou em operação a 8 de setembro, lançado de bases na Bélgica, era mais preciso e tinha um alcance muito maior do que o V-1, mas os danos infligidos também foram desproporcionalmente pequenos, em comparação com o custo. Mais de 30 mísseis foram disparados antes que as bases de lançamento caíssem sob o avanço dos Aliados. Sob Wernher von Braun (1912-1977), o gênio organizador por trás do programa aeroespacial americano depois da guerra, futuro cidadão americano, os engenheiros alemães foram pioneiros na tecnologia da exploração espacial. Mas o desenvolvimento dos mísseis foi prejudicado pela rivalidade entre departamentos, tão típica do regime nazista e com isso, o significado do programa de foguetes foi mínimo.

Os benefícios militares poderiam ter sido maiores se os recursos investidos no V-2 fossem aplicados, preferencialmente, no desenvolvimento dos aviões a jato, em que os cientistas e engenheiros alemães sempre tiveram um papel pioneiro. Mas aqui também a obsessão de Hitler por vingança e retaliação teve um efeito pernicioso sobre a utilidade militar da nova arma. Em vez de desenvolver caças a jato, que poderiam contestar a superioridade aérea aliada sobre o continente, Hitler ordenou a construção de bombardeiros a jato, mais lentos e mais caros. E afinal, quando os aviões a jato se tornaram operacionais, quase no final da guerra, não puderam ser usados por falta de combustível.

A resistência militar alemã

Os desembarques aliados na Normandia e a retomada da implacável ofensiva soviética no leste finalmente convenceram vários generais de Hitler de que a derrota na guerra era inevitável. O marechal-de-campo Rommel, que agora comandava um grupo de exércitos na frente ocidental, procurou persuadir Hitler

a pedir a paz no ocidente, a fim de reforçar a frente oriental. Rommel achava que a continuação da guerra só poderia levar à total destruição do país. Hitler, no entanto, recusava-se a ouvir qualquer sugestão de paz sem vitória. Rommel era um dos inúmeros oficiais de alta patente que estavam dispostos a se apossar do poder pela força, se Hitler não tomasse as medidas necessárias para evitar a catástrofe iminente. A 17 de julho de 1944, no entanto, ele foi gravemente ferido na batalha em Caen, e por isso não pôde participar da conspiração militar em andamento.

O coronel Claus von Stauffenberg (1907-44), que tinha acesso a Hitler como chefe do estado-maior do exército alemão de reserva, foi o líder da resistência militar. O jovem veterano perdera uma das mãos e vários dedos da outra em combate na África do Norte. A 20 de julho de 1944, Stauffenberg plantou uma bomba no *bunker* de Hitler, no quartel-general da Prússia Oriental, durante uma reunião de informações e instruções. Mas tudo saiu errado na tentativa de assassinato, protelada por muito tempo. Quatro pessoas morreram, mas Hitler sobreviveu à explosão, apenas com pequenos ferimentos. Porque fazia calor, as janelas estavam abertas, o que reduziu a força da explosão.

A conspiração ainda poderia dar certo, se os companheiros de Stauffenberg agissem com mais rapidez em Berlim. Em vez disso, eles esperaram pelo retorno de Stauffenberg, cerca de quatro horas mais tarde, antes de darem as ordens para a tomada do poder, numa ação que teve o codinome de "Operação Valquíria". A essa altura, a ligação telefônica com o quartel-general de Hitler já fora restabelecida. Goebbels, o ministro da Propaganda, a mais alta autoridade nazista em Berlim, conseguiu dissuadir o oficial que fora prendê-lo de cumprir a ordem, convencendo-o de que Hitler ainda estava vivo. Só na França ocupada é que foram cumpridas as ordens dos conspiradores para prender os líderes das SS e da Gestapo. Durante umas poucas horas, pelo menos, os conspiradores, sob o comando do general Karl Heinrich von Stülpnagel (1886-1944), tiveram o controle de Paris. O general von Kluge, ainda no comando supremo da frente ocidental na ocasião, adotou uma atitude de esperar para ver, que mais tarde lhe custou a vida. Em Berlim, a conspiração teve um rápido colapso, depois que ficou evidente que Hitler não morreria. O superior de Stauffenberg, comandante do exército da reserva, general Friedrich Fromm (1888-1945), que se recusara a assumir qualquer compromisso com a conspiração até que o sucesso estivesse assegurado, agora resolveu ficar do lado do regime nazista. Naquela mesma noite, Stauffenberg e vários companheiros de conspiração foram fuzilados por um pelotão reunido às pressas, no pátio do quartel-general do exército, em Berlim.

Por que a resistência militar não conseguiu derrubar Hitler? Ayasta maioria dos oficiais de alta patente permaneceu leal ao regime. Havia diversas razões para isso. Muitos oficiais deviam suas promoções à rápida expansão das forças armadas promovida por Hitler na década de 1930 e durante a guerra. Violar os juramentos de lealdade pessoal a Hitler seria uma quebra dos padrões tradicionais de honra militar. Ainda mais dissuasivo era o estigma de um ato de alta traição em tempo de guerra. Para muitos oficiais, a política aliada de rendição incondicional parecia não deixar qualquer alternativa além de continuar a luta.

Até mesmo os líderes da resistência militar sentiam-se inibidos por uma fatal ambivalência em relação ao regime nazista. Quase todos os oficiais dissidentes eram nacionalistas autoritários. Havia ajudado a planejar as campanhas de Hitler, aplaudiram suas vitórias e partilhavam o objetivo de um Reich Alemão poderoso e expandido. Para muitos, embora não para todos, fora apenas a perspectiva de uma desastrosa derrota alemã que finalmente os induzira a tentar derrubar o regime. O entusiasmo do próprio Stauffenberg pela guerra só começou a definhir em 1942. Essa ambivalência não diminui em nada sua coragem pessoal, mas ajuda a explicar o fracasso de muitas figuras da resistência, como o almirante Wilhelm Canaris (1887-1945), o chefe do serviço de contra-espionagem, em assumir uma posição clara e objetiva, até que a perda da guerra os levou a entrar em ação.

A maioria dos conspiradores esperava fazer a paz com os Aliados ocidentais, a fim de poder resistir ao comunismo soviético. Mas não receberam qualquer encorajamento dos Aliados, que estavam céticos da possibilidade de sucesso de um golpe militar, e determinados a evitar o reaparecimento do mito da punhalada pelas costas na Alemanha, depois da guerra. A política de rendição incondicional impedia a possibilidade de negociar uma paz em separado. No calor da batalha, os líderes aliados não se mostravam

propensos a ver muita diferença entre o nacionalismo prussiano e o nacional-socialismo. Quando foi informado sobre tentativa de golpe, Churchill teria comentado: "Vamos deixar que cão estraçalhe cão".

Desconfiados do populismo e da democracia, os membros da conspiração de 20 de julho imaginavam um governo autoritário conservador, numa Alemanha do pós-guerra que manteria suas fronteiras de 1938, incluindo a Áustria e a Sudetolândia. Alguns integrantes da resistência, como o diplomata Jilrich von Hassell (1881-1944), até esperaram ficar com o Corredor Polonês. Sua visão de uma paz negociada com os Aliados ocidentais era estranhamente fora de contato com a realidade. O general Ludwig Beck (1880-1944), que fora para a reserva quando era chefe do estado-maior, em agosto de 1938, para protestar contra a política de Hitler na Tchecoslováquia, seria o chefe do novo estado. O marechal-de-campo Erwin von Witzleben (1881-1944), também reformado, seria o novo comandante supremo da Wehrmacht. Beck já havia formulado planos para depor Hitler em 1938, esperando que os britânicos permanecessem firmes na questão da Tchecoslováquia. Mas não recebera qualquer estímulo do Ministério do Exterior britânico, que defendia então uma política de apaziguamento. A maioria dos conspiradores apoiara os nazistas nos primeiros anos do regime. O ex-prefeito de Leipzig, Carl Goerdeler (1884-1945), escolhido para ser o chanceler no caso de sucesso da conspiração, opusera-se à violência dos nazistas contra os judeus, mas fora a favor de algumas medidas para reduzir os direitos dos judeus na Alemanha.

Com o colapso da tentativa de golpe, os nazistas rapidamente recuperaram o controle. As represálias foram brutais e extensas. Beck foi fuzilado na noite de 20 de julho, depois de fracassar numa tentativa de suicídio. Goerdeler, Witzleben e outros conspiradores eminentes foram submetidos a humilhantes arremedos de julgamento, perante o Tribunal do Povo. Mais tarde foram enforcados, de uma maneira terrível, com cordas de piano, pendurados em ganchos de açougue. A agonia da morte de cada um foi filmada, para o prazer sádico de Hitler. O vacilante Fromm, que abortara a conspiração quando soubera que Hitler continuava vivo, foi executado por um pelotão de fuzilamento, em março de 1945. O Tribunal do Povo aplicou quase 200 sentenças de morte a pessoas ligadas à conspiração. Milhares de pessoas, algumas relacionadas apenas vagamente com a resistência, inclusive pessoas das famílias dos conspiradores, foram presas e despachadas para campos de concentração, nos meses subseqüentes à repressão do golpe.

Outra resistência a Hitler

Outro centro de resistência a Hitler, de predominância conservadora, com ligações na resistência militar, foi o *Círculo de Kreisau*, formado por profissionais liberais e oficiais do exército, que se reuniam na propriedade do conde Helmuth von Moltke (1907-45), descendente de uma longa linhagem de heróis militares prussianos, inclusive um ex-comandante do estado-maior alemão (seu tio-avô). Os membros do Círculo de Kreisau divergiam sobre a forma que a Alemanha tomaria na era pós-nazista, mas concordavam em seu ódio a Hitler. Contudo, a maioria de seus membros era inspirada por ideais religiosos, que excluíam o assassinato como um método legítimo de derrubar o regime. Mas isso não os poupou da ira dos nazistas. Também foram apanhados pela imensa rede de arrasto lançada pelas SS depois do fracasso da conspiração de 20 de julho. Moltke já fora preso antes, em janeiro de 1944. Foi executado em janeiro de 1945. padre jesuíta Alfred Delp (1907-45) e o teólogo protestante Dietrich Bonhoeffer (1906-45), ativistas clericais com ligações distantes ao Círculo de Kreisau, foram executados em abril de 1945. Uma das poucas figuras eminentes da Igreja a criticar abertamente as políticas nazistas contra os judeus foi Bernhard Lichtenberg (1875-1943), o prior católico da catedral de Santa Hedwig, em Berlim. Lichtenberg morreu quando era transportado para Dachau, em novembro de 1943.

Não é de surpreender que a única ameaça séria ao regime nazista partisse de conservadores descontentes, que temiam que a liderança de Hitler levasse o país à ruína total. Todas as outras fontes potenciais de resistência haviam sido submetidas a uma repressão meticulosa e implacável, desde 30 de janeiro de 1933. Isso aconteceu em particular com os movimentos clandestinos socialista e comunista, que ainda conseguiram funcionar, apesar das terríveis pressões, durante os anos da guerra. Em 1942, o principal grupo de espionagem comunista, conhecido pela Gestapo como *Rote Kapelle* (Orquestra Vermelha), foi dissolvido, e cinquenta de seus membros foram executados. O grupo fornecera antes valiosas informações secretas à União Soviética. Alguns conspiradores social-democratas também tinham estreitas ligações com a

resistência de 20 de julho, inclusive um ex-deputado no *Reichstag*, Julius Leber (1891-1945), que teria um posto ministerial no novo governo. Leber estava entre as centenas de executados depois do fracasso da conspiração.

Houve também atos isolados de resistência na população em geral, inclusive incidentes de sabotagem industrial, redução do ritmo de trabalho, e ajuda clandestina à judeus, trabalhadores estrangeiros ou prisioneiros de guerra aliados. Em novembro de 1939, o carpinteiro suábio Johann Elser plantou uma bomba no *Bürgerbräukeller*, onde Hitler deveria fazer um discurso, no aniversário *doputsch* de Munique. Sete pessoas morreram, mas Hitler deixara o salão dez minutos antes da explosão da bomba. Um exemplo de imensa coragem e dedicação foi dado pelos estudantes católicos Sophie Haas Scholl, que organizaram um círculo de resistência na Universidade de Munique, sob o nome de "A Rosa Branca". Presos por distribuírem panfletos em que conclamavam a juventude alemã a se levantar contra o regime nazista, os Scholls e vários de seus companheiros foram executados em fevereiro de 1943.

Resistência na Europa ocupada

A resistência ao nazismo era bastante difícil na Alemanha, sobretudo em tempo de guerra, porque envolvia traição contra o próprio país. O mesmo não se aplicava, é claro, aos países ocupados pelos nazistas, onde a resistência era uma manifestação de patriotismo. Na maioria dos países da Europa ocupada, os colaboracionistas foram a princípio mais numerosos do que os resistentes. À medida que mudaram os rumos da guerra, no entanto, a balança se inclinou para o outro lado. As forças da resistência desempenharam um papel significativo em vários países, em particular na Iugoslávia, onde guerrilheiros sob o comando do marechal Josip Tito (1892-1980) imobilizaram várias divisões alemãs ao longo da guerra. Conseguiram inclusive libertar o país antes da chegada do Exército Vermelho a Belgrado, no final de outubro de 1944.

Na Polônia, por outro lado, o Exército Interno, clandestino, sob o controle do governo polonês no exílio, baseado em Londres, fracassou em sua tentativa de livrar o país dos invasores alemães. O levante de Varsóvia, que começou a 1 de agosto de 1944 (não se deve confundir com o levante do gueto de Varsóvia, em abril de 1943, que será abordado no próximo capítulo), foi previsto para coincidir com a chegada de tropas soviéticas às margens do Vístula, a uma curta distância da capital polonesa. O governo polonês no exílio tencionava libertar a capital antes da chegada do Exército Vermelho, a fim de evitar que os comunistas dominassem a Polónia depois da guerra.

As relações diplomáticas entre os poloneses de Londres e a União Soviética haviam sido rompidas depois da descoberta pelos alemães de sepulturas coletivas de oficiais poloneses na floresta de Katyn, em abril de 1943. Embora os soviéticos culpassem os alemães pelo massacre na ocasião, até persuadindo os Aliados a incluí-lo entre as acusações contra a liderança nazista nos julgamentos dos crimes de guerra em Nuremberg, em 1945, a atrocidade foi na verdade cometida pelo serviço secreto soviético, em 1940, a fim de eliminar a oposição ao regime comunista na Polónia. Esse conflito entre os soviéticos e os poloneses anticomunistas de Londres explica por que os soviéticos não foram informados do levante planejado com antecedência. Os soviéticos não concederam qualquer ajuda ao Exército Interno, enquanto os alemães, aplicavam uma força maciça para esmagar a revolta. Depois de dois meses de combates encarniçados, que custaram quase 2000 vidas polonesas, os rebeldes de Varsóvia acabaram se rendendo, a 2 de outubro. Só então o Exército Vermelho avançou para ocupar a cidade destruída, que caiu em poder dos russos em janeiro de 1945.

Por toda a Europa, a resistência antinazista dividia-se em comunista e não-comunista ou facções anticomunistas. Em alguns países, como a Iugoslávia e a Grécia (e a China), os dois lados tiveram conflitos diretos. Na maioria dos países, no entanto, os guerrilheiros da resistência comunista e não-comunista cooperaram na luta comum. Depois da invasão alemã da União Soviética, os comunistas por toda a Europa formaram as facções mais militantes nos movimentos clandestinos. Mostravam-se mais dispostos a assumir riscos e se empenhar em batalhas do que seus equivalentes não comunistas. Foi o que aconteceu, por exemplo, na Iugoslávia, onde os britânicos apoiavam no início o movimento de resistência não-comunista, sob o comando de um nacionalista sérvio, o coronel Dragoljub Mihajlovic (1893-1946), mas depois

transferiram seu apoio para Tito, quando ficou evidente que os guerrilheiros comunistas eram mais vigorosos e eficazes no combate aos alemães.

Os guerrilheiros passaram a desempenhar um papel militar cada vez mais importante, à medida que a guerra progredia. As vastas áreas de florestas da União Soviética eram bastante favoráveis à guerra de guerrilha. Bandos de guerrilheiros interrompiam as linhas alemãs de suprimentos. Unidades alemãs tinham de se manter por trás das linhas de frente por causa deles. No ocidente, a resistência teve um significado militar menor, mas forneceu aos Aliados importantes informações secretas. Em 1944, o movimento da resistência na França contava com cerca de 2000 pessoas, cujas atividades eram coordenadas com os exércitos aliados. Na Itália, guerrilheiros conseguiram capturar e executar Mussolini, no final da guerra.

As represálias nazistas contra a guerrilha assumiram proporções draconianas. Os notórios decretos de "Noite e Neveiro", de julho de 1941, assinados pelo marechal-de-campo Keitel, autorizavam a captura e deportação para a Alemanha de qualquer pessoa na Europa ocupada suspeita de atividade antiajêmica. Para desencorajar o apoio popular aos guerrilheiros da resistência, os alemães adotaram a prática de executar reféns e destruir aldeias inteiras, em retaliação por atos de resistência. Entre as represálias mais brutais destacou-se a destruição da aldeia tcheca de Lidice, com a execução de todos os habitantes do sexo masculino, depois do assassinato de um alto oficial das SS, Reinhard Heydrich (1904-42), *Reichsprotektor* da Boêmia e Morávia, por agentes secretos tchecos, em maio de 1942. Os alemães também massacraram 335 prisioneiros italianos nas cavernas próximas da Via Ardeatina, nos arredores de Roma, em março de 1944, em retaliação pela emboscada a soldados alemães por guerrilheiros. A 10 de junho de 1944, quatro dias depois do desembarque aliado na Normandia, uma unidade de tanques das SS, a divisão *Das Reich*, assassinou todos os 642 habitantes da aldeia francesa de Oradour-sur-Glane. Do total de vítimas, 207 eram crianças.

A Batalha do Bulge

Em meados de outubro de 1944, as ofensivas Aliadas a leste e oeste alcançaram as fronteiras do Reich alemão. Aachen tornou-se a primeira cidade alemã capturada pelos Aliados, a 21 de outubro. Parecia que a guerra acabaria numa questão de semanas. Mas em meados de dezembro os alemães desfecharam uma última e desesperada ofensiva a oeste, num esforço para protelar a derrota iminente. Uma ponta-de-lança avançou por 80 quilômetros pelas linhas aliadas, na parte belga da floresta de Ardenes, no que veio a ser conhecido como a Batalha do Bulge ou Batalha do Bolsão. Ao final do mês, a ofensiva alemã fora detida pouco antes de seu objetivo, a cidade portuária de Antuérpia. Várias semanas transcorreram, no entanto, até que os Aliados recuperassem o terreno perdido. Mas os alemães agora não dispunham mais de reservas eficazes.

A derrota da Alemanha

Em janeiro de 1945, recomeçou a ofensiva aliada. Colônia caiu a 6 de março. Um dia depois, tropas americanas capturaram uma ponte ferroviária sobre o Reno, em Remagen, que os alemães em retirada deixaram de destruir. Embora a ponte desabasse a 17 de março, os alemães não conseguiram desalojar a cabeça-de-ponte aliada na margem leste do Reno. Em abril, tropas americanas alcançaram o rio Elba, na região central da Alemanha, a linha de demarcação previamente combinada entre as zonas de ocupação soviética e ocidental. Tropas americanas e soviéticas encontraram-se em Torgau, no Elba, a 25 de abril, cortando o país ao meio. As forças americanas poderiam ter chegado antes dos soviéticos em Praga e Berlim, como Churchill insistiu que se fizesse, por razões políticas. Mas Eisenhower continuava a dispensar a prioridade maior ao objetivo militar de derrotar o inimigo o mais depressa possível. Sua preocupação não era a de capturar territórios, mas sim a destruição das forças inimigas, a fim de terminar a guerra no mais curto prazo. Outra consideração em sua decisão de interromper o avanço das tropas americanas pouco antes de Berlim e Praga foi o fato de que as linhas de suprimentos estavam estendidas ao máximo, com o rápido avanço nas semanas anteriores. Também não se podia ignorar a possibilidade de Hitler tentar estabelecer um reduto fortificado nos Alpes bávaros.

Em meados de abril, os soviéticos desfecharam a ofensiva final contra a capital alemã, defendida com um fanatismo extremo por soldados alemães em grande inferioridade numérica, mal equipados, muitos deles abaixo ou acima da idade militar. Nos estágios finais da guerra, os nazistas recrutaram até garotos de 15 anos para preencher as fileiras dizimadas da Wehrmacht. Homens muito velhos ou com uma incapacidade física para o serviço no exército regular foram organizados numa força de defesa civil, chamada *Volkssturm* (tropas de assalto do povo), equipadas principalmente com bazucas antitanques. Depois de duas semanas de encarniçados combates de casa em casa, unidades do Exército Vermelho chegaram ao centro de Berlim. De seu *bunker* requintado e muito bem fortificado, sob o prédio da chancelaria, Hitler dava ordens frenéticas para que exércitos fantasmas viessem em socorro da cidade. Teve um breve momento de animação com a notícia da morte do presidente Roosevelt, a 12 de abril, pois esperava que esse fato levasse os americanos a desistirem da guerra. Mas isso também não passava de uma ilusão. No dia 30 de abril ele cometeu suicídio, junto com sua fiel companheira Eva Braun, com quem se casará no dia anterior. Josef Goebbels, um homem de lealdade fanática, a quem Hitler nomeara ministro plenipotenciário da Guerra Total no Reich, em julho de 1944, também cometeu suicídio, junto com a esposa, depois de envenenar os seis filhos menores, para poupá-los da vida num mundo pós-nazista. Em seu simples testamento político, Hitler não demonstrou qualquer mudança de ânimo ou remorso. Atribuiu a culpa pela guerra aos judeus e exortou os alemães a continuarem a construir um estado nacional-socialista. Enfurecido pelas tentativas malogradas de Goering e Himmler de firmarem uma paz em separado com as potências ocidentais, Hitler despojou-os de todos os seus cargos. Coube ao almirante Karl Donitz, sucessor designado de Hitler, organizar a rendição incondicional da Alemanha, a 8 de maio de 1945. Os documentos de rendição foram assinados no quartel-general aliado em Rheims, a 7 de maio, e no quartel-general soviético em Berlim, pouco depois da meia-noite de 9 de maio. A fase européia da guerra mais destrutiva de todos os tempos chegara ao fim.

Perdas

Mais de três milhões de soldados alemães perderam a vida em combate, a maior parte na frente oriental. Entre junho de 1941 e junho de 1944, mais de 90 por cento das baixas em batalha do exército foram infligidas pelos russos. Mais um milhão de prisioneiros de guerra alemães deixaram de voltar do cativeiro russo. Calcula-se que quase três milhões de civis alemães também perderam a vida, sendo que pelo menos um milhão e meio na migração em massa de refugiados da guerra no leste. Essa migração para peste continuou nos meses depois da guerra, em consequência da expulsão dos alemães de territórios anexados pela Polônia e União Soviética. Mais da metade de todas as perdas alemães ocorreram depois de 20 de julho de 1944, o dia da fracassada revolta de oficiais, visando terminar ou pelo menos abreviar o conflito.

O número total de mortes resultantes da guerra é hoje calculado em 55 milhões, no mínimo, a maior parte de civis. Os últimos dados dos arquivos soviéticos indicam que suas perdas foram superiores a 40 milhões de pessoas. Pelo menos 15 milhões de soldados soviéticos morreram, inclusive cerca de 3,5 milhões de prisioneiros de guerra, deliberadamente deixados na inanição até a morte ou executados por outros meios, em campos controlados pela Wehrmacht ou pelas SS. A Polônia sofreu perdas ainda maiores, proporcionalmente à sua população. Cerca de 6,5 milhões de cidadãos poloneses perderam a vida, a metade judeus. A Iugoslávia também teve perdas elevadas, com cerca de 1,5 milhão de mortos. Em contraste, a Inglaterra teve cerca de 4000 mortos, enquanto os Estados Unidos sofriram em torno de 3500, na Europa e no Extremo Oriente. A França, que perdera 1,5 milhão de homens na Primeira, teve perdas muito menores na segunda Guerra Mundial.

A derrota alemã na Guerra de 1939-45 é um caso clássico de um país levado à ruína por uma abominável ideologia de supremacia e ambições imperialistas irrealistas. Em termos políticos e militares, Hitler cometeu três erros de cálculo fatais. O primeiro foi a suposição de que a Inglaterra, depois da derrota da França, não teria opção além de fazer a paz. O segundo erro de cálculo foi a suposição de que os exércitos soviéticos não lutariam ou não seriam capazes de lutar de uma maneira eficaz. A terceira grande falha de julgamento foi a tremenda subestimação da vontade e capacidade dos Estados Unidos de travar a guerra. Hitler foi vítima de suas ilusões ideológicas, enraizadas na convicção da superioridade da raça alemã. De 1942 em diante, ele foi gradativamente forçado a renunciar a todos os objetivos pelos quais iniciara a guerra.

Um objetivo, no entanto, ele estava determinado a realizar, mesmo na derrota: a destruição do judaísmo europeu.

14. O Holocausto

A Alemanha de Hitler cometeu o mais notório genocídio da história: o assassinato em massa dos judeus. O Holocausto era o objetivo central do extenso programa de destruição dos nazistas. Mas entre as vítimas da implacável perseguição nazista também figuravam os ciganos, deficientes físicos e mentais, homossexuais, pacifistas (Testemunhas de Jeová), e adversários políticos, em particular os comunistas. Os nazistas também mataram sistematicamente milhões de prisioneiros de guerra soviéticos, além de elites de liderança potencial (inclusive sacerdotes, intelectuais, oficiais militares e políticos), na Polônia e em outras áreas ocupadas no leste. Mas nenhum grupo foi perseguido com mais determinação ou em maior escala do que os judeus. No auge da guerra, atacado por exércitos aliados em todas as frentes, o governo nazista desviou recursos preciosos em usos militares para completar a destruição dos judeus da Europa. Cerca de seis milhões de judeus, dois terços da população judaica europeia e um terço dos judeus no mundo inteiro, perderam a vida no Holocausto. Como se pode explicar um genocídio nessa escala? Como e por que a discriminação e perseguição da década de 1930 teve uma escalada para o genocídio sistemático na década de 1940? Os historiadores há muito discutem essas questões, sem chegar a um consenso.

Interpretações intencionalistas e funcionalistas

Durante os últimos vinte anos, as interpretações das causas do Holocausto têm sido em geral classificadas em duas amplas categorias: as interpretações "intencionalistas", que presumem que o Holocausto foi uma implementação passo a passo de um plano antigo e preconcebido de Hitler para exterminar os judeus; e as interpretações "funcionalistas" segundo as quais o Holocausto foi primariamente o resultado de esforços cada vez mais radicais de agências líderes nazistas concorrentes para "resolver" o "problema judaico"-a presença dos judeus na sociedade alemã e europeia nas circunstâncias específicas da guerra. Hitler sempre desejou a extinção física dos judeus ou essa decisão só foi alcançada depois que as alternativas de emigração e repovoamento demonstraram ser inviáveis? A questão aqui não é apenas *quando*, mas também *como* se chegou à decisão de uma "solução final do problema judaico". Os intencionalistas destacam a importância dos planos a longo prazo, vontade e intenções de Hitler e dos principais líderes nazistas de realizar o Holocausto; os funcionalistas apontam a "radicalização cumulativa" da política executada por uma burocracia incumbida de encontrar uma solução viável para o "problema judaico", em condições cada vez mais difíceis. Os funcionalistas insistem que não havia nenhum desígnio prévio; que, na verdade, o Holocausto resultou do fracasso ou inviabilidade de projetos cada vez mais radicais para expulsar os judeus e da remoção de todas as restrições contra o assassinato em massa na guerra.

A polêmica intencionalismo X funcionalismo tem também implicações para outros aspectos da história da Alemanha Nazista. Uma questão importante que se apresenta é a extensão do poder de Hitler. Os intencionalistas tendem a realçar o controle total de Hitler sobre o processo de tomada de decisão e a estrutura hierárquica centralizada do regime. Já os funcionalistas tendem a enfatizar a natureza "policrática", descentralizada e fragmentada do regime nazista, em que agências superpostas e burocratas de nível médio competiam entre si para executar as amplas diretivas políticas (como a expulsão dos judeus) recebidas dos escalões superiores. Outra questão levantada pela polêmica intencionalista-funcionalista envolve o papel da ideologia no regime nazista. A ideologia era fundamental no processo nazista de tomada de decisão ou apenas um fator entre vários, como oportunismo, carreirismo ou iniciativas locais, o que explicaria a evolução da política nazista, como os funcionalistas parecem insinuar? É também um debate sobre a responsabilidade histórica. Hitler foi o culpado fundamental pelo Holocausto ou foram seus subalternos os responsáveis primários por esse hediondo crime histórico? A questão é tão contenciosa porque qualquer redução do papel central de Hitler parece difundir a responsabilidade e tornar muito mais difícil atribuir a suprema culpa pelo Holocausto.

Como acontece com frequência na interpretação histórica, também aqui existem questões extra-históricas em jogo. Se o extermínio dos judeus não foi planejado com antecedência, mas foi o resultado de um processo de formação política eventual, assistemática ou improvisada-se a estrada para Auschwitz foi sinuosa, não reta então a imagem do nazismo como mal absoluto parece um pouco amenizada. Os intencionalistas criticam as interpretações funcionalistas por darem peso demais às circunstâncias eventuais e processos *ad hoc*, subestimando assim os processos letais inerentes ao movimento nazista e sua ideologia desde o início. Os intencionalistas acusam os funcionalistas de diluírem a criminalidade excepcional do Holocausto com a apresentação de explicações aparentemente racionais sobre como e por que aconteceu. As explicações funcionais, isto é, as explicações que procuram as causas do Holocausto no sistema, estrutura ou dinâmica burocrática nazista ou nos desenvolvimentos mais amplos da moderna civilização ocidental, parecem subestimar a questão moral da responsabilidade pessoal e da culpa, atribuindo motivos racionais e utilitários aos perpetradores. Mas o intencionalismo também é suscetível a uma forma de justificativa. Ao atribuir a causa do Holocausto exclusivamente a Hitler e um pequeno círculo de líderes nazistas na cúpula, as interpretações intencionalistas têm sido usadas para desculpar outros setores da sociedade alemã, inclusive elites e instituições de nível inferior e não nazistas. Muitos dos estudos funcionalistas sobre a estrutura e dinâmica do regime nazista demonstram a ampla cumplicidade no Holocausto das elites e instituições burocráticas, militares e econômicas da Alemanha.

A maioria dos historiadores concordaria hoje que tanto as interpretações intencionalistas quanto as funcionalistas precisam ser levadas em consideração, em qualquer tentativa de explicar as causas do Holocausto. Nenhuma explicação simples pode abranger um programa tão maciço e letal quanto a "Solução Final da Questão Judaica". Como Ian Kershaw ressaltou, é impossível separar as intenções das condições impessoais sob as quais as intenções são postas em prática. A ideologia fixou os parâmetros cruciais dentro dos quais operavam as várias agências lidando com a política judaica, mas não oferecia um programa passo a passo sobre a maneira de resolver a "questão judaica", conforme definida pelos nazistas. Desde o início, os nazistas estavam empenhados na total exclusão dos judeus da sociedade alemã e na criação de um Reich *iudenrein*. Também tinham o compromisso com o brutal princípio eugênico de exterminar o que definiam como "vida indigna de vida". Esses dois cursos destacados da política nazista fundiram-se para produzir o Holocausto, sob as condições favoráveis para o assassinato institucional criadas pela guerra. Embora não houvesse um plano-mestre sobre a maneira como seria realizada a destruição da comunidade judaica na Alemanha, o extermínio físico sempre integrou a lógica do antissemitismo nazista. Ao longo da década de 1930, no entanto, a perseguição, isolamento e degradação dos judeus prosseguiram de forma intermitente, através de vários estágios (ver Capítulo 10), com isso, era sempre renovada a esperança da comunidade judaica de que o pior finalmente passara. Poucos foram capazes de prever o final terrível de um processo que agora se revela de maneira inequívoca como um caminho inexorável para a aniquilação total.

Guerra e genocídio

Em suas políticas antijudaicas (assim como ria política externa), durante a década de 1930, os nazistas foram contidos por certas realidades práticas, entre as quais os efeitos potencialmente adversos de medidas antissemitas sobre a economia alemã e a possível reação hostil de outros países. Havia também restrições à política eugênica, entre as quais destacava-se a probabilidade de oposição pública à eutanásia institucionalizada. Foi a guerra que libertou os nazistas de todas as restrições à violência e proporcionou a cobertura necessária para implementar, primeiro, o programa de matar os deficientes, e depois a "solução final", a destruição física dos judeus.

A guerra também concedeu uma credibilidade espúria às acusações nazistas de que os judeus eram perigosos inimigos do Reich. Segundo a teoria nazista de conspiração, propagada durante vinte anos, os judeus haviam sido responsáveis pela Primeira Guerra Mundial, a derrota da Alemanha, e a Revolução Russa. A 30 de janeiro de 1939, depois de Munique, mas antes da ocupação de Praga, Hitler assim falou no *Reichstag*:

Hoje serei mais uma vez um profeta. Se os financistas internacionais judeus, dentro e fora da Europa, tiverem êxito de novo, lançando aí nações em outra guerra mundial, então o resultado não será a bolchevização do mundo e com isso a vitória do judaísmo, mas sim a aniquilação da raça judaica na Europa...

É provável que Hitler esperasse que essa ameaça pressionasse o Ocidente a fazer concessões adicionais ao expansionismo alemão. Já na década de 1920, antissemitas radicais haviam proposto tratar os judeus como reféns, a fim de impedir a intervenção dos Aliados para impor o cumprimento do Tratado de Versalhes. Mas a ameaça de Hitler não foi feita apenas como uma manobra tática. Um aspecto fundamental da visão paranóica nazista era o mito de que os judeus haviam declarado guerra à Alemanha e estavam empenhados em sua destruição. Muito antes do ataque alemão à Polônia, a 1 de setembro de 1939, os judeus já eram oficialmente estigmatizados como inimigos da Alemanha e tratados como tal.

Para os 3500 judeus que ainda viviam no Grande Reich, a deflagração da guerra trouxe novas e crescentes restrições. Antes mesmo da guerra já haviam sido tomadas medidas para concentrar os judeus em determinados quarteirões residenciais e prédios de apartamentos, a fim de tornar a vigilância mais fácil. Se antes da guerra a razão oficial era a de que não se podia esperar que alemães residissem nos mesmos prédios com judeus, depois do início da guerra as medidas draconianas podiam ser racionalizadas como necessárias para a segurança pública. A supressão do inimigo interno foi declarada como essencial para a vitória na guerra.

Um toque de recolher noturno foi imposto aos judeus. Todos os aparelhos de rádio pertencentes a judeus foram confiscados, sob o pretexto de que eram necessários para o esforço de guerra. Os judeus recebiam rações de alimentos reduzidas. A partir de julho de 1940, só podiam fazer compras em determinadas horas. Eles não podiam mais ter telefone ou animais de estimação, nem podiam usar a biblioteca pública. A partir de 1 de setembro de 1941, todos os judeus da Alemanha com mais de seis anos de idade foram obrigados a usar a estrela-de-davi amarela. Um decreto similar já fora promulgado na Polônia ocupada, em novembro de 1939. A 23 de outubro de 1941, foi proibida toda a emigração judaica das áreas controladas pelo Reich Alemão. Começou então a deportação dos judeus alemães para os campos de extermínio da "solução final".

Guetização

A invasão da Polônia transformou a natureza e extensão do "problema judaico" para os nazistas. O objetivo global da política alemã continuava o mesmo que antes da guerra: remover a população judaica de todas as áreas alemães controladas pelos alemães. Mas a conquista dos territórios poloneses continha população judaica maior do que na Alemanha, levantou a questão de como esse objetivo poderia ser alcançado. Ao final da campanha polonesa, quase dois milhões de judeus-poloneses, muitos dos quais empobrecidos, haviam caído nas mãos dos alemães. Os judeus do leste eram o alvo de preconceitos antissemitas na Alemanha e na Áustria desde o final do século XIX. A hostilidade aos *Jostjuden* também era alimentada pelo preconceito antipolonês e o ódio aos pobres. No catálogo nazista de raças "subumanas", judeus poloneses e russos ocupavam o último lugar.

A invasão alemã foi acompanhada por excessos antissemitas, cometidos por soldados e por alemães étnicos que viviam na Polônia. Foram formadas as forças-tarefas especiais das SS (*Einsatzgruppen*) para aplicar a política antipolonesa e antijudaica nas áreas ocupadas. Entre suas missões designadas destacava-se a liquidação da elite polonesa de líderes políticos e clericais, além dos intelectuais, muitos dos quais eram judeus. Calcula-se que cerca de 70 judeus foram assassinados antes do final de 1939. A 21 de setembro de 1939, Heydrich, comandante do Serviço de Segurança das SS e segundo em autoridade, por baixo apenas de Himmler, ordenou a concentração de todos os judeus poloneses, em cidades grandes e pequenas com conexões ferroviárias, a fim de facilitar transferências de população rápidas, em larga escala, para destinos indeterminados, ainda não especificados. Foram criados conselhos judaicos em cada gueto, cuja responsabilidade principal seria a de administrar e executar as ordens alemãs.

A concentração dos judeus em guetos urbanos era obviamente uma medida provisória, aguardando uma decisão sobre a disposição final da população judaica. Foram criados guetos em todas as grandes cidades ~ polonesas. O maior ficava na capital do país antes da guerra, Varsóvia. Ali vivia a segunda maior comunidade judaica do mundo, perdendo apenas para Nova Iorque. As autoridades alemãs na Polônia ocupada disputavam na maior ansiedade o privilégio de livrar de judeus as áreas sob sua responsabilidade.

Os planos originais de Berlim previam a transferência dos judeus dos "territórios incorporados", as regiões ocidentais da Polônia anexadas ao Reich, para o chamado *General gouvernement*, a parte ocupada no centro da Polônia, administrada pelos alemães da ca» pitai provincial de Cracóvia. Uma reserva para os judeus seria criada na área em torno de Lublin. O governador-geral, Hans Frank (1900-46), em Berlim recebia judeus no território sob seu comando, quando se dispôs a discutir com as autoridades para propor que suspendesse o fluxo de judeus para o *Generalgouvernement*, em julho de 1940. Isso significava, que os guetos nos "territórios", criados como estações intermediárias na transferência para Lublin, teriam de permanecer por algum tempo. O maior desses guetos ficava em Lodz (que os alemães rebatizaram como Litzmannstadt), a segunda maior cidade da Polônia. As condições nos guetos foram se tornando cada vez piores para seus habitantes, humilhados, miseráveis, brutalmente explorados. Em novembro de 1940, o gueto de Varsóvia foi murado. Os moradores não tinham mais permissão para fazer contato com qualquer pessoa no exterior. Outros guetos, inclusive o de LuJi, foram cercados com arame farpado. Os judeus encontrados fora do gueto eram imediatamente fuzilados. Muitos habitantes dos guetos eram obrigados trabalhar em fábricas que produziam suprimentos para o exército alemão. À medida que judeus dos campos eram transferidos à força para os guetos, a população do gueto de Varsóvia aumentou para mais de 4000 pessoas. Cerca de 1600 judeus estavam espremidos no gueto de Lodz, sem água corrente e sem sistema de esgotos sanitários adequados. A disseminação de epidemias, em decorrência da superpopulação, alimentação insuficiente e falta de saneamento, servia como justificativa para medidas ainda mais radicais de segregação e isolamento. A terrível pobreza, fome e doença aumentaram demais a taxa de mortalidade. Calcula-se que mais de 8000 judeus perderam a vida em consequência das privações, nos guetos da Europa Oriental ocupada pelos alemães.

Os Conselhos Judaicos, responsáveis pela alimentação, alojamento, saúde e bem-estar nos guetos, descobriam-se no que seria, em última análise, um dilema impossível. Humilhados pelas SS e obrigados a cumprir as ordens alemãs, os membros do conselho e os integrantes da Polícia judaica tinham a desconfiança e eram desprezados pela população judaica, que os via como instrumentos da administração alemã, contudo, a vida comunitária continuou nos guetos, num grau extraordinário. Escolas, hospitais e organizações culturais ainda funcionavam, *s condições mais adversas, até a deportação dos remanescentes dos guetos para os campos de extermínio, em 1942-43.

Planos de repovoamento

Para a direita radical na Alemanha, a "solução" ideal para o "problema judaico" sempre fora a de eliminar a influência judaica e, portanto, a presença judaica na sociedade alemã. A política oficial de expulsão e emigração forçada continuou depois do início da guerra. Em outubro de 1939, o plano de Adolf Eichmann, de deportar os judeus alemães e austríacos para o setor soviético da Polônia, fracassou depois que mais de 20 judeus vienenses foram obrigados a atravessar o rio San. O programa foi suspenso por falta de trens, pois ainda não fora garantida a necessária cooperação da Wehrmacht e *dzReichsbahn* (Ferrovias do Reich). Apesar de as oportunidades serem cada vez mais restritas, judeus alemães e austríacos ainda conseguiram emigrar em 1940, com mais 80 em 1941. Mas a emigração nunca poderia resolver o "problema" da quantidade muito maior de judeus na Polônia e na Europa ocidental ocupadas pelos alemães. A 24 de junho de 1940, dois dias depois do armistício com a França, Heydrich escreveu para o ministro do Exterior, Ribbentrop, dizendo que havia necessidade de uma solução territorial para lidar com os 3,75 milhões de judeus europeus que agora estavam sob o controle dos alemães.

O uso da ilha colonial francesa de Madagascar, ao largo da costa oriental africana, como um possível local para repovoamento judaico, mereceu sérias considerações do Ministério do Exterior do Reich, ao final de 1940. O colapso dos planos para criar uma reserva judaica em torno de Lublin acarretava a necessidade de uma alternativa à deportação para o *Generalgouvernement*. Com a queda da França, Madagascar se tornaria disponível. A proposta de Madagascar já aparecera na literatura antisemita do século XX. Também fora discutida por autores britânicos como uma alternativa para a Palestina, nos anos entre as guerras. O governo polonês demonstrara algum interesse em analisar a possibilidade de uma pátria judaica em Madagascar, em 1937. Chegara mesmo a enviar uma comissão à África, para estudar a viabilidade. A comissão descobriu, no entanto, que a ilha só poderia proporcionar abrigo adequado para uns poucos

milhares de pessoas. O grande inimigo nazista dos judeus, Julian Streicher (1885-1946), divulgou o plano de Madagascar em seu jornal antissemita, *Der Stürmer*, em 1938. O ideólogo nazista Alfred Rosenberg (1893-1946), falando para correspondentes estrangeiros, em fevereiro de 1939, deixou claro que o isolamento de Madagascar era a causa de sua atração para os nazistas: a Palestina não era uma pátria judaica aceitável, porque daria aos judeus uma base de poder no Oriente Médio, de onde poderiam estender seu poder ao resto do mundo.

A16 de agosto de 1940, Eichmann, para quem fora delegada a tarefa de cuidar dos detalhes, apresentou seu plano para a "solução final" do problema judaico através do repovoamento. A solução de uma ilha era a preferida, para evitar os contatos dos judeus com outras pessoas. A pátria judaica seria estruturada como um estado policial, sob autoridade alemã. O Plano de Madagascar já continha alguns elementos da "solução final" genocida: determinava a colaboração compulsória das organizações judaicas, o confisco de todas as propriedades dos judeus, e o transporte e assentamento de quatro milhões de judeus, em condições de campo de concentração; assim se esperava dizimar seus números. O projeto seria financiado por comunidades judaicas ocidentais, nos termos do tratado de paz que ainda se esperava que a Inglaterra assinasse, no verão de 1940.

A gênese da "solução final"

O Plano de Madagascar dependia de uma condição prévia essencial que não ocorreria: a vitória sobre a Inglaterra. Até 1941, os planos alemães pareciam basear-se na suposição de que a "solução final" da questão judaica não ocorreria antes do término da guerra. Ao longo de 1941, à medida que se tornou evidente que a guerra não acabaria tão cedo, os nazistas passaram a adotar uma política de completa aniquilação física, embora a ficção de "repovoamento" fosse mantida, para enganar tanto as vítimas quanto os observadores. De qualquer forma, a destruição física sempre foi inerente aos esquemas de repovoamento. Não resta a menor dúvida de que estava implícita na lógica do antissemitismo nazista.

Se houve uma "ordem do Führer" específica para a "solução final", isto é, o extermínio sistemático de todos os judeus europeus, e quando essa decisão foi tomada (assim como o motivo para ter sido tomada nessa ocasião), são questões que provocam permanentes debates entre os estudiosos. Por razões óbvias, os nazistas não deixaram uma trilha de papel. Mas algumas evidências parecem indicar que a decisão foi tomada no início da primavera de 1941, quando estavam em pleno andamento os preparativos para a "Operação Barbarossa". Não resta a menor dúvida de que o assassinato em massa dos judeus soviéticos foi planejado, como parte do ataque à União Soviética, em junho de 1941. Seria uma guerra racial e ideológica, sem qualquer preocupação com as regras internacionais de guerra aceitas por todos. Os judeus soviéticos e autoridades do Partido Comunista foram alvos expressos de planos elaborados em março e abril de 1941.

Mas o que fazer com os milhões de judeus poloneses, judeus alemães e judeus dos outros países ocupados da Europa? Enquanto os judeus soviéticos eram assassinados no verão de 1941, os judeus nos países ocupados da Europa Ocidental ainda tinham permissão para emigrar, se dispusessem dos recursos necessários. A coordenação da política global coube a Reinhard Heydrich, que assumira o comando da emigração judaica da Alemanha em 1939. Através de um memorando que ele próprio deve ter escrito, datado de 31 de julho de 1941, Heydrich obteve do *Zeischstnarschall* Goering a autorização para providenciar todos os preparativos necessários para "uma solução total da questão judaica na esfera de influência alemã na Europa". Heydrich foi incumbido de apresentar 'um plano geral, indicando as medidas preliminares, organizacionais, substantivas e financeiras, para a execução da tencionada solução final da questão judaica'. À luz do que aconteceu depois, parece evidente que aqui o termo "solução final" já se refere ao extermínio físico. Contudo, mesmo depois que os *Einsatzgruppen* assassinaram centenas de milhares de judeus russos, em junho e julho de 1941, alguns dirigentes das SS ainda esperavam que a "solução final" envolvesse a transferência dos judeus europeus para áreas soviéticas recém-conquistadas a leste.

Não há qualquer prova documental para indicar com precisão quando e como foi tomada a decisão de assassinar todos os judeus sob controle alemão. Através de um documento descoberto pelo estudioso

alemão Christian Gerlach, nos recém-abertos arquivos soviéticos, em 1997, sabemos que Hitler formalmente anunciou o programa de execução para líderes regionais do partido, reunidos em Berlim, a 12 de dezembro de 1941, o dia seguinte à declaração de guerra da Alemanha aos Estados Unidos. É possível que a entrada dos americanos na guerra removesse as últimas restrições à "solução final". Contudo, é mais provável que a decisão já tivesse sido tomada, sendo aprovada por Hitler em outubro de 1941, o mais tardar, pois nessa ocasião os preparativos para as operações sistemáticas de morte pelo gás já estavam em andamento na Polônia. No mesmo mês, a emigração dos judeus foi proibida em toda a Europa ocupada, e os preparativos para o início das deportações da Alemanha foram efetuados.

Os Einsatzgruppen

Ao final de março de 1941, em preparativo para a Operação Barbarossa, a Wehrmacht concordou oficialmente em conceder todo apoio logístico para as unidades especiais das SS (*Einsatzgruppen*), que seguiriam logo atrás das tropas da linha de frente, a fim de "tomar medidas executivas contra a população civil". A tarefa oficial dessas unidades móveis de extermínio era executar os "*weltanschauliche Gegner*" (opponentes ideológicos), incluindo funcionários do Partido Comunista, "judeus com cargos no partido e no governo", e outros "elementos radicais". Os quatro *Einsatzgruppen*, com cerca de 750 homens cada um, operavam em diferentes teatros da guerra: o Grupo A no Báltico, o Grupo B na Rússia Branca (hoje Belarus), o Grupo C na Ucrânia, e o Grupo D na Criméia. Entre junho de 1941 e abril de 1942, eles assassinaram pelo menos 5600 pessoas, inclusive virtualmente toda a população judaica remanescente nas áreas conquistadas (cerca de 1,5 milhão de judeus soviéticos fugiram diante do avanço alemão). Homens, mulheres e crianças eram levados para florestas e campos, fuzilados e enterrados em sepulturas coletivas.

Os nazistas consideravam os *Einsatzgruppen* como uma tropa de elite, com uma missão ideológica. A liderança incluía uma elevada proporção de homens com altos graus acadêmicos. O comandante do Grupo A, dr. Franz Walther Stahlecker, tinha onze advogados em sua equipe, nove com curso de doutorado. O pessoal dos *Einsatzgruppen* era recrutado da Polícia de Segurança (combinando Gestapo com polícia criminal), SD e *Waffen-SS*, o braço militar das SS. Eram apoiados por unidades policiais auxiliares e grupos paramilitares, recrutados entre letões, lituanos, bielo-russos e ucranianos. Os *Einsatzgruppen* procuravam explorar o antissemitismo dos habitantes locais e incitavam pogroms, que podiam ser atribuídos à ira popular espontânea. O ressentimento contra a repressão soviética que antecedeu a invasão alemã foi muitas vezes dirigido contra os judeus, em particular nos estados bálticos. Mais de 10 judeus foram espancados até a morte na cidade lituana de Kovno em um pogrom assim, ao final de junho de 1941.

O maior massacre cometido pelos *Einsatzgruppen* ocorreu em Babi Yar, nos arredores de Kiev, a 29 e 30 de setembro de 1941, dez dias depois que os alemães conquistaram a cidade. Segundo o relatório oficial, um *Sonderkommando* (unidade especial) do Grupo C matou 33.100 judeus em dois dias. Os judeus receberam ordens para se reunir numa estação de carga na cidade, ostensivamente para repovoamento. As instruções era para levarem seus documentos, dinheiro, objetos valiosos e roupas. Os judeus foram levados a pé para uma ravina a poucos quilômetros da cidade, e obrigados a se despir. As vítimas aterrorizadas foram conduzidas por uma entrada estreita da ravina, obrigadas a deitar sobre os cadáveres à sua frente, e executadas com tiros na nuca. Essa "ação" recebeu aprovação explícita da Wehrmacht, que providenciou o apoio necessário, bloqueando o tráfego, fornecendo segurança, e mais tarde removendo todos os vestígios do massacre. A polícia auxiliar ucraniana proporcionou um apoio adicional.

Unidades da Polícia de Ordem Alemã, uma força auxiliar formada principalmente por homens acima da idade do serviço militar, também participaram da execução de judeus na Europa Oriental, reunindo os judeus que seriam transportados para os campos de extermínio. Cerca de 500 homens de uma dessas unidades, o Batalhão de Polícia Auxiliar 101, estacionado na Polônia, cometeu mais de 830 assassinatos em território polonês, em 1942-43. Os fuzilamentos em massa de judeus também ocorreram em outras áreas ocupadas da Europa, em particular na Iugoslávia, onde o exército alemão desempenhou um papel ainda mais genocida do que na Europa Oriental, sob o pretexto de combater os guerrilheiros.

Em novembro e dezembro de 1941, o *Einsatzgruppe A* e outras unidades de extermínio, em Riga e Minsk, assassinaram os primeiros judeus deportados de trem do interior do Reich. Os fuzilamentos em massa, sistemáticos, continuaram ao longo da guerra, em particular na Polônia, mesmo depois que os campos de extermínio entraram em operação. Um dos fuzilamentos mais ferozes da guerra ocorreu a 3 de novembro de 1943, em Lublin, onde 180 judeus do campo de Majdanek foram assassinados por carrascos das SS, numa operação que teve o codinome de "Festival da Colheita". Calcula-se que até 1,5 milhão de pessoas, um quarto de todos os judeus mortos no Holocausto, foram assassinadas por fuzilamentos ao ar livre pelos *Einsatzgruppen*, a Polícia da Ordem e outras unidades de extermínio das SS, Wehrmacht, e seus cúmplices europeus orientais, ao longo da guerra.

Os campos de extermínio

O assassinato a tiros era debilitante em termos psicológicos para os carrascos e ineficiente em termos de mortes para o número de executores e o tempo investido. O próprio Himmler visitou o local de uma ação realizada por um *Einsatzgruppe*, em Minsk, em agosto de 1941, e passou mal avista de tanto sangue. Problemas físicos e psicológicos proliferavam entre os membros das unidades de extermínio, a ponto de reduzir sua capacidade de matar. O alcoolismo tornou-se disseminado. Era evidente que se precisava de um método mais eficaz de assassinato em massa, se a campanha de extermínio fosse estendida dos judeus soviéticos para judeus de toda a Europa. Ao final do verão de 1941, experimentos com gás venenoso foram realizados pelas SS em vários locais da Europa Oriental. O monóxido de carbono já fora usado no programa clandestino de eutanásia, que tinha o codinome de T-14, dirigido por Philip Bouhler, da chancelaria do Führer, a partir de outubro de 1939 (ver Capítulo 9). Em diversas instituições para deficientes físicos e mentais, as mortes por gás ocorriam em câmaras especialmente construídas, com a aparência de chuveiros.

A experiência adquirida no programa de eutanásia foi aproveitada na guerra contra os judeus. Câmaras de gás móveis, instaladas em caminhões fechados, foram usadas para matar as esposas e filhos de reféns judeus na Sérvia, em outubro de 1941. No mesmo mês, começaram os preparativos para o uso de câmaras de gás móveis em Chelmno (que os alemães chamavam de Kulmhof), 65 quilômetros a noroeste de Lodz, no território ocidental polonês, incorporado ao Reich como Warthegau. As câmaras de gás móveis de Chelmno iniciaram operações sistemáticas a 8 de dezembro de 1941, para assassinar os judeus de Warthegau.

Chelmno foi o primeiro dos seis centros nazistas de extermínio na Polônia a entrar em operação. Mais de 1500 judeus, a maioria do gueto de Lodz, foram mortos por gás em Chelmno, em 1942. uso de um tipo diferente de gás, um pesticida potente conhecido como Cyclon B, foi testado em outro campo, localizado no antigo território polonês de Oswiecim, conhecido pelos alemães como Auschwitz. Ali, 900 prisioneiros de guerra soviéticos foram mortos no primeiro teste com Cyclon B, a 3 de setembro de 1941. Quatro outros centros de extermínio, Belzec, Sobibor, Treblinka e Majdanek, entraram em operação em 1942.

A Conferência de Wannsee

Os preparativos para o assassinato em massa por gás em Auschwitz e Chelmno, em setembro e outubro de 1942, sugerem que indecisão de estender a campanha de extermínio dps judeus soviéticos para todos os judeus europeus foi tomada nessa época. Em novembro de 1941, Heydrich convocou uma conferência de representantes de todos os órgãos dogoverno e do partido cuja cooperação na "solução final" seria necessária para que as operações transcorressem sem problemas. A conferência, na sede da Interpol em Berlim (agora dirigida pela Gestapo), uma propriedade que antes pertencia a um judeu no subúrbio de Wannsee, foi marcada para 8 de dezembro, o mesmo dia em que as unidades de gás móveis entraram em operação em Chelmno. Mas a inesperada ofensiva russa em Moscou e o ataque japonês a Pearl Harbor fizeram com que importantes pessoas não pudessem comparecer. A reunião foi adiada para 20 de janeiro de 1942. Quando finalmente se realizou a conferência de Wannsee, as mortes por gás em Chelmno já vinham sendo efetuadas havia mais de dois meses. O propósito da conferência não era o de determinar a natureza da "solução final", o que já fora decidido num nível superior, mas sim o de coordenar as políticas

departamentais, designar tarefas relacionadas com as projetadas deportações em escala europeia, e remover os obstáculos burocráticos que pudessem afetar o desempenho das SS na execução do programa de extermínio.

A conferência, presidida por Heydrich, teve a presença de servido-rés civis dos mais altos escalões, do Ministério do Exterior, Ministério do Interior, Ministério dos Territórios e Ministério da Justiça; representantes do *Generalgouvernement*, dos Territórios Orientais Ocupados, Escritório do Plano Quadrienal, e das chancelarias do Reich e do partido; e eminentes oficiais das SS e do Centro de Segurança do Reich. Heydrich abriu a reunião, anunciando a sua designação por Goering como Plenipotenciário para a Preparação da Solução Final, e explicando os objetivos do programa. Eichmann, agora chefe do Escritório de Raça e Repovoamêjito, um novo departamento do Centro de Segurança do Reich, forneceu as estatísticas. Onze milhões de judeus por toda a Europa seriam incluídos, um dado excessivo, que incluía os 3300 judeus britânicos e aumentava em mais de dois milhões os judeus soviéticos que se esperava que ficariam sob controle alemão (na verdade, calcula-se que a população judaica na Europa, antes da solução final, era de nove a dez milhões de pessoas). As minutas da reunião apresentam uma linguagem eufemística, referindo-se às engrenagens da morte em termos velados. Mas é evidente que nenhum dos participantes tinha qualquer dúvida sobre a intenção assassina da "solução final". Os judeus seriam "evacuados" para o leste e submetidos a trabalhos forçados, "em que uma grande parte sabia da redução natural". Em suma: os judeus teriam de trabalhar até a morte, e os sobreviventes seriam mortos por outros meios.

Uma questão que precisava ser tratada era o grau de cooperação ou resistência a se esperar dos governos e instituições de países em que os judeus fossem submetidos à "solução final". O representante do Ministério do Exterior, o vice-ministro Martin Luther, previu que não haveria maiores dificuldades no sudeste e oeste da Europa. Mas podia-se esperar oposição nos países escandinavos. Por esse motivo (e porque o número de judeus nesses países era muito menor), ele propôs adiar a execução da solução final nos territórios escandinavos.

A inclusão de judeus em casamentos mistos e pessoas de descendência judaica parcial na solução final deu margem a prolongadas discussões. Os problemas burocráticos de definição tornaram a surgir. A fim de evitar um "trabalho administrativo interminável", o representante do Ministério do Interior, dr. Wilhelm Stuckart, que ajudara a elaborar as Leis de Nuremberg e suas emendas posteriores, sugeriu a esterilização compulsória para os *Mischlinge* em primeiro grau, enquanto os *Mischlinge* em segundo grau seriam considerados iguais aos judeus (o que incluía aqueles cuja aparência era tida como "especialmente desfavorável em termos raciais" e aqueles que se comportavam como judeus). Para simplificar "o problema do casamento misto", ele propôs dissolver todos esses casamentos por um ato legislativo. Não houve qualquer decisão final sobre essas questões na Conferência de Wannsee. Mas em 1943, quando a Gestapo prendeu judeus em casamentos mistos, em Berlim, uma manifestação de protesto de cônjuges alemães fez com que Goebbels ordenasse que fossem libertados. Embora as discussões sobre que categorias de judeus incluir na solução final ocupasse metade do tempo da Conferência de Wannsee, elas afetavam apenas os judeus no Reich. E uma das ironias do Holocausto que judeus parciais e judeus em casamentos mistos tivessem uma chance maior de sobrevivência na Alemanha do que nas áreas de ocupação alemã. : s «u •

"Operação Reinhardt"

Na Conferência de Wannsee, o representante do *Generalgouvernement*, dr. Josef Bühler, solicitou que os judeus em sua área fossem os primeiros a ser submetidos à "solução final". Argumentou que a maioria dos judeus do gueto não era mais capaz de qualquer trabalho produtivo. Os guetos também criavam o perigo de epidemias. E como a "solução final" seria executada no leste, o transporte seria um problema menor do que em países mais distantes dos centros de extermínio. Por ocasião da Conferência de Wannsee, os preparativos já estavam bem adiantados, sob o comando das SS de Lublin e do chefe de polícia Odilo Globocnik, um *Gauleiter* de Viena, que fora afastado do cargo por corrupção. O assassinato dos judeus do *Generalgouvernement* recebeu o codinome de *Aktion Reinhardt*. Os historiadores presumiram por muito tempo que o nome se referia a Reinhard Heydnch, que foi assassinado pela resistência tcheca em maio de 1942. Pesquisas recentes, no entanto, sugerem que a operação tirou seu nome de uma alta autoridade do

Ministério das Finanças do Reich, Fritz Reinhardt (1895-1969), que foi o responsável pelo confisco do patrimônio dos judeus assassinados.

Os nazistas criaram três centros de extermínio para a execução da Operação Reinhardt: Belzec, Sobibor e Treblinka. Todos os três campos estavam situados na parte oriental do *Generalgouvernement*, em áreas isoladas, perto de linhas ferroviárias. Cada campo foi usado inicialmente para matar a população judaica da área geográfica em que se localizava. O pessoal recrutado do programa T-4, o programa para matar os deficientes, formalmente cancelado no outono de 1941, levou sua experiência técnica para os centros de extermínio da Operação Reinhardt. O Major Christian Wirth, das SS, que conduzira as primeiras mortes por gás de alemães atestados como loucos incuráveis, em 1939, sendo depois promovido ao posto de inspetor dos estabelecimentos de eutanásia de toda a Alemanha, em 1940, foi nomeado o primeiro comandante do campo de extermínio de Belzec, em dezembro de 1941. Passou a ser inspetor dos três campos de extermínio da Operação Reinhardt em agosto de 1942.

Os primeiros grupos de judeus poloneses chegaram a Belzec em fevereiro de 1942. Em contraste com Auschwitz, onde a execução era feita com Cyclon-B, Wirth decidiu usar monóxido de carbono, a fim de ter independência dos fornecedores. Voluntários ucranianos especialmente treinados participaram dos assassinatos. Seiscentos mil judeus morreram em Belzec antes de o campo ser desativado, no final de 1942.

Sobibor entrou em funcionamento em abril de 1942, sob o comando do austríaco Franz Stangl, um ex-membro da equipe de Hartheim, um centro de eutanásia na Alemanha, e mais tarde o comandante de Treblinka. Cerca de 2500 judeus morreram em Sobibor. antes da suspensão de suas atividades, em 1943. Os gases do cano de descarga de tanques soviéticos capturados eram usados em Treblinka, o mais eficaz dos três campos da Operação Reinhardt. A apenas 70 quilômetros de Varsóvia, Treblinka foi o campo em que os nazistas assassinaram a maior parte dos judeus do gueto de Varsóvia. O total de mortos em Treblinka foi de 9000 pessoas e só perdeu para Auschwitz. Ali não havia seleção. As vítimas eram levadas direto para as câmaras de gás. A fim de acelerar o processo, os judeus eram obrigados a correr, pois assim respiravam mais fundo ao inalarem o gás. As instalações de extermínio em Treblinka foram usadas de julho de 1942 a agosto de 1943.

As vítimas da Operação Reinhardt foram principalmente judeus poloneses (e vários milhares de poloneses mortos por ajudarem os judeus), mas também houve judeus procedentes da Holanda, França, Áustria, Grécia, Eslováquia e Theresienstadt. Este último era um campo criado pelos nazistas para judeus idosos e determinadas categorias de judeus alemães privilegiados (inclusive veteranos de guerra, pessoas de distinção, e ex-servidores públicos), na cidade tcheca de Terezin, a 55 quilômetros de Praga, no que era agora o "Protetorado da Boêmia e Morávia". Na primavera de 1943, Himmler ordenou a liquidação total dos guetos na Polônia, inclusive o extermínio dos trabalhadores nas fábricas do gueto que produziam suprimentos para o exército alemão. O gueto de Varsóvia, dizimado pelas deportações que começaram em julho de 1942, foi arrasado depois de uma última e desesperada rebelião dos judeus restantes, em abril de 1943. O gueto de Lodz foi o último a ser destruído, em agosto de 1944.

A Operação Reinhardt foi encerrada a 19 de outubro de 1943, dez meses depois da data inicial fixada por Himmler para concluir o extermínio dos judeus do *Generalgouvernement*. Os três campos de extermínio, Belzec, Sobibor e Treblinka, foram desativados. Os últimos meses foram devotados a remover todos os vestígios do massacre. Os cadáveres em covas coletivas foram exumados e incinerados. Belzec foi o primeiro campo a ser fechado, ao final de 1942. Sobibor foi transformado num centro de depósito e seleção de munições capturadas. Em Treblinka, os últimos judeus desmontaram alojamentos e cercas, antes de serem fuzilados. Depois do final das operações de extermínio, os voluntários ucranianos foram instalados em casas construídas nas áreas dos campos.

Auschwitz

Os centros de extermínio da Operação Reinhardt não eram mais necessários por causa da crescente capacidade de Auschwitz, ao longo de 1942. Auschwitz ficava perto de Cracóvia, na parte da Polônia que

fora absorvida pelo Império Austro-Húngaro, no século XIX. Em 1939, a área foi incorporada ao Reich Alemão. Um campo de concentração foi construído ali na primavera de 1940, em torno de um antigo quartel polonês (e, antes disso, austro-húngaro). Foi planejado como um campo de trânsito para campos mais distantes, a leste. Em quatro anos e meio de existência, tornou-se o maior complexo de trabalhos forçados e de extermínio do império alemão.

Havia três campos principais no complexo de Auschwitz. Serviu primeiro como um campo de concentração para poloneses (líderes políticos, padres, intelectuais e outros oponentes de fato e potenciais do regime nazista), que eram a maioria ali, até o outono de 1941. Foi também ali que se construiu a primeira câmara de gás para testes, no porão de um dos blocos de alojamentos, em setembro de 1941. Em Auschwitz-Monowitz, com mais de 35 campos satélites de trabalhos forçados, a indústria alemã, em particular as fábricas de borracha sintética e de produtos de petróleo da I.G. Farben, explorava os presos, obrigados a trabalhar até a morte.

Numa área rural, três quilômetros a noroeste do campo inicial, ficava o centro de extermínio de Auschwitz-Birkenau, concluído em novembro de 1941, com um ramal ferroviário e uma rampa de seleção, pela qual os judeus eram enviados para o trabalho escravo ou para as câmaras de gás. Até 1000 pessoas podiam ser instaladas nos alojamentos construídos em Birkenau. Em janeiro de 1942 ficou pronta a primeira câmara de gás em Birkenau; a segunda entrou em operação em junho. Em dezembro de 1942, a câmara de gás original foi desmontada, sendo substituída por um crematório com a mais moderna tecnologia, contando com duas câmaras de gás. Os crematórios resolviam os problemas associados com os sepultamentos em massa e a incineração de cadáveres ao ar livre, como se fizera inicialmente em Auschwitz e nos campos da Operação Reinhardt. Em 1944, havia quatro crematórios ativos em Auschwitz. As câmaras de gás eram camufladas como chuveiros coletivos. Avisava-se às vítimas que seriam desinfetadas, uma técnica já usada no programa de eutanásia T-4, de 1939 a 1941. Os alojamentos adjacentes eram usados para os judeus se despirem e como depósitos de malas, óculos, cabelos, sapatos e outros pertences pessoais.

Os transportes trazendo judeus chegavam em Auschwitz-Birkenau de toda a Europa, a partir da primavera de 1942. Homens e mulheres eram separados em filas de cinco pessoas emparelhadas. Oficiais das SS faziam perguntas sobre idade, vocação e saúde. As pessoas selecionadas como capazes de trabalhar eram registradas, tatuadas, e recebiam roupas do campo. As consideradas incapazes para o trabalho (até 90 por cento em cada grupo) eram enviadas para as câmaras de gás, sem qualquer processamento burocrático adicional. Médicos das SS também selecionavam candidatos a experiências médicas. Uma parte do campo em Birkenau foi isolada para alojar os ciganos, o único outro grupo de vítimas do nazismo com base apenas na raça. O campo dos ciganos foi liquidado em agosto de 1943. Calcula-se que meio milhão de ciganos podem ter morrido no Holocausto, mais de 1000 em Auschwitz.

O maior grupo de sacrificados em Auschwitz foi o de judeus húngaros, que caíram sob o controle nazista depois que os alemães ocuparam a Hungria, em março de 1944. Mais de 4000 judeus foram deportados para Auschwitz antes que o governo húngaro, sob pressão dos países ocidentais, conseguisse suspender as deportações, em julho de 1944. O número de vítimas que morreram em Auschwitz, entre janeiro de 1942 e novembro de 1944, quando Himmler ordenou a destruição das câmaras de gás, é hoje calculado em cerca de um milhão, o maior em todos os campos nazistas de extermínio na Polônia. Milhares morreram por outros meios, muitos de inanição e frio. Os prisioneiros restantes em condições de andar foram levados para a Alemanha, diante dos exércitos soviéticos em rápido avanço, no inverno de 1944-45. Essas marchas da morte representaram uma continuação deliberada do massacre por outros meios.

As estimativas originais sobre o número de mortes em Auschwitz foram muito mais altas do que um milhão, segundo o depoimento de Rudolf Höss, comandante do campo até novembro de 1943, quando se tornou o subchefe do Departamento Econômico e Administrativo das SS, o mais alto cargo burocrático no sistema de campos de extermínio. Nos julgamentos em Nuremberg, Höss disse que houve 2,5 milhões de mortes em Auschwitz. O governo soviético declarou que quatro milhões de pessoas morreram ali. Discrepâncias como essas permitiram que os extremistas de direita semeassem dúvidas sobre a existência de um programa sistemático para assassinar judeus e ciganos com gás em Auschwitz. Quanto a isso, não pode

haver a menor dúvida, apesar da escassez de registros escritos. Poucas provas documentais sobreviveram, em parte por causa da ordem de Himmler para não deixar vestígios dos (campos de extermínio. O Exército Vermelho libertou Auschwitz em janeiro de 1945.

O outro centro de extermínio nazista na Polônia que começou ;como um campo de concentração foi p de Lublin. Foi instalado como ;um campo de prisioneiros de guerra da *Waffen-SS* no outono de 1941. ;As câmaras de gás ficavam em Majdan, nos arredores de Lublin. Em ;Majdanek, usava-se tanto o Cyclon-B quanto o monóxido de carbono, fornecido em tanques portáteis. Cerca de 2000 pessoas foram mortas ali, inclusive 600 judeus, no mínimo, entre o verão de 1942 e julho de 1944, quando o campo foi libertado pelos soviéticos.

O objetivo da solução final, o extermínio de todos os judeus da Europa, não foi alcançado. Mas cerca de seis milhões de vítimas entre os judeus, mais ou menos dois terços da população judaica na Europa antes da guerra e um terço de todos os judeus do mundo, fizeram com que o Holocausto fosse único em extensão, entre todos os genocídios da história. Metade dessas mortes ocorreu em operações sistemáticas de assassinato, nos campos de extermínio. Cerca de 1,5 milhão morreram em fuzilamentos ao ar livre, executados pelos *Einsatzgruppen* e outras unidades de liquidação. Mais 1,5 milhão de judeus morreram de doenças, inanição e maus tratos brutais, nos guetos e campos de concentração. O total de mortos incluiu pelo menos 2,7 milhões de judeus poloneses, 2,2 milhões de judeus soviéticos, 5000 judeus húngaros, 2300 judeus alemães e austríacos, 1400 judeus da Tchecoslováquia, mais de 1000 da Holanda, 600 da Iugoslávia e outros 600 da Grécia, mais de 300 da França, e quantidades menores da Bélgica, Itália, Albânia, Noruega, Bulgária, Luxemburgo e Dinamarca. Pelo menos 2000 judeus foram mortos em pogroms e campos na Romênia e Transnístria (a parte da Ucrânia anexada pela Romênia, em 1941), a maioria nas mãos dos aliados romenos da Alemanha.

O quanto o povo alemão sabia?

O sigilo e a encenação foram elementos essenciais para as operações de extermínio do Holocausto. O eufemismo do "repovoamento" sempre foi usado nas deportações para os campos de extermínio, o aspecto da solução final mais visível para o público em geral, tanto na Alemanha quanto na Europa ocupada. A política de sigilo foi provavelmente motivada menos pelo medo da oposição pública, e mais pelo desejo de evitar o pânico entre as vítimas. Havia muitas possibilidades para o público alemão tomar conhecimento do Holocausto; na verdade, era difícil não saber que os judeus estavam sendo assassinados numa escala brutal. Centenas de milhares de alemães participaram de alguma forma das engrenagens do assassinato em massa. Muitos outros alemães tinham conhecimento direto de algum aspecto da solução final. Embora os carrascos tivessem ordens rigorosas de não falar sobre seu trabalho, até mesmo Höss, o comandante de Auschwitz, conversava com a família sobre a natureza do campo. Os massacres na frente soviética não podiam ser escondidos dos soldados da Wehrmacht, muitos, dos quais escreviam para a família a respeito. Os campos de concentração e os guetos, assim como sua liquidação, também não podiam ser escondidos dos olhos do público.

Havia ainda outros meios de saber sobre a solução final. A 16 de novembro de 1941, Goebbels escreveu no semanário nazista *Das Reich*, com uma circulação de 5000 exemplares, que a profecia de Hitler de 30 de janeiro de 1939 estava agora sendo realizada. Depois de oito anos de escalada da perseguição antissemita, num tempo de guerra pela qual os judeus eram oficialmente culpados, devia ser evidente para os leitores do semanário que Goebbels não usava o termo *Vernichtung* (destruição) num sentido apenas metafórico. O próprio Hitler, num discurso no *Reichstag*, a 30 de janeiro de 1942, fez referências à sua profecia anterior e anunciou que estava agora sendo consumada.

Os discursos dos líderes nazistas durante a guerra eram repletos de alusões ao programa de extermínio. Mas bem poucos alemães tinham conhecimento da natureza e extensão dos massacres. A ignorância podia servir como um escudo conveniente para a consciência moral. Não é claro se haveria uma oposição popular significativa mesmo que os detalhes dos campos de extermínio chegassem ao

conhecimento público. Preocupados com suas próprias dificuldades numa época de guerra total, a maioria dos alemães comuns, na melhor das hipóteses, estava indiferente ao destino dos judeus.

Os Aliados e o Holocausto

O Holocausto não poderia ter ocorrido sem a apatia e indiferença dos espectadores. A política de apaziguamento (e isolacionismo dos Estados Unidos) calou as críticas ocidentais à política antijudaica da Alemanha antes da guerra. Os historiadores ainda debatem o grau de culpa aliada por não fazer mais para resgatar as vítimas e interromper o extermínio durante a guerra. Em junho de 1942, os líderes ocidentais haviam sido informados sobre os campos de extermínio por emissários do movimento da resistência polonesa. Houve alguma relutância em acreditar nos relatos, no entanto, inclusive porque se descobrira que era exagerada a propaganda sobre atrocidades na Primeira Guerra Mundial. Não havia precedente na história para um genocídio em tamanha escala. Os Aliados também relutavam em distinguir qualquer grupo de vítimas, com o reconhecimento de que os judeus se defrontavam com um tratamento especial nas mãos do inimigo. Mesmo assim, em novembro de 1942, líderes aliados lançaram uma advertência pública aos nazistas, para suspenderem a matança de judeus ou enfrentarem as consequências de seus crimes depois da guerra. Contudo, apesar dos apelos do Congresso Mundial Judaico e de um ataque bem-sucedido à fábrica da I.G. Farben em Auschwitz-Monowitz em agosto de 1944, as instalações de extermínio em Auschwitz-Birkenau não foram bombardeadas. Os planejadores militares britânicos e americanos não estavam dispostos a desviar aviões de alvos militares. As autoridades argumentaram que a salvação da população civil não devia protelar a vitória na guerra pelos meios mais rápidos possíveis.

O papel da Igreja

A Igreja Católica Romana, sob Pio XII (1876-1958), também tem sido criticada por não fazer uma denúncia expressa do Holocausto durante a guerra. Não pode haver a menor dúvida de que a hierarquia da Igreja estava plenamente informada dos assassinatos em massa, por uma rede incomparável de informantes. Mas a Igreja se comprometera com a neutralidade política entre os dois blocos de poder, como um meio de salvaguardar seus interesses e manter uma condição em que poderia operar livremente. A Mensagem de Natal de Pio XII, em 1942, condenando os maus-tratos a civis, pode ser comparada de uma maneira favorável com o relativo silêncio do Ocidente sobre o Holocausto até essa ocasião. Mas Pio XII não mencionou expressamente os judeus, em sua mensagem de palavras fortes:

A humanidade deve esse voto [levar de volta aos homens a lei de Deus e a ajuda ao próximo] a milhares de pessoas que, sem qualquer culpa, às vezes apenas por causa de nacionalidade ou raça, são condenadas à morte ou a um lento definhar. \

Pio XII justificou mais tarde a falta de uma condenação mais explícita da política nazista com a alegação de que só serviria para agravar a situação das vítimas. Além disso, ele queria que sua condenação moral dos crimes contra os civis incluísse também as atrocidades soviéticas.

A Igreja estava comprometida com uma política de conciliação e reserva em relação às nações em guerra, desempenhando um papel público ativo nessas condições. Nos bastidores, porém, Pio XII tomou iniciativas que resultaram na salvação de milhares de judeus, em particular os convertidos ao catolicismo. Centenas foram escondidos no próprio Vaticano; outros encontraram refúgio em mosteiros e conventos de países católicos, e até nas residências de devotos católicos. Na Polônia católica, 300 judeus sobreviveram; e ali, ao contrário do que acontecia no Ocidente, a ajuda aos judeus era punida com a morte. Clérigos corajosos, como Bernhard Lichtenberg (1875-1943), superior da catedral de Santa Hedwig, em Berlim, foram martirizados por protestarem contra a perseguição aos judeus. Mas a maioria dos sacerdotes seguiu o exemplo do Vaticano, permanecendo em silêncio diante das políticas antissemitas dos nazistas. Até mesmo líderes religiosos, como o bispo Clemens von Galen (1878-1946), que protestara do púlpito contra a execução dos deficientes e entrara num tribunal com uma queixa-crime contra o Ministério da Justiça, em 1941, deixou de se manifestar contra o massacre dos judeus. E um problema de especulação e debate o efeito de uma denúncia papal expressa dos crimes nazistas contra os judeus. É quase certo, porém, que no auge do extermínio, em 1942, nenhuma força no mundo poderia impedir que a implacável máquina nazista tentasse pôr em prática a sua visão brutal de um mundo sem judeus.

15. Continuidades e novos começos - As consequências do nacional-socialismo

Os alemães às vezes se referem ao colapso da Alemanha Nazista, em maio de 1945, como "*Stunde Null*" (hora zero), sugerindo um começo completamente novo. Na verdade, representou mais do que apenas o fim do regime nazista. Assinalou também o fim da situação de grande potência, alcançada sob Bismarck no século anterior, e o fim das ambições imperialistas da Alemanha. O grau de destruição superou qualquer coisa que os Aliados haviam antes imaginado. As grandes cidades alemãs estavam em ruínas, a maior pilha de escombros que o mundo já conheceria. A infra-estrutura econômica do país fora destruída. A Alemanha deixara de existir como um estado soberano. A Wehrmacht e o Partido Nazista foram dissolvidos. O governo de Dönitz continuou por mais duas semanas, por conveniência dos Aliados ocidentais, até que seus membros foram formalmente presos, em Flensburg, na fronteira dinamarquesa, a 22 de maio. Alguns nazistas eminentes procuraram escapar ao castigo, misturando-se com a população. Somente a 23 de maio Heinrich Himmler foi encontrado, usando um uniforme de soldado comum, num campo de detenção britânico para soldados da Wehrmacht, no norte da Alemanha. Ele cometeu suicídio, engolindo uma cápsula com veneno que implantara nos dentes.

Já se calculou que até 800 líderes nazistas dos escalões inferiores podem ter conseguido trocar de identidade no caos do período imediato do pós-guerra. Adolf Eichmann, cuja identidade e papel no Holocausto ainda não eram bem conhecidos, escapou do cativeiro americano em 1946 e fugiu para a Argentina. Foi seqüestrado em 1960 e levado para Israel, onde foi julgado, condenado e executado, em 1962. Werner Heyde (1902-64), o médico das SS que chefiou o programa de eutanásia T-4, sendo condenado à morte *in absentia* em 1946, foi descoberto praticando a medicina, sob um nome falso, no norte da Alemanha, em 1959. Cometeu suicídio enquanto aguardava um novo julgamento, em 1964. Josef Mengele (1911-79?), o médico das SS que realizava experiências com os prisioneiros em Auschwitz, foi uma das centenas de altos dirigentes das SS que procuraram refúgio na Argentina depois da guerra, com a ajuda de documentos falsificados. Teria morrido afogado no Brasil, em 1979.

Um resultado da luta fanática dos nazistas até o fim, decisão reforçada pela política de rendição incondicional dos Aliados, foi o fato de que as condições depois da Segunda Guerra Mundial foram muito diferentes da situação que prevaleceu ao final da Primeira. Os Aliados vitoriosos resolveram não cometer os erros do passado. A Alemanha seria ocupada, desmilitarizada, desnazificada e democratizada. A totalidade da destruição, por mais paradoxal que possa parecer, aumentou as perspectivas de democratização na Alemanha. As elites conservadoras, que haviam bloqueado a democracia na República de Weimar, foram destruídas ou bastante enfraquecidas, em parte pelos próprios nazistas. Desapareceram os resquícios de particularismo e privilégio. O estado prussiano foi formalmente abolido em 1947. Pelo menos por enquanto, os valores hierárquicos, militaristas e chauvinistas do passado estavam completamente desacreditados.

Exceto por atos isolados de assassinato, cometidos por nazistas intransigentes contra civis alemães dispostos a cooperar com os Aliados, o movimento clandestino de resistência planejado pelos nazistas, sob o codinome de "Lobisomem", nunca chegou a se concretizar. Apenas os antinazistas consideraram a vitória aliada como uma libertação política, mas a maioria dos alemães sentiu-se aliviada por ficar livre do terrível fardo de uma guerra que era cada vez mais percebida como insensata e errada. Talvez o legado mais importante da Segunda Guerra Mundial tenha sido a repulsa quase universal contra um sistema ideológico que trouxe uma destruição tão terrível para tantas pessoas. Pelo resto do século, o nazismo se tornaria, para a maioria das pessoas, tanto na Alemanha como em outros países, a representação do mal. A demonização do nazismo e dos altos líderes nazistas; no entanto, também ajudou a manter a ficção de que o nazismo foi imposto pela força a uma população essencialmente inocente.

Embora as potências vitoriosas estivessem unidas em sua rejeição do fascismo, definiam a democracia de uma maneira muito diferente, e não conseguiam concordar sobre a forma que deveria assumir. Agora rivais, em vez de aliados, a União Soviética e os estados ocidentais não foram capazes de definir pontos comuns para a administração da Alemanha, nem os termos de um acordo de paz formal. A divisão da Alemanha em zonas de ocupação (e a capital, Berlim, em setores) deveria ser temporária, mas o

início da Guerra Fria acarretou a criação de dois estados alemães rivais, que só foram reunidos com o colapso do comunismo, em 1989-90.

A divisão da Alemanha e de Berlim foi a manifestação mais visível do conflito entre o socialismo autoritário soviético e o capitalismo liberal ocidental, que ocupou o palco central depois da guerra e só foi resolvido com o colapso comunista. Nos dois lados, as paixões da guerra recém-terminada logo foram canalizadas para a confrontação Oriente-Occidente. Como uma consequência da Guerra Fria, tanto a chegar a um acordo sobre o passado quanto a implementação das reformas democráticas na Alemanha foram mais restritas do que poderia ocorrer, em outras circunstâncias. A Guerra Fria teve o efeito de atenuar os esforços para desenraizar o nazismo e confrontar de maneira conscienciosa as questões de responsabilidade. Nos dois lados da divisória da Guerra fria, a necessidade de restaurar a ordem e a estabilidade acabou prevalecendo sobre a necessidade de instituir mudanças ou assumir a responsabilidade pelo passado. ;

Os Julgamentos de Nuremberg

Apesar de os Aliados terem concordado, em 1942, sobre a necessidade de punir os principais líderes nazistas, somente em agosto de 1945 o procedimento concreto foi decidido. Os partidários de um julgamento formal, os americanos em particular, acabaram prevalecendo sobre aqueles que defendiam as execuções sumárias como a forma apropriada de punição, sob a alegação de que um processo judicial poderia deixar os vitoriosos expostos à acusação, potencialmente embaraçosa, de julgar os nazistas por leis que não existiam ou não eram compulsórias na ocasião. O Tribunal Militar Internacional, formado para julgar a liderança nazista, consistia em um juiz titular e quatro substitutos, representando as potências vitoriosas (Estados Unidos, União Soviética, Inglaterra e França). A função de promotoria era partilhada por representantes dos quatro países. Os julgamentos estenderam-se de outubro de 1945 a novembro de 1946. Havia quatro crimes principais nas denúncias: primeiro, conspiração (planos para desfechar guerras de agressão); segundo, crimes contra a paz (guerras de agressão e violações de tratados internacionais); terceiro, crimes de guerra (violações de acordos internacionais sobre a condução da guerra, como as convenções de Haia e Genebra sobre o tratamento de prisioneiros de guerra e de civis); ; quarto, crimes contra a humanidade. A última acusação, uma reação às atrocidades cometidas pelos nazistas numa escala sem precedentes, proporcionou a base principal para as sentenças de morte que foram aplicadas. Invalidava a defesa de que as políticas genocidas não violaram formalmente as leis alemãs durante o período nazista.

Vinte e quatro nazistas eminentes foram indiciados, mas apenas vinte e um sentavam nos bancos destinados aos réus quando o julgamento começou. Robert Ley cometeu suicídio antes de o julgamento começar, o industrial Gustav Krupp estava muito doente para ser submetido a julgamento, e Martin Bormann não pôde ser localizado. Mais tarde, foi determinado que Bormann morrera ao tentar escapar de Berlim, nos últimos dias da guerra.

Depois de um longo julgamento, em que a maioria dos réus tentou atribuir a Hitler toda a responsabilidade pelos crimes do período nazista, doze dos principais nazistas foram condenados à morte, inclusive Goering, Ribbentrop, Rosenberg, Frick, Sauckel, Streicher, Bormann (à revelia), Seyss-Inquart (que servira como governador da Holanda durante a ocupação alemã), Hans Frank (governador-geral da Polônia Ocupada), Ernst Kaltenbrunner (o sucessor de Heydrich como chefe do aparelho policial das SS), e os generais Keitel e Jodl. Rudolf Hess, Walther Funk (o sucessor de Schacht como ministro da Economia), e o almirante Raeder foram condenados à prisão perpétua, embora apenas Hess cumprisse toda a pena (até seu suicídio, em 1987). Albert Speer e o líder da Juventude Nazista, Baldur von Schirach, que demonstraram algum arrependimento, foram condenados a vinte anos de prisão. O ex-ministro do Exterior Neurath e o almirante Dönitz foram condenados a quinze e dez anos de prisão, respectivamente.

Franz von Papen e Hjalmar Schacht, os velhos conservadores que haviam sido fundamentais para a ascensão dos nazistas ao poder, foram absolvidos, apesar dos vigorosos protestos soviéticos. O mesmo aconteceu com Hans Fritzsche, o chefe da divisão de rádio, no Ministério da

Propaganda de Goebbels. Os soviéticos também discordaram da recusa do tribunal em condenar três das organizações inicialmente indiciadas. As SS, inclusive a Gestapo e a SD, assim como o Centro de Liderança do Partido Nazista, foram consideradas organizações criminosas. Por outro lado, foram rejeitadas as acusações contra as SA, o gabinete do Reich, e o estado-maior e o alto comando da Wehrmacht. As SA foram isentadas por causa de seu papel relativamente insignificante após 1934, enquanto o gabinete não tornou a se reunir depois de 1937. O veredicto dos historiadores sobre a participação criminosa da Wehrmacht no Holocausto, no entanto, tem sido muito mais rigoroso do que o julgamento do tribunal de Nuremberg.

Apesar das imperfeições, inevitáveis num processo em que quatro potências vitoriosas, com sistemas judiciários diferentes, providenciaram ao mesmo tempo os juizes e os promotores, os Julgamentos de Nuremberg serviram a um propósito muito importante, o de documentar os horrores dos crimes nazistas. Para muitos alemães, as terríveis revelações sobre o sistema de extermínio foram tão chocantes quanto para o resto do mundo. As atrocidades mostradas nos julgamentos ajudaram a desacreditar os nazistas, garantindo assim que não haveria repetição dos perigosos mitos e fantasias que alimentaram o radicalismo de extrema direita depois da Primeira Guerra Mundial. Com isso, os julgamentos contribuíram para reforçar o genuíno antifascismo que se desenvolveu entre as populações da Alemanha Ocidental e Oriental depois da guerra. As informações que vieram à luz em Nuremberg preenchem 42 grossos volumes, uma fonte valiosa sobre o Terceiro Reich para os historiadores. Os Julgamentos de Nuremberg também foram importantes, é claro, por abrirem um precedente para processos por abusos de direitos humanos, sob leis internacionais. Codificados pela ONU em 1950, os Princípios de Nuremberg foram adotados como parte do sistema judiciário da maioria das grandes nações do mundo. Contudo, exceto pelos tribunais militares patrocinados pela ONU, para julgar os crimes cometidos nas guerras civis na Iugoslávia e Ruanda, na década de 1990, nenhum tribunal similar jamais foi instituído para qualquer outra das muitas guerras menores na segunda metade do século XX.

As autoridades americanas de ocupação realizaram doze julgamentos subseqüentes em Nuremberg, contra eminentes personalidades militares, médicas e judiciárias do Terceiro Reich; contra importantes industriais, inclusive o magnata do aço Friedrich Flick e os principais executivos do conglomerado da I.G. Farben e do complexo siderúrgico da Krupp; contra altos funcionários do Ministério do Exterior; contra os líderes dos *Einsatzgruppen*; e contra os oficiais das SS envolvidos na administração dos campos de concentração e nos programas de trabalho escravo. Dos 185 réus, 131 foram considerados culpados, 24 foram condenados à morte e 12 foram executados. Julgamentos similares foram realizados nas zonas de ocupação dos franceses, britânicos e soviéticos, assim como em países vizinhos. Nas zonas ocidentais, cerca de 50 pessoas foram condenadas, sendo 486 executadas. Rudolf Höss foi julgado na Polônia e executado em Auschwitz, em 1947.

Com a fundação da República Federal da Alemanha na parte ocidental e da República Democrática Alemã na oriental, em 1949, os demais processos por crimes de guerra dos nazistas foram entregues aos sucessores do estado alemão. Contudo, a investigação sistemática de muitas das figuras menores envolvidas nos crimes nazistas só começou depois que a Alemanha Ocidental criou um Escritório Central de Processos Criminais, em Ludwigsburg, em 1958. O julgamento de 21 ex-guardas das SS em Auschwitz, em 1963, resultou em seis penas de prisão perpétua e onze outras condenações. Em parte como uma reação às pressões internacionais, o legislativo alemão ocidental (*Bundestag*) aboliu por completo, em 1979, o estatuto de prescrições dos crimes de homicídio e genocídio. Os processos na Alemanha Ocidental contra crimes nazistas, entre 1945 e 1992, resultaram em mais de 60 condenações; na Alemanha Oriental, o dado oficial é de 120 condenações; na Áustria, onde os Aliados estimularam a noção duvidosa de que o país foi a primeira vítima de Hitler, houve cerca de 140 condenações. Mas quantidades muito maiores de criminosos escaparam ao julgamento ou foram absolvidas. Dos doze participantes sobreviventes da Conferência de Wannsee, por exemplo, apenas um foi julgado e libertado pouco tempo depois.

Desnazificação

Na Conferência de Yalta, em fevereiro de 1945, e de novo na Conferência de Potsdam, em julho e agosto de 1945, os Estados Unidos, a União Soviética e a Inglaterra resolveram não apenas punir os crimes nazistas, mas também livrar a Alemanha de todos os vestígios da influência nazista. Não era fácil, já que mais de 12 milhões de alemães haviam ingressado no Partido Nazista, enquanto milhões de outros tornaram-se membros de grupos associados aos nazistas. Muitos que desempenharam um papel ativo no Terceiro Reich jamais ingressaram no partido. Até mesmo um nazista dos altos escalões, como o chefe da Gestapo, Heinrich Müller (1900-45), só ingressou no partido em 1939.

As autoridades americanas e britânicas exigiram que praticamente todos os adultos, em suas zonas de ocupação, respondessem a longos questionários, que serviriam como base para medidas posteriores, inclusive ações de julgamentos criminais, sempre que fossem justificadas. As pessoas que haviam ingressado no Partido Nazista ou em um dos seus grupos associados antes de 1937, foram proibidas de ocupar qualquer emprego enquanto não fossem submetidas a procedimentos de desnazificação. Concebida no início como um programa para excluir os nazistas de posições de influência, em caráter permanente, e complementar os esforços de reeducação dos alemães na democracia, a desnazificação logo se transformou num processo de reabilitação de ex-nazistas. No curso dessa transformação, mudou o próprio significado do termo "desnazificação". A intenção original era o total afastamento dos nazistas da vida pública, mas passou a significar mais tarde a remoção do estigma nazista das pessoas envolvidas.

A Lei de Libertação do Nacional socialismo e Militarismo, promulgada na zona americana em março de 1946, e estendida pelo Conselho de Controle Aliado (formado pelos comandantes dos quatro exércitos de ocupação) para as outras zonas, ainda no mesmo ano, determinava que todos os ex-nazistas deviam ser incluídos em cinco categorias, variando de "grande infrator" e "pequeno infrator" a "seguidor" e "eximido". Na zona ocidental, em termos práticos, a lei transferiu o processo de decisão para os alemães, ao instituir comissões de apelação, integradas por alemães não nazistas, que seriam incumbidas de executar a desnazificação.

Mas as expectativas aliadas, de que a maioria dos alemães acolheria com satisfação a oportunidade para um expurgo fundamental da influência nazista, foram equivocadas. Em vez disso, o processo de apelação permitiu, pouco a pouco, o retorno de ex-nazistas a posições de influência, nos setores público e privado. Como as pessoas em uma das categorias de "infrator" podiam, quase sempre, ter sua posição rebaixada para "seguidor" (*Mitläufer*), uma categoria em que não havia penalidade, o processo inteiro passou a ser conhecido como *Mitläuferfabrik* (fábrica de seguidores). Dos 3,6 milhões de membros do partido que se submeteram à desnazificação na zona americana, apenas 14 foram considerados "grandes infratores". O antigo líder nacionalista Alfred J. Rugeberg, que fora um elemento essencial na ascensão de Hitler ao poder, servindo como seu "ditador econômico" nos seis primeiros meses do regime nazista, foi classificado apenas como um "seguidor". Até mesmo integrantes de nível médio da máquina de terror nazista, os membros da SD, Gestapo ou tribunais especiais, eram muitas vezes classificados como meros "seguidores".

Os originalmente classificadas como "seguidores" logo descobriam que não era difícil reduzir sua posição para "eximidos". De mais de 6 milhões de pessoas afetadas pela desnazificação nas zonas ocidentais, quase 98 por cento foram classificadas como "seguidoras" ou "eximidas". À medida que o processo de desnazificação foi se tornando mais indulgente, ex-nazistas podiam provar que nunca tiveram qualquer compromisso com o nazismo pela simples demonstração de fé cristã, por exemplo, apresentando provas de que faziam orações antes das refeições. As igrejas eram bastante generosas, oferecendo declarações de inocência por escrito para pessoas de sua fé. Se havia a suposição de que a pessoa investigada não partilhava de fato as convicções nazistas, então até mesmo as atividades pró-nazistas podiam ser interpretadas como resistência clandestina. O ingresso no Partido Nazista, por exemplo, podia ser racionalizado como um esforço para exercer uma influência moderadora sobre o regime.

Os professores universitários que haviam sido nazistas criticaram a desnazificação como uma politização injustificada da universidade. Assim, usavam em sua defesa a mesma crítica que os nazistas haviam feito contra os esquerdistas, em seu expurgo das universidades, na década de 1930. A geração mais velha de conservadores, que colaborara com os nazistas, mas acabara sendo desalojada pelos nazistas mais jovens, podia se desculpar com a alegação de que fora afastada de seus camaradas pelos membros do Partido Nazista. Estes, por sua vez, podiam se iximir com a alegação de que haviam ajudado a livrar a universidade de colaboradores importantes do nazismo. A natureza competitiva da cultura política nazista, com as confrontações e hostilidades pessoais que proporcionava a ex-nazistas muitas oportunidades de alegar que haviam sofrido alguma espécie de discriminação profissional no Terceiro Reich. Até mesmo antigos membros do partido apresentaram-se como "vítimas" do regime nazista. As comissões de apelação muitas vezes usavam argumentos contraditórios para justificar veredictos lenientes.

Em alguns casos, o "idealismo" que levava algumas pessoas a ingressar no partido era citado como um fator atenuante; em outros, o "oportunismo" era mencionado como prova de uma ausência de convicções nazistas genuínas. Quase todos podiam citar uma circunstância atenuante de algum tipo.

Raramente alguém assumia a responsabilidade por suas ações ou se declarava culpado, dominado pelo remorso. Todos procuravam escapatórias e álibis. Não havia mais nazistas na Alemanha... e quase parecia que nunca existira nenhum. Uma evasiva predileta era atribuir toda a culpa aos superiores na cadeia de comando, uma tática já utilizada pelos réus em Nuremberg. Talvez isso fosse inevitável, já que a pessoa que reconhecia sua cumplicidade não recebia a absolvição; e, na verdade, perdia a possibilidade de ganhar a vida. Para muitos alemães, a repressão e a distorção do passado tornaram-se a condição prévia para uma carreira de sucesso no pós-guerra.

Embora a desnazificação não tenha conseguido gerar uma plena e honesta avaliação da cumplicidade popular no sistema nazista, teve o efeito de reforçar o estigma do rótulo nazista. Ninguém podia acalantar a esperança de ser inocentado por defender o nazismo, mas sim por negar sua adesão. A desnazificação, com toda a certeza, contribuiu para a rejeição pública da ideologia nazista e sua eliminação do discurso público. A proclamação de inocência pessoal tornou-se um padrão estabelecido, mas por trás desse padrão havia um saudável consenso de que o nazismo e o racismo eram funestos. Nesse sentido, pelo menos, a desnazificação, apesar de sua função reabilitadora, foi um sucesso. A reabilitação de ex-nazistas não significou a reabilitação da ideologia nazista. Em vez disso, transformou ex-nazistas em democratas declarados, pelo menos em suas posições públicas.

Alguns defensores do processo argumentaram que a desnazificação, ao permitir a rápida reintegração de ex-nazistas na sociedade alemã, fortaleceu a democracia na Alemanha Ocidental, no pós-guerra. O nacional-socialismo estava agora desacreditado, até mesmo entre seus antigos partidários. Por causa da quantidade, continua o argumento, a exclusão permanente dos ex-nazistas representaria uma ameaça muito maior para a democracia, ao criar uma força hostil e potencialmente subversiva na Alemanha do pós-guerra. Pelo que aconteceu, o consenso surgido na década de 1950, em apoio da República Federal, incluiu a maioria dos ex-nazistas. A forma parlamentar de governo, ao estilo ocidental, rejeitada com a maior veemência por segmentos do povo alemão na era de Weimar, era agora plenamente aceita.

Tanto o povo alemão quanto ainda mais importante-as potências de ocupação foram se tornando cada vez mais cansados com o processo de desnazificação. Muitos alemães tinham uma empatia maior com as "vítimas" da desnazificação do que com as vítimas da agressão alemã. As terríveis privações que muitos alemães sofreram, até a reforma monetária de 1948, contribuíram para esse senso de vítima." De um modo geral, a direita não-nazista criticou a desnazificação como excessivamente rigorosa, enquanto a esquerda a considerava indulgente demais. Mas até mesmo os alemães antinazistas criticavam a injustiça de um programa em que pequenos infratores, processados no início, recebiam penas severas, enquanto os culpados de crimes muito maiores, mais tarde, escapavam impunes. Em 1947, os partidos de esquerda recém-restabelecidos, os democratas sociais e os comunistas, abandonaram seu apoio anterior à desnazificação quando ficou evidente que a manutenção desse apoio lhes custaria muitos votos. No início de 1948, as duas Igrejas exigiram o término do programa de desnazificação.

A opinião pública alemã foi um dos fatores que levaram ao aumento da indulgência dos Aliados e seu eventual abandono da desnazificação. Ainda mais importante foi a compreensão de que havia necessidade da competência técnica e profissional de ex-nazistas, para que as instituições alemãs voltassem a funcionar sem problemas. Uma série de anistias e emendas às leis de desnazificação, na zona dos Estados Unidos, em 1946 e 1947, reduziu de maneira considerável o número de infratores incriminados. Mais crucial para o fim da desnazificação, no entanto, foi o impacto da incipiente Guerra Fria. Sob pressões de membros do Congresso dos Estados Unidos, convencidos de que a desnazificação prejudicava a recuperação da Alemanha Ocidental, o governo militar americano, em 1948, simplesmente reclassificou 90 por cento dos grandes e pequenos infratores restantes para a categoria de "seguidores".

A desnazificação acabou de maneira efetiva com a Fundação da República Federal, em 1949. O artigo 131 da nova constituição alemã oficialmente determinava a reintegração de todos os servidores públicos civis que haviam perdido o cargo em decorrência da desnazificação, exceto os acusados de crimes evidentes. Isso permitiu o rápido retorno de ex-nazistas a posições de influência na República Federal. Em 1952, 43 por cento dos altos funcionários do Ministério do Exterior da Alemanha Ocidental eram membros do Partido Nazista. Cerca de 70 por cento dos 150 juizes e promotores na República-Federal, em 1950, eram remanescentes do Terceiro Reich. Um dos mais notáveis beneficiados pelo artigo 131 foi Hans Globke (1889-1973), designado para o mais alto posto administrativo na Chancelaria Federal de Konrad Adenauer, apesar de ter sido o autor de alguns dos comentários do Ministério do Interior do Terceiro Reich sobre as leis raciais de Nuremberg, em 1935.

O expurgo na economia e serviço público foi muito mais meticuloso na zona soviética, onde 5200 ex-nazistas foram afastados de cargos de autoridade até 1948, como parte de uma total transformação da ordem social e econômica. A abolição do sistema econômico capitalista acarretou uma ruptura institucional muito maior com o passado do que aconteceu na parte ocidental. Mas a restauração de estruturas políticas autoritárias, apesar das diferenças entre a ideologia nazista e a comunista, levou à continuidade de um tipo diferente na parte oriental: a persistente supressão da liberdade de expressão e da oposição política. A desnazificação podia servir como um instrumento conveniente para reprimir todas as formas de oposição ao comunismo. Os oponentes de classe média do comunismo foram acusados de simpatias fascistas e de colaborar corfii cruzada anticomunista dos nazistas, mesmo que tivessem desempenhado apenas papéis secundários no regime nazista.

A ausência do processo democrático no leste também deixou menos oportunidades para os ex-nazistas alegarem circunstâncias atenuantes em sua defesa, como ocorreu com tanta frequência no processo de desnazificação no lado oeste. Mas a exclusão de ex-nazistas de postos de influência também acabou na zona soviética, em 1948, e pelo mesmo motivo: a crescente necessidade da competência profissional dos ex-nazistas na construção de uma nova sociedade. Em profissões politicamente sensíveis, como as relacionadas com o sistema judiciário, houve um expurgo total de ex-nazistas na Alemanha Oriental. O mesmo não aconteceu, por exemplo, na medicina, onde as necessidades de saúde pública prevaleceram sobre os imperativos para a mudança política. Em 1954, mais de 45 por cento dos professores de medicina na República Democrática Alemã eram antigos membros do Partido Nazista.

A Guerra Fria na Alemanha

Tanto na Alemanha Oriental quanto na Ocidental, os ex-nazistas, inclusive alguns que eram suspeitos de crimes de guerra, beneficiaram-se do início da Guerra Fria, principalmente se tinham habilidades úteis.

Depois de 1945, os dois lados se mostravam cada vez mais dispostos a ignorar o passado nazista das pessoas que podiam prestar serviços para melhorar as respectivas posições competitivas no conflito Ocidente-Oriente. A competição no recrutamento de cientistas e agentes secretos teve influência na erosão da confiança entre os dois lados, em

1945. Centenas de antigos cientistas, engenheiros e técnicos nazistas foram levados para os Estados Unidos pelas forças armadas, muitas vezes até violando as leis de imigração americanas. O anticomunismo comprovado e suas habilidades aplicadas; na guerra, primeiro na frente oriental, fizeram com que agentes nazistas, pesquisadores militares e outros especialistas se tornassem úteis para os Estados Unidos. Ex-nazistas e colaboradores dos nazistas por toda a Europa, às vezes incluindo até criminosos de guerra, foram secretamente recrutados para operações secretas contra a União Soviética, patrocinadas pelos Estados Unidos, ao final da década de 1940 e início da de 1950. Autoridades do serviço secreto americano até ajudaram suspeitos de crimes de guerra a evitar julgamento, como aconteceu com Klaus Barbie (1913-91), chefe da Gestapo na cidade francesa de Lyons. As autoridades francesas acabaram descobrindo-o na Bolívia. Julgado na França, ele foi condenado à prisão perpétua.

A incapacidade em concordar sobre uma política comum para a Alemanha foi tanto causa quanto resultado da Guerra Fria. Em Yalta e outra vez em Potsdam, houve acordos precários sobre uma política punitiva em relação ao Reich derrotado. A União Soviética estava particularmente empenhada não apenas na desmilitarização e desnazificação, mas também na desindustrialização, o que não apenas impediria o renascimento da Alemanha como uma ameaça à paz, mas também possibilitaria amplas reparações, a fim de compensar as enormes perdas soviéticas durante a guerra. Em Potsdam, cada potência de ocupação foi autorizada a extrair reparação em bens de capital de sua própria zona. Mas porque a União Soviética sofrera perdas muito maiores que os outros Aliados, e o centro industrial da Alemanha, o Ruhr, ficava na zona britânica, as potências ocidentais concordaram em pôr também à disposição dos soviéticos os equipamentos industriais que não fossem necessários à produção pacífica (alguns em troca de produtos agrícolas do lado soviético). No início de 1946, no entanto, à medida que se deterioravam as relações entre americanos e soviéticos, tornou-se cada vez mais evidente que a administração conjunta da Alemanha pelas grandes potências, com sistemas sociais tão diferentes, era inviável. As potências ocidentais exigiram a imediata suspensão da remessa de reparações para o leste. Em 1947, com a Guerra Fria em pleno andamento, os Estados Unidos e a Inglaterra se empenharam em um grande esforço para recuperar a economia em suas zonas. Essa iniciativa acabou resultando na criação de um estado alemão ocidental separado.

A mudança na política americana, que levou à divisão da Alemanha, não foi apenas uma decorrência das crescentes tensões da Guerra Fria. Foi também uma reação prática à situação econômica cada vez mais desesperada na Alemanha, em 1945-46. A deterioração do padrão de vida na Alemanha não acabou com o fim da guerra. Na verdade, para a maioria dos alemães, os dois anos depois da guerra foram os de maiores privações. Desnutrição, doenças e mortalidade infantil atingiram índices alarmantes. O mercado negro dominava uma economia de escambo, em que os cigarros constituíam o principal meio de troca.

Para agravar a escassez de alimentos e de habitações, havia também o fluxo imprevisto de milhões de alemães, expulsos dos territórios anexados pela Polônia e União Soviética, a leste das novas fronteiras, nos rios Oder e Neisse. A expulsão de mais de sete milhões de alemães começou no verão de 1950. Foi seguida pela expulsão de cerca de três milhões de alemães étnicos da Tchecoslováquia (da Sudetolândia) e quantidades menores da Hungria, Romênia, Iugoslávia e do resíduo da Polônia. A maioria procurou refúgio nas zonas ocidentais. Muitos dos que se instalaram inicialmente na zona soviética também foram mais tarde para a área ocidental, como refugiados.

Como era preciso importar alimentos para manter a população alemã ocidental ampliada, ao mesmo tempo que instalações industriais eram desmontadas e enviadas para o leste, os contribuintes americanos é que pagavam, em última análise, as reparações para a União Soviética. Em circunstâncias normais, os Estados Unidos, a única potência a sair da guerra com uma economia fortalecida, poderiam aceitar essa forma de ajuda indireta a seu aliado durante a guerra. Mas a crescente divergência entre as duas potências, em particular sobre a imposição do comunismo na Europa Oriental, fazia com que toda a possibilidade de cooperação fosse ilusória.

Os soviéticos consideraram a suspensão das reparações e a mudança americana para uma política de reconstrução econômica de uma Alemanha Ocidental separada como violações dos acordos de Yalta e Potsdam. O bloqueio de Berlim, em 1948-49, foi uma tentativa desesperada e malograda dos soviéticos de

impedir a formação de um estado alemão ocidental separado (Ou, falhando isso, forçar as potências ocidentais a deixarem Berlim de lado, sob a alegação de que a cidade só fora dividida em quatro setores porque deveria servir como a capital de um estado alemão unificado). Os Estados Unidos conseguiram frustrar o bloqueio soviético com uma dramática ponte aérea, vinte e quatro horas por dia, abastecendo a população sitiada de Berlim Ocidental e mobilizando a opinião pública mundial contra a tática de intimidação da União Soviética. A reforma monetária de 1948 proporcionou as bases para o "milagre econômico", que transformaria a economia ressuscitada da Alemanha Ocidental em uma das mais fortes do mundo, por décadas subsequentes. [

Repressão do passado

A confrontação com o Leste comunista fez com que o nacional-socialismo aparecesse sob uma luz diferente no Ocidente, facilitando a repressão do passado. Os imperativos econômicos da Guerra Fria arrefeceram a preocupação com um movimento que não parecia mais perigoso. Afinal, eram os oponentes mais encarniçados dos nazistas que agora representavam a maior ameaça ao Ocidente. O anticomunismo proporcionou o vínculo ideológico para a total reintegração de muitos ex-nazistas na sociedade alemã ocidental. Foi o que também permitiu a integração de uma Alemanha Ocidental reformada e restaurada na aliança da OTAN. Em seu empenho pela destruição do comunismo, os ex-nazistas podiam até alegar que estavam adiantados no seu tempo.

Alguns aspectos da ideologia *völkisch* só precisavam de alterações mínimas para serem usados na Guerra Fria. Os nazistas, no final das contas, também haviam empregado a retórica da liberdade (com o maior cinismo no lema "O trabalho torna livre", *Arbeit macht frei*, que encimava a entrada dos campos de concentração), embora sua concepção de liberdade fosse muito diferente da que era defendida pelo individualismo liberal. A liberdade, afinal, podia ser invocada com a maior facilidade para justificar um sistema social darwinista, em que os ricos e os fortes não seriam estorvados pelas proteções legais para os pobres e fracos. Theodor Oberländer, *ex-Reichsführer do Bund deutscher Osten* (Liga da Alemanha do Leste) durante o Terceiro Reich, não teve qualquer dificuldade para reciclar alguns dos seus textos antigos, sobre a necessidade de libertar a Europa Oriental do comunismo, enquanto servia como titular do Ministério dos Expulsos, durante o governo de Adenauer, de 1956 a 1960, quando revelações sobre seu passado forçaram-no a renunciar ao cargo. Ex-nazistas que reivindicavam o direito de publicar suas opiniões formaram a Sociedade para um Jornalismo Livre (*Gesellschaft für freie Publizistik*), em 1960, um grupo que dava precedência à "preservação do Volk" sobre o livre desenvolvimento do indivíduo.

Os dois lados usaram o nazismo para obter uma vantagem na Guerra Fria. A continuidade do anticomunismo alemão e a prevalência de ex-nazistas em posições de confiança pública proporcionaram aos propagandistas soviéticos muitas oportunidades para manchar a República Federal com as tintas nazistas. Os publicistas ocidentais, por sua vez, ressaltaram as continuidades estruturais entre a ditadura nazista e a stalinista na República Democrática Alemã, apesar de todas as diferenças ideológicas. Ao mesmo tempo em que se empenhavam em associar o outro lado com as características negativas do nazismo, os dois estados alemães envidavam todos os esforços para demonstrar seu total rompimento com o passado. Nesse sentido, pelo menos, a Guerra Fria reforçou o repúdio dos alemães ao nazismo, no pós-guerra, como um conjunto normativo de valores e idéias. O antifascismo, na verdade, tornou-se um elemento ideológico da maior importância, na busca desesperada por legitimação popular da República Democrática Alemã. Mas o repúdio formal ao passado podia também mascarar uma repressão substantiva ao passado. Ao declarar que seu novo estado representava a "outra" Alemanha, a esquerda que sempre se opusera ao nazismo, o regime alemão oriental permitiu que seus cidadãos evitassem uma avaliação crítica em larga escala do papel que desempenharam na era nazista. A identificação com a oposição comunista ao fascismo também permitiu ao regime evitar a restituição financeira aos judeus, com a negação de toda e qualquer responsabilidade pelos crimes nazistas.

Rejeição do antissemitismo

Na Alemanha Ocidental, o nazismo não foi definido pôr seu anticomunismo, que os liberais também partilhavam, mas sim pelo antissemitismo e a supressão dos direitos individuais. Definir o nazismo por seu antissemitismo, não pelo anticomunismo, tornava mais fácil repudiar quaisquer ligações com o passado nazista. A República Federal distanciou-se do nazismo através de uma rejeição categórica do antissemitismo e através¹ do *Wiedergutmachung*, os pagamentos de indenizações a judeus vítimas do Holocausto, assim como ao estado de Israel, o que foi convertido em lei em 1952. Os líderes alemães orientais, por outro lado, consideraram que esses pagamentos eram apenas uma tentativa de ocultar a presença de carrascos nazistas na sociedade alemã ocidental. Esse ataque aos motivos alemães ocidentais, inspirado pela Guerra Fria, no entanto, estava muito longe do alvo. A partir de 1945, a rejeição ao racismo e antissemitismo tornou-se um elemento fundamental na identidade democrática da Alemanha Ocidental no pós-guerra. O novo estado de Israel também contava com um forte apoio oficial e popular na República Federal. j

Tanto na Alemanha Oriental quanto na Ocidental, o antissemitismo, que fora tão crucial para a autodefinição da Alemanha na primeira parte do século, não desempenhou mais qualquer papel na esfera pública depois de 1945, exceto como um sistema de convicções que devia ser condenado. As declarações antissemitas tornaram-se crimes no leste e oeste da Alemanha. A aceitação pública do antissemitismo não figurava entre os vários elementos da identidade nacional alemã que podem ter sobrevivido à derrota em 1945. Nas Alemanhas Oriental e Ocidental, o antissemitismo perdeu sua função como uma ideologia política, sendo banido para a esfera dos ressentimentos privados. E claro que as atitudes antissemitas expressas em particular continuaram, apesar do tabu oficial, especialmente na República Federal. Mas as pesquisas de opinião pública demonstraram que até mesmo isso diminuiu de forma substancial, com a morte gradativa da geração de nazistas e simpatizantes nazistas, pelo menos até o renascimento do radicalismo de direita entre a juventude alemã descontente, na década de 1990. Contudo, por mais disseminados que os preconceitos antijudaicos tradicionais ainda possam ser, o antissemitismoxarece de todo e qualquer apoio institucional na Alemanha contemporânea, e não pode mais ser usado em termos políticos para um movimento popular efetivo.

Ausländerfeindlichkeit - Hostilidade a estrangeiros

As teorias racistas baseadas na biologia e genética, tão predominantes na Alemanha antes mesmo de 1933, não encontraram aceitação pública depois de 1945. O racismo ostensivo foi suprimido na Alemanha Oriental. Na Alemanha Ocidental, a rejeição do racismo tornou-se parte do consenso de legitimação popular. Mas enquanto o antissemitismo permanecia bastante estigmatizado, um racismo de base cultural ressurgiu em alguns setores da população alemã ocidental, nas décadas de 1970 e 1980, sob a forma de hostilidades aos trabalhadores estrangeiros e exigências para a repatriação. Os *Gastarbeiter* (trabalhadores convidados) haviam sido recrutados na Turquia, Iugoslávia, Itália, Espanha e outros países meridionais da Europa, no *boom* da economia alemã ocidental, já que a construção do Muro de Berlim cortara o fluxo da mão-de-obra de refugiados do leste, em 1961. Quando diminuiu o ritmo de crescimento da economia da Alemanha Ocidental, depois do "choque do petróleo" em 1973, os trabalhadores convidados enfrentaram crescente hostilidade e discriminação. A população cada vez maior de imigrantes turcos, em particular, tornou-se alvo da demagogia ressuscitada de extrema direita, com atos de terrorismo, na década de 1980 e início da década de 1990. Como a cidadania alemã ainda era definida pela origem étnica, até mesmo os descendentes de residentes estrangeiros, nascidos e criados na Alemanha e falando um alemão perfeito, tinham dificuldades para obter a cidadania alemã.

A *Ausländerfeindlichkeit* (hostilidade a estrangeiros) e o fervor antiimigrantes ainda eram atiçados pelos ressentimentos populares contra grandes números de refugiados procurando asilo político na Alemanha² nha, sob as disposições constitucionais liberais adotadas pela República Federal em 1949, em reação às perseguições políticas dos anos nazistas. O número de pessoas procurando asilo aumentou consideravelmente nos anos turbulentos que se-segiram à queda do comunismo e a dissolução do bloco soviético, de 1989 a 1991. Embora apenas uma pequena fração dos pedidos de asilo fosse aprovada pelo governo alemão, os candidatos eram mantidos à custa do público durante a avaliação do processo, o que

podia se prolongar por vários anos. O número de pedidos de asilo, que alcançou o ponto máximo em 1992, com 4380 pessoas, declinou depois que a constituição foi emendada para tornar o asilo muito mais restritivo, em 1993. A nova lei, confirmada pelo Tribunal Constitucional Federal em 1996, não concede mais asilo político a emigrantes de países cujos registros de direitos humanos não foram oficialmente considerados insatisfatórios. Os oponentes da mudança constitucional deploraram o fato de que a nova lei, para todos os efeitos, facilitava os esforços da extrema direita para excluir os estrangeiros da sociedade alemã.

Partidos radicais de direita na República Federal

A preocupação com o *'Ausländerproblem'* e a intolerância com a diversidade étnica foram características dos partidos radicais de direita que ressurgiram na República Federal depois da guerra. Mas a guerra e o Holocausto haviam desacreditado tanto o nazismo e o antissemitismo que até mesmo os alemães que continuavam a manter atitudes radicais de direita repudiavam esses rótulos, com medo de perder toda a credibilidade na era do pós-guerra. Os partidos radicais de direita acharam que era necessário se absterem de um antissemitismo ostensivo e adotarem um vocabulário de democracia, a fim de obterem a atenção do público. Foi o caso do Partido Democrático Nacional (NPD), o primeiro partido radical de direita com alguma importância na República Federal. Um partido anterior, formado por ex-nazistas, em 1949, o Partido Socialista do Reich, foi proibido pelo Tribunal Constitucional Federal, em 1952. Fundado em 1964 com doze ex-nazistas em seu comitê executivo de dezoito membros, o NPD obteve 4,3 por cento dos votos nas eleições de 1969 para o Bundestag, ficando abaixo do mínimo de 5 por cento exigido pela constituição federal para ter representação parlamentar.

Na década de 1980, um novo partido de extrema direita adotou o nome de um partido dos Estados Unidos, o Partido Republicano, na tentativa óbvia de projetar uma imagem de moderação. Os republicanos procuraram explorar a *Ausländerfeindlichkeit* dirigida contra os trabalhadores convidados e os asilados políticos. Mas também não conseguiram alcançar ganhos eleitorais significativos. Fundado por um ex-oficial das SS, os republicanos tiveram mais que os 5 por cento exigidos em algumas eleições estaduais e municipais (como o NPD também conseguira), mas não foram capazes de superar a barreira dos 5 por cento em eleições nacionais, na recém-unificada Alemanha, em 1990 e 1994. Em 1999, no entanto outro partido radical de direita, União do Povo Alemão (*Deutsche Volksunion*), causou preocupações ao obter quase 13 por cento dos votos em Saxony-Anhalt, um dos novos estados da antiga República Democrática Alemã. Seu sucesso foi atribuído à capacidade de explorar a hostilidade contra os residentes estrangeiros, que haviam substituído os judeus como bodes expiatórios da sociedade alemã.

Embora esses partidos neofascistas permanecessem secundários em nível nacional, tiveram o efeito de levar os partidos principais a adotar políticas antiimigrantes, a fim de garantirem o voto da direita. Os partidos radicais de direita podiam promover um racismo mal disfarçado e exaltar vários aspectos do Terceiro Reich, mas o interesse pela conquista do voto popular levou-os a repudiar qualquer vínculo direto com o nazismo, que permaneceu completamente desacreditado no discurso público. Por razões táticas, e talvez outras, os partidos que procuram o êxito na política eleitoral da Alemanha hoje em dia não podem se dar ao luxo de reconhecer expressamente suas simpatias nazistas.

Neonazismo

Mas esses escrúpulos não inibem os grupos militantes de direita e os chamados *skinheads*, os cabeças-raspadas, que proclamam abertamente suas simpatias nazistas e se empenham em violência contra os estrangeiros de pele escura, *judeus*, *gays*, ativistas de esquerda, desabrigados e outros forasteiros. O neonazismo militante surgiu à margem da direita na Alemanha Ocidental, ao final da década de 1970 e na década de 1980, coincidindo com um deslocamento generalizado para a direita na política alemã ocidental.

A queda do comunismo em 1990 levou ao ressurgimento do ativismo radical de direita também na Alemanha Oriental, em particular entre os homens jovens e desempregados. Sua suscetibilidade à ideologia de direita foi resultado tanto do desencanto com a ideologia comunista da fracassada República Democrática Alemã, quanto das terríveis conseqüências econômicas da mudança brusca para a economia de mercado.

A juventude alienada, quase toda formada por homens, descarregou sua raiva em estrangeiros e outros bodes expiatórios visíveis, na base da escala social, que consideravam como concorrentes ilegítimos aos escassos empregos e benefícios sociais. A violência neonazista alcançou um nível sem precedentes em quatro dias de tumultos contra um albergue para refugiados na cidade alemã oriental de Rostock, em agosto de 1992. Nas semanas subseqüentes, no entanto, centenas de milhares de alemães saíram às ruas das grandes cidades para protestar contra a violência de direita e tranquilizar a comunidade estrangeira na Alemanha, que hoje se eleva a mais de 5 milhões de pessoas.

A atração da juventude descontente por lemas e símbolos nazistas pode ser explicada em parte por seu valor de choque, numa sociedade em que a exposição de símbolos nazistas viola um tabu que persiste desde 1945. O uso da suástica, a saudação de Hitler, canções nazistas, e lemas antisemitas continuam a ser crimes na Alemanha de hoje; mas a juventude alienada na Alemanha, assim como em outros lugares, alardeia esses símbolos exatamente porque representam uma forma afrontosa de provocação à ordem estabelecida. Para muitos jovens, a ideologianeonazista não é a causa do descontentamento, mas sim um meio de expressá-lo de uma maneira que assegura o máximo de atenção pública.

O extremismo de direita continuou a formar uma subcultura internacional que se alimenta do descontentamento social, ao longo da década de 1990. Em particular na Europa Oriental, o renascimento do nacionalismo étnico, depois do colapso do bloco soviético, contribuiu para uma ressurreição da direita radical. Embora seu aparecimento na Alemanha cause preocupações específicas, à luz da história alemã, esse extremismo não parece mais forte ali do que em outros países europeus (ou nos Estados Unidos, diga-se de passagem, onde as publicações de direita, ilegais na Alemanha, são muitas vezes importadas por extremistas americanos). O neonazismo é mais um fenômeno secundário na Alemanha hoje do que o neofascismo na Itália. No auge da campanha de terror contra imigrantes e párias sociais, em 1992, quando dezessete mortes foram atribuídas a ataques de neonazistas e *skinheads*, o número de ativistas em organizações neonazistas militantes na Alemanha era estimado em 60 (em uma população de mais de 80 milhões de pessoas).

Embora o segmento neonazista da população não seja maior do que em outros países, em termos proporcionais, a lembrança do passado da Alemanha compreensivelmente gera maior preocupação internacional. Os nazistas, argumentam muitos, também formavam um grupo secundário no início. Mas as analogias com a insignificância relativa dos nazistas no começo da década de 1920 são impróprias, porque desde o princípio os nazistas enunciaram posições políticas que eram partilhadas pela grande massa de nacionalistas. Não é o caso na Alemanha de hoje, em que o clima política continua a ser hostil ao extremismo de direita. Além disso, os *skinheads* não representam a força de rua de um partido organizado, como acontecia com as SA nos anos da luta dos nazistas para conquistar o poder. A vasta maioria dos alemães de hoje tem plena consciência de que é do seu melhor interesse impedir um retorno às políticas hipernacionalistas que trouxeram a ruína e a destruição no passado.

Mesmo assim, o neonazismo poderia ter uma função diversionária, desviando a atenção do racismo mais insidioso e generalizado. A reação do governo alemão ao terrorismo de direita contra estrangeiros, refugiados e outros grupos marginalizados foi amplamente considerada como um teste da força do compromisso alemão com a democracia e da autenticidade do rompimento do país com seu passado autoritário, racista e imperialista. No início da década de 1990, os críticos do governo, do sistema judiciário e da polícia acusaram as autoridades de não combater os excessos da direita radical com a mesma determinação inflexível que usara contra o terrorismo de esquerda da Facção do Exército Vermelho, na década de 1970 ou contra os manifestantes antinucleares. Em 1992, nos distúrbios em Rostock, a polícia deixou de interferir para prevenir os ataques contra os refugiados, que acabaram sendo levados de ônibus para outro local. Ao conceder mais prioridade à limitação do fluxo de refugiados estrangeiros, em vez de se preocupar mais com a repressão da violência da direita e com a solução dos problemas sociais que provocaram o descontentamento dos jovens, o governo parecia legitimar a posição de que a presença de estrangeiros era a fonte primária do problema. A mensagem transmitida parecia ser a de que o radicalismo de direita não seria um problema, se fosse possível manter os refugiados estrangeiros fora da Alemanha.

A disposição do governo alemão em subestimar a gravidade do radicalismo de direita não é diferente da relutância dos governos na França, Inglaterra ou Estados Unidos em reconhecer a prevalência do racismo e hostilidade aos imigrantes em seus próprios países. Mas por causa do estigma do passado nazista, a necessidade de projetar uma imagem positiva para o mundo e negar manifestações de extremismo de direita é muito maior na Alemanha do que em outros países. Paradoxalmente, a necessidade de repudiar o nazismo tende a estimular a negação de sintomas patológicos no presente. Porque a rejeição do nazismo tornou-se uma parte integrante da identidade da Alemanha no pós-guerra, o orgulho nacional alemão exige a afirmação e a confirmação de que o país é de fato uma sociedade reformada, diferente e renascida. O rompimento com o passado é uma fonte de orgulho nacional, mas também encorajou a repressão de um passado que impôs aos alemães um fardo de culpa dos mais indesejáveis. Em nenhum outro país a memória histórica desempenhou um papel tão fundamental na consciência nacional. Como os alemães procuraram absorver o passado e seu fardo é o tema do capítulo final.

16. O debate dos historiadores - O lugar do Reich na história e memória alemãs

O repúdio ao nazismo tornou-se um elemento fundamental da consciência pública nas duas Alemanhas no pós-guerra. Mas exatamente por causa de seu significado como um contraste negativo para a democracia na Alemanha Ocidental e para o socialismo na Alemanha Oriental, a interpretação do nacional-socialismo tem sido contestada com veemência na arena política e na historiografia. No leste e no oeste, a historiografia do nazismo tem sido estreitamente ligada à prática política.

Antifascismo na República Democrática Alemã

No agora extinto estado alemão oriental havia bem pouco desvio da interpretação ortodoxa marxista-leninista, datando da década de 1930, segundo a qual o nazismo era apenas o braço político do "capitalismo monopolizador". Há muito desacreditada no ocidente, essa interpretação oficial sofreu o mesmo destino dos regimes comunistas que a apoiavam, depois de 1989. Durante quarenta anos, porém, a doutrina antifascista herdada da década de 1930 foi a principal ideologia legitimadora na RDA. Era bastante útil como uma arma na Guerra Fria: ao definir o fascismo como a forma de capitalismo mais ditatorial, terrorista e imperialista, situava os estados ocidentais bem próximos do fascismo. Os estados socialistas, segundo a doutrina antifascista, haviam se purificado da contaminação fascista pela eliminação da economia capitalista.

Os fundadores da RDA extraíam sua autoridade moral da participação ativa na resistência contra os nazistas. Walter Ulbricht (1893-1973), líder efetivo da RDA desde a sua fundação em 1949 até 1971, dirigiu a resistência comunista do exílio em Moscou, enquanto diversos de seus companheiros eram sobreviventes de campos de concentração nazistas, seu sucessor, Erich Honecker (1912-94), esteve preso na Alemanha de 1937 a 1945. Ernst Thälmann (1886-1944), líder por muito tempo do Partido Comunista Alemão, morto num campo alemão, era oficialmente celebrado na Alemanha Oriental como um mártir heróico da causa antifascista.

A propaganda da RDA procurava estimular a convicção popular de que a luta antifascista continuava no presente. Medidas impopulares podiam ser justificadas como essenciais para combater a ameaça fascista. No Ocidente, ainda tremenda. Foi o caso do Muro de Berlim, erguido em 1961 para deter a migração de alemães orientais para a parte ocidental, com o nome oficial de "*Schutzwall*" (muralha protetora) contra o fascismo. Os livros de história enalteciam o papel eminente que os comunistas haviam desempenhado na luta contra o fascismo. Não havia qualquer referência às contribuições para o triunfo dos nazistas em 1933 das denúncias dos comunistas contra os sociais-democratas. Em sua visão oficial, a RDA representava uma ruptura total com o Terceiro Reich. As únicas linhas de continuidade reconhecidas pelo governo iram as que ligavam a Alemanha Oriental com a gloriosa resistência antifascista.

Pagamento de indenizações na República Federal

Nas Alemanha Ocidental, por outro lado, os vínculos com o passado, embora às vezes distorcidos, nunca foram inteiramente negados. Desde o início, a República Federal considerou-se a verdadeira

Alemanha, a primeira oficial do estado alemão que entrou em colapso em 1945. Essa posição foi útil para marginalizar a RDA, como um estado ilegítimo, imposto pela União Soviética, como potência de ocupação. Mas isso também significou ter de assumir a responsabilidade pelo passado da Alemanha, inclusive o Holocausto. Como na Alemanha Oriental, a interpretação do passado nazista era essencial para construir uma identidade alemã ocidental viável, no pós-guerra. Ao contrário da RDA, no entanto, o estado alemão ocidental decidiu efetuar reparações, através do pagamento de indenizações aos judeus e ao estado de Israel, em 1952, e outras vítimas do nazismo, em 1956.

Historiografia na República Federal

A interpretação histórica da experiência nacional-socialista passou por três fases claramente discerníveis, paralelas aos grandes desenvolvimentos e mudanças na consciência política da República Federal. Nos primeiros 14 anos depois do fim da guerra, a historiografia do nacional-socialismo na Alemanha refletiu o clima político conservador da era de Adenauer (1949-63). Um deslocamento para a esquerda caracterizou a segunda fase, que culminou com o governo social-democrata de coalizão, liderado por Willy Brandt (1913-92), de 1969 a 1974. Seguiu-se o governo mais centrista de Helmut Schmidt (n. 1918), de 1974 a 1982. Um deslocamento similar para a esquerda ocorreu na historiografia das décadas de 1960 e 1970, à medida que a revolta geracional do movimento dos estudantes acarretou uma historiografia crítica, que desafiava expressamente o silêncio da geração dos pais sobre sua participação no desastre nazista.

A terceira fase foi caracterizada por um deslocamento do pêndulo político de volta a um governo mais conservador, na década de 1980. A direita moderada, representada pela União Democrática Cristã, experimentou um renascimento, sob Helmut Kohl (n. 1930), que tornou-se chanceler em 1982. A reação neoconservadora ao programa progressista da década de 1960 levou a uma veemente "controvérsia dos historiadores" (*Historikerstreit*), nos meses subsequentes à eleição para o Bundestag de janeiro de 1987. Algumas das questões levantadas na polêmica perderam sua relevância com o final da Guerra Fria, mas outras continuam a agitar as "guerras culturais", numa Alemanha reunificada na década de 1990. "

A era do pós-guerra

A repressão psíquica e a negação do passado caracterizaram o ânimo público na Alemanha Ocidental, no período imediatamente posterior à guerra. Ajudaram a fazer com que o processo de desnazificação se tornasse uma impostura. Como ressaltamos no capítulo anterior, o repúdio ao nazismo não era necessariamente sinônimo de franca aceitação da responsabilidade pelo passado. A condenação ritualista do nazismo podia servir como um meio de evitar uma avaliação crítica da cumplicidade pessoal nos crimes nazistas. Na verdade, o repúdio ainda mais vigoroso à ideologia nazista podia servir para encobrir o afastamento da desnazificação.

A demonização de Hitler e da cúpula nazista servia com frequência a uma função de justificativa. Uma estratégia predileta da negação era atribuir a catástrofe inteiramente a Hitler e um pequeno círculo de criminosos, que se haviam aproveitado do povo alemão para procurar realizar seus fins desprezíveis. Os historiadores conservadores traçaram um limite claro entre seu próprio conservantismo e o radicalismo dos nazistas. Apresentavam o nazismo como uma aberração accidental e atípica na história alemã, e como um movimento que se originara de fontes fora da Alemanha. Os eminentes historiadores Friedrich Meineke (1862-1954) e Gerhard Ritter (1888-1967), que haviam vivido durante o Terceiro Reich e partilharam suas premissas nacionalistas, embora se opondo aos excessos, publicaram obras em que associavam o nazismo a tendências racionalizadoras e democratizadoras do Iluminismo e da Revolução Francesa. Assim como os historiadores alemães orientais achavam difícil admitir que o maior desafio a Hitler partira das velhas elites, a 20 de julho de 1944, os historiadores alemães ocidentais celebravam a resistência conservadora a Hitler, ao mesmo tempo em que ignoravam a resistência muito mais intransigente da esquerda alemã, que era equiparada à traição.

A Guerra Fria reforçou a disposição conservadora da República Federal na década de 1950. Uma das características ideológicas da Guerra Fria foi a competição entre as Alemanhas Ocidental e Oriental pelo direito de reivindicar a maior distância e diferença do nacional-socialismo. Enquanto na Oriental a Guerra Fria reforçou a ortodoxia antifascista, na Ocidental ajudou a dar credibilidade à escola do totalitarismo, que enfatizava as semelhanças estruturais entre nazismo e comunismo. Incluía a norma do partido único, a supressão dos direitos individuais e o uso do terror contra os adversários políticos. O termo "totalitarismo" foi criado por oponentes e partidários do fascismo italiano, na década de 1920, para criticar ou enaltecer a busca de Mussolini pelo poder total. Foi usado de uma forma polêmica por conservadores, liberais e alguns democratas sociais para vincular o nazismo ao comunismo, na década de 1930.

A teoria do totalitarismo oferecia uma maneira de validar e promover o anticomunismo, sem adotar por qualquer forma sua antítese fascista. Também tinha a vantagem de desculpar pelo menos em parte o povo alemão, ao identificar a manipulação das massas atomizadas por uma ditadura monolítica como uma característica fundamental dos regimes totalitários. A distinção implícita entre uma liderança infame e um público enganado e incapacitado podia ser útil para reabilitar um povo cujos serviços eram agora necessários na confrontação com o regime totalitário remanescente, da União Soviética.

A Guerra Fria transferiu o foco da atenção pública do inimigo nazista do passado para o inimigo comunista do presente. O interesse das potências ocidentais em desenvolver a Alemanha Ocidental como um aliado contra a União Soviética atenuou as pressões para os processos por crimes de guerra e encorajou a supressão da memória do passado recente. A preocupação com os crimes passados só prejudicaria o rearmamento da Alemanha Ocidental e sua plena integração na aliança ocidental. Muitos americanos recebiam que o ônus da culpa enfraquecesse a determinação dos alemães ocidentais de resistir às pressões soviéticas.

Tentar se esquivar da questão da culpa foi característica do tratamento do nazismo nas escolas alemãs, onde ex-nazistas não tinham muitas dificuldades para conservar ou recuperar seus cargos como professores. Os cursos de história no nível primário e secundário na Alemanha Ocidental, durante a década de 1950, em geral terminavam com a Primeira Guerra Mundial. Quando o Terceiro Reich era abordado, quase sempre era apresentado como uma tirania imposta ao povo alemão pelos poderes demoníacos de propaganda e sedução de Hitler. A maioria das histórias do Terceiro Reich demonizava os nazistas, mas desculpava os conservadores tradicionais. Em 1955, quando o cientista político Karl Dietrich Bracher mostrou como Hindenburg e o chanceler Brüning manipularam o artigo 48, a fim de minar o sistema parlamentar, a maioria dos historiadores alemães defendeu as políticas governamentais na ocasião, como a única estratégia viável para salvar um sistema parlamentar fracassado.

A década de 1960

O dramático deslocamento para a esquerda no clima político da *década* de 1960 deixou sua marca também na historiografia do nazismo. Em todos os países europeus e nos Estados Unidos, um movimento juvenil, baseado nos estudantes, protestou contra a guerra do Vietnã, clamou pela solidariedade dos povos do Terceiro Mundo, e exigiu reformas democráticas no governo, educação e sociedade. Por todo o mundo ocidental (e, num grau menor, também no oriental), os movimentos de protestos da década de 1960 contribuíram para o desenvolvimento de uma nova cultura política, altamente crítica da autoridade estabelecida. Na Alemanha Ocidental, o movimento estudantil questionou a repressão do passado nazista pelos membros da geração parental, que vivera no Terceiro Reich. O renascimento do interesse pelas origens e causas do nazismo refletiu-se em diversas novas obras históricas, que acabaram com o relativo silêncio sobre o passado recente, nos anos do pós-guerra. Uma geração mais jovem de historiadores na Alemanha chamou a atenção para as continuidades históricas que haviam sido ignoradas ou subestimadas na conservadora década de 1950.

A mais importante abertura historiográfica já ocorrera em 1961, com o lançamento de *Griffnach der Wehrmacht* (traduzido em outros países como *Objetivos da Alemanha na Primeira Guerra Mundial*), de Fritz Fischer (n. 1908), um historiador de Hamburgo. O livro desencadeou a primeira grande controvérsia

historiográfica na Alemanha do pós-guerra. com base num exame meticoloso dos arquivos do Ministério do Exterior da Alemanha, abertos em 1953, Fischer concluiu que o governo alemão manipulara deliberadamente a crise em 1914, a fim de provocar uma confrontação com a Rússia e a França, com o objetivo de consolidar o predomínio alemão na Europa e expandir as fronteiras alemãs. No julgamento de Fischer, a Alemanha tinha uma responsabilidade maior pela deflagração da Primeira Guerra Mundial do que qualquer outra grande potência europeia. Os planos alemães para anexar territórios a leste e oeste contavam com o apoio das grandes indústrias e empresas financeiras, e prenunciavam os objetivos nazistas na Segunda Guerra Mundial. Fischer seguiu esse livro pioneiro com obras que traçavam as continuidades na história alemã, para trás, até a fundação do Império Alemão, e para a frente, até o Terceiro Reich. Influenciado por seus anos de estudo nos Estados Unidos e na Inglaterra, na década de 1950, Fischer também introduziu uma inovação metodológica na historiografia alemã no pós-guerra. Ao realçar os interesses econômicos por trás da formulação da política externa, Fischer vinculou a história social à diplomática. Os defensores tradicionais da "primazia da política externa" tendiam a tratar uma coisa isolada da outra.

A "tese de Fischer", sobre a responsabilidade alemã na Primeira Guerra Mundial de 1914-18, foi recebida com desdém pelas gerações mais velhas de historiadores alemães, inclusive Gerhard Ritter, que escreveu uma análise altamente crítica sobre o primeiro livro de Fischer, na principal publicação histórica da Alemanha. Mas a obra foi bem recebida em outros países, e exerceu uma forte influência sobre uma geração mais jovem de historiadores alemães, que rejeitavam as justificativas dos conservadores nas décadas de 1940 e 1950. A obra de Fischer provocou um rompimento decisivo com a tradição da Alemanha de historiografia conservadora e nacionalista. Um novo espírito crítico passou a prevalecer nas análises históricas do Terceiro Reich, nas décadas de 1960 e 1970. O modelo do totalitarismo, que vigorara durante a Guerra Fria, deu lugar a interpretações esquerdistas-liberais e neomarxistas, que procuravam as causas do nazismo nas falhas estruturais da sociedade alemã. Os historiadores mais jovens recusavam-se a ficar satisfeitos com explicações que atribuíam toda a culpa aos líderes nazistas. Rejeitavam a alegação da geração mais velha de que o nazismo era uma aberração acidental ou um episódio inconsequente na história alemã, agora superado. Em vez disso, eles trataram de investigar os papéis que grupos sociais e econômicos desempenharam na Alemanha Imperial e na República de Weimar, solapando a democracia e preparando o terreno para o nazismo. Também investigaram se e como as forças e instituições ideológicas que destruíram a democracia sobreviveram ao colapso nazista, persistindo até hoje.

O mais importante centro de história social crítica na Alemanha desenvolveu-se na recém-fundada Universidade de Bielefeld, sob a liderança dos historiadores Ulrich Wehler e Jürgen Kocka, no início da década de 1970. A "Escola de Bielefeld", de historiadores críticos mais jovens, aplicou os métodos e percepções das ciências sociais, em particular da sociologia e da ciência política, no estudo da história alemã. Fez isso num grau maior do que era prática na historiografia alemã tradicional, que se concentrava nas ações e decisões de uns poucos grandes líderes políticos, e se preocupava mais com a análise de documentos de estado do que com as estruturas e processos sociais. Do trabalho dessa geração mais jovem de historiadores sociais críticos surgiu uma interpretação que considerava o desvio da Alemanha dos padrões ocidentais de desenvolvimento democrático como a principal fonte das trágicas crises da primeira metade do século XX. Eles criticavam a tradição autoritária na Alemanha, os valores antidemocráticos das elites tradicionais, o nacionalismo excessivo, e a falta de moderação da *Weltpolitik*, sob Guilherme II, e o fracasso das instituições políticas alemãs em acompanhar o ritmo da modernização econômica no século XX. O *Sonderweg* alemão, o desvio da Alemanha do Ocidente democrático outrora o orgulho de idealistas e nacionalistas alemães, passou a ser encarado agora como o fator fundamental para a superexpansão do poder alemão no século XX.

O trabalho da "Escola de Bielefeld" e de outros historiadores críticos foi impulsionado por um compromisso inequívoco com os valores democráticos liberais do Ocidente, que serviram como o padrão contra o qual o desenvolvimento histórico da Alemanha passou a ser julgado. Sob alguns aspectos, a obra da "Escola de Bielefeld" e de outros historiadores críticos levou a historiografia alemã do nazismo para uma congruência com os modelos interpretativos liberais que há muito eram predominantes no mundo anglo-americano. A década de 1960 também trouxe interpretações mais radicais, que implicaram algumas instituições da República Federal no desastre nazista, como o sistema judiciário, com muitos remanescentes

do Terceiro Reich. Embora bem poucos radicais endossassem a simplista "teoria do agente" dos comunistas, sobre o fascismo (os nazistas como agentes do capitalismo financeiro), eles estavam dispostos a conceder aos historiadores alemães orientais uma atenção muito mais simpática do que antes, ao final da década de 1960 e início da de 1970.

Havia ainda outros fatores que contribuíram para uma perspectiva mais crítica do passado na década de 1960, inclusive o julgamento de Adolf Eichmann em 1961 e o julgamento muito divulgado de antigos guardas de Auschwitz em Frankfurt, em 1953. Isso aumentou de forma considerável a percepção pública sobre a escala e brutalidade do genocídio nazista. A consciência do genocídio nazista cresceu na década de

1960, embora o termo "Holocausto" não se tornasse de grande uso na Alemanha até 1979, quando foi apresentado, para uma grande audiência, um telefilme americano com esse título. Sob pressão da opinião pública interna e externa, o Bundestag da Alemanha Ocidental aumentou em vinte anos a prescrição dos crimes nazistas, em 1965; e mais tarde, em 1979, as prescrições foram abolidas por completo. Em meados da década de 1970, a confrontação crítica com o passado alemão e a franca aceitação da responsabilidade alemã nortearam a autocompreensão da República Federal, apesar da persistente agitação (e terrorismo) dos radicais de esquerda, que achavam que as reformas na Alemanha Ocidental não eram suficientes. O espontâneo *Kniefall* (ato de se ajoelhar) do chanceler Willy Brandt, diante do memorial às vítimas do Gueto de Varsóvia, durante sua visita oficial à Polônia em dezembro de 1970, simbolizou de maneira comovente o arrependimento alemão.

O renascimento neoconservador

Mas a confrontação crítica com o passado alemão, desencadeada durante a década de 1960, nunca ficou incontestada. Os conservadores, que se opunham à *Ostpolitik* (a política de normalizar relações com o bloco do leste, pela renúncia às perdas territoriais da Segunda Guerra Mundial e o reconhecimento da RDA como um estado alemão separado), temiam que a preocupação com o passado nazista enfraquecesse a posição da República Federal na aliança da OTAN, e prejudicasse o empenho público pela vitória na Guerra Fria. O foco excessivo nos crimes nazistas só serviria, alegavam eles, para fortalecer a ideologia antifascista oficial da RDA. Políticos conservadores proeminentes, como Franz Josef Straus, o líder da ala bávara da União Democrática Cristã, conclamavam os alemães a se descartarem de seu "fardo de culpa", a fim de desempenhar um papel mais ativo no combate à ameaça comunista.

A partir de meados da década de 1970, o neoconservantismo foi alimentado pela reação contra a militância de esquerda da "Facção do Exército Vermelho", um grupo terrorista que era percebido como um resultado extremado da reorientação geral de valores para a esquerda, na década de 1960. Consternados com o que consideravam como a continuação das atitudes e instituições fascistas na República Federal, os membros da Facção pensavam desempenhar na Alemanha Ocidental o mesmo papel da resistência alemã na era de Hitler. Através de uma campanha para assassinar eminentes representantes do governo e da indústria, eles esperavam desencadear uma revolução socialista; e se isso não acontecesse, salvariam a honra alemã, ao proporcionarem um símbolo de resistência, como os guerrilheiros na Alemanha Nazista. Ofuscados pelo antifascismo fanático, julgaram de uma forma completamente errada o ânimo da população, que se voltou contra eles com o maior vigor. Os líderes da Facção do Exército Vermelho cometeram suicídio na prisão em 1977.

A descoberta de um agente alemão oriental entre os principais assessores de Brandt levou à sua renúncia ao cargo de chanceler em 1974, e contribuiu para a tendência à direita. O deslocamento para a direita na República Federal foi também parte de uma rejeição mais geral das políticas "socialistas" de assistência social no mundo ocidental, exemplificada pelas vitórias eleitorais de anticomunistas ferrenhos e defensores do mercado livre, como Margaret Thatcher na Inglaterra em 1979, e Ronald Reagan nos Estados Unidos, em 1980. A ascensão à chancelaria alemã do líder da UDC, Helmut Kohl, em 1982 sinalizou o triunfo do neoconservantismo na República Federal.

Bitburg

A maré neoconservadora trouxe uma nova determinação, de não permitir que a vergonha e a culpa pelo passado afetassem os movimentos da Guerra Fria contra a União Soviética. Nos Estados Unidos, essa busca por um passado utilizável assumiu a forma de superação da "síndrome do Vietnã". O sentimento de culpa pelo envolvimento e fracasso americano no Vietnã supostamente levava à indecisão na Guerra Fria, à relutância em aplicar o poderio americano na causa anticomunista. Na Alemanha Ocidental, com seu fardo muito maior de culpa e vergonha, a campanha neoconservadora para remover o estigma do passado e liberar as energias públicas para a luta contra o comunismo soviético não podia deixar de criar uma controvérsia muito maior.

Se o *Kniefall* de Brandt em Varsóvia foi o símbolo da disposição da esquerda em alcançar um acordo com o bloco soviético e aceitar plenamente as conseqüências geopolíticas do desastre nazista (inclusive a existência da RDA), a decisão de Kohl de receber o presidente Reagan para uma cerimônia de depositar uma coroa de flores no cemitério militar de Bitburg, em maio de 1985, foi o símbolo dos esforços neoconservadores para sepultar o trauma nazista e apresentar uma frente unida na Guerra Fria. A cerimônia, num cemitério militar não apenas de soldados da Wehrmacht, mas também de integrantes da *Waffen-SS* (o braço armado das SS), foi planejada pelo governo de Kohl como um ato simbólico de reconciliação entre a República Federal e os Estados Unidos, no quadragésimo aniversário do fim da Segunda Guerra Mundial. Para os críticos, no entanto, a cerimônia parecia simbolizar a supressão da aliança antifascista do passado, a fim de fortalecer a aliança anticomunista do presente. Os conservadores defenderam a cerimônia, com alegação de que os jovens recrutados pela *Waffen-SS* ali enterrados tam bem era vítimas do nazismo, tanto quanto os prisioneiros dos camp^o de concentração. A sugestão de que soldados alemães mortos em combate e judeus assassinados eram igualmente vítimas de Hitler parecia banalizar a atuação das SS e negar a excepcionalidade do Holocausto. Bitburg permaneceu um símbolo do desejo de minimizar o significado das atrocidades nazistas. Antecipou a veemente controvérsia entre historiadores alemães ocidentais conhecida como *Historikerstreit*.

A Historikerstreit

Como sempre, as tendências historiográficas refletiam e reforçavam a reorientação geral dos valores políticos. A partir do final da década de 1970, as obras históricas na Alemanha tinham um teor nitidamente mais conservador que o da "Escola de Bielefeld". Os historiadores conservadores rejeitavam o que consideravam como a historiografia exageradamente autoflageladora da década de 1960. Achavam que era o momento de acabar com a tendência a considerar todo o passado alemão através da lente do trauma nazista. O historiador Thomas Nipperdey, por exemplo, publicou em 1983 um livro aclamado e muito lido, em que ressaltava as continuidades da história alemã e recusava-se a considerar 1933 como o ponto de observação do qual se podia examinar toda a história alemã anterior.

Um dos mais vigorosos revisionistas foi Michael Stürmer, um historiador ligado ao Partido Democrata Cristão. Stürmer argumentou que era necessário um renascimento do orgulho e confiança nacional, se a República Federal quisesse evitar o conflito social debilitante e permanecer como parceira confiável na OTAN. Stürmer advertiu contra a "obsessão com a culpa" pflò passado nazista. Atribuiu a responsabilidade por isso não apenas aos historiadores marxistas da RDA, mas também aos historiadores liberais esquerdistas da turbulenta década de 1960. "As políticas culturais da década de 1960 semearam o vento, e hoje estamos colhendo a tempestade", escreveu ele. Havia necessidade de um renascimento da consciência nacional para prevenir o tipo de conflito social que condenara a República de Weimar. Stürmer chegou ao ponto de considerar os comunistas e os intelectuais de esquerda como os responsáveis primários pelo colapso de Weimar.

Stürmer disse que os historiadores tinham a missão de criar uma identidade nacional unificada e positiva, a fim de neutralizar o pacifismo entre a juventude alemã e promover a harmonia e integração social, requisitos prévios para ganhar a Guerra Fria contra a RDA. "Numa terra sem história, o futuro é controlado por aqueles que determinam o conteúdo da memória, criam os conceitos e interpretam o

passado", escreveu ele. Só se os historiadores projetassem uma imagem positiva do passado alemão, a fim de contrabalançar a fixação da esquerda pela culpa histórica da Alemanha, é que a República Federal poderia sair triunfante em sua luta com a RDA pelas mentes e corações dos alemães. Ao ressaltar a localização central e exposta da Alemanha, no coração da Europa, como a principal razão para seu trágico envolvimento em guerras continentais, Stürmer procurou desviar ou enfraquecer o foco dos historiadores na responsabilidade pessoal dos líderes alemães pelas Guerras Mundiais. Através de uma espécie de determinismo geográfico, os alemães podiam reivindicar de novo uma identidade histórica, livre da obsessão debilitante com o período nazista.

Foi o filósofo social Jürgen Habermas, um dos mais eminentes intelectuais da Alemanha Ocidental, quem primeiro chamou a atenção pública para o novo revisionismo. com isso, precipitou a intensa *Historikerstreit*, no verão de 1986. Num artigo na revista semanal liberal *Die Zeit*, ele acusou Stürmer e historiadores de mentalidade similar de reescreverem a história, a fim de criarem um consenso nacional em apoio ao neoconservantismo. O principal alvo de suas críticas, no entanto, foi o historiador Ernst Nolte, cujo artigo "O Passado que Não Passa", no conservador *Frankfurter Allgemeine Zeitung*, um mês antes, declarara que as atrocidades nazistas não eram piores do que os primeiros crimes bolcheviques e stalinistas, que supostamente teriam servido de modelo. Ele acrescentava que o Holocausto fora uma ação preventiva compreensível dos nazistas diante da ameaça comunista percebida. Nolte assegurara que os crimes de Stalin não apenas igualavam ou até excediam os de Hitler, mas também os haviam provocado.

Ao negar a excepcionalidade do nazismo e do Holocausto, Nolte contradizia um livro seu, muito aclamado, *As três faces do fascismo*, publicado no clima político muito diferente de 1963. Ele escrevera ali que a aniquilação dos judeus "diferia essencialmente de todas as ações de extermínio, tanto na extensão quanto na intenção". Agora, no entanto, Nolte clamava que a experiência nazista devia receber a mesma análise imparcial que todos os outros eventos do passado sempre acabavam recebendo. Só o passado nazista, Nolte lamentava, parecia estar excluído desse processo de normalização. Ao que parecia, isso acontecia por ser um alvo conveniente e sem qualquer ambigüidade para pacifistas, feministas e antiimperialistas, e porque "servia aos interesses dos perseguidos e seus descendentes em terem uma situação especial permanente, com todos os privilégios inerentes". Nolte acrescentava uma série de questões retóricas, que pareciam defender os motivos nazistas e transferir para os comunistas a culpa primária pelos assassinatos em massa do século XX:

Os nacional-socialistas ou Hitler poderiam ter cometido um crime "asiático" (soviético) apenas porque se consideravam como vítimas em potencial de um crime "asiático"? O Arquipélago Gulag foi anterior a Auschwitz? O assassinato pelos bolcheviques de toda uma classe não foi o precedente lógico e concreto para o "assassinato racial" do nacional-socialismo?²¹

A justificativa de Nolte e a intervenção de Habermas provocaram um veemente debate público, que acabou envolvendo quase todos os historiadores da moderna história alemã (e de outras áreas) na República Federal, além de inúmeros e proeminentes jornalistas e personalidades públicas. A controvérsia coincidiu com uma encarniçada campanha eleitoral (ganha por uma margem mínima pelo partido de Kohl, em janeiro de 1987), e dividiu a profissão de historiador em linhas políticas. Os dois lados acusavam o outro de usar a história para propósitos políticos. Liberais e esquerdistas acusaram os conservadores de tentar "normalizar" e "relativizar" o passado nazista. A normalização do nazismo permitiria a reabilitação da tradição política conservadora da Alemanha, que fora afetada por sua associação com o trauma nazista. Os conservadores, por outro lado, alegaram que a disputa fora iniciada por intelectuais de esquerda, em seus esforços desesperados para contrabalançar a perda de seu domínio na política e na opinião pública, desde o final da década de 1960. Também argumentaram que o foco obsessivo da esquerda sobre a culpa e responsabilidade alemã tinha o efeito, quer fosse ou não intencional, de enfraquecer as defesas psicológicas da Alemanha Ocidental contra a persistente ameaça ideológica da parte oriental socialista.

Historiografia conservadora na Alemanha reunificada

Enquanto a defesa contra o comunismo perdia sua imediata relevância com o colapso do sistema soviético e a unificação da Alemanha, em 1989-90, o debate sobre a interpretação apropriada do passado nazista e seu significado para os alemães de hoje continuou pela década de 1990. Para muitos alemães, a

necessidade de chegar a um acordo com o passado comunista agora assumiu uma precedência sobre a obrigação cada vez mais irritante de lutar com as implicações morais e políticas do passado nazista. Os conservadores procuraram transferir o foco da *Vergangenheitsbewältigung* do regime nazista para as iniquidades da ditadura comunista. Convocaram a esquerda para assumir o tipo de reavaliação penitente que por tantos anos fora exigida da direita. As revelações sobre a vasta espionagem interna do "Stasi", o enorme sistema de segurança do estado da antiga RDA, permitiu comparações hostis com a Alemanha Nazista, onde o sistema de polícia secreta fora na verdade muito menor, porquê o Terceiro Reich contara com um apoio popular muito maior do que o regime comunista do pós-guerra na Alemanha Oriental. A reunificação fortaleceu, pelo menos temporariamente, as vozes daqueles que, como Nolte, clamavam por uma *Schlussstrich* (conclusão), um fim da discussão pública sobre os crimes do passado nazista e o que Nolte chamava de "mentalidade de *mea culpa*".

Nolte viu o colapso do comunismo como uma confirmação das posições revisionistas sobre o nacional-socialismo, que haviam sido contestadas com tanta veemência na *Historikerstreit*. Na longa luta contra o comunismo no século XX, os nacionais-socialistas, por mais distorcidos que fossem seus métodos, estavam do lado certo, na opinião de Nolte. Em uma série de livros, ele expôs sua tese revisionista de que o nacional-socialismo era uma reação justificada, embora excessivamente radical, à ameaça maior do comunismo soviético. Segundo Nolte, os excessos revolucionários do comunismo provocaram inevitavelmente uma reação também excessiva da direita. Na medida em que se opusera ao comunismo, agora revelado em todo seu horror, o nacional-socialismo não podia mais ser considerado como o único regime criminoso, nem podia ser considerado como o mal absoluto.

Nolte considerava o nazismo como um movimento *menos* radical e, portanto, mais defensável do que o comunismo, já que os comunistas queriam uma transformação muito mais radical da sociedade com a maior habilidade, Nolte inverteu as posições: se na década de 1930 o comunismo atraía muitos seguidores por causa de sua oposição inflexível ao fascismo, agora Nolte apresentava o fascismo, em termos retroativos, como atraente por causa de sua oposição inflexível ao comunismo. Ele defendeu a opção pelo nacional-socialismo de seu mentor filosófico, Martin Heidegger, como a única alternativa razoável ao comunismo, sob a perspectiva dos alemães bem-intencionados, em 1933. A responsabilidade final pelos desastres do século XX tinha de ser atribuída ao que Nolte chamou de "eterna esquerda", o impulso para rejeitar as disposições sociais e institucionais existentes, em nome de um código normativo superior de razão ou justiça.

A nova direita da Alemanha

Embora o paradigma revisionista do nazismo proposto por Nolte, como uma reação pelo menos em parte justificada ao mal maior do comunismo soviético, atraísse diversos seguidores entre a nova direita da Alemanha, na década de 1990, nem todos os conservadores sentiram-se à vontade com a tese de Hitler como o defensor da burguesia ameaçada. Rainer Zitelmann, por exemplo, um eminente representante da geração mais jovem de conservadores alemães, preferia a ênfase conservadora anterior nos aspectos antiburguês e antielitista da ideologia de Hitler. A tensão na historiografia da nova direita derivou da contradição entre duas posições: por um lado, os esforços para conquistar simpatia e compreensão para os conservadores que apoiavam os nazistas, a fim de neutralizar a ameaça comunista; e por outro, /o desejo de atribuir os abusos de poder nazistas às características de esquerda do programa nacional-socialista. Zitelmann projetou Hitler como um revolucionário de esquerda, e o nazismo como um movimento não menos progressista e modernizador do que o comunismo. Por menos convincente que sua interpretação fosse, os objetivos óbvios eram o de reabilitar o nazismo, pelo menos parcialmente, ao mesmo tempo que incriminava e desacreditava a esquerda.

Considerar o nacional-socialismo como um movimento modernizador, com predominância esquerdista, também permitiu que a nova direita mantivesse o postulado conservador mais antigo de que tanto o fascismo quanto o comunismo tiveram origem na Revolução Francesa (não na contra-revolução realista), e representavam uma revolta das massas. Zitelmann enfatizou a legislação supostamente progressista da era nazista. Apresentou Hitler como um autêntico reformador social igualitário, que mais

tarde se arrependera de sua aliança tática com as elites e criara oportunidades para a mobilidade vertical das classes inferiores, integrantes do *Volksgemeinschaft*. Segundo Zitelmann, os efeitos modernizadores da ditadura nazista não foram alcançados apesar da ideologia nazista, como a historiografia tradicional insistira, mas sim *por causa* do compromisso nazista com políticas progressistas. Ele negou que o programa social de Hitler fosse projetado para atender aos interesses da política externa e da guerra; em vez disso, a política externa e a guerra é que foram projetadas para que se pudesse alcançar sua utopia socialista. Zitelmann chegou ao ponto de alegar que a prevenção do socialismo hitlerista fora um dos principais motivos para a resistência dos conservadores. j

Assim, ironicamente, a queda do comunismo acarretou o renascimento da teoria totalitária, em parte por causa do virtual desaparecimento das vozes de oposição na esquerda marxista. Ao apresentar o nazismo como socialista e ressaltar a comensurabilidade dos crimes nazistas e soviéticos, os revisionistas conservadores procuraram integrar o período nazista na história alemã de uma maneira que minimizava o ônus da culpa alemã. Se os apologetas anteriores visavam basicamente dissociar o conservantismo do nazismo, a nova direita procurou, de uma forma mais ousada, mostrar o nazismo sob uma luz mais positiva, como um movimento com muitas características "progressistas", dedicado heroicamente à destruição do comunismo. O anticomunismo tornou-se o grande álibi do nazismo. Não era mais necessário reprimir a memória do nazismo ou negar toda e qualquer cumplicidade, as evasivas prediletas dos nacionalistas e conservadores alemães depois da guerra, atacadas e rejeitadas pela geração dos anos sessenta. Também não era mais necessário apresentar alegações extravagantes como a negação do Holocausto, uma posição que Nolte criticava por deixar de considerar as idéias de Hitler com a devida seriedade. O revisionismo "moderado" apresentava-se como uma corrente de estudos objetivos, mas seu alvo era neutralizar e banalizar os crimes nazistas. Uma visão positiva da história alemã era um ingrediente essencial no novo ethos conservador que Nolte, Zitelmann e seus aliados esperavam criar.

O debate continua

A *Historikerstreit* foi apenas um exemplo extraordinário no inevitável inter-relacionamento entre história e política na Alemanha (ou em qualquer outro país, diga-se de passagem), e *nzHistorikerstreit* a Guerra Fria ainda era a questão política primária, na década de 1990 a principal fonte de conflito político foi provavelmente a questão do multiculturalismo.

As guerras culturais entre esquerda e direita na Alemanha eram muito parecidas com os conflitos e debates nos países industrializados enfrentando a crescente imigração da Europa Oriental ou do "Terceiro Mundo". Na Alemanha, porém, o debate envolve inevitavelmente a memória do passado alemão.

Seria errado, é claro, exagerar a influência da "nova direita" na Alemanha de hoje. De um modo geral, o debate provocado pela *Historikerstreit* reforçou a consciência pública de que a era nazista não pode ser simplesmente "normalizada", para favorecer o orgulho nacional alemão. Um sintoma desse reconhecimento foi a recepção pública favorável concedida na Alemanha, em setembro de 1996, a Daniel J. Goldhagen, cujo livro de sucesso, *Hitler's Willing Executioners*, foi bastante criticado por historiadores alemães e americanos, por exagerar nas alegações sobre a generalidade do antissemitismo "eliminacionista" alemão, e por atribuir o Holocausto exclusivamente a essa causa. Goldhagen realizou sua pesquisa na Alemanha, ao final da década de 1980, quando o revisionismo descarado de Nolte começava a adquirir notoriedade. Seu livro oferecia um saudável antídoto aos esforços da nova direita da Alemanha para "relativizar" o Holocausto e "normalizar" a era nazista. Apesar de seus inegáveis defeitos, o livro de Goldhagen serviu para refocalizar o debate na questão da responsabilidade e culpa alemãs. As críticas de Goldhagen à cultura política da Alemanha pré-nazista também assinalaram um desvio dos imperativos e convenções da Guerra Fria. Goldhagen praticamente eliminou a distinção quase obrigatória antes entre nazistas criminosos e alemães comuns, o mito benigno que facilitara a integração da República Federal na aliança ocidental, durante a Guerra Fria. Por outro lado, sua disposição em atestar o sucesso total da conversão da Alemanha Ocidental à democracia, depois de 1945, pode ter ajudado a fazer com que muitos alemães de meia-idade e mais jovens se mostrassem mais receptivos à condenação geral das gerações da Alemanha antes e durante a guerra.

Na cultura da República Federal da Alemanha, as questões da cumplicidade dos alemães nos crimes nazistas e o lugar da experiência nazista na história alemã continuam a ser questões bastante divisivas. Em maio de 1995, um anúncio assinado por cerca de 300 figuras públicas eminentes, publicado no principal jornal conservador da Alemanha, convidava os alemães a celebrarem o quinquagésimo aniversário do final da guerra na Europa, não apenas como o fim da tirania nazista, mas também como o começo da tirania comunista. Uma tempestade de protestos respondeu ao que parecia ser uma renovada tentativa de desviar a atenção pública dos horrores do nazismo para os horrores supostamente equivalentes (ou maiores) do comunismo.

Um exemplo mais recente das paixões geradas pela questão da culpa alemã foi a controvérsia que em 1997 envolveu uma exposição fotográfica itinerante sobre os crimes da Wehrmacht durante a guerra. Patrocinada pelo Institut für Sozialforschung, uma organização de esquerda liberal de Hamburgo, a exposição foi bastante concorrida, mas provocou protestos em grandes cidades alemãs. Neonazistas marcharam pelas ruas para demonstrar sua indignação. Mais importante ainda, eminentes figuras políticas protestaram contra esse alegado estigma à reputação dos soldados alemães.

Outro exemplo dramático das divergências inspiradas pelo passado é a incapacidade das autoridades alemãs de concordar sobre um memorial do Holocausto, na nova e antiga capital de Berlim. A construção do memorial não está mais próxima agora do que no momento em que foi proposta, há dez anos. Que tipo de projeto poderia fazer justiça a esse crime sem precedentes? Os críticos também têm expressado o receio de que a construção de um vasto monumento possa servir como um substituto em vez de um incentivo para se continuar a manter um compromisso moral e intelectual com o significado do Holocausto.

Os debates sobre o passado na Alemanha não são acadêmicos, nem apenas políticos. Envolvem a identidade nacional e a base moral da política. Em nenhum outro país tem ocorrido uma análise tão intensa do passado quanto na Alemanha.

O revisionismo conservador baseia-se na pressuposição de que há necessidade de uma descrição mais positiva da história alemã, para que a Alemanha possa desempenhar um papel construtivo no mundo. Os críticos de esquerda contestam, argumentando que apenas a lembrança ativa dos indescritíveis crimes nazistas pode proporcionar essa identidade positiva. Para os conservadores, o nazismo distorce e bloqueia a visão do passado que eles desejam reivindicar. Para seus críticos da esquerda, a memória viva do nazismo é essencial para sensibilizar os cidadãos alemães sobre a necessidade de defender os princípios democráticos. Como as consequências são profundas, não é provável que o debate termine tão cedo.

Notas

[Copiadas como notas de rodapé, porém aquelas que somente citavam referências foram apagadas.]

Bibliografia selecionada

Até mesmo uma relação parcial de obras relevantes para o assunto deste livro preencheria vários volumes. A lista seguinte apresenta apenas uma seleção dos livros mais úteis e importantes em inglês. Muitas das melhores obras históricas em alemão estão agora disponíveis em tradução para o inglês. A lista inclui a maioria dos textos clássicos mais antigos, além da literatura especializada mais recente. Os livros foram relacionados apenas uma vez.

A bibliografia foi dividida em oito categorias:

1. Obras gerais e teóricas sobre o fascismo e o nacional-socialismo.
2. História geral alemã.
3. O Império Alemão, 1871-1918.
4. A República de Weimar, 1918-33.
5. ' Os nazistas e o Terceiro Reich.
6. A Segunda Guerra Mundial.
7. O Holocausto. «'»
8. As consequências do nacional-socialismo.

Obras gerais e teóricas sobre o fascismo e o nacional-socialismo

Bessel, Richard, *ed.*, *Fascist Italy and Nazi Germany: Comparisons and Contrasts* Cambridge, Cambridge University Press, 1996.
Bobbio, Norberto, *Left and Right: The Significance of a Political Distinction*, trad. para o inglês por Allan Cameron, Chicago: University of Chicago Press, 1996. No Brasil: *Direita e esquerda: razões e significado de uma distinção política*, trad. de Marco Aurélio Nogueira, São Paulo: Editora da UNESP, 1995
Carsten, F. L., *The Rise of Fascism*, 2a ed., Berkeley, Califórnia: University of California Press, 1980.
Casseis, Alan, *Fascism*, Nova Iorque: Thomas Y. Crowell, 1975.
De Grand, Alexander J., *Fascist Italy and Nazi Germany: The "Fascist" Style of Rule*, Londres: Routledge, 1995.
Eatwell, Robert, *Fascism: A History*, Nova Iorque: Viking, 1996.
Friedrich, Karl, e Brzezinski, Zbigniew, *Dictatorship and Democracy*, Nova Iorque: Basic Books, 1964.
Griffin, Roger, *The Nature of Fascism*, Londres: Routledge, 1993. Hamilton, Alastair, *The Appeal of Fascism: A Study of Intellectuals and Fascism 1919-1945*,
Mosse, George L., *Masses and Man: Nationalist and Fascist Perceptions of Reality*, Nova Iorque: Howard Fertig, 1980. Nolte, Ernst, *Three Faces of Fascism: Action Française, Italian Fascism, National Socialism*.
Wheeling, Illinois: Harlan Davidson, 1997. Payne, Stanley G., *A History of Fascism, 1914-1945*, Madison, Wisconsin: University of Wisconsin Press, 1986. *French Fascism: The Second Wave, 1933-1939*, New Haven, Connecticut: Yale University Press, 1995. Sternhell, Zeev, *Neither Right nor Left: Fascist Ideology in France*, trad. para o inglês por David Maisel, Princeton, New Jersey: Princeton University Press, 1986. Turner, Henry Ashby, Jr., ed., *Reappraisals of Fascism*, Nova Iorque: Oxford University Press, 1975.
Woolf, S. J., ed., *The Nature of Fascism*, Nova Iorque: Random House, 1969. ed., *Fascism in Europe*, Londres: Methuen, 1981.

História geral alemã

Anchor, Robert, *Germany Confronts modernization: German Society and Culture, 1790-1890*, Lexington, Massachusetts: D.C. Heath.
Applegate, Célia, *A Nation of Provincials: The German Idea of Heimat*, Berkeley: University of California Press, 1990.
Balfour, Michael, *Germany: The Tides of Power*, Londres: Routledge, 1992.
Barracough, Geoffrey, *The Origins of Modern Germany* (1946) republicado, Nova Iorque: Norton, 1984.
Bellon, Bernard P., *Mercedes in Peace and War: German Automobile Workers, 1903-1945* Nova Iorque: Columbia University Press, 1990.
Berdahl, Robert M., *The Politics of the Prussian Nobility: The Development of a Conservative Ideology, 1770-1848*, Princeton, New Jersey: Princeton University Press, 1988. Berghahn, V. R., *Modern Germany: Society, Economy and Politics in the Twentieth Century*, 2a ed., Princeton, New Jersey: Princeton University Press, 1990.
Carsten, F. L., *Princes and Parliaments in Germany: From the Fifteenth to the Eighteenth Century*, Oxford: Clarendon Press, 1959. Childs, David, *Germany and the Twentieth Century*, 3a ed., Nova Iorque: Oxford University Press, 1990.
Cocks, Geoffrey, e Jarausch, Konrad H., eds., *German Professions 1800-1950*, Nova Iorque: Oxford University Press, 1990. Craig, Gordon A., *The Politics of the Prussian Army 1640-1945*, Oxford: Clarendon Press, 1990.
Dahrendorf, Ralf, *Society and Democracy in Germany*, Nova Iorque: Doubleday, 1967. Dehio, Ludwig, *Germany and World Politics in the Twentieth Century*, trad. para o inglês por Dieter Pevsner, Nova Iorque: Norton, 1967. Epstein, Klaus, *The Genesis of German Conservatism*, Princeton, New Jersey: Princeton University Press, 1966. Evans, Richard J., *Rereading German History: From Unification to Reunification 1800-1996*, Londres: Routledge, 1997. Fullbrook, Mary, *The Divided Nation: A History of Germany 1918-1990*, Nova Iorque e Oxford: Oxford University Press, 1992.
Goerlitz, Walter, *History of the German General Staff, 1657-1945*, trad. para o inglês por Brian Battershaw, Nova Iorque: Praeger, 1953.
Hamerow, Theodore, *Restoration, Revolution, Reaction: Economy and Politics, in Germany, 1815-1871*, Princeton, New Jersey: Princeton University Press, 1958. Hermand, Jost, *Old Dreams of a New Reich: Mito and National Socialism*, trad. para o inglês por Paul

Levesque, Bloomington, Indiana: Indiana University Press, 1992. Holborn, Hajo, *A History of Modern Germany 1840-1945*, Nova Iorque: Alfred A. Knopf, 1969.

Hughes, Michael, *Nationalism and Society: Germany 1800-1945*, Londres: Arnold, 1988. Iggers, Georg, *The German Conception of History: The National Tradition of Historical Thought from Herder to the Present*, Middletown, Connecticut: Wesleyan University Press, 1968. Jarausch, Konrad H., *The Unfree Professions: German Lawyers, Teachers, and Engineers, 1900-1950*, Nova Iorque: Oxford University Press, 1990.

Jarausch, Konrad H., e Jones, Larry Eugene, eds., *In Search of Liberal Germany: Studies in the History of German 'Liberalism' from 1789 to the Present*, Nova Iorque: Berg, 1990. Jones, Larry Eugene, e Retallack, James Heciwu, *Mass Politics, and Social Change in Modern Germany: New Perspectives*, Washington, D.C.: German Historical Institute, 1992. eds., *Between Reform, Reaction and Resistance: Studies in the History of German Conservatism from 1789 to 1945*, Oxford: Berg, 1993. Kitchen, Martin, *A Military History of Germany: From the Eighteenth Century to the Present Day*, Bloomington, Indiana: Indiana University Press, 1975. *The Political Economy of Germany, 1815-1914*, Londres: Croom Helm, 1978.

Kohn, Hans, *The Mind of Germany: The Education of a Nation*, Nova Iorque: Charles Scribner's, 1960. Krieger, Leonard, *The German Idea of Freedom: History of a Political Tradition*, Chicago: University of Chicago Press, 1957. Lukács, György, *The Destruction of Reason*, trad. para o inglês por Peter Palmer, Atlantic Highlands, New Jersey: Humanities Press, 1981.

MacDonogh, Giles, *Prussia: The Perversion of an Idea*, Londres: Mandarin, 1994. Martel, Gordon, ed., *Modern Germany Reconsidered 1870-1945*, Londres: Routledge, 1992. Mayer, Arno J., *Dynamics of a Counterrevolution in Europe, 1870-1956: An Analytic Framework*, Nova Iorque: Harper and Row, 1971. *The Persistence of the Old Regime: Europe to the Great War*, Nova Iorque: Pantheon, 1981. No Brasil - *A força da tradição: a persistência do antigo regime*, trad. de Denise Bothmann. Mosse, George L., *The Nationalization of the Masses: Political Symbolism and Mass Movements in Germany from the Napoleonic Wars Through the Third Reich*, Nova Iorque: Howard Fertig, 1975. Orlow, Dietrich, *History of Modern Germany, 1871 to Present*, Englewood Cliffs, New Jersey: Prentice-Hall, 1987.

Pasley Malcolm, ed., *Germany: A Companion to German Studies*, Londres: Routledge, 1988. Pauley, Bruce F., *From Prejudice to Persecution: A History of Austrian Antisemitism*, Chapel Hill, Carolina do Norte: University of North Carolina Press, 1992. Pinson, Koppel S., *Modern Germany: Its History and Civilization*, 2a ed., Prospect Heights, Illinois: Waveland Press, 1989. Pulzer, Peter, *The Rise of Political Antisemitism in Germany and Austria*, ed. rev, Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 1988. ' *Jews and the German State: The Political History of a Minority, 1848-1933*, Oxford: Blackwell, 1992. *Germany 1870-1945: Politics, State Formation, and War*, Oxford: Oxford University Press, 1997.

Raff, Diether, *History of Germany from the Medieval Empire to the Present*, trad. para o inglês por Bruce Little, Oxford: Berg, 1988.

Rosenberg, Hans, *Bureaucracy, Aristocracy, and Autocracy: The Prussian Experience 1660-1815*, Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 1958.

Ryder, A. J., *Twentieth-Century Germany: From Bismarck to Brandt*, Nova Iorque: Columbia University Press, 1973.

Sheehan, James J., *German Liberalism in the Nineteenth Century*, Chicago: University of Chicago Press, 1978. Snyder, Louis L., *Roots of German Nationalism*, Bloomington, Indiana: Indiana University Press, 1978. Stern, Fritz, *Dreams and Delusions: The Drama of German History*, Nova Iorque: Vintage Books, 1989. *The Failure of Illiberalism: Essays on the Political Culture of Modern Germany*, Nova Iorque: Columbia University Press, 1992.

Taylor, A. J. R., *The Course of German History: A Survey of the Development of Germany Since 1815*, Nova Iorque: Coward-McCann, 1946.

Vogt, Hannah, *The Burden of Guilt: A Short History of Germany 1914-1945*, trad. para o inglês por Herbert Strauss, Nova Iorque: Oxford University Press, 1964. Weitz, Eric D., *Creating German Communism, 1890-1990: From Popular Protest to Socialist State*, Princeton, New Jersey: Princeton University Press, 1997.

3. O Império Alemão, 1871-1918

Balfour, Michael, *The Kaiser and His Times*, Nova Iorque: Norton, 1972. Berghahn, VR., *Germany and the Approach of War in 1914*, Londres: Macmillan, 1973. *Imperial Germany, 1871-1914: Economy, Society, Culture, and Politics*, Providence, Rhode Island: Berghahn Books, 1994.

Blackbourn, David, *Religion and Local Politics in Wilhelmine Germany: The Center Party in Württemberg before 1914*, New Haven, Connecticut: Yale University Press, 1980. Blackbourn, David, e Eley, Geoff, *The Peculiarities of German History: Bourgeois Society and Politics in Nineteenth-Century Germany*, Oxford: Oxford University Press, 1984. Bramstead, Ernest K., *Aristocracy and the Middle Classes in Germany: Social Types in German Literature, 1830-1900* (1937), republicado, Chicago: University of Chicago Press, 1964. Cecil, Lamar, *Wilhelm II, vol. 1: Prince and Emperor, 1859-1900, vol 2: Emperor and Exile: 1900-1941*, Chapel Hill, Carolina do Norte: University of North Carolina Press, 1989, 1996. Chickering, Roger, *We Men Who Feel Most German: A Cultural Study of the Pan-German League, 1866-1914*, Boston: George Allen and Unwin, 1984. Crankshaw, Edward, *Bismarck*, Nova Iorque: Viking, 1981. Crew, David E, *Town in the Ruhr: A Social History of Bochum, 1860-1914*, Nova Iorque: Columbia University Press, 1979.

Eley, Geoff, *Reshaping the German Right: Radical Nationalism and Political Change after Bismarck*, New Haven, Connecticut: Yale University Press, 1980. *From Unification to Nazism: Reinterpreting the German Past*, Boston: Unwfe Hyman, 1986.

Evans, Richard J., ed., *Society and Politics in Wilhelmine Germany*, Londres: Croom Helm, 1978.

Fay, Sidney B., *The Origins of the World War*, 2a ed., Nova Iorque: Macmillan, 1930. Feldman, Gerald D., ed., *German Imperialism, 1914-1918: The Development of a Historical Debate*, Nova Iorque: Wiley, 1972. *Army, Industry, and Labor in Germany, 1914-1918* (1966), Providence, Rhode Island: Berg, 1992.

Field, Geoffrey G., *Evangelist of Race: The Germanic Vision of Houston Stewart Chamberlain*, Nova Iorque: Columbia University Press, 1981.

Fischer, Fritz, *Germany's Aims in the First World War*, Nova Iorque: Norton, 1967. *World Power or Decline: The Controversy over Germany's Aims in the First World War*, Nova Iorque: Norton, 1974.

University of North Carolina Press, 1996. Peukert, Detlev J. K., *Inside Nazi Germany: Conformity, Opposition and Racism in Everyday Life*, trad. para o inglês por Richard Deveson, New Haven, Connecticut: Yale University Press, 1987.

Pine, Lisa, *Nazi Family Policy, 1933-1945*, Oxford: Berg, 1997. Pridham, Geoffrey, *The Nazi Movement in Bavaria, 1923-1933*, Nova Iorque: Harper and Row, 1973. Proctor, Robert N., *Racial Hygiene: Medicine under the Nazis*, Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 1988. Renneberg, Monika, e Walker, Mark, eds., *Science, Technology and National Socialism*, Cambridge: Cambridge University Press, 1994. Rothfels, Hans, *The German Opposition to Hitler: An Appraisal*, trad. para o inglês por Lawrence Wilson, Chicago: Henry Regnery, 1962. Sax, Benjamin, e Runtz, Diçier, *Inside Hitler's Germany: A Documentary History of Life in the Third Reich*, Lexington, Massachusetts: D.C. Heath, 1992. Schoenbaum, David, *Hitler's Social Revolution: Class and Status in Nazi Germany, 1933-1939* (1966), republicado, Nova Iorque: Norton, 1980. Shirer, William L., *The Rise and Fall of the Third Reich: A History of Nazi Germany*, Nova Iorque: Simon and Schuster, 1960. Snyder, Louis L., *Hitler's Third Reich: A Documentary History*, Chicago: Nelson-Hall,

1981.
Encyclopedia of the Third Reich, Nova Iorque: Paragon House, 1989.
 Speer, Albert, *Inside the Third Reich: Memoirs*, trid. para o inglês por Richard e Clara Winston, Nova Iorque: Macmillan, 1970.,
 Stachura, Peter, *Gregor Strasser and the Rise of Nazism*, Londres: Allen and Unwin, 1983.
 Steinert, Marlis G., *Hitler's War and the Germanii, Public Mood and Altitude During the Second World War*, trad. para o inglês por Thoríias EJ.
 DeWitt, Athens, Ohio: Ohio University Press, 1977. Steinweis, Alan E., *Art, Ideology, and Economia in Nazi Germany: The Reich Chambers of Music, Theater, and the VisiialArts*, Chapei Hill, Carolina do Norte: University of North Carolina Press, 1993.
 Stephenson, Jill, *The NazTGtrganisation ofWomen*, Londres: Croom Helm, 1981. Stern, J.R, *Hitler: The Führerind the People*, ed. rev., Berkeley: University of Califórnia Press, 1992.
 Stolfus, Nathan, *Resistance ofthe Heart: Intermaniage and the Rosenstrasse Protest in Nazi Germany*, Nova Iorque: Norton, 1996. Stone, Norman, *Hitler*, Boston: Little, Brown, 1980.
 Taylor, Telford, *Munich: ThePriceofPeace*, Garden City, Nova Iorque: Doubleday, 1979. Tilton, Timothy Alan, *Nazism, Neo-Nazism and the Peasantry*, Bloomington, Indiana: Indiana University Press, 1975.
 Tobias, Fritz, *The Reichstag Fire*, Nova Iorque: Putnam, 1964. Turner, Henry Ashby, Jr., *German BigBusiness and theRise of Hitler*, Nova Iorque: Oxford University Press, 1985. *Hitler's ThirtyDays to Power: January 1933*, Reading, Massachusetts: Addison-Wesley, 1996. Von Lang, Jochen, *The Secretary Martin Bormann: The Man Who Manipulated Hitler*, trad. para o inglês por Christa Armstrong e PeterWhite, Nova Iorque: Random House, 1979. Von Maltitz, Horst, *TheEvolution o/Hitler's Germany: The Ideology, thePersonality, theMoment*, Nova Iorque: McGraw-Hill, 1961. Welch, David, ed., *Nazi Propaganda: The Power and the Limitations*, Londres: Croom Helm, 1983.
The Third Reich: Politics and Propaganda, Londres: Routledge, 1993.
 Wistrich, Robert S., *Who's Who in Nazi Germany*, Londres: Routledge, 1995. Zentner, Christian, e Bedürftig, Friedemann, eds., *The Encyclopedia ofthe Third Reich*, trad. para o inglês por Arny Hackett, Nova Iorque: Da Capo Press, 1997. Ziegler, Herbert F., *Ntizi Germany's New Aristocracy: The SS Leadership, 1925-1939*, Princeton, New Jersey: Princeton University Press, 1989.

6. A Segunda Guerra Mundial

Bartov, Omer, *Hitler's Army: Soldiers, Nazis, and War in the Third Reich*, Nova Iorque: Oxford University Press, 1992. Bell, P M. H., *The Origins ofthe Second World War in Europe*, Londres e Nova Iorque: Longman, 1986. Churchill, Winston, *The Second World War*, 6 vols., Boston: Houghton Mifflin, 1948-1953. No Brasil, *Memórias da II Guerra Mundial*, edição condensada dos 6 vols. de *The Second World War*, trad. de Vera Ribeiro, Rio: Editora Nova Fronteira, 1995. Dear, I. C. B., e Foot, M.R.D., *The Oxford Companion to World WarII*, Oxford: Oxford University Press, 1995. Eubank, Keith, *The Origins of World War II*, 2a ed., Arlington I/leights, Illinois: Harlan Davidson, 1990.
 Finney, Patrick, ed., *The Origins ofSecond World War*, Londres: Arnold, 1997.
 Friedlander, Saul, *Prelude to Downfall: Hitler and the United States 1929-1941*, Nova Iorque: Alfred A. Knopf, 1967.
 Sarrett, Stephen A., *Ethics andAirpower in World WarII: The British Bombing ofCerman Cities*, Nova Iorque: St. Martin's Press, 1993.
 31antz, David, e Housejonathan, *When Titans Clashed: How theRedArmy Stopped Hitler*, Lawrence, Kansas: University of Kansas Press, 1995.
 Hancock, Eleanor, *National Socialist Leadership and Total War, 1941-1945*, Nova Iorque: St. Martin's Press, 1991.
 Keegan, John, *The Second World War*, Nova Iorque: Viking, 1989.
 Kitchen, Martin, *A World in Flames: A Short History ofthe Second World War in Europe and Ásia, 1939-1945*, Londres: Longman, 1990. No Brasil: *Um mundo em chamas: uma breve história da II Guerra Mundial na Europa e Ásia*, trad. de Ruyjungmann, Rio: J. Zahar, 1993.
 Leckie, Robert, *Deliveredfrom Evil: The Saga of World War II*, Nova Iorque: Harper and Row, 1987.
 Meehan, Patrícia, *The Unnecessary War: Whitehall and the German Resistance to Hitler*, Londres: Sinclair-Stevenson, 1992.
 Overy, Richard, e Wheatcroft, Andrew, *The Road to War*, Londres: Macmillan, 1989.
 Paxton, Robert O., *Vtchy France: Old Guará and New Order, 1940-1944*, Nova Iorque: Columbia University Press, 1982.
 Powers, Thomas, *Heisenberg's War: The Secret History ofthe German Bomb*, Nova Iorque: Alfred A. Knopf, 1993.
 Reinhardt, Klaus, *Moscoiv-The Turning Point: The Faiiure ofHitler's Strategy in the Winter of 1941-1942*, trad. para o inglês por Karl B. Keenan, Oxford: Berg, 1992.
 Rich, Norman, *Hitler's WarAims*, vol. I: *Ideology, the Nazi State, and the Course ofExpansion*, vol. 2: *The Establishment ofthe New Order*, Nova Iorque: Norton, 1973-4.
 Robertson, E. M., *Hitler's Pre-War Policy and Military Plans, 1933-1939*, Nova Iorque: Citadel Press, 1967.
 Smith,ArÜiurL.Jr., *Hitler'sGold:TheStoryoftheNaziWarLoot*, Oxford: Berg, 1996.
 Taylor, A. J. E., *The Origins ofthe Second World War*, Greenwich, Connecticut: Fawcett Publications, 1961.
 Watt, Donald Cameron, *Çíow War Carne: The Immediate Origins ofthe Second World War, 1938-1939*, Nova Iorque: Pantheon Books, 1989.
 Weinberg, Gerhard L., *The Foreign Policy of Hitler's Germany: Revolution in Europe, 1933-36*, Chicago: University of Chicago Press, 1970.
 — *The Foreign Policy ofHitler's Germany: Starting World War II, 1937-1939*, Chicago: University of Chicago Press, 1980. *Germany, Hitler, and World War II: Essays inModern German and World History*, Nova Iorque: Cambridge University Press, 1955. *A World At Arms: A Global History of World War U*, Cambridge: Cambridge University Press, 1994.
 Wright, Gordon, *The Ordeal of Total War 1939-1945*, Nova' Iorque: Harper and Row, 1968.

7. Holocausto ”\

Aly, Götz, Chroust, Peter, e Pross, Christian, *Cleansing the Fatheiiand: Nazi Medicine and RacialHygiene*, trad. para o inglês por Belinda Cooper, Baltimore, Marylandjohns Hopkins University Press7Í994. Bankier, David, *The Germariand the Final Solution: Public Opinion underNazism*, Oxford: Blackwell, 1992. V-y Bard, Mitchell G., *Forgotten Vktims: The Abandonment ofAmericans in Hitler's Camps*, Boulder, Colorado: Westview, 1994. Barnow, David, e Van der Strom, Gerrold, *The Diaiy ofAnne Frank: The Criticai Edition*, trad. para o inglês por Arnold J. Pomerans e B.M. Mooyaaart-Doubleday, Nova Iorque: Doubleday, 1989.

Bmer, Jehudz, *A History of the Holocaust*, Nova Iorque: Franklin, Watts, 1982. Bauman, Zygmunt, *Modernity and the Holocaust*, Ithaca, Nova Iorque: Cornell University Press, 1989. Breitman, Richard, *The Architect of Genocide: Himmler and the Final Solution*, Hanover, New Hampshire: University Press of New England, 1992. Browning, Christopher, *Ordinary Men: Reserve Police Battalion 101 and the Final Solution in Poland*, Nova Iorque: HarperCollins, 1992. Paus to Genocide: *Essays on Launching the Final Solution*, Cambridge: Cambridge University Press, 1992. Burleigh, Michael, *Ethics and Extermination: Reflections on Nazi Genocide*, Nova Iorque: Cambridge University Press, 1997. Burin, Philippe, *Hitler and the Jews: The Genesis of Holocaust*, trad. para o inglês por Patsy Southgate, Londres: Edward Arnold, 1994. Cesarani, David, ed., *The Final Solution: Origins and Implementation*, Londres: Routledge, 1994. Dawidowicz, Lucy, *A Holocaust Reader*, West Orange, New Jersey: Berman House, 1976. *The War Against the Jews 1933-1945*, Nova Iorque: Holt, Rinehart, and Winston, 1975. Finkelstein, Norman S.; e Birn, Ruth Bettina, eds., *A Nation on Trial: The Goldhagen Thesis and Historical Truth*, Nova Iorque: Henry Holt, 1998. Fleming, Gerald, *Hitler and the Final Solution*, Berkeley: University of California Press, 1984. Friedlander, Henry, *The Origins of Nazi Genocide: From Euthanasia to the Final Solution*, Chapel Hill, Carolina do Norte: University of North Carolina Press, 1995. Friedlander, Saul, ed., *Probing the Limits of Representation: Nazism and the "Final Solution"*, Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 1992. *Nazi Germany and the Jews*, vol. 1: *The Years of Persecution, 1933-1939*, Nova Iorque: HarperCollins, 1997. Gilbert, Martin, *Holocaust Journey: Travelling in Search of the Past*, Nova Iorque: Columbia University Press, 1997. Goldhagen, Daniel Jonah, *Hitler's Willing Executioners: Ordinary Germans and the Holocaust*, Nova Iorque: Alfred A. Knopf, 1996. No Brasil: *Oi carrascos voluntários de Hitler: o povo alemão e o Holocausto*, trad. de Luis Sérgio Roizman, São Paulo: Companhia das Letras, 1997. Gordon, Sarah, *Hitler's "Jewish Question"*, Princeton, New Jersey: Princeton University Press, 1984. Hayes, Peter, ed., *Lessons and Legacies: The Meaning of Holocaust in a Changing World*, Evanston, Illinois: Northwestern University Press, 1991. Hilberg, Raul, *The Destruction of the European Jews* (1961), ed. rev., Nova Iorque: Holmes and Meier, 1985. *Perpetrators, Victims, Bystanders: The Jewish Catastrophe 1933-1945*, Nova Iorque: HarperCollins, 1992. Iaplan, Marion A., *Between Dignity and Despair: Jewish Life in Nazi Germany*, Nova Iorque: Oxford University Press, 1998. Kati, Jacob, *From Prejudice to Destruction: Anti-Semitism, 1700-1933*, Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 1980. Laqueur, Walter, *The Terrible Secret: Suppression of the Truth about Hitler's "Final Solution"*, Nova Iorque: Penguin, 1980. No Brasil: *O terrível segredo: a verdade sobre a manipulação de informações na "solução final" de Hitler*, Rio: Zahar Editores, 1981. Levin, Nora, *The Holocaust: The Destruction of European Jewry 1933-1945*, Nova Iorque: Schocken, 1973. Levy, Richard S., *Antisemitism in the Modern World: An Anthology of Texts*, Lexington, Massachusetts: D.C. Heath, 1991. Lifton, Robert J., *The Nazi Doctors: Medical Killing and the Psychology of Genocide*, Nova Iorque: 1986. Cattel, Franklin H., e Locke, Hubert G., *The German Jewish Struggle and the Holocaust*, Detroit: Wayne State University Press, 1974. Marras, Michael, *The Holocaust in History*, Nova Iorque: Meridian, 1987. Mayer, Arno J., *Why Did the Heavens Not Darken? The "Final Solution" in History*, Nova Iorque: Pantheon, 1990. Morley John R., *Vatican Diplomacy and the Jews During the Holocaust 1939-1943*, Nova Iorque: KTAV Publishing House, 1980. Mosse, George L., *Toward the Final Solution: A History of European Racism*, Nova Iorque: Howard Fertig, 1977. Niduller-Hill, Benno, *Murderous Science: Elimination by Scientific Selection of Jews, Gypsies, and Others, Germany 1933-1945*, Oxford: Oxford University Press, 1988. Rose, Paul Lawrence, *German Question/Jewish Question: Revolutionary Antisemitism from Kant to Wagner*, Princeton, New Jersey: Princeton University Press, 1990. Rosenbaum, Alan S., ed., *Is the Holocaust Unique? Perspectives on Comparative Genocide*, Boulder, Colorado: Westview, 1996. Schleunes, Karl, *The Twisted Road to Auschwitz: Nazi Policy toward German Jews 1933-1939*, Urbana, Illinois: University of Illinois Press, 1970. Sofsky, Wolfgang, *The Order of Terror: The Concentration Camp*, trad. para o inglês por William Templer, Princeton, New Jersey: Princeton University Press, 1997. Weiss, John, *The Ideology of Death: Why the Holocaust Happened in Germany*, Chicago: Ivan R. Dee, 1996. Wyman, David, *The Abandonment of the Jews: America and the Holocaust, 1941-1945*, Nova Iorque: Pantheon Books, 1984. Yáhil, Leni, *The Holocaust: The Fate of European Jewry*, trad. para o inglês por Ina Friedman e Haya Galai, Nova Iorque: Oxford University Press, 1990.

8. As consequências do nacional-socialismo

Alter Reinhard, e Monteath, Peter, eds., *Rewriting the German Past: History and Identity in the New Germany*, Atlantic Highlands, New Jersey: Humanities International Press, 1997. Annas, George T., e Kohn, Michael A., eds., *The Nazi Doctors and the Nuremberg Code: Human Rights in Human Experimentation*, Nova Iorque: Oxford University Press, 1992. Aschheim, Steven E., *Culture and Catastrophe: German and Jewish Confrontations with National Socialism and Other Crisis*, Nova Iorque: New York University Press, 1996. Baldwin, Peter, ed., *Reworking the Past: Hitler, the Holocaust, and the Historian's Debate*, Boston, Massachusetts: Beacon Press, 1990. Balfour, Michael, *West Germany: A Contemporary History*, Nova Iorque: St. Martin's Press, 1982. Barnouw, Dagmar, *Germany 1945: Views of War and Violence*, Bloomington, Indiana: Indiana University Press, 1996. Bartov, Omer, *Murder in Our Midst: The Holocaust, Industrial Killing, and Representation*, Nova Iorque: Oxford University Press, 1996. Bergmann, Werner, e Erb, Rüdiger, *Antisemitism in Germany: The Post-Nazi Epoch Since 1945*, New Brunswick, New Jersey: Transaction Publishers, 1997. Boehling, Rebecca L., *A Question of Priorities: Democratic Reforms and Economic Recovery in Postwar Germany*, Providence, Rhode Island: Berghahn Books, 1996.

Bower, torn, *The Pledge Betrayed: America and Britain and the Denazification of Postwar Germany*, Garden City, Nova Iorque: Doubleday, 1982.

Bredthauer, Karl D., e Heinrich, Arthur, *A« der Geschichte krenen/How to Learn from History*, Bonn; edição Blatter 2, 1997.

Burleigh, Michael, ed., *Confronting the Nazi Past: New Debates on Modern German History* Nova Iorque: St. Martin's Press, 1996.

Buruma, Ian, *The Wages of Guilt: Memories of War in Germany and Japan*, Nova Iorque: Farrar, Straus and Giroux, 1994.

Cheles, L, Ferguson, R., e Vaughan, M., eds., *The Far Right in Western and Eastern Europe*, 2a ed., Londres: Longman, 1995.

Conot, Robert E., *Justice at Nuremberg*, Nova Iorque: Harper and Row, 1983.

Dahrendorf, Ralf, *The Unresolved Past: A Debate in German History*, Nova Iorque: St. Martin's Press, 1990.

Davidson, Eugene, *The Death and Life of Germany: An Account of the American Occupation*, Nova Iorque: Alfred A. Knopf, 1961.

Diefendorf, Jeffrey M., Frohn, Axel, e Rupieper, Hermann-Josef, eds., *American Policy and the Reconstruction of West Germany, 1945-1955*, Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

Evans, Richard J., *In Hitler's Shadow: West German Historians and the Attempt to Escape from the Nazi Past*, Nova Iorque: Pantheon Books, 1989.

Friedländer, Saul, *Reflections of Nazism: An Essay on Kitsch and Death*, Nova Iorque: Harper and Row, 1984.

Memory, History, and the Extermination of the Jews in Europe, Bloomington.

Indiana: Indiana University Press, 1993.

Fulbrook, Mary, *Anatomy of a Dictatorship: Inside the GDR 1949-1989*, Oxford: Oxford University Press, 1995.

BIBLIOGRAFIA SELECIONADA

Jarton Ash, Timothy, *In Europe's Name: Germany and the Divided Continent*, Nova Iorque: Random House, 1993.

Simble, John, *The American Occupation of Germany: Politics and the Military, 1945-1949*, Stanford, Califórnia: Stanford University Press, 1968.

Sollarratz, Victor, *In Darkest Germany*, Hinsdale, Illinois: Henry Regnery, 1947.

Solsan, Richard J., ed., *Fascism's Return: Scandal, Revision, and Ideology since 1980*, Lincoln, Nebraska: University of Nebraska Press, 1998.

Habermas, Jürgen, *The New Conservatism: Cultural Criticism and the Historian's Debate*, trad. para o inglês por Shierry Weber Nicholsen, Cambridge, Massachusetts: MIT Press, 1989.

'_ *A Berlin Republic: Writings on Germany*, trad. para o inglês por Steve Rendall,

Lincoln, Nebraska: University of Nebraska Press, 1997.

Harms, Kathy, Reuter, Lutz R., e Dürr, Volker, *Coping with the Past: Germany and Austria after 1945*, Madison, Wisconsin: University of Wisconsin Press, 1990.

Harris, Geoffrey, *The Dark Side of Europe: The Extreme Right Today*, Edinburgh: Edinburgh University Press, 1994.

Hartman, Geoffrey H., ed., *Bitburgin Moral and Political Perspective*, Bloomington, Indiana: Indiana University Press, 1986.

Herf, Jeffrey, *Divided Memory: The Nazi Past in the Two Germanys*, Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 1997.

Hunt, Linda, *Secret Agenda: The United States Government, Nazi Scientists, and Project Paperdip, 1945-1990*, Nova Iorque: St. Martin's Press, 1991.

Iggers, Georg, ed., *The Social History of Politics: Critical Perspectives in West German Historical Writing Since 1945*, Nova Iorque: St. Martin's Press, 1986.

Kettenacker, Lothar, *Germany Since 1945*, Oxford: Oxford University Press, 1997.

Kosher, Rudy, *Germany's Transient Pasts: Preservation and National Memory in the Twentieth Century*, Chapel Hill, Carolina do Norte: University of North Carolina Press, 1998.

Kurthen, Hermann, Bergmann, Werner, e Erb, Rainer, eds., *Antisemitism and Xenophobia in Germany after Unification*, Nova Iorque e Oxford: Oxford University Press, 1997.

Maier, Charles S., *The Unmasterable Past: History, the Holocaust, and German National Identity*, Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 1988.

Meinecke, Friedrich, *The German Catastrophe: Reflections and Recollections*, trad. para o inglês por Sidney B. Fay, Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 1950.

Merritt, Richard L., *Democracy Imposed: U.S. Occupation Policy and the German Public, 1945-1949*, New Haven, Connecticut: Yale University Press, 1995.

Naimark, Norman M., *The Russians in Germany: A History of the Soviet Zone of Occupation, 1945-1949*, Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 1995.

Nolte, Ernst, *Marxism, Fascism, Cold War, Atlantic Highlands*, New Jersey: Humanities Press, 1982.

Posner, Gerald L., *Hitler's Children: Sons and Daughters of Leaders of the Third Reich Talk about their Fathers and Themselves*, Nova Iorque: Random House, 1991.

Rousso, Henry, *The Vichy Syndrome: History and Memory in France since 1944*, trad. para o inglês por Arthur Goldhammer, Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 1991.

BIBLIOGRAFIA SELECIONADA

Sichrovsky, Peter, *born 'Guilt: Children of Nazi Families*, trad. para o inglês por Jean Steinberg, Nova Iorque: Basic Books, 1988. Simpson, Christopher, *Blowback: America's Recruitment of Nazis and Its Effects on the Cold War*, Nova Iorque: Weidenfeld and Nicolson, 1988. Smith,

Arthur L., *The War for the German Mind: Re-educating Hitler's Soldiers*, Providence,

Rhode Island: Berghahn Books, 1996.

Smith, Bradley R., *Reaching Judgment at Nuremberg*, Nova Iorque: Basic Books, 1977. Tetens, T. H., *The New Germany and the Old Nazis*, Londres: Secker and Warburg, 1961. Watson, Alan, *The Germans: Who Are They Now?*, Chicago: Edition Q, 1992. Wrench, John, e Solomos,

John, eds., *Racism and Migration in Western Europe*, Oxford: Berg, 1993. Young, James E., *The Texture of Memory: Holocaust Memorials and Meaning*, New Haven, Connecticut: Yale University Press, 1993.

Índice

Arianização

Aachen

Abissínia (*ver* Etiópia)

absolutismo

Acordo de *Ha'ava*

Adenauer Konrad

Afrika Korps

Agência de Socorro do Inverno

Albânia

Alemanha Ocidental (*ver* República Federal da Alemanha)

Alemanha Oriental (*ver* República Democrática Alemã)

Aliados na Primeira Guerra Mundial

Aliados na Segunda Guerra Mundial

Allen William Sheridan

Alsácia e Lorena

alto comando do exército (*ver também* *Reichswehr* e *Wehrmacht*)

Amann Max

Anglo-Alemão Acordo Naval ()

Anschluss - -

anticapitalismo

anticatolicismo

anticomunismo

antifascismo

anti-semistismo -

anti-socialistas leis ()

Auschwitz

Ausländerfeindlichkeit (xenofobia) -

Áustria (Áustria-Hungria)

autarky

Baeck Leo

Baldwin Stanley

Barbie Klaus

Batalha do Bulge

Bauer Gustav

Baviera

Beck Ludwig

Belarus (Bielo-rússia)

Bélgica

Belzec

Benn Gottfried

Berchtesgaden

Berlim

bloqueio de ;

Tratado de ; Muro de

Bessarábia

Bethmann Hollweg Theobald von Beyerchen Alan Binding Karl Bismarck Otto von -

Bitburg - *Blitzkrieg* Blomberg Wernervon - Blum Leon bolchevismo (*ver* comunismo) Bonhoeffer Dietrich Bormann Martin

Bouhler Philip Bracher Karl Dietrich Brandt Willy - Brauchitsch Walther von Braun Wernher von Breker Arno Brest-Litovsk

Tratado de Broszat Martin Brüning Heinrich -

Buchenwald Bukovina Bulgária - Bülow Bernhard von

Câmara de Cultura do Reich

Canal de Suez

Canaris Wilhelm

capitalismo (capitalistas)

Caprivi Leo von - Cárpatos-Ucrânia Carta do Atlântico Casablanca Centro de Segurança do Reich (RSHA)

Chamberlain Houston Stewart Chamberlain Neville -

Chelmno (Kulmhof) - China -

Churchill Winston

Ciganos

Círculo de Kreisau

Class Heinrich

Comintern (Internacional Comunista)

Compiègne

comunismo (comunistas)
Concordata
Confederação Alemã
Conferência de Desarmamento de Genebra -
Conferência de Evian ()
conservantismo (conservadores)
 depois de
 na República de Weimar
Convenção de Genebra
Creta
cristãos alemães
cristianismo
Croácia
Dachau Dahlerus Birger Daladier Edouard Danzig(Gdansk) Darlan Jean François Darré Walther darwinismo social De Gaulle
Charles .
Delp Alfred
democracia social (democratas sociais)
Democratas Sociais Independentes
• (USPD) desnazificação - Dia D -
Dibelius Otto -w Diels Rudolf Dietrich Otto Dinamarca Dinter Artur Dmitrov Georgi Dollfuss Engelbert ' Dönitz Karl Dresden
Dühring Eugen Dunquerque -
Ebert Friedrich
Éden Anthony
Egito
Ehrhardt Hermann
Eichmann Adolf -

Einstein Albert - Eisenhower Dwight D. Eisner Kurt El Alamein Elser Johann Erich Raeder Erzberger Matthias Escandinávia
"Escola Bielefeld" Eslováquia Espanha -
estado-maior alemão estados bálticos
Estados Unidos
- - Estônia - Etiópia -
eugenia eutanásia - Exército Vermelho
Facção do Exército Vermelho
fascismo -

Feder Gottfried
Fichte Johann Gottlieb
Finlândia
Fischer Fritz - •
Flick Friedrich
França
Franco Francisco
Frank Hans
Frankfurt ; Assembléia de Frankfurt ()
Frederico o Grande
Freikorps - - -
Frente Harzburg
Frente Nacional do Trabalho
Frente Popular - -

Freud Sigmund •
Frick Wilhelm
Fritsch Werner von -
Fritzche Hans
Fromm Friedrich -
Führerprinzip (princípio da liderança)

Funk Walther _
Galen Clemens von
Gamelin Maurice-Gustave
General Plan Ost ()
Generalgouvernement -
Gerlach Christian

Dühning Eugen Dunquerque -
Ebert Friedrich
Éden Anthony
Egito
Ehrhardt Hermann
Eichmann Adolf -

Einstein Albert - Eisenhower Dwight D. Eisner Kurt El Alamein ElserJohann Erich Raeder Erzberger Matthias Escandinávia ”Escola Bielefeld”
Eslováquia Espanha -

estado-maior alemão estados bálticos

Estados Unidos
- -
-
- M - Estônia - Etiópia -
eugenia eutanásia - Exército Vermelho
-
Facção do Exército Vermelho
fascismo -

Feder Gottfried
Fichte Johann Gottlieb
Finlândia
Fischer Fritz - •
Flick Friedrich
França
- -
-

Franco Francisco
Frank Hans
Frankfurt ; Assembléia de Frankfurt ()
Frederico o Grande
Freikorps - - -
Frente Harzburg
Frente Nacional do Trabalho
Frente Popular - -

Freud Sigmund
Frick Wilhelm
Fritsch Werner von -
Fritzche Hans
Fromm Friedrich -
Führerprinzip (princípio da liderança)

Funk Walther _
Galen Clemens von
Gamelin Maurice-Gustave
General Plan Ost ()
Generalgouvernement -
Gerlach Christian
Gestapo
- *Gleichschaltung* -

Globke Hans Globocnik Odilo Gobineau conde Arthur de

ÍNDICE
oebbels Joseph -
-

Soerderler Carl
joethejohann Wolfgangvon joldhagen Daniel J. jöring Hefmann -
-

Srande Depressão ’ Srécia
rimm Hans Sroener Wilhelm
rynzopan Hershel

uernica

guerra Civil Espanhola - 'Guerra do Inverno'' Suerra dos Trinta Anos 'Guerra Falsa'' Suerra Fria - ;

- - Suerra Mundial Primeira

-

f Suerra Mundial Segunda

-

-

gueto de Lodz

Sünther Hans F.K. jürtner Franz

hiabermas.Jürgen -

tf acha Emil - *J*

Hlalder Franz

Híalifax Edward

Hamburgo ; Institui fuf Sozial-

forschung tfarris Arthur tf assei Ulrich von Hlegel Georg Wilhelm Friedrich

;

üeidegger Martin ffeisenberg Werner íienlein Konrad -.. ..

Herf Jeffrey ' :

Hess Rudolf .••;< •....;

Heyde Werner - ;

Heydrich Reinhard *t* Q

higiene racial (*ver* eugenia)

Himmler Heinrich -

Hinjdenburg Oskar von

Hiwdenburg Paul von

- -

-

Histarikerstreit (controvérsia dos historiadores) -

Hitler Adolf -

- -

- -

- ; e o Holocausto -

; *Mein KampJ*

- -

- ; na Segunda Guerra Mundial - ; o mito do Führer

- ; política externa - ; "Putsch da Cervejaria"

Hoche Alfred

Holanda

Holocausto -

- -

Honecker Erich

Hoover Herbert

Höss Rudolf

Hugenberg Alfred

-

Hungria

I.G. Farben idealismo alemão - Igreja Católica Romana

- Igreja Confessional Igreja Evangélica - Igreja Luterana (*ver* Igreja Evangélica) Igreja Protestante (*ver* Igreja Evangélica)

ÍNDICE

Igreja Prussiana Unida (*ver também* Igreja

Evangélica) Iluminismo Império Alemão (-) -

Império Habsburgo

Império Hohenstauffen industrialização (industriais)

-

Inglaterra

-

; Batalha da
- Israel
Kershaw Ian
Kraft durch Freude (Força através da **Afe-**
gria) *Kristallnacht* (*ver Reichskristallnacht*)
Lebensraum Linha Maginot - Lippe-Detmold - List Guido von Lituânia Litvinov Maxim Lloyd George David Londres ;
Conferência Econômica de Londres-<) Lubbe Marianus van der Lublin - Ludendorff Erich - Lueger Karl Luftwaffe luta da Igreja
Lutero Martinho Lüttwitz Walthervon Luxemburgo Luxemburgo Rosa
MacDohald Ramsay Majdanek Mann Heinrich Mann Thomas
Manstein Erich von Marr Wilhelm ”
Marx Karl marxismo (marxistas)

Max von Baden Meineke Friedrich Memel
Memorando Hossbach - Mengele Josef Metternich Clemens von mito da punhalada nas costas
í
Mittelstand modernidade (modernização) -
- Möller van den Bruck Arthur Molotov Vyacheslav Moltke Helmuth von monarquia Hohenzollern
monarquismo (monarquistas) -

Montgomery Bernard Moscou - -
Müller Heinrich Müller Hermann Müller Ludwig Munique ;
Acordos de Munique ()
- Mussolini Benito
-
-

nacionalismo (nacionalistas) -
- - - ; depois de ; na República de Weimar

Napoleão
Neurath Constantin von

Niemöller Martin v Nipperdey Thoma ’ Nolte Ernst - Normandia - Noraega Nuremberg
Oberländer Theodor
ONU
”Operação Barbarossa” -
”Operação Leão do Mar”
”Operação Overlord” (*ver* Dia D)
”Operação Reinhardt” -
”Operação Valquíria”
Oranienburg
Organização de Bem-estar Nacional-Socialista do Povo (NSV)

OTAN (Organização do Tratado do
” Atlântico Norte)
Ourador-sur-Glane
(Owens Jesse
Pacto Anti-Comintern () <
Pacto de Aço
Pacto de Locarno Pacto de Não-Agressão Nazi-Soviético
Pacto Tripartite () Palestina - Papen Franz von - - Paris - Jparticularismo - ^ Partido Comunista (KPD)

Partido Conservador (Alemanha) Partido Conservador (Inglaterra) Partido da Pátria Partido Democrata Partido Democrático
Alemão (DDP)
- Partido Democrático Social (SPD)
- ; depois
de ; depois de
; na República de Weimar
- ^ ’ -
Partido do Centro Católico ;
- *
Partido do Povo Alemão (DVP)

Partido do Povo Bávaro

Partido Fascista (Itália)

Partido Liberal Nacional

Partido Nacionalista (DNVP)

- - -

Partido Nacional-Socialista (Nazista i NSDAP)

- - ; depois de - ; e o estado

- ; e o Holocausto - ; métodos de controle e propaganda

- ; na Segunda Guerra Mundial ; perseguição dos judeus - ; política cultural e científica - ; política econômica e social - ; política racial e eugênica - ; política sobre igrejas - ; programa

-

Partido Republicano (*Republikaner*)

Partido Trabalhista (Inglaterra)

Paulus Friedrich von

Pearl Harbor - :

Pétain Henri-Philippe

Peukert Detlev J.K.

Pio XI

Pio XII - <

Planck Max

Plano Dawes

Plano de Quatro Anos - \$

Plano Madagascar -

Plano Schlieffen

Plano Young

Plötz Alfred :

Polícia da Ordem Alemã

Polônia

, - -

' ; Corredor Polonês

ÍNDICE

Porsche Ferdinand

Potsdam ; Conferência

Praga

Projeto Manhattan

Prússia (Prússia Oriental) -

-

Putsch de Kapp -

Quatorze Pontos

Quisling Vidkun

racismo

Ranke Leopold von

Rapallo Tratado de

Rath Ernst vom

Rathenau Walther

Reagan Ronald

Realpolitik

Reichenau Walter von

Reichskristallnacht (pogrom de novembro)

- Reichstag -

- ;

eleição de - ; eleições de - ; eleição

de ; incêndio - *Reichswehr* (*ver também* Wehrmacht)

- -

Remarque Erich Maria Renânia .H) - -

- República Democrática Alemã (RDA)

- - República Federal da Alemanha

revisionismo (revisionistas)

-

Revolução Conservadora - Revolução Francesa -
- Rejroíução Industrial Revolução Russa

revoluções de - revoluções de - -

Reynaud Paul

Ribbentrop Joachim von

Riefenstahl Leni Ritter Gerhard Rohm Ernst - Roma - Romênia -

Rommel Erwin Roosevelt Franklin Delano

Rosenberg Alfred Rostock. Royal Air Force (RAF) Ruhr - - Rundstedt Gerd von Rússia (Império Russo)

-

SÁ (*Sturm Abteilung*)

-

Saar

Sachsenhausen Saint-Germain Tratado de Sauckel Fritz Saxônia :

Schacht Hjalmar

Scheidemann Phílipp Schlageter Leo Schleicher Kurt von - Schmidt Helmut Schmitt Carl Scholl Hans e Sophie Schönerer Georg von Schröder Kurt von Schuschnigg Kurt von Schwerin von Krosigk Lutz SD (Serviço de Segurança)

Seeckt Hans von Seldte Franz Sérvia

Serviço de Trabalho do Reich Seyss-Inquart Arthur

ÍNDICE

Silésia

Sinclair Upton ’•

sionismo

Sobibor -

socialismo (socialistas) -

Solução Final (*ver* Holocausto) *Sonderweg* (excepcionalismo alemão)

- - Sorge Richard Spann Othmar Spartacus Liga <; ’• ’

Speer Albert Spengler Oswald SS (*Schutzstaffel*) -

-

- ;

Ahnenerbe ; *Einsatzgruppen*

- ; *Lebensbom* ’

Stahlecker Franz Walther *Stahlhelm* Stalin (stalinismo)

- Stalingrado - Stangl Franz

Stark Johannes . •

Stauffenberg Claus von S- Stenness Walter Stinnes Hugo Stöcker Adolf *J ” Strasser Gregor - -

Strasser Otto Strauss Franz Josef Streicher Julius Stresa frente de Stresemann Gustav Stülpnagel Karl Heinrich von Stürmer Michael - Sudetollndia Suécia

T- programa (*ver* eutanásia) >; : Tannenberg batalha de .-<- ’. Taylòr A.J.R Tchecoslováquia -

- Terezin (Theresienstadt) Testemunhas de Jeová Thälmann Ernst -A-

Thatcher Margaret Timoshenko Semyon Tiso Josef; --- ... <<l . -•

Titojosip - Tobruk

Todt Fritz ;;J::

totalitarismo teoria do ;t&f

- - ; =

Treblinka - Treitschke Heinrich von Tunísia Turíngia Turquia

Ucrânia

Ulbricht Walter

União das Mulheres Nacional-Socialistas

União Democrática Cristã

União do Povo Alemão (DVU)

União Soviética

- -

unificação alemã (-)

Varsóvia - - ; gueto de Varsóvia -

Vaticano
Verdun batalha de
Vergangenheitsbewältigung
Versalhes Tratado de -
-
- i
Vichy
Viena -
Vietnã Guerra do
völkisch movimento e ideologia
-

Völkischer Beobachter Volksgemeinschaft (comunidade do povo)
K>/fe.^er/c/jís/io/”(tribunal do povo)
Wagner Richard
Wannsee Conferência de -
Wehler Hans-Ulrich
Wehrmacht
- -
-

Weimar República de
-
-
; assembléia nacional ; coalizão de Weimar ; constituição - ; grande inflação () -

Guilherme II - ; *Westpolitik*
Wilson Woodrow
Wirth Christian
Witzleben Erwin von
Yalta Conferência de
Zhukov Georgi Zitelmann Rainer -

Fotografias anexadas pelo Revisor:



Figura 1 - Bundesarchiv Bild 146-1971-091-20, Kapp-Putsch, Marine-Brigade Erhardt.

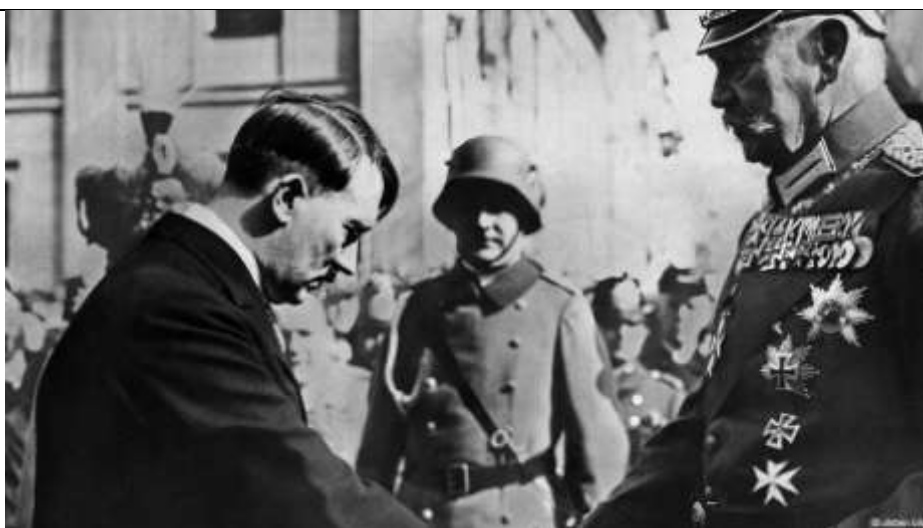


Figura 2 - O próprio Hitler se portou como um estadista, trocando o uniforme do partido pelo smoking e cartola. Já Hindenburg, com 86 anos, trajava seu uniforme de marechal-de-campo.



Figura 3 - Inspeção da tropa



Figura 4 - Benito Mussolini (à esquerda) e Adolf Hitler (à direita).